

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 59 – jul.-dez. 2020 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multipulum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 59 – jul.-dez. 2020 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	António Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airosa Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Mauro Corrêa Filho

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Sumário

Apresentação	7
‣ Ricardo Cavaliere	
Artigos	
Conhecimentos necessários para saber ler os acentos gráficos no português	9
‣ Leonor Scliar-Cabral	
Revisitando a <i>Convenção</i> e <i>A grafia de nomes tribais brasileiros</i>	25
‣ Maria Carlota Rosa	
Novos estudos de geo-história do português: o padrão escrito contemporâneo em Angola	47
‣ Claudio Cezar Henriques	
A representação expressa do sujeito pronominal nas sentenças de tópico do PB	65
‣ Edila Vianna da Silva	
‣ Karoline Silva Angelici	
O valor contrajuntivo de <i>acontece que</i>	81
‣ Nilza Barrozo Dias	
‣ Karina da Silva Corrêa	
O estatuto categorial das preposições acidentais/atípicas: a proposição dos “relatores circunstanciais” como classe gramatical	105
‣ Marcos Luiz Wiedemer	
‣ Myllena Paiva Pinto de Oliveira	
Estudo paleográfico de uma versão em português de <i>Livre de trois virtues</i> (1447-1455)	139
‣ Antonio Ackel	
A gramática filosófica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783)	166
‣ Livia de Melo	
Aspectos da reanálise sintático-semântica de <i>sem que</i> na história do português	177
‣ Sanderléia Roberta Longhin	
Usos e funções de <i>praticamente</i>: de advérbio de modo a anguladorr	201
‣ Jussara Abraçado	
‣ Tainara Pinheiro de Castro	
Configuração genológica: uma abordagem do texto/discurso literário	224
‣ Hugo Lenes Menezes	

Revista <i>Expressão</i>, da UFPI: o processo de institucionalização da linguística no Piauí	236
‣ Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos	
‣ Maria de Jesus Medeiros Torres	
‣ Raimunda da Conceição Silva	
Um estudo variacionista sobre os existenciais <i>ter</i> e <i>haver</i> com base em dados do ALIB de Alagoas, Ceará e Piauí	267
‣ Aluiza Alves de Araújo	
‣ Raket Beserra de Macêdo Viana	
‣ Cassio Murílio Alves de Lavor	
Aspectos socioculturais expressos no léxico da língua: uma análise dos lexemas <i>quilombo</i> e <i>quilombola</i>	281
‣ Ana Claudia Castiglioni	
‣ Ruberval Rodrigues de Sousa	
‣ Karylleila dos Santos Andrade Klinger	
O sujeito (in)completo e o tempo (en)capsulado: a falha como constitutiva do sujeito e da sociedade	299
‣ Silvane Aparecida de Freitas	
‣ Celso Ricardo Ribeiro de Aguiar	
<i>Patuá, Hespanhol e Guarany</i>: da fronteira da língua ao limiar do discurso	313
‣ Marilene Aparecida Lemos	
‣ Matheus França Ragievicz	
Crononímia e a identidade do tempo	327
‣ Reginaldo Nascimento Neto	
Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia	
Origem e desenvolvimento da linguagem articulada	353
‣ Júlio Ribeiro	
Resenhas	
GARRIDO, Carlos. Dicionário de zoologia e sistemática dos invertebrados: português, espanhol, inglês, alemão	357
‣ Maria do Carmo Henríquez Salido	
TRASK, R.L. Entendendo linguística	361
‣ Marcelo Módolo	
ABREU, Antônio Suárez. Gramática integral da língua portuguesa: uma visão prática e funcional	366
‣ Alexandre José Silva	
Colaboradores deste número	374

APRESENTAÇÃO

Neste número 59, referente ao segundo semestre de 2020, *Confluência* mantém o escopo de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa linguística, com ênfase na língua portuguesa. Nas páginas que se seguem, poderá o leitor interessado servir-se de estudos valiosos em áreas diversificadas de investigação sobre a fenomenologia da linguagem humana. Nestes tempos difíceis, em que a humanidade enfrenta uma severíssima pandemia viral, cujas consequências se fazem sentir em todos os setores da vida privada e social, decerto que a rotina dos periódicos científicos também sofre grande modificação, sobretudo em face da impossibilidade de trabalho presencial na editoração de textos. Agradecemos, pois, o empenho dos colaboradores, autores, pareceristas, editores, enfim de todos os que, a despeito das dificuldades aumentadas, não pouparam esforço para que a revista mantivesse o alto padrão editorial que vem desfrutando desde seu lançamento em 1991.

Como ocorre ordinariamente, este número 59 reúne artigos e resenhas em que colaboram tanto linguistas de escol, com larga e exitosa trajetória acadêmica, quanto jovens e talentosos pesquisadores, todos irmanados no mister de difusão do saber linguístico. Em especial, publicamos na seção *Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia* um texto histórico da lavra de Júlio Ribeiro, filólogo mineiro que, entre os brasileiros, inaugurou em suas páginas o emprego do método histórico-comparativo na análise linguística do português. O estudo em questão dá conta dos primeiros passos que a ciência trilhou para explicar o processamento da língua no cérebro e integra o opúsculo *Traços gerais de linguística*, obra canônica dos estudos linguísticos no Brasil.

Boa leitura!

Ricardo Cavaliere

DOI: 10.18364/rc.v1i59.479

Conhecimentos Necessários para Saber Ler os Acentos Gráficos no Português

Necessary Knowledge for Reading Stress Signs in Portuguese

Leonor Scliar-Cabral*

Articulista convidada

RESUMO

No artigo, esclareço o proveito que o educador poderá obter da transparência do sistema do português escrito para uma alfabetização excelente para a leitura, ilustrando tal transparência com a aplicação do princípio da economia e do valor do zero linguístico, para a atribuição do acento de intensidade às palavras mais frequentes do português escrito, isentando-as do acento gráfico. Sendo assim, todas as palavras com mais de duas sílabas que terminam pelas letras 'a', 'e', 'o', seguidas ou não de 's' e por 'em', 'ens', 'am', sem nenhum acento gráfico (as mais frequentes do português escrito), são lidas como paroxítonas. Demonstro, igualmente, como o sistema do português escrito permite a identificação dos clíticos que terminam pelas letras 'a', 'e', 'o', seguidas ou não de 's', em contraste com a impossibilidade de sua delimitação na cadeia da fala.

Palavras-chave: Português escrito; acento gráfico; leitura; transparência; economia linguística.

ABSTRACT

In this paper, I clarify the advantage educators can obtain from the written Portuguese system transparency, for an excellent early literacy for reading, illustrating such transparency with the economy principle and the linguistic zero value application, for stress attribution to the most frequent words in written Portuguese, exempting them from the graphic correspondent marks. Therefore, all words with more than two syllables that end with the letters 'a', 'e', 'o', whether or not followed by 's' and by 'em', 'ens', 'am', without any graphic diacritic (the most frequent in written Portuguese), are read as paroxytons. I also demonstrate how the written Portuguese system allows the identification of clitics that end with letters 'a', 'e', 'o', followed or not by 's', in contrast to the impossibility of delimiting them in the speak chain.

Keywords: Written Portuguese, graphic marks, reading, transparency, linguistic economy.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.448

*Universidade Federal de Santa Catarina, leonorsc20@gmail.com, orcid.org/0000-0003-3163-5482

Introdução

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016 (Inep, 2017) aplicada a 2.160.601 alunos quando concluíam o 3º ano do Ciclo de Alfabetização, nas escolas públicas brasileiras, em leitura e escrita, acusou que somente **12,99%** atingiram o nível desejável (4) em leitura e apenas **8,28%**, o nível desejável (5) em escrita, de onde se infere que algo vai muito mal nas metodologias de ensino-aprendizagem da alfabetização.

Nesse artigo, proponho-me discutir algumas questões que têm sido totalmente negligenciadas em tal ensino-aprendizagem em virtude da ausência de fundamentação nas ciências que poderiam contribuir para uma alfabetização de excelência: a neurociência, a linguística, a psicolinguística e a neuropsicologia, minorando, assim, o quadro desolador que apresentei acima.

Em virtude do escopo da revista *Confluência*, aprofundarei as contribuições da linguística, sem deixar de mencionar algumas contribuições da neurociência e da psicolinguística, necessárias à compreensão das primeiras. O foco é demonstrar o proveito que o educador poderá obter da transparência do sistema do português escrito para uma alfabetização excelente para a leitura.

Como a psicolinguística demonstra, não existe *output* sem *input*, isto é, não existe produção (no caso, o texto escrito) sem recepção (no caso, leitura). Até uma crença anterior de que o bebê surdo desenvolveria o balbúcio da mesma forma que o bebê ouvinte foi refutada por pesquisas mais acuradas e rigorosas (JUSCZYK, 1997, p. 175). Logo, os métodos que preconizam iniciar a alfabetização pela escrita incorrem numa falha básica. O que se observa, em geral, quando se aplicam tais métodos, é que a criança desenha seu próprio nome, mas não o escreve. Se ela se chamar PAULO e vir as palavras escritas LUPA ou PULA, que contêm as mesmas letras que constam em seu nome (embora o grafema <u> não com o mesmo valor), não conseguirá reconhecê-las e, provavelmente, tampouco, seu próprio nome escrito em cursiva, com quatro letras em minúscula.

Alfabetizar-se para a leitura, no contexto do português brasileiro (PB) escrito, é ter automatizado o reconhecimento de quais, quantos e como se combinam os traços invariantes que diferenciam as 26 letras do alfabeto latino; é ter automatizado quais das 21 consoantes e das 12 vogais os grafemas (que no português escrito se realizam por uma ou duas letras) representam, sejam os valores desses grafemas condicionados ou não pelo contexto grafêmico, como é exemplo do primeiro caso, o grafema <c>, antes de grafemas que representem as vogais [+ posteriores], como em <casa>, ou [-posteriores], como em <céu>; é ter automatizado a atribuição do acento de intensidade, quando lê, mesmo que não haja acento gráfico (o caso mais frequente, no PB escrito), bem como o reconhecimento dos vocábulos átonos, separados por espaços em branco, nos textos escritos (ao contrário do que ocorre na cadeia da fala); é

saber atribuir os padrões de entoação, traduzindo para a oralidade, as escassas pistas oferecidas pelos sinais de pontuação. Tudo isto, para reconhecer a palavra escrita rapidamente e poder liberar a mente para os processos criativos da leitura: a atribuição da significação básica às unidades de significado, a construção do sentido novo das palavras, mediante inferências, ao cruzar a informação extraída do texto, com a que provém das várias memórias permanentes, em seu cérebro e, assim, sucessivamente, com a construção do sentido novo das frases, orações, períodos, parágrafos, até chegar à construção da macroestrutura textual, o que lhe possibilitará o posicionamento crítico sobre o que leu.

Para exemplificar minha argumentação, demonstrarei como se leem os acentos gráficos superpostos às vogais, inclusive a ausência deles, nos textos escritos em PB, tema totalmente ignorado tanto na alfabetização, quanto no ensino do português, nos anos subsequentes do Ensino Fundamental, pois, o que predomina é o ensino de como se colocam os acentos gráficos quando se escreve, mas não como são lidos. Para entendimento da exposição, incluo os Quadros 1 e 2, que apresentam os fonemas vocálicos e consonantais do PB, pois um dos fundamentos de uma boa alfabetização é o de que os grafemas, realizados por uma ou duas letras, no PB escrito, devam ser ensinados por seus valores e não por seu nome, avultando a necessidade de se conhecerem os fonemas do PB, porque os valores não são outra coisa senão tais fonemas e de como eles são realizados pelos falantes, isto é, os respectivos sons.

Quadro 1. Fonemas vocálicos do PB

+orais	-posterior -arredondado (anteriores)	+posterior -arredondado	+posterior +arredondado
+alta	i		u
-alta -baixa	e		o
+baixa	ɛ (pé)	a	ɔ (pó)
-orais (nasalizadas)			
+alta	ĩ		ũ
-alta	ẽ		õ
+baixa		ã	

Fonte: Sistema vocálico do português brasileiro, conforme o modelo de Quicoli (1990), com acréscimo das vogais nasalizadas.

Quadro 2. Fonemas consonantais do PB

		+ant -cor (labiais)	+ant +cor (anteriores)	-ant +cor	-ant -cor -post	-ant -cor +post (posteriores)
+obstruente -cont (oclusivas)	-son (surdas) +son	p b	t d			k g (galo)
+cont (fricativas)	-son +son	f v	s z	ʃ (chá) ʒ (já)		R (rosa)
-obstruente +nasal (+vocálico)		m	n		ɲ (vinho)	
+lateral -lateral -cons (semivogais)			l r (caro)		ʎ (velha) j (pai)	w (teu)

Fonte: Quadro fonêmico das consoantes do PB, conforme Lopez (1979), mais as semivogais, exemplos e termos comparativos, seguindo Mattoso Câmara Jr. (1975).

1. Quais são os acentos gráficos no PB?

Examinarei como se leem os acentos gráficos superpostos às vogais, inclusive a ausência deles.

O **acento agudo** ´ assinala a sílaba mais forte na palavra e distingue as vogais mais baixas /ɛ/, /ɔ/, das vogais orais [-altas, -baixas] /e/, /o/, como em ‘réis’ / ‘reis’, ‘sóis’ / ‘sois’. Observem que assinalem ‘das vogais orais’, porquanto, se o acento agudo estiver superposto à vogal nasal, cujo grafema é realizado pela letra ‘é’, seguida pelas letras ‘m’, ou ‘n’, que assinalam sua nasalidade, como em ‘contém’, ‘provém’, tal acento agudo não está, cumulativamente, distinguindo a vogal nasal [-alta, -baixa, -posterior] de uma inexistente vogal nasal [+baixa, - posterior].

O **acento circunflexo** ^ assinala a sílaba mais forte na palavra e distingue as vogais orais [-altas, -baixas] /e/, /o/, das mais baixas /ɛ/, /ɔ/, como em ‘sê’ / ‘Sé’, ‘vovô’ / ‘vovó’.

Também se usa como acento diferencial em duas palavras apenas, conforme o Novo Acordo Ortográfico (SENADO FEDERAL, 2014): verbo ‘pôr’ (monossílabo tônico) para diferenciá-lo da preposição átona ‘por’; verbo ‘pôde’ (3ª pess. sing. pret. perf. ind.) → /ˈpɔdɨ/ diferente de ‘pode’ (3ª pess. sing. pres. ind.) → /pɔdɨ/.

O acento circunflexo usado nas 3ª pess. pl. pres. ind. dos verbos ‘ter’, ‘vir’ e seus derivados (‘eles têm’, ‘vêm’, ‘contêm’, ‘provêm’) será exposto mais adiante, dada a complexidade da explicação.

O **acento grave** ` não marca a sílaba mais forte, pelo contrário. É um acento que assinala a fusão de dois sons idênticos (crase), no caso, as duas vogais átonas /a/ + /a/, como a preposição ‘a’ + o artigo def. fem. ‘a(s)’: ‘Assistiu às notícias’, ou como a preposição ‘a’ + o pron. substantivo ‘a(s)’: ‘Referiu-se às que estavam sentadas’, ou ainda como a preposição ‘a’ + pronome demonstrativo que inicie por ‘a’: ‘Referiu-se àquelas que estavam sentadas’.

O **til** ~ é um acento gráfico auxiliar, pois superpõe-se às letras ‘a’, ‘o’ (só a elas) para marcar a sua nasalidade, como em ‘mãe’, ‘põe’. Mas também elas e, com exclusividade, as demais vogais nasais, ao invés do til, são seguidas pela letra ‘m’ (antes de ‘p’, ‘b’) ou ‘n’ (antes das demais consoantes), na mesma sílaba, formando um dígrafo, cujo grafema representa as respectivas vogais nasais, como em ‘tampa’, ‘ponto’, ‘tinge’, ‘lembra’, ‘mundo’.

O **trema** ” foi excluído pelo Novo Acordo Ortográfico (SENADO FEDERAL, 2014), o que tornou nosso sistema de escrita mais opaco, pois a identificação de ‘gu’ e ‘qu’, seguidos de ‘e’ ou ‘i’ ficou problemática: não se sabe se funcionam como dígrafo, representando respectivamente os fonemas /g/ e /k/ como em ‘guerra’ e ‘quilo’, ou se representam, respectivamente, dois fonemas /gw/ e /kw/ como em ‘aguenta’ e ‘cinquenta’.

Esclareça-se que o grau de transparência de uma língua escrita resulta de quanto maior for a biunivocidade na conversão dos grafemas em fonemas na leitura e, inversamente, a biunivocidade na conversão dos fonemas em grafemas na escrita, isto é, quanto mais a um só grafema corresponder um só e mesmo fonema e a um só fonema corresponder um só e mesmo grafema, como são exemplos no PB escrito: <p> → /p/ (leia-se: o grafema <p> se converte no fonema /p/); → /b/; <t> → /t/; <d> → /d/; <f> → /f/; <v> → /v/ e vice-versa: /p/ → <p> (leia-se: o fonema /p/ se converte no grafema <p>); /b/ → ; /t/ → <t>; /d/ → <d>; /f/ → <f>; /v/ → <v>. Assim, são transparentes as línguas escritas como o finlandês, o italiano, o espanhol, o português (mais para a leitura do que para a escrita).

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado entre os países cuja língua oficial é o português, em 1990, a fim de unificar a ortografia, como mencionamos acima, tornou o sistema mais opaco, não só ao eliminar o trema, mas também, ao eliminar o acento agudo nos ditongos abertos, ‘éi’, ‘éu’, ‘ói’, quando não figurarem em posição final de vocábulo, já que distinguir as vogais mais baixas /ɛ/, /ɔ/, das vogais orais [-altas, -baixas] /e/, /o/ é uma das únicas dificuldades na decodificação dos grafemas no PB escrito, que a atribuição do acento agudo nos ditongos abertos, ‘éi’, ‘éu’, ‘ói’, em qualquer posição amenizava.

2. Conhecimentos necessários para saber ler os acentos gráficos

Ensinar acentuação gráfica não se deve limitar ao propósito de ajudar o aluno a passar em concursos ou provas, nem de decorar regras ou listas intermináveis. Trata-se de uma proposta de ensiná-la não apenas para redigir corretamente, mas também para reconhecer a palavra

escrita na leitura, mediante a identificação não só das letras, dos grafemas e seus valores, mas também de onde cai o acento mais forte no vocábulo assim como quando ele não o possui, o vocábulo átono ou clítico. Somente o reconhecimento correto da palavra escrita permitirá o acesso à significação básica e a subsequente construção do sentido novo que ela terá no texto. Mas, para saber ler os acentos gráficos ou sua ausência, são necessários alguns conhecimentos prévios que passarei a expor.

2.1 O princípio da economia

O princípio da economia rege o funcionamento da comunicação linguística. O que significa? Informar o máximo, usando o mínimo de símbolos. Há vários exemplos: os mais antigos sistemas de escrita eram ideográficos, como o proto-cuneiforme (MICHAILOWSKI, 1996, p. 33), os hieróglifos egípcios (RITNER, 1996, p. 73). Quando se passou do sistema ideográfico, para o proto-alfabético, o fator da economia foi o determinante: ao invés de ter que memorizar milhares de ideogramas para saber ler, bastava memorizar as 22 consoantes e os valores que os grafemas tinham.

Apesar do enorme avanço, nos sistemas de escrita, o proto-alfabeto era muito incipiente, destinando-se, de início, a registrar de forma permanente textos religiosos, como é o caso das inscrições bilíngues (em proto-sinaítico e hieróglifos) gravadas na pequena esfinge de arenito em louvor da deusa Hathor, datadas de 1.400 a.C. e descobertas no planalto de Serabit-el-Khadem, pelo arqueólogo F. W. M. Petrie (1912) em 1905 (Autor). Os limites do sistema se deviam ao fato de só representar as consoantes e de ser acronímico, isto é, só representava o fonema inicial de cada palavra.

Outro exemplo do princípio da economia nos é dado por Gonçalves Viana (1904), ao fixar a ortografia do português. Proclamada a República Portuguesa, em 5 de outubro de 1910, a regulamentação da ortografia foi definida por uma Comissão Ortográfica, sendo Gonçalves Viana seu Relator. Profundo conhecedor do português, aplicou o seguinte princípio de economia ao sistema de escrita: as palavras com acento de intensidade, mais frequentes, não levariam acento gráfico. Para entendermos esta aplicação, é necessário conhecer mais alguns princípios.

2.2 Zero ou ausência de signos

Na comunicação linguística, zero ou ausência também significam, desde que opostos à presença de um signo, no mesmo contexto. Essa concepção remonta ao pensamento de Saussure (1972, p. 164), coerente com a teoria de valor que embasa sua proposta, ao definir o fonema, como uma unidade opositiva, relativa e negativa e, nos manuscritos, descobertos em 1996, quando afirma: “o nada também vale” (SAUSSURE, 2002, p. 68). Vamos a alguns exemplos:

O que significa ‘menino’ oposto a ‘meninos’? Singular, isto é, a ausência de ‘s’, ou ‘es’ (= a zero), no final de um substantivo, significa singular.

O que significa ‘escreve’ oposto a ‘escreves’? 3ª pess. sing. pres. ind., isto é, a ausência de ‘s’ (= a zero), no final de um verbo, no pres. ind. significa 3ª pess. sing.

Nos monossílabos tônicos em que as letras ‘i’, ‘u’ estiverem realizando os grafemas <i>, <u>, ao representarem as semivogais /j/, /w/, isto é, nos ditongos orais, a ausência de sinal gráfico sobreposto às letras ‘e’, ‘o’, assinala as vogais /e/, /o/ e o acento agudo sobreposto às letras ‘é’, ‘ó’, assinala, as vogais /ɛ/, /ɔ/, como em ‘reis’, ‘réis’, ‘pensei’, ‘pincéis’, ‘sois’, ‘sóis’, ‘depois’, ‘lençóis’.

2.3 Palavras mais frequentes no português

Há duas estruturas canônicas de palavras mais frequentes no português escrito: as palavras paroxítonas terminadas pelas letras ‘a’, ‘e’, ‘o’, seguidas ou não de ‘s’, ou terminadas por ‘em’, ‘ens’, ‘am’, como ‘casa’, ‘escreves’, ‘livro’, ‘homem’, ‘jovens’, ‘transcrevem’, ‘amam’ e as átonas. Nenhuma delas leva acento gráfico. Começamos pelos vocábulos átonos. É óbvio que não podem levar acento gráfico para marcar intensidade, pois são átonos.

2.3.1 Reconhecimento, na leitura, dos vocábulos átonos

Antes de mais nada, ressalto a transparência do sistema de escrita do português para o reconhecimento dos vocábulos átonos, em contraste com a total opacidade na cadeia da fala. Com efeito, os vocábulos átonos, no texto escrito, têm seu início e final delimitados por espaços em branco, além de, no caso de terminarem por vogais orais somente serem grafados com as letras ‘a’, ‘e’, ‘o’, seguidas ou não por ‘s’, ao contrário do que ocorre na cadeia da fala em que vêm grudados ao vocábulo com intensidade seguinte, sofrendo toda a sorte de mudanças fonéticas, como é o caso, na maioria das variedades sociolinguísticas do PB, da neutralização da diferença entre as vogais /e/, /o/, em favor de /i/, /u/, respectivamente, do que resultam os arquifonemas |I|, |U|, além da frequente ressilabação, como no exemplo ‘uzóiu’ (transcrição adaptada, para facilitar a compreensão do leitor: a transcrição fonêmica é /u’zɔjU/) que, na escrita canônica corresponde a ‘os olhos’,

Veja-se, pois, a transparência do sistema de escrita do português ao opor os vocábulos átonos que terminam por vogais orais, que sempre se escrevem com as letras ‘a’, ‘e’, ‘o’, seguidas ou não de ‘s’, opostos aos monossílabos tônicos terminados por vogais orais, que sempre se escrevem com as letras ‘i’, ‘u’, seguidas ou não por ‘s’. Contrastemos, como exemplo, os pronomes pessoais oblíquos: ‘te’ / ‘ti’; ‘se’ / ‘si’. É claro que há uma informação contextual sobressalente que reforça o contraste: os pronomes átonos nunca podem ser preposicionados,

ao contrário dos tônicos, que obrigatoriamente o são: “Eu te amo” / “Gosto de ti”. Observe, ainda, que, na fala, na maioria das variedades sociolinguísticas do PB, as duas pronúncias dos pronomes oblíquos são quase homófonas, diferenciando-se apenas porque uma é átona e a outra é tônica.

Como, então, você vai reconhecer na leitura que se trata de um vocábulo átono? Embora eles apresentem grande frequência de ocorrência, os tipos ou classes são em número fechado e limitado, pois pertencem às classes gramaticais. Então, a saída didática é memorizá-los, mas uma boa estratégia é a de que, na leitura, se terminarem por vogais orais, só podem ocorrer as letras ‘a’, ‘e’, ‘o’(s) e não levam acento gráfico.

2.3.1.1 Monossílabos átonos

Pronomes pessoais oblíquos átonos: *me, te, se, o(s), a(s), lhe(s), nos, vos*; e suas contrações: *mo, to, lho*, etc.

Pronome relativo: *que*.

Preposições *a, com, de, em, por, sem, sob*.

Contrações/combinções de preposição e artigo: *à, ao(s), da(s), do(s), na(s), no(s), num*, nuns etc.

Conjunções: *e, mas, nem, ou, que, se*;

Artigo definido (*o(s), a(s)*) e indefinido (*um, uns*).

Formas de tratamento: *dom (D. Pedro), frei (Frei José), são (São Pedro)*, etc.

Advérbio ‘não’, quando junto ao verbo.

2.3.1.2 Dissílabos átonos

Preposição: *para*.

Contração da preposição com artigo: *pelo(s), pela(s)*.

Artigo indefinido feminino: *uma(s)*.

Conjunções: *porque, como*.

Resumindo, você reconhece, na escrita, que são vocábulos átonos pela ausência de acento gráfico; só podem ser monossílabos (a maioria), ou dissílabos; pertencem a uma classe gramatical e, quando representam as vogais orais, só podem terminar pelas letras ‘a’, ‘e’, ‘o’(s).

2.3.2 Reconhecimento, na leitura, das palavras mais frequentes com sílaba mais forte

Vejamos, então, o outro grupo das palavras mais frequentes, as que têm uma sílaba mais forte. Mas antes, examinemos um outro princípio que vai nos ajudar a ler estas palavras.

2.3.2.1 Sinalização distinta das letras ‘a’, ‘e’, ‘o’/ ‘i’, ‘u’ seguidas ou não de ‘s’ em final de palavra:

Se você observar as letras ‘a’, ‘e’, ‘o’ seguidas ou não de ‘s’ em final de palavra, com mais de uma sílaba (exclua os 5 dissílabos átonos já memorizados: para, pelo/a(s), uma(s), porque, como) e não houver nenhum acento gráfico, a palavra deve ser lida como paroxítona, isto é, com o acento mais forte na penúltima sílaba. Exemplos: ‘casa’, ‘escreve’, ‘menino’. (Lembre-se de que, se a palavra for um monossílabo, é lida como um vocábulo átono, ou clítico, conforme examinado em 2.3.1).

Excluem-se dessa regra de atribuição do acento de intensidade na leitura, quando as letras ‘o’, ‘e’, seguidas ou não de ‘s’, na posição final da palavra, estiverem depois de ‘ã’, ‘õ’, como em ‘mãos’, ‘coração’, ‘mãe’, ‘corações’, porque, nesse caso, a letra ‘o’ está realizando o grafema que representa a semivogal /w/ e a letra ‘e’ está realizando o grafema que representa a semivogal /j/, nasalizadas pelo centro vocálico /ã/, dos ditongos nasais /ãw/, /ãj/, /õj/. Se a palavra, em tais circunstâncias, com mais de uma sílaba, não tiver nenhum acento gráfico (são as mais frequentes), deve ser lida como oxítona, isto é, com o acento mais forte na última sílaba. Exemplos: ‘alemão’, ‘confusão’, ‘corações’. Se a palavra, com mais de uma sílaba tiver acento gráfico (são raríssimas), deve ser lida com o acento mais forte na sílaba cuja vogal estiver superposta pelo acento gráfico: só encontrei paroxítonas, todas terminadas em ‘ão(s)’ e nenhuma em ‘ãe(s)’, como ‘órgãos’, ‘acórdão’, ‘sótão’, ‘bênção’. Se a palavra só tiver uma sílaba deve ser lida como um monossílabo tônico. Exemplos: ‘vão’, ‘são’, ‘pão’, ‘mãe’. Contudo, o advérbio ‘não’, junto ao verbo, é considerado monossílabo átono.

Já com as letras ‘i’, ‘u’, seguidas ou não de ‘s’ em final de palavra, com mais de uma sílaba, se não houver nenhum acento gráfico, a palavra deve ser lida como oxítona, isto é, com o acento mais forte na última sílaba. Exemplos: ‘juriti’, ‘vivi’, ‘tatu’. Com as letras ‘i’, ‘u’, seguidas ou não de ‘s’ em final de palavra, com uma sílaba, não pode ocorrer nenhum acento gráfico: a palavra deve ser lida como monossílabo tônico, conforme visto em 2.3.1.

Nas palavras oxítonas em que as letras ‘i’, ‘u’ estiverem realizando os grafemas <i>, <u>, ao representarem as semivogais /j/, /w/, isto é, nos ditongos orais, a ausência de sinal gráfico, nas letras ‘e’, ‘o’, assinala as vogais /e/, /o/ e o acento agudo sobre elas, as vogais /ɛ/, /ɔ/, como em ‘pensei’, ‘pincéis’, ‘depois’, ‘lençóis’, conforme já mencionado em 2.2 Zero ou ausência de signos.

No hiato, em que as letras ‘i’, ‘u’ (s), estiverem em final de palavras e receberem o acento de intensidade, figura o acento agudo, como em ‘roí’, ‘baús’, mas o acento agudo não decorre do fato de ‘i’, ‘u’ (s), estarem em final de palavra e sim do fato de receberem a intensidade maior, estarem em segundo lugar no hiato, seguidas ou não de ‘s’, o que pode ocorrer em sílaba interna do vocábulo, como em ‘egoísmo’.

2.3.2.2 Grande dificuldade na alfabetização

Deparamo-nos, nesse passo, com uma grande dificuldade para ensinar a ler a ausência de acento gráfico, quando a palavra terminar pelas letras ‘e’, ‘o’(s), seja ela paroxítona, ou átona, porque, na maioria das variedades sociolinguísticas, tais letras (que realizam grafemas), são lidas, respectivamente, como [i], [u]. Então, ocorre um conflito entre a aplicação da regra (que se refere às letras) e como o leitor percebe sua fala interior, quando está lendo. Somente o conhecimento consciente (no caso, a consciência fonêmica) pode resolvê-lo.

O que ocorre com as vogais átonas /e/, /i/, /o/, /u/ em posição final de vocábulo no PB? O traço [-alto] que opõe cada par e que é fundamental para distinguir significados, na posição tônica, como em ‘furo’/’foro’, vai para o espaço. É claro que você não pode indiferentemente dizer “Eu teve muita sorte” ao invés de “Eu tive muita sorte” ou “Eu fui ao furo levar os documentos”, ao invés de “Eu fui ao foro levar os documentos”.

Mas, em posição átona final de palavra, tanto faz você dizer “U livru é interessantí” (transcrição adaptada para entendimento do leitor) quanto “O livro é interessante”, que não muda o significado.

Cientificamente, explicamos que o traço que distingue /e/ de /i/, /u/ de /o/ perdeu a função de distinguir significados e escolhemos o mais frequente, com letra maiúscula, como o arquifonema, a classe maior, que abrange ambos: /’tivI/, /’tevI/; /’forU/, /’furU/.

Durante a alfabetização, o professor poderá dizer às crianças, nas variedades em que a preferência for [i], [u] em posição átona final de palavra:

“Vocês já sabem que, às vezes, as letras são diferentes de como nos falamos. Isso vai acontecer com as letras (apontar na lousa para ‘e’, ‘o’), no final das palavras, seguidas ou não de (apontar na lousa para ‘s’) e na palavra não aparecer nenhum sinal em cima das vogais. Então nós lemos (apontar na lousa para ‘e’, ‘o’), [iii], [uuu]. Vamos ler em coro? (Aponte na lousa para: ovo, e, os, ave, novo, novelo, nave).

2.3.2.3 Todos os substantivos, verbos e adjetivos têm uma sílaba mais forte.

Repetindo, as paroxítonas terminadas em ‘a’, ‘e’, ‘o’ (s), ‘em’, ‘ens’, ‘am’ não levam acento gráfico. São mais raras as palavras gramaticais que possuem sílaba mais forte. As palavras paroxítonas terminadas por ‘em’, ‘am’, formas essas que representam ditongos nasais decrescentes, são as formas mais frequentes das 3^{as} pess. pl. dos verbos, como em ‘escrevem’, ‘cantam’.

Concluindo o tópico 2.3 sobre as palavras mais frequentes no português escrito, verificamos que ocorre a ausência dos acentos gráficos, em um dos grupos, o dos vocábulos átonos, ou clíticos, por sua própria natureza de não apresentarem vogal mais intensa (o acento grave, sobreposto à letra ‘a’, não é marca de intensidade) e no outro grupo, o das paroxítonas

terminadas pelas letras ‘a(s)’, ‘e(s)’, ‘o(s)’, ‘em’, ‘ens’, ‘am’. A ausência de acento gráfico nas palavras mais frequentes no português escrito segue o preceito da economia, preconizado por Gonçalves Viana. A seguir, verificaremos como se interpreta, na leitura, a presença dos acentos gráficos, a qual, no português escrito, obedeceu ao princípio da economia, pois contempla os padrões acentuais menos frequentes do português escrito.

3. Leitura dos acentos gráficos

O máximo da economia também foi aplicado ao reconhecimento de quais, quantos e como se combinam os traços gráficos dos acentos para assinalar a sílaba de maior intensidade: na verdade, trata-se de uma pequena reta inclinada que se superpõe à vogal mais intensa, num caso, começando da direita para a esquerda (acento agudo ´), noutra caso, duplicada, formando um ângulo agudo, a pequena reta inclinada começa debaixo para cima e da esquerda para a direita e, no topo, desce da esquerda para a direita (acento circunflexo ^). O acento grave ` , pequena reta inclinada que se superpõe à vogal átona, começando da esquerda para a direita, não marca intensidade e o til ~, que se superpõe somente às vogais ã, õ, marca a nasalidade.

A neurociência demonstrou experimentalmente que o primeiro processamento na leitura ocorre quando os neurônios da área occipital-temporal ventral esquerda reconhecem os traços invariantes das letras (DEHAENE, 2012, p. 151 e segs.), porém, antes de se alfabetizar, tais neurônios simetizam a informação, sendo necessário reciclá-los, para que percebam as diferenças entre direção para a esquerda e para direita.

Dentro do princípio da economia inclui-se a função cumulativa, ou seja, que uma só representação (significante) possa ter mais de um significado. Assim, além de assinalar a vogal mais intensa, no português escrito, o acento gráfico diferencia /’o/ vs. /O/; /’e/ vs. /E/: o primeiro, de cada par, pelo acento circunflexo (fôsseis, têxteis) e o segundo, pelo acento agudo (fósseis, éden). Vejamos quando se usam os acentos gráficos.

3.1 Todas as proparoxítonas levam acento gráfico

Aplicando o princípio da economia, por serem as mais raras, todas as proparoxítonas levam acento gráfico, como em ‘proparoxítonas’. Observe que, se a palavra proparoxítona, terminar em ditongo oral, ela leva acento gráfico, como em ‘fósseis’, ‘fôsseis’, ‘cárie’. Se o ditongo for crescente, também chamado de imperfeito, como no último exemplo, ‘cárie’, pode ser desdobrado e se transforma em um hiato, o que torna a palavra proparoxítona, logo, continua com o acento gráfico.

3.2 Todas as paroxítonas terminadas nas letras: l, r, x

Todas as paroxítonas terminadas nas letras: l, r, x levam acento gráfico, como em ‘amável’, ‘ímpar’, ‘córtex’. Observe que a leitura do grafema <l> em final de sílaba (inclusive da palavra), nas diferentes variedades sociolinguísticas, pode ser como [w] (predominante), [l], ou retroflexa, o que nos permite postular que <l> está representando muito bem o arquifonema |W| (lindo nosso sistema, não? Cobre todas as variedades!).

O mesmo ocorre com o grafema <r>, cuja leitura em final de sílaba (inclusive da palavra), agora também dependente do que vier depois (se um sinal de pontuação, uma palavra iniciada por vogal, por consoante surda ou sonora) e das diferentes variedades sociolinguísticas: antes de sinal de pontuação, a leitura pode ser como fricativa velar surda (predominante), ou vibrante múltipla surda; antes de sílaba iniciada por consoante, a leitura pode ser como fricativa velar surda (predominante), ou vibrante múltipla; em final de palavra, antes de vogal, na leitura, a consoante gruda nessa vogal e se transforma no flap [r], o que nos permite postular <r> como representando muito bem o arquifonema |R| (lindo, de novo, não?).

Quanto à letra ‘x’, em final de palavra paroxítona, ela realiza o grafema <x> que pode ter várias leituras, dependente do que vier depois (se um sinal de pontuação, uma palavra iniciada por vogal, por consoante surda ou sonora) e das diferentes variedades sociolinguísticas. Nesta posição, trata-se do único grafema que pode valer por duas consoantes /kS/ (fala erudita), ou três fonemas /kIS/ (fala corrente). Em qualquer dos dois casos, o último segmento, antes de sinal de pontuação, ou de palavra iniciada por consoante surda pode ser como fricativa palatal (predominante), ou fricativa ápico-alveolar surdas; antes de palavra iniciada por consoante sonora, pode ser como fricativa palatal (predominante), ou fricativa ápico-alveolar sonoras; antes de vogal, ela gruda nessa vogal e se transforma na fricativa ápico-alveolar sonora, o que nos permite postular o arquifonema |S| (lindo, de novo, não?).

3.3 Levam acento gráfico as paroxítonas terminadas:

- Nas letras ‘i’, ‘u’ (s)

Lembrem das sinalizações distintas das letras ‘i’, ‘u’ (s) em final de palavra, para a acentuação gráfica das paroxítonas, com valor das vogais orais /i/, /u/. As paroxítonas terminadas pelas letras ‘i’, ‘u’ (s) sempre levam acento gráfico, como em ‘júri’, ‘lápis’, ‘bônus’.

- Nos dígrafos ‘um’, ‘uns’, ‘on’, ‘ons’, que são lidos como as vogais nasais. Exemplos, ‘álbum’, ‘albuns’, ‘elétron’, ‘prótons’.

- Na letra ã(s). Só encontrei três palavras ‘órfã’(s), ‘dólmã’(s) e ‘ímã’(s).

- Nos ditongos nasais ‘ão’(s), ‘en’, como em ‘sótão’, ‘órgão’, ‘bênção’, ‘hífen’ (mas ‘hifens’ não leva acento gráfico!).

- Nos ditongos orais decrescentes, como em ‘amáveis’, ‘dizíeis’; nos ditongos orais crescentes, esses podem se transformar em hiatos, como em ‘espécie’, ‘armistício’, ‘audácia’.

- No encontro irregular das consoantes ‘ps’, como em ‘bíceps’, ‘fôrceps’.

Resumo: Recebem acento gráfico as paroxítonas terminadas em ‘r’, ‘l’, ‘x’, ‘i(s)’, ‘u(s)’, dígrafos ‘um’, ‘uns’, ‘on’, ‘ons’, ditongos nasais ‘ão(s)’, ‘en’, letras ã(s), ‘ps’.

3.4 Acento gráfico nas oxítonas e monossílabos tônicos

Lembrando sempre os efeitos opostos das letras ‘e’, ‘o’, ‘a’(s) / ‘i’, ‘u’(s):

- Se você se deparar com uma palavra que termine por ‘ê’, ‘é’, ‘ô’, ‘ó’, ‘á’ (s) e ela tiver duas ou mais sílabas, só pode ser lida como oxítona, isto é, o acento cai na última sílaba, como em ‘inglês’, ‘café’, ‘vovô’, ‘vovós’, ‘Paraná’. Isso também ocorre se a palavra terminar por ‘ém’, ou ‘éns’ (nesse caso, você lê um ditongo nasal), como em ‘ele contém’, ‘armazéns’.

- Se você se deparar com um monossílabo com ‘ê’, ‘é’, ‘ô’, ‘ó’, ‘á’ (s), isso lhe permite saber que não se trata de um monossílabo átono (lembre-se de que esses últimos são mais difíceis de identificar, mas qualquer monossílabo com ‘e’, ‘o’, ‘a’(s), como ‘de’, ‘do’, ‘da’, só pode ser átono: não existem monossílabos átonos que se escrevam com ‘i’, ‘u’ (‘ti’, ‘tu’, ‘nu’ são monossílabos tônicos).

Se você se deparar com uma palavra que termine por ‘éi’, ‘éu’, ‘ói’(s) e ela tiver duas ou mais sílabas, só pode ser lida como oxítona com ditongos com as vogais mais baixas /ɛ/, /ɔ/, como em ‘hotéis’, ‘chapéu’, ‘reconstrói’.

Lembre-se de que o Novo Acordo Ortográfico retirou o acento gráfico quando estes três ditongos estiverem na posição paroxítona, o que tornou o sistema mais opaco, pois não dá para saber se se trata de /ɛ/ ou /e/, de /ɔ/ ou /o/, como em ‘a teia’ / ‘ateia’.

Lê-se o acento agudo sobre as letras ‘i’, ‘u’ quando, no hiato, estiverem em segundo lugar, sozinhas, salvo a letra ‘s’ depois delas, formando a sílaba mais forte, independentemente de ser a última (oxítona), como em ‘baú’, ou penúltima (paroxítona), como em ‘egoísmo’.

Observe que o acento gráfico passa a ser diferencial, para distinguir o hiato do ditongo (ausência de acento gráfico), como em ‘recai’/’recai’. Esclareço, de novo, que, se as letras ‘i’, ‘u’, estiverem representando as semivogais, nos ditongos, jamais poderão receber acento gráfico, pois somente as vogais os admitem. Uma exceção é quando a sílaba seguinte ao hiato começar pelo dígrafo ‘nh’: não se coloca o acento gráfico, como em ‘rainha’.

A explicação dada para outra suposta exceção, como “as vogais ‘i’, ‘u’, por não serem acentuadas graficamente se vierem depois de um ditongo, como em ‘feiura’, ‘baiuca” não procede, pois se trata de um encontro vocálico não rotulado pela NGB: uma possível transcrição fonêmica como /fe’jura/ e /ba’juka/, mas nunca como /fej’ura/ e /baj’uka/, demonstra que, primeiro, temos o encontro das vogais /e/, /a/, com a semivogal /j/ em sílabas separadas (encontro

não rotulado pela NGB) e depois o da semivogal /j/ com a vogal mais intensa /u/, na mesma sílaba, isto é, um ditongo crescente. Em nenhum dos casos preenchem-se as condições para colocação do acento gráfico no hiato.

4. Acentuação gráfica na mesóclise verbal

Para finalizar, tratarei de um caso mal explicado para interpretar os acentos gráficos, quando os verbos se combinam com os pronomes pessoais átonos o(s), a(s):

- As únicas letras que podem realizar grafemas consonantais em final de palavra são: ‘l’, ‘r’, ‘s’, ‘z’, ‘x’, ‘m’, ‘n’. Dessas, somente ‘r’, ‘s’, ‘z’, ‘m’ podem figurar no final de verbos.

- Os pronomes pessoais átonos podem se posicionar na frente dos verbos (próclise, posição preferencial no PB), como em “Ele a considera bonita”. (Lembre-se de que ‘clise’ é uma variante de ‘clit-’ que aparece na palavra ‘clítico’, a qual significa ‘palavra átona’). Quando o pronome pessoal átono estiver na frente do verbo (próclise), não há nenhuma mudança: não se usa hífen e na leitura os reconhecemos, inclusive, porque se escrevem com as letras o(s), a(s) e não há nenhum acento gráfico, como, na linha acima, ‘os reconhecemos’.

- Quando o pronome pessoal átono estiver depois do verbo (ênclise), temos que usar o hífen e, se o verbo terminar por ‘r’, ‘s’, ‘z’, ‘m’ ocorrem as seguintes mudanças:

- ‘r’, ‘s’, ‘z’ migram para o pronome e se transformam em ‘l’, precedido pelo hífen: aplicam-se as regras de acentuação gráfica ao verbo, como os exemplos a seguir:

contar + o = contá-lo

escreves + as = escreve-las

fiz + o = fi-lo

- Se o verbo terminar por ‘m’ (3ª pess. pl.), a letra permanece, mas o pronome assimila parcialmente a nasalidade, registrada pela letra ‘n’ em seu início:

contaram + a = contaram-na

- Quando o pronome pessoal átono estiver no meio do verbo (mesóclise), é um pouco mais complicado: só ocorre no futuro do presente e do pretérito do indicativo. Para entenderem melhor, preciso explicar que nossos futuros saíram de tempos compostos do português antigo:

Fut. pres. ind.

contar + hei = contarei

Fut. pret. ind.

contar + havia = contaria

A mesóclise ressuscita um pouco isto:

contar + o + ei = contá-lo-ei

contar + as + ias = contá-las-ias

contar + o + á = contá-lo-á

contar + as + íamos = contá-las-íamos

contar + o + eis = contá-lo-eis

contar + as + iam = contá-las-iam

5. Acento gráfico como marcas de concordância e anafóricas

Não poderia encerrar esse artigo, sem tratar de um dos acentos gráficos mais importantes e mais frequentes para compreender o que se lê, na 3ª pess. dos verbos ‘ter’ e ‘vir’ e seus derivados, no presente do indicativo.

Observe que, na 3ª pess. sing., simplesmente se aplicam as regras de acentuação gráfica. É na 3ª pess. pl. que se usa o acento circunflexo, fazendo com que ele seja diferencial e, com isto, tais acentos gráficos sirvam como marcas de concordância e anafóricas para a recuperação da referência quando o sujeito não vier expresso, ou, se estiver expresso, pelo pronome relativo ‘que’.

A ausência do acento gráfico só ocorre no monossílabo, na 3ª pess. sing. do pres. do ind., como em ‘ele tem’, ‘ele vem’; o acento agudo só ocorre nos derivados na 3ª pess. sing. do pres. do ind., como nos exemplos ‘ele contém’, ‘ele provém’; o acento circunflexo só ocorre na 3ª pess. pl. do pres. do ind., tanto nos monossílabos, quanto nos derivados, como nos exemplos ‘eles têm’, ‘eles vêm’, ‘eles contém’, ‘eles provêm’. Veja, como, no exemplo a seguir, na oração subordinada adjetiva, a marca de 3ª pess. pl. está unicamente no acento circunflexo: “As pessoas que provêm do hemisfério norte sofrem com o calor no Rio de Janeiro”.

Conclusões

Iniciei esse artigo com dados irrefutáveis sobre a calamitosa situação da alfabetização no Brasil, a partir da Avaliação Nacional de Alfabetização, realizada em 2016 e divulgada em 2017. Uma reflexão crítica sobre tais resultados nos leva a concluir que há falta de fundamentos científicos na orientação das políticas públicas de alfabetização, causadora de falhas que comprometem o ensino-aprendizagem. Entre elas, abordei a questão de ignorarem a necessidade do *input* (no caso, a leitura) como pré-requisito do *output* (no caso, a produção escrita), ilustrado com a negligência em desenvolver a competência para atribuir o acento de intensidade, como condição para o reconhecimento da palavra escrita e, portanto, para a compreensão.

No artigo, esclareço o proveito que o educador poderá obter da transparência do sistema do português escrito para uma alfabetização excelente para a leitura, ilustrando tal transparência com a aplicação do princípio da economia e do valor do zero linguístico para a atribuição do acento de intensidade às palavras mais frequentes do português escrito, isentando-as do acento gráfico. Sendo assim, todas as palavras com mais de duas sílabas que terminam por ‘a’, ‘e’, ‘o’, seguidas ou não de ‘s’ e por ‘em’, ‘ens’, ‘am’, sem nenhum acento gráfico (as mais frequentes do português escrito), são lidas como paroxítonas. Demonstro, igualmente, como o sistema do português escrito, permite a identificação dos clíticos que terminam pelas letras ‘a’, ‘e’, ‘o’, seguidas ou não de ‘s’ em contraste com a impossibilidade de sua delimitação na cadeia da fala.

Referências

- DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura**; como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.
- INEP. **Sistema de avaliação da educação básica - Avaliação Nacional de Alfabetização**. Brasil: Ministério de Educação, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=75181-resultados-ana-2016-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 26 de out. 2017.
- JUSCZYK, P. W. **The Discovery of spoken language**. Cambridge, Mass., Londres: The MIT Press, 1997.
- LOPEZ, B. A. **The sound pattern of Brazilian Portuguese** (Cariocan dialect). Tese de doutorado. Los Angeles: Univ. of California, 1979.
- MATTOSO CAMARA Jr., J. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MICHAJLOWSKI, P. Mesopotamian cuneiform. In: DANIELS, P. T.; BRIGHT, W. (Orgs.). **The world's writing systems**. New York/Oxford: Oxford Univ. Press, p. 33-72, 1996.
- PETRIE, F. W. M. **The formation of the alphabet**. Londres: MacWiley and Co., 1912.
- QUICOLI, A. C. Harmony, lowering and nasalization in Brazilian Portuguese. **Lingua**, Amsterdam: Elsevier, n. 80, p. 295-331, 1990.
- RITNER, R. K. Egyptian writing. In: DANIELS, P. T.; BRIGHT, W. (Orgs.). **The world's writing systems**. New York/Oxford: Oxford Univ. Press, p. 72-87, 1996.
- SAUSSURE, F. de. **Écrits de linguistique générale par Ferdinand de Saussure**. Texto estabelecido e editado por BOUQUET, S.; ENGLER, R. Paris: Gallimard, 2002, p. 353.
- SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale**. Edição crítica preparada por Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1972..
- SENADO FEDERAL. **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - Atos internacionais e normas correlatas**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2014.
- VIANA, A. R. G. **Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas**. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.

Revisitando a *Convenção* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*

Revisiting the works *Convenção* and *A grafia de nomes tribais brasileiros*

Maria Carlota Rosa*

RESUMO

Este artigo reúne dois trabalhos clássicos, ainda de acesso relativamente difícil, que procuraram normalizar o emprego de etnônimos em textos científicos em português. São eles a *Convenção para a grafia dos nomes tribais* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*.

Palavras-chave: Etnônimos; ortografia; textos em português

ABSTRACT

This article brings together two classic works, still relatively difficult to access. Both works sought to normalize the use of ethnonyms in scientific Portuguese texts, namely: *Convenção para a grafia dos nomes tribais* and *A grafia de nomes tribais brasileiros*.

Keywords: Ethnonyms; orthography; texts in Portuguese

1. A *Convenção*, *A Grafia* e os etnônimos em português

Este artigo reúne, sob a forma de anexos, dois documentos que procuraram normalizar a grafia de etnônimos em textos científicos em português: a *Convenção para a grafia dos nomes tribais* e *A grafia de nomes tribais brasileiros*. Reunir esses documentos, que foram publicados na década de 1950 em números diferentes da *Revista de Antropologia*, tem por

Recebido em 23 de janeiro de 2020.

Aceito em 18 de abril de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.364

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, carlota@ufrj.br, orcid.org/0000-0003-2936-7386

justificativa a menção continuada a esse material aliada a alguma dificuldade de consulta¹. Não obstante a recente disponibilização *online* da maior parte dos volumes da *Revista de Antropologia* pela Universidade de São Paulo, os títulos desses trabalhos não estão no índice de *links* de cada parte do volume anual da *Revista de Antropologia* – reflexo do índice no impresso – e apenas o *link* para a versão completa de cada parte do volume permite encontrar o que não foi publicado como artigo.

A *Convenção* não empregou *etnônimo*, palavra com origem no grego *éthnos*, ‘povo’ e *ónoma*, ‘nome’; em seu lugar empregou *nome tribal*. O termo *etnônimo* já estaria presente na *grafia*.

Um *etnônimo* pode ser definido como

o nome que se aplica à denominação dos povos, das tribos, das castas ou de agrupamentos outros em que prevalece o conceito de etnia. Estes nomes utilizados na língua comum admitem a forma plural, como todos os outros: *os brasileiros, os portugueses, os espanhóis, os botocudos, os tupis, os tamoios, etc.*

(BECHARA, 1999: 129)

O foco dos *etnônimos* – e isto os diferencia dos *gentílicos* – não é a localização geográfica de um conjunto de indivíduos (que distingue, por exemplo, os *gentílicos paulistano e paulista*) mas, para usar das palavras de Ricardo (1995: 34), uma “*coletividade única [...] e não apenas de uma somatória de pessoas*”. Esta definição, ao identificar um grupo como único, vai ao encontro da definição de *nome próprio* na terminologia onomástica (ICOS/Council of Onomastic Sciences², 2010). O mesmo Conselho, porém, levanta a possibilidade de tratamento diferente para o plural e para o singular:

NOTE: Ethnonyms are not treated as proper names in some languages and by some scholars, e.g. *ingleses* in Spanish. According to some theories, ethnonyms are proper names both in plural and singular, in other theories, ethnonyms in the plural are proper names, in the singular appellatives.

É a atribuição de caráter diferenciado aos *etnônimos* em textos científicos em português – sua caracterização como nomes próprios (*mas ver nota 6 adiante*), sem marcas flexionais e

1 Em 1999, Júlio César Melatti arrolava esse como um dos motivos para não usar a *Convenção*: “*Os não familiarizados com temas indígenas não sabem de sua existência e nem como procurá-la, esgotados que estão o número da revista e o livro que a estamparam*”. O livro a que Melatti se refere é a obra organizada por Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976).

2 Lê-se na *List of Key Onomastic Terms* : “**proper name** – linguistic expression that uniquely identifies a person, a group of persons, a place, an animal or an object (ship, train...) – e.g. *Earth, Zambezi, Chile, Beijing, David, Victoria, Miikkulainen, Hyundai, Sony, Das Erzgebirge*”.

com grafia próxima a um alfabeto fonético simplificado – o ponto central em debate quanto à aceitação ou não da *Convenção*.

De acordo com o *Dicionário etimológico* de José Pedro Machado, a entrada do vocábulo *etnônimo* em português se dá por volta de 1940. Foi, portanto, uma inovação a inclusão pelo Prof. Evanildo Bechara desse novo termo na sua gramática, que chamava a atenção para os usos diferentes que são admitidos caso um etnônimo venha a ser empregado num texto científico:

Por convenção internacional de etnólogos, está há anos acertado que, em trabalhos científicos, os etnônimos que não sejam de origem vernácula ou nos quais não haja elementos vernáculos não são alterados na forma plural, sendo a flexão indicada pelo artigo plural: *os tupi, os nambiquara, os caiuíá, os tapirapé, os bântu, os somáli, etc.*
(BECHARA, 1999: 129)

Uma vez que a *Convenção* propunha um uso especializado para emprego em textos científicos, diferente da ortografia em vigor no português brasileiro, era de se esperar que os grandes jornais do país continuassem a recomendar em seus manuais de redação a ortografia em vigor e a concordância padrão³ e que os dicionários gerais de língua portuguesa publicados no Brasil pudessem adotar diferentes decisões quanto aos etnônimos. O dicionário *Houaiss*, por exemplo, decidiu por incluir apenas as formas aportuguesadas⁴; o dicionário *Aurélio*, por outro lado, resumiu os aspectos mais difundidos da *Convenção* na subentrada *etnônimo brasileiro*⁵ e assinalou com asterisco, dentro dos verbetes, a grafia especializada que podem assumir:

caingangue (a-in). *Bras. S. 2g. 1.Etnôn.* Indivíduo dos caingangues [ou (etnôn. bras.) *Kaingang], povo indígena que habita SP, PR, SC e RS.

carajá². *Bras. S. 2g. 1.Etnôn.* Indivíduo dos carajás [ou (etnôn. bras.) *Karajá], povo indígena da família linguística carajá, tronco macro-jê, que habita as margens do rio Araguaia (MT e TO).

3 No manual do *Estadão* (MARTINS FILHO, 1997: 171): “Use minúsculas:[...] 6 – Nos adjetivos pátrios e gentílicos e nos nomes de tribos indígenas: *os brasileiros, os alemães, os romanos, os guaranis, os xavantes, os tucanos, os caingangues*”. No manual da Folha de São Paulo: “Na Folha, nomes de nações, povos e tribos indígenas do Brasil são flexionados como os de qualquer etnia, povo ou nação: os tupis, os ianomamis, os bantos, os apaches, os franceses, os mexicanos, os lapões” (FOLHA ONLINE, adendo).

4 HOUAISS (2009 – nota gramatical ao verbete “etnônimo”): “a grafia dos etnônimos brasileiros foi estabelecida na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1953; segundo esta, os substantivos e adjetivos são invariáveis e grafam-se, no caso dos primeiros, com inicial maiúscula: os *Apinayé, os Borôro, a cerâmica kadiwéu*; este dicionário somente dá entrada às formas aportuguesadas dos etnônimos”.

5 FERREIRA (1999 – nota em *etnônimo brasileiro*): “Entre os antropólogos que estudam esses grupos indígenas, a grafia dos etnônimos brasileiros adota inicial capitular, não varia em gênero e número, e obedece à convenção para a grafia de nomes tribais recomendada pela maioria dos participantes da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1953”.

De acordo com Ricardo (1995: 34), “[v]ários aspectos dessa convenção são respeitados pelos antropólogos até hoje, mas muitos nunca o foram”. É o mesmo entendimento de Viveiros de Castro (1999: 162n52), para quem a “convenção de 1953 da ABA [**Associação Brasileira de Antropologia**] sobre a ‘grafia dos nomes tribais’ nunca foi integralmente respeitada, e a nomenclatura oficial da Funai [**Fundação Nacional do Índio**] é meramente aleatória” porque, explica Ricardo (2001: 66), “oriunda dos seus funcionários (sertanistas) e combinada com outras tomadas de empréstimo dos antropólogos”.

Os pontos mais lembrados da proposta de normalização são a capitalização dos etnônimos, o emprego de *k*, *w* e *y* – ambos divergentes da ortografia oficial do português brasileiro⁶ quando da elaboração desses documentos – e a concordância nominal.

Com o Acordo Ortográfico de 1990, *k*, *w* e *y* passaram a integrar o alfabeto da língua portuguesa (Base I); quanto à capitalização, passou a ser admitida em textos de especialidades (Base XIX):

As disposições sobre os usos de minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

O *Acordo* firmava ainda o compromisso de a curto prazo estabelecer as grafias das diferentes terminologias científicas nos textos em português:

Art. 2º Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

A grafia diferenciada buscava aproximar-se do Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e, assim, tornar tais designações internacionais (RICARDO, 2001: 67). A observação de Ricardo não se aplica à *Convenção*, que se apresentou como uma ferramenta para contornar a penúria do

6 Pela ortografia oficial portuguesa que se seguiu ao Acordo Ortográfico de 1945, “*nomes étnicos de qualquer natureza*” deveriam receber inicial maiúscula: “Os nomes de raças, povos ou populações, qualquer que seja a sua modalidade [...] escrevem-se todos com maiúscula inicial, por constituírem verdadeiras formas onomásticas. Exemplos: *os Açorianos, os Americanos, os Brasileiros, os Cariocas, os Hispanos, os Lisboetas, os Louletanos, os Marcianos, os Mato-Grossenses, os Minhotos, os Murtoseiros, os Negros, os Portugueses, os Tupinambás* [...]” (Base XXXIX).

parque gráfico à época. Essa pobreza, pelo menos até a década de 1970, relegou o IPA a segundo plano no Brasil, favorecendo alfabetos fonéticos cujos símbolos pudessem ser compostos numa máquina de escrever comum.

A par com a aceitação, ainda que parcial da *Convenção*, há quem a rejeite porque a entende como um modo de equiparar povos indígenas a espécies animais e vegetais:

Há quem rejeite a convenção da ABA por sua suposta pretensão de estabelecer uma nomenclatura científica de tipo botânico ou zoológico — isto é, por ‘naturalizar’ as sociedades indígenas (Vidal & Barreto F^o, 1997: 160 n. l). Mas há quem entenda (e estou com estes) que pior que tal ‘naturalização’ é a ‘aculturação’ forçada pelo abasileiramento dos etnônimos.

[...] escrever, por exemplo, os Araweté, em lugar de os arawetés, é um modo, certamente simbólico, de reconhecer um coletivo linguístico, étnico e territorial diferenciado dentro da ‘comunhão nacional’. (A questão é outra, naturalmente, quando são os próprios índios que decidem como se haverá de grafar seu etnônimo, como acontece nos grupos que utilizam a escrita, em português e/ou no vernáculo nativo).

(CASTRO, 1999: 162-163n52)⁷

Ou ainda, pelo caráter discriminatório que confere a esses povos:

Não é uma atitude respeitosa grafar com inicial maiúscula ou não flexionar em gênero e número. Atitude respeitosa é tratar com absoluta igualdade, o que significa, na grafia de nomes de povos indígenas e africanos, escrever como se escrevem todos os demais. Na verdade, se há um termo profundamente discriminatório é o adjetivo *tribais* no nome da convenção. Não se usa *tribal* para fazer referência a portugueses, franceses, alemães, suecos e islandeses. Eles são povos. Por que então os povos indígenas são tribos?

(FIORIN & PETTER, 2008:11)

Aceitar a *Convenção*, aceitá-la parcialmente ou rejeitá-la (e então decidir por uma grafia) geram grande variabilidade gráfica⁸ na atualidade, o que acaba por levar cada autor a justificar a decisão tomada. Um exemplo em Lima (2018: 10 n. 3):

Na atualidade há quatro grafias possíveis: *Wapichan* escrita com *ch* e sem a vogal “a” no final constante na gramática nativa *Wapichan paradan idia’na aichapkary pabinak na’ik*

7 No trabalho de Lux B Vidal e Henyo T. Barretto Filho (O elo perdido, *Anuário Antropológico*, 21(1): 159-188, 1997), a primeira nota informa que “*grafia de nomes indígenas segue a aqui as orientações de Julio Cesar Melatti e as críticas deste à CGNT (Convenção para a Grafia de Nomes Tribais, estabelecida pela ABA, no Rio de Janeiro, em 1953), em especial à pretensão desta em constituir-se numa nomenclatura científica para as sociedades indígenas, como se fossem espécies animais e vegetais (Melatti 1979 e 1989)*”.

8 Para Câmara Jr (1955:125), sem a normalização “*de muitos etnônimos se encontram na bibliografia até cinco, seis ou mais variantes, divergindo de acordo com a nacionalidade dos pesquisadores ou o seu maior ou menor apuro auditivo*”.

kadyzyi kid (CAMILO; OLIVEIRA; SILVA, 2015); *Wapichana* com *ch* que é a maneira como os indígenas grafam em português a palavra na Malacacheta, inclusive com registro gráfico no *Paradakary Urudnaa*, o dicionário de Wapichana para português e vice-versa; *Wapixana* com *x* que representa a forma aportuguesada (ou traduzida) do vocábulo; *Wapishana* com *sh* que constitui a forma usual adotada no inglês, forma utilizada na tese de Farage (1997). A convenção aqui adotada grafa *Wapichana* com inicial maiúscula e *ch* ao se referir a este povo como coletividade. Nos demais contextos grafa-se a palavra com inicial minúscula: *os nomes wapichana*, *as crenças wapichana*, etc. Segundo Migliazza (1967, p. 169), o termo Wapichana “é usado para designar, no Brasil e na República Cooperativa da Guiana, os falantes de dois dialetos mutuamente inteligíveis: Wapishana e Atoraf”. Santos (2006) mostra que outros tantos nomes foram citados na literatura com referência aos Wapichana: *Wapityan*, *Wapitschana*, *Matisana*, *Uapixana*, *Vapidiana*, *Attaray*, *Dauri*, *Atorayu*, *Vapidiana Verdadeiro*, *Aturaiu*, *Amaripás*, *Maopitian* e *Wapichiyana*.

Os nomes dos povos podem ser os nomes das línguas que falam – e o debate se estende para os glossônimos: “*como muitas línguas faladas por esses povos ainda não são escritas, não aportuguesar é escrever à maneira de ingleses e franceses e não respeitar as formas linguísticas africanas ou indígenas*” (FIORIN & PETTER, 2008:11).

2. Sobre a elaboração desses documentos

De 8 a 14 de novembro de 1953 realizava-se no Museu Nacional, já então incorporado à Universidade do Brasil⁹, a 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. A Linguística estava listada entre os 11 “*centros de interesse*” na chamada de trabalhos para o encontro, publicada pelo antropólogo Egon Schaden (1913-1991) na seção *Pequenas comunicações* do primeiro número da *Revista de Antropologia*, que ele fundara:

Como centros de interesse para as comunicações estabeleceram-se os tópicos seguintes: problemas de ensino de antropologia; possibilidades de pesquisa e de exercício de atividade técnico-profissional (instituições oficiais e particulares); o indígena; o negro; o branco povoador, imigrantes de diferentes origens; estudo de comunidades; áreas regionais; cultura e personalidade; antropologia física; arqueologia; linguística.
(SCHADEN, 1953: 72)

9 O Decreto-Lei N° 8.689, de 16 de janeiro de 1946 incorporou o Museu Nacional à então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. A 1ª Reunião foi “*iniciativa do Museu Nacional e se realizara sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura por intermédio da Reitoria da Universidade do Brasil*” (*Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia*).

O *Noticiário* do número da *Revista de Antropologia* posterior à realização do evento trazia as áreas da Linguística que tinham sido focalizadas e seus relatores¹⁰:

11 - Linguística --- a) Geral – Matoso Câmara (Faculdade Nacional de Filosofia); b) Dialetolegia – Serafim da Silva Neto¹¹; c) Bibliografia dos idiomas indígenas --- Jörn Philipson (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo).

(*Revista de Antropologia*, 2 (1): 77-78, 1954)

A essa pequena lista o *Noticiário* acrescentava que, “relatado pelo professor Matoso Câmara, estabeleceu-se uma convenção para a grafia dos nomes tribais indígenas brasileiros em texto português”. A *Convenção* seria publicada na seção *Pequenas comunicações* da segunda e última parte do volume 2, 1954, da *Revista de Antropologia*.

Igualmente publicada na seção *Pequenas comunicações* da *Revista de Antropologia*¹², já em 1955, o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), ausente da reunião de Salvador, prepararia, em acordo com a *Convenção*, a *Grafia de nomes tribais brasileiros*, uma longa lista de 1162 itens elaborada com “base na relação que acompanha o mapa etnográfico de Curt Nimuendajú”.

Não era pouco trabalho, porque a lista de Nimuendajú se regia por princípios bem diferentes daqueles que Câmara Jr. deveria aplicar à sua lista. Como notaram Emmerich & Leite (1987:28-29), a amplitude do trabalho de Nimuendajú o levava a assinalar de modo distinto os grupos extintos, os grupos existentes e os aldeamentos abandonados:

10 A 1ª Reunião não tomou o formato de congresso, o que explica a lista de relatores: “consistiu por assim dizer num balanço dos estudos antropológicos feitos no Brasil até àquela data; ao invés de ‘teses’, de trabalhos de livre escolha, de comunicações individuais, o temário constou, por deliberação da respectiva comissão organizadora [...], de relatórios sobre o estado dos problemas de ensino de Antropologia e as possibilidades de pesquisa e do exercício de atividades técnico-profissionais, no País, bem como sobre os estudos realizados nos campos de etnografia indígena, contribuições culturais do aborígine, do negro e do branco, de comunidades, de áreas regionais, de cultura e personalidade, de antropologia física, arqueologia e linguística” (Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia).

11 SERAFIM DA SILVA NETO (1917-1960) marcava na Reunião sua preocupação com a Dialetolegia no Brasil: “No dia 14 de novembro de 1953, na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional, fundou-se, por proposta de Serafim da Silva Neto (votada unanimemente), o Centro de Estudos de Dialetolegia Brasileira.[...] (Revista Brasileira de Filologia 1955(1) : 83, “Noticiário” - citado em COELHO, 1998: 105). Olga Coelho reportava, então, o comentário de Câmara Jr. já bem posterior à realização da Reunião – em 1968 –de que a criação desse Centro “acabaria por não se desenvolver efetivamente” (COELHO, 1998: 105). No artigo referido por Coelho, Câmara Jr. afirmava que “Silva Neto planejou um centro de dialetolegia no Museu Nacional (Centro de Estudos de Dialetolegia Brasileira) até agora não executado” (CÂMARA JR. [1976 [1968]: 56).

12 Esse trabalho seria republicado na *Revista de Atualidade Indígena*, da FUNAI/Fundação Nacional do Índio em 1979.

O estudo das variações da ortografia portuguesa e grafia fonética demonstra serem eles modos de reforçar a mesma informação. Assim, enquanto os extintos Canindé do Ceará e da Paraíba estão registrados com a ortografia portuguesa, para os Kanamarí, grupo do rio Purus ainda existente, é utilizada grafia fonética. Do mesmo modo, tem-se Kabiši, Arekuná, Arikapú, Wapiçana, Yurúna etc, grupos existentes, registrados em convenção fonética, e Cachiné, Arequena, Aricari, Uariua, Juruena etc., grupos extintos, para os quais é usada a convenção ortográfica do português.

[...]

é possível encontrar três grafias diferentes para um mesmo grupo. Por exemplo, ocorrem Tučinawa e Tuchinawa no mapa e Tušinawa no índice. A entrada Tušinawa no índice indica que se trata de um grupo não totalmente extinto e a alternância Tučinawa e Tuchinawa, no mapa, indica que está extinto o grupo outrora localizado em território brasileiro, estando os remanescentes em país de língua espanhola.

(EMMERICH & LEITE, 1987: 29)

Os modos distintos aplicados por Nimuendajú o fizeram escrever os etnônimos de modos diferentes fosse no próprio mapa ou com diferenças entre o mapa e o índice que acompanha o mapa também para não perder “*a informação quanto à natureza e procedência das fontes bibliográficas*”. E as autoras explicam: “*Por exemplo, tem-se nos índices as formas Coussani e Quiloaza e nos mapas Cussani e Quiloasa, variações essas que indicam serem os grupos extintos e que a fonte bibliográfica é francesa no primeiro caso e espanhola no segundo*” (Emmerich & Leite, 1987: 29).

Ainda a *Revista de Antropologia* publicaria, no volume seguinte a este último, sob o título *Nomes tribais*, nova lista, pelo linguista checo Chestmir Loukotka (1895-1966), que admitia que alguns nomes de sua lista estavam grafados “*segundo uma transcrição adaptada à do referido artigo, outros talvez não*”.

A *Convenção* de 1953 não trazia o caráter de uma normalização obrigatória; podia ser aplicada, caso se quisesse, a etnônimos “*de qualquer parte do mundo*”; e previa a possibilidade de sofrer revisões no futuro:

Os abaixo-assinados, participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, resolvem para seu uso próprio e de quantos queiram a eles aderir, cingir-se às normas acima, para a grafia dos nomes tribais brasileiros em texto português, reservando-se o direito de rever essas Normas em futura Reunião de Antropologia; outrossim, fica entendido que cada um dos que as adotarem poderá, se lhe parecer conveniente, estender essas Normas à grafia de nomes tribais, em geral, de qualquer parte do mundo.

Em 1980 o Relatório do Grupo de Trabalho da ABA, coordenado pelo linguista Nelson Rossi (1927-2014), reconhecia a

crescente e já bastante sedimentada aderência dos antropólogos e linguistas brasileiros (e de muitos estrangeiros) à maior parte de suas normas, o que já caracteriza uma ponderável tradição no uso daquelas normas. Esse amplo uso da *Convenção* em obras científicas de antropologia e linguística revela também que algumas das normas convencionadas têm sido menos observadas e parece-nos que isto tem acontecido especialmente com respeito àquelas que, de fato, são mais questionáveis sobre vários pontos de vista e que, por isso, mostram-se merecedoras de revisão.

O *Relatório* sugeria ainda, para ampliar a circulação de grafias de etnônimos em acordo com as normas da *Convenção* de 1953,

a hipótese de a ABA recomendar a dicionaristas e lexicógrafos que as incluam nos dicionários e glossários, ao lado das grafias canonicamente ortográficas (entre parênteses) ou em listas-apêndices como as usuais para abreviaturas de expressões ou frases consagradas em língua estrangeiras (latim, francês, inglês etc.).

Concluía com a sugestão de que se constituísse nova comissão temporária para “*empreender a revisão e ampliação da lista de etnônimos grafada segundo as normas da referida convenção*” em prazo determinado, para conhecimento e discussão por todos os membros da ABA.

* * *

Apresentam-se a seguir, sob a forma de anexos, a *Convenção* e a *Grafia*. Nesta mantivemos a paginação e introduzimos numeração para os etnônimos.

Anexo 1

(Extraído da *Revista de Antropologia*, 2 (2):150-152 – Dez. 1954)

CONVENÇÃO PARA A GRAFIA DOS NOMES TRIBAIS

(Assinada pela maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia)

- 1) Atender à questão prática da pobreza das nossas tipografias em linotipos e monotipos.
- 2) Aceitar o dígrafo, i. e., o uso de duas letras para um som vocal uno, quando para evitá-lo seria preciso usar caracteres tipográficos muito especiais.
- 3) Limitarmo-nos aos caracteres do alfabeto latino, não só para evitar dificuldade tipográfica, mas também um aspecto gráfico esdrúxulo com a intercalação, no texto português corrido de caracteres heteróclitos.
- 4) Ao contrário da atitude atual da filologia portuguesa, inspirada em Gonçalves Viana, não nos limitarmos às letras consideradas genuinamente portuguesas, mas incluir o *k*, *y* e *w*, cômodos e até indispensáveis.
- 5) Banir a dualidade de representação para um mesmo som vocal e portanto banir as letras que só representam um som em condições parciais, como *c* e *q*, substituíveis por *k*.
- 6) Usar apenas os sinais diacríticos usuais, como o trema, o acento agudo e o acento circunflexo (o til e o acento grave não terão oportunidade de serem usados, como veremos em 15 e 16).
- 7) Não procurar cingir estritamente a pronúncia da língua índia, mas usar um sistema lato (ing. *broad transcription*), só distinguindo os sons vocais da natureza dos que possuímos e os que nos é relativamente fácil pronunciar por conhecê-los de outras línguas ocidentais (*u* francês, *ch* inglês, etc.) ou por compreender-lhes facilmente a articulação, como as consoantes aspiradas e as geminadas.
- 8) Nestas condições dividir os sons vocais em-- *VOGAIS* e *CONSOANTES*, e dividir esses dois tipos básicos em alguns subtipos gerais apenas.
- 9) Para as *CONSOANTES* considerar: 1) - Quanto à maneira de emissão da corrente de ar: a) oclusivas; b) constrictivas; c) africadas; d) nasais; e) líquidas. 2) - Quanto ao ponto articulatório: a') labiais; b') ântero-linguais; c') médio-linguais (nas constrictivas, africadas, nasais e líquidas); d') póstero-linguais (nas oclusivas e nasais). Portanto: a) *p, b, t, d, k, g*; b) *f, v, s, z, x, j*; c) *tx, dj*, que são médio-palatais na 2a. fase articulatória, e qualquer outra africada, decompondo-a na oclusiva correspondente à 1a. fase articulatória e na constrictiva correspondente à 2a. fase articulatória; d) *m, n, ñ, n, ng*; e) *r, l, lh*, ficando o *r* com a capacidade de representar qualquer modalidade da vibrante.
- 10) Quando a consoante é de tipo fora do comum para nós, por combinar uma dada maneira de emissão da corrente de ar com um ponto articulatório que entre nós não se combina com essa maneira de emissão, dar preferência à coincidência do ponto articulatório entre a consoante em questão e a nossa, representando a consoante como se a maneira de emissão da corrente de ar fosse a da nossa; assim, uma constrictiva bilabial será indicada por *p*, que é oclusiva bilabial; uma constrictiva póstero-lingual, será indicada por *k*, que é oclusiva póstero-lingual, etc.
- 11) Representar a aspiração, usando a letra *h* isolada ou combinada com uma consoante oclusiva, se esta é aspirada (*kh, th*, etc.) e não representar a aspiração nos outros tipos de consoante, o que é um caso muito raro, atendendo à segunda parte de 7) .

- 12) Representar o *glottal stop* por um hífen (-), colocado entre as duas letras correspondentes aos dois sons vocais entre os quais êle se verifique.
- 13) Para as vogais, considerar: a) o avanço da língua sem arredondamento dos lábios, como nas nossas vogais anteriores ou palatais; b) o recuo da língua com o arredondamento dos lábios, como nas nossas vogais posteriores também ditas velares ou labiais; c) o avanço da língua com arredondamento e o recuo da língua sem arredondamento, o que constitui as vogais chamadas "mistas" em fonética (*u* francês de *nu*, *eu* francês de *feu*, *u* inglês de *but*, etc.).
- 14) Usar as vogais portuguesas para a) e b) sem procurar distinguir nas sílabas átonas vogais abertas e fechadas; e usar as vogais *a*, *o*, *u*, com trema para as mistas: a) *a*, *e*, *i*; b) *o*, *u*; c) *ã*, *õ*, *ü* (assim, por causa de l), tanto o *eu* de *feu* como o *u* de *but* serão indicados por *õ*.
- 15) Representar as vogais nasais pela vogal correspondente seguida de *n*, sem cogitar de distinguir a vogal nasal pura e a vogal seguida de consoante nasal na mesma sílaba e por isso nasalizada.
- 16) Representar a vogal tônica dos tipos 14a e 14b por acento agudo, se é aberta, ou para *i* e *u* em qualquer caso, e pelo acento circunflexo, se é fechada.
- 17) Quando no nome tribal aparece uma vogal mista (tremada) e não há acento em outra vogal, entende-se que esta vogal mista é a tônica.
- 18) Do nosso alfabeto usual, ficam, portanto, sem aplicação as letras *c* e *q*, o acento grave e o til.
- 19) Em compensação introduz-se o *y* e o *w* para distinguir da vogal *i* ou *u*, respectivamente, a semiconsoante correspondente, i. é, uma articulação em que há sensível constrição da corrente de ar na parte pré-vocálica da sílaba, quando essa semiconsoante es tiver isolada.
- 20) Os nomes tribais se escreverão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival.
- 21) Os nomes tribais de origem portuguesa ou morficamente aportuguesados terão a grafia portuguesa e a flexão portuguesa, mas também se escreverão com letra maiúscula.
- 22) Os nomes tribais de 1) a 20) não terão flexão portuguesa de número ou gênero, quer no uso substantival, quer no adjetival.

* * *

Os abaixo-assinados, participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, resolvem para seu uso próprio e de quantos queiram a eles aderir, cingir-se às normas acima, para a grafia dos nomes tribais brasileiros em texto português, reservando-se o direito de rever essas Normas em futura Reunião de Antropologia; outrossim, fica entendido que cada um dos que as adotarem poderá, se lhe parecer conveniente, estender essas Normas à grafia de nomes tribais, em geral, de qualquer parte do mundo.

Sala de Sessões, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1953.

Anexo 2(Extraído da *Revista de Antropologia*, 3(2):125-132 – Dez. 1955)**A GRAFIA DOS NOMES TRIBAIS BRASILEIROS**

A fim de se alcançar uma progressiva uniformização da grafia dos nomes tribais brasileiros, a maioria dos participantes da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, 1953) assinou uma convenção, cujo texto foi publicado na *Revista de Antropologia* (vol. 2, n.º 2, dezembro de 1954). A pedido da comissão que o elaborou, o Prof. J. Mattoso Camara Jr., da Universidade do Brasil, enviou à 2ª Reunião Brasileira de Antropologia (Salvador, 1955) extensa lista de etnônimos grafados segundo o referido sistema. Tomou por base a relação que acompanha o grande mapa etnográfico de Curt Nimuendajú e que abrange quase todos os nomes tribais conhecidos. É, salvo poucas omissões e acréscimos, a que ora divulgamos, para que possa ser objeto de discussão a crítica da parte dos especialistas. A adoção de uma lista mais ou menos definitiva só poderá ser conseguida paulatinamente, mediante colaboração e entendimento de quantos trabalhem no campo de nossa etnologia indígena. De muitos etnônimos se encontram na bibliografia até cinco, seis ou mais variantes, divergindo de acordo com a nacionalidade dos pesquisadores ou o seu maior ou menor apuro auditivo. Delas, Nimuendajú escolheu a que lhe pareceu a mais razoável. É provável que em muitos casos corresponda à pronúncia correta da palavra, ao passo que em muitos outros deverá sofrer substituição. Aos etnólogos e linguistas caberá contribuir com os seus conhecimentos e a sua experiência para se chegar a uma solução satisfatória do problema, que será objeto de nova discussão na 3ª Reunião Brasileira de Antropologia, a realizar-se em 1957 na cidade de Recife.

- | | | |
|---------------------|-------------------|---------------------|
| 1. Abaeté | 22. Akriú | 43. Angaité |
| 2. Abaní | 23. Akroá | 44. Anhangati-nínga |
| 3. Abatihe | 24. Akroá-Gaméla | 45. Anibá |
| 4. Aberiâna | 25. Akúria | 46. Anikún |
| 5. Abipôn | 26. Akuên-Xavánte | 47. Ankêt |
| 6. Abíra | 27. Alaruá | 48. Ânta |
| 7. Abitâna-Wainân | 28. Amahuáka | 49. Anunzê |
| 8. Abóba | 29. Amanayé | 50. Apakatxodéguo |
| 9. Abutxéta | 30. Amanajú | 51. Apairandé |
| 10. Agá | 31. Amaríba | 52. Apalaí |
| 11. Agilót | 32. Amarizâna | 53. Ápama |
| 12. Agitegedi-Txagá | 33. Amena-Diapá | 54. Apâniekra |
| 13. Aguanátio | 34. Amikuân | 55. Aparáí |
| 14. Aguarikóto | 35. Amniapé | 56. Apehôu |
| 15. Aimoré | 36. Amoipira | 57. Apiaká |
| 16. Aisuáre | 37. Amorúa | 58. Apinayé |
| 17. Aiwaterí | 38. Anasé | 59. Aporôño |
| 18. Ajuré | 39. Anajá | 60. Apotiânga |
| 19. Akariâna | 40. Anambé | 61. Apotó |
| 20. Akawái | 41. Anapurú | 62. Arakajú |
| 21. Akonguasú | 42. Andirá | 63. Arakureôno |

- | | | |
|----------------------|------------------|-------------------------|
| 64. Araé | 110. Arüna | 156. Burué |
| 65. Aramayú | 111. Asawinawí | 157. Buskipaní |
| 66. Aramíxo | 112. Ataikáya | 158. Canelas |
| 67. Aramurú | 113. Atalála | 159. Canoeiros |
| 68. Aranân | 114. Atorái | 160. Coroados |
| 69. Arañí | 115. Atruahí | 161. Datuâna |
| 70. Araôna | 116. Áture | 162. Davinaví |
| 71. Arapáso-Tapúya | 117. Aukuruí | 163. Demakurí |
| 72. Arapiyú | 118. Avahuahü | 164. Desâna |
| 73. Arara | 119. Avantiú | 165. Diagíta |
| 74. Arara-Tapúya | 120. Avanení | 166. Diáu (Tirió) |
| 75. Araráwa | 121. Axagua | 167. Dióre |
| 76. Ararü | 122. Axluslá | 168. Dóa |
| 77. Aratxâne | 123. Ayâno | 169. Dzubukuá |
| 78. Aratú | 124. Awakatxi | 170. Ebidóso |
| 79. Aravíra (Borôro) | 125. Awaké | 171. Edjéo |
| 80. Aráwa | 126. Awetí | 172. Emerillons |
| 81. Arawák | 127. Azâneni | 173. Enenslet (Angaité) |
| 82. Arawatí | 128. Azurini | 174. Enímaga |
| 83. Arawiné | 129. Baenân | 175. Epjibegodegí |
| 84. Arayó | 130. Baepuát | 176. Erulía |
| 85. Árda | 131. Bahuâna | 177. Espinhos |
| 86. Arebokôno | 132. Bahúkiwa | 178. Etwét |
| 87. Arekuná | 133. Bakairí | 179. Éye |
| 88. Arekêna | 134. Bakué | 180. Fitíta |
| 89. Areviriâna | 135. Baniwa | 181. Fulnió |
| 90. Ariâne | 136. Bará | 182. Fusagasuká |
| 91. Arihini-Baré | 137. Barawâna | 183. Galibí |
| 92. Arikapú | 138. Barbados | 184. Gamelas |
| 93. Arikarí | 139. Baré | 185. Garañún |
| 94. Arikên | 140. Barinagóto | 186. Gavião |
| 95. Arikosé | 141. Baturité | 187. Gegé |
| 96. Arinagóto | 142. Bauré | 188. Genóa |
| 97. Aríno | 143. Ben-Diapá | 189. Gentúse |
| 98. Aripuaná | 144. Betóya | 190. Gerén |
| 99. Ariú | 145. Besitiakáp | 191. Ginaú |
| 100. Armagotú | 146. Biriwoné | 192. Gisná |
| 101. Armakóto | 147. Biturúna | 193. Gorgotokí |
| 102. Arowáрге | 148. Boanarí | 194. Gorotirí |
| 103. Aruá | 149. Boca-preta | 195. Goyá |
| 104. Aruán | 150. Bohâne | 196. Goyaná |
| 105. Aruák | 151. Bóime | 197. Guakabáyo |
| 106. Aruarí | 152. Borôro | 198. Guákara |
| 107. Aruaxí | 153. Botocudos | 199. Guatxí |
| 108. Arupái | 154. Buhágana | 200. Guatxípa |
| 109. Arúro | 155. Buritiguára | 201. Guadáxo |

- | | | |
|-------------------|--------------------|---------------------|
| 202. Guaharíbo | 248. Hohódene | 294. Jaikó |
| 203. Guahíbo | 249. Hon-Diapá | 295. Jakareguá |
| 204. Guahuára | 250. Horío | 296. Jakariá |
| 205. Guaináre | 251. Huatxípairí | 297. Jakundá |
| 206. Guaipína | 252. Huamói | 298. Jamundá |
| 207. Guaikiri | 253. Huarí | 299. Jandoín |
| 208. Guajá | 254. Huárpe | 300. Jarikúna |
| 209. Guajajára | 255. Huéxo | 301. Jarú |
| 210. Guajará | 256. Humahuáka | 302. Jauarí |
| 211. Guajejú | 257. Ibanôma | 303. Jê |
| 212. Gualatxí | 258. Idapimináre | 304. Jêiró |
| 213. Guâmo | 259. Igapuitariyra | 305. Jenipápo |
| 214. Guaná | 260. Igaruâna | 306. Jeruvitxahêna |
| 215. Guañaná | 261. Ihini-Baré | 307. João |
| 216. Guanaré | 262. Ihuruâna | 308. Juberí |
| 217. Guanarú | 263. Ikáte | 309. Juká |
| 218. Guanavéna | 264. Ikó | 310. Jujuí |
| 219. Guâne | 265. Ikatxodéguo | 311. Jundiahí |
| 220. Guapindáya | 266. Imamarí | 312. Júre |
| 221. Guakiraró | 267. Imboré | 313. Jurí |
| 222. Guaraní | 268. Imôno | 314. Juruêna |
| 223. Guarañóka | 269. Inoparí | 315. Kaaguá |
| 224. Guaratégaja | 270. Indamá | 316. Kaapína |
| 225. Guaráyo | 271. Ingahíba | 317. Kabixí |
| 226. Guaríno | 272. Ingain | 318. Kabokêna |
| 227. Guarú | 273. Ingarikó | 319. Kaburisêna |
| 228. Guaxarápo | 274. Iñamún | 320. Kadawapuritâna |
| 229. Guaxiná | 275. Ipéka-Tapúya | 321. Kadekili-Diapá |
| 230. Guayakí | 276. Ipotuát | 322. Kadigé |
| 231. Guayanán | 277. Ipurinán | 323. Kadiwéu |
| 232. Guayaná | 278. Ikíto | 324. Kadupinápo |
| 233. Guayâno | 279. Irán-Anráire | 325. Kadiú-Diapá |
| 234. Guaikurú | 280. Irántxe | 326. Kaeté |
| 235. Guayoâna | 281. Irurí | 327. Kafuâna |
| 236. Guapunaví | 282. Itatín | 328. Kaha-Diapá |
| 237. Guairábe | 283. Itén | 329. Kahuapâna |
| 238. Guayúpe | 284. Itipúna | 330. Kahikahü |
| 239. Guikúru | 285. Itogapúk | 331. Kainbé |
| 240. Gurupá | 286. Itonâma | 332. Kaiguá |
| 241. Hãma-Dakenaí | 287. Itoreauhín | 333. Kaikútxâna |
| 242. Haritiahán | 288. Itután | 334. Kaikuxiâna |
| 243. Hahénawa | 289. Iuaparé | 335. Kaingáng |
| 244. Hênia | 290. Itxú | 336. Kayoá |
| 245. Hianákoto | 291. Jubutiféd | 337. Kaipotoráde |
| 246. Hiawahím | 292. Jaguruána | 338. Kaketío |
| 247. Hölöwa | 293. Jaguaribára | 339. Kalapálo |

- | | | |
|---------------------|------------------------|----------------------|
| 340. Kaliâna | 386. Kariniáko | 432. Kênkateye |
| 341. Kalabása | 387. Karatiú | 433. Kenóloko |
| 342. Kalíña | 388. Karayá | 434. Kenpókateye |
| 343. Kaltxakí | 389. Karkaraña | 435. Kepkiriwat |
| 344. Kaltxíne | 390. Kariâna | 436. Kerandí |
| 345. Kamakán | 391. Kariguâna | 437. Kexéruman |
| 346. Kamarkotó | 392. Karinuáka | 438. Killkáza |
| 347. Kamarinígua | 393. Karipó | 439. Kinâma |
| 348. Kamatika | 394. Karipúna | 440. Kilóto |
| 349. Kamayurá | 395. Karirí | 441. Kinikináo |
| 350. Kâmpa | 396. Karitiâna | 442. Kipéa-Karirí |
| 351. Kamarapín | 397. Kariú | 443. Kirikíre |
| 352. Kamarú-Karirí | 398. Karóto | 444. Kirikiriskóto |
| 353. Kamiáre | 399. Kaskihá | 445. Kiriorípa |
| 354. Kanarín | 400. Kataguá | 446. Kirirí |
| 355. Kanindé | 401. Katarioni | 447. Kirúpa |
| 356. Kanakatéye | 402. Katawián | 448. Kitemóka |
| 357. Kanamarí | 403. Katawixí | 449. Kixelô |
| 358. Kanbóka | 404. Katianá | 450. Kixexêu |
| 359. Kanitxâna | 405. Katoayari | 451. Koaní |
| 360. Kânua | 406. Katôngo | 452. Kobéwa |
| 361. Kaowirí | 407. Katrimbí | 453. Koerúna |
| 362. Kapaná | 408. Katukína | 454. Koewâna |
| 363. Kapaíre | 409. Katukinarú | 455. Kakáma |
| 364. Kapanáwa | 410. Kauyari | 456. Kokamila |
| 365. Kapétxene | 411. Kaüaná | 457. Kokozú |
| 366. Kapiekrán | 412. Kauní | 458. Kolíma |
| 367. Kapite-Minanêi | 413. Kaupúna | 459. Kolastiné |
| 368. Kapixaná | 414. Kautaríó (Wanyám) | 460. Komaní |
| 369. Kapoxó | 415. Kavína | 461. Komayâna |
| 370. Kapuêna | 416. Kavére | 462. Kometxíngon |
| 371. Kapuíbo | 417. Kaxágo | 463. Kondurí |
| 372. Karakará | 418. Kaxararí | 464. Kongorê |
| 373. Karaguâna | 419. Kaxináwa | 465. Kontanáwa |
| 374. Karahiarü | 420. Kaxinití | 466. Korabéka |
| 375. Karakatéye | 421. Kaxuiâna | 467. Korázos |
| 376. Karanariú | 422. Kayabí | 468. Korêma |
| 377. Karanbú | 423. Kayâmo | 469. Koroá |
| 378. Karâne | 424. Kayapó | 470. Koroatá |
| 379. Karapeuá | 425. Kayuváva | 471. Korokoró-Tapúya |
| 380. Karapóto | 426. Kayuixâna | 472. Korônda |
| 381. Kararuení | 427. Káwa-Tapúya | 473. Koropó |
| 382. Karíbe | 428. Kawahiwa | 474. Korówa |
| 383. Karihôna | 429. Kawakáwa | 475. Kóto |
| 384. Karijó | 430. Kawaurí | 476. Kouriêne |
| 385. Karimé | 431. Ketxúa | 477. Koussaní |

- | | | |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| 478. Kouaréka | 524. Kuriarâno | 570. Makuráp |
| 479. Koxiponé | 525. Kuriató | 571. Makuxí |
| 480. Kozariní | 526. Kurívaaurâna | 572. Malalí |
| 481. Krahó | 527. Kuruáya | 573. Malbalá |
| 482. Krê-Pumkatéye | 528. Kurukanéka | 574. Malkezí |
| 483. Krekmún | 529. Kurukuân | 575. Mamaindê |
| 484. Krem-Yê | 530. Kurumiá | 576. Mamayaná |
| 485. Krenák (Xonvúgn) | 531. Kurumináka | 577. Manáo |
| 486. Krenén | 532. Kurutxipâno | 578. Mandawáka |
| 487. Kritxaná | 533. Kurupitü | 579. Manetibitana |
| 488. Krixá | 534. Kururí | 580. Manikuéra |
| 489. Kruatíre | 535. Kusarí | 581. Manitenerí |
| 490. Krutriá | 536. Kustenáu | 582. Manititâna |
| 491. Kuaikuéri | 537. Kutaguá | 583. Manitsauá |
| 492. Kuakuá | 538. Kutaxó | 584. Maniân |
| 493. Kuatí-Tapúya | 539. Kutiá-diapá | 585. Maopitiân |
| 494. Kubén-kran-kegn | 540. Kutxiuára | 586. Mápanai |
| 495. Kubén-kran-noti | 541. Kuxiíta | 587. Mapaxó |
| 496. Kuelozí | 542. Kuyäba | 588. Mapóye |
| 497. Kueretú | 543. Kuyanáwa | 589. Mapruân |
| 498. Kuéskue | 544. Kuzkía | 590. Mapuá |
| 499. Kuíka | 545. Laipízi | 591. Marabitâna |
| 500. Kuikútl | 546. Lambí | 592. Maraguá |
| 501. Kuíva | 547. Látxe | 593. Maraká |
| 502. Kujijener | 548. Lavâna | 594. Marakanân |
| 503. Kujúna | 549. Lêngua | 595. Marakaná |
| 504. Kukaráte | 550. Libiriâno | 596. Maraôn |
| 505. Kukóekamékra | 551. Lúle | 597. Marauní |
| 506. Kulinân | 552. Mába | 598. Marawá |
| 507. Kulíno | 553. Mabenáro | 599. Marawaná |
| 508. Kumadá | 554. Magatx | 600. Mariaté |
| 509. Kumada-Minanéi | 555. Mahotóyana | 601. Maribitâna |
| 510. Kumanaxó | 556. Mainbaré | 602. Marigiône |
| 511. Kumanaxô | 557. Maimerá | 603. Marináwa |
| 512. Kumayarí | 558. Maináwa | 604. Mariúsa |
| 513. Kuníba | 559. Maipúre | 605. Marö-Diapá |
| 514. Kunipózana | 560. Majubín | 606. Marúbo |
| 515. Kunuaná | 561. Maká | 607. Marukuevêne |
| 516. Kupen-rop | 562. Mákamekra | 608. Masararí |
| 517. Kranáwe | 563. Makápa | 609. Masirinávi |
| 518. Kurasikarí | 564. Makapaí | 610. Masko |
| 519. Kuráve | 565. Makiritáre | 611. Maskóí |
| 520. Kuraxikâna | 566. Makoní | 612. Masakará |
| 521. Kuremegbéi | 567. Máku | 613. Mataguáyua |
| 522. Kurí | 568. Makú | 614. Matáko |
| 523. Kuría | 569. Makúna | 615. Matanawí |

- | | | |
|----------------------------|--------------------|--------------------|
| 616. Matapí-Tapúya | 662. Mórua | 708. Oorebáte |
| 617. Matará | 663. Múra | 709. Otí-Xavânte |
| 618. Matáwa | 664. Múre | 710. Otomáka |
| 619. Mateiros (Txakamekrá) | 665. Muríva | 711. Otuké |
| 620. Matxíyênga | 666. Mutxojeôn | 712. Otxukayâna |
| 621. Mauitsí | 667. Múzo | 713. Ouranayôu |
| 622. Máulieni | 668. Nahukuá | 714. Oyanpík |
| 623. Mawaiâna | 669. Nahnianúk | 715. Oyarikoulét |
| 624. Mawé | 670. Nakrehé | 716. Óza |
| 625. Mawáka | 671. Naliméga | 717. Paiokonéka |
| 626. Mawákua | 672. Nanbikuára | 718. Pairandí |
| 627. Mayapêna | 673. Napéka | 719. Pakahas-Nóvas |
| 628. Mayé | 674. Naravúte | 720. Pakaléke |
| 629. Mayongong | 675. Natú | 721. Pakaguára |
| 630. Mayorúna | 676. Naúna | 722. Pakajá |
| 631. Mazáka | 677. Naúra | 723. Pakanáwa |
| 632. Mbayá | 678. Navaité | 724. Páka-Tapúya |
| 633. Mbeguá | 679. Nenê | 725. Pakidái |
| 634. Mehínáku | 680. Nep-Nép | 726. Pakú-Tapúya |
| 635. Mejepúre | 681. Ñadiriwa | 727. Palánk |
| 636. Menejôu | 682. Ñawañen | 728. Palánka |
| 637. Menímebe. | 683. Ninakuigíla | 729. Peletên |
| 638. Mepên | 684. Niurukuayé | 730. Palikúr |
| 639. Mepurí | 685. Nokg-Nókg | 731. Palmelas |
| 640. Meramomín | 686. Nokamân | 732. Pâma |
| 641. Mersiú | 687. Noktên | 733. Pamígua |
| 642. Mialát | 688. Nonúya | 734. Pâmpa |
| 643. Minián-Yirúng | 689. Norák | 735. Panpân |
| 644. Minuâno | 690. Noyêne | 736. Panáre |
| 645. Mirânia | 691. Nuára | 737. Panatí |
| 646. Mítua | 692. Nukuiní | 738. Pângua |
| 647. Mítxilingüe | 693. Oivanéka | 739. Pankarurú |
| 648. Mójo | 694. Okâina | 740. Panôno |
| 649. Mokoretá | 695. Oklóya | 741. Pântxe |
| 650. Mokoví | 696. Okongá | 742. Panüáme |
| 651. Mokên | 697. Okóle | 743. Papaná |
| 652. Mongoyó | 698. Okomeziâna | 744. Papateruâna |
| 653. Mo-Noikó | 699. Okrên | 745. Parabayâna |
| 654. Monoxó | 700. Olongásta | 746. Parabazâne |
| 655. Mopereôno | 701. Omágua | 747. Parakóto |
| 656. Moré | 702. Omóá | 748. Paragóto |
| 657. Moríwene | 703. Onikoré | 749. Parahorí |
| 658. Móro | 704. Opâina | 750. Parahüba |
| 659. Morononí | 705. Opayé-Xavânte | 751. Parakanân |
| 660. Morotóka | 706. Orejones | 752. Parapixâna |
| 661. Morú | 707. Orí | 753. Paranawát |

- | | | |
|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| 754. Paraparukóta | 800. Pimenteiras | 846. Rokorôna |
| 755. Paraviâna | 801. Pinaré | 847. Romarí |
| 756. Paráwa | 802. Píno | 848. Rukuyéne |
| 757. Paraxín | 803. Piñóka | 849. Runanáwa |
| 758. Paréka | 804. Pipipân | 850. Sabôibo |
| 759. Paresí | 805. Pirahá | 851. Sakáka |
| 760. Pariagóta | 806. Pirá-Tapúya | 852. Sakarú |
| 761. Pariâna | 807. Piríu | 853. Sakriabík |
| 762. Parení | 808. Pisá-Tapúya | 854. Sakuya |
| 763. Parikí | 809. Pitá | 855. Salíva |
| 764. Parikotó | 810. Pitsóbu | 856. Salumá |
| 765. Parintintín | 811. Pixaukó | 857. Sanagásta |
| 766. Parirí | 812. Pobüé | 858. Sanapaná |
| 767. Pariwáya | 813. Poimesâno | 859. Sanavirón |
| 768. Patamôna | 814. Pontá | 860. Sanináwa |
| 769. Patos | 815. Ponrekamékra | 861. Saporá |
| 770. Patití | 816. Potên | 862. Sapukí |
| 771. Pataxó | 817. Potiguára | 863. Sapupé |
| 772. Paudakóto | 818. Poturéra | 864. Sapúya |
| 773. Paumarí (Puxupuxú) | 819. Poütxá | 865. Sára |
| 774. Paunaka | 820. Poyanáwa | 866. Saravéka |
| 775. Pauxiâna | 821. Prajé | 867. Sensí |
| 776. Pauxí | 822. Pratió | 868. Seregong |
| 777. Paüpayá | 823. Proká | 869. Sewakú |
| 778. Pawâna | 824. Puipuitêna | 870. Sikiâna |
| 779. Pawatê | 825. Puináve | 871. Sinabú |
| 780. Pawunwa | 826. Pukapakúri | 872. Siparigóto |
| 781. Payakú | 827. Pukópüe | 873. Sipíbo |
| 782. Payaguá | 828. Pulár | 874. Sipó |
| 783. Payáwa | 829. Purí | 875. Serineiri |
| 784. Payáya | 830. Puruborá | 876. Sirionó |
| 785. Payoáliêne | 831. Purukaród | 877. Siusi-Tapúya |
| 786. Pazâine | 832. Purukotó | 878. Sosiagái |
| 787. Pazé | 833. Purumamárka | 879. Suberiôno |
| 788. Péba | 834. Purupurú | 880. Sukuriyú-Tapúya |
| 789. Pedrázas | 835. Putü | 881. Sutagáo |
| 790. Pégas | 836. Puyamumanáwa | 882. Suyá |
| 791. Penokikía | 837. Puxakáze | 883. Tabajarí |
| 792. Períá | 838. Râma-Râma | 884. Tagnaní |
| 793. Pesatúpe | 839. Ramkókamekra | 885. Taipe-Xíxi |
| 794. Péwa | 840. Rangu-Pikí (Tixió) | 886. Takarijú |
| 795. Pianokotó | 841. Rankéltxe | 887. Takayúna |
| 796. Piapái | 842. Rêmo | 888. Takuatíb |
| 797. Piapóko | 843. Reriiú | 889. Taluhét |
| 798. Piaróa | 844. Resigáro | 890. Tâma |
| 799. Pidá-Düapá | 845. Rodelas | 891. Tamanáko |

- | | | |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| 892. Tamankín | 938. Tiverighóto | 984. Tuxá |
| 893. Tamararé | 939. Terêna | 985. Tuxináwa |
| 894. Tamianak | 940. Tivitíra | 986. Tuyineirí |
| 895. Tamóyo | 941. Tóba | 987. Tuyuka-Tapúya |
| 896. Tanimbuká-Tapúya (Opáina) | 942. Tobajára | 988. Txaguán |
| 897. Táó | 943. Tobatxâna | 989. Txakamékra |
| 898. Tapakuá | 944. Tohazâna | 990. Txakóbo |
| 899. Tapajó | 945. Tokayó | 991. Txakói |
| 900. Tapakurá | 946. Tokantín | 992. Txâma |
| 901. Taparítos | 947. Tokoyêne | 993. Txamakóko |
| 902. Tapayúna | 948. Tomakusí | 994. Txaná |
| 903. Tápe | 949. Tomokôn | 995. Txaná-Mbeguá |
| 904. Tapehikía | 950. Tomoêno | 996. Txaná-Tinbú |
| 905. Tapiéte | 951. Tonokoté | 997. Txané |
| 906. Tapií | 952. Tonoyêne | 998. Txapakúra |
| 907. Tapiíra-Tapúya | 953. Toósle | 999. Txapáro |
| 908. Tapíra | 954. Topín | 1000. Txarúa |
| 909. Tapirapé | 955. Tóra | 1001. Txetxehét |
| 910. Tapiráwa | 956. Toré | 1002. Txíbtxa |
| 911. Tapoáva | 957. Toromára | 1003. Txikoâna |
| 912. Tapuiusú | 958. Tororí | 1004. Txikí |
| 913. Tarairüouw | 959. Tremembé | 1005. Txirábo |
| 914. Tarapekosí | 960. Trumaí | 1006. Txirikún |
| 915. Tariâna | 961. Tsahátsaha | 1007. Txiriguâno |
| 916. Taripí | 962. Tsirákua | 1008. Txirikôa |
| 917. Tarumá | 963. Tsölá | 1009. Txiríva |
| 918. Tatú-Tapúya | 964. Tsöloá | 1010. Txítaréro |
| 919. Taulipang | 965. Tsúva | 1011. Txíú |
| 920. Tavên | 966. Tukanusú | 1012. Txokó |
| 921. Tawarí | 967. Tukâna-Tapúya | 1013. Txontakíro |
| 922. Tawitê | 968. Tukumanféd | 1014. Txonvúng |
| 923. Tégua | 969. Tujukú | 1015. Txorotí |
| 924. Tembê | 970. Tukukú | 1016. Txuêna |
| 925. Temiminó | 971. Tukúna | 1017. Txukúna |
| 926. Terêna | 972. Tukun-Düapá | 1018. Txulupí |
| 927. Teweyâ | 973. Tumerhân | 1019. Txunupí |
| 928. Tikúna | 974. Tunátxo | 1020. Txurápa |
| 929. Tilkára | 975. Tunayâna | 1021. Txuróya |
| 930. Tiliâno | 976. Tunébo | 1022. Txurumáta |
| 931. Timaoân | 977. Tuparí | 1023. Ugarâño |
| 932. Timinahá | 978. Tupí | 1024. Umân |
| 933. Timbóra | 979. Tupiná | 1025. Umotína |
| 934. Timirên | 980. Tupinakín | 1026. Umuânpa |
| 935. Timóte | 981. Tupinambá | 1027. Uniní |
| 936. Timbú | 982. Tupinambarâna | 1028. Upuruí |
| 937. Tirió | 983. Turiwára | 1029. Uruatí |

1030. Urubú	1075. Wasabü	1120. Yapówa
1031. Urubú-Tapúya	1076. Watadéo	1121. Yarikuí
1032. Urukú	1077. Waurá	1122. Yaró
1033. Urukuái	1078. Wauwarate	1123. Yarumá
1034. Urukuiâna (Waiâna)	1079. Wáya	1124. Yarúro
1035. Urúma	1080. Wayakulé (Wana)	1125. Yáu
1036. Uromanáwe	1081. Wayâna	1126. Yauaperá
1037. Urumí	1082. Wayapí	1127. Yauávo
1038. Urunamakân	1083. Wayoró	1128. Yauêi
1039. Urupá	1084. Wayumará	1129. Yavahé
1040. Ururú-Düapá	1085. Wekiáre	1130. Yavitéros
1041. Usá-Tapúya	1086. Wiraféd	1131. Yawanáwa
1042. Uyapé	1087. Wiri-Diapá	1132. Yawarâna
1043. Vakáa	1088. Witóto	1133. Yawarapítí
1044. Vanheréi	1089. Wômó	1134. Yawareté-Tapúya
1045. Véjo	1090. Xakriabá	1135. Yekoanita
1046. Viléla	1091. Xakuruína	1136. Yekuaná
1047. Vouvê	1092. Xambiká	1137. Yibóya-Tapúya
1048. Wabói	1093. Xanináwa	1138. Yiporók
1049. Wahmirí	1094. Xarái	1139. Yi-Tapúya
1050. Wái	1095. Xaulát	1140. Yoemamá
1051. Wáika	1096. Xavánte	1141. Yóok
1052. Waiká	1097. Xerénte	1142. Yuberí
1053. Waíkana	1098. Xetá	1143. Yufíwa
1054. Waimaré	1099. Xikrü (Diôre)	1144. Yukúna
1055. Wainamarí	1100. Xipáya	1145. Yúma
1056. Wainanbí-Tapúya	1101. Xipináwa	1146. Yunbanáwa
1057. Waintasú	1102. Xiriâna	1147. Yumâna
1058. Wairúa	1103. Xirianá	1148. Yupúa
1059. Waitaká	1104. Xuméto	1149. Yúra
1060. Waiwe	1105. Xukurú	1150. Yurakáre
1061. Wakôna	1106. Yaba-Âna	1151. Yurémawa
1062. Walipéri-Dákenai	1107. Yabutí	1152. Yurí
1063. Wanâna	1108. Yabuti-Txixí	1153. Yurimágua
1064. Wanapú	1109. Yabutiféd	1154. Yurúna
1065. Wanüân	1110. Yágua	1155. Yuruparí-Tapúya
1066. Wanumá	1111. Yaguanâi	1156. Yurutí-Tapúya
1067. Wapitxâna	1112. Yahúma	1157. Zamúko
1068. Waraikú	1113. Yajúra	1158. Zapukáya
1069. Waranakoâsena	1114. Yakaôyana	1159. Zatiêno
1070. Waráú	1115. Yamamadí	1160. Ziá
1071. Warakêna	1116. Yaméu	1161. Zuâna
1072. Waríwa	1117. Yamú	1162. Zurína
1073. Waríwa-Tapúya	1118. Yanáhin	
1074. Waruwarú	1119. Yanaígua	

Referências

ABA/ Associação Brasileira de Antropologia. 1957. **Anais da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada de 3 a 8 de julho de 1955 na cidade do Salvador, Estado da Bahia, Brasil.** Bahia: S.A. Artes Gráficas. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/conteudo/ANAIS/ABA%20-%20Anais%20da%20II%20RBA.pdf>

ACORDO ORTOGRÁFICO. 1945. Disponível em: https://www.priberam.pt/docs/AcOrtog45_73.pdf

BECHARA, Evanildo. 1999. **Moderna gramática portuguesa.** 37. Ed. rev e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.689, de 16 de janeiro 1946 [Incorpora o Museu Nacional à Universidade do Brasil e dá outras providências]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8689-16-janeiro-1946-416645-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto n.º 6.583, de 29 de setembro de 2008 [Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm

CÂMARA JR., J. Mattoso. A grafia de nomes tribais brasileiros. **Revista de Antropologia**, n. 3, v.2, p.125-132, 1955. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8380/560>

[Republicado em **Revista de Atualidade Indígena**, n. 3, v.15, p. 31-34. março-abril 1979].

CÂMARA, J. Mattoso. A Linguística brasileira. In: NARO, Anthony Julius (Org.). **Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil.** Trad. Maria Cândida Diaz Bordenave, Marilda Winkler Averburg; rev. técnica Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, p. 45-66, 1976.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). Vol. I (Antropologia).** São Paulo: Sumaré/ANPOCS; Brasília: CAPES. p. 109-223, 1999. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Acastro-1999-etnologia/Castro_1999_EtnologiaBrasileira.pdf

COELHO, Olga Ferreira. 1998. **Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira: um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998. Dissertação de Mestrado em Linguística. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000991976>.

CONVENÇÃO para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia**. n. 2, v.2, p. 150-152, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>.

EMMERICH, Charlotte & LEITE, Yonne. 1987. A ortografia dos nomes tribais no *Mapa etno-histórico* de Curt Nimuendaju. IBGE/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1987. *Mapa etno histórico de Curt Nimendaju*. Rio de Janeiro: IBGE. p.25-31.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

FIORIN, José Luiz & PETTER, Margarida (Orgs.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

FOLHA ONLINE. 1996. **Novo manual de redação**. Adendo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_i.htm

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss/Objetivam 2001.

ICOS/ International Council of Onomastic Sciences. **List of key onomastic terms**. 2010. Disponível em: <https://icosweb.net/wp/wp-content/uploads/2019/05/ICOS-Terms-en.pdf>

LIMA, Fábio de Sousa. **Formas de nomeação pessoal wapichana na aldeia Malacacheta**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2018. Disponível em: http://ufr.br/ppgants/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=107:formas-de-nominacao-pessoal-wapichana-na-aldeia-malacacheta&id=5:2018&Itemid=360

LOUKOTKA, Chestmir. Nomes tribais. **Revista de Antropologia**, v. 4, n.2, p. 157-158, 1956. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8382/562>.

MACHADO, José Pedro. 1967. **Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados**. 2. ed. Lisboa: Confluência, 3 vol, 1967.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de São Paulo**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELATTI, Julio César. **Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, 1999**. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>.

REDAÇÃO da **Revista de Antropologia**. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 77-78, 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8374/557>.

RICARDO, Carlos Alberto. "Os índios" e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, p. 29-60, 1995. Disponível em: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf

RICARDO, Carlos Alberto. Passados 500 anos, sequer sabemos seus nomes. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz & FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: EdUSP. p. 63-70, 2001.

ROSSI, Nelson. Relatório do grupo de trabalho grafia dos nomes tribais brasileiros (17 de julho de 1980). **Revista de Antropologia**, n. 2, p. 169-170, 1981. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110976/109322>

SCHADEN, Egon. 1ª Reunião Brasileira de Antropologia. **Revista de Antropologia** 1 n. 1, p. 72, 1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/130582/126936>

Novos Estudos de Geo-História do Português: o Padrão Escrito Contemporâneo em Angola¹

New Portuguese Geo History Studies: the Contemporary Written Pattern in Angola

Claudio Cezar Henriques*

RESUMO

Este artigo apresenta os fundamentos da pesquisa em desenvolvimento na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se "Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea" e adota critérios de seleção de textos que se ajustam quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual. Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) "O português em textos jornalísticos"; (b) "O português em textos acadêmicos"; e (c) "O português em textos literários". O artigo analisa a linguagem do romance "A Cidade e as Duas Órfãs Malditas", de Luís Fernando.

Palavras-Chave: Língua Portuguesa. Geo-História, Padrão escrito contemporâneo.

ABSTRACT

This paper presents the basis of the research under development at UERJ, with the support of CNPq. It is entitled "New Geo-Historical Studies of Portuguese: the contemporary written modality" and adopts text selection criteria that fit coherently in terms of textual genre, discursive domain and modes of organization. It is subdivided into three main fields, symmetrically and coherently constructed and titled, namely: (a) "Portuguese in journalistic texts"; (b) "Portuguese in academic texts"; and (c) "Portuguese in literary texts". The paper analyses the language of the novel "A Cidade e as Duas Órfãs Malditas", de Luís Fernando.

Keywords: Portuguese. Geohistory, Contemporary written pattern.

Recebido em 2 de dezembro de 2019.

Aceito em 27 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.357

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, claudioch@uol.com.br, orcid.org/0000-0001-5747-9620

1 Este artigo integra pesquisa que tem o apoio do CNPq e do Programa Prociência da UERJ.

Introdução

Este artigo² apresenta parte da pesquisa em desenvolvimento na UERJ, com o apoio do CNPq. Intitula-se "Novos Estudos Geo-Históricos do Português: a modalidade escrita contemporânea". É a segunda etapa do projeto desenvolvido de 2014 a 2018, intitulado "Estudos Geo-Históricos do Português sob a perspectiva brasileira" e do qual resultou a publicação do livro *Geo-História do Português*, pela editora Gramma.

A pesquisa anterior apontou para a possibilidade de expansão de um ponto em especial, a exploração mais minuciosa do *corpus* escrito do português contemporâneo do Brasil e de outras nações que têm o português como língua oficial.

O projeto integra a linha de pesquisa "Formação, estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa", do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, beneficiando-se portanto de um ambiente institucional que favorece a interlocução com colegas e alunos de pós-graduação e de graduação. Além disso, conta com interlocutores qualificados – e mais diretamente sintonizados com o tema do projeto – no grupo de pesquisa "Descrição e Ensino de Língua: pressupostos e prática", cadastrado em 1993 no CNPq sob minha coliderança, e integrado no momento por doze outros pesquisadores, além de estudantes de graduação e de pós-graduação.

Entre as línguas de origem europeia, a língua portuguesa é certamente a que tem uma das histórias mais características, tendo se tornado – em decorrência das grandes navegações dos séculos XV e XVI – um dos poucos idiomas com presença na América, na África, na Ásia e na Europa. Estima-se que, atualmente, seja falado por cerca de 230 milhões de pessoas e ocupe o oitavo posto entre as línguas do planeta, ficando atrás apenas do inglês e do castelhano se considerarmos somente as línguas ocidentais.

Falado em uma vasta e descontínua área, nosso idioma possui traços de diferenciação, fato comum entre as línguas vivas. Suas variedades divergem de modo efetivo na pronúncia e no léxico, e de modo particular na estrutura morfossintática. Há quem aponte essas divergências como marcas de uma reordenação das modalidades do português, rebatizadas como novas línguas, dele derivadas. Tal posição, porém, se sustenta mais nas versões orais do português pelo mundo do que na prática escrita de seus usuários, ainda que se alegue que nesta forma de expressão prevaleçam formas "monitoradas" aprendidas na escola e na vida das pessoas letradas.

A língua é um organismo vivo, resultado de um processo contínuo de mudanças, de simplificações e de ampliações, de influências e de empréstimos, fenômenos que vão se estabelecendo ao longo do tempo e do espaço que ela percorre.

2 Aproveito aqui passagens do trabalho apresentado na USP em novembro de 2019, no XIII Colóquio "Os Estudos Lexicais em Diferentes Perspectivas", intitulado "Um Estudo de Estilística Lexical no Português de Angola".

O português é a língua de que somos coproprietários. Como brasileiros, podemos dizer que somos os maiores donos (mais de 210 milhões de habitantes) dessa "empresa linguística" chamada língua portuguesa. Entretanto, os "sócios fundadores" dessa empresa (os portugueses) e os demais acionistas (angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são-tomenses e timorenses, sobretudo) praticam e exercem os seus direitos de legítimos coproprietários, o que aponta para a responsabilidade que a nação brasileira tem diante da constatação de que falamos uma língua internacional, algo a ser tratado como uma questão de interesse comum a toda a comunidade lusofônica. Esses números, porém, tendem a passar por uma importante modificação, devida ao intenso ciclo de crescimento demográfico africano.

Estudo das Nações Unidas (cf. <https://population.un.org/wpp> – World Population Prospects:) projeta uma grande reviravolta no cenário populacional dos países que têm o português como língua principal. O quadro seguinte³ mostra números que impressionam:

Tabela 1. Projeção populacional

PAÍS	POPULAÇÃO ATUAL	POPULAÇÃO EM 2050
Brasil	212.559.000	228.980.000
Portugal	10.197.000	9.085.000
Angola	32.866.000	77.420.000
Moçambique	31.255.000	65.313.000
Guiné-Bissau	1.968.000	3.557.000
Timor-Leste	1.318.000	2.019.000
Cabo Verde	556.000	679.000
S. Tomé e Príncipe	219.000	394.000
TOTAL	290.938.000	387.447.000

Esses números indicam que, em breve, o Brasil passará dos atuais 73% para 59% do total de falantes de português no mundo. A geo-história da língua portuguesa é, como se depreende, uma matriz que nos serve para organizar um pouco melhor a reflexão acerca de temas como indivíduo e sociedade, língua e nacionalidade, regionalização e globalização, etc.

Levando esses fatos em consideração, tomo como ponto de partida nesta pesquisa a realidade praticada por escrito em textos jornalísticos, acadêmicos e literários, reunindo um *corpus* formado por textos brasileiros, portugueses e angolanos. A pretensão é averiguar em que níveis se manifestam a unidade e a diversidade da língua-padrão, a despeito da atribulada

3 O quadro apresentado, inspirado no que está publicado em HENRIQUES (2019, p. 16), atualiza os dados e integraliza a relação de países que têm o português como língua principal.

história de sua expansão na Europa e nos demais continentes. Trata-se, pois, da investigação de um *corpus* contemporâneo, cujo tema é o mesmo que Nelson Rossi (1980, p. 43) chamou de "o equilíbrio entre o estudo da convergência e o da divergência linguística" e que envolve a conhecida discussão a respeito da unidade e da diversidade linguística.

A flexibilidade normativa ou liberdade normativa – de que falam Menéndez-Pidal (1964) e Celso Cunha (1985) – é uma característica essencial da língua portuguesa. Como Celso Cunha, atribuo à língua portuguesa as menções que Menéndez-Pidal faz sobre a língua espanhola (o artigo se chama "El Español de Canarias"). Parece-me válido admitir que talvez seja possível "chegar ao reconhecimento de uma diversidade básica de normas linguísticas dentro da língua portuguesa, não só no campo léxico e no campo fonético, mas também no sintático". Para ambos, o ensino do idioma, "concebido então como reflexão científica sobre um sistema e uma norma cujo conhecimento pré-científico se possui de antemão", obteria do usuário comum a correção linguística e o domínio das possibilidades expressivas da língua.

Ao mesmo tempo, a língua literária (e – acrescento por pertinência – a língua acadêmica e a língua jornalística), assentada em cada caso sobre uma estrutura normativa sentida como própria, poderia se despojar "de todo lastro inoperante, ganhando em flexibilidade e naturalidade" (PIDAL: 1964, e CUNHA: 1985).

Considerando então o conceito de uma macrounidade, o português do Brasil "constitui uma microunidade, correspondente a um uso típico, por parte de toda a comunidade brasileira, mediante uma gradativa diferenciação", como afirma Edith Pimentel Pinto (1992, p. 11). Por esse raciocínio, também é possível supor que há outras microunidades dentro da macrounidade do português, assim como que também há submicrounidades dentro das microunidades.

Comungo com essas hipóteses, já que a codificação de tais variabilidades normativas (micro- e submicrounidades), "longe de atentar contra a unidade do idioma", contribuiria para estabelecer uma maior intercompreensão entre as diversas modalidades do português hoje em uso.

Assim sendo, esta pesquisa focaliza novos aspectos da geo-história da língua portuguesa e sua presença no mundo contemporâneo. Ela se concentra em textos de três países (Brasil, Portugal e Angola), apresenta referências aos componentes internos da língua (sua morfologia e sintaxe, o léxico, a semântica – a fonética e a fonologia, por razões óbvias, têm menor relevo) e aos componentes externos (a ação dos homens em busca da expressão – nas situações em que o contexto do *corpus* permitir). Afirmo, com Antonino Pagliaro (1983, p. 29-30), que qualquer atividade criadora, qualquer ação que se consolide como fato e experiência

necessariamente se coordena com uma formalidade de agir, obedece voluntariamente a uma técnica, ou seja, a um conjunto de atos cujo valor se conhece em relação ao fim. Sem dúvida que no início de todas as técnicas está a ação individual. (...) A primeira condição para conhecer é interpretar, isto é, considerar um dado como forma de um conteúdo. Com esta interpretação

se relaciona a expressão que dela emana. É este o único ponto firme, a única modalidade inalterável que nos é permitido atingir, quando queremos investigar o campo da linguagem.

O planejamento desta pesquisa adotou critérios de seleção de textos que se ajustassem coerentemente quanto ao gênero, ao domínio discursivo e aos modos de organização textual (cf. HENRIQUES: 2018, p. 7-24). Subdivide-se em três campos principais, construídos e intitulados simétrica e coerentemente, a saber: (a) "O português em textos jornalísticos"; (b) "O português em textos acadêmicos"; e (c) "O português em textos literários".

A constituição do *corpus* investigado em cada campo teve como exigência a coerência dos textos quanto ao gênero, ao domínio discursivo e ao modo de organização.

- CAMPO 1 (textos literários): seis romances, dois de cada país.
 - Brasil: *O Professor*, de Cristóvão Tezza (ed. Record, 2014) e *Noites de Alface*, de Vanessa Bárbara (ed. Objetiva, 2013);
 - Portugal: em processo de escolha. *Madrugada Suja*, de Miguel Sousa Tavares (Clube do Autor, 2013) // *Lillias Fraser* de Hélia Correia (ed. Relógio d'Água, 2015);
 - Angola: *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, de Luís Fernando (Editorial Nzila, 2008) // *Os Panos Brancos*, de Maria Celestina Fernandes (União dos Escritores Angolanos, 2012).
- CAMPO 2 (textos acadêmicos): seis obras voltadas para o ensino universitário ou para a discussão acadêmica, duas de cada país.
 - Brasil: *Dona Leopoldina: a história não contada*, de Paulo Rezzutti (Ed. LeYa, 2017) // *O Profissional Incomum*, de André Portes (Ed. Best Business, 2017 – a 1ª ed. é de 2016);
 - Portugal: *Inimigos de Salazar*, de Irene Flunser Pimentel (Clube do Autor, 2018) // *A Função Social do Direito de Autor*, de Nuno Manuel da Silva Gonçalves (ed. Príncipia, 2018);
 - Angola: *Crianças Vítimas de Práticas de Feitiçaria*, de Antonia Domingos (União dos Escritores Angolanos, 2012) // *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: dinâmicas rurais de Cabinda-Angola*, de João Milando (ed. Mayamba & Imprensa Nacional de Angola, 2013) – obs.: Cabinda é uma das 18 províncias de Angola.
- CAMPO 3 (textos jornalísticos): quatro publicações de cada país.
 - Brasil: revistas semanais Carta Capital e Veja, jornais diários O Globo e Folha de S. Paulo;
 - Portugal: revistas semanais Visão e Sábado, jornais diários Expresso e Público;
 - Angola: revistas semanais África e Lux, jornais diários Jornal de Angola e Novo Jornal.

Portanto, como disse antes, esta pesquisa focaliza a geo-história da língua portuguesa e procede ao exame da língua escrita contemporânea de gêneros textuais paradigmáticos (o literário, o acadêmico e o jornalístico) em três países da comunidade lusófona: o Brasil, Portugal e Angola, que tem o segundo maior contingente populacional dos países da CPLP. A pretensão é analisar as convergências e divergências nos usos do português no *corpus* selecionado.

Os principais objetivos, aqui, são: (a) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes aos três conjuntos de textos selecionados; (b) descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, ao português europeu e ao português angolano; (c) introduzir a discussão do tema da "homogeneização" da língua portuguesa em países africanos.

Além disso, há também o propósito de: (a) contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a expressão em língua portuguesa no contexto internacional contemporâneo; (b) contribuir para a compreensão das características de três modalidades nacionais da língua portuguesa; (c) estimular a pesquisa sobre geo-história da língua e sobre variedades linguísticas nos níveis da graduação e da pós-graduação.

1. Notícias de Angola

1.1 O país

Foi o explorador Diogo Cão, em 1542, o primeiro português a chegar a Angola. Na história externa do português, Angola ocupa um lugar importante, mas o começo de sua caminhada é marcado por disputas entre chefes tribais, pela exploração de suas riquezas e pelo tráfico de escravos, tema que, como se sabe, afeta sobremaneira a sociedade brasileira, já que "o principal destino dos navios negreiros que partiam dos portos de Angola e do Congo era a costa brasileira", como lembra Martin Meredith (2017, p. 160), que acrescenta:

Mais da metade do número de escravos exportados pelos portugueses da África centro-ocidental ia para o Brasil, uma viagem com duração de cinco a oito semanas; o restante era levado para o Caribe e para as plantations em estados da América do Norte. A taxa de mortalidade durante as várias fases da escravização era alta. Uma estimativa moderna é que, para cada cem africanos escravizados nas últimas décadas do século XVIII para serem exportados a partir de Angola, 10 podem ter morrido pela captura, 22 no caminho até o litoral, 10 nas cidades costeiras, 6s no mar e 3 nas Américas, antes de iniciar o trabalho, o que significa que menos da metade sobrevivia para o trabalho escravo. Ao todo, durante os três séculos e meio que o comércio transatlântico de escravos durou, cerca de 2,8 milhões de escravos foram enviados de Luanda e 764 mil de Benguela, cerca de um quarto do total.

Angola foi colônia portuguesa até 1975, tendo deixado essa condição depois de uma longa e sangrenta guerra iniciada no dia 4 de fevereiro de 1961, marcado na história angolana

como o Dia do Início da Luta Armada de Libertação Nacional. O pequeno resumo dessa fase pós-independência, exposto a seguir, dá notícia do doloroso processo de reconstrução desse país africano, que estava nessa época dividido por três grupos nacionalistas MPLA, UNITA e FNLA. Os três declararam independência no mesmo dia, 11 de novembro de 1975, tendo sido Agostinho Neto⁴, líder do MPLA, que controlava a capital Luanda, o principal protagonista dessa ação. As disputas entre os três grupos, porém, levaram o país a uma nova guerra, mais sangrenta do que a anterior. A Guerra Civil Angolana foi travada entre os três movimentos e teve como motivo principal a exclusão do FNLA e da UNITA do sistema político estabelecido por Luanda. A Guerra Civil, que se estendeu até 2002, foi marcada sobretudo por ações de guerrilha que, na última década do século passado, envolveu praticamente o país inteiro. Seu resultado foram milhares de mortos e feridos e destruições em aldeias, cidades, estradas, ferrovias, pontes. A migração populacional incrementou-se nessa época, pois boa parte da população rural fugiu para as cidades ou para outras regiões. Muitos angolanos buscaram refúgio até em países vizinhos.

O MPLA, que adotara a doutrina marxista-leninista na primeira fase de seu governo, decidiu, na década de 1990, mudar o regime para um sistema de democracia multipartidária, incentivando uma economia de mercado. Realizaram-se então as primeiras eleições em Angola, e a UNITA e a FNLA aceitaram participar do novo regime, concorrendo às eleições realizadas em 1992. Apesar dessa tentativa, a acusação de fraude na contagem dos votos trouxe de volta o cenário de guerra, a qual só foi encerrada em 2002.

Não é demais lembrar que foram os novos tempos florescentes na Europa após a Segunda Guerra Mundial que derrubaram regimes ditatoriais na Alemanha, na Itália, na Espanha. E que essas mudanças provocaram paulatinamente o desaparecimento das intervenções coloniais praticadas na África. A cronologia da descolonização africana elenca 17 países que se libertaram da França entre 1956 e 1962; 15 países se separaram do Reino Unido entre 1957 e 1968; 2 da Itália entre 1951 e 1960; 3 da Bélgica entre 1960 e 1962; e 1 da Espanha em 1968. Portugal, porém, manteve firme seu sonho colonial. Por isso, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) só ganharam soberania na metade da década de 1970⁵, sob forte pressão dos movimentos internos de libertação e da comunidade internacional.⁶

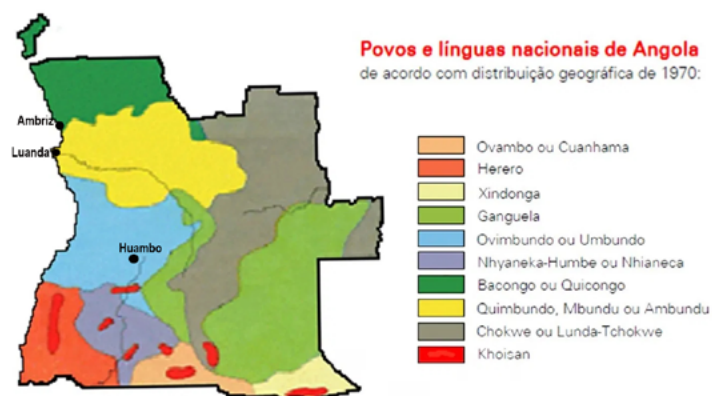
4 A frase-símbolo da independência de Angola foi dita por Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975: "Diante da África e do mundo proclamo a Independência de Angola". No mesmo dia, Holden Roberto, líder da FNLA, no Ambriz (província do centro-norte de Angola), e Jonas Savimbi, líder da UNITA, em Nova Lisboa (Huambo, na região central de Angola), também proclamaram a independência de Angola.

5 Guiné-Bissau em 10/09/1974, Moçambique em 25/06/1975, Cabo Verde em 05/07/1975, São Tomé e Príncipe em 12/07/1975 e Angola em 11/11/1975.

6 Cf. Zau, Domingos Gabriel Dele. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização* (tese de doutoramento: Univ. da Beira Interior), p. 99-100.

Hoje, como afirma Anthony Hodges (2002, p. 7), "Angola apresenta um paradoxo terrível e chocante". Embora possua uma das maiores concentrações de recursos da África, essa riqueza não tem sido associada ao desenvolvimento e à prosperidade de sua gente, "mas a anos de conflito, declínio econômico e miséria humana". Para ele, são poucos os países que "apresentam um contraste tão acentuado entre o potencial econômico e a situação do seu povo".

1.2. A língua



FONTE: <http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola>

Figura 1. As línguas de Angola

Fonte: <http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola>

Atualmente, Angola tem mais de 32 milhões de habitantes. Nas áreas urbanas, o percentual de falantes do português chega a 85%, enquanto na zona rural é de 49%. Em casa, muitos angolanos falam mais do que uma língua, mas o português já é falado por cerca de 70% da população. Os 30% restantes falam mais de 10 línguas nacionais, do ramo banto, como o quicongo (8,2%, no norte) e o quimbundo (7,8%, no norte e no litoral central). O chókue é falado no interior central e no norte (6,54%); no sul, entre as províncias do Cuando-Cubango, Cunene e Huíla, falam-se as línguas ganguela (3,11%), cuanhama (2,26%) e muhumbi (2,12%). Por fim, há ainda o fiote, língua falada no enclave de Cabinda por 2,4% da população.

O português é ensinado em todas as escolas de Angola. Em algumas delas, convive com o ensino das línguas nacionais, que dispõem de material pedagógico, mas sofrem com a falta de professores. Esse panorama de desigualdade é agravado pelo fato de ainda persistir em muitas famílias a carga negativa da língua local, criada no tempo da colonização, o que as faz preferirem que os filhos aprendam apenas português. Muitos receiam que o tempo gasto para estudar formalmente a língua nacional prejudique as atividades escolares restantes e por

isso optam apenas pelo idioma oficial. Também contribui para essa situação a supremacia da população jovem, com menos de 24 anos, que – como diz Joana Gorjão Henriques (2017, p. 24) – "não viveu o período de *apartheid* social em Angola, mesmo que não oficial".

Bonifácio Tchimboto⁷, pesquisador angolano, lembra que, para muitos de seus conterrâneos permanece a memória da placa de madeira pendurada nos estudantes flagrados, no tempo colonial português, falando quimbundo, uma das línguas nacionais angolanas. A inscrição dizia: BURRO. E acrescenta: "Essa carga pesada sobrevive ainda hoje na cabeça de muitos. Temos entre os nossos concidadãos aqueles que olham para o bilinguismo como um defeito, que a competência em duas línguas é um defeito.". Por isso, muitos dizem que não se deve usar nenhuma língua africana em público. Além disso, parece difícil encontrar, especialmente na população mais jovem, alguém que não fale ou, pelo menos, não compreenda o português. Isso faz de Angola praticamente uma exceção na África, já que, salvo alguns estados insulares, é o único país africano onde a língua europeia colonizadora é proeminente (cf. HODGES: 2002, p. 87) junto às massas populares.

Outro fator que importa na apresentação do contexto em que a língua portuguesa se consolida como a principal língua de Angola é o fato de a Constituição da República de Angola estabelecer, no seu artigo 19, item 1, que a língua portuguesa é a língua oficial do país, o que implica sua obrigatoriedade em todos os momentos da vida civil. Já as demais línguas locais são denominadas "línguas angolanas", sem o mesmo estatuto que a língua portuguesa.

Art. 19 (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o **português**.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das **demais línguas de Angola**, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Art. 21 (Tarefas fundamentais do Estado)

- (n) Proteger, valorizar e dignificar as **línguas angolanas de origem africana**, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como **línguas de identidade nacional e de comunicação**.

Artigo 23.º (Princípio da igualdade)

2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, **língua**, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

Fonte: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf> – **grifos meus**.

7 In: "Colonialismo Segregou Línguas Nacionais em Angola", palestra proferida no III Congresso Internacional de Língua Portuguesa, em Luanda, realizado em setembro de 2014.

Independentemente desse histórico e desses dados, as interferências linguísticas resultantes do contato do português com as línguas angolanas pré-existentes revelam a presença de substratos africanos no português de Angola, pois a língua do colonizador se impôs pelo maior prestígio cultural e social, mas os vários reinos locais, embora vencidos, deixaram marcas de seus hábitos linguísticos na língua nova. Ficaram substratos quimbundos, quicongos, chócues, etc.

Essa contribuição se dá pela entrada de palavras africanas no léxico comum, pela criação de formas oriundas do gênio inventivo do homem comum, pelos desvios e adaptações da norma padrão europeia, permitindo que se sinta nesses usos sua adaptação à realidade linguística angolana.

2. Uma Pequena Amostra: *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas*, romance de Luís Fernando⁸

2.1. O autor e a obra

Luís Fernando nasceu na aldeia de Tomessa, Ufge, Angola, em outubro de 1961. Licenciado em Jornalismo pela Universidade de Havana, em Cuba, iniciou seus trabalhos literários com a publicação de *Noventa Palavras* (1999), uma seleção de textos jornalísticos, motivados pela sua experiência na imprensa. Em 2011, por suas publicações no jornal O País, foi contemplado com o prêmio Maboque de Jornalismo, fundado pelo Grupo Angolano César & Filhos.

A Cidade e as Duas Órfãs Malditas é um romance que se passa na segunda metade do século XIX e conta a história de Dom Beneditto da Matta Prudente e sua família. No ano de 1853, os moradores da cidade de São Paulo de Assumpção de Loanda, em Angola, sofrem com um surto de blenorragia, fato que desencadeia os dramas dos personagens.

O escritor equilibra relatos históricos com acontecimentos da ficção em busca da fluidez da narrativa e consegue, com seu estilo peculiar e elaborado, mostrar, entre outras coisas, como eram redigidos os documentos oficiais da época, sem abandonar as críticas ao comportamento dos cidadãos abastados de Loanda e seus respectivos representantes.

Se a doença venérea, a peste de bexigas e a escassez de água atingiram de maneira impiedosa boa parte da população, os males da alma foram, pouco a pouco, enfraquecendo uma sociedade que transparece no olhar meticuloso de Fernando sobre as inquietações humanas, que lhe deu as ferramentas necessárias para a construção de uma obra sobre uma cidade que, "a despeito das suas vaidades cidadinas, não é mais do que um lugarejo de vontades cruzadas" (p. 10).

8 Participou desta parte da pesquisa Cláudia Valéria Santos da Rocha, orientanda do curso de Especialização em Língua Portuguesa, convênio "Liceu Literário Português – UERJ".

2.2. O padrão contemporâneo em Angola: norma e estilo

Tudo o que diz respeito à construção, ao uso e à escolha das palavras (e das frases) pode sugerir dentro do texto um valor expressivo/impressivo para o que se pretende comunicar⁹. Mas a exploração desse valor também pode envolver temas ligados à flexão de gênero e número, à formação de palavras, à estrutura sintática ou aos aspectos formais mais específicos do que se entende por padrão escrito, ou seja, a forma praticada em dado espaço de uma comunidade idiomática, observando-se sua ocorrência em gêneros textuais distintos.

Os aspectos expressivos/impressivos dos enunciados têm ligações com os possíveis destaques e efeitos semânticos, morfossintáticos ou contextuais em que eles atuam. Os estudos de estilística contribuem para desfazer a ideia errônea de que apenas aos escritores é dada a permissão de fazer experimentações linguísticas. Há quem pense, quando se fala de poesia, que a arte não é para ser compreendida, mas sentida. Esse mito se expande quando vemos os alunos se esquivando das tarefas de produção textual sob a alegação de que não querem ser escritores. A estilística pode servir para mostrar que arte, técnica, estudo, bom gosto e ousadia não são bens inacessíveis e que qualquer pessoa tem o direito de escolher conscientemente as palavras que pretende usar em seus textos.

Em *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* (144 páginas, 14 capítulos¹⁰), Luís Fernando explora com apuro essas questões, que aqui vamos destacar e interpretar.

Na narrativa, o protagonista é o rico negociante Dom Beneditto da Matta Prudente. Embora consciente do estrago que uma aventura sexual poderia lhe causar, ele resolve dirigir-se à casa paupérrima de duas órfãs, cuja fama de disseminadoras de uma maldita doença venérea ia longe. Dom Beneditto era um daqueles chefes de família dignos e honrados de Luanda, que receberiam pelas noites de prazer a moléstia como "recompensa". Afinal, não queria ser ele, de maneira nenhuma, apenas um ouvinte das histórias que os outros senhores contavam sobre as tórridas noites com as meninas.

Contraída a doença, charlatães e curiosos da pior espécie tiravam proveito da tenebrosa situação, já que alguns doentes, preocupados com falatórios alheios, não costumavam procurar o único hospital da cidade, ironicamente chamado Hospital da Misericórdia. A solução prometida era um tratamento alternativo, que abafaria, segundo eles, as consequências da safadeza.

A temida gonorreia não demora muito a se manifestar no incauto personagem, para desespero de dona Anna Cândida, a esposa durante muito tempo enganada pelas escapulidas

9 O tema está desenvolvido em HENRIQUES: 2018, p. 99-105.

10 O livro contém, ao final, 15 notas bibliográficas, que se referem a ocorrências administrativas e policiais, transcritas parcialmente no livro e extraídas de documentos do século XIX – Boletins Oficiais do Governo Geral da Província d'Angola.

noturnas do marido e que vira alvo de chacota entre as damas da sociedade, que ostentavam uma nem sempre garantida fidelidade conjugal de seus maridos.

Diante do mal que nele se alastra, o negociante procura o Governador Geral, pleiteando um tratamento adequado para as meninas. O representante da Casa Régia, que sempre esteve ciente do que se passa em São Paulo de Assumpção de Loanda, mas nunca colocou os problemas da cidade na lista de suas prioridades, somente após o pedido do conhecido e importante cidadão loandense resolve mexer-se. Assim, as duas órfãs, aliciadas e acusadas de propagarem o terrível mal, são em pouco tempo acolhidas no hospital.

O narrador segue contando as peripécias por que passam as meninas e volta mais adiante às desventuras de Dom Beneditto. Optando por não recorrer à ajuda médica, ele consulta um falso boticário, que lhe prescreve doses de sulfato de quinino. O percurso da contaminação vai, mais adiante, se resolver, mas esse homem carregará consigo as marcas e consequências daquela noite fatídica.

Como dissemos, o livro de Luís Fernando tem esse traço de denúncia e crítica social. Em primeiro plano estão os rumos de uma saga familiar, em que se constrói a trajetória de um contragolpe fatal do destino – o amor entre o filho do protagonista e a mulher que ele não sabia ser a órfã que contaminara seu pai. Suicídios, traições, desavenças e frustrações se desenvolvem em um cenário que mostra a cidade de Loanda em péssimas condições de saneamento: dejetos jogados no mar; pessoas fazendo suas necessidades em qualquer local, à vista de todos; animais vagando pelas ruas; e toda sujeira exposta, sem que ninguém a recolhesse; graves doenças. No componente político, temos uma Câmara Municipal sempre metida em dívidas, que nada resolve, e um governo incapaz de se preocupar com a população mais pobre.

2.3. Três fragmentos

Selecionamos três passagens representativas do romance de Luís Fernando para tecer nossos comentários sobre norma e estilo.

FRAGMENTO 1 (cap. 3, p. 23-4)

Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, atravessou em silêncio sofrido os corredores e as saletas que separam os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. Fê-lo apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano e, se a sua condição humana não fosse a fragilidade que todos sabiam que era, dir-se-ia que a cena esculpida ao redor do punho simbolizava o seu próprio historial de decadência: um velho leão acossado por um pequeno grupo de jovens caçadores, mal alimentados e ainda mais tristemente armados, mesmo assim perto de conseguirem o golpe demolidor capaz de travar, para sempre, a carreira do rei da selva.

No intervalo de um mês, é a segunda vez que cruza aquele ambiente, primeiro por iniciativa pessoal e agora, em obediência a uma convocatória do ilustre representante do Rei D. Pedro V.

– Ó homem, vossemecê está assim de mal? O que há com a vossa saúde? – surpreendeu-se o Governador, ao encontrar um Dom Beneditto da Matta Prudente deslustrado, pele e osso, a estampa perfeita de um homem que decidiu aceitar, placidamente, o desígnio do flagelo.

A audiência parecia montada em cenário de completo equívoco. Não era, de longe, a visão que o Governador Ricardo Graça esperava encontrar quando solicitou ao seu secretário particular que preparasse a reunião, a começar pela ida à casa do comerciante para anunciar o nobre propósito do Chefe da Província e a compilação de dados sobre a ideia de se abrir um asilo para órfãos na necessitada São Paulo de Assumpção de Loanda. – Mas o secretário poderia ter comentado comigo o vosso tormento, homem – acrescentou, para fechar a inesperada reflexão.

FRAGMENTO 2 (cap. 5, p. 36-7)

Beneditto da Matta Prudente Júnior, o filho primogênito de Dom Beneditto e Dona Anna Cândida, tentava compreender, aos vinte e dois anos de idade, as arestas físicas e os labirintos da mente associados a uma cidade que há muito elegera como sua. Amava São Paulo de Assumpção de Loanda sem nunca a ter visitado, mas os progenitores, num dos raros casos em que pensavam igual uma decisão, haviam preferido manter o filho distante das incertezas de África. Queriam-no devidamente entregue aos estudos naquele colégio jesuíta do interior alentejano, com a certeza de que surgiria dessa opção o homem ilustre que alargaria a honorabilidade da família.

Caminhava para o seu primeiro ano na capital da florescente Província d'Angola. Chegara moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para contar, mas a dele sobressaía das restantes pela sua simplicidade aterradora: tinha conseguido colecionar três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos!

Mas nada que atormentasse o ex-discípulo dos jesuítas, ele que se fartara irremediavelmente dos métodos de ensino no colégio e da sonolência teimosa daquele mundo rural, no dizer de muitos, mais cruel que a bestialidade do inóspito sertão africano.

Desembarcou como um cigano em terra de fortuna e utopias. Três gordos baús com a mistura perfeita do útil e do supérfluo, calças de linho cru e sacolas mofadas de castanhas da serra, águas de colônia orientais, tecidos virgens para depois se ver a arte e o uso, bolas de naftalina, pentes e uma quantidade improvável de livros nunca lidos, quase todos de anos letivos mal frequentados.

FRAGMENTO 3 (cap. 11, p. 87-8)

O negócio de fazendas de Dom Beneditto da Matta Prudente, um dos mais notáveis no historial de crescimento contínuo da cidade, permaneceu fechado nos sete dias em que a viúva, o filho e de certo modo a vida social do burgo observaram uma pausa em sinal de respeito pela alma do distinto comerciante.

Os munícipes de boa memória que leram o aviso necrológico pendurado à entrada da loja, sentiram estremecimentos gerais ao recordar que se tratava da segunda vez, num intervalo de seis ou sete anos, que a morte visitava o rendoso comércio, sendo isso, de certeza absoluta, obra de invejosos. À passagem pelo local fizeram o sinal da cruz, olharam para o céu, e os mais afoitos tentaram ali mesmo montar uma espécie de bancada, para tertúlias que poucos se mostraram com ganas de alimentar.

Dona Anna Cândida tinha a cabeça transformada num turbilhão de ideias, inquietações e lembranças quando tomou a decisão de sacudir a tristeza e fazer avançar o progresso pessoal e da família.

– Não há outra maneira, a vida tem de continuar! – disse, pondo-se em marcha, em direção à loja.

Dispensou os préstimos do cocheiro Mandongo e saiu de casa antes mesmo de se notarem sinais de vida nos aposentos ao fundo, onde seu filho primogênito terá muito provavelmente reatado as delícias inconclusas dum lua de mel sem sossego. Uma perturbadora conversa na noite anterior com o herdeiro tinha-a atirado, de novo, para um mundo de tristeza indizível.

Temia pelos seus próprios atos depois do que ouvira da boca do filho, a confissão brutal de que a adolescente preta com quem estava casado era a tal. Sem escapatória possível, voltaram-lhe à cabeça os padecimentos terríveis daquele ano que gostaria de eliminar da memória do Mundo – 1853 – e, num repente, concentrou toda a fúria de que é capaz de se fazer dono um ser humano, sobre a figura daquele filho, responsável pela entrada, em sua própria casa, da encarnação do Demônio.

Entende-se por norma todo uso que é preferencial e constante numa variedade de língua (cf. BECHARA: 2019, p. 37), e isso vale tanto para seus falantes como para os que nela se manifestam por escrito. O levantamento das realizações linguísticas praticadas normalmente por uma comunidade linguística é o que Coseriu chama de "norma da língua" (1980, p. 119-25). Também nos parece pertinente lembrar que a norma deve ser definida como uma medida que se leva em conta quando está em foco a individualidade de um texto. E também que ela (a norma) está circunscrita pelo contexto, o que inclui tempo, local e situação.

A Cidade e as Duas Órfãs Malditas é um discurso escrito para ser recebido como um relato que revela um estilo correto do ponto de vista lexical e gramatical. Nos três fragmentos que transcrevemos, não há o uso dos elementos da variedade regional e das marcas de oralidade. As três falas são praticamente em "língua escrita":

- (1) – Ó homem, vossemecê está assim de mal? O que há com a vossa saúde? [f1]
- (2) – Mas o secretário poderia ter comentado comigo o vosso tormento, homem. [f1]
- (3) – Não há outra maneira, a vida tem de continuar! [f2]

A narrativa tem doses de tensão e sugere de alguma forma a natureza do romance. As opções do escritor são pelas formas de rigor morfossintático, como em:

- (4) **Fê-lo** apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano (...) [f1]
- (5) (...) **dir-se-ia** que a cena esculpida ao redor do punho simbolizava o seu próprio historial de decadência. [f1]
- (6) **Queriam-no** devidamente entregue aos estudos naquele colégio jesuíta do interior alentejano (...) [f2]
- (7) Amava São Paulo de Assumpção de Loanda sem **nunca a ter visitado** (...) [f2]
- (8) (...) concentrou toda a fúria de que é **capaz de se fazer dono um ser humano**, sobre a figura daquele filho. [f3]

Nelas, o que se encontra é uma sintaxe pautada pelo padrão luso-brasileiro, seja no uso dos pronomes oblíquos, seja na posposição extrema do sujeito. Já as passagens descritivas mostram uma seleção lexical igualmente refinada, o que confirma a preocupação do escritor com a exatidão na transmissão dos fatos e na apresentação das ações que movem a narrativa, sempre se valendo de sentenças construídas com palavras e expressões que garantam a ele uma espécie de "atestado de qualidade linguística".

(9) Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, atravessou em silêncio sofrido os corredores e as saletas que separam os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. [f1]

(10) Chegara moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para contar, mas a dele sobressaía das restantes pela sua simplicidade aterradora: tinha conseguido colecionar três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos! [f2]

(11) Os munícipes de boa memória que leram o aviso necrológico pendurado à entrada da loja, sentiram estremecimentos gerais ao recordar que se tratava da segunda vez num intervalo de seis ou sete anos, que a morte visitava o rendoso comércio (...) [f3]

Há o predomínio de períodos longos, o que interfere no ritmo dos enunciados, que assumem uma feição mais elaborada e formal. Nos três fragmentos transcritos, praticamente inexitem períodos simples: há um no primeiro fragmento e dois no segundo;

(12) A audiência **parecia** montada em cenário de completo equívoco. [f1]

(13) **Caminhava** para o seu primeiro ano na capital da florescente Província d'Angola. [f2]

(14) **Desembarcou** como um cigano em terra de fortuna e utopias. [f2]

Esse traço se repete ao longo da obra e, por isso, é comum nos deparamos com parágrafos constituídos por um único e longo período composto ou, quando muito, por dois períodos compostos:

(15) Um homem vencido pelo desânimo, com o humor destroçado e a aura de patriarca falida, **atravessou** em silêncio sofrido os corredores e as saletas que **separam** os visitantes do gabinete de despachos do Governador Geral d'Angola. **Fê-lo** apoiado sobre uma bengala talhada em mogno africano e se a sua condição humana não **fosse** a fragilidade que todos **sabiam** que era, **dir-se-ia** que a cena esculpida ao redor do punho **simbolizava** o seu próprio historial de decadência: um velho leão acossado por um pequeno grupo de jovens caçadores, mal alimentados e ainda mais tristemente armados, mesmo assim perto de **conseguirem** o golpe demolidor capaz de **travar**, para sempre, a carreira do rei da selva. [f1]

→ 1º período = 2 verbos; 2º período = 7 verbos.

(16) **Chegara** moído pelo cansaço num domingo de ondas inquietas em julho de 1859, a bordo de um vapor tomado por dezenas de moços da sua idade, com múltiplas e particulares histórias para

contar, mas a dele **sobressaía** das restantes pela sua simplicidade aterradora: **tinha conseguido colecionar** três invulgares reprovações no curto intervalo de quatro anos letivos! [f2]
→ 2º período= 4 verbos. [Obs.: o 1º período está em (13).]

(17) O negócio de fazendas de Dom Beneditto da Matta Prudente, um dos mais notáveis no historial de crescimento contínuo da cidade, **permaneceu** fechado nos sete dias em que a viúva, o filho e de certo modo a vida social do burgo **observaram** uma pausa em sinal de respeito pela alma do distinto comerciante. [f3]
→ período único = 2 verbos.

O uso dos conectores subordinativos também ilustra a afinidade estilística da obra de Luís Fernando com a prática a que chamamos de português prototípico – emprego normalmente utilizado em textos cujo modo de organização é narrativo ou descritivo no gênero discursivo literário¹¹. Os três fragmentos confirmam isso, mostrando por 23 vezes o uso da palavra "que" (16 como relativo; 7 como integrante). Os demais transpositores têm pequena ocorrência: "quando" temporal (2 vezes); "se" condicional (1 vez); "como" comparativo (1 vez); "onde" relativo (1 vez); e "quem" relativo (1 vez).

- (18) (...) as saletas **que** separam os visitantes do gabinete de despachos (...) [f1]
- (19) (...) não fosse a fragilidade **que** todos sabiam (...) [f1]
- (20) (...) todos sabiam **que** era (...) [f1]
- (21) (...) dir-se-ia **que** a cena esculpida ao redor do punho simbolizava (...) [f1]
- (22) (...) é a segunda vez **que** cruza aquele ambiente (...) [f1]
- (23) (...) a estampa perfeita de um homem **que** decidiu aceitar (...) [f1]
- (24) (...) a visão **que** o Governador Ricardo Graça esperava encontrar (...) [f1]
- (25) (...) solicitou ao seu secretário particular **que** preparasse a reunião (...) [f1]
- (26) (...) uma cidade **que** há muito elegera como sua. [f2]
- (27) (...) num dos raros casos **em que** pensavam igual uma decisão (...) [f2]
- (28) (...) com a certeza **de que** surgiria dessa opção o homem (...) [f2]
- (29) (...) o homem ilustre **que** alargaria a honorabilidade da família. [f2]
- (30) Mas nada **que** atormentasse o ex-discípulo dos jesuítas (...) [f2]
- (31) (...) ele **que** se fartara irremediavelmente dos métodos de ensino no colégio (...) [f2]
- (32) (...) fechado nos sete dias **em que** a viúva (...) [f3]
- (33) Os munícipes de boa memória **que** leram o aviso necrológico (...) [f3]
- (34) (...) sentiram estremecimentos ao recordar **que** se tratava da segunda vez (...) [f3]
- (35) (...) da segunda vez num intervalo de seis ou sete anos, **que** a morte visitava (...) [f3]
- (36) (...) para tertúlias **que** poucos se mostraram com ganas de alimentar. [f3]
- (37) Temia pelos seus próprios atos depois do **que** ouvira da boca do filho (...) [f3]
- (38) (...) ouvira da boca do filho, a confissão brutal **de que** a adolescente preta (...) [f3]
- (39) (...) os padecimentos terríveis daquele ano **que** gostaria de eliminar da memória (...) [f3]
- (40) (...) concentrou toda a fúria **de que** é capaz (...) [f3]

11 Veja-se o capítulo "Gêneros e Tipos" em HENRIQUES: 2018, p. 8-24.

- (41) (...) o Governador esperava encontrar **quando** solicitou ao seu secretário (...) [f1]
(42) (...) tinha a cabeça transformada (...) **quando** tomou a decisão (...) [f3]
(43) e, **se** a sua condição humana não fosse a fragilidade (...), dir-se-ia **que** a cena (...) [f1]
(44) Desembarcou **como** um cigano em terra de fortuna e utopias. [f2]
(45) (...) nos aposentos ao fundo, **onde** seu filho primogênito terá reatado (...) [f3]
(46) (...) a adolescente preta **com quem** estava casado era a tal. [f3]

Essas e outras características presentes na obra desse escritor angolano fornecem elementos para que se estude o português escrito de Angola como uma variedade de nossa língua. A "versão angolana" aqui representada pelo romance de Luís Fernando não interfere nos alicerces da língua, mas mostra uma expressiva forma de utilização do português.

Conclusão

Na simplicidade de sua narrativa e de sua linguagem, *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* não deixa de cumprir o papel de fornecer material para os mais diversos matizes de interesse. Os fatos históricos, a visão sociológica, os perfis psicológicos estão presentes ao longo do livro de Luís Fernando, que dá a eles uma interpretação pessoal, oriunda de sua experiência e trajetória.

Há em Angola alguns livros escritos em quimbundo, mas a literatura produzida expressa-se predominantemente em português padrão. Nos romances, o texto do narrador segue o modelo lusitano, mas as línguas locais costumam aparecer nos diálogos ou entranham-se nas estruturas do português – não é esse, porém, o caso do livro aqui apresentado.

Como dissemos no início deste artigo, um dos objetivos de nossa pesquisa é descrever, organizar e interpretar os dados e fatos referentes ao português brasileiro, europeu e angolano. Outro é introduzir a discussão do tema da "homogeneização" da língua portuguesa em países africanos. O estudo da linguagem praticada em *A Cidade e as Duas Órfãs Malditas* nos leva a refletir sobre a presença quase exclusiva do português prototípico, sem a manifestação de traços das línguas locais. Pode-se concluir que, no *corpus* em análise, o português escrito contemporâneo de Angola contribui mais para a tese da unidade do que da diversidade da língua.

Referências

- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lucerna, 2019.
- COSERIU, Eugenio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **A questão da norma culta brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- FERNANDO, Luís. **A Cidade e As Duas Órfãs Malditas**. Luanda: Nzila, 2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Geo-História do português: estudos sobre a história e a geografia do português na perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

_____. **Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade**. Rio de Janeiro: AltaBooks, 2018.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **O racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2017.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, 2002.

MENÉNDEZ-PIDAL, Ramón. El español de Canarias. In: _____. **Presente y Futuro de la Lengua Española**. Madrid: Ed. Cultura Hispánica, 1964.

MEREDITH, Martin. **O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PAGLIARO, Antonino. **A vida do sinal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PINTO, Edith Pimentel. **A língua escrita no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

ROSSI, Nelson. A realidade linguística brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 22. 1980.

TCHIMBOTO, Bonifácio. Colonialismo segregou línguas nacionais em Angola. **Atas do III Congresso Internacional de Língua Portuguesa**. Luanda: Universidade Jean Piaget, 2014.

ZAU, Domingos Gabriel Dele. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Tese de Doutoramento, 2011.

Páginas de internet consultadas

<http://palavraarte.co.ao/proposta-de-mapeamento-linguistico-em-angola/> Acesso em 31/10/2019.

<https://population.un.org/wpp/> Acesso em 02/11/2019.

<https://www.plataformamacau.com/lusofonia/angola/colonialismo-segregou-linguas-nacionais-em-angola/> Acesso em 02/11/2019.

A Representação Expressa do Sujeito Pronominal nas Sentenças de Tópico do PB

The Expressed Representation of Pronominal Subject in PB Topic-Comment Sentences

Edila Vianna da Silva*
Karoline Silva Angelici**

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a ocorrência do sujeito pronominal nas sentenças de tópico-comentário do PB, a partir de *corpus* de língua oral. Considerando a frequência com que essas estruturas figuram na variante brasileira e o fato de que há entre as línguas de tópico e o português muitas características comuns, estabeleceremos uma relação entre sentenças de tópico e representação expressa do sujeito pronominal, pressupondo a necessidade discursiva do preenchimento do sujeito nessas estruturas, bem como o contexto em que esse preenchimento não é necessário. O estudo foi realizado com base em uma análise qualitativa do *corpus* selecionado, que confirmou a hipótese inicial de que, mesmo em casos em que o sujeito pronominal pode ser elipsado, o falante, na maioria das vezes, opta pelo seu preenchimento, o que aponta a presença, cada vez mais frequente, do sujeito pronominal expresso no PB.

Palavras-Chave: Sujeito expresso; sujeito pronominal; tópico.

ABSTRACT

This article analyzes the occurrence of pronominal subject in topic-comment sentences in Brazilian Portuguese, from an oral language *corpus*. Considering the frequency with which these structures appear in the Brazilian variant and the fact that there are many common characteristics between topic languages and Portuguese, we will establish a relationship between topic sentences and the expressed representation of pronominal subject, taking into account the discursive need to fill the subject in these structures, as well as the context in which this filling is not necessary. The study was carried out based on a qualitative analysis of the selected corpus, which confirmed the initial hypothesis that, even in cases in which the pronominal subject can be elliptical, the speaker, in most cases, chooses to complete it, which points to the presence, more and more frequent, of the pronominal subject expressed in the BP.

Keywords: Expressed subject; pronominal subject; topic.

Recebido em 11 de fevereiro de 2020.

Aceito em 18 de abril de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.368

* Universidade Federal Fluminense, edilavianna@gmail.com, orcid.org/0000-0001-6704-9990

** Universidade Federal Fluminense, kahangelici@gmail.com, orcid.org/0000-0002-1953-2344

Introdução

A supressão do pronome sujeito nos casos em que a desinência verbal traz a marca de pessoa é recomendação das gramáticas normativas e dos manuais de redação; contudo, é crescente a tendência do português brasileiro de preenchimento do sujeito pronominal, fato que tem sido analisado por diversos estudiosos da língua. Sobre essa tendência, Azeredo revela que “o português do Brasil, mesmo em sua variedade culta, está dando ampla preferência ao resgate do sujeito ao contrário do que se passa em Portugal” (2018, p. 590).

Sabemos que, por conta do monitoramento a que a modalidade escrita da língua está submetida, as ocorrências de sujeito pronominal expresso – sobretudo nos casos em que a desinência do verbo indica, de maneira não problemática, a marcação de pessoa – são mais frequentes na modalidade oral da língua.

Tendo em vista a modalidade menos monitorada, deparamo-nos com sentenças de tópico-comentário que, consoante à tendência de representação pronominal do sujeito, têm sido cada vez mais presentes na linguagem culta. Tão grande é a frequência com que essas estruturas figuram na língua que obras como a de Eunice Pontes (1987) são dedicadas ao exame do tópico no PB.

De acordo com Pontes (1987), “Li e Thompson (1976) propõem uma nova tipologia das línguas conforme nelas predominem relações de tópico-comentário ou de sujeito-predicado” (p. 11). Acreditamos que, diante da tipologia proposta pelos autores, o português se situa entre as línguas com proeminência de tópico e de sujeito, uma vez que ambas as construções são abundantes na língua espontânea.

Considerando que essas estruturas coexistem na língua, objetivamos estabelecer um paralelo entre as sentenças de tópico-comentário e a incidência de sujeito pronominal expresso, com base na observação de dados de língua oral provenientes do projeto NURC-RJ, que irão compor o *corpus* deste trabalho.

1. As estruturas de tópico no PB

A língua portuguesa sempre esteve situada entre as línguas com proeminência de sujeito, no entanto sabemos da primazia da língua escrita em relação à oral no que diz respeito aos fenômenos linguísticos focalizados pela tradição gramatical.

Nos últimos tempos, contudo, graças a estudos modernos, dentre os quais o de Eunice Pontes (1987), a língua tem sido estudada com ênfase na modalidade oral, o que tem facilitado o tratamento e a compreensão de muitas ocorrências linguísticas das quais não se ocupava a descrição gramatical.

Para não sermos injustos, ressaltaremos que a tradição gramatical já prevê as estruturas em que o sujeito e o tópico não coincidem e as nomeia *anacoluto*. Vejamos o que Evanildo

Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa*, nos diz acerca do assunto: “É a quebra da estruturação lógica da oração” (2001, p. 595).

Bechara nos lembra a lição de Said Ali sobre tais estruturas:

Resulta esta anomalia em geral do fato de não poder a linguagem acompanhar o pensamento em que as ideias se sucedem rápidas e tumultuárias. É a precipitação de começar a dizer alguma coisa sem calcular que pelo rumo escolhido não se chega diretamente a concluir o pensamento. Em meio do caminho dá-se pelo descuido, faz-se a pausa, e, não convindo tornar atrás, procura-se saída em outra direção. O anacoluto, fora de certas situações especiais, é evitado pelas pessoas que timbram em falar e escrever corretamente a língua. Coloca-se entre as construções anacolúlicas o começar o enunciado por um termo não preposicionado e depois recuperá-lo na sua função própria, como que desprezando o inicial (SAID ALI, *apud* BECHARA, 2001, p. 595).

Tendo em vista a explanação de Said Ali, devemos ressaltar que a gramática tradicional diferencia, ainda, o anacoluto vicioso, resultante de uma quebra do raciocínio lógico, do virtuoso, construção que figura na literatura com fins estilísticos. Atualmente, no entanto, essas construções, típicas do uso pragmático da língua, são tratadas numa perspectiva discursiva, que as renomeou como estruturas de tópico e comentário.

Apesar de serem muitos os desdobramentos da estigmatização das sentenças anacolúlicas, sobretudo se pensarmos numa perspectiva de ensino da língua, para fins de análise, neste trabalho, o que nos interessa como objeto de estudo é a relação entre essa suposta “quebra da estruturação lógica da oração”, atualmente entendida como sentença de tópico-comentário, e o preenchimento do sujeito pronominal.

Sabemos da tendência do português brasileiro em permitir cada vez mais o uso dessas construções, visto que partilha com as línguas de tópico a maioria de suas características. Dessa forma, faz-se necessário, como ponto de partida, delimitar as fronteiras entre a sintaxe e o discurso, demarcando as características e o limite entre o sujeito e o tópico.

Nesse sentido, Castilho, em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, esclarece que “linguistas e gramáticos têm tido dificuldades em analisar expressões que exemplificam categorias discursivas e categorias gramaticais ao mesmo tempo” (2010, p. 281). O autor ressalta, ainda, o esforço em se tratar separadamente as expressões de tópico e de sujeito, o que leva a duas vertentes interpretativas. A primeira entende que as categorias discursivas derivam das categorias gramaticais e a segunda entende que são as categorias gramaticais que derivam de categorias discursivas.

Assim, o tópico seria uma discursivização do sujeito ou seria o sujeito uma sintaticização do tópico? Givón (*apud* Castilho 2010) escolheu a segunda opção, compreendendo que o sujeito sentencial é um tópico gramaticalizado. “Com isso, a noção sintático-gramatical de sujeito

deriva na noção discursivo-funcional de tópico” (2010, p. 281). O discurso seria, então, para Givón, uma sorte de sintaxe pouco ligada, caracterizada pela frouxidão entre as palavras e típica do modo pragmático e da modalidade oral da língua.

Como nosso trabalho focaliza a modalidade oral, nossa análise parte do tópico para o sujeito, tendo em vista a interface entre duas formas de estruturação do português brasileiro: sentenças de tópico e preenchimento do sujeito pronominal. Com isso, objetivamos explicitar a relação entre os dois fenômenos, isto é, de que maneira a ocorrência de um favorece a ocorrência do outro.

Para isso, interessa-nos, em princípio, compreender a noção de tópico, o que nos leva obrigatoriamente a considerar em nossa análise os planos discursivo, semântico e gramatical. De acordo com Castilho, “no discurso, o tópico é o assunto, o tema, à volta do qual giram as intervenções. Na gramática, [...] é um constituinte localizado fora da fronteira sentencial, funcionando como uma ponte estendida entre o texto e a sentença, vale dizer, entre o discurso e a gramática” (2010, p. 232).

A explanação acima transcrita esclarece o conceito de tópico do ponto de vista discursivo. De fato, o tópico cria no discurso um quadro de referência que localiza e introduz o assunto a ser posto em pauta. Em português, assim como nas línguas de proeminência de tópico, o controle de correferência é do tópico e não do sujeito.

Segundo Li e Thompson (*apud* Pontes, 1987), no exemplo “aquela árvore (tópico), as folhas são grandes, por isso eu não gosto (dela)” (p.22), tradução do mandarim, “o objeto elidido só pode ser entendido como referindo-se ao tópico (árvore) e não ao sujeito (folhas)”.

Do ponto de vista semântico, o tópico é a informação velha, já partilhada entre falante e ouvinte, utilizada discursivamente como referência para que, então, a informação nova, desconhecida pelo ouvinte, seja introduzida.

Gramaticalmente, Castilho (2010) afirma que “temos aí desde sintagmas nominais anacolútics, ou seja, fragmentos soltos, sem conectividade sintática com o resto, até sintagmas nominais que funcionam como constituintes sentenciais deslocados para a esquerda” (p. 279).

O que Castilho denomina anacoluto, seguindo a tradição gramatical, é o que temos tratado até aqui como tópico; no entanto, o autor parece não fazer distinção entre tópico e deslocamento à esquerda, além disso, não faz menção, ao menos nesta seção, às sentenças prototípicas em que há confluência entre os planos sintático, semântico e discursivo, ou seja, em que o sujeito é tópico e também agente do processo verbal.

Ao examinar as sentenças de tópico-comentário, julgamos relevante fazer distinção entre elas e as estruturas em que há deslocamento à esquerda. Poder-se-ia dizer, *grosso modo*, que todo deslocamento à esquerda ocasiona uma topicalização, no entanto o contrário não se aplica. Ao deslocar um dos componentes da estrutura SVO, trazendo-o ao início da sentença, o termo

deslocado certamente passa a figurar como o tópico sentencial; o membro deslocado, contudo, continua a exercer função sintática na sentença da qual faz parte, ao passo que, nas estruturas de tópico/comentário, o tópico não exerce função sintática na oração por ele introduzida e a estrutura que se segue é uma perfeita estrutura de SVO.

Há casos, porém, em que essa distinção não é tão fácil. Pontes trata da dificuldade de se distinguir o tópico do deslocamento à esquerda no português com base em sentenças do tipo “meu cabelo dessa vez eu não gostei nem um pouco (dele)” (1987, p. 66).

Na sentença acima, o uso ou não do pronome cópia é fundamental à análise do sintagma “meu cabelo” como deslocamento à esquerda ou como tópico. Nesses casos, se elidido o pronome cópia, considera-se que há o deslocamento à esquerda, uma vez que o verbo *gostar* é transitivo e exige, portanto, complemento. Caso o pronome cópia seja empregado, o sintagma “meu cabelo” pode ser entendido como tópico, visto que o complemento do verbo *gostar* passa a ser o pronome correferente do tópico.

É importante ressaltar que Pontes aponta esses casos como problemáticos e afirma que não é seguro tomar o emprego ou a supressão do pronome cópia como critério para considerar essas estruturas distintas.

De fato, tomar como base o emprego do pronome cópia no que diz respeito ao exame e ao enquadramento das sentenças como modelos de tópico ou de deslocamento à esquerda pode não ser muito produtivo. Tal metodologia tornaria a análise de algumas sentenças ainda mais problemática.

Em “A Sarinha está nascendo os dentes” (1987, p. 35), por exemplo, incorre-se também na confusão entre os planos semântico e sintático, ao se afirmar que sentenças ergativas¹ misturam tópico com sujeito. Especificamente sobre essa sentença, a autora afirma que “como o tópico está na posição do sujeito [...] e o ‘sujeito’ está na posição de objeto, confunde-se essa frase com as estruturas de SVO, e a concordância passa a se fazer com o tópico sujeito” (1987, p.37).

Se levarmos em conta, ainda, como critério de análise a supressão do pronome cópia “dela”, que poderia ser empregado ao final da sentença, teríamos de enquadrar essa estrutura como sendo de deslocamento à esquerda, e não como de tópico.

Mesmo abrindo mão desse critério, esbarramos em outro problema, de ordem semântica: nosso conhecimento nos diz que quem “está nascendo” são os dentes, e não Sarinha: no entanto, do ponto de vista sintático, há, na sentença acima, uma perfeita estrutura de SVO.

1 Segundo Castilho (2010: 331), “o termo *ergativo* vem do grego *ergázoimai*, “causar”, “produzir”, “criar” (Lyons, 1977/1984: 372). Salvi (1988: 47 e ss.) e outros tratadistas definem o verbo ergativo, causativo ou inacusativo como “os verbos intransitivos que têm o correspondente transitivo tal que o complemento objeto do verbo transitivo corresponde ao sujeito do verbo intransitivo”. São ergativas as sentenças cujos verbos alinham-se à descrição dada por Castilho (2010) e atribuem papel de paciente ao sujeito.

O que acontece nesses casos é que há uma estrutura em que o sujeito gramatical é diferente do termo a que o verbo atribuiu papel temático, ou seja, há um descolamento dos planos sintático e semântico. Como a concordância se dá no plano sintático, o verbo concorda com o sujeito gramatical, embora, no caso acima, o paciente do processo verbal seja o sintagma nominal que ocupa a posição de objeto direto.

Tal confusão entre os planos sintático e semântico é vista novamente na abordagem de Eunice Pontes acerca das construções ergativas, desta vez em *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso* (1986). Vejamos, então, a análise da autora em relação à sentença 4 “Esse rádio estragou o ponteiro”:

Vê-se que *esse rádio* é o tópico, porque está no início da S, e por causa da relação entre esse SN e o resto da sentença, que é um comentário sobre o tópico. Sabemos também que *esse rádio* não tem, em relação a *estragou*, a mesma relação que teria, por exemplo, Pedro na S 5: Pedro estragou o rádio. Em 5, Pedro é a pessoa que praticou a ação de estragar e o *rádio* é o paciente ou o alvo da ação de Pedro. Tentando analisar esta S, lembramos que se pode dizer, em português também, 6 e 7: 6. O ponteiro desse rádio estragou; 7. Estragou o ponteiro desse rádio. Considerando-se, então, que em 4 *esse rádio* é o tópico, somos levados a pensar que temos em seguida uma construção do tipo inversão do sujeito, ou seja, o ponteiro é o sujeito posposto de *estragou*, como em 7, estando o verbo estragar intransitivo. (PONTES, 1986, p. 17)

Apesar de reconhecer que há uma estrutura de tópico na sentença 4, Pontes mais uma vez mistura critérios sintáticos e semânticos em sua análise ao sugerir a presença de um sujeito posposto. O que a autora intitula sujeito posposto é, na verdade, o agente da ação. Na sentença 4, estamos novamente diante de uma perfeita estrutura de SVO na qual o sujeito e o agente não coincidem.

Semelhantemente ao que ocorre nas línguas de tópico, na língua portuguesa qualquer sintagma pode ser topicalizado; assim, construções como “esse rádio estragou o ponteiro” são uma realidade na língua e resultam da topicalização do que seria na estrutura ergativa o adjunto adnominal do sintagma nominal em função de sujeito – o ponteiro desse rádio estragou, estrutura ergativa; esse rádio estragou o ponteiro, topicalização do adjunto adnominal.

Esse processo é análogo ao que Nascimento explora em sua dissertação de mestrado a partir de sentenças como “esse elevador cabe dez pessoas” ou “o meu computador queimou a fonte” (2011, p. 272). Nascimento explica que nessas estruturas há uma ação de topicalização cujo objetivo é alçar adjuntos a SNs sujeitos. Por não poder ser o sujeito um SP, a perda da preposição é uma adequação ao alçamento de adjuntos a sujeitos e, é claro, não se pode negar a interface entre esse processo de alternância locativa e a ergativização. Nesses casos, há um processo inverso ao de gramaticalização, os sintagmas alçados à posição de sujeito adquirem traços mais lexicais, o que resulta na perda da preposição.

São muitos os desdobramentos do exame das sentenças de tópico; por vezes, como vimos, não é fácil distinguir tópico do deslocamento à esquerda. Para fins de análise neste trabalho, entretanto, não nos ateremos a essas discussões e tomaremos como tópicos os sintagmas que servirem como quadro de referência na estruturação da sentença.

2. O sujeito pronominal expresso x não expresso

As propriedades exibidas pelo português brasileiro, considerando-se o modelo gerativista que estabelece Princípios e Parâmetros, o enquadram no rol das línguas que ostentam valor positivo no parâmetro de sujeito nulo.

O português contemporâneo, contudo, apresenta um aumento progressivo de estruturas em que há preenchimento da posição de sujeito, fenômeno amplamente estudado por Duarte (1995) em sua tese de doutorado, na qual conclui:

em consequência das sucessivas contribuições que o Parâmetro veio (e vem) recebendo, passou a ser questionado o estatuto da categoria vazia sujeito, dependendo dos mecanismos envolvidos na sua identificação, se pro se variável (v. Figueiredo Silva, 1994, para uma revisão comentada sobre os passos mais significativos desse percurso). No caso do Português do Brasil (doravante PB), particularmente a variedade falada na região sudeste, a questão parece diversa da descrita para outras línguas. Passamos por um período de mudanças profundas no que diz respeito ao licenciamento e a identificação do sujeito nulo de referência definida paralelamente à redução ocorrida no quadro pronominal, que provocou uma simplificação no nosso paradigma flexional. Embora não se possa dizer que perdemos a possibilidade de omitir o sujeito, observa-se clara preferência pelo uso da forma pronominal plena (DUARTE, 1995, p. 3-4).²

O fato é que à língua portuguesa foi atribuído o status [+ sujeito nulo], com base em comparações estabelecidas com línguas como o inglês, em que há preenchimento de sujeito mesmo nas sentenças cujo verbo é impessoal. Na língua inglesa, sentenças em que o sujeito não é preenchido são agramaticais, uma vez que violam o valor negativo do parâmetro do sujeito nulo determinado pela gramática do inglês. É por conta dessa necessidade de preenchimento do sujeito que se justifica o pronome expletivo *it*, que, apesar de ser vazio de conteúdo semântico (nos casos em que o verbo é impessoal), ocupa no eixo sintático a posição reservada ao sujeito.

A noção chomskiana de parâmetro do sujeito nulo, entretanto, tem sido reformulada; com isso, novas hipóteses vêm sendo levantadas no que respeita ao licenciamento e à identificação do sujeito nulo. Duarte ressalta que “originalmente, [...] a propriedade de o sujeito não ser foneticamente realizado estaria ligada à ‘rica’ especificação morfológica da concordância verbal”

2 “pro-drop” – redução do termo em inglês *pronoun-dropping*, que significa “supressão de pronome”. Por extensão, são classificadas como línguas “pro-drop”, as que permitem anáfora zero.

(1995, p. 2). Tal afirmação corrobora a ideia de que a redução do paradigma flexional do PB está diretamente relacionada ao gradativo aumento de sentenças de sujeito pronominal expresso.

Sabemos que a variedade brasileira do português contemporâneo, sobretudo na modalidade menos monitorada da língua, tem apresentado redução em seu paradigma flexional por conta da neutralização das formas verbais atribuídas à segunda e à terceira pessoas do singular e à primeira do plural.

É válido destacar que Duarte (1995) chama atenção para o fato de que as formas “nós” e “a gente” coexistem na língua contemporânea, o que leva, ainda, à ocorrência da desinência número pessoal “-mos” nas formas verbais de primeira pessoa do plural, não mencionadas acima por estarmos privilegiando as ocorrências mais típicas da linguagem oral.

Fato que nos interessa também como exemplar da evolução da língua no que respeita à tendência ao preenchimento do sujeito pronominal expresso é o uso de “você” genérico, estrutura bastante frequente no PB atual e que o aproxima de línguas cujo parâmetro do sujeito nulo é negativo. Subjazem estruturas do tipo “você é o que você come”, um processo de gramaticalização do pronome “você” justificado pelo sentido indeterminado com que é empregado. Com isso, fica evidente que o PB caminha contrariamente à tendência de não marcação do pronome sujeito.

Em face do que foi exposto até aqui, parece-nos pouco produtivo render ainda mais as discussões que comprovem o gradativo aumento das sentenças de sujeito pronominal expresso; necessitamos, contudo, de esclarecer o fenômeno em si. Conforme atesta Duarte,

A alternância entre pronomes plenos e nulos [...] não é definitivamente uma característica de línguas pro-drop. Tanto Calabrese (1986) como Fernandes Soriano (1989) chamam a atenção para a existência de uma complementaridade entre sujeitos pronominais nulos e expressos em italiano e espanhol, respectivamente. Segundo Calabrese, o sujeito nulo é obrigatório quando o referente é esperado; o uso de um pronome pleno (tônico) em tal caso implica uma referência disjunta ou a inaceitabilidade da sentença, como mostra (37) (os exemplos de (37) a (42) foram extraídos do texto citado): (37) a. Quando Carlo ha pichiato Antonio pro/ lui era ubriaco. b. Mario si é spaventato dopo che pro, lui ha visto quel film. c. Dopo che pro, lui ha visto quel film, Mario, si é spaventato. Da mesma forma, um pronome tônico não pode preceder seu antecedente em encaixadas adverbiais, como em (38): (38) Quando pro,!”lui, lavora, Gianni i non beve. Se, no entanto, a encaixada não for uma adverbial, o pronome tônico pode preceder seu antecedente sem causar inaceitabilidade: (39) Le persone che lui, ha aiutato sono convinte che Giannii è una buona persona. O que torna um referente esperado, e, portanto, disponível para identificar o pronome nulo de Lima matriz ou encaixada, é, para o autor, o fato de ele ser o Tema (ou sujeito) de uma predicação, como se constata pelos exemplos acima (DUARTE, 1995, p. 23)³.

3 37 (a): “Quando Carlo bateu em Antonio, ele estava bêbado”; (b) “Marco se assustou quando ele viu o filme”; (c) “Depois que ele viu o filme, Mario ficou assustado”. 38 “Quando ele trabalha, Gianni não bebe”. 39 “As pessoas que ele ajudou estão convencidas de que Gianni é uma boa pessoa”. (Nossa tradução)

Os autores citados por Duarte revelam a não coexistência, nas línguas *pro-drop* – línguas que permitem anáfora zero, isto é, supressão do pronome sujeito – de estruturas de sujeito nulo e expresso. Nas línguas que integram esse grupo, o sujeito nulo é obrigatório, exceto nos casos em que haja comprometimento do sentido ou preferência pela leitura disjunta. O que determina a aceitabilidade de cada uma dessas estruturas sentenciais, segundo os autores, portanto, é de ordem discursiva e diz respeito ao referente. Com isso, o pronome pleno em sentenças em que o referente é conhecido e esperado as torna inaceitáveis.

Os exemplos supracitados, extraídos da língua italiana, revelam-nos que o PB se distancia cada vez mais das línguas *pro-drop*, visto que há tendência de realização do sujeito pronominal mesmo quando o referente é conhecido e esperado. Prova essa afirmativa a ocorrência de sujeito pronominal expresso em sentenças cujo referente se materializa em sujeito ou tópico, criando um quadro de referência que nos possibilita a posterior omissão do pronome sujeito.

Conforme Duarte (1995, p. 44) “as construções com duplicação do sujeito conhecidas como deslocamento à esquerda [...] são construções atípicas em línguas do grupo *pro-drop*, [...] seu exame é fundamental para a confirmação da hipótese de que estamos de fato nos afastando do grupo das línguas *pro-drop*”. Cabe ressaltar que o que Duarte denomina deslocamento à esquerda, nesse momento de sua pesquisa, são sentenças do tipo “eu acho que os militares na época eles foram muito hábeis em esconder as coisas” (DUARTE, 1995, p. 45).

É interessante notar que as sentenças de tópico comentário criam um quadro de referência, mesmo assim, o sujeito da sentença SVO que o segue é comumente expresso e, ainda, obrigatório nos casos em que há identidade de referentes como em “a linguística, ela é a ciência que se ocupa da linguagem”.

Há que se considerarem também sentenças como “Meu cabelo desta vez eu não gostei nem um pouco” (PONTES, 1987, p. 66), em que o sintagma “meu cabelo”, em função de tópico, dá conta de expressar o referente por meio do pronome possessivo de primeira pessoa, o que é também reforçado pela desinência do verbo. Mesmo assim, o falante marca a posição do sujeito com um pronome expresso que, em tese, não é necessário.

Ambos os exemplos põem em xeque a ideia de que a alternância entre o sujeito pleno e nulo se deve à presença ou ausência de um referente. A obrigatoriedade do emprego do sujeito nulo em estruturas de referente explícito não se aplica a todos os casos e parece ser mais bem-sucedida em sentenças SVC prototípicas em que sujeito e tópico coincidem. Apesar disso, mesmo nesses casos, conforme aponta Duarte (1995), o princípio *evite pronome* está perdendo a força no PB.

A autora argumenta a favor da perda da obrigatoriedade do sujeito nulo no PB. De acordo com ela,

os dois trechos deixam claro, apesar do uso do termo opção, que o sujeito nulo não é uma opção, mas uma obrigação nas línguas românicas do grupo *prodrop*; a opção parece ficar por conta

do uso pronome pleno quando a interpretação estiver comprometida. O que foi brevemente exposto no capítulo anterior confirma essa complementaridade entre sujeitos nulos e plenos no espanhol e no italiano, e, exceto pelas relativas, no português europeu. No caso do PB, vemos que, se não desapareceu, o sujeito nulo já não se encontra em distribuição complementar com o pronome pleno. Ele é antes uma opção que se realiza cada vez menos em favor deste, cuja ocorrência, em momento algum, compromete a aceitabilidade de uma sentença. Este é o ponto principal em que se sustentará este trabalho: o português do Brasil perdeu o Princípio “Evite Pronome” e caminha, em consequência dessa perda, na direção das línguas não-pro-drop (DUARTE, 1995, p. 29).

Em primeira instância, ressaltaremos que, subjacente ao princípio do “Evite Pronome”, está a seguinte consideração vista em Chomsky (*apud* Duarte): “(The principle) might be regarded as a subcase of conversational principle of not saying more than is required [...] there is some reason to believe that it functions as a principle of grammar” (1995, p. 29)⁴.

Tal afirmação nos leva a uma dupla encruzilhada no que se refere às estruturas de tópico-comentário. Se tomarmos o princípio da Economia Linguística como fator de contenção, racionamento das formas da língua empregadas na estruturação sentencial, teremos nas sentenças de tópico-comentário estruturas que contradizem esse princípio, uma vez que elas apresentam mais elementos que as estruturas SVC.

Por outro lado, se levarmos em conta o princípio da Economia Linguística no que se refere à gestão dos recursos da língua, considerando que, nesse caso, nem sempre menos é mais, teremos um desafio pela frente: estabelecer o valor do tópico na estruturação sentencial, isto é, esclarecer os porquês e o efeito de se optar por uma estrutura menos enxuta do ponto de vista da forma.

Se tomarmos como base a ideia de que quanto maior a forma, de modo geral, maior a informatividade, esbarraremos na questão que circunda as estruturas de tópico: o seu teor discursivo. É justamente no discurso que se justifica a opção do falante por essas estruturas.

Traçando a linha de raciocínio explicitada em Givón (*apud* CASTILHO, 2010) – apresentada no primeiro capítulo deste trabalho –, nosso enfoque dar-se-á da gramática para o discurso, de modo que o tópico seja analisado como uma discursivização do sujeito. Assim, essas estruturas se justificam, em termos de Economia Linguística, como *gestão* da língua, pelo efeito que geram na comunicação, ao estabelecer uma ponte entre falante e ouvinte na introdução de uma informação velha, consabida, para que, então, a informação nova seja introduzida, além de estabelecer o assunto a ser posto em pauta na conversação.

4 “O princípio deve ser considerado como um subcaso do princípio conversacional de não dizer mais do que é necessário. Há alguma razão para acreditar que ele age como um princípio da gramática” (tradução nossa).

No que concerne ao sujeito pronominal expresso, o que percebemos no PB é a perda da característica das línguas *pro-drop* no que respeita à complementaridade do sujeito nulo e pleno. Ambos são atualmente intercambiáveis, sendo a ocorrência deste mais frequente do que daquele.

A perda dessa característica comum às línguas românicas, contudo, ao afastá-lo das línguas *pro-drop*, não o insere nas línguas cujo parâmetro do sujeito nulo é negativo, como o inglês. Contemporaneamente, o PB se situa numa posição medial em relação ao parâmetro do sujeito, uma vez que, embora cada vez menos frequente, estruturas do tipo “comi muito ontem” são possíveis e aceitáveis na língua.

Por conta disso, Buthers e Duarte (2012) discutem a ideia de que o PB seja atualmente uma língua de sujeito nulo parcial. A favor dessa noção, além do argumento supracitado, teríamos, ainda, a explanação dos autores acerca do preenchimento da posição de sujeito com um pronome, mesmo em contextos em que há morfemas de primeira pessoa. Os autores revelam que estruturas cujo verbo é de terceira pessoa são mais resistentes à pronominalização de um expletivo lexical, ao passo que estruturas de verbo na primeira pessoa, forma verbal cujo referente é marcado pela desinência, são as que mais apresentam sujeito pronominal expresso.

Segundo os autores, isso prova que a “Agr [*agreement*, concordância] não é realmente um fator preponderante no acionamento do sujeito nulo” (BUTHERS; DUARTE, 2012, p. 82). Agr, nesse caso, refere-se à força dos morfemas no que respeita à identificação de pessoa. “Em suma, essa operação sintática pode ser vista como sendo o reflexo da mudança paramétrica em curso no PB” (BUTHERS; DUARTE, 2012, p. 83).

Assim, entendemos que o PB, de fato, se apresenta atualmente como uma língua de sujeito nulo parcial, visto que, apesar de ter perdido o princípio “Evite pronome”, ainda não conta com a obrigatoriedade do preenchimento do sujeito em estruturas de verbos impessoais por meio de pronome expletivo, característica das línguas [- sujeito nulo], como o inglês.

Apesar de serem muitos os desdobramentos e as possibilidades de análise que se possa levar em conta num estudo que busca determinar a natureza das ocorrências de sujeito pronominal expresso no PB, neste trabalho focalizaremos a ocorrência de sujeito pronominal expresso x não expresso nas estruturas de tópico-comentário.

As hipóteses que norteiam nossos estudos são: (1) nos casos em que o tópico e o sujeito apresentam o mesmo referente, é necessário o preenchimento do sujeito da estrutura SVC que se segue ao tópico, uma vez que a marcação do sujeito por meio de pronome revelará a coincidência entre o referente da estrutura SVC e o tópico. Além disso, o preenchimento do sujeito garante que haja, de fato, uma estrutura de tópico-comentário, visto que, elipsado o sujeito, nesses casos, teríamos apenas uma estrutura SVC.

(2) Nas sentenças em que o sujeito e o tópico não coincidem, contudo, é possível que o sujeito não seja expresso; entretanto há no PB, conforme explicitado até aqui, o uso cada vez

mais frequente de estruturas em que a posição de sujeito é preenchida por um pronome, o que possivelmente se manifestará do mesmo modo nas estruturas de tópico-comentário.

(3) As sentenças de tópico que contam com estruturas que têm como função circunscrever o tema, do tipo “quanto a .../ em relação a” – típicas da linguagem escrita, mas que podem também figurar na linguagem oral culta mais formal – são mais propensas ao não preenchimento do sujeito, independentemente de se ter o mesmo referente do tópico ou não, sobretudo por serem características da modalidade mais monitorada da língua, o que contribui para a manutenção do princípio “Evite Pronome”, que se justifica pelo peso da tradição gramatical escolar.

Apesar de levantadas as hipóteses, como todo trabalho de sociolinguística, partiremos do fato em si, isto é, da análise do *corpus* para, então, chegarmos a conclusões mais concretas do fenômeno no PB.

Não nos interessa aqui demonstrar a variação, fato inerente à língua, visto que muitos estudiosos, tais como Duarte (1995) e Silva (2001), já se ocuparam de tratar da variação do preenchimento do sujeito, bem como a trajetória do PB que aponta para mudança no que respeita ao parâmetro do sujeito nulo.

Cabe a esta pesquisa, portanto, dado o grau de estabilidade do fenômeno analisado, explicitar o contexto linguístico que favorece ou inibe a ocorrência do sujeito expresso ou não expresso em estruturas de tópico comentário.

Buscaremos explicitar, por meio de amostragem, os fatores que levam à ocorrência do sujeito pronominal expresso em estruturas de tópico-comentário. Para isso, serão analisadas sentenças presentes nos textos do projeto NURC-RJ, acervo on-line que constitui referência nacional para estudos que focalizam a modalidade oral da variante culta do PB urbano.

O material, disponível no site da pós-graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, é composto de entrevistas gravadas nas décadas de 1970 e 1990. Todos os entrevistados têm nível superior completo, são nascidos no Rio de Janeiro e, preferencialmente, são filhos de pais cariocas.

A escolha do *corpus* de língua oral culta se justifica pelo fato de que toda variação linguística se dá verticalmente, ou seja, é notada primeiro nos textos dos falantes cujo grau de escolaridade é menor, e, se aceita, passa a figurar na linguagem dos falantes cultos.

Assim, ao analisar a ocorrência de sujeito expresso x não expresso em sentenças de tópico-comentário, estamos reafirmando que a estrutura analisada já é consagrada na língua, de modo que pode ser encontrada em textos típicos da fala urbana culta.

3. Análise do *corpus*

Foram analisados cinco inquiridos, todos registrados na década de 70, acerca de temas variados tais como casa, alimentação, cidade e comércio. Os informantes são do sexo

masculino e feminino e suas idades variam entre 25 e 67 anos. Dos textos analisados, foram coletadas algumas sentenças de tópico-comentário que servirão de amostra para esta pesquisa⁵. A seguir, subdividiremos as sentenças da seguinte forma: (1) tópico e sujeito apresentam o mesmo referente; (2) tópico e sujeito apresentam referentes distintos; (3) estruturas de tópico cuja função é circunscrever o tema.

(1) tópico e sujeito apresentam o mesmo referente:

- (a) “Essa casa ela ficava praticamente na beira da praia”. (**Inquérito 0153**)
- (b) “Aqueles pescadores da Pedra de Guaratiba eles usam aqueles currais de peixe, né?” (**Inquérito 0153**)
- (c) “Uma casa daquelas naturalmente sendo uma casa singela ela não comportava mobiliário de luxo”. (**Inquérito 0153**)
- (d) “Os moradores também qualquer fumacinha eles dão logo um berro...” (**Inquérito 296**)
- (e) “O comandante do navio italiano... ele:... ele janta no salão...” (**Inquérito 296**)

(2) tópico e sujeito apresentam referentes distintos:

- (f) “Móveis, eh, ele é decorado em estilo moderno, com peças antigas também porque um dos meus fracos também é antigüidade”. (**Inquérito 0048**)⁶
- (g) “Tipos, são tipos de móveis modernos”. (**Inquérito 0048**)⁷
- (h) “Ah, o meu andar, eu, eu, eu posso, eu tenho, tenho duas entradas, eu posso entrar pela garagem”. (**Inquérito 0048**)
- (i) “A energia, eu estou rindo porque, pelo seguinte...” (**Inquérito 0153**)
- (j) “Teresópolis, eu, eu trabalhava em Teresópolis e morava num hotel”. (**Inquérito 0153**)
- (k) “Ipanema, o senhor disse que estava pensando em ter a audácia de continuar morando num apartamento...” (**Inquérito 0153**)
- (l) “Essas favelas que existiam por aqui, o senhor alguma vez chegou a ir a alguma delas?” (**Inquérito 0153**)
- (m) “metrô... eles nos levaram para ver metrô”. (**Inquérito 296**)
- (n) “o meu Carro... eu fiz um: seguro..” (**Inquérito 296**)
- (o) “Um objeto que eu havia comprado na cidade, ela gostou e quis comprar pra dar a uma prima” (**Inquérito 0273**)
- (p) “a roupa, então eu procuro mais dentro do regime clássico” (**Inquérito 0273**)

5 Não foram apresentados todos os condicionamentos em função da quantidade de dados.

6 O referente do pronome sujeito “ele” é *quarto*.

7 O referente do sujeito não expresso, dado pelo contexto, é *móveis*.

- (q) “Mas o comércio de Copacabana hoje eu acho que já perdeu um pouco, não?”
(Inquérito 0273)
- (r) “Carne também eu tenho meu fornecedor”. (Inquérito 0273)
- (s) “São Paulo eu acho que não tem condição de vida”. (Inquérito 0273)

(3) estruturas de tópico cuja função é circunscrever o tema.

- (t) “em relação ao churrasco, que eu comia sempre, tinha uma churrascaria em Curitiba, chamada de churrascaria Bambu...” (Inquérito 0104)
- (u) “Agora, sapato e bolsa também há assim uma preferência pela Varese, porque o meu pé é muito alto” (Inquérito 0273)⁸

A análise do *corpus* indica uma maior ocorrência de sentenças de tópico-comentário em que o referente do tópico e do sujeito são distintos em relação às sentenças cujo referente é o mesmo para o tópico e para o sujeito. Encontramos poucos exemplos de estruturas de tópico cuja função é circunscrever o tema, o que pode ter como justificativa o fato de serem menos frequentes na modalidade oral, mais típicas da linguagem escrita ou muito monitorada.

No que respeita ao sujeito pronominal, as sentenças de (a) a (e) confirmam a nossa hipótese inicial (1) de que a identidade entre o referente do tópico e do sujeito impede a elipse do sujeito. De (a) a (e) todos os sujeitos foram expressos por um pronome, que retoma anaforicamente o tópico.

É válido destacar que a obrigatoriedade de se apresentar um sujeito expresso nessas sentenças não está diretamente relacionada à expressão de um sujeito pronominal. É possível ocorrer, e foram encontradas em nosso *corpus*, sentenças em que o referente do tópico era retomado pelo sujeito anafórico constituído de um SN. Tais sentenças não foram explicitadas aqui porque nossa pesquisa focaliza a análise do sujeito pronominal expresso.

As sentenças de (f) a (s) também confirmaram a hipótese elaborada em (2). A sentença exibida em (g) ratifica a possibilidade de não expressão do sujeito pronominal, contudo o fato de apenas uma dentre as sentenças que constituem o subgrupo da amostra analisada apresentar esse tipo de ocorrência corrobora a tendência do PB atual de preenchimento do sujeito pronominal.

Encontramos apenas duas ocorrências do tipo (3), o que confirma a hipótese de que elas são mais formais, pouco frequentes na oralidade, ainda que possam nela ser encontradas. No que se refere ao sujeito, tanto (t) como (u) não apresentam nem sequer sujeito. Ao tópico, se segue uma oração sem sujeito em ambas as sentenças. Trata-se de estruturas de verbos impessoais (haver e ter em sentido existencial respectivamente). Esses apontamentos indicam o caráter

8 Em (u), não há locução adverbial circunscritora do tipo “quanto a, em relação a, no que refere a ...”, contudo entendemos que a sentença se enquadra nas estruturas explicitadas em (3).

mais formal dessas estruturas que conservam, ainda que exibidas na modalidade oral, traços mais típicos da modalidade escrita, nas quais o peso da tradição escolar é evidente.

Considerações finais

Esta pesquisa visou a demonstrar a relação entre a ocorrência de sujeito pronominal expresso e não expresso nas estruturas de tópico comentário por meio de amostragem.

A fim de testar as hipóteses delineadas, foram analisados cinco inquéritos extraídos do projeto NURC-RJ, compostos por diálogos entre informante e entrevistador acerca de assuntos variados. O material disponibilizado pelo projeto NURC-RJ é padronizado no que respeita às características socioeconômicas dos informantes, o que nos interessa por, em certa medida, minimizar a interferência de fatores extralinguísticos no registro a ser examinado.

Confrontadas as sentenças encontradas no *corpus* analisado com as hipóteses iniciais, constatamos a validade de nossas hipóteses. De modo geral, os trabalhos linguísticos acerca do sujeito têm apontado uma mudança em curso no PB no que diz respeito ao parâmetro do sujeito.

A análise dos dados corrobora a afirmação de Duarte de que

o português brasileiro perdeu a propriedade que caracteriza as línguas de sujeito nulo do grupo pro-drop por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia verbal suficientemente “rica” para tal processo, confirmando a hipótese de Roberts (1993a). Essa perda, entretanto, não se reflete no uso da língua como uma mudança concluída. O PB atual convive com um sistema agonizante, em que ainda se refletem as características pro-drop, e um sistema em desenvolvimento, em que a “riqueza funcional” perdida já não permite a identificação de pro (DUARTE, 1995, p. 142).

Pesquisas como a de Buthers e Duarte (2012), inclusive, discutem a ideia de que o PB contemporâneo seja uma língua de sujeito parcialmente nulo, em face do distanciamento dessa variante do português de outras línguas românicas *pro drop*.

Essa tendência pôde ser observada também nas sentenças de tópico-comentário. Das sentenças analisadas, a rigor, apenas uma delas apresentava sujeito não expresso, visto que, nas sentenças (t) e (u) o verbo é impessoal e, portanto, não há sujeito.

Sabemos que as estruturas de tópico-comentário, bastante frequentes no PB contemporâneo, indicam um processo de discursivização da composição sentencial de nossa língua. Assim, dado o assunto a ser posto em pauta entre os falantes, o tópico passa a figurar como o quadro de referência para esse assunto e a importância de preenchimento do sujeito com um pronome se justifica pela necessidade de demarcação do referente.

Nas sentenças de tópico-comentário em que há identidade entre o referente do sujeito e do tópico, o preenchimento do sujeito é necessário à própria manutenção da estrutura discursiva de

tópico. O pronome sujeito figura nesses casos anaforicamente, retomando o tópico e enfatizando, por meio da marca do pronome, que ele próprio é o referente da sentença SVC.

Nos casos em que sujeito e tópico apresentam referentes distintos, parece-nos que a opção pelo preenchimento do sujeito também se justifica pelo caráter discursivo de delimitação do referente, uma vez que, nessas sentenças, o preenchimento do sujeito enfatiza o fato de a proposição tratar de um referente distinto daquele que aparece como quadro de referência do discurso.

Referências bibliográficas

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BUTHERS, Christiane Miranda; DUARTE, Fábio Bonfim. **Português brasileiro**: uma língua de sujeito nulo ou de sujeito obrigatório. *Diacrítica* (Braga), v. 26.1, p. 63-87, 2012.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. 1995. 151f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270366>>.
- NASCIMENTO, Anderson Ulisses S. **A oração sem sujeito em língua portuguesa: descrição, caracterização e uso**. 2011. 307f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- PONTES, Eunice Souza Lima. **O tópico no português do Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PONTES, Eunice. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.
- PROJETO Norma Linguística Urbana Culta – RJ. Disponível em: <http://www.nurcrj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- SILVA, Vera Lúcia Paredes. Tipo de oração e expressão do sujeito pronominal. *Belo Horizonte: Scripta*, v. 5, n. 9, p. 151-160, 2º sem. 2001.

O Valor Contrajuntivo de *Acontece Que*

Contrajunctive Value of *Acontece Que*

Nilza Barrozo Dias*
Karina da Silva Corrêa**

RESUMO

O artigo analisa os micropassos de mudança linguística da construção contrajuntiva *acontece que*, utilizando pressupostos teóricos do Funcionalismo norte-americano e da LCU. Ao investigarmos textos dos séculos XV ao XXI, computamos 93 ocorrências em três padrões de uso. O primeiro padrão, contexto-fonte, apresenta o verbo *acontecer* que predica um sujeito oracional, num contexto contrastivo, marcado por oposição lexical; um segundo padrão, [X *acontece que*], contexto crítico, instancia *acontece que* com função de focalizador da informação, sempre antecedido por conectores contrajuntivos, *mas, e, agora*; um terceiro padrão, [*Aconteceque*], contexto isolado, apresenta a gramaticalização de *acontece que* como focalizador e como operador argumentativo de contraste. Observa-se que, dentre os valores semânticos da conjunção prototípica *mas*, propostos por Neves (2011), a construção *acontece que* apresenta: contraposição de informação (parcialmente) nova, restringindo negativamente A; contraposição independente, sendo B um elemento não esperado; ou ainda o elemento B nega tudo o que foi considerado em A.

Palavras-Chave: contraste, contextos, Funcionalismo, mudança linguística.

ABSTRACT

This paper analyzes the linguistic micro-steps changes in *acontece que* construction, based on the theoretical assumptions of Functionalism and LCU. In evaluating texts from the 15th to the 21st centuries, the authors computed 93 occurrences in three models. The first model, normal context, presents the verb *acontecer* that predicates a subjective clause in a contrastive context, with lexical opposition; in the second model, critical context, *acontece que* focuses on the information, always preceded by a contrastive connector: *mas, e, agora*; model three, isolating context, presents the grammaticalization of *acontece que* which functions as a focuser and as an argumentative operator of contrast. It is observed that among the semantic values of the prototype conjunctive *mas* proposed by Neves (2011), *acontece que* presents: opposition of new (partial) information, restricting negatively A; opposition independently, and B an unexpected element; and B denying all the previous information in A.

Keywords: contrast, contexts, Functionalism, language change.

Recebido em 30 de novembro de 2019.

Aceito em 14 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.355

*Universidade Federal Fluminense, nilzabarrozodias@id.uff.br, orcid.org/0000-0003-3521-508X

**Universidade Federal Fluminense, karinacorrea01@gmail.com, orcid.org/0000-0002-9253-0265

Introdução

Objetiva-se, neste artigo, analisar os micropassos de mudança linguística da construção contrastiva¹ *acontece que*, observáveis em dados diacrônicos e sincrônicos, utilizando-nos das propostas de conexão de orações/enunciados do Funcionalismo, e de alguns dos processos cognitivos de domínio geral, tais como *chunking* (agrupamento), analogia e categorização; além dos mecanismos de gramaticalização, com base na Linguística Centrada no Uso, de Bybee (2010).

A nossa hipótese é de que o *acontece que* funciona como operador argumentativo de valor semântico contrajuntivo, apresentando mudança linguística que vai do uso como verbo de acontecimento mais oração subordinada subjetiva, gramaticalizando-se como operador argumentativo, conectando orações e enunciados. A nova construção, segundo Correa (2019), apresenta os seguintes micropassos de mudança linguística:

Quadro 1. Padrões de *acontece que*

Padrão 1- [(x vezes _{adjunto adverbial}) acontece _{verbo} (y vezes _{adjunto adverbial}) [que _{conjunção integrante} + oração subjetiva]]
Padrão 2- [[X _{conector contrastivo} [acontece que] _{focalizador}] _{conector contrastivo/focalizador}]]
Padrão 3- [Aconteceque] _{operador argumentativo/focalizador}

É importante destacar que os três padrões podem coocorrer na atualidade, sendo o primeiro padrão pouco recorrente.

Abordaremos, nos pressupostos teóricos, a articulação de orações, com foco na encaixada completiva e na coordenada contrajuntiva, bem como nos elementos linguísticos que são utilizados no entorno da construção. A seguir, discorreremos acerca de foco sentencial exercido pela construção, que envolve informação nova, e apontaremos os valores semânticos da conjunção prototípica contrajuntiva *mas*, que serão observados nas ocorrências de *acontece que*, padrões 2 e 3, com o intuito de verificarmos a inserção da construção na categoria de construções de contraste. Utilizaremos a proposta de contextos de Diewald (2006), úteis para delinear as características das microconstruções, os processos de domínio cognitivo geral e a gramaticalização, propostos pela LCU, para justificar a mudança linguística. E finalizamos com considerações acerca da nova construção inserida na função de operador argumentativo contrastivo. Por fim, tecemos as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 A denominação contrastiva se aplica a um esquema bem mais geral, que pode abarcar as orações contrajuntivas, concessivas, por exemplo. Podemos usar contrastiva por contrajuntiva, e vice-versa, no decorrer do trabalho.

1. Pressupostos teóricos

1.1. A subordinação

A articulação de orações se realiza por coordenação, hipotaxe e subordinação (DECAT, 2014), CASTILHO (2010). O nosso objeto de estudo se dá por subordinação em sua fase fonte. Neste caso, temos uma oração matriz que seleciona uma oração encaixada completiva na função de sujeito sintático, formando ambos uma unidade informacional pela soldadura, conforme Bally (1965). A oração matriz é constituída do verbo *acontecer*, denotando acontecimento; a oração encaixada completiva subjetiva (doravante completiva subjetiva) é iniciada pela conjunção integrante *que*. O cotexto da construção fonte é marcado por adjuntos adverbiais temporais que auxiliam o verbo de acontecimento.

1.2. Os elementos linguísticos no cotexto de *acontece que*

Na análise de *corpus* diacrônico, Corrêa (2019) observou que, no Padrão 1, o verbo *acontecer* em seu sentido pleno (acontecimento) ocorre cercado de adjuntos adverbiais tais como *algumas vezes* e *muitas vezes*, enquanto que no Padrão 2, observou-se que os conectores contrastivos *e*, *agora*, *mas* ocorrem em posição anteposta a *acontece que*. Neste caso, o *acontece que* funciona como um focalizador contrastivo, cabendo aos demais conectores a função contrajuntiva.

O elemento linguístico *vezes* é apontado por Castilho (2010) como advérbio quantificador. O autor classifica os advérbios quantificadores em aspectualizadores semifactivos e iterativos. Estes podem ser subdivididos em escalares (apontam a duração) e vetoriais (especificam pontos no eixo do tempo). No caso do item *vezes*, o autor o coloca na categoria de vetoriais iterativos, que podem indicar quer a quantidade exata de vezes, quer a indeterminação da quantidade apontada. Também Rocha et al (2009) consideram *vezes* como advérbio aspectual, por marcar frequência de eventos. O advérbio temporal *agora* pode funcionar como dêitico, conector adversativo, concessivo e articulador discursivo. Ele ocorre em “contextos dêiticos e opositivos, mas revela, também, sua competência para funcionar, discursivamente, em preenchimento de pausas ou mesmo como sinalizador de digressões ou retomadas” (SILVA e OLIVEIRA, 2012).

No nosso caso, o item linguístico *agora* ocorre no início da sentença, seguido pelo *acontece que*, estabelecendo valor contrajuntivo e o *acontece que* funcionando como focalizador contrastivo. Castilho (2010, p. 581) aponta o *agora* como conectivo que liga segmentos textuais, localizando tais segmentos no espaço do discurso. Também a conjunção *e*, segundo Azeredo (2010, p. 303), pode ligar orações com relação de contraste ou oposição, mas geralmente apresenta um não na segunda oração.

O *mas* é apontado por Neves (2000) como uma conjunção prototípica adversativa, podendo ocorrer entre enunciados ou entre orações, o que depende de determinações pragmáticas. Assim, a autora propõe relações semânticas do *mas* que utilizaremos na análise da construção *acontece que* para verificarmos como a construção se encaixa na categoria de contrajuntivos.

Para Castilho (2010, p. 353), a seleção da conjunção *mas*, em considerando as propriedades semântico-sintáticas, diz respeito aos valores inclusivo/aditivo, bem como contrajuntivo. Pode-se então unir segmentos com itens negativos explícitos ou segmentos com argumentos afirmativos, e, neste caso, o valor contrajuntivo se concentra na conjunção *mas*.

1.3. O foco sentencial

A construção *acontece que* apresenta como uma de suas funções principais a introdução de informação nova ou parcialmente nova. Para Halliday (1994), a focalização é um destaque realizado pelo falante para apontar um bloco de informação, sendo informação nova, mesmo que parcialmente. Para o autor, o foco de uma mensagem é aquilo que é representado pelo falante como sendo novo, textual e, situacionalmente, informação não derivável. Lambrech (1994, p. 207) aponta que o foco é imprevisível e pragmaticamente não recuperável no enunciado. Por informação nova, entende-se aquilo que é apresentado pela primeira vez no texto, ou seja, não é compartilhada com o ouvinte (Prince, 1978).

Lambrech (1994) aponta o foco de uma sentença, ou melhor, de uma proposição expressa pela sentença num determinado enunciado, como um elemento de informação, através do qual a pressuposição e a asserção diferem entre si. O foco é a força de uma proposição que não pode ser tomada como uma concessão no momento da fala. O foco torna um enunciado em uma asserção.

A estrutura de foco pode ser dividida em tipos, de acordo com a porção textual que esteja sendo focalizada. O foco estreito focaliza apenas um argumento de oração e o foco amplo é utilizado pelo falante se ele quiser focalizar um predicado, uma oração, ou um enunciado (LAMBRECH, 1994).

Oliveira (2017) afirma que o foco amplo pode ser classificado em foco de predicado e foco sentencial. Segundo o autor, o foco de predicado é considerado quando “um argumento (geralmente o sujeito) constitui o tópico e o predicado constitui o comentário, em uma perspectiva tópico-comentário” (OLIVEIRA, 2017, p. 66). Já uma estrutura de foco sentencial focaliza tudo aquilo que envolve uma sentença.

Construções de foco também podem ser classificadas de acordo com funções que podem ser função informacional e função contrativa numa porção textual. O foco com função informacional é uma estratégia que acrescenta uma informação não compartilhada entre falante e ouvinte (Op.cit), enquanto que o foco contrastivo tem a função de transmitir uma informação opositiva em relação a um fato pressuposto pelo interlocutor. Assim, o foco contrastivo

“pode não veicular informação realmente nova para o destinatário, mas algum tipo de informação que o falante ache importante realçar, num conjunto de entidades possíveis, no momento da enunciação, com vistas a corrigir, comparar ou contrapor informação presente em contexto anterior”. (OLIVEIRA, 2017, p. 68)

Pode-se acrescentar à assertiva de Decat (2011, p.114) que a atribuição de foco não só incorpora as estruturas desgarradas, os mecanismos de topicalização e de clivagem como também a construção *acontece que* em estudo, uma construção contrajuntiva que constitui um reforço de estratégia argumentativa, decorrente de objetivos comunicativos do usuário da língua.

1.4. O contraste em estudo

Podemos encontrar a relação semântica de contraste manifestada em orações/ sentenças, tais como nas contrajuntivas, nas concessivas, e mais periféricamente nas alternativas e nas comparativas. Tal relação de contraste na construção em foco se apoia na desigualdade, na quebra de expectativa. Lembrando que o contraste por quebra de expectativas, segundo Longhin (2002), “não decorre da incompatibilidade semântica entre orações, mas, sobretudo, de aspectos ligados ao contexto pragmático, que inclui as avaliações, as crenças e as pressuposições do falante”. (*Idem*, pág. 118). No caso das concessivas, Azeredo (2010, p. 365) afirma que, na relação de desigualdade, o conteúdo da oração principal se realizará independente da proposição concessiva.

Interessa-nos as contrajuntivas em que o segundo segmento contraria as expectativas geradas no primeiro. No caso da conjunção *mas*, prototípica, ela funciona como “um bloqueador de oposição” (CASTILHO, 2010, p. 354); o efeito de contraste resulta de uma quebra de expectativas entre os segmentos A e B, que será percebida como *negação, desigualdade, contrariedade, rejeição, não realização de uma relação de causa e efeito ou curso inesperado de evento*”. (Pezzati & Thomazi, 2008, p. 919); o referido valor contrastivo, segundo AZEREDO (2010), pode consistir –se de (i) uma simples oposição de dois conteúdos; ou de (ii) uma quebra de expectativa criada pela primeira proposição. O autor acrescenta também que a conjunção prototípica *mas* pode ser (iii) focalizadora de circunstâncias e focalizadora contrastiva quando acompanhada do advérbio não.

Para Givón (2001, p. 420), a coordenada, de uma maneira peculiar, retém o *status* de concepções separadas e paralelas. No caso, temos justaposição mental de elementos do mesmo *status* em um frame de atenção *single*. Já com o *mas*, temos unidades coordenadas que se aplicam a uma determinada situação descrita, porém a sentença introduzida pelo *mas* destaca a informação como mais relevante e importante do que a informação da outra coordenada.

Segundo Neves (2000), o valor semântico da conjunção prototípica *mas* pode ser por contraposição e por eliminação.

- A. A contraposição pode ser de três tipos,
- (a) A contraposição na direção oposta pode marcar contraste (exemplo 1), compensação (exemplo2); restringindo informação do primeiro membro (exemplo 3), por exclusão parcial; e negando inferência (exemplo 4).
 - (1) Jesus, naquela ocasião, não satisfez a curiosidade dos discípulos, mas foi à prática: curou o cego,
 - (2) Curto, mas lido com voz clara e sem hesitações, o discurso no Congresso arrancou aplausos em várias ocasiões.
 - (3) Casou-se, mas não foi com a Luizinha.
 - (4) O Bar do Porco era velho e fedia: era muquinho de um português lá onde, por uns mangos fuleiros, a gente matava a fome, engolindo uma gororoba ruim, preta. Mas eu ia.
 - (b) A contraposição pode ser na mesma direção, sendo o segundo elemento superior.
 - (5) O sertão, para ele, não é uma coisa, mas principalmente uma ideia e um sentimento.
 - (c) A contraposição na direção independente tem um segundo membro ainda não considerado
 - (6) O assunto é polêmico, mas o importante é deixar claro que toda relação estatística precisa ser discutida à luz de outros conhecimentos.
- B. A eliminação pode:
- (a) Dar-se no tempo, negando-se a subsequência e não colocando nada em seu lugar.
 - (7) Pensei em falar; em dizer mil coisas que me ocorrem, mas não consegui sequer abrir a boca.
 - (b) Negar a subsequência que vem implícita
 - (8) Era um sono de paz que se espalhava pelo corpo e pelo espírito do velho Noé, mas, súbito, acordou ouvindo um ruído.
 - (c) Dar-se no tempo, com um evento substituindo a subsequência natural eliminada.
 - (9) O primeiro contato não traz o prazer esperado. Torres e pedrinhas magoam- lhes os pés. Mas logo avista, mais adiante, um trecho de lama, boa, lisa, morna, pegajosa.
 - (d) Referir-se a uma relação temporal entre os membros, mas nega-se explicitamente o primeiro membro, cuja negação se refere ao que está posto, pressuposto ou subentendido no primeiro membro coordenado.
 - (10) Você pensa que sabe, mas não.

É bom lembrar que as relações semânticas acima propostas serão aplicadas na análise de dados.

1.5. Mecanismos de mudança linguística

O verbo *acontecer* pode funcionar como oração matriz de uma oração encaixada completiva subjetiva (doravante oração subjetiva), formando a construção *acontece + que*. Neste caso, o verbo faz parte do grupo semântico de acontecimento temporal, ocorrendo a oração subjetiva, preferencialmente,² na posição posposta à oração matriz. Decat (2014), com base em Chafe (1980), aponta a referida construção como uma única unidade informacional, por haver dependência semântica entre oração matriz e oração subjetiva, que ocorre geralmente na posição posposta. A oração subjetiva se integra estruturalmente, como constituinte oracional da oração matriz, numa relação tão forte de dependência que podemos falar em soldadura, nos termos de Decat (2014) e Braga (2001). Com valor de acontecimento, a construção *acontece + que* geralmente se instaura em cotextos contrastivos, com oposição lexical. Temos o Padrão 1:

E Naas lha outo(r)gou com condiçom que a todos quebrasse os olhos dereit(os). A elles nom prouve da p(r)eitesia, e fezerom-no sab(e)r a rrei Saull e ao poboo d’Isrraell, pedindo-lhe que os socorressem. Quando o poboo ouviu isto, chorou e o rrei lhe prometeo acorro e veo ao cerco e matou aquell(e)s que os tinham cercad(os), que pouc(os) [e]scaparam.

Per Naas, que q(ue)r diz(er) s(er)pent(e), se entende o diaabo, que cerca a alma p(er) desvairadas tentaçõ~oes. E **acontece** *alghu~as vezes* **que** ella he tam canssada de longuament(e) combater q(ue) q(ue)r assi como rrequerir paz, isto he, que ella esta’ acerca de consentir e obedecer ao diaabo.

(Livro 2. Caopitulo 58. Fólio 48r. Século XV)

Seguindo o processo de mudança linguística, encontramos o *acontece que* com função de focalizador da informação que o sucede. Neste caso, a construção aparece antecedida de conjunções com valor adversativo, tais como *mas*, *e*, ou ainda advérbio *agora*, que apresentam tal valor semântico contrastivo. Temos o padrão 2:

2 Segundo Dias, Nilza, em comunicação pessoal, a posposição corresponde a 98% das ocorrências analisadas.

Apresentou-se em casa de D. Emília e pediu a mão de Aurélia, que lhe foi concedida. V ao saber que estava justo o casamento da sobrinha, considerou-se o Lemos derrotado em seus planos. Como, porém, era homem que não abandonava facilmente uma boa idéia, cogitou no modo de não perder a partida. A única idéia que lhe ocorreu foi de expediente banal; *mas acontece que* são estes precisamente os que surtem melhor efeito quando se trata de assuntos que se resolvem pelas conveniências sociais. Em sua passagem para a casa de Aurélia, via Seixas à janela, na Rua das Mangueiras, uma menina, apontada entre as elegantes da Corte. Para o nosso jornalista fora inqualificável grosse-ria, encontrar-se com uma senhora bela e distinta, sem enviar-lhe no olhar e no sorriso a homenagem de sua admiração.

(Título: Senhora. Autor: José de Alencar. Ano: 1875)

Finalmente, pelo processo de inferência sugerida utilizada pelo falante, a construção *acontece que* assimila as características da conjunção contrajuntiva prototípica, *mas*, e passa a apresentar várias características da conjunção, gramaticalizando-se e passando a fazer parte do paradigma das construções contrajuntivas. Temos o padrão 3:

Só sei que eles eram bem relacionados com o Cândido, inclusive de fazer visitas familiares, especialmente a doutora Solange. OP - E o seu relacionamento com o doutor Cândido? CL - Eu não o conhecia. Votei nele a pedido de um colega que compunh a mesma chapa. Vim conhecê-lo pouco antes de toda a confusão, durante manifestações dos juizes federais sobre o livre exercício da advocacia. OP - A senhora alega, então, que não cometeu qualquer irregularidade? CL - Não vou dizer que cometi irregularidades porque não cometi. **Acontece que** [como trabalho com um número muito grande de processos, não posso garantir que todos estejam em perfeitas condições]. O trabalho é feito por muitas pessoas. Tenho advogados consorciados e podem haver equívocos. Mas garanto que jamais houve a intenção de não repassar dinheiro. Deus me livre. Se não houve repasse no momento foi devido a muito trabalho.

Title Cleide Lousada. Data: 18/05/1997

1.5.1. Os contextos em que ocorrem as construções

Heine (2003) propõe o *overlap model*, que consiste num processo em que temos: A> AB> B. Ou seja, uma determinada construção, A, é recrutada para gramaticalização no estágio A; ela adquire um segundo padrão de uso, B, que apresenta ambiguidade em relação a A; finalmente, A pode cair em desuso, predominando B na interação verbal. Convém destacar que o estágio intermediário carrega ambiguidade entre o uso origem e o uso alvo, mas no estágio C ocorre

a separação dos sentidos, já que C se convencionaliza numa nova construção gramatical, que é incorporada a outras construções afins, no nosso caso, às construções contrastivas/contrajuntivas.

Heine (2003) usa quatro estágios para explicar o processo de mudança pela gramaticalização. Há o contexto inicial, em que ocorre o significado origem. A seguir, existe um momento de transição em que o significado origem se torna híbrido, permitindo duas leituras, o que é chamado de contexto ponte. Neste estágio, a mudança é motivada por inferências sugeridas e por ambiguidades pragmáticas. Após o contexto ponte, Heine (*Op.cit.*) propõe a existência de um contexto de mudança, em que o contexto origem é separado do significado alvo, que passa a ter apenas uma leitura. Neste momento, o significado alvo é convencionalizado, devido ao aumento da frequência de uso.

Diewald (2006) apresenta uma proposta de mudança por contextos, partindo do contexto normal. Inicialmente, observa-se o contexto atípico, em que ocorre o surgimento de implicaturas conversacionais e inferências, que levam a um novo significado, emergindo novas características na construção. A autora propõe o contexto crítico, que é o estágio que desencadeia o processo de gramaticalização. Neste contexto, temos opacidades semântica e estrutural, o que pode levar a diversas interpretações da construção, propiciando um novo sentido. O contexto isolado é onde ocorre a gramaticalização. Temos contextos específicos que favorecem uma só leitura. No nosso caso, fará parte do paradigma de operador argumentativo de valor contrajuntivo.

O quadro abaixo representa o acima exposto.

Quadro 2. Contextos

Heine	Diewald
Estágio 1: normal	Estágio 0: normal
Estágio 2: contexto ponte	Estágio 1: contexto atípico (implicaturas conversacionais)
Estágio 3: contexto switch (mudança)	Estágio 2: contexto crítico (múltipla opacidade: pragmática, semântica e estrutural)
Estágio 4: convencionalização	Estágio 3: contexto isolado (gramaticalização)

A construção *acontece que* pode ser encontrada no estágio 3 de Heine (2003), contexto *switch*, ou no estágio 2, de Diewald (2006), contexto *crítico* como elemento focalizador antecedido de conector contrajuntivo; no contexto 4, Heine (2003), ou no estágio 3 de Diewald (2006), o *aconteceque* funciona como focalizador e operador argumentativo de contraste, por já estar, em um contexto isolado, convencionalizado e gramaticalizado, já integrado ao paradigma da categoria de contraste.

1.5.2. A contribuição dos processos de domínio geral e da gramaticalização, com base na LCU

A proposta dos modelos baseados no uso de Bybee (2016) destaca a contribuição de processos cognitivos de domínio geral (categorização, *chunking*, memória enriquecida, analogia e associação transmodal) para o fenômeno de gramaticalização e, conseqüentemente, para a mudança linguística de uma construção. Os mecanismos básicos de mudança que atuam no processo de gramaticalização, segundo a autora, são: *chunking*, redução fonética³, autonomia crescente, generalização para novos contextos por analogia, habituação e inferência pragmática. Combinados a esses mecanismos, Bybee (op.cit.) discute a perda de analisabilidade e de composicionalidade bem como o papel dos esquemas na mudança linguística. Abordaremos apenas o *chunking*, analogia e categorização

O *chunking* ocorre quando duas ou mais unidades se tornam “menos transparentemente analisáveis e mais independentes de outras instâncias de mesmas unidades “ (BYBEE, 2016, p.171), sendo os elementos da construção acessados juntos e ganhando autonomia crescente em relação aos elementos ao seu redor. Isso significa que suas partes perdem suas propriedades individuais e deixam de ser analisadas separadamente. Logo, somente o todo é considerado e não mais as partes da construção de forma individual. Assim, quando a construção é acessada inteira, temos um *chunk* (agrupamento).

O processo de *analogia* é caracterizado como a atribuição de um novo sentido ou forma, levando-se em consideração uma construção previamente existente (Bybee, 2010). A analogia “faz referência a padrões de construções específicos armazenados ou a itens lexicais” (BYBEE, 2016, p. 123). Segundo Bybee (2010), através do processo analógico, traços de uma construção, que já está à disposição no sistema linguístico, são transferidos para outra construção também já disponível para os falantes de uma língua.

A partir da transferência de traços de uma construção para outra, há a formação de uma nova construção. Pode-se falar em processo de analogia quando comparações entre elementos possuem um alto grau de similaridade, o que estabelece uma relação contínua entre analogia e similaridade. Convém destacar que analogia contribui para o processo de gramaticalização já que “uma instância lexical particular de uma construção torna-se autônoma de outras instâncias da construção” (BYBEE, 2016, p. 170). Ainda podemos combinar o conceito de inferência sugerida à analogia. O agrupamento de construções é realizado com bases nos contextos particulares de uso e que, através de inferências, é possível a criação de novos significados já que a repetição de inferências de uso de uma construção induz seu uso em novos contextos.

3 Não abordaremos a redução fonética neste trabalho porque não houve redução fonética durante a mudança linguística de nosso objeto de pesquisa.

A *categorização* (op.cit.) está relacionada ao processo de criação de categorias, ou seja, de agrupamentos, a partir de experiências humanas. Tal processo é realizado com base em propriedades semânticas específicas e concretas de elementos lexicais que criam categorias com propriedade gradiente. Para a autora, a categorização é possível por exemplares, que são formadas a partir das experiências dos falantes. Dentro de uma categoria, existem exemplares mais centrais e exemplares mais marginais. Os mais centrais estão mais próximos de um elemento prototípico, ou seja, aqueles que apresentam a maior quantidade de traços característicos de determinada categoria.

Também a frequência de uso influencia a categorização das construções que estão disponíveis no sistema linguístico. As construções que são mais facilmente acessadas pela memória do falante também podem ser mais usadas como base para a categorização de novas construções. Quando um exemplar é muito utilizado, de alta frequência, ele tende a ser considerado como membro central e prototípico e, assim, passa a ser utilizado como referência para a categorização. A categoria prototípica prevê a contrajunção representada pela conjunção *mas* como exemplar central.

No caso da construção [*Aconteceque*], temos uma microconstrução, visto que suas posições estão preenchidas e são fixas (verbo *acontece* seguida pela conjunção integrante *que*). Pensando em um possível subesquema para a microconstrução em questão, temos o subesquema Verbo+Que, com a posição do verbo aberta para diferentes tipos de verbos.

Quanto ao esquema, mais geral e mais abstrato, temos o esquema X+Que, em que a posição X pode ser preenchida por verbos, ou ainda por preposições, como na construção “exceto que”, por substantivos, como em *ao passo que*, ou por advérbios, como em “logo que” e “ainda que”.

O quadro 2, abaixo, representa a produtividade do esquema [X+que], em que o X (*slot*) pode ser preenchido por palavras de diferentes categorias disponíveis na língua. Em um nível abaixo, no subesquema, representamos o X (*slot*) preenchido com verbos. Em seguida, representamos a microconstrução *acontece que*, que é o objeto de pesquisa deste trabalho.

Quadro 3. Esquema de *acontece que* Fonte: Correa, 2019.

ESQUEMA	[X + que]
SUBESQUEMA	[Xverbo + que]
MICROCONSTRUÇÃO	[Aconteceque]

1.6. A função de operador argumentativo

A construção *acontece que* pode introduzir um enunciado com informações novas contrárias às informações dadas em enunciados anteriores. O operador argumentativo pode apresentar, segundo Koch (1996), algumas relações semânticas, dentre elas, a de contrajunção,

que ocorre quando um enunciado se contrapõe a uma informação com orientações argumentativas contrárias. Também Travaglia (2003) identifica o *acontece que* como um operador argumentativo que introduz contra-argumentos fazendo referência a um item, conjunto de itens ou fatos previamente mencionados, podendo ainda fornecer novas informações ou explicações e justificativas (CORREA, 2019, p. 38). É um caso de gramaticalização de um verbo funcional utilizado para expressar noções semânticas gerais e exercer funções textual-discursivas. Neves (2000, p. 511) propõe que o operador argumentativo serve para (re)direcionar argumentos que são selecionados com a intenção de “levar o interlocutor a uma certa linha de ideias ou delas afastá-lo(...) ou aponta a necessidade de considerar a possibilidade de ligação diretamente com a enunciação”. Castilho (2010, p.237) propõe que tal função é de conectivos textuais, elementos que conectam escopos maiores e devem ser caracterizados como “expressões fôricas, por retomarem o que se disse e anunciarem o que se segue”.

Segundo Correa (2019, pág. 39),

“o produtor de texto prepara o leitor para receber uma nova informação ou para ter conhecimento de um novo fato ao usar o operador argumentativo (...). A novidade pode ser inesperada ou não considerada pelo seu interlocutor. Assim, o operador argumentativo apresenta função catafórica. Ainda conecta partes do texto e pode relacionar pragmaticamente o enunciado anterior ao enunciado introduzido por ele, de forma a estabelecer relações argumentativas entre a informação anterior e a informação nova”.

2. Metodologia

A presente pesquisa é funcionalista e utiliza pressupostos da LCU, com base em Bybee (2016). Ambas as propostas consideram os aspectos gramaticais, semânticos e discursivo-pragmáticos de uso da língua e buscam compreender como uma determinada construção é usada para atender às estratégias de comunicação em determinada situação discursiva. Bybee (2016) considera a língua como um sistema adaptativo complexo, afirmando que “processos de mudança criam estruturas emergentes, pois estes processos ou mecanismos são a base fundamental para a explicação de por que a língua é como é.” (op.cit., pág. 167).

O uso da pancronia se justifica por fortalecer mais a compreensão dos contextos de uso e privilegiar suas características e, assim, podermos comparar os três padrões que instanciam a trajetória de mudança e podermos verificar que pode haver a sobreposição de padrões em um mesmo período temporal. Tal divisão tem o objetivo didático de evidenciar os usos de cada construção, suas características identificadoras, o auxílio do cotexto discursivo com elementos lexicais contrastivos, com adjuntos adverbiais temporais de valor aspectual, ou ainda pelo auxílio de determinados conectores contrajuntivos. Desse modo, a língua é vista “tanto como variável quanto tendo categorias gradientes” (op. cit., pág. 168).

Optamos por analisar o fenômeno em textos da modalidade escrita, compreendendo o período entre os séculos XIV e XXI, já que não foi encontrada a construção em ocorrências anteriores ao século XIV. Para tanto, selecionamos trechos que antecederiam e sucederiam a construção *acontece que*. Utilizamos tanto uma análise qualitativa, observando o contexto de uso e seus valores pragmático-discursivos, quanto uma análise quantitativa como evidenciadora de tendências, verificando a frequência de uso de tal construção.

Realizamos a busca e a coleta de ocorrências do verbo *acontece* usado próximo à conjunção integrante *que*, através da ferramenta “localizar”, nos respectivos bancos de dados. A busca foi realizada nas seguintes amostras *online*: Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM), Para uma História do Português Brasileiro (PHPB), Domínio Público (DP) e Corpus do Português (CP). Todos os dados do século XXI foram coletados também do banco do Corpus do Português (CP), seção atualidade. Foram encontradas 93 ocorrências, coletadas no período de agosto de 2018 a outubro de 2018. As características de cada construção em cada padrão, em seus contextos, são detalhadas no capítulo de análise de dados.

2.1 *Corpus* diacrônico

O Corpus Informatizado do Português Medieval⁴ (CIPM) é um banco de dados composto por textos portugueses medievais e criado por linguistas e estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, em 1993. O banco de dados é formado por textos latino-romances e por textos portugueses, sendo a construção *acontece que* identificada a partir do século XIV. Os textos são de tipo notarial, crônicas e textos em prosa, já publicados ou fornecidos pelos próprios editores. O Domínio Público instancia ocorrências dos séculos XVI e XVII, e o PHPB, ocorrências do século XIX.

2.2 *Corpus* sincrônico

Os dados do século XXI da presente pesquisa foram coletados da parte destinada ao português moderno do banco de dados do Corpus do Português⁵. Os dados do português moderno do CP contêm aproximadamente um bilhão de palavras retiradas de mais ou menos um milhão de páginas da internet.

Para compor esta parte dos dados, buscamos as ocorrências de *acontece que* e selecionamos trechos de textos em que tal construção é utilizada. Os textos selecionados são publicações em blogs particulares e jornais *online* disponíveis na internet. Os textos coletados

4 <http://cipm.fcsh.unl.pt/>

5 <https://www.corpusdoportugues.org/>

foram publicados neste século XXI, são do tipo dissertativo-argumentativo e apresentam opiniões, relatos e narrações de acontecimentos que retratam o ponto de vista do escritor do texto. As ocorrências de *acontece que* foram registradas com os seguintes números:

Quadro 4. Padrões e *Corpora*

Itens verificados/Padrões	Banco de dados	Século	Número de Ocorrências
Padrão 1	CIPM	XIV	4
	CIPM	XV	10
Padrão 2	Domínio Público	XVI	1
	Domínio Público	XVII	1
	PHPB	XIX	2
	Corpus do Português	XX	7
Padrão 3	Corpus do Português	XX	10
	Corpus do Português	XXI	58
Total de ocorrências:			93

Para análise quantitativa dos dados, utilizamos o programa estatístico GoldVarb a fim de compreendermos melhor, de modo holístico, o comportamento da construção nas situações de uso e levantarmos observações com o auxílio de Neves (2000) que justificassem a percepção acerca dos processos cognitivos de domínio geral, propostos por Bybee (2016).

Levantamos as seguintes características:

Quadro 5. Relações semânticas

Contraste pelo cotexto
Restrição com acréscimo de um elemento Positivo
Restrição com acréscimo de um elemento Negativo
Restrição parcial por Exclusão
Argumento não esperado
Eliminação de todo o argumento anterior
Negação com Inferência
Argumento Superior (com advérbios)

3. Análise de dados

Apresentamos a seguir uma proposta de mudança linguística para a construção *acontece que*, através do processo de gramaticalização, dividida em três padrões. As microconstruções foram identificadas através da seleção e análise de textos datados do século XIV até o século XXI.

Destacamos o fato de que é possível haver ocorrências das construções dos três padrões simultaneamente. Entretanto, o objetivo desta pesquisa é identificar os micropassos de mudança a partir dos processos cognitivos de domínio geral e dos mecanismos de gramaticalização. Portanto, nosso foco é verificar as motivações de mudanças de uso e as alterações de características de um padrão para outro. A descrição dos padrões é retomada de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 6. Padrões do *acontece que*

Padrão 1- [(x vezes _{adjunto adverbial}) acontece _{verbo} (y vezes _{adjunto adverbial}) [que _{conjunção integrante} + oração subjetiva]]
Padrão 2- [[X _{conector contrastivo} [acontece que] _{focalizador}] _{conector contrastivo/focalizador}]]
Padrão 3- [Aconteceque] _{operador argumentativo/focalizador}

PADRÃO 1

No padrão 1, ocorre o uso do verbo pleno *acontecer* como oração matriz, seguida pela conjunção integrante *que*, em um cotexto contrastivo e marcado pela presença de adjuntos adverbiais temporais.

(1)

E, como quer que nós isto começássemos de fallar en como os reys devem poor as batalhas e depois tornamos a dizer como se as batalhas aviam de poor de poucos a muytos, diriam alguns que os reys non poderiam teer tam pouca gente en que esto pudesse cair en elles. E esto non se faz assi, ca muytas vezes acontece que os reys algU~as vezes pelejam con poucas gentes, mays, en esto assi dizer, non devem dar por ello muyto, ca, se as mays graves cousas som repairadas. Livro de Montaria – Século XIV (Corpus CIPM)

O exemplo (1), século XIV, apresenta cotexto contrastivo, em que a sentença anterior afirma que “os reys non poderiam teer tam pouca gente en que esto pudesse cair en eles” e, em seguida, há a informação de que sim, muitas vezes, os reis lutam com poucas pessoas. O

exemplo instancia o padrão 1, em que foi utilizado o verbo *acontecer* (verbo pleno), na oração matriz, com valor lexical de acontecimento/realização de evento, seguido de oração completiva subjetiva, formando uma unidade informacional, uma soldadura, nos termos de Bally (1965). A presença do adjunto adverbial aspectual *vezes* evidencia a repetição de ocorrências de um evento, que neste caso é o combate. Temos aqui o exemplo de contexto *fonte*.

PADRÃO 2

Agora, analisaremos, nesta seção, a construção $[[X_{\text{conector contrastivo}} [\text{acontece que}]_{\text{focalizador}}]]$, encontrada em dados dos séculos XIX a XXI. Devido à existência de opacidade semântica e de alterações estruturais, relacionamos os dados do padrão 2 ao contexto crítico de Diewald (2006).

(2)

Dentro dos sindicatos, temos filiados a diversos partidos, com predominância para o PT e o PSB. Mas, acredito que se o trabalhador rural tivesse consciência política, faria todos os governadores. Somos a maior categoria no Estado. Sei que o nosso voto vale tanto quanto o dos demais, mas acontece que o analfabetismo e a pressão psicológica em que a pessoa do campo vive, são muito fortes. E ainda tem a fome. Ninguém consegue pensar de barriga vazia. O processo de conscientização política para as camadas mais pobres, sejam rurais ou urbanas, ainda é um problema muito sério. (Título: Manoel dos Santos. Data: 09-14-1997)

Em (2), destacamos a sentença “Sei que o nosso voto vale tanto quanto o dos demais” que é contrastada com “*mas acontece que o analfabetismo e a pressão psicológica em que a pessoa do campo vive são muito fortes.*” Neste caso, após o uso de *mas acontece que* são apresentados dois contra-argumentos: o analfabetismo que atinge a população rural e a pressão psicológica que essas pessoas sofrem. Desta forma, observamos que o conector contrastivo *mas* é usado para contrapor a informação que introduz, em relação à informação da sentença anterior, e a sequência *acontece que* é usada para dar foco à informação nova.

Verificamos que, assim como nos dados do padrão 1, nos contextos dos dados do padrão 2, também há a presença de elementos lexicais opostos e informações contrárias, seja explicitamente ou por inferência, podendo ser total ou parcial. Outra característica semelhante à do padrão 1 é o fato de a sentença com o verbo *acontecer* ser sempre carregada de informação nova ou parcialmente nova, com retomada de pelo menos um elemento de sentença anterior.

Ainda comparando os dados do padrão 1 com os dados do padrão 2, observamos como características distintas a ausência do uso do adjunto adverbial próximo ao verbo *acontecer* e a presença do conector contrastivo, geralmente o *mas*, anteposto ao verbo de acontecimento.

PADRÃO 3

As ocorrências do padrão 3 correspondem ao contexto de isolamento de Diewald (2006). Neste caso, podemos ter sobreposições de relações semânticas sobre a relação contrajuntiva. A construção formada por [*aconteceque*] revela fazer parte da categoria de operador argumentativo contrastivo, que se tornou autônoma através do mecanismo de habituação de uso.

(3)

A França, tradicional inimiga da Inglaterra, tinha um exército muito poderoso e era governada por um grande general, Napoleão Bonaparte, que não conseguia dominar a Inglaterra.

Para enfraquecer a Inglaterra, desorganizando sua economia, Napoleão decretou o “Bloqueio Continental”, proibindo que os países da Europa comprassem os produtos ingleses. *Acontece que*, [Portugal era aliado da Inglaterra, assim não podia aceitar o “Bloqueio”]. Assim sendo, Napoleão resolveu invadir Portugal.

[Http://www.grupoescolar.com/pesquisa/a-corte-portuguesa-no-brasil.html](http://www.grupoescolar.com/pesquisa/a-corte-portuguesa-no-brasil.html)

Observamos em (3) que, na construção [*acontece que*], houve a perda da capacidade de predicar do verbo *acontecer* e a perda do valor semântico de acontecimento; o *que* deixa de funcionar como introdução de oração completiva subjetiva e passa a ser processado junto com o verbo num processo de *chunking* (agrupamento). Verificamos também o aumento da autonomia da construção [*acontece que*] na sentença “Acontece que, Portugal era aliado da Inglaterra, assim não podia aceitar o “Bloqueio” e de forma mais integrada, formando um *chunk*. Ainda, o destaque para tal sentença é feito através da focalização sentencial contrastiva realizada por [*acontece que*]. Devido ao uso de *mas* anteposto à *acontece que* com grande frequência em dados diacrônicos, o traço contrastivo do *mas* é transferido para [*acontece que*], por analogia, o que nos leva à inferência sugerida e à mudança do estatuto gramatical de [*acontece que*]. Assim, ao mudar de categoria, a construção [*aconteceque*] passa a ter funções próprias da relação contrajuntiva: introdução de contra-argumento de valor contrastivo contrajuntivo e manutenção da função semântico- discursiva de focalização da informação nova [*Portugal era aliado da Inglaterra, assim não podia aceitar o “Bloqueio”*], que, ao mesmo tempo, é um fato inesperado na contraposição.

Definimos, então, tal uso como pertencente ao padrão 3, com a construção gramaticalizada. É uma nova construção que vai pertencer à categoria de elementos contrastivos, instanciando o contexto isolado de Diewald (2006).

(4)

Isso faz com que se perca o grande estímulo do nosso turismo, os preços. JC - O senhor está pessimista. Por que? Da Mata - Estou vendo no dia-a-dia uma legião de [pequenos empresários quebrando]. A quebradeira está enorme. Isso é verdade, não adianta escamotear a verdade. *Acontece que* o [ajuste da economia tem sido em cima dos pequenos e médios] [por conta da elevadíssima taxa de juros]. O governo alega que tem de ficar assim para equilibrar as finanças. Claro, está alta porque financia o déficit interno. Se baixar, o governo não vai suportar porque a pressão das taxas é precisamente dos credores da dívida interna brasileira. Título Nelson da Mata. Data: 17/08/1997

No trecho (4), em meio a dificuldades financeiras do país, o autor do texto apresenta o fato de pequenos empresários estarem “quebrando” financeiramente. Observamos a contra-argumentação através de inferência, pois, se os pequenos empresários já estavam quebrados, os mesmos deveriam ficar de fora do ajuste na taxa de juros. A construção analisada introduz uma informação nova, que são os ajustes feitos em cima das empresas dos pequenos empresários, que se opõe à expectativa gerada pelo enunciado anterior [*pequenos empresários quebrando*].

Ao aplicarmos o processo de analogia, proposto por Bybee (2016), a partir do uso do *mas* em dados do padrão 2, observamos que a construção assimilou, pelo uso, o traço contrastivo e os valores semântico-pragmáticos peculiares da conjunção prototípica *mas*. Desse modo, pelo processo de analogia, desencadeia-se a inferência sugerida, que licencia o uso da nova construção, no padrão 3, como construção de foco contrastivo. Observa-se também que o uso sequencial dos elementos *acontece* e *que* propiciam a identificação do *chunking* proposto por Bybee (op.cit.), ou seja, o uso dos dois elementos seguidos passa a ser um todo, sendo acessados ao mesmo tempo.

Enquadramos este dado no padrão 3, que se encaixa no contexto de isolamento, conforme Diewald (2006), por ser a construção [*aconteceque*] um *chunk* (agrupamento), que passa à nova função de introduzir um (a) novo (a) argumento/informação, ou seja, um operador argumentativo de contraste, que se tornou autônomo através do mecanismo de habituação de uso.

4. Considerações gerais sobre os padrões

Foram observadas características no uso da construção de cada padrão. Destacamos para este trabalho algumas observações. Primeiramente, foram identificados os seguintes tipos de marcação de contraste, conforme Correa (2019), com base na aplicabilidade dos tipos de relações semânticas de Neves (2000) e na identificação de características advindas da análise de dados.

Tabela 1. Tipos de marcação de contraste

Tipo de marcação de contraste expresso na informação nova (ou parcialmente nova):	Padrão 2
Contraste lexical pelo cotexto	0
Restrição com acréscimo de um elemento positivo	1
Restrição com acréscimo de um elemento negativo	0
Restrição parcial por Exclusão	2
Argumento não esperado	0
Eliminação de todo o argumento anterior	2
Negação com Inferência	3
Argumento superior (com advérbios)	1

No que concerne à forma da construção do padrão 3, a construção é usada em posição fixa de início de sentença, sem possibilidade de deslocamento com o verbo *acontecer* flexionado na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. O verbo não seleciona mais argumento sujeito, a conjunção integrante deixa de exercer seu papel de introduzir orações completivas subjetivas e a construção passa a formar uma nova construção com o verbo *acontecer*.

Com relação ao sentido, há um desbotamento e uma abstração do valor semântico do verbo, ou seja, o item deixa de ser um verbo pleno, sai da categoria do léxico, e passa a pertencer à categoria gramatical de operador argumentativo unido à conjunção *que*. Assim, não há dependência semântica entre o verbo e a oração seguinte como seu complemento. O [*acontece que*] torna-se autônomo.

Tabela 2. Tipos de marcação de contraste

Tipo de marcação de contraste expresso Informação nova (ou parcialmente nova):	Padrão 3
Contraste lexical pelo cotexto	0
Restrição com acréscimo de um elemento positivo	8
Restrição com acréscimo de um elemento negativo	31
Restrição parcial por Exclusão	5
Argumento não esperado	10
Eliminação de todo o argumento anterior	10
Negação com Inferência	0
Argumento superior (com advérbios)	4

Apresentaremos a seguir a distribuição das ocorrências por séculos. O padrão 1 tem ocorrências dos séculos XIV ao XX, caracterizando o uso da construção origem. Não foram encontrados dados correspondentes ao século XVIII registrados nos bancos de dados utilizados nesta pesquisa. Por isso, não há uma barra no gráfico correspondente a ele.

A presença do *mas*, *e*, *agora* antepostos ao verbo *acontecer*, caracterizando o padrão 2, tem seu início de uso no século XIX e permanece até o século XXI. E a construção gramaticalizada como operador argumentativo aparece com maior frequência no padrão 3, mas teve seu início observado no século XX, juntamente com o uso do padrão 2. Lembramos que podemos identificar os três padrões no português contemporâneo.

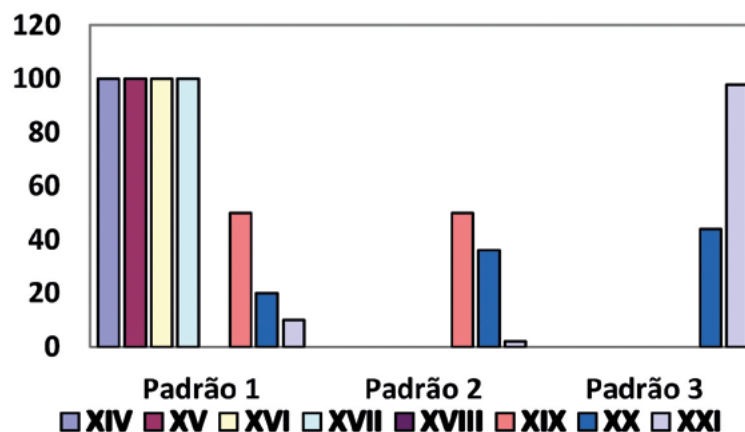


Gráfico 1. Padrões X séculos

Na verificação dos micropassos de mudança da construção, identificamos o processo de gramaticalização através dos mecanismos básicos de mudança postulados por Bybee (2016), que são a generalização por analogia, a habituação, a autonomia crescente e a inferência sugerida. Tais mecanismos foram verificados durante a análise dos dados, confirmando que os mecanismos de gramaticalização podem explicar a criação da construção [*aconteceque*].

Com relação aos processos cognitivos de domínio geral, confirmamos a criação de um *chunking*, ou seja, o processo cognitivo de domínio geral em que dois elementos são acessados juntos em sequência; e a criação de uma nova construção de contraste para fazer parte da categoria dos operadores argumentativos de contrajunção, ou, ainda, das construções contrajuntivas. Isso pode ser explicado através do processo de categorização, pois, através dos traços similares, há o agrupamento de uma nova construção, tornando-a um membro não prototípico da categoria.

Tal categoria tem o *mas* como seu representante central e mais frequente. Assim, a construção [*aconteceque*] faz parte da categoria dos operadores argumentativos como uma

construção de contrajunção que está à margem da categoria, ou seja, é um membro marginal enquanto que o *mas* é o membro prototípico.

Podemos dizer que o *mas*, usado no padrão 2, tem um papel importante na formação da construção *acontece que*, pois o mesmo, por analogia, toma emprestado características de contraste do *mas*, *e*, *agora*, o que torna possível o uso de [Aconteceque] nesse contexto contrastivo sozinho, no padrão 3, para cumprir a função tanto de introdução de contra-argumento quanto de focalizador contrastivo.

Identificamos, também, o processo de reanálise ao observarmos os dados selecionados e seus traços de mudança. No padrão 1, os dados apresentam o uso de *acontecer* como verbo pleno que faz parte de uma oração matriz. O verbo é seguido por *que*, a conjunção integrante responsável por unir a oração matriz e a oração encaixada.

Já nos padrões 2 e 3, analisamos os dados como a reinterpretação de uso do verbo seguido da conjunção em novo contexto. Nos padrões 2 e 3, sem a presença de adjuntos adverbiais e em posição inicial de enunciado, a construção “acontece que” exerce a função de introduzir uma porção textual maior com a presença de um contra-argumento em relação ao enunciado anterior, focalizando a informação (parcialmente) nova.

Confirmamos, então, a reanálise, que é definida por Bybee (2016) como um processo que contribui com a gramaticalização de uma construção, em seu processo de mudança, uma vez que uma nova construção ([*aconteceque*]) foi criada a partir da reinterpretação de uma construção já existente na língua, com item lexical (*acontece* como verbo pleno e *que* como conjunção integrante). Verificamos a perda de composicionalidade visto que não há interpretação de significado de cada elemento, mas sim o todo (*chunking*).

As características apresentadas até aqui configuram um processo de mudança gradual de uso dos elementos *acontece* e *que* em novos contextos, conforme o passar dos anos. Diante disso, entendemos que, com base na análise de uso da construção [*aconteceque*] no padrão 3, todos esses processos e mecanismos aqui verificados estão interligados e podem contribuir para esclarecer o processo de mudança linguística através do fenômeno da gramaticalização da construção.

Conclusões

Identificamos os micropassos de mudança linguística da construção *acontece que* e confirmamos a nossa hipótese de que a construção funciona como operador argumentativo de contrajunção. A referida mudança linguística instaurou-se através do processo de gramaticalização, já que a construção deixou de funcionar como oração matriz + oração completiva subjetiva, passando a assimilar valor contrastivo do contexto linguístico e da presença de conectores contrastivos, frequentemente a conjunção prototípica *mas*, e mais raramente *e*,

agora, sempre na posição anterior à *acontece que*, que passa a apontar para a informação nova, focalizando-a. Finalmente, o *acontece que* gramaticaliza-se como operador de foco contrastivo, perde algumas funções, é reanalisado e adquire novos usos, passando a fazer parte de uma nova categoria, mas convivendo com os padrões anteriormente identificados.

A partir de mecanismos dos processos cognitivos de domínio geral, tais como *chunking*, analogia e categorização; além dos mecanismos de gramaticalização, com base na Linguística Centrada no Uso, verificamos os micropassos de mudança linguística de *acontece que*, uma vez que há alteração de propriedades no nível da forma e do sentido, destacando-se o valor temporal usado pelo falante para expressar contraste no português, fato também observado no inglês por Hilpert (2013).

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BALLY, Charles. Linguistique générale et linguistique française. 4 ed. Editions Francke Berne, 1965 [1944].
- BRAGA, Maria Luíza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2º semestre 2001.
- BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (Orgs.). *Handbook of Historical Linguistics Structure*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição* / Joan Bybee; tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto. (768 p.), 2010.
- CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: Chafe, Wallace L. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: University of Chicago, 1980.
- CORRÊA, Karina da Silva. A mudança linguística da construção "acontece que". Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in) dependência de cláusulas à luz da noção de "unidade informacional". *SCRIPTA*, Belo Horizonte, p. 23-38, 1º semestre, 1999.
- DECAT, Maria Beatriz do Nascimento. *Estruturas "desgarradas" em língua portuguesa*. São Paulo. Pontes Editores, 2011.
- _____. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. In: *Revista Veredas on-line*. 2014/2 - pág. 123-135 – PPG-LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA /MG.

- DIEWALD, G. (2006). Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions* SV1-9/2006. Disponível em: www.constructions-online.de:0009-4-6860>.
- GIVON, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; Sousa, Gisele Cássia de; Casseb-Galvão, Vânia Cristina. As construções subordinadas substantivas. In: Castilho, Ataliba T. de (org). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 2. ed. London/New York: Arnold/Oxford University Press, 1994 [1985].
- HEINE, Bernd. On the role of context in grammaticalization. In: WISCHER, I; DIEWALD, G. (Eds.). *New reflections on grammaticalization*. Philadelphia, PA: John Benjamins Publishing Company, 2002.
- HEINE, Bernd. “Grammaticalization”. In.: JOSEPH, Brian. & JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- HILPERT, Martin. *Constructional Change in English*. Cambridge University Press, 2013.
- KOCH, Ingedore; G. VILLAÇA. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LAMBRECHT, K. Information structure and sentence form. A theory of topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, vol. 71, 1994.
- OLIVEIRA, Diego. *Construções de foco com o marcador “éto” em russo*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2002.
- MARTELOTTA, Mário E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In *Votre et al.* (org.), pp. 103-106, 2007.
- NEVES, Maria H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, Simone da Silva de. *Construcionalização/mudanças construcionais de porém, contudo e todavia: um estudo panorâmico à luz dos modelos baseados no uso*. Tese de (doutorado) - Rio de Janeiro: UFRJ / Letras, 2018.
- PEZATTI, Erotilde G. & LOGHIN-THOMAZI, Sanderleia. As construções coordenadas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Orgs.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, v. II, 2008.
- PRINCE, E. A comparison of wh-clefts and it-clefts in discourse. *Language* 54, 1978. 883–906.

SILVA, C. e Oliveira, M. José. Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 14 Número Especial: 57-76. 2012.

ROCHA, Maura A. Freitas; Lopes, Ruth E. Vasconcellos. In: Castilho, Ataliba T. de (org). Gramática do português culto falado no Brasil. Vol 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

TAYLOR, John R. Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1995. P

TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2003). “A gramaticalização de verbos”. In: Henriques, Cláudio Cezar (org.). Linguagem, conhecimento e aplicação – Estudos de língua e linguística. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2003: 306-321.

O Estatuto Categorial das Preposições Acidentais/Atípicas: a Proposição dos “Relatores Circunstanciais” como Classe Gramatical

The Categorical Statute of Accidental/Atypical Prepositions: the Proposal of “Circumstantial Relates” as Grammatical Class

Marcos Luiz Wiedemer*
Myllena Paiva Pinto de Oliveira**

RESUMO

O objeto de investigação, neste artigo, são as preposições acidentais/atípicas. Analisamos seus usos e, com isso, explicitamos a fluidez dessa classe gramatical, uma espécie de gradualidade, na medida em que podem ser inseridas em diferentes categorizações gramaticais a depender do contexto comunicativo. Como referencial teórico-metodológico, adotamos os pressupostos dos Modelos Baseados no Uso, que coadunam com o princípio de que o estabelecimento de convenções gramaticais é influenciado tanto por estrutura linguística, contexto social e pragmático quanto por aspectos cognitivos. O Iboruna é o Banco de Dados utilizado como amostra para a pesquisa, que reúne dados orais da comunidade de fala do interior paulista. Os resultados apontam seis padrões de usos, em que temos: de um lado, a função relatora caracterizada pela presença de Sintagma Nominal na estrutura subsequente; e de outro, a evidência do aspecto semântico-pragmático comum que todos provocam na estruturam a que se ligam, a função circunstancial. Diferentemente de análises de cunho gramatical, descritivistas e de estudos linguísticos, a partir das evidências aqui apresentadas, denominamos as preposições acidentais/atípicas de “relatores circunstanciais”, “relatores” porque relacionam termos/orações, desempenhando sua função de nexos gramatical, e “adverbiais/circunstanciais” porque, como transpositores, originam construções dessa natureza.

Palavras-chave: Preposições acidentais/atípicas; Fluidez categorial; Relatores circunstanciais.

Recebido em 18 de janeiro de 2020.

Aceito em 10 de março de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.363

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mlwiedemer@gmail.com, orcid.org/0000-0003-0924-1030

**Universidade Federal Fluminense, myllenaapaivap@gmail.com, orcid.org/0000-0003-2083-9885

ABSTRACT

The object of investigation, in this paper, is the accidental/atypical prepositions, in which we analyze the uses of these items and, with this, therefore, explain the fluidity of this grammatical class, a kind of graduality, in that it can be inserted into different grammatical categorizations depending on the communicative context. As a theoretical-methodological approach, we adopted the of Usage-based Model assumptions, which agree the principle that the establishment of grammatical conventions is influenced by linguistic structure, social and pragmatic context as by cognitive aspects. The oral speech as a sample for the research was Iboruna, from speech community in São Paulo. The results point to six patterns of use of the analyzed elements, in which we have: on the one hand, the reporting function characterized by the presence of Noun Phrase in the subsequent structure; and on the other, the evidence of the common semantic-pragmatic aspect that all cause in the structure to which they attach themselves: the circumstantial function. Thus, unlike traditional, descriptivist grammars and linguistic studies, considering the class of grammatical connections, from the evidence presented here, we call accidental/atypical prepositions "circumstantial relates" because they continue to relate terms/prayers, performing their function of grammatical nexus, and “circumstantial” because, as transposers, they originate constructions of this nature.

Keywords: Accidental/Atypical Prepositions; Grammatical Fluidity; Circumstantial Relates.

Introdução

A temática de investigação e discussão, neste artigo, são as denominadas “preposições acidentais/atípicas”, seja por autores descritivistas (por exemplo, NEVES, 2011, CASTILHO, 2010, entre outros), seja por gramáticos (CELSO CUNHA, 1972, BECHARA, 2009 e outros). Esta pesquisa se justifica porque diversas formas/itens gramaticais são classificadas como preposições acidentais/atípicas, o que, para nós, evidencia a ideia da fluidez das fronteiras entre as classes de palavras do português brasileiro (NEVES, 2011, CAMACHO, 2011), temática recente de pesquisa no bojo dos estudos funcionalistas. Em outras palavras, o *status* categorial das preposições atípicas/acidentais ainda é um assunto em aberto na pesquisa linguística.

Assim, o objetivo principal é investigar os usos (funcionalidade) das preposições acidentais/atípicas a partir da análise de ocorrências em dados de língua falada do português contemporâneo; e, com isso, evidenciar a fluidez nas classes gramaticais, uma espécie de *gradualidade*, na medida em que os itens podem ser inseridos em diferentes categorizações gramaticais a depender do contexto comunicativo em que estão inseridos (NEVES, 2012a, CAMACHO, 2011). Procuramos, ainda, verificar se entre o grupo de preposições acidentais/atípicas haveria características sintáticas e semânticas comuns a todas: a hipótese é de que tanto desempenham uma função relatora quanto originam construções de natureza circunstancial.

Portanto, oferecemos uma reinterpretação da classe gramatical “preposição acidental/atípica”, na qual defendemos a denominação “relatores circunstanciais”, pois fazem relação tanto entre termos quanto entre orações, mas desencadeiam no elemento subsequente a

função circunstancial, todas formando um *continuum* categorial. Assim, diferentemente das gramáticas tradicionais, descritivas e dos estudos linguísticos, considerando a classe dos nexos gramaticais, denominamos as preposições acidentais/atípicas de “relatores circunstanciais”, “relatores” porque continuam relacionando termos/orações, desempenhando sua função de nexo gramatical, e “adverbiais/circunstanciais” porque, como transpositores, originam construções dessa natureza.

Para tanto, assumimos os pressupostos teórico-metodológicos dos Modelos Baseados no Uso (LANGACKER, 1988, BARLOW & KEMMER, 2000, CROFT & CRUSE, 2004). Assim, coadunamos com o princípio de que o estabelecimento de convenções gramaticais é influenciado tanto por estrutura linguística, contexto social e pragmático quanto por aspectos cognitivos. Por isso, a amostra que serviu de base para esta pesquisa é proveniente do Banco de Dados Iboruna, resultado do Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista – GONÇALVES, 2007), que registra a variedade oral do português da região noroeste do estado de São Paulo (século XXI).

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, revisitamos o conceito de preposição acidental/atípica nas gramáticas de língua portuguesa e a visão dos linguistas sobre o tema. Propomos, na segunda seção, uma reflexão crítica sobre as categorias discretas propostas sobretudo pela tradição gramatical. Por sua vez, na terceira seção, desenvolvemos nossa análise, evidenciando os seis padrões encontrados durante a pesquisa no *corpus* Iboruna. Utilizamos a quarta seção para retomar os resultados obtidos ao longo da pesquisa, sistematizando os padrões encontrados, bem como para justificar a proposta da nova nomenclatura para a classe analisada, advérbio preposicional. Na seção final, intitulada “Considerações Finais”, representamos a inserção dos relatores adverbiais na classe nos Nexos Gramaticais.

1. As preposições acidentais/atípicas: a circularidade das definições

O primeiro problema que se apresenta para os estudiosos interessados nas preposições acidentais/atípicas está na própria conceituação dessa categoria, que não é, absolutamente, pacífica. Para definir e delimitar o que venha a ser uma preposição acidental/atípica, requer-nos revisar as acepções já consagradas nas gramáticas (ver quadro a seguir), bem como a visão dos linguistas sobre o assunto. Dessa forma, primeiramente, verificamos as definições adotadas pelos gramáticos para o estabelecimento dessa classe gramatical, que são apresentadas no quadro (1), bem como os elementos que esses estudiosos consideram pertencentes a tal categoria.

Quadro 1. As preposições acidentais/atípicas nos compêndios gramaticais

Gramática (Ano)	Autor	Definição	Preposições Acidentais
<i>Nova Gramática Portuguesa</i> (1950)	Ernesto Carneiro Ribeiro	Preposições que originalmente pertencem à outra categoria.	<i>segundo, conforme, mediante, durante, excepto, salvo, afóra, não obstante, consoante, tirante, salvante, visto, posto, supposto, atento</i>
<i>Gramática Secundária da Língua Portuguesa</i> (1964)	M. Said Ali	O autor não reconhece a categoria preposições acidentais, logo não fornece definição sobre o tema. Entretanto, insere em sua lista elementos que até aqui classificamos dessa forma.	<i>exceto, salvo, salvante, tirante, fora, afóra e durante</i>
<i>Gramática da Língua Portuguesa</i> (1972)	Celso Cunha	Palavras que, pertencendo normalmente a outras classes, às vezes funcionam como preposições.	<i>afóra, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, não obstante, salvo, segundo, senão, tirante, visto etc.</i>
<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> (1974, 1982 [2011])	Rocha Lima	Palavras de outras espécies que podem figurar como preposições.	<i>exceto, durante, consoante, mediante, fora, afóra, segundo, tirante, senão, visto</i>
<i>Gramática Metódica da Língua Portuguesa</i> (1983)	Napoleão Mendes de Almeida	Palavras de outras classes que eventualmente são empregadas como preposição.	<i>conforme, consoante, durante, exceto, mediante, menos, salvante, salvo, segundo, tirante</i>
<i>Moderna Gramática Brasileira</i> (1986)	Pedro Celso Luft	Palavras de outras classes que podem funcionar também como preposições.	<i>como (=na qualidade de), conforme (=de acordo com”), consoante, segundo (=conforme”), durante, mais (=com), mediante (=com), visto (=por) etc.</i>
<i>Gramática Resumida</i> (1988)	Pedro Celso Luft	Palavras de outras classes gramaticais que, cumulativamente, podem figurar como preposições.	<i>afóra, como (=na qualidade de), conforme (=de acordo com), consoante, durante, exceto, fora, mais (=com), mediante (=com), menos, salvante (=exceto), salvo, segundo (=conforme), tirante (=exceto), vistor (=por) etc.</i>
<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> ([1974], 1983, 2005, 2009)	Evanildo Bechara	Palavras que, perdendo seu valor e emprego primitivos, passaram a funcionar como preposições.	<i>durante, como, conforme, feito, exceto, salvo, visto, segundo, mediante, tirante, fora, afóra etc.</i>
<i>Nova Gramática Aplicada de Língua Portuguesa</i> (2007)	Manuel Ribeiro	Palavras que passaram a ser usadas como preposição.	<i>durante, conforme, visto, segundo, mediante, como (=na qualidade de), consoante</i>
<i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> (2011)	Celso Cunha e Lindley Cintra	Palavras que, pertencendo normalmente a outras classes, funcionam às vezes como preposições.	<i>afóra, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, menos, não obstante, salvo, segundo, senão, tirante, visto etc.</i>

FONTE: Adaptado de OLIVEIRA, 2016.

As informações encontradas nas gramáticas e aqui apresentadas mostram que, mesmo nos compêndios gramaticais, a classe de preposições acidentais/atípicas se caracteriza não por uma rigidez completa, mas faz esses autores hesitarem em proceder a uma classificação definitiva. É claro que há aqueles que tentam fixar alguns itens/exemplos na categoria preposições acidentais/atípicas como se ali pudessem permanecer perenemente, deixando transparecer até uma ideia de elementos típicos da classe, sem dar explicações e descrições de tal seleção (BECHARA, 1974 [1983], 2005, 2009; RIBERO, 2007). Contudo, outros deixam entrever uma categoria mais flexível, passível de novos elementos, como no caso em que se insere *etc.* ao fim da lista, sinalizando ao leitor que há novos candidatos àquela vaga (LUFT, 1986), ou quando utilizam a palavra “funcionar”, dando indícios de que há condições de uso para que seja categorizado como preposição atípica/acidental (CUNHA; CINTRA, 2011).

Observando as diferentes definições dadas pelos gramáticos para a classe gramatical das preposições acidentais/atípicas, conforme quadro (1), acima, fica evidente que todas as definições podem ser resumidas em uma única acepção: *uma palavra/item de outra classe que está sendo usada como preposição*. Dessa forma, é importante perceber que esses autores fazem referência à ideia de preposição, ou seja, elementos que não são preposição, mas funcionam como uma preposição.

Sobre as preposições, Cunha e Cintra (2011, p. 555) afirmam que “são palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)”. Bechara (2005, p. 289), por sua vez, define preposição como “unidade linguística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a outra palavra para marcar as relações gramaticais que ela desempenha no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações”.

Assim, de um ponto de vista tradicional, não há divergência a respeito do status da preposição como unidade funcional que relaciona elementos na sentença. A maioria das gramáticas tradicionais enfatiza a função relacional das preposições (por exemplo, ROCHA LIMA, 2011), além de suas propriedades de invariabilidade, em que “o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo sentido do segundo (consequente)” (CUNHA, 1972). Apesar disso, o fato de serem consideradas unidades funcionais não implica que sejam desprovidas de valor semântico, pois privilegiar a forma de unidade linguística é “notável negligência de assuntos de conteúdo e de contexto” (SALOMÃO, 1990, p. 1).

Por sua vez, Azevedo Filho (1966), Bechara (1983), Luft (1986) e Rocha Lima (2011) não assumem inteiramente que a preposição seja uma palavra invariável. Na perspectiva desses gramáticos, as preposições são abordadas exclusivamente em termos da sua função relacional,

sem se atribuir propriamente um significado ou significados básicos a cada uma delas, o que os leva a fornecerem, unicamente, uma lista de preposições.

Não observamos, contudo, em definições como essas, a previsão de que essas preposições possam encabeçar uma oração reduzida, na condição de um modificador adverbial. Vejamos os exemplos (1) a (3), a seguir.

(1)

*Após Rock in Rio, Pink retorna **para casa** e é recebida por filho de 2 anos entregando flores. Cantora mostrou vídeo fofo no Instagram ao lado de Jameson: 'Feliz boas-vindas. Homem-aranha e flores'.¹*

(2)

*Fã que levou Slayer **para comer hambúrguer**, em 1994, quer reencontrar banda no Rock in Rio. Após ligar para o quarto de hotel onde estava hospedado o vocalista Tom Araya, fã foi atendido, tirou fotos e levou a banda para fazer um lanche em Copacabana.²*

(3)

*Não sabe como se organizar **para tirar os seus planos do papel**?
Aplicativo financeiro mostra o que fazer para chegar lá³*

O [1] é um exemplo em que o *para* ocupada a posição de preposição, está em conformidade com a categoria descrita pelos gramáticos mencionados. Trata-se de uma preposição selecionada pelo verbo *retornar*, que exige um complemento locativo, portanto o *para* tem função de alvo espacial, uma função meta mais concreta (casa).⁴

No exemplo [2], percebemos que o *para* ainda resguarda uma noção de deslocamento no espaço que é influenciada pela presença do verbo *levar*, que poderia demandar a inserção de um espaço no qual se comer o lanche. Contudo, já se percebe no contexto uma noção circunstancial de finalidade, sobretudo pela presença do verbo no infinito sendo encabeçada pela preposição.

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/guiabolso/noticia/nao-sabe-como-se-organizar-para-tirar-os-seus-planos-do-papel.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2019.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/rock-in-rio/2019/noticia/2019/10/04/fa-que-levou-slayer-para-comer-hamburguer-em-1994-quer-reencontrar-banda-no-rock-in-rio.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2019.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/guiabolso/noticia/nao-sabe-como-se-organizar-para-tirar-os-seus-planos-do-papel.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2019.

4 Sobre as preposições que complementam verbos de movimento, Wiedemer (2014, p. 117) afirma que “no PB, as preposições desempenham, primeiramente, na ordem da oração, a função relacional. O relator, a preposição, faz a função de exprimir uma relação local entre o objeto localizado e um objeto de referência/ponto de referência. Com verbos que exigem um objeto localizado, que apresenta uma relação com um ponto de referência (essivo, alativo, ablativo ou perlativo), ocorrem as preposições”.

Por sua vez, o *para* do dado [3], dando sequência ao *continuum* de mais concreto ao mais abstrato, introduz uma oração reduzida de infinitivo que têm valor circunstancial de finalidade, mas, diferentemente dos anteriores, não encerra uma noção deslocamento no espaço. A oração anterior “se organizar” é modificada pela oração “para tirar seus planos do papel”. Não é mais o verbo que seleciona a preposição *para* na oração, mas a necessidade de dar mais informações ao enunciado.

Poggio (2002, p. 38) comenta que “uma teoria da gramática deve tentar explicar as regras da língua, em termos de sua funcionalidade, em relação aos modos como são usadas e em relação aos fins desse uso”. A gramática normativa, como sabemos, cumpre sua função, qual seja: *prescrever as normas da língua*. Mas, ainda que de forma bastante sutil, detectamos alguns pontos de flexibilidade em relação às classes nas definições das preposições acidentais, como discutiremos mais adiante.

Diferentemente da gramática tradicional, as gramáticas descritivistas, no geral, desenvolvem o tema, tangenciando entre aspectos semânticos e morfossintáticos. Elaboramos, então, com base em nesses estudiosos, o quadro (2), resumitivo, contendo as definições de preposições acidentais/atípicas desenvolvidas e os itens/exemplos que os autores consideram pertencentes a tal categoria.

Quadro 2. Preposições acidentais/atípicas na perspectiva descritiva⁵.

Gramática (Ano)	Autor	Definição	itens
<i>Gramática do Português</i> (2013)	Raposo <i>et al.</i> (Org.)	Preposições que têm algumas, mas não todas, propriedades que caracterizam a classe.	<i>conforme, consoante, segundo, durante, mediante, obstante, senão, exceto, salvo, menos, fora, eis</i> ⁶
<i>Gramática de Usos do Português</i> (2011)	Maria Helena de Moura Neves	Elementos de outras classes gramaticais que estão se gramaticalizando como preposições e se usam em contextos restritos.	<i>durante, mediante, consoante, não obstante, tirante, visto, salvo, exceto, feito, inclusive, exclusive, fora, afora, menos, incluso, excluso, conforme, como, senão, segundo</i>

continua

5 Castilho (2010) e Perini (2010) não apresentam definições para preposições acidentais em suas gramáticas.

6 Não há uma conclusão definitiva sobre a classificação do elemento.

Gramática (Ano)	Autor	Definição	itens
<i>Gramática Descritiva de la Lengua Española</i> (1999)	Ignacio Bosque e Violeta Demonte (Org.)	Partículas que normalmente não se classificam no grupo de preposições, mas apresentam semelhanças com a classe, ainda que se diferenciem em alguns pontos.	<i>durante, mediante, obstante, embargante, exceto, salvo, menos, incluso, segundo</i> ⁷
<i>Gramática Pedagógica do Português Brasileiro</i> (2012)	Marcos Bagno	Demais preposições que resultam de evidentes processos de gramaticalização, de recategorização de itens que prolongam seu campo de ação para outras funções gramaticais.	<i>chega</i> ⁸ , <i>durante, exceto, mediante, salvante, salvo, tirante, visto, via, segundo, malgrado, conforme, embora</i>

Fonte: adaptado de OLIVEIRA (2016).

Como podemos observar, os autores, nas definições apresentadas no quadro (2), apesar de mencionarem a gramaticalização e o recrutamento de itens não originalmente pertencentes ao grupo das preposições, não apresentam uma definição para esse grupo de itens. Assim, de alguma forma, apesar de bastante remota, ambas as visões – tradicional e descritiva – para esse assunto no geral conduzem a um pensamento crítico em relação às preposições acidentais.

É evidente a polifuncionalidade que desempenham as preposições acidentais/atípicas. Isso se deve, provavelmente, ao desenvolvimento histórico do português desde o latim até o seu estabelecimento de um paradigma no PB, em que outros elementos, por processo de gramaticalização, passam a desempenhar funções de preposições. Assim, em algumas situações, as preposições desempenham um papel puramente sintático; em outros contextos, podem satisfazer uma necessidade comunicativa e trazer o seu conteúdo semântico. Conceber que algumas preposições dependem mais do estatuto sintático ou semântico e outras mais do contexto pragmático é reafirmar a gradualidade da mudança linguística.

Contudo, é principalmente na gramática descritiva que está em destaque o lado *circulante* das palavras na nossa língua, suas várias possibilidades de usos, os aspectos prototípicos e marginais que os itens (cf. CAMACHO, 2011) podem ter em relação a uma determinada categoria. Nelas encontramos descrições mais aprofundadas, pautadas em teorias e pesquisas que avalizam os elementos listados e suas definições. Os autores, em geral, lançam mão da noção de gramaticalização nos estudos das mudanças que encontraram na categoria em foco. E essa perspectiva é importante porque, na teoria funcionalista, a *fluidez categorial* – da qual

7 Alguns estudiosos da língua espanhola incluem *segundo* (em espanhol, *según*) no grupo de preposições regulares da língua.

8 Não se chegou a uma conclusão definitiva sobre a classificação do elemento.

trataremos na próxima seção – não implica mudança de classe, mas extensão de função, que, por sua vez, está muito relacionada à gramaticalização (RAMOS e SILVA, 2014).

2. A fluidez categorial e a extensão funcional

Nos compêndios gramaticais, em geral, se distribuem os itens da língua em classes de palavras, como se expressassem características estanques e fixas no uso. Isso se dá muito em razão da filiação das gramáticas à tradição filosófica, afinal, foram os próprios filósofos, principalmente os seguidores de Platão, que aprimoraram o conceito de classe de palavras (CAMACHO, 2011).

No cerce da gramática tradicional, inclusive, de modo geral, está um pensamento de que há uma relação entre a linguagem e a lógica, pautando um esquema universal de linguagem (MARTELOTTA, 2009). Ainda de acordo com a tradição normativa, os itens da língua devem ser distribuídos em classes com base em suas características morfossintáticas e até semânticas. Segundo Basílio (2011, p. 17), tradicionalmente damos “o nome de classes de palavras ou partes do discurso a conjuntos abertos de palavras, definidos a partir de propriedades ou funções semânticas e/ou gramaticais”. A autora também afirma, após resumir os diferentes modos de definir os critérios de classificação de uma classe gramatical (estruturalista, gramática escolar etc.), que é preciso considerar critérios semânticos, sintáticos e morfológicos na definição de classes gramaticais.

Em Poggio (2002), encontramos informações sobre as fontes de categorização linguística discutidas por Givón e Lakoff: a teoria clássica e a teoria natural. Na lógica da teoria clássica, as classes gramaticais são discretas e têm características inerentes – pensamento consoante com a gramática tradicional, como vimos; na perspectiva da teoria natural, as classes têm limites imprecisos, e os itens nelas inseridos têm vários tipos de integração e, a partir dessa lógica, estabelece-se o *continuum* categorial, demonstrando as similitudes das classes. Essa noção de *continuum* categorial, defendida por Givón (1979), atende à complexidade das línguas naturais, nas quais, segundo o autor, alguns membros de uma categoria podem ser prototípicos, se apresentarem todos os traços da categoria. Em outras palavras, há itens que não conseguem se “encaixar” perfeitamente em categorias gramaticais por não apresentarem todos os aspectos que, para determinada classe, se estabelecem como padrão.

Assim como nas gramáticas tradicionais, nos dicionários, na definição das palavras, sempre há a tentativa de enquadrá-las em alguma das categorias gramaticais preestabelecidas. Neves (2012b, p. 104) alerta:

Pensemos no modo como a indicação da categoria é vista pelo consulente do dicionário, que é, naturalmente, usuário da língua, e, por isso mesmo, acionador da gramática da língua: tal indicação é vista, em princípio, como carimbo de pertença irrestrita a uma classe de entidades e como catalogação rígida, e, assim, de recorte inerte e definitivo.

Todavia, como constantemente tais elementos podem perder/ganhar, no uso da língua, características que os fariam cambiar de classe, a rigidez dessa distribuição é muito questionável. Neves (2012b), recorrendo justamente aos dicionários em sua investigação, questiona a forma como neles são categorizados os elementos da língua, os quais algumas vezes parecem receber uma catalogação definitiva. Em sua concepção, tanto para categorias ditas lexicais como para as gramaticais, são recorrentes uma propriedade e um processo nas línguas, a saber:

(i) a **gradualidade** existente no estabelecimento de categorizações, resultante do caráter fluido das fronteiras entre as categorias (a diluição das fronteiras); (ii) a forte tendência de encaminhamento dos itens para funções (mais) gramaticais (a gramaticalização) (NEVES, 2012b, p. 110, GRIFO NOSSO).

Em estudos filiados à corrente funcional, como o de Neves (2012a, 2012b), tem-se mostrado que as classes de palavras são formadas por categorias “gradientes”, relativizando-se, portanto, “o postulado da tradição gramatical greco-latina de que classes são entidades discretas e universais” (CAMACHO, 2011, p. 30).

No nosso contexto de análise, por exemplo, veremos que uma das principais outras “classes-funções” que as preposições acidentais podem exercer é a da conjunção – o que demonstra tanto a existência de uma forte interação entre as classes quanto a dificuldade de definir categoricamente em que “classe-função” se insere determinado item (BAGNO, 2012).

Neves (2012a) ainda evidencia o quão importante tem sido os pressupostos da corrente funcional para os estudos sobre classes de palavras, na medida em que por meio dos usos e, principalmente, do conceito de gramaticalização, tem-se detectado uma dificuldade em se estabelecer uma fronteira rígida entre as classes de palavras de uma determinada língua natural. Segundo a autora, existe

a necessidade da relativização de fronteiras categoriais no estudo da linguagem, tomando como evidência aspectos da gramaticalização em português, revelados no uso, e, acima de tudo, mostrando que há propriedades da organização gramatical da língua que sustentam todos os processos, por mais singulares ou individualizados que possam parecer ao exame (NEVES, 2012a, p. 14).

No trabalho de Neves (2012a) é possível depreender que os elementos gramaticais “se configuram com zonas difusas na significação, com superposições funcionais e com imprecisão de fronteiras categoriais” (2012a, p. 112).

Camacho (2011) também discute a questão da categorialidade, dando destaque para as principais classes lexicais, como verbo, nome, advérbio e adjetivo. O problema parece ir além do fato de, por exemplo, palavras como “velho” ora se encontrar na classe dos adjetivos, ora na

classe dos substantivos. O autor destaca que as classes de palavras, nas formas de diferenciação entre si, estão sujeitas a ambiguidade: as definições nocionais que preenchem as gramáticas tradicionais muitas vezes constituem círculos viciosos, “quando aplicadas a nomes abstratos”, por exemplo (CAMACHO, 2011, p. 36). Assevera ainda que só seria possível sair desse círculo se fosse elaborada uma definição que tomasse por base uma distribuição formal, e não ligada à semântica das palavras (LYONS, 1979 *apud* CAMACHO, 2011), como parece ser feita.

Mencionando Câmara Jr. (1972 *apud* CAMACHO, 2011) e Castilho (1998 *apud* CAMACHO, 2011), o autor mostra que os gramáticos parecem estreitar relações com alguma assertiva das tradições gregas, quando afirma que não se pode tomar a definição dos termos nem pela semântica nem pela forma simplesmente, mas, sobretudo, deve-se olhar para a situação comunicativa a que estão atreladas. Nos termos do autor, “o plano discursivo em que opera como mecanismo de interação social” (CAMACHO, 2011, p. 35) é o que parece ser mais relevante nas análises linguísticas.

Ao contrário das teorias que vão estudar a classes de palavras submetendo-as à descrição binária, estrutural, com fronteiras rígidas, as teorias funcionalistas como um todo, adotando o princípio de que a linguagem não é uma faculdade autônoma, mas relacionada com outras competências cognitivas, percebem a classe de palavras como um fenômeno sem limites bem delimitados entre elas próprias. “Esse princípio deriva o postulado de que alguns membros de uma categoria compartilham traços comuns que os definem como prototípicos, e outros que não compartilham todos os traços comuns constituem elementos marginais” (CAMACHO, 2011, p. 43). Essa ideia coaduna com a noção de *continuum* categorial de Givón (1979), vista anteriormente.

É justamente nesse *continuum categorial* que se encontram as preposições acidentais/atípicas, “no processo de encaminhamento de estatutos menos gramaticais para estatutos mais gramaticais, que é exatamente o fato da gramaticalização, no sistema ‘gramática’ da língua. Essas palavras vêm de participios, advérbios, ou mesmo de conjunções que já vieram de participios” (NEVES, 2012a, p. 110). Logo, as unidades linguísticas, no escopo da teoria da gramaticalização⁹, são convencionalizadas por regularidades de usos e de rotinização.

Em Brockelmann, *Grundriß* (1908-13; cf. Voigt 1999, §2 in LEHMANN, 2011, p. 2), em seu tratamento de preposições (p. 359), o autor já propõe o agora conhecido caminho da gramaticalização mostrado no quadro (03), abaixo:

9 A teoria da gramaticalização desenvolvida nos 19^o séculos na linguística histórico-comparativa ocidental no campo de estudos das línguas indo-europeias (cf. LEHMANN, 2015, cap. 1).

Quadro 3. Trajetória da *gramaticalização para preposições*

grammaticalization	weak	—————▶		strong
stage	1	2	3	4
category	N _{rel} -OBL.CASE	prepositional adverb	secondary preposition	primary preposition

FONTE: BROCKELMANN 1908-13; cf. Voigt 1999, §2, In: LEHMANN, 2011, p. 2.

Brockelmann (*op. cit.*) propõe a seguinte trajetória da gramaticalização para preposições: ‘perda de conteúdo semântico concreto’ (do estágio 1 ao 2), ‘fossilização’ (do estágio 2 ao 3) e ‘redução à função puramente gramatical’ (do 3 ao 4) como conceitos descritivos. Além disso,

descobre que os substantivos relacionais do estágio 1 são geralmente substantivos de partes do corpo (p. 421-424) e propõe uma passagem da função local através de temporal para puramente estrutural (= relacional) de preposições (p. 362). Mesmo o conceito de persistência, explicitamente introduzido na teoria da gramaticalização, tão cedo quanto Hopper 1991, é prefigurado na observação de Brockelmann (p. 360) de que mesmo as preposições primárias ainda traem seu caráter denominacional em seu comportamento sintático.¹⁰

Fortes (2019) demonstra que já na obra de Prisciano (séc. VI) é possível encontrar a definição de preposição como uma categoria ambígua. De acordo com o autor:

Uma questão presente ao longo do Livro XIV das *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI d.C.) é a análise das fronteiras categoriais entre as preposições latinas e outras categorias, em especial os advérbios (FORTES, 2008). Conforme destaca Prisciano, algumas preposições latinas (*extra, infra, inter, adversum, intra, contra, ante*, entre outras) apresentam comportamento funcional ambíguo, ora realizando funções prepositivas, ora especificando uma função adverbial.

Focando nosso objeto de investigação, pretendemos demonstrar que a gramaticalização de outras unidades linguísticas (particípios, advérbios, conjunções) em preposições acidentais/atípicas envolve o desenvolvimento de uma nova categoria gramatical, que denominamos de “relator circunstancial”, na medida em que seus diversos valores vão se especificando por meio de inferências pragmáticas de sentido que se desenvolveram diacronicamente, em decorrência da ampliação de suas funções/significados.

10 Cf. Original: “He finds that the relational nouns of stage #1 are generally body part nouns (p. 421-424) and proposes a passage from local via temporal to purely structural (= relational) function of prepositions (p. 362). Even the concept of persistence, explicitly introduced into grammaticalization theory no sooner than Hopper 1991, is prefigured in Brockelmann’s remark (p. 360) that even the primary prepositions still betray their denominational character in their syntactic behavior”.

Alternativamente, falantes/ouvintes, ao fazerem uso de uma gramática, mobilizam recursos metafóricos, metonímicos e recursos da subjetividade, que podem induzir a inovações relacionadas a um significado alvo. Esses recursos, que propiciam a mudança semântica, estão relacionados às estratégias comunicativas presentes, seja no discurso falado, seja no escrito (TRAUGOTT; DASHER, 2002). A partir de usos da “forma inovadora” em um ambiente linguístico, essa passa a desenvolver um valor social e torna-se saliente em uma comunidade de fala, se espalhando para outros contextos linguísticos, que são reforçados pelas implicaturas pragmáticas. Assim, apesar da mudança semântica, a forma inovadora mantém seu significado original acessível, e torna-se polissêmica.

Portanto, conforme defende Hopper (1987), e como também assumimos nós, a gramática de uma língua nunca é produto acabado; é sempre resultado de uma atividade em tempo real e está em constante adaptação. Novas formas estão constantemente emergindo para a codificação de antigas funções, bem como novas funções despontam para formas já existentes no sistema linguístico, oferecendo opções de expressão aos falantes, o que reflete o caráter variável da linguagem.

3. Análise e discussão: discutindo os limites entre as categoriais

Nosso primeiro objetivo de pesquisa foi avaliar a produtividade das formas investigadas, as preposições acidentais/atípicas. Para isso, num primeiro momento, buscamos, com base nas listas oferecidas pelas gramáticas revisadas, os seguintes itens: *afora, atento, como, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, não obstante, posto, salvante, salvo, senão, segundo, tirante e visto*. Inserimos, em nossa coleta, o item *tipo*, que consideramos ser usado com “transpositor” (AZEREDO, 2004) em alguns casos, apesar de não ser mencionado nas gramáticas consultadas.

Além de proceder à caracterização geral do fenômeno, observamos as estruturas subsequentes às denominadas preposições atípicas/acidentais: (a) Sintagma Nominal (SN); (b) Oração Desenvolvida (Or. Des.); (c) Verbo Nominal (VN); (d) Conjunção *que/se*; ou ainda, (e) Sintagma Preposicional (SP)¹¹. Os resultados gerais podem ser observados no quadro (4), a seguir.

11 A partir da revisão de literatura (CASTILHO, 2010, NEVES, 2011, BECHARA, 2009, entre outros), chegamos a cinco possibilidades de estruturas, quais sejam: a) Sintagma nominal (SN); b) Oração Desenvolvida (Or. Desen.); c) Verbo Nominal (VN); d) Que/Se; e e) Sintagma Preposicionado (SP).

Quadro 4. Panorama de usos das preposições acidentais/atípicas e estruturas subsequentes

Itens	Estrutura subsequente				
	SN	Or. Des.	VN	Que/Se	SP
Conforme	Sim	Sim	Não	Não	Não
Segundo	Sim	Sim	Não	Não	Não
Fora	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Menos	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Durante	Sim	Não	Não	Não	Não
Exceto	Sim	Não	Não	Não	Não
Mediante	Sim	Não	Não	Não	Não
Feito	Sim	Não	Não	Não	Não
Tipo	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Embora	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Como	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Posto	Encontrado no <i>corpus</i> apenas como substantivo ou verbo.				
Afora/ Atento / Consoante/ Não obstante/ Salvante/ Salvo / Senão/ Tirante/ Visto/ Via/ Malgrado/ Eis/ Embargante/ Excluído/ Incluído	Esses itens não foram encontrados no <i>corpus</i> analisado.				

Vale dizer que, observando os usos destacados, os itens da última linha do quadro (4) não foram referidos no *corpus* de análise. Além disso, o item *posto*, não apareceu como preposição, mas apenas como substantivo ou particípio do verbo. A hipótese para isso é a de que esses elementos foram gradativamente substituídos por outros itens mais produtivos, capazes de desempenhar sua função (e outras mais). O fato de termos utilizado um *corpus* oral também pode ter sido influente na localização ou não de determinados tipos de itens (preposições atípicas), na medida em que alguns deles são potencialmente mais utilizados em textos mais monitorados, o escrito de um modo geral, e não fazer parte da realidade coloquial do falante.

Conforme se observa, classificamos (Sim) e (Não) para cada item investigado no banco de dados do Iboruna, considerando a observância ou não das estruturas subsequentes (enumeradas anteriormente) aos itens nos exemplos encontrados. O agrupamento das preposições acidentais, no quadro, se deu com base na semelhança de comportamento distribucional que elas apresentavam no *corpus*. Foram encontrados seis padrões de uso para os itens analisados. Avaliando ainda o padrão de distribuição das estruturas subsequentes, percebemos que todos os itens localizados recebem o SN como complemento, esse comportamento comum pode ser o motivo que leva as gramáticas tradicionais a classificá-los como preposições. A seguir, analisamos cada padrão individualmente.

3.1 Padrão 1 [*conforme*/segundo + SN/Or. Des.]

Ao investigarmos os usos de *conforme* e *segundo*, no banco de dados do Iboruna, encontramos 25 ocorrências do termo *conforme* e 100 usos do item *segundo*. Para nossa análise, destacamos alguns contextos de uso em que aparece o item desempenhando o papel de preposições atípicas ou em contexto ambíguos, que não identificamos com a clareza sua “classe-função” (BAGNO, 2012). Vamos aos casos:

(04)

*...e.: ela dava banho ne::le... cuidava de::le... que afinal de contas era o pai do filho dele né?... e ela só que ela falava – “quando terminá(r) quando cê melhorá(r) eu vô(u) embora... num quero ficá(r) aqui de jeito nenhum” – mas **conforme** o tempo acho que ele foi dando valor a esposa ele foi convencen(d) o ela ela acabô(u) fican(d)o... e... só que a moça passava na frente da casa dele... fazia fusquinha fazia gra::ça pra ele sabe? ela se sentia né?... e ele.: pediu transferência pra Santa Catarina...*

[AC-050; NR; L.175-180]¹²

Em (04), o *conforme* tem valor proporcional como prevê Neves (2011), e podemos recuperar o verbo *passar*, elíptico (“conforme o tempo passa”). Como *conforme*, *segundo* e *consoante* têm o comportamento bastante parecido (cf. NEVES, 2011, LUCERO, 2004, RAPOSO *et al.*, 2013), a motivação da elipse do verbo em exemplos como este parece ser a mesma das que ocorrem em verbos do modo *dicendi* (ver LUCERO, 2004) no processo de gramaticalização do item conjunção > preposição.

Notamos a presença de uma oração hipotática adverbial encaixada numa oração coordenada adversativa, o que mantém a leitura do item como conjunção. Para percebemos ainda a leitura, a troca por “de acordo” não mantém o significado, evidenciando o uso conjuntivo. Dessa forma, temos a atuação de duas forças, de um lado, o uso do sintagma nominal após o item, e de outro lado, a estrutura adverbial. Pensando nos passos possíveis da gramaticalização, teríamos o seguinte desenvolvimento: *conjunção/oração com verbo expresso* > *conjunção/oração verbo elíptico* > *conjunção/Nome* > *conjunção/preposição/N*. Isso confirma que uma mesma estrutura participa de diferentes esquemas construcionais, e que esses esquemas construcionais atuam, por um lado, na regulação de determinado esquema construcional e, por outro, motivam mudanças e atualização de novos significados. Por sua vez, isso gera um novo nó na rede, criando um novo significado/forma.

Outro exemplo de uso de sintagma nominal após *conforme* pode ser observado no exemplo em (05), em que temos a seguinte estrutura [*conforme* + SN].

12 Ao final de cada ocorrência, encontra-se o *corpus* (Amostra Censo-AC), com a indicação do número do inquérito e linha da ocorrência. Link: iboruna.ibilce.unesp.br/interna.php?Link=corpo.php&corpo=36

(05)

*...se os se os dirigente se preocupassem... em ganhá(r) o dinhe(i)ro e usá(r) ele... pelo bem do próximo... **conforme** a:: lei de Deus... mas ele se esqueceram de Deus por causa do dinhe(i)ro o Deus deles se tornô(u) o dinhe(i)ro mas o... num é bem um Deus é um demônio o dinhe(i)ro porque... eles eles... é:: guardam o dinhe(i)ro usam só pra si...*

[AC 123; L. 335-339]

Em (05) aparentemente temos um caso prototípico de uso de *conforme* como preposição atípica/acidental – apesar de Neves (2012b) afirmar que em muitos dicionários *conforme* está classificado como conjunção –, haja vista que aparece introduzindo um SN. Contudo, analisando mais detidamente o exemplo, vamos perceber que *conforme* não pode ser preenchido por qualquer tipo de SN. Ao tentar substituir o sintagma “a lei de Deus” por uma expressão com um ser +concreto, como “o papa” ou “a igreja”, que estariam no mesmo campo semântico do complemento original, percebemos que a frase não funciona tão bem, perde o seu sentido, e sentimos a necessidade até de inserir um verbo para preencher a lacuna. Neste exemplo, entretanto, há o sentido de “de acordo com”, diferente do exemplo (04). Sobre o assunto ainda, Oliveira e Oliveira (2009, p. 105) comentam que “ao afirmar a recategorização dos PPs em adjetivos, substantivos, preposições e advérbios, a unanimidade dos gramáticos cita a expressão *temente a Deus* como vestígio do uso verbal do PP em tempos modernos”.

Já no exemplo (06), por sua vez, o item *conforme* está seguido de oração desenvolvida. Este é o tipo de uso que evidencia que o item tem mais caráter conjuncional que preposicional, porque as preposições, na visão da gramática tradicional, introduzem orações desenvolvidas apenas se estiverem seguidas de partícula *que* ou *se*; itens que introduzem diretamente orações com verbos flexionados são conjunções.

(06)

*... mas a gente tem assim uma casa boa... que tem::... dois quarto... tem:: duas sala... tem copa... cozinha... tem dois banhe(i)ro... tem mais a lavanderia... ah:: mais uma sala de televisão... e:: tem uma varanda muito ampla **conforme** você viu:: cê:: teve aqui na minha casa e você conheceu...*

[AC 127; L. 95-99]

Vejamos os exemplos (07) a (10) que destacamos do banco de dados do Iboruna para analisarmos o elemento *segundo*.

(07)

*...á que aconteceu?... ele ia pra lá e ele nossa era muito apaixonado por ela só que ela... assim já num num era tanto/ ele muito MAIS **segundo** ela me contô(u)... ele mandava car::ta ele escrevia... manda/ éh:: gravava fita de música mandava pra e::la e tal...*

[AC-046; L.156-161]

(08)

*Inf.: Catalunha... né?... e:... e ele ele tinha cerca de quatorze anos era muito... num tinha condições... era muito pobre... e num tinha dinhe(i)ro nem pa comprá(r) a passagem do navio... então... **segundo** meu pai... ele... veio... cortando lenha... no navio... trabalhan(d)o durante toda a viagem pra podê(r)... éh::*

[AC-082; L.129-132]

(09)

*...dá(r) tudo aquilo que realmente a minha mãe me passô(u) tento passá(r) adiante... pra compensá(r) aquela dor né?... pra tirá(r) a tristeza da consciência [Doc.: aham ((concordando))] reconstruí(r) CONSstruí(r) né? minha família **segundo** a educação que minha mãe me deu... minha MãE que foi mãe e pai... e eu acho que é que é isso...*

[AC-057; L.101-104]

(10)

*Inf.: Deus me livre e o medo que nós passamo(s)... **segundo** uma professora a arma tava... é carregada [Doc.: uhum] só que a hora que que o menino falô(u) que a que o policial tava lá ele descarregô(u) e deu fim ⁶[nas bala] ⁶[Doc.: nas bala] então a hora que a policia pegô(u) só tava a arma mesmo...*

[AC-078; .66-69]

O exemplo (07), com o item seguido de oração subordinada desenvolvida, evidencia a possibilidade de o elemento estar introduzindo esse tipo de oração sem estar acompanhado de *que* ou *se*, o que não acontece com as preposições em geral. Então, Neves (2011) e Lucero (2004) acreditam que, usado dessa forma, o item funciona como conjunção. Esse uso, como dissemos, nos faz postular que houve uma etapa anterior: antes de se tornar preposição, parece que funcionava como conjunção e, depois, então, com a queda do verbo flexionado, passou a preposição. Essa hipótese nos ajuda a explicar o fato de as preposições acidentais/atípicas não aceitarem os pronomes oblíquos como complemento (SAID ALI, 1964, BECHARA, 2009, LUFT, 1986, entre outros), apenas os pronomes de primeira pessoa, haja vista que em um processo anterior à gramaticalização como preposição acidental esses itens vinham acompanhados de um sujeito, que tradicionalmente não podem receber pronomes oblíquos em seu sintagma. Além disso, Carvalho (2001 *apud* BAGNO, 2012) comenta que as preposições que ocorrem com elementos nominais, mas também introduzem uma sentença sem a necessidade da partícula *que* (*segundo*, *conforme*, *consoante*) são as menos gramaticalizadas, que estão ainda à margem do sistema de preposições canônico, e, por isso, integram tanto a classe das preposições quanto a das conjunções subordinativas.

Também nas ocorrências (08) a (10), *segundo* está acompanhado de um sintagma nominal (“meu pai”, “a educação que minha mãe me deu” e “uma professora”, respectivamente). Dessa forma, caberia perfeitamente a inserção de um verbo *dicendi*. Assim, comparando-os com a estrutura presente em (07), não há diferença semântica.

Também é notória aqui a diferença entre *segundo* e *conforme*¹³, ainda que tenham o mesmo padrão de comportamento diante dos seus possíveis complementos. Ao passo que *conforme* sutilmente recusa sintagmas nominais +concretos, não observamos para o *segundo* esse tipo de restrição, ao contrário, os exemplos exibiram tanto casos de complementos concretos quanto abstrato (p.ex. “educação” e “meu pai”).

3.2 Padrão 2 [*fora/menos* + SN/*que/se/SP*]

Conforme verificamos nos compêndios gramaticais revisados (NEVES, 2012, RIBEIRO, 1950, SAID ALI, 1964, entre outros), as preposições acidentais advêm de diversas classes, e essas diferenças de origem tomamos como critério justificador das distinções e aproximações dos itens analisados aqui. Assim, este grupo do padrão 2 é formado pelos itens *fora* e *menos*, ambos oriundos da classe dos advérbios.

Do item *fora* encontramos alto número de usos no *corpus* Iboruna. A maioria deles como advérbio, conforme destacado (11), significando lugar, denotando o contrário do que não está dentro. Em outras palavras, o item como advérbio estabelece uma relação [+concreta] do ponto de vista espacial.

(11)

... o:: rapaz vinha vin(d)o na direção dele... vinha vin(d)o pra cá... e tinha uma carro aqui atrás ((explica fazendo gestos com a mão))... então ele só tinha que jogá(r) pra lá... aí ele desviô(u) pra cá e bateu na sarjeta o carro capotô(u)... meu irmão caiu pra **fora** do ca::rro... ele::... parece que ele... voô(u) pra frente... sei lá... alguma coisa assim...

[AC-006; L. 59-62]

Observamos, entretanto, outros casos, em que *fora* foi utilizado como preposição acidental/atípica. Em geral, nas gramáticas e estudos revisados neste trabalho, a este item é atribuído o sentido de exclusividade, assim como *exceto*, *salvo* e *menos* (SAID ALI, 1964, NEVES, 2012, entre outros). Contudo, considerando os exemplos a seguir, existe uma nuance semântica entre os demais itens e *fora*, que é usado também com o sentido de “além de”, como Neves descreveu em *Guia de Usos do Português: confrontando regras e usos* (2003). Observemos os exemplos (12) e (13):

(12)

Doc.: cê podia me falá(r) aGOra assim uma outra histó::ria de uma viagem que você fe::z ou... assi::m... alguma coisa que você (queira contá(r)) **fora** essa história que você me con'[tô::(u)]¹[Inf::uhum] alguma... assim experiência lega::l que cê²[te::m]²[Doc.: uhm] cê viAja? quando cê sai de fêrias cê costuma viaJÁ(R)?...

[AC-002; L.1-5]

13 Ao leitor interessado sobre a análise de *conforme/segundo*, indicamos a leitura da dissertação de Oliveira (2018).

(13)

*...eles passa (às vez) os lugar boNIto de São Paulo... quan::do nós chegô(u) em São Paulo antes de chegá(r) no Guarujá mesmo... menina eu olhei... um/ **fora** o fedor que é lá... cheiro hoRRÍvel... aquelas fave::la umas casa que dá até me::do... eu fiquei –“gente eu num queria morá(r) aqui por nada nesse mundo”– aonde eu moro é maravilhoso...*

[AC-062, L.210-213]

Nos exemplos destacados até aqui, o complemento da preposição é sempre um SN. Não encontramos como estrutura subsequente o VN para o item *fora*.

Ressaltamos, agora, o que Neves (2012) asseverou em relação à natureza adverbial do item: é conduzido à direção prepositiva, na medida em que sofre um processo no qual passam das relações mais concretas para as mais abstratas, típico da gramaticalização. Notamos isso se comparamos o exemplo [+concreto] em (11) com os [+abstrato] em (12) e (13).

Ainda nos deparamos com alguns dados que ajudam a ilustrar essa passagem gradual do concreto para o abstrato: o uso do advérbio *fora* ligado a um sintagma nominal que não significa lugar. Nestes casos, (14) e (15), não houve passagem de classe gramatical, mas se percebe a mudança de função adverbial espacial; trata-se mesmo de uma flutuação categorial.

(14)

*Inf.: é... [Doc.: hum] porque::... éh:: o o rádio éh:: quando... tem algum fio também solto... esse fio é que normalmente atrapalha... o bom funcionamento do rádio... [Doc.: hum] e muitas vezes o o fato do rádio num está(r) funcionando... adequadamente é que a pilha já:: é está gasta já:: está assim **fora**:: de validade enfim... já está muito fraca... éh:: em relação ao rádio...*

[AC-149, L.206-210]

(15)

*...como a vida é:: BEla né?... e::... muitas coisas... se apren/ se aprendem num relacionamen::to::... numa/ numa/ a gente::... como pode explicá::(r)?... aprende várias coisas a gente:: morô(u) um tempo junto a/ se amasiô(u) então::... a gente::... pela... minha iDAde foi uma experiência muito::... muito... hum **fora** do normal pela minha idade eu nunca pensava em pará(r)/ passá(r) por isso...*

[AC-029, L. 9-13]

Heine, Claudi e Hünne Meyer (1991) advogam que a mudança metafórica respeita o *cline* de sequência de categorias conceituais (cognitivas) e é motivada pragmaticamente com o objetivo de atender a uma função na gramática. De certa feita, a partir de inferências, estão à disposição as categorias cognitivas em cadeia do tipo *pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade*, em que cada categoria é conceptualizada em termos daquela outra posicionada a sua direita, permitindo dessa forma, que elementos mais concretos (léxico) migrem para elementos mais abstratos (gramática). Wiedemer (2013, p. 118) acrescenta que:

nessa trajetória de deslizamentos de significados, as formas, progressivamente, tendo como ponto de partida a noção de espaço, passam pela noção de tempo e chegam às categorias mais abstratas como a de texto, conforme representado no *cline*: *espaço > tempo > texto*. (...) Nessa visão, a categoria espaço é considerada a mais básica da cognição humana, sendo possível pressupor que a derivação de outros significados se dê por meio da trajetória que vai do mais concreto (o espaço) para o menos concreto.

Segundo Martellota (2011), por exemplo, *por isso, então, entretanto, tanto que* são itens que seguiram um padrão de mudança por meio de um processo metafórico, em que as relações espaciais e temporais são transpostas ao discurso.

Além disso, as ocorrências (14) e (15) ilustram que o item *fora* pode ser acompanhado por um SP. Entretanto, evidencia justamente o *entrelugar* do item no processo de gramaticalização como preposição, na medida em que, inclusive, podemos substituí-lo pelo antônimo “dentro” – que denota o que está do lado interno –, mas não mais com o sentido concreto de espacialidade. Embora apresente o mesmo padrão de comportamento, *menos* difere de *fora*, não tem sentido de espacialidade e parece ser mais gramaticalizado; inclusive, os exemplos extraídos do *corpus* foram compatíveis com os achados de língua espanhola para o assunto (LUCERO, 2004).

Inserimos o exemplo (16) para ilustrar o uso do item *fora* seguido de *que*. Nesse caso, parece ter sentido de “além do mais”, “além disso”. Neves (2012b), para a preposição *afora* (preposição semanticamente semelhante à *fora*), que não localizamos no *corpus*, encontra conotação de concessão e não de adição quando seguida do elemento *que* para introduzir orações.

(16)

Inf.: é M. C.... do J. S.... [Doc.: ah] éh:: (fora que) éh::... a casa dela é aqui de frente da pracinha aqui do Renascença... e::... a casa dela tem::... umas/ éh::... num tem portão é umas corrente sabe?... tem a gara::gem... aí você entra... você entra pelo fundo vamo(s)...

[AC-104, L.112-114]

O elemento *menos*, por sua vez, como preposição foi utilizado apenas com o sentido de exclusividade. Acreditamos que, por causa de sua alta frequência (576 ocorrências), *menos* fez com que o uso de *exceto* diminuísse (duas ocorrências apenas), em virtude de poderem ser usados com sentido semelhante. Essa hipótese apenas um estudo diacrônico poderia comprovar. Observemos os exemplos.

(17)

Doc.: que que é cabeça-fria?

Inf.: cabeça-fria é assi::m cabeça num QUE:::Ima a o(u)tra pessoa... se a bola batê(r) no chão num queimô(u) e se a bola... não batê(r) no chão e batê(r) assim na mã::o no/ qualquer o/ parte do corpo menos na cabeça tá queimado...

[AC-004, L.165-168]

(18)

[Doc.: ((risos))] e:: eles pensaram que ela tava::... ten(d)o é::... tinha ba(i)xado algum santo ne::la tava... tava fazen(d)o alguma coisa **MENOS** que ela tava ten(d)o um enfarte... aí chamaram... a:: enferme::(i)ra... lá do::... da loja e a enferme(i)ra viu né?

[AC-078, L. 84-87]

(19)

éh seis é a média porque senão o bolo fica com muita banana aí num CREsce... aí coloca... mistura tudo os ingredientes **menos** as bananas éh... mistura na mão num pode usá(r) na bate(i)ra... mistura até derretê(r) toda a mante(i)ga... aí depois que misturô(u) pega ((ruído)) uma assade(i)ra...

[AC-046, L.385-388]

Em nossas buscas, não encontramos explicitamente o *menos* seguido de verbo nominal. Porém, os exemplos (17) e (18) corroboram, de certo modo, a afirmação de Lucero (2004) sobre a presença do verbo em sua forma nominal. A autora destaca dois contextos em que os elementos inter-relacionados não precisam estar presentes (embora, no geral, eles estejam explícitos na oração): quando o elemento implícito é um objeto indireto ou quando é um complemento circunstancial. Em (17) temos um elemento circunstancial (“na cabeça”) complementando a preposição acidental *menos*.

Em (18), por sua vez, a presença do verbo *pensar* – classificado, entre outras regências, como verbo transitivo indireto (LUFT, 2002, p. 398) – nos leva a entender, a partir da assertiva de Lucero (2004), que o complemento da preposição *menos* seria um objeto indireto. Entretanto, nos casos em que se tem um objeto indireto oracional, como no exemplo, a preposição usualmente é omitida.

O uso encontrado no trecho (19) é considerado prototípico da classe de preposições acidentais: um elemento ligado a outro, ambos explícitos, por meio da preposição, que tem valor semântico de exclusividade.

3.3 Padrão 3 [*durante/exceto/mediante/feito* + SN]

Passamos, então, a observar o terceiro padrão, cujos integrante só recebem como complemento o SN ligado diretamente. Foram 114 ocorrências do termo *durante* na pesquisa; sendo apenas duas ocorrências de *exceto*; uma ocorrência de *mediante*; e do item *feito* apareceram muitos exemplos, 206 casos, mas muito na condição de verbo e não preposição. De maneira geral, com exceção de *mediante*, essas preposições não apresentaram múltiplas possibilidades semânticas nos casos encontrados no banco de dados analisado.

Nos exemplos (20) a (23), *durante* tem como complemento apenas SNs, o que confirma os achados de Neves (2011) e Bagno (2012), quando afirmam que o item só se relaciona com esse

tipo estrutura. Corrobora ainda os dados de Raposo *et al.* (2013), porque não encontramos casos em que o item introduzisse uma oração desenvolvida seguida de conjunção *que*, distinguindo-se do comportamento das demais preposições marcadoras de tempo, as quais admitem essa construção, como *desde* e *até*. Bagno (2012), ao distribuir os elementos centrais, ou seja, mais gramaticalizados, do sistema de preposições, coloca *durante* à parte, isto é, em uma categoria em transição, no grupo próximo aos verbos, ao passo que *até* e *desde* estão na fronteira com advérbios. Essa diferença pode explicar a distinção de comportamento diante das opções de complemento, apesar da proximidade semântica dos elementos.

(20)

*...esse casamento ia sê(r) foi realizado numa chácara uma chácara muito bonita... uma decoração... muito bonita também tudo muito bem planeja::do... e:: ((ruído)) sabe? **durante** a festa... assim muita flo::res... e/ e deu um temporal... e derrubô(u) tudo... assim os arran::jos estragô(u) a fe::sta...*

[AC-138, L. 83-86]

(21)

*... começô(u) a namorá(r) né?... então... inclusive eu morava só eu e minha mãe... e::... minha mãe era::... era muito severa muita coisa... e ela::... eu ia namorá(r) e ela todo dia ia atrás de mi/ atrás de mim sabe? me acompanhá(r)... ixe ela dava a maior mão-de-obra... então a gente namorô(u) **durante** quatro ano né?... e depois... logo depois do::/ que a gente casô(u)... a gente teve que... morá(r) na mesma casa né?...*

[AC-133, L.5-9]

(22)

*...esse mesmo vizinho uma vez eles ia in(d)o pra/ pa Ipirá inclusive o/ o filho dele já tava doente né? o E... e **durante** o caminho... ele deu carona pa dois rapaz... eles pensava... que::... na hora assim nem imaginô(u)...*

[AC-133, L.125-128]

(23)

*...condições... era muito pobre... e num tinha dinhe(i)ro nem pa comprá(r) a passagem do navio... então... segundo meu pai... ele... veio... cortando lenha... no navio... trabalhan(d)o **durante** toda a viagem pra podê(r)... éh::...*

[AC-082, L.130-132]

Localizamos usos do item *exceto* apenas complementado por sintagma nominal. Além disso, a frequência do item é baixa. Isso pode ser explicado porque existem outros termos equivalentes mais produtivos em língua portuguesa, como o *menos*. Não nos deparamos com casos em que o *exceto* participa do sistema de transitividade, ao contrário do que prevê Lucero (2004). Vejamos os exemplos (24) e (25) extraídos do *corpus*:

(24)

*...a dama vale dois... o resto das cartas num vale mais nada... as cartas com nú::mero assim... **exceto** o três né? que o três vale dez pontos elas num valem Nada num contam ponto nenhum... então durante o jogo na verdade o objetivo...*

[AC-049, L.169-171]

(25)

*...Doc.: uhum ((concordando))... era 17[(indispensável)] 17[Inf.: por exemplo] a telefonista né?
Inf.: com.: certeza... ham... **exceto** local... pra toda chamada que você tinha... que fazê(r)... ... da cidade... na época tinha que passá(r) pa/ pela telefonista...*

[AC-117, L.107-110]

Sobre o item *mediante*, Neves (2011) afirma que ele pode ser complementado apenas por sintagma nominal. Raposo *et al.* (2013) e Lucero (2004), por sua vez, acreditam que o elemento não pode iniciar uma oração reduzida, o que também não podemos contradizer, na medida em que não encontramos esse caso no banco de dados do Iboruna.

(26)

*Inf.: ³[na PRÓpria PRÁTica] informando as informações DO próprio cliente [Doc.: hum] é alimenTAN(d)o o sistema com as informações DEle... é aí então que a gente faz a pa/ a fase final do sistema... a gente testa nele e... dependendo da situação a gente faz alguns ajustes éh:: **mediante** a situação que o sistema ficô(u)... ou incluindo alguma coisa no::va ou excluindo alguma coisa que foi criada e que num havia necessidade daquilo...*

[AC-099, L. 422-426]

No exemplo (26), a palavra *mediante* causa certa estranheza porque, no contexto, não parece ter o significado usual da palavra (“por meio de”, “com a ajuda de”), mas parece que o sentido empregado é que “de acordo com” ou sentido similar. Esse caso ilustra a forma como as mudanças podem ocorrer: se um elemento passa a ser empregado com outra função/sentido, e, se essa nova forma passa a ser rotinizada (BYBEE, 2006), ou seja, começa a ser empregada de maneira ampla pela comunidade de fala, então o item entra num processo de mudança.

Feito também foi um item com um número alto de usos no *corpus* utilizado, com maior parte deles como participio do verbo fazer. Destacamos aqui, um caso em que aparece como preposição (27):

(27)

*...Inf.: i::sso põe no fogo... MExe não põe a gema por último põe o LEIt e mistura com a gema antes de í(r) po fogo... senão cozinha a gema... [Doc.: o::lha] é... aí vai meXENdo até ele dá(r) o ponto... o ponto é::... um po(u)co antes dele despregá(r) da panela senão ele sente a consistência dele de CREme **feito** um mingau...*

[AC-076, L.277-280]

Sobre *feito*, Neves (2011) afirma ele pode ser seguido apenas de SN. Os nossos achados corroboram a constatação. O item estabelece comparação com o termo que o complementa, na linguagem popular.

3.4 Padrão 4 [*tipo* + SN/VN/*que/se/SP*]

Tipo é um item que não está previsto nas gramáticas investigadas. Nossa análise empírica nos fez pressupor que poderíamos encontrá-lo como preposição, que ele estaria se gramaticalizando. É um elemento que requer certo cuidado para análise, porque uma falta de uma atenção na possível prosódia nos leva a achar que haveria muitos mais casos do uso de *tipo* como preposição que realmente existem. Isso porque é bastante comum esse elemento ser usado como marcador discursivo¹⁴ ou modalizador do discurso.

(28)

*Inf.: aí eles saíram pra pescá(r) de noite né?... aí::... no que eles tava pescan(d)o lá né?... eles viram uma:: **tipo** de uma luz:: assim::... éh:: do o(u)tro lado do rio né?...*

[AC-015, L.233-234]

(29)

*Inf.: olha... cê pega o... primeiro vamo(s) começá(r)... tiran(d)o o arroz da vasilha onde tá... você lava ele né?... deixa bem lavadinho... e deixa ele escorren(d)o... e a/ escorren(d)o pra água... **tipo** que fica no fundo da vasilha... sai(r) po arroz ficá(r) um pouquinho mais seco... aí você... nesse meio de tempo cê co/ corta e pica a cebola bem...*

[AC-103, L.346-350]

(30)

*...aí o moleque começô(u) a tirá(r) o meu irmão... [Doc.: ham] o moleque tem trinta e um ano o moleque... já é velho né? [Doc.: éh] só que é ba(i)XInho é menor que eu... trinta e um ano vai querê(r) mexê(r) com o M.?...[Doc.: ham]... o cara bem maior que ele né?... aí começô(u) a **tipo** chamá(r) meu irmão de ruim né?...*

[AC-015, L.430-434]

(31)

*...nem jogo sal nada corto um monte de pedacinho de tomate... e coloco num prato... pra pra comê(r) junto com o miojo... daí::... hora que acaba eu ti::ro... vô(u) lá:: na pia porque eu gosto de deixá(r) um po(u)quinho de água... aí eu ti::ro um po(u)co só de água de(i)xo ele... **tipo** uma SOpa sabe? que eu de(i)xo bastante água... aí:: eu:: já já coloco o molhinho de::le... espero esfriá(r) mexo espero esfriá(r) um pouco jogo lá no prato cheio de toma::te... daí:: acabô(u)... aí eu como...*

[AC-010, L.280-285]

14 Marcadores discursivos são itens que perderam seu sentido referencial ao seguir uma trajetória unidirecional da mudança e, conseqüentemente, ao assumir funções ligadas diretamente ao ato comunicativo. Gradativamente, a cada uso, o item assume um caráter mais interativo (MARTELOTTA, 2009).

No exemplo (28), encontramos o item *tipo* seguido de um SP (“de uma luz”). Semanticamente, neste caso, o *tipo* se aproxima do “como”, parecido com “*como se fosse uma luz*”, gerando um sentido comparativo. Ademais, notamos a transição aqui da função semântica de *tipo*, que discretamente perde sua função substantiva (p. ex. tipo de papel, tipo de carro) e passa a desempenhar um papel comparativo, ou de aproximação. Aqui o item se apresenta mais conjuncional que preposicional. Notamos também nesse caso o sentido de “espécie de”, evidenciando o caráter mais lexical e menos gramatical do *tipo*.

Em (29) *tipo* está acompanhado da partícula *que*. Neste exemplo, observamos que o item semanticamente não tem muita relevância, se assemelha a uma partícula expletiva, de realce. Poderia também ser interpretado como uma função demonstrativa (“*aquela* que fica no fundo da vasilha”) ou enumerativa (“por exemplo, que fica no fundo da vasilha”). Assim, também não se percebe aí bem a característica de preposição.

Do mesmo modo que também não se encontra valor preposicional no outro caso, em que o *tipo* está acompanhado de um VN (30). Para este exemplo, chegamos a duas interpretações: o *tipo* foi introduzido para esclarecer que ação executada se assemelhou a “chamar meu irmão de ruim”; ou para modalizar o conteúdo da informação, enfraquecendo o que vai ser dito em seguida. Desconfiamos que esse caso não revele um caso de preposição atípica porque *tipo* está entre a preposição *a* e um verbo no infinito.

No exemplo (31), o item *tipo*, influenciado pela regência do verbo *deixar*, faz com que “uma sopa” tenha a função predicativa. Aqui está claro o uso do *tipo* como preposição acidental, na medida em que no SN “uma sopa” há um substantivo concreto, não exerceria naturalmente uma função predicativa, como teríamos em, por exemplo, em “deixei o menino um santo” ou “deixei minha mãe um amor”, casos com substantivos abstratos. Além disso, como veremos adiante, esse é um caso de substituição pelo *como* em que ele prototipicamente funcionaria como preposição, introduzindo um predicativo do sujeito (NEVES, 2011).

3.5 Padrão 5 [*embora* + SN/Or. Des./que/se]

O item *embora*, único integrante desse grupo, apareceu pouco como preposição no banco de dados analisado, no geral prevalece como advérbio e conjunção. Não observamos no nosso *corpus* de análise casos em que a preposição tivesse como complemento um verbo em sua forma nominal. Vejamos os exemplos:

(32)

...*aí* você desce no quintal... e tem um puxadinho c’uma:: uma pia com... uma torneira... o pé de pitanga tá coLada ali nessa... nesse puxadinho né? coberturazinha... o pé de caqui tá BEM do lado... o de jabu¹⁴[*ticaba*] ¹⁴[Doc.: (*inint.*)] do lado de cá... então o que eu gosto nesse quintal é porque ele embora pequeno ele tem muita... FRUTA e ele vira como se fosse uma CHÁcara da gente.

[AC-117, L.299-303]

(33)

*Inf.: tem... vários banhe(i)ros banhe(i)ros pa deficiente... (a gente) precisa tudo... **embora** que a gente só teve um:: aluno né? [Doc.: uhum ((concordando))] deficiente... mas... já/ já tanto no primário quanto no ginásio já tudo já... adaptado né?*

[AC-096, L.197-199]

(34)

*e o filho sofre né?... e a gente vê antigamente não passasse o que passava a mãe tava ali ao lado... junto... **embora** que ela trabalhava... se ela trabalhava na roça ela levava os filho junto com ela tava sempre ali junto... nunca deixava eles sozinhos né?*

[AC-140, L.384-386]

Em (32) percebemos mais uma vez a situação em que há elipse de um verbo. *Embora* é comumente usado como conjunção, ligando orações que tenham seu verbo flexionado, entretanto, no primeiro exemplo, o elemento está ligado a um sintagma nominal (em que caberia um verbo no subjuntivo – p. ex. “fosse”). O sentido do item, porém, permanece inalterado neste caso (“concessão”).

Como nos deparamos com o uso da locução “embora que” – (33) e (34) –, defendemos que *embora* não seja uma conjunção prototípica, bem definida, totalmente gramaticalizada. Se assim fosse, não haveria a necessidade de o usuário inserir a conjunção *que*, que só faz normalmente quando quer utilizar termo oriundo de outra classe como uma locução conjuntiva (*visto que, já que, salvo que* etc.). Como assinala Rosário (2012, p. 128), ao demonstrar que esse item pode ser intensificado pelo advérbio muito, “as enunciações desse operador, hoje, guardam marcas dos usos de onde ele provém e comprovam que seu processo de gramaticalização ainda se encontra em curso, visto que não se configurou ainda como uma conjunção *stricto sensu*”.

3.6 Padrão 6 [*como* + SN/Or. Des./VN/que/se]

Como foi o item que mais recorrente no *corpus*, com 3.054 ocorrências no *corpus* investigado – desenvolvendo as funções de preposição, advérbio, conjunção de diversos tipos etc. De acordo com Neves (2011), *como*, quando preposição, estabelece uma relação semântica circunstancial de modo, tem sentido de “na condição/qualidade de” e introduz um SN.

Dentre os variados casos, destacamos alguns exemplos para ilustrar o uso, entretanto, destes, apenas dois deles podemos classificar tipicamente como preposição (35) e (36), em que percebemos a semântica adverbial de modo e um sintagma adverbial com evidência. No primeiro, vemos o *como* introduzindo um sintagma adnominal atribuidor de qualificação; ao passo que, no segundo, a preposição acidental precede um predicativo do objeto.

(35)

*então ela pegô(u) o ônibus e foi... e:: durante esses dias que ela tava em Petrópolis... ela VIU... que tinha uma filmagem de uma novela... da Globo uma minissérie... e ela... até recebeu convite pa participá(r) **como** figurante a a minissérie era a Anita ela era era uma aluna:: uma pessoa muito bonita.*

[AC-081, L. 71-75]

(36)

*Inf:: são quatro regras básica/ básicas chegá(r) pontual né? no horário... éh:: rezá(r) ca/ é dia/ diariamente a (catena)... éh:: fazê(r) um trabalho bem definido... de tal que a:: vamo(s) dizê(r) assim a pessoa visitada veja você **como** Maria... e você veja a pessoa como Jesus né? como se fosse uma visita de:: éh de Je/ de Maria pa Jesus né?*

[AC-023, L. 359-361]

Como dissemos, porém, o *como* exerce diversas outras funções; não seria possível esgotar aqui uma pesquisa sobre o assunto, mas apresentamos a seguir mais alguns dados para ilustrar a multifuncionalidade desse item.

(37)

*Inf:: tem uma coisa muito gostosa que eu aprendi fazê(r) em Tocantins... [Doc.: hum] eu adoro... que é biju de tapioca... tem que tê(r) polvilho... doce... é tem que tá bem soltinho... você::... é molha ele com um po(u)co de água... ou mesmo leite... coloca uma frigide(i)ra no fogo... aí você vai polvilhando... é:: o biju a:: a farinha na frigide(i)ra... ela vai ficá(r) **como** uma panqueca... de(i)xa ela do(u)râ(r) um po(u)quinho ela ce vê que ela aderiu ela mesmo né? você vira... um po(u)quinho... e depois você tira do... fogo você pode espalhá::(r) que(i)jo rala::do ou você pode passá(r) simplesmente mante(i)ga e enrolá(r) **como** se fosse uma panqueca...*

[AC-084, L.194]

Em (37) temos duas vezes o uso do *como*, mas vamos dar atenção ao segundo caso. Embora tenhamos uma estrutura subsequente diferente do que prevê Neves (2011) – neste exemplo o item está precedendo uma oração introduzida por *se* –, a relação qualitativa estabelecida com o elemento posterior permanece. Entretanto, a idiosincrasia desse exemplo está justamente na relação de comparação hipotética que a presença da encaixada desencadeia, ratificada pela presença do verbo no modo subjuntivo (ROSÁRIO, 2007). Na verdade, existe concomitantemente um valor comparativo e condicional na locução conjuntiva *como se*.

Em (38), *como* receberia a classificação de conjunção subordinativa integrante pelo *Dicionário Houaiss*, de acordo com levantamento feito por Neves (2012b).

(38)

*Inf:: todos atolan(d)o... porque foi assim o carro... meio que caminhão... porque no tempo delas... os casamentos que eram feitos no povoado... depois ia po/ pro sítio ou a fazenda... num tinha **como** transportá(r) todo mundo então o que eles faziam... pegavam os caminhões... e as pessoas iam no caminhão.*

[AC-080, L.86-89]

Entretanto, essa classificação causa estranheza. Isso porque, acreditamos, não podemos levar em consideração apenas o fator sintático, na medida em que as conjunções carregam em si valores semânticos próprios. Outra leitura que podemos fazer ainda é: parece corresponder a uma construção com o verbo *ter* [auxiliar/suporte] + *como* + infinitivo.

As conjunções, como vimos, não se ligam a um VN, apenas preposições seriam capazes de cumprir essa função, haja vista que os verbos estão flexionados (geralmente subjuntivo) quando em oração ligada por conjunção. Assim, não podemos classificar o item como conjunção. O item *como* neste caso poderia ser substituído por “o modo pelo qual”, ou seja, desempenha função circunstancial de modo, então tendemos a achar que se trata de preposição acidental. Por sua vez, no exemplo (39), o *como* está seguido de uma Or. Desen., típico de conjunção, com um valor explicativo.

(39)

Inf.: **como** ela tava in(d)o viajá(r)... pra trabaLHÁ::(r) éh:: quando a policia chegô(u) ela tava meio ZONza assim porque o carro parô(u)... meio que num BArranco... mais um pouquinho o carro... capotava mas:: ela ficô::(u)... super MAL assim ficô(u) meio ton-ta.

[AC-012, L.98-101]

4. Generalização dos resultados e proposta de nova nomenclatura para as preposições acidentais/atípicas: relatores circunstanciais

A partir das análises das amostras do bando de dados Iboruna, conforme o quadro (3), encontramos seis padrões de uso: **padrão 1** [*conforme/segundo* + SN/Or. Desen.]; **padrão 2** [*fora/menos* + SN/Que, Se/SP]; **padrão 3** [*durante/exceto/mediante/feito* + SN]; **padrão 4** [*tipo* + SN/VN/Que, Se/SP]; **padrão 5** [*embora* + SN/Or. Desen./Que, Se]; e **padrão 6** [*como* + SN/Or. Desen./VN/Que, Se]. Foi possível perceber a gama de traços distintos dos itens inseridos na classe das preposições acidentais/atípicas. Em comum, eles têm apenas SN como estrutura subsequente – razão pela qual estão listados nessa categoria nas gramáticas, um critério puramente sintático. Entretanto, não há regularidade para os demais itens subsequentes. Além disso, conforme notamos na revisão das gramáticas tradicionais e descritivistas, esses manuais e estudos não dispõem critérios para classificar as preposições como acidentais/atípicas em suas análises.

Apesar de poderem ser incluídos em padrões por algum traço comum, conforme observamos nas análises empreendidas, os itens apresentam diferenças semânticas entre si. Ramos e Silva (2014) demonstram que é preciso considerar a função relacional das preposições, na medida em que elas conseguem atuar *não apenas como transpositores*, ou elementos subordinativos, mas também como *conectores textuais*. Ao mesmo tempo, elementos de outras

categorias, como *tipo, fora, como* etc., passam a exercer função relatora, evidenciando as finas fronteiras que existem entre as categorias dos nexos gramaticais.

Do ponto de vista da gramaticalização, as mudanças ocorrem de forma bastante gradual. E, na perspectiva da fluidez de classes, um item pode passar gradualmente de uma categoria a outra ou, como notamos nos casos analisados (*tipo, como, fora, segundo* etc.), pode apresentar características híbridas. Essa gradualidade demonstra que as categorias e unidades linguísticas são variáveis e formam gradientes em vez de categorias rigidamente delimitadas (BYBEE, 2013). Assim, as mudanças não acontecem subitamente de uma categoria para a outra, mas ocorrem mudanças gradativas com os itens, que fazem com que eles se aproximem e se afastem concomitantemente.

Para deixar mais claro nosso pensamento da função “relator circunstancial”, vejamos o exemplo abaixo:

(40)

Doc.: cê podia me falá(r) aGOra assim uma outra histó::ria de uma viagem que você fe::z ou... assi::m... alguma coisa que você (queira contá(r)) **fora** essa história que você me conl [tô::(u)] 1 [Inf.: uhum] alguma... assim experiência lega::l que cê 2 [te::m] 2 [Doc.: uhm] cê viAja? quando cê sai de férias cê costuma viaJÁ(R)?...

[AC-002, L.1-5]

Em (40), *fora*, na condição de transpositor, faz com que o SN “essa história” passe a ter características circunstanciais. É importante notar que, como advérbio, perdeu parte do seu caráter de espacialidade, do ponto de vista concreto, mas permanece atribuindo à estrutura subsequente o sentido de “o que não faz parte de um determinado grupo” ainda que de forma abstrata. Isso reflete o processo pelo qual está passando: gradualmente sai de uma classe a outra. Como afirma Martelotta (2011, p. 84), trata-se de “uma trajetória translinguística segundo a qual itens de valor espacial – em sua maioria dêiticos – passam a assumir função textual, podendo ou não, intermediariamente, assumir sentido temporal”. Nesse processo de transição, é possível enxergar uma natureza metafórica, haja vista que acontece “uma transferência do mundo das experiências sensorio-motoras, dos objetos visíveis, dos processos cinéticos, das relações espaciais e temporais para o mundo do discurso” (*op. cit.*).

Diante disso, nos reportamos à noção de Castilho (2010) a respeito de nexos gramaticais (em um conjunto mais amplo de conectivos subordinativos) e à assertiva de Neves (2011) e Lucero (2004) sobre o fato de as preposições acidentais/atípicas não participarem do sistema de transitividade, mas apenas exercem função adverbial. Portanto, para os itens analisados, denominados de preposições atípicas/acidentais pelas gramáticas tradicionais e por estudos descritivistas, em resumo, temos: de um lado, a função relatora caracterizada pela presença de SN na estrutura subsequente; e, por outro, a eminência do aspecto semântico-pragmático ao

se relacionarem à estrutura subsequente, a função circunstancial. Assim, diferentemente dos estudos empreendidos na área linguística, bem como as prescrições das gramáticas tradicionais, considerando a classe dos nexos gramaticais, resolvemos denominar as preposições acidentais/atípicas de “relatores circunstanciais”: “relatores” porque continuam relacionando termos/orações, desempenhando sua função de nexo gramatical, e “circunstanciais” porque, como transpositores, originam construções dessa natureza.

Considerações finais

Além dos elementos analisados, neste artigo, vale dizer também que, com base nos dados, itens de outras categorias dos nexos gramaticais podem gramaticalizar-se como relatores circunstanciais, inclusive as preposições. Podemos citar a preposição *sem* ou até mesmo o *para*, que originalmente, como preposição, desencadeia o sentido de “meta” (WIEDEMER, 2013), mas como relator circunstancial, tem a função adverbial de finalidade. Vale dizer que a pesquisa ainda é bastante embrionária; outros estudos, mais abrangentes, devem ser feitos com o objetivo de identificar que outras classes podem servir também de relatores adverbiais no português brasileiro.

Assim, coadunando com Castilho (2010) e Ramos e Silva (2014) sobre a classe dos nexos gramaticais, advogamos que existem subclasses, quais sejam: advérbios, desempenhando o papel de conectores textuais; as conjunções, exercendo a função juntiva; as preposições (espaciais ou inerentes), que estabelecem relações entre termos da oração; e relatores circunstanciais/adverbiais, que fazem relação tanto entre termos quanto entre orações, mas desencadeiam no elemento subsequente a função circunstancial, todas formando um *continuum* categorial.

Para ilustrar nosso pensamento, fornecemos nossa representação dos Nexos Gramaticais, Figura (1), abaixo.



Figura 1. Representação dos Nexos Gramaticais

Nela está representada a classe dos correlatores, objeto de estudo de Rosário (2012), juntamente com as preposições, que, segundo Castilho (2010) e Wiedemer (2013), também fazem parte dos Nexos Gramaticais, além dos advérbios, incluídos nesse grupo por Ramos e Silva (2014). Também estamos considerando integrante dos Nexos Gramaticais os conectivos textuais (SOUZA, 2009) e as conjunções, que são os elementos prototípicos desse grupo. Somado a essas classes, portanto, como outro integrante desse grupo, estamos considerando a classe dos “relatores circunstanciais”, que conforme já dissemos, são “relatores” porque continuam relacionando, desempenhando sua função denexo gramaticai, como os demais, mas especificamente sabemos que, como transpositores, originam construções circunstanciais.

Referências

- AZEVEDO FILHO, L. A. **Gramática básica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.
- AZEREDO, J. C. de. **Fundamentos da gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [2000] 2004.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.
- BARLOW, M.; KEMMER, S. (Eds.). **Usage-based models of Language**. Stanford: CSLI Publications. 2000.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 28. ed. São Paulo: Editora Nacional, [1974] 1983.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BASÍLIO, M. **Formação de classes de palavras no português do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa, 2004.
- BROCKELMANN, C. **Grundriß der vergleichenden Grammatik der semitischen Sprachen**. 2, Bde. Berlin: Reuther & Reichard, 1908-13.
- BYBEE, J. L. From usage to grammar: the mind’s response to repetition. **Language**, Washington, n. 82(4), p. 529-551, 2006.
- BYBEE, J. L. Usage-Based Theory and Exemplar Representations of Constructions. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). **The Oxford Handbook of Construction Grammar**. Oxford: Oxford University Press, p. 49-69, 2013.

- CAMACHO, R. G. A classe de palavras na perspectiva funcional. In: CAMACHO, R. G. **Classe de Palavras na Perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**: o papel da nominalização no continuum categorial. São Paulo: Editora da Unesp, p. 29-51, 2011.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- CUNHA, C. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- FORTES, F.S.; MOURA, M. Z. As fronteiras categoriais entre preposições e advérbios nas *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI): convergências entre o discurso gramatical latino e a Linguística Funcional Centrada no Uso. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 47-66, 2019.
- GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979
- GONÇALVES, S. C. L. **O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo**: relatório científico final à FAPESP. São José do Rio Preto: Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, 2007.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Proceedings of Berkeley Linguistics Society**, v. 13, p. 139-57, 1987.
- LANGACKER, R. W. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, B. (Ed.) **Topics in Cognitive Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, p. 127-161, 1988.
- LEHMANN, C. Grammaticalization of Semitic case relators. In.: OLOMO LETE, G. del (Ed.). **Proceedings of the 3rd IACS Meeting**, Turin, 3-5 out., 2008. (Aula Orientalis 29), Barcelona, 2011.
- LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**. 3. Ed. Berlin: Language Science Press (Classics in Linguistic, 1), 2015.
- LUCERO, M. V. P. Clases de partículas: preposición, conjunción y adverbio. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**, 3 vols. Espasa-Calpe, Madrid: Espanha, 1999.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.
- LUFT, C. P. **Gramática resumida**: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.
- LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência verbal**. São Paulo: Ática, 2002.

- MARTELOTTA, M. E. Gramática tradicional. In: MARTELOTTA, M. E. et al. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, [1999] 2011.
- NEVES, M. H. M. A análise funcionalista e o estabelecimento de quadros categoriais na gramática. **Revista Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2012a.
- NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola, 2012b.
- OLIVEIRA, J. O. N.; OLIVEIRA, M. R. de. O particípio presente em cartas de Bernardo de Claraval: mudanças e conservação na língua portuguesa. **Confluência**, Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 35, p. 99-127, 2009.
- OLIVEIRA, M. P. P. **Relatores Circunstanciais**: a gradualidade categorial das preposições acidentais. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, M. P. P. **Funções semântico-pragmáticas das construções conformativas oracionais**: uma análise centrada no uso. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, 2018.
- PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- POGGIO, R. M. G. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português**: uma abordagem funcionalista. Bahia: EDUFBA, 2002.
- RAMOS, M. A. B.; SILVA, C. R. Hipotaxe adverbial e gramaticalização: a função juntiva de advérbios e preposições em artigos de opinião. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)**, v. 12, n. 22, p. 80-97, 2014.
- RAPOSO, E. B. P. et al. (Coord.). **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- RIBEIRO, E. C. **Serões gramaticais ou nova gramática portuguesa**. 5. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.
- RIBEIRO, M. P. **Gramática aplicada da língua portuguesa**. 17. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2011.
- ROSÁRIO, I. C. **Aspectos Sintáticos e Semânticos do Como na Linguagem Padrão Contemporânea**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ROSÁRIO, I. C. **Expressão da Concessividade em Construções do Português do Brasil**. Tese (Doutorado em Letras). Niterói: UFF, 2012.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. Edição Ver. e Coment. por Evanildo Bechara. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SALOMÃO, M. **Polysemy, aspect and modality in Brazilian portuguese**: the case for a cognitive explanation of grammar. (Doutorado em Linguística). Graduate Division of the University of California at Berkeley, 1990.

SOUZA, E. R. F. **Gramaticalização dos itens linguísticos 'assim', 'já' e 'ai' no português brasileiro**: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Campinas: Unicamp, 2009.

TRAUGOTT, E. C; DASHER, R. B. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VOIGT, R. Die Präpositionen im Semitischen - Über Morphologisierungprozesse im Semitischen. In.: EDZARD, L.; NEKROUMI, M. (Eds.), **Tradition and innovation; norm and deviation in Arabic and Semitic linguistics**. Wiesbaden: O. Harrassowitz, p. 22-43, 1999.

WEDEMER, M. L. **Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. UNESP-São José do Rio Preto, 2013.

WIEDEMER, M. L. Para uma visão conceptual das preposições que complementam verbos de movimento no português brasileiro. **Veredas**, p. 102-122, 2014.

Estudo Paleográfico de uma Versão em Português de *Livre de Trois Virtues* (1447-1455)

Palaeographical Study of a Portuguese Version of *Livre de Trois Virtues* (1447-1455)

Antonio Ackel*

RESUMO

Este artigo apresenta a elaboração de um alfabeto de letras minúsculas, a partir de um manuscrito da língua portuguesa medieval. Para este trabalho, propõe-se uma catalogação alfabética que apresente individualização das letras e suas relações com outras escrituras de manuscritos medievais em língua portuguesa. Esta proposta consiste inicialmente em descrever características desses signos gráficos, à luz de pressupostos teórico-metodológicos da paleografia dos estudos medievais europeus. A escassez de material pertinente publicado em língua portuguesa e a abundância de possibilidades de descrição técnica e análise de elementos paleográficos levaram a proposta de se constituir de uma base de dados que sirva de fontes de pesquisa, fundamentadas em atividades práticas, para o campo da paleografia medieval da língua portuguesa. Inicia-se o estudo a partir de uma definição e especificação técnica das letras minúsculas que compõem o alfabeto do manuscrito da poetisa e escritora medieval Christina de Pizan. Datado entre 1447 e 1455, a obra é um raro manuscrito, traduzido para o português e permite compreender diversos processos evolutivos da forma dessa escrita. A partir desta proposta, pretende-se posteriormente dar continuidade à pesquisa, publicando-se também a catalogação de outros signos gráficos, como letras maiúsculas, abreviaturas, notas tironianas, a partir do mesmo manuscrito. Uma vez finalizada a decifração dos signos gráficos desse manuscrito, a pesquisa buscará ampliar seu escopo, a partir de outros documentos coetâneos. Pelo ineditismo da fonte, deseja-se mapear condições de manifestações da prática escriturária, a fim de contribuir para pesquisas de maior propósito filológico.

Palavras-chave: Paleografia; manuscritos medievais; língua portuguesa

Recebido em 10 de março de 2020

Aceito em 13 de julho de 2020

DOI: [10.18364/rc.v1i59.372](https://doi.org/10.18364/rc.v1i59.372)

*Universidade de São Paulo, antonio.ackel@usp.br, orcid.org/0000-0002-8283-4417

ABSTRACT

The article proposes a medieval paleographic album of Portuguese language handwriting manuscripts produced in the Middle Ages. The research consists of describing of graphic signs features such as module, angle, cursivity, superscriptions, special signs. The picture of possibilities is vast and for that reason we want to contribute with terminological adaptations that can be applied in medieval paleography studies. The first step into the research, is to publish this article, beginning with a paleographic classification of the small letters alphabet used in the manuscript of the medieval poet and writer, Christina de Pizan. Dated between 1447 and 1455, her work is a rare manuscript, translated into Portuguese and it presents possibilities to understand certain writings forms, abbreviations and general graphic signs as evolutionary scriptures' process. Due to an unprecedented work source, we intend to contribute to larger scope of medieval manuscripts researches.

Keywords: Palaeography; Medieval manuscripts Portuguese Language.

Introdução

Este artigo propõe o estabelecimento do alfabeto de letras minúsculas empregadas na escrita do português medieval a partir do manuscrito *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas* (1447/1455?), escrito por Christina de Pizan.

Segundo Mann (2017), Christina de Pizan, assim como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Boécio, abordou a cristandade para difundir seus pensamentos filosóficos. A defensora da aprendizagem e educação feminina do século XV teve sua obra difundida entre grande parte das mulheres da nobreza, da burguesia, do povo, ainda no fim do medievo. Do grande número de manuscritos traduzidos, que circulou e foi transmitido, infelizmente, tem-se notícia de poucas obras conservadas, especialmente daquelas traduzidas para a língua portuguesa.

Na busca pela tradição da obra apresentada, descobriram-se três versões impressas, de 1518. São citadas por Laigle (1912); Bell (1922); Pimpão (1959); Leite (2019). Soube-se também da existência de um único códice manuscrito sobrevivente, com datação de meados do século XV. Esse é o material que será utilizado neste estudo.

Na obra, *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*, a autora produziu textos sobre a cultura medieval feminina para publicar suas opiniões¹. Nesse livro, filia seus escritos aos de Boécio, que se queixava de sua dor, ao perceber que o tesouro mais precioso que alguém possuía era virtude (BOECIO, 2011). A autora interpretou-a como o mais alto valor moral da dignidade humana, assim, sentiu-se impelida a exortar a sociedade feminina sobre os prazeres mundanos. Para ela, tais ofereciam esperança e conforto falsos. Christina acreditou que a mulher medieval deveria confiar em si mesma para encontrar a virtuosidade. (MANN, 2017).

Embora seus autógrafos fossem originalmente produzidos em francês, cópias e traduções manuscritas em variadas línguas circulavam pela Europa nos séculos XV e XVI. Utilizando-se

1 Para discussões acerca de traduções de obras de escritoras medievais, v. Richard (1999); Casanova (2012); Deplange (2015, p. 70-100).

de uma tradução para o português, *Le livre de trois vertus*, disponível na Biblioteca Nacional da Espanha, sob cota MS. 11,515, este estudo propõe, no primeiro passo para a constituição de um álbum de paleografia² (nos moldes de Costa, 1976; Dias, 1987; Tarragon, 2009), descrever e analisar letras minúsculas de uma escrita gótica cursiva³ (MEDIÁVILLA, 1996), identificadas no manuscrito intitulado *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*.

O testemunho está bastante conservado e apenas o fôlio 188 f. mostra um rasgo em toda a sua lateral, o que comprometeu também o verso. Mesmo rasgado, é possível ler fragmentos do comissionamento de Isabel de Portugal, consorte do rei Afonso V, para a confecção do livro. O manuscrito apresenta uma escrita padronizada com ligaduras, adornos, notas tironianas, siglas, abreviaturas. Há letras maiúsculas iniciais que estão grafadas em vermelho e azul. A título de ilustração, a figura 1 abaixo apresenta o fôlio 3r.

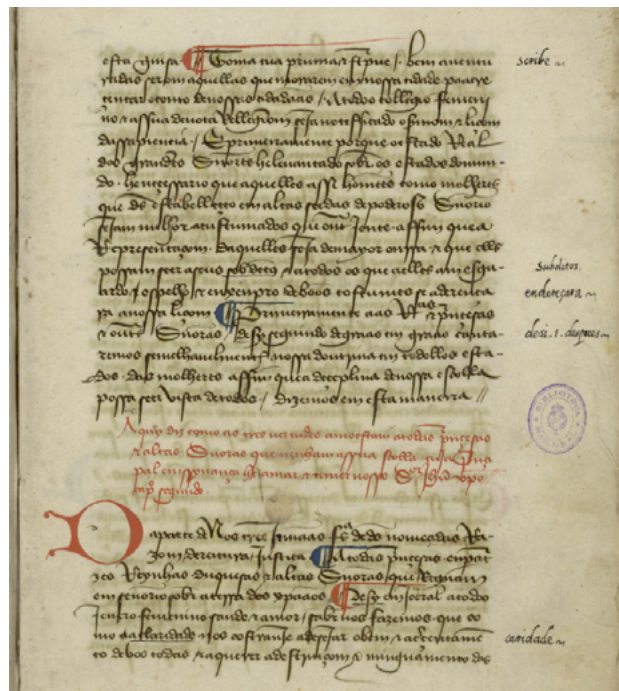


Figura 1. Fôlio 3r d'o *livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

- 2 Naturalmente que a constituição de um álbum de paleografia não será possível apenas com o exame dos signos gráficos de apenas um manuscrito. A proposta, portanto, para elaboração do material, é desenvolver os estudos iniciando-se por este documento e, uma vez estabelecida a identificação de todos os elementos paleográficos desse manuscrito, pretende-se continuar a pesquisa com outros documentos.
- 3 Apesar de a escrita deste testemunho assemelhar-se à *portuguesa híbrida* de Derolez (2006, p. 140), pelas prolongações de *f* e *s*, outros elementos, como inclinação das hastes de *b*, *h*, *k* e *l* e uma volta única para grafar o *a*, não são encontrados nesta tipologia. Ainda, outras características como prolongação de *r* ou voltas completas nas hastes de *b* e *d*, por exemplo, não foram associadas a uma tipologia medieval específica em trabalhos como Bischoff, (1990); Nuñez Crontreras, (1994); Santos, (2000); Derolez, (2006); Clemens e Graham (2007). Esses e outros elementos paleográficos serão abordados na seção pertinente.

Como exemplo de algumas letras e outros signos gráficos existentes no fôlio apresentado na figura 1, destaca-se, na figura 2, o fragmento que será observado a seguir.

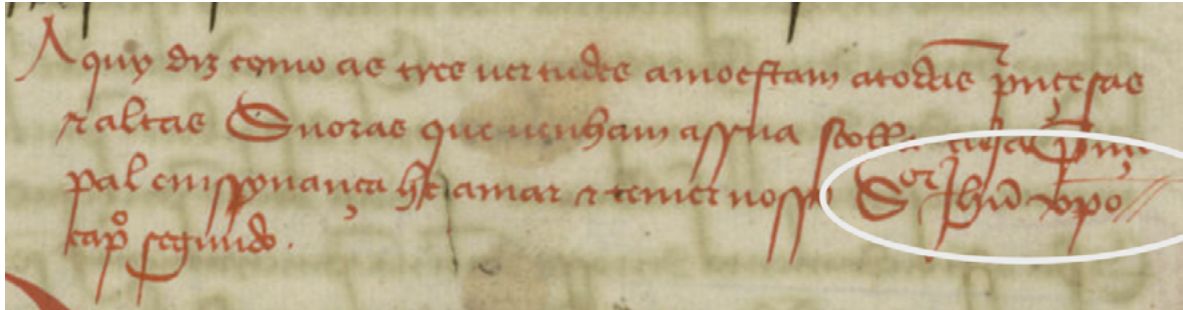


Figura 2. Destaque do fragmento correspondente a *Senhor Jesus Cristo*, existente no fôlio 3r d'o livro *das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

Do fragmento em destaque na figura 2, abaixo apresenta-se a digitalização⁴ da palavra manuscrita, que, num primeiro momento, pode ser transcrita como *S^{or} Jhu X^po* e significa *Senhor Jesus Cristo*.⁵ Na primeira palavra, observa-se uma abreviatura com a letra *S* e as letras *o* e *r* sobrescritas. Na segunda, uma sigla, composta pelas letras *J*, *h* e *u*, foi utilizada para representar o nome de Jesus, na forma hebraica יהוה, que pode ser transliterado por *Jehu*. Ainda, a terceira palavra está representada por uma forma bastante comum utilizada para indicar a palavra Χριστός, em português, *Cristo*. Inicia-se com a formação das letras gregas *X*, *ρ* e *ο* e uma nota tironiana, grafada sob forma de traço, para indicar a supressão das letras *ι*, *σ*, *τ* e *ς*.



Figura 3. Abreviaturas correspondentes a *Senhor Jesus Cristo*.

- 4 A figura 2, assim como todas as outras apresentadas, foi retirada do manuscrito utilizado neste artigo e mostra a digitalização do fragmento que foi copiado manualmente com recursos digitais. Todas as ilustrações presentes neste artigo foram elaboradas pelo autor deste artigo.
- 5 Um dos objetivos do trabalho é também refletir criticamente sobre normas de transcrição, no entanto, este artigo não abordará tais questionamentos. Aqui, a transcrição é feita para facilitar a identificação e poder compará-la com as imagens. Optou-se por transcrever todas as letras em itálico, com letras sobrescritas (quando houver); os apóstrofos substituem sinais gráficos e são inseridos nos locais de suas supressões.

Para dar conta de seu propósito, este artigo encontra-se dividido da seguinte maneira: após a introdução, faz-se um resumo sobre a vida e obra de Christina de Pizan; em seguida, apresenta-se a diretriz metodológica para elaboração do alfabeto; na sequência, a digitalização de cada uma das letras minúsculas encontradas no manuscrito, com suas respectivas descrições, compõe o alfabeto pretendido. Uma conclusão apresenta novos direcionamentos possíveis para a continuidade da elaboração de um álbum de paleografia

Este artigo baseia-se teoricamente na morfologia dos signos gráficos (MALLON, 1982; BISCHOFF, 1990; DEROLEZ, 2006). Nesse campo de estudos, algumas abordagens têm sido propostas para o exame das escrituras. Uma delas, elaborada por Knight (1998) e por nós adotada com adaptações, consiste em examinar atentamente a escrita e aplicar técnicas de análise de variadas etapas, para que se possa entender o processo de constituição de um signo gráfico. As etapas referem-se aos seguintes aspectos de escrita: a largura da ponta da pena e seu ângulo de escrita; a morfologia, a inclinação, o ductus e o módulo da letra.

Para a descrição que se pretende aqui, apresentam-se (i) o alfabeto de letras minúsculas com uma ilustração da letra (e seus alógrafos) e (ii) os resultados obtidos com a aplicação das etapas mencionadas. Como exemplo, Mundó (1981) elaborou um quadro em que cada característica paleográfica encontrada em um manuscrito sem data era comparada com características semelhantes de uma série de códices datados. Os resultados mostram-se expressivos no tocante a autoria e datações tópica e cronológica.⁶

Pela ausência de álbuns paleográficos atualizados sobre manuscritos medievais escritos em português e pelo difícil acesso a obras de autores estrangeiros, já não mais publicadas e tampouco digitalizadas, julga-se necessário propor uma sistematização de características gráficas desse período histórico que possa servir de elementos para uma descrição paleográfica.

A leitura corrente dessa tipologia de escrita fundamenta-se em sua prática, além de algum conhecimento prévio sobre a escrita medieval (MUÑOZ Y RIVERO, 1889; MEDIAVILLA, 1996; WILCOX, 2013). Justifica-se tal pesquisa pela caracterização de uma produção material histórica de um texto inédito manuscrito, produzido no fim da Idade Média, em português⁷; pela compreensão de aspectos evolutivos da forma de letras e outros signos gráficos; pelo contributo de facilitar leitura a futuras pesquisas filológicas que desejam conhecer mais documentos medievais e dela se utilizarem para seus estudos.

6 Além do método quantitativo, outro método aplicado é o qualitativo e foi desenvolvido por Bozzolo e Ornato (1984). Quando classificaram os diferentes tipos de abreviaturas, puderam identificar, pela primeira vez, normas para o uso de abreviaturas. O tipo de resultado que obtiveram mostra possibilidades de leituras e de estudos paleográficos que podem ser alcançados pela pesquisa estatística em escrituras antigas.

7 No catálogo da Biblioteca Nacional da Espanha, encontra-se a informação de que o manuscrito é uma versão diferente das obras impressas de 1518: “*Traducción portuguesa de la obra. Esta versión manuscrita difiere de la edición portuguesa de Lisboa de Germao de Campos, 1518. Fecha: entre 1447 y 1455? / Signatura: MSS.11515.*”

1. Christina de Pizan e sua obra

Nos fins da Idade Média ocidental, as mulheres ainda eram frequentemente consideradas cidadãs de segunda classe e deveriam submeter-se ao pai ou ao esposo, a menos que fossem órfãs ou viúvas. Sua imagem começa a ascender quando os cultos à Virgem Maria, associados à literatura da época, fizeram com que a mulher passasse a ser percebida como ser social. Mesmo assim, ainda deviam sempre conformar-se com as decisões patriarcais.

No entanto, houve mulheres notáveis na Idade Média que conseguiram romper com as normas da sociedade para reivindicarem uma posição de poder tradicionalmente associada aos homens. Essas mulheres eram consideradas entidades legais e sociais pela lei, aos olhos da Igreja Católica. Em quase todos os casos, as mulheres de classe alta gozavam de maiores prestígios do que as de classes mais baixas. Algumas delas influenciaram significativamente seu próprio tempo, e gerações posteriores, por meio da habilidade de agir de acordo com essa visão. Citem-se Leonor da Aquitânia (século XI); Juliana de Norwich (século XIII); Margery Kempe (século XIV)⁸.

Christina de Pizan (1364-1430), filha de Tommaso de Pizan, astrólogo da corte do Rei Carlos V, era autodidata, como a maioria das mulheres renascentistas que tinham acesso à cultura. Assim, desejou aprofundar seus conhecimentos em outros saberes, que não só os destinados à instrução religiosa. Aos 15 anos de idade, casou-se com Etienne de Castel, um notário com formação em leis e que mais tarde viria a ser promovido a secretário Real, não fosse sua morte, durante uma viagem.

Aos 25 anos de idade, Christina vê-se viúva e sem meios para sustentar a si mesma, seus três filhos e sua mãe idosa. Começou a escrever poesias (GIES, 2018).

Seus primeiros manuscritos falavam da dor e da solidão que sentia. E, ainda que retratasse uma vida solitária, sua poesia começou a ser conhecida e sua popularidade transcendeu os círculos cortesãos franceses, chegando à Inglaterra, Espanha, Portugal. Os príncipes e as princesas também leram seus poemas e sua reputação estendeu-se rapidamente. Mesmo assim, Christina rechaçou sua fama, alegando, em *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*, que esse êxito não representava recompensa por seus esforços, mas a atração do leitor pela novidade de terem sido escritos por uma mulher (LEITE, 2019).

Embora tenha sido uma grande poetisa, Christina de Pizan ficou mais conhecida por seus livros de educação e emancipação feminina. O livro, *Le trésor de la cité des dames*, é uma refutação que a autora faz às publicações misóginas de *Le Roman de Rose*, escrito pelos autores medievais Jean de Meun e Guillaume de Lorri (MARY, 1984).

8 Informações sobre a situação da mulher na Idade Média podem ser encontradas, por exemplo, em Macedo (1999); Stuard (2016).

Seu segundo livro, *Livre de trois vertues*, é um manual prático de conselhos para as mulheres cuidarem de si mesmas, suas finanças, maridos e propriedades. Essa obra alcançou grande difusão, nos parâmetros da época, na sociedade feminina e foi traduzida para vários idiomas. Até onde puderam ser pesquisadas, *Le livre de trois vertues* possui quatro versões em língua portuguesa, ainda sobreviventes e são catalogadas com as seguintes informações:

- exemplar impresso, de 1518, na Biblioteca do Palácio de Vila Viçosa (cota BDMII 50);
- exemplar, impresso em 1518, na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota Res. 404 V), a pedido da rainha dona Leonor de Viseu, mulher de dom João II. Está digitalizado e pode ser acessado em <http://purl.pt/15289>;
- exemplar impresso, de 1518, da Biblioteca Nacional da Espanha (cota R11.727), costurado junto d' *A Prymera parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal desçendem*, de João de Barros.
- exemplar manuscrito, datado entre 1447 e 1455, da Biblioteca Nacional da Espanha (cota MS. 11515), sob encomenda da rainha dona Isabel Coimbra, mulher de dom Afonso V.

É a partir desse último testemunho, que a pesquisa se inicia.

O livro *das tres vertudes a Inssiñança das damas* está organizado em três partes, a primeira tem 26 capítulos e é endereçada às rainhas, princesas duquesas e grandes senhoras; a segunda parte tem 13 capítulos e é direcionada às donzelas, em especial àquelas que andam nas cortes das grandes princesas; e a terceira parte, com 14 capítulos, está endereçada às mulheres de estado, burguesas e mulheres do povo.

No prólogo, a autora descreve a aparição de três irmãs, Razão, *Dereiteza* (Retidão) e Justiça, enviadas por Deus, com o propósito de aumentar o número de mulheres sábias e virtuosas para que pudessem habitar a Cidade das Damas (em referência à sua obra anterior), um lugar imaginário de justiça social feminina. A autora esclarece que o livro se inicia tratando das mulheres das posições mais altas, pois, por conta de sua notoriedade e respeito, poderiam influenciar suas servas e outras mulheres com que tinham contato.

De acordo com Villaverde (2019), a concepção de hierarquia social que Christina propôs era diferente do *status quo* da época. Pelos critérios da Igreja, a castidade é virtude maior, assim, todas as virgens tinham maiores vantagens sobre as casadas e as viúvas. A autora desenvolveu suas ideias à luz do cristianismo, propondo “a valorização da mulher pela educação e pela aprendizagem; a emancipação feminina enquanto ser humano; a capacidade de ocupar o próprio lugar no mundo, e não aquele determinado pelos homens” (VILLAVERDE, 2019, p. 61).

A seção seguinte apresenta as diretrizes metodológicas que orientam esta proposta de estabelecimento de um alfabeto de letras minúsculas da língua portuguesa medieval, encontrado no manuscrito de Pizan.

2. Método

Para este trabalho, propõe-se uma catalogação alfabética que apresente individualização das letras e suas relações entre variados signos gráficos existentes no manuscrito de Pizan. A perspectiva circunscreve-se no âmbito da paleografia medieval portuguesa e, além das referências feitas anteriormente, o tema também é tratado por Herculano, (1969); Sampaio (1958); Barbosa, (1991); Maués, (2001).

Ainda que as proposições dos autores sejam largamente discutidas, a delimitação deste trabalho é mais específica no tocante à prática de leitura e cópia de manuscritos, mas, mesmo assim, ampara-se teoricamente em abordagens sociais e históricas do campo paleográfico.

A definição do objeto de estudo se dá, em primeira instância, por haver pouca pesquisa semelhante, o que leva à dificuldade de obtenção de dados e resultados que possam conduzir a mais pesquisas. Vincula-se assim a ideia central de se produzirem fontes de pesquisa para estudos paleográficos. Para tanto, estruturam-se inicialmente processos que serão adotados na condução do método proposto, quais sejam:

- Comparação de semelhanças de um signo gráfico com outras referências;
- Cópia manual do signo gráfico, para que se compreendam as etapas descritas, a partir da seção 2.1;
- Digitalização e classificação do signo gráfico.

As diretrizes metodológicas que são apresentadas a seguir têm apenas objetivos práticos. Visam a fornecer elementos para uma melhor abordagem de textos medievais, possibilitando uma cuidadosa leitura paleográfica.

3. A leitura e a cópia

Ao acompanhar os traços⁹ ou ductos de uma escritura pode-se conjecturar razões que levaram o autor a grafar aquela forma. Tais possibilidades foram divulgadas pelos primeiros estudiosos da disciplina paleográfica de que se tem notícia, Mabillon e Padre Terreros, que iniciaram suas pesquisas desenvolvendo um método científico com base na identificação, descrição e repetição (PETRUCCI, 1986, p. 77). Já no fim do século XVII, a obra do monge

9 Segundo Houaiss (2001), traço é a ligação reta ou curva de dois pontos e traçado é o coletivo de traços.

beneditino Jean Mabillon (morto em 1707) é referência para a comunidade acadêmica que estuda documentos antigos. Seu propósito era fornecer um método claro e inquestionável para reconhecer a tradição documental (de originais e cópias), bem como a autenticidade e confiabilidade dos diplomas gerados desde o início da Idade Média. O método inicial proposto referia-se ao reconhecimento das formas de escrita e baseava-se na repetição de letras, ligaduras, abreviaturas, sinais especiais.

Buscando também o reconhecimento de determinadas formas de escrita, por meio da prática de cópia, este trabalho apoia-se teoricamente da mesma maneira em Blanco e Sanchez (1914), Wotzkow (1967), Noordzij (2009), com intuito de apresentar um processo manual de reiteração de características gráficas, por meio de tecnologias computacionais. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos dos autores citados, trata-se aqui de uma proposta específica de aliar técnicas manuais de escrita sobre o documento digitalizado, quer dizer, aplicar métodos de cópias manuais em suportes digitais.¹⁰

Como exemplo de suporte digital, neste trabalho utilizou-se um material eletrônico que pode ser adquirido em páginas da Internet e em casa de produtos deste segmento: a mesa *Wacom*. Na decisão de quais ferramentas seriam mais adequadas para o tipo de pesquisa a que se propôs, a prioridade foi encontrar aparelhos que pudessem responder a comandos manuais com maior velocidade de processamento, maior grau de precisão e níveis de detalhamento, como sensibilidade de pressão, capacidade de resolução, semelhança de resultados gráficos quando comparados com o documento original.

Com o material adequado, parte-se para o desenvolvimento da atividade prática, com a primeira etapa a ser elaborada, a leitura atenta e a cópia minuciosa dos elementos gráficos em questão. O treino dessas duas atividades permite desenvolver habilidades cuidadosas de observação de uma escrita. Assim, os signos gráficos tendem a resultar facilidade de reconhecimento cada vez mais frequente. O objetivo dessa etapa é o de desenvolver a competência paleográfica, ou seja, melhorar a capacidade de ler textos manuscritos por meio de uma atividade prática em que se procura entender o ato de escritura para refazer seus traços e poder penetrar na materialidade constitutiva da letra.

3.1 A forma de uso do instrumento de escrita

A escrita analisada neste artigo foi produzida com uma pena de ponta angular, um instrumento de escrita de ponta achatada que cria um conjunto consistente de marcas grossas e

10 Estudos acerca da reprodução por meios digitais vêm sendo desenvolvidos para que se compreendam mais claramente os movimentos feitos pelo punho do escriba com instrumento para composição de seu texto, como os de Strokes (2009), Ciula (2017), ACKEL (2019).

finas a depender do ângulo que é utilizado durante a produção gráfica. É preciso estar ciente de que nem todos os traços grossos fornecerão pistas sobre o ângulo usado na escrita, ou a largura da pena. A ponta da pena é flexível, assim, qualquer pressão no suporte abre as pontas da pena e libera o fluxo de tinta, produzindo um efeito semelhante de uma ponta angular.

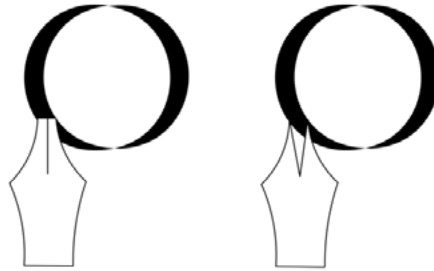


Figura 4. Círculo traçado com pena de ponta angular e círculo traçado com pena de ponta fina. Fonte: elaboração do autor.

O ângulo da pena é tão importante para a escrita quanto a largura de sua ponta. É medido pela relação entre a linha da escrita e a inclinação do instrumento. Embora existam muitos ângulos a serem considerados no processo de escrita, aqui, observaremos o ângulo de 45° , que é o que parece ter sido utilizado na produção da escrita analisada. Com fins de elucidação sobre diferença de ângulos e os resultados gráficos, a figura 5 representa três variações de angulatura da pena e a respectiva largura do traço.

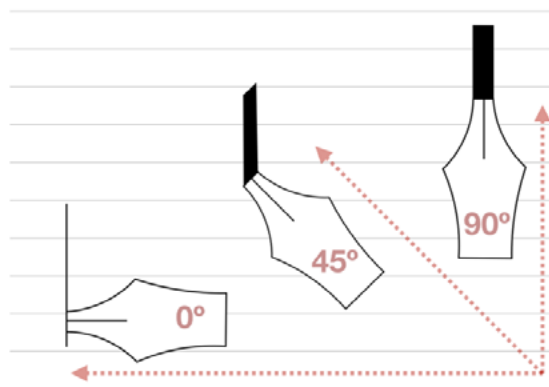


Figura 5. Três variações de ângulo da pena. Fonte: elaboração do autor.

A partir de uma avaliação do ângulo utilizado pelo escriba, pode-se avaliar o peso da escrita, ou seja, a natureza grossa ou fina dos traços constitutivos da letra. No manuscrito de

Pizan, pode-se conjecturar que o ângulo da pena que o escriba tenha usado foi entre 35° e 45°. Tal angulatura pode ser observada em todo o manuscrito e, com destaque, na figura 6, nas três palavras: *damas*, *mulheres* e *S'noras*.



Figura 6. Três palavras para avaliação do peso da escrita, existentes no manuscrito *o livro das tres vertudes a Insiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

3.2 A morfologia das letras

Nesta etapa avaliam-se os traços elementares que constituem uma determinada tipologia de escrita. Desconsideram-se aqui estruturas individuais caligráficas, ou seja, quer-se apenas reconhecer as formas clássicas de uma escrita, por meio de suas características primárias, principais.

A escrita clássica ocidental é derivada do latim. Os processos evolutivos morfológicos dos alfabetos dessa escrita, pelo menos nos dois últimos milênios, seguem a forma das letras romanas, maiúsculas e minúsculas (GOMES, 2018, p. 287).

Para fins de elucidação sobre os traços elementares de uma tipologia de escrita, propõe-se apresentar inicialmente uma tipologia de escrita gótica.

Dada a gradual natureza de transição da letra carolíngia para gótica, torna-se impossível fixar uma data para seu estabelecimento, no entanto, sabe-se que, na Inglaterra, França, Países Baixos, o pleno desenvolvimento da escrita gótica tenha se dado, provavelmente, nos fins do século XII, enquanto a Itália, Península Ibérica, Alemanha, a gótica tenha se estabelecido durante o século XIII. Como modelo de gótica, apresenta-se a *Textualis*, que permaneceu intacta e é geralmente considerada uma gótica “por excelência” (DEROLEZ, 2006).



Figura 6. Exemplo de letra *Textualis* utilizada na palavra *foliū*, encontrada no manuscrito *Psalterium*. (Fonte: Corpus Christi College, MS53f. 194b)

A constante e enfática regularidade no tamanho de cada traço é uma das características básicas da letra gótica. Seus traços são pesados, limitados e verticais, apresentam hastes curtas e suas curvas são angulares. A partir do topo das letras, em direção descendente, a letra é traçada com regularidade no ângulo da pena, neste caso, por volta de 35°. Os traços pesados que se destacam representam uma característica básica nessa tipologia de escrita. Esse tipo de escrita segue o eixo vertical para ser produzida.

Na figura 6, a palavra *foliū*, retirada de *Psalterium* (1304-1321),¹¹ apresenta hastes como a de *l* ascendente, sem volta. O topo das letras é reto ou caracterizado por um pequeno traço em direção à esquerda, como no caso também de *l*. As letras *f* e *s* não possuem cauda. O traço horizontal grafado sobre o *u* é um sinal de nasalização, podendo levar à transcrição *folium*.

De acordo com Petrucci (1967) e Cencetti (1997), os manuscritos do humanista Petrarca (século XIV) mostram variados traços de modernidade para sua época que o fazem ser considerado pioneiro na evolução da letra gótica, desta forma, estaria diretamente ligado à criação da letra humanística.

Desde o século XIII, uma série de escritas para livros foram desenvolvidas, que logo vieram a substituir a *Textualis*. Foram criadas a partir da grande demanda na produção de livros, assim, desenvolveram-se habilidades caligráficas humanísticas que permitiram maior rapidez e, conseqüentemente, menor custo. Circunscrita nesse contexto administrativo e comercial, a letra humanística se estabelece e dela advém a letra cursiva, que se apresenta como exemplo de diferença entre a morfologia das letras.

A característica essencialmente determinante que permite reconhecimento de uma letra humanística é arredondamento de suas voltas, em oposição às voltas angulares da letra anterior. Além disso, apresenta-se como uma escrita mais espaçada, com extensões exageradas nas hastes e caudas. Esse tipo de escrita segue o eixo horizontal para sua composição. Características como essas foram determinadas pela necessidade de se tornar o ofício da escrita mais rápido, dessa maneira, uma variedade de humanísticas foram criadas.

Cursividade é a habilidade que o escriba desenvolve ao ligar os traços para a composição de letras e palavras. Esta habilidade pode estar vinculada a dois fatores preponderantes, o primeiro é, como se disse anteriormente, a necessidade de acelerar o processo de escrita; o segundo fator é o interesse pela arte caligráfica (MUZERELLE, 2013) manifestado pela redução da velocidade de escrita, na busca de uma escrita mais formal. As duas imagens, na figura 7, ilustram exemplos de *d*'s.

11 O manuscrito *Psalterium* pode ser consultado em Corpus Christi College, MS53f. 194b (*apud* DEROLEZ, 2006, p. 245)



Figura 7. Dois tipos de traçado para constituição da nota tironiana *D's* (Deus), existentes no manuscrito *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

A partir de uma comparação entre os signos gráficos acima, conhecidos como notas tironianas, pode-se observar que a primeira é composta de dois traçados: um para formação das letras *D* e *s* e um outro sobre as duas letras, indicando a supressão de *e* e *u*¹². *A outra nota é composta de vários traços para a formação das duas letras, d e s e um traço de supressão.*

Uma particularidade encontrada na escrita do manuscrito de Pizan, provavelmente a que tenha levado a cabo a ideia de se propor o álbum de paleografia, trata da junção de algumas características de escrita gótica com de escrita humanística. Tal particularidade pertence às escritas híbridas, neste caso, a *Cursiva currens*, e exhibe traços angulosos e arredondados ao mesmo tempo, especialmente nas hastes e nas caudas, como se pode observar na figura 8, as hastes das letras *b*, *l* e *d*, na palavra *pussibillidade* (possibilidade) e caudas e de *g* e *h* em *giolhos* (joelhos).



Figura 8. Palavras *pussibillidade* e *giolhos*, existentes no manuscrito *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

3.3 A inclinação da letra

A inclinação da letra é a direção e acentuação que os traços seguem, a partir da verticalidade de um ângulo de 90°. Como ilustração, na figura 9, abaixo, pode-se observar na escrita cursiva do século XVII, uma inclinação bastante acentuada para direita, especialmente na letra maiúscula *I*, na haste de *t* e nas caudas das duas letras *s*, da palavra *Instrucçoens*, retirada do manuscrito 135-007, da coleção Alberto Lamego disponível no Instituto de Estudos Brasileiros.

12 Aqui nos deteremos apenas na cursividade da escrita. Outros detalhes, como *ductus* ou ordem dos traços para composição de letras e seus alógrafos, serão tratados na seção do alfabeto proposto.

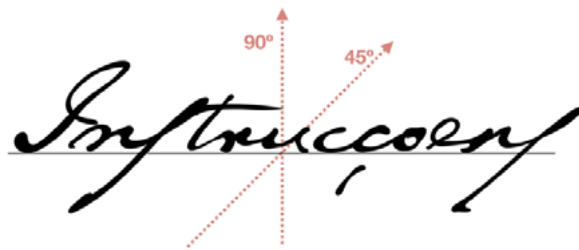


Figura 8. Palavra *Instruções* com escrita inclinada à direita, encontrada no do manuscrito 135-007, da coleção Alberto Lamego. (Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros.)

3.4 O *ductus* da letra

A ordem de sucessão e o sentido de execução dos traços que compõem cada uma das letras são conhecidos como *ductus*. É possível, ao se estudar uma escritura, acompanhar o processo de constituição de um signo gráfico. Por exemplo, na figura 9, abaixo, pode-se observar que a primeira letra *d* foi executada com apenas um traçado único, sem que o escriba tenha tirado a pena do papel, e a segunda letra *d* foi produzida com dois traços. Ao lado de cada letra digitalizada, há um pontilhado que corresponde ao(s) traço(s) e aos movimentos que o escriba fez. A direção das setas indica o sentido dos traços.



Figura 9. Comparação de *ductus* em duas formas da letra *d*, existentes no manuscrito *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

3.5 O módulo da letra

Uma letra é formada por um corpo que pode vir adicionado de uma haste ou de uma cauda. A partir dessa composição, a letra indica seu módulo, ou seja, a relação entre sua largura e altura. No caso do manuscrito apresentado, como se pôde observar na figura 1, a escrita possui um módulo regular, pequeno com destaque para hastes, caudas e sinais especiais. Para que se possa ver mais claramente o módulo e a uniformidade de escrita do manuscrito, abaixo, na figura 10, apresenta-se a digitalização de um fragmento em que se pode ler *o livro das três vertudes*.



Figura 10. Digitalização do fragmento *o livro das três virtudes*, encontrado no manuscrito *o livro das três virtudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

3.6 Variantes alográficas

Alógrafo é a variação da forma de um signo gráfico. O escriba, ao elaborar seu texto, pode escrever um determinado signo de uma maneira ou de outra. A partir de uma análise mais criteriosa que não será discutida, dada a limitação que este artigo coloca, pode-se observar que a escolha de uma determinada forma se dá, em alguns casos, em função da facilidade de se ligar um signo gráfico a outro. De qualquer modo, o que se apresenta abaixo, na figura 11, é o alógrafo de *s*, na preposição *das*, ou seja, a mesma palavra com duas formas de se escrever *s*.



Figura 11. Alógrafos de *s* na palavra *das*, existentes no manuscrito *o livro das três virtudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

4. Alfabeto de letras minúsculas d'*O livro das três virtudes a Inssiñança das damas*

Para se proceder com a decifração de todos os caracteres manuscritos em um documento, é prática fundamental a identificação e ordenação de cada um dos signos gráficos e suas variantes alógrafas. A escolha de um exemplar que pudesse representar todas as letras semelhantes para se constituir o alfabeto desse manuscrito se deu em função do seu caráter de identificação fácil e da harmonia de sua forma com relação às outras do alfabeto.

Há muitas letras no decorrer do texto que são irregulares, que não apresentam todos os traços ou que estão grafadas de maneira incorreta, dessa forma, buscou-se mostrar somente aquelas que pudessem servir de modelo de identificação e comparação com todas as outras do manuscrito. Nesta seção também, serão mostradas as letras que diferenciam sua morfologia por estarem em determinada posição na palavra (início, meio ou fim). Por exemplo, um *s* sigmático (explicado em sua seção), nesse manuscrito, só é grafado quando em posição final de uma palavra, como mostrado na figura 11, acima, por exemplo. Desta forma, todas as letras serão comentadas, respectivamente.

Durante a análise das características de um fragmento descrito nesse corpúsculo, teve-se a preocupação de tentar reconstruir o seu traçado, quer dizer, entender o percurso que a mão do escriba fez com o instrumento e que resultou em determinada forma. Com isso, todos os exemplos deste trabalho mostram o mesmo método: o de retrazar os movimentos do autor, utilizando técnicas computacionais, sobre a imagem digitalizada do documento. O resultado desse processo é uma cópia bastante aproximada da letra manuscrita como se mostra a seguir. E, da mesma forma que na seção 3.4, ao lado de cada letra digitalizada, há um pontilhado que corresponde ao(s) traço(s), movimentos e uma proposta de ordem da qual o escriba teria se utilizado para grafar. A direção das setas indica também uma proposta para o sentido dos traços. Todas as conjecturações de traçado, sentidos e ordens são amparadas teoricamente em Bischoff (1990) e Derolez (2006).

Abaixo inicia-se a descrição de cada uma das letras que compõem o alfabeto proposto neste artigo.

A letra *a* como se pode ver na figura 12¹³, abaixo, é composta por dois traçados, o primeiro forma sua base, em direção descendente para esquerda, com duas quebras e finalização à direita. O segundo traço, finaliza a letra com uma quebra, a partir do início do primeiro traço, também descendente, fechando o arco anterior em direção à direita. Esta letra não apresenta alógrafos.



Figura 12. Letra *a*.

A letra *b* apresenta alógrafos. Ambos compostos por apenas um traçado. A diferença está no corpo. Enquanto, na primeira imagem da figura 13, abaixo, a letra faz uma quebra na haste e inicia o corpo, fazendo uma volta, por cima, em quatro movimentos, retornando ao ponto da quebra, a segunda letra, digitalizada na mesma figura, faz uma volta também para a direita, mas em direção oposta, ou seja, por baixo. Em qualquer dos casos, o escriba parece não fazer distinção quanto à posição da letra na palavra, para grafar as variações alógrafas.

13 As figuras de 12 a 35, foram elaboradas a partir de imagens retiradas no manuscrito *o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas*. (Fonte: <http://bne.es>)

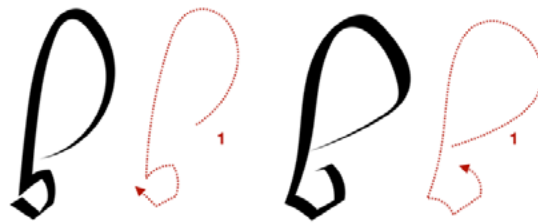


Figura 13. Alógrafos de *b*.

A letra *c* não apresenta alógrafos. Como é possível observar abaixo, na figura 14, essa letra é composta por um traçado inicial, de cima para baixo com duas quebras à direita e um traço, a partir do início do primeiro, também à direita.



Figura 14. Letra *c*.

A letra *d* apresenta alógrafos. O primeiro exemplo mostra, na figura 15, abaixo, um traçado com três movimentos, o segundo mostra letra formada por dois traçados, um angular para o corpo e outro curvo para a haste. O primeiro exemplo foi o mais encontrado em todo o texto, não havendo diferença de sua morfologia, a partir de sua posição na palavra.



Figura 15. Letra *d*.

A letra *e* não apresenta alógrafos. Na figura 16, é possível observar que essa letra assemelha-se à letra *c*. É formada por dois traços, o primeiro em movimento descendente, curvo à direita e o segundo parte do mesmo ponto do primeiro, mas em menor escala, na parte superior do corpo.



Figura 16. Letra *e*.

A letra *f* não apresenta alógrafos. No entanto, apresenta sentido diferente em seus traços, a partir da letra anterior. Como se pode ver na figura 17, a primeira imagem é composta de um traço que se inicia no alto, fazendo uma curva descendente para esquerda, terminando em cauda reta e um segundo traço que cruza o primeiro. Quando em posição medial, ligada a uma letra anterior, pode ter o movimento contrário, iniciando-se de baixo para cima, como se pode observar na segunda ilustração da mesma figura 17.

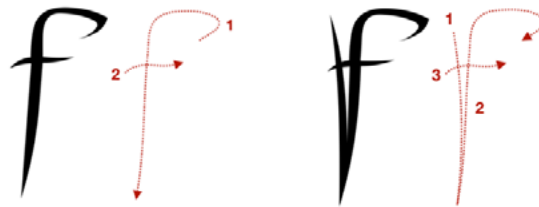


Figura 17. Letra *f*.

A letra *g* não apresenta alógrafos. É composta inicialmente por um traçado com uma quebra, à direita, formando parte do corpo da letra, o segundo representa a cauda, em movimento descendente, à esquerda e o terceiro traço é horizontal, feito da esquerda para a direita, finalizando a letra, como se pode ver na figura 18. Como uma característica de cursividade, é possível que o segundo e o terceiro traço se unam, formando um traçado curvo, único, como mostrado no segundo exemplo da mesma figura 18.

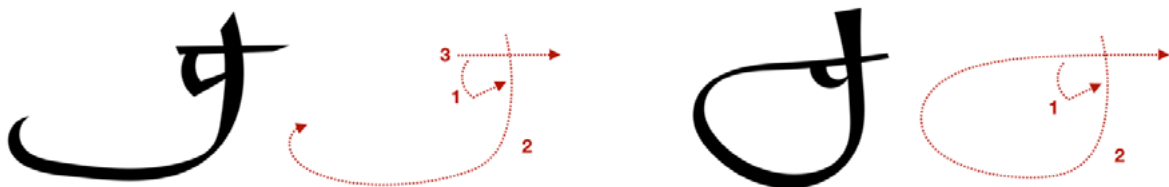


Figura 18. Letra *g*.

A letra *h* não apresenta alógrafos, mas uma variação em sua finalização, como a letra *g*, mostrada anteriormente. No primeiro exemplo da figura 19, pode-se observar que a letra é composta por um traçado que forma sua haste com uma curva à esquerda e parte do seu corpo, com uma quebra em movimento ascendente e o segundo traçado é a finalização da letra com um traço curvo e descendente. No segundo exemplo da mesma figura, pode-se perceber um traçado contínuo, curvo, com finalização ornamentada, semelhante a uma cauda.



Figura 19. Letra *h*.

A letra *i* não possui alógrafos. É composta por traçado com duas quebras. O primeiro e o terceiro movimento servem para fazer ligações entre as letras adjacentes, e o segundo movimento forma seu corpo central, como se pode ver nas figuras 20.



Figura 20. Letra *i*.

A letra *j* não possui alógrafos e é uma letra com bastante destaque no texto. Formada por um grande traçado, inicia-se da esquerda para a direita, acima da linha da escrita, segue em sentido descendente, formando uma cauda, como se pode observar na figura 21.



Figura 21. Letra *j*.

A letra *l* não apresenta alógrafos. É formada por um único traçado. O primeiro movimento é ascendente, curvo, à esquerda e forma sua haste, o segundo e o terceiro são retos e finalizam a letra, em direção à direita, como se pode ver na figura 22.



Figura 22. Letra *l*.

A letra *m* não apresenta alógrafos, é composta por único traçado que forma uma sequência de seis movimentos ascendentes e descendentes, com se pode observar na figura 23.



Figura 23. Letra *m*.

A letra *n* não apresenta alógrafos e, assim como a letra anterior, *m*, é composta por um traçado de movimentos ascendentes e descendentes. A diferença é que possui um movimento a menos, quando comparada à *m*.



Figura 24. Letra *n*.

A letra *o* não apresenta alógrafos e é composta por um traço curvo, anti-horário, formando um círculo.



Figura 25. Letra *o*.

A letra *p* não apresenta alógrafos. É composta por um traçado inicial descendente que forma sua cauda. O segundo traçado é composto por três traços, que formam seu corpo, em direção à esquerda, como mostra o exemplo da figura 26.

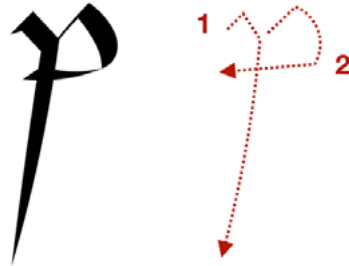


Figura 26. Letra *p*.

A letra *q* não apresenta alógrafos. É formada inicialmente por um traçado curvo, descendente, que forma seu corpo e outro traçado descendente que forma sua cauda, como se pode observar na figura 27.

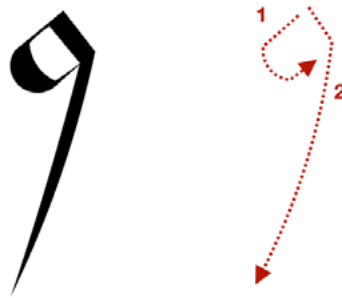


Figura 27. Letra *q*.

A letra *r* possui alógrafos, todos compostos por um traçado apenas, como se pode observar na figura 28. O primeiro exemplo mostra o modelo conhecido como ‘quadrado’, composto por uma sequência de cinco traços. O segundo modelo é chamado de ‘martelo’, composto de uma sequência de dois traços e o terceiro é o *r* caudal, por apresentar uma extensão, semelhante à cauda encontrada em outras letras (MILLARES CARLO, 1929).

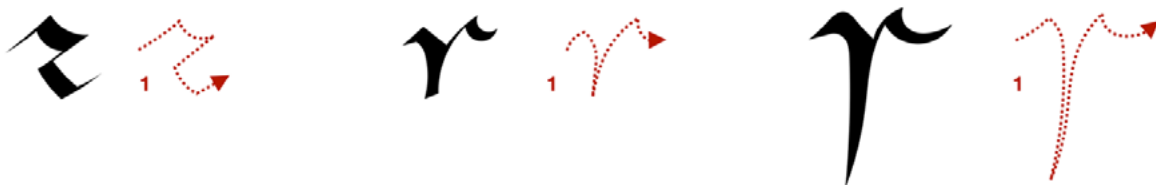


Figura 28. Alógrafos de *r*.

A letra *s* também apresenta alógrafos. O primeiro exemplo é conhecido como ‘caudal’ e é composto por um traçado que se alonga em direção descendente, formando uma cauda. Este alógrafo não foi encontrado em posição final de palavras, apenas em posição inicial e do meio. O segundo exemplo é composto por três traços e foi encontrado apenas no fim das palavras. Semelhante às letras *c* e *e*, difere-se pelo terceiro traço, unido ao segundo, em direção à direita. O terceiro exemplo da figura 29 é conhecido como ‘sigmático’ pois assemelha-se à letra grega σ (MILLARES CARLO, 1929). Este modelo de alógrafo só foi encontrado no fim das palavras.

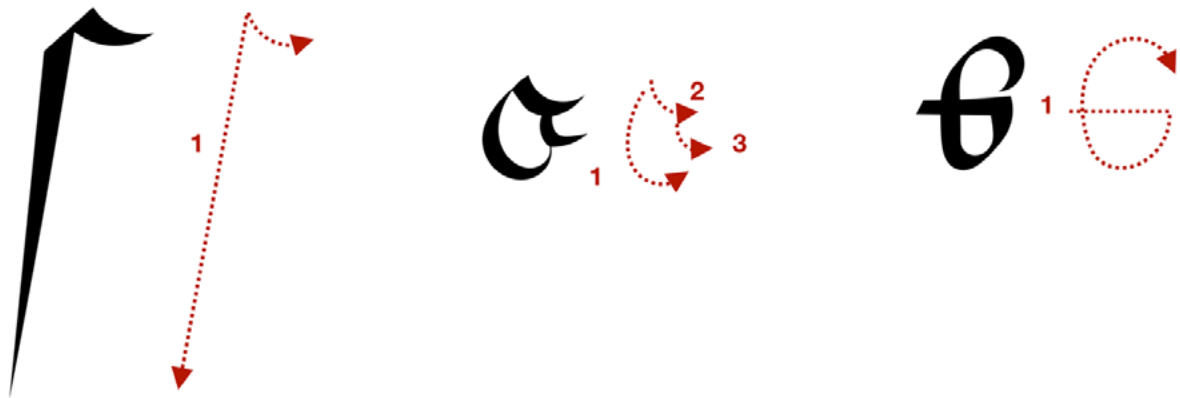


Figura 29. Alógrafos de *s*.

A letra *t*, diferentemente da que grafamos atualmente, não apresenta haste. É composta por um pequeno traço, em direção descendente, com pequena curva à direita e um segundo traço que corta o primeiro, também em direção à direita.



Figura 30. Letra *t*.

A letra *u* não apresenta alógrafos e possui uma sequência de traços semelhante à letra *n*. A diferença está na forma arredondada do segundo e terceiro traços, como se pode observar na figura 31, abaixo.



Figura 31. Letra *u*.

A letra *v* não possui alógrafos. Como se observa na figura 32, a letra destaca-se por sua haste inclinada à esquerda, com direção descendente, à direita. É finalizada com um terceiro traço arredondado, com direção à direita.



Figura 32. Letra *v*.

A letra *x* não apresenta alógrafos. É composta inicialmente por um traço diagonal, descendente, à direita e um traçado, composto de três movimentos que cruzam a letra. O terceiro movimento apresenta extensão descendente, mas não é considerado como uma cauda, como se pode observar na figura 33, abaixo.



Figura 33. Letra *x*.

A letra *y* não apresenta alógrafos. Seus traços assemelham-se à letra anterior, *x*, mas a diferença é que a letra não apresenta o cruzamento entre os traços e seu último movimento apresenta alongamento do traço, formando uma longa cauda que se destaca no texto, conforme mostra ilustração na figura 34.

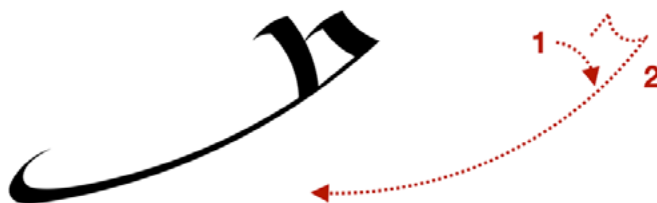


Figura 34. Letra *y*.

A letra *z* não apresenta alógrafos. É composta por um traçado de quatro movimentos descendentes. Os primeiros três traços, como se observam na figura 35, apresentam duas quebras. O segundo traço apresenta direção à direita e o terceiro traço, partir da segunda quebra, apresenta movimento contrário, à esquerda. O quarto traço é arredondado, formando uma pequena cauda, em direção também à esquerda.



Figura 35. Letra *z*.

Considerações finais

Neste artigo apresentou-se uma proposta de estabelecimento do alfabeto de letras minúsculas empregadas no manuscrito o livro das tres vertudes a Inssiñança das damas (1447/1455?), escrito por Christina de Pizan. Para tanto, buscou-se fidedignidade na cópia das formas caligráficas, por meio de técnicas computacionais sobre a imagem digitalizada do documento. Correspondente a cada letra digitalizada, apresentou-se também um pontilhado que sugere a quantidade de traços, a sequência de movimentos, a ordem e o sentido dos traços possivelmente utilizados para a constituição da grafia desse manuscrito. Todas as conjecturações de traçado, sentidos e ordens foram baseadas teoricamente em Millares Carlo (1929), Bischoff (1990), Derolez (2006).

Como resultado, obteve-se uma proposta de identificação, catalogação e descrição de todas as letras minúsculas e seus alógrafos encontrados no manuscrito.

Dado o ineditismo da fonte, buscou-se em primeiro lugar, contribuir para o campo dos estudos paleográficos. A partir deste artigo, pretende-se dar continuidade à pesquisa, publicando-se também a catalogação de outros signos gráficos, como letras maiúsculas, abreviaturas, notas tironianas, a partir do mesmo manuscrito. Uma vez finalizada a decifração dos signos gráficos desse manuscrito, a pesquisa buscará ampliar seu escopo, a partir de outros documentos coetâneos.

Referências

ACKEL, A. **Cartas pessoais de pacientes do Sanatório Pinel (1929-1944):** um estudo filológico. 2019. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2020.tde-20022020-165247. Acesso em: 2020-02-25.

- BARBOSA, P. **Documentos, lugares e homens**: estudos de história medieval. Lisboa: Cosmos, 1991.
- BELL, A. **Portuguese Literature**. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- BISCHOFF, B. **Latin Palaeography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BLANCO Y SÁNCHEZ, R. **Arte de la escritura y de la caligrafía: teoría y práctica**, Madrid: Edición de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1914.
- BOECIO. **Consolação da Filosofia**. Tradução de Luís Manuel Gaspar Cerqueira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- BROWN, M. **The British Library guide to writing and scripts**. London: British Library, 1998.
- BOZZOLO, D.; ORNATO, E. Les abréviations dans les livres liturgiques du X^e siècle: pratique et théorie. In *Actas*, n. 14, 1984, p-17-27.
- CENCETTI, G. **Lineamenti di storia della scrittura latina**. Limena: Pàtron, 1997.
- CLEMENS, R.; GRAHAM, T. **Introduction to manuscript studies**. London: Cornell University Press, 2007.
- COLOMERA Y RODRÍGUEZ, V. **Paleografía castellana**. Valladolid: Maxtor, 2002
- COSTA, A. **Os mais antigos documentos escritos em português**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1992.
- COSTA, A. **Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976.
- DEROLEZ, A. **The Palaeography of Gothic Manuscript Books: From the Twelfth to the Early Sixteenth Century**: Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- DEPLANGE, L. Tradução de textos medievais de autoria feminina: ponte necessária para repensar a Idade Média. In KARMITA R. FONTES. L. **Mulher e Literatura**: vozes consequentes. Florianópolis: Mulheres, p. 71-100, 2015.
- DIAS, J. J. A.; MARQUES, A. H. O.; RODRIGUES, T. **Álbum de Paleografia**. Lisboa: Estampa, 1987.
- DUBY, G. **Histoire de la vie privée**. Tome II. Se l'Europe féodale à la Renaissance. Paris: Seuil, 1999
- GIES, F. **Women in Middle Ages**. New York: Harper perennial 1991.
- GILISSEN, L. **L'expertise des écritures medievales**: Recherche d'une methode avec application a un manuscrit du XI^e siecle. Codex Bruxellensis 18018. Paris: Story-Scientia, 1973.
- GOMES, S. Paleografia: passado e presente. In LOSE, A. SOUZA, A. **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, p. 286-293, 2018.

HERCULANO, A. (Org.). **Portugaliae monumenta historica scriptores**. Edição fac-similar. Lisboa: Typis Academicis, 1969.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KNIGHT, J. **Historical Scripts from Classical Times to the Renaissance**. New York: Oak Knoll Press: 1998.

LAIGLE, M. **Les des trois vertus: son milieu historique et littéraire**. Paris: Champion, 1912.

LEITE, L. **Edição semidipomática do livro “O espelho de Cristina”** [tese de doutorado] Universidade de São Paulo, 2019.

MACEDO, J. R. **A mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 1999.

MACHADO FILHO, A. V. L. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004.

MALLON, J. **De l'écriture**: Recueil d'études publiées de 1937 à 1981. Paris: Editions du centre national de la recherche scientifique, 1982.

MANN, V. **Christine de Pizan: Medieval Philosopher**. [dissertação de mestrado] University of Indiana, 2017.

MARY, A. **Le Roman de Rose**. Paris: folio, 1984.

MAUÉS, F. As ensinanças do livro do cavalgar. In: MONGELLI, L. M. (Org.). **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEDIAVILLA, **Calligraphie**. Paris: Impremiérie Nationale, 1996.

MILLARES CARLO, A. **Paleografía española**. Buenos Aires: Labor, 1929.

MUNDÓ, A. M. Méthode comparative-statistique pour la datation des manuscrits non datés. In **Paläographie**, p. 53-58, 1981.

MUÑOZ Y RIVERO, J. **Manual de paleografía diplomática española de los siglos XII al XVII**. Madrid: Librería de la Sra. Viuda de Hernando y Compañía, 1889.

MUZERELLE, D. Jeux d'angles et jeux de plume. Retour sur l'hypothèse du biseutage de la plume. In **Gazette du livre Médiéval**, n. 60, p. 27-54, 2013.

NOORDZIJ, G. **El trazo: teoría de la escritura**, Valencia, Campgráfic, 2009.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. **Manual de paleografía**. Madrid: Cátedra, 1994.

PETRUCCI, A. **La scrittura di Francesco Petrarca**. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1967.

PETRUCCI, A. (1986) **La scrittura. Ideologia e rappresentazione**. Milano: Einaudi.

PIMPÃO, A J. C. **História da Literatura Portuguesa: Idade Média**. Coimbra, 1959.

REIS, R. Cânon. In JOBIM, J. L. **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SAMPAIO, A. F. **História da literatura portuguesa ilustrada**. Lisboa: Livrarias Aillaud Bertrand, 1958.

SANTOS, M. J. A. **Ler e compreender a escrita na Idade Média**. Lisboa: Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

SMITH, N. D. Plato and Aristotle on the Nature of Women. **Journal of the History of Philosophy**. 21. Vol 4. p. 467–478, 1983.

STROKES, P. Computer-Aided Palaeography, Present and Future. In HERHBEIN, P. **Kodikologie und Paläographie im Digitalen Zeitalter: Codicology and Palaeography in the Digital Age**. Norderstedt: Books on Demand. p. 309–338, 2009. Disponível em <http://kups.ub.uni-koeln.de/2978/> - último acesso 25 de fevereiro de 2020.

STUARD, S. M. **Woman in Medieval Society**. Philadelphia: University of Pensilvania Press: 1976.

TARRAGON, R. **Lire les ecritures Anciennes: Xve au XVIIIe siècle**. Paris: Vendome, 2009.

THOMPSON, F. C. **Bíblia Thompson**. Tradução de João Ferreira de Almeida, 2011.

VILLAVERDE, A. S. **Cristina de Pizan, uma inovadora em el mundo medieval**. [Tese de Doutorado] Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2015.

WILCOX, J. **Scraped, Stroked, and Bound: Materially Engaged Readings of Medieval Manuscripts**. Utrecht: Brespols, 2013.

WOTZKOW, H. **The art of handwriting**. New York: Dover Publications, 1967.

WILLARD, C. C. **Christine de Pizan: Her Life and Works**. New York: Persea, 1982.

A Gramática Filosófica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783)¹

The Philosophical Grammar by Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783)

Lívia de Melo*

RESUMO

A proposta deste artigo é demonstrar as ideias linguísticas e pedagógicas presentes na *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1783), de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (ca.1736-post.1787), a partir de uma leitura crítica desta obra e da análise de outros estudiosos que já se empenharam em estudá-la. A *Grammatica* é dividida em três partes, de acordo com as partes da oração, conforme suas funções na frase. Estas partes são subdivididas em capítulos. O autor utiliza a nomenclatura casual para descrever os termos da oração. Sua preocupação ao compor a gramática era oferecer aos leitores um material inédito que pudesse apresentar de maneira inovadora as leis que regem a língua portuguesa, pois acreditava que uma comunicação clara, precisa e sem erros somente seria possível através do conhecimento dessas leis. Atento seguidor das ideias racionalistas de *Port-Royal* e do movimento iluminista, acreditava também na existência de uma gramática universal. Embora tenha sido um grande erudito das línguas clássicas e da língua materna, teve sua obra menosprezada pelos estudiosos de sua época, não atingindo, portanto, seus ideais de proporcionar clareza na comunicação.

Palavras-chave: Gramática Portuguesa; Iluminismo Linguístico; Ideias Pedagógicas; Século XVIII; Racionalismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate the linguistic and pedagogical ideas present in the *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa* (1783), by Bernardo de Lima e Melo Bacelar (ca.1736-post.1787), leaving from a critical reading of this Grammar book and an analysis about other researchers who have already studied it. The *Grammatica* is divided into three parts, according to the parts of the grammatical sentence and their

Recebido em 4 de fevereiro de 2020.

Aceito em 24 de junho de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.366

*Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, liviademelo@gmail.com, orcid: 0000-0001-6834-7818

1 Trabalho realizado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, com a referência: UI/BD/150635/2020.

functions in the sentence. These parts are subdivided into chapters. The author uses the case nomenclature to describe the terms of the sentences. His intention was to offer to the readers an innovative material, which could present the rules of the Portuguese language by a new methodology. Bacelar believed that a clear, precise and unambiguous communication would only be possible through the knowledge of these rules. As an attentive follower of *Port-Royal's* rationalist ideas and of the Enlightenment, he also believed in the existence of an universal grammar. Although he was a great erudite of classical languages and of the Portuguese language, his job was underestimated by the scholars of his time. Unfortunately, he did not achieve his purpose of providing clarity in communication.

Keywords: Portuguese Grammar; Linguistic Enlightenment; Pedagogical Ideas; XVIII Century; Rationalism.

Introdução

A Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza, para se escreverem e se pronunciarem com acerto os vocabulos deste idioma, escrita por Bernardo de Lima e Melo Bacelar, foi editada na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira e publicada em Lisboa, no ano de 1783, com licença da Real Mesa Censória. Não há conhecimento de que tenham sido realizadas novas edições desta obra, da qual restam apenas cinco exemplares originais, que, segundo Torres (1996, p. 38-39), se encontram: (1) na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; (2) na Biblioteca Municipal do Porto; (3) na Academia das Ciências de Lisboa; (4) no Centro Linguístico da Universidade Clássica; (5) na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A reprodução fac-similada em versão digital a que tivemos acesso foi feita a partir do exemplar que se encontra em Coimbra, tal como a versão impressa publicada por Torres (1996), que também necessitou consultar o exemplar da Biblioteca Municipal do Porto, devido a rasuras ou estragos que tornavam alguns trechos ilegíveis. A versão utilizada para este trabalho consta de 196 páginas e, a partir da página 113, também traz a *Orthographia Racional da Lingua Portugueza*. O presente estudo contempla apenas a *Grammatica*.

Além de menosprezada pelos críticos da época, poucos foram os estudiosos contemporâneos que se empenharam em estudar essa obra, tendo sido o Prof. Amadeu Torres (1994; 1996) o único que se propôs transcrevê-la, editá-la e analisá-la. Há também uma edição semidiplomática disponível *online*, realizada por Assunção e Fernandes (2017), pelo projeto CTLF – *Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*.

Na revisão da bibliografia especializada, foram encontradas poucas menções a essa obra e a esse autor, sendo o mais relevante para as questões aqui abordadas o artigo de Gonçalves (2006), que reflete sobre a repercussão das ideias iluministas no campo da gramaticografia portuguesa, demonstrando como Bacelar foi um dos seus precursores. Lupetti (2015) também aborda a questão das gramáticas filosóficas setecentistas, descrevendo a *Grammatica Philosophica* como uma proposta metodológica original e inovadora, que reflete muito das ideias racionalistas da Gramática de *Port-Royal*.

Neste trabalho, serão apresentados e discutidos aspectos da *Grammatica Philosophica*, tais como sua estrutura de organização, seu conteúdo e seus conceitos. O objetivo central deste artigo é descrever sistematicamente a gramática supracitada e procurar compreender como o autor expõe suas ideias linguísticas e pedagógicas através das principais correntes teóricas e filosóficas de seu tempo, das influências intelectuais que teve de seus antecessores e do legado que a sua obra deixou para os futuros gramáticos.

1. Autor e obra

Pouco se sabe sobre a biografia de Bernardo de Lima e Melo Bacelar, mas provavelmente terá nascido em Chaves, região de Trás-os-Montes, por volta de 1736. Ordenou-se padre na província dos franciscanos Observantes, com o nome de Frei Bernardo de Jesus Maria, e exerceu o sacerdócio numa vila do Alentejo. Entretanto, atraído pelas correntes do Iluminismo, acabou por laicizar o seu nome em Bernardo de Lima e Melo Bacelar e, ao que tudo leva a crer, a abandonar a vida conventual.

Além da *Grammatica Philosophica* (1783), Bacelar também publicou o *Diccionario da Lingua Portugueza* (1783) e a *Arte e Diccionario do Comercio e Economia Portugueza*, no ano seguinte (1784). Posteriormente, mudou-se para a França, onde trabalhou na Biblioteca Real de Paris, traduzindo um manuscrito da Crônica de Idácio. Não se sabe se faleceu na França ou se antes terá regressado a Portugal. Sobre a biobibliografia de Bacelar, veja-se alguns textos citados neste artigo: Torres (1994, 1996, 2004); Serrão (1996) e Lupetti (2015).

2. Estrutura da *Grammatica Philosophica*

A obra é iniciada com um prólogo, onde o autor expõe a sua ideia principal ao construir a gramática. Como acreditava que os compêndios até então publicados não atingiam o propósito de solucionar o problema das falhas na comunicação, tentou propor um método novo e praticamente inédito no contexto das gramáticas portuguesas. Uma das suas preocupações era com as “equivocações” nos contratos e demandas da república², que deveriam ser comunicados com mais precisão e clareza, o que somente seria alcançável com o conhecimento das leis essenciais da gramática de uma língua:

NAÕ basta ajuntar os materiaes para a Obra Grammatical, que pretendemos construir, mas he preciso conhece-los antecedentemente com o feitio e partes desta Obra, para collocar a cada hum'a daquellas nos seus respectivos logares, e chegar esta ao fim com a sua devida proporção:

2 O conceito político de república no século XVIII não se referia a uma forma específica de governo. Era uma ideia mais ampla e abrangente à organização da comunidade como um bem comum, ou “coisa pública” (FONSECA, 2006, p. 326-7).

ou chegarmos todos, e em tudo a comunicar-nos com precisão, e clareza; pois do contrario nascem as equívocações nos contratos, mil demandas, e absurdos na Republica. Isto não se alcança pelas Grammaticas, que até o presente tem sahido, sim pela Grammatica Philosophica. (BACELAR, 1783, p. 3-4).

Posteriormente ao prólogo e ao sumário, apresenta-se um capítulo introdutório (p. 6-14) com o título de *Diffinição da Grammatica Philosophica*, onde, além da definição, o autor expõe algumas de suas ideias linguísticas, ressalta a importância do conhecimento da gramática para a comunicação, apresenta uma síntese da história da língua portuguesa citando seus principais antecessores, e um resumo do que mostrará sua obra. O texto é claro e organizado, com muitos exemplos e notas explicativas em rodapé, como se vê ao longo de toda a gramática.

O critério utilizado pelo autor para organizar a gramática é inovador, pois divide o conteúdo de acordo com as três partes da oração, conforme as suas funções na frase, utilizando a terminologia dos casos (nominativo, verbo e acusativo). As suas partes essenciais são três: (1) Som³ que representa o agente ou nominativo; (2) Som que mostra a ação ou verbo; (3) Som que faz as vezes de acionado, paciente ou acusativo. As demais partes são os adjuntos: artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Cada uma das três partes essenciais da oração será uma parte de sua obra; essas partes são assim subdivididas em capítulos:

- (1) Primeira parte: *Da Grammatica Philosophica, ou do Agente Grammatical, que he o Nominativo* (em sete capítulos, p. 15-51);
- (2) Segunda parte: *Da Grammatica Philosophica, ou da Acção Grammatical, que he o Verbo* (em cinco capítulos, p. 52-102);
- (3) Terceira parte: *Da Grammatica Philosophica, ou do Accionado Grammatical, ou Paciente, que he o Caso do Verbo* (em três capítulos, p. 103-112).

No final de cada parte, há uma sinopse apresentando a ideia principal do que foi dito nos capítulos anteriores, também com exemplos e notas explicativas, o que mostra a preocupação do autor em fixar o conteúdo e comprovar suas ideias com exemplos de uso na prática da língua. No final da gramática, encontra-se uma sistematização de toda a obra, além de um período composto⁴, o 1º parágrafo da Carta do Padre António Vieira ao Cardeal de Lancastre

3 A denominação de som não corresponde exatamente ao som fonético; o termo é aqui utilizado com o significado de “palavra” ou “vocábulo”.

4 “Todas as sobredictas castas se incluem neste periodo, ou oração: *Eminentissimo Senhor. Com melhor saude que o anno passado, mas com menos vida (porque elle passou), beijando eu de joelhos a sagrada purpura dou a V Em as graças da continuada mercê, com que V E. por sua benignidade, e grandeza se digna de conservar na memoria, e de honrar por tantos modos este minimo creado de V. E.*” (BACELAR, 1783, p. 109-111, grifos nossos).

(TORRES, 1996, p. 21), como uma sinopse teórico-prática para o leitor identificar todas as partes da oração conforme demonstrado na gramática.

Na primeira parte *Da Grammatica Philosophica, ou do Agente Grammatical, ou Nominativo*, Bacelar (1783, p. 15) define o agente como o som, ou palavra em nominativo, que nomeia ou representa qualquer coisa que de algum modo obrar ou servir de objeto à nossa contemplação. Portanto, toda oração deve constar de um nominativo claro ou subentendido, que se põe no início da oração ou antes do verbo.

Esta parte é subdividida em sete capítulos, que apresentam a formação das palavras e sílabas a partir do alfabeto, a classificação dos substantivos, a diferenciação dos gêneros, a formação dos plurais, as declinações em casos nominativo, genitivo, dativo e acusativo, a acentuação, os adjuntos e a *accommodação*, termo usado para se referir à concordância. O sétimo e último capítulo desta parte traz uma sinopse do que foi dito nos capítulos anteriores.

Na segunda parte *Da Grammatica Philosophica, ou da Acção Grammatical, ou Verbo*, o autor define o verbo como um som que representa com afirmação a obra física, e tendo pessoas, números, tempos e modos, não se declina por casos (BACELAR, 1783, p. 52). Classifica os verbos em: ativos, passivos, neutros, recíprocos, regulares, irregulares e defectivos e afirma que não há ação ou verbo na oração sem nominativo claro ou escondido, porque não pode haver ação sem agente que a produza. Esta parte é subdividida em cinco capítulos, que mostram as conjugações simples e compostas, os acentos e adjuntos e a acomodação ou concordância. No quinto capítulo, tal como na primeira parte, encontra-se uma sinopse dos capítulos anteriores.

Na terceira e última parte *Da Grammatica Philosophica, ou do Accionado, Paciente, ou Caso da Acção*, o autor define o accionado gramatical, paciente, ou caso, como um som que representa aquilo em que se empregou a ação do agente físico, ou aquela obra, que por esta ação foi produzida (BACELAR, 1783, p. 103). No seguimento desta definição, não há oração sem acionado claro ou subentendido, pois, assim como não há oração sem ação, não pode haver ação sem acionado, ou paciente, que é representado pelo acusativo. Esta parte da gramática é subdividida em três capítulos: o primeiro trata da definição do paciente, o segundo, da acomodação do paciente à ação e dos adjuntos ao paciente, e o terceiro apresenta um resumo de toda a gramática, com uma sinopse teórico-prática.

3. Ideias linguísticas e pedagógicas

O conteúdo da *Grammatica Philosophica* é todo organizado de forma esquemática, com exemplos e explicações em notas de rodapé, o que facilita o entendimento e esclarece eventuais dúvidas durante a leitura. Segundo Torres (1996), sua inovação metodológica ao apresentar uma gramática tripartida de acordo com as funções dos componentes da frase (Agente, Ação

e Paciente) pode ter causado algum estranhamento na época, pois, de acordo com a tradição que permanecia desde a Idade Média, as gramáticas eram quadripartidas (Etimologia, Sintaxe, Ortografia e Prosódia).

Tal subdivisão da gramática em três partes concilia o critério morfológico, o semântico-ontológico e o funcional (MOURA & ASSUNÇÃO, 2013, p. 92-107), critérios estes que normalmente se encontram separados na maioria das gramáticas. De maneira inovadora, o autor dá mais ênfase às partes do discurso de acordo com a ordem canônica do português, ou seja, a estrutura oracional do tipo SVO (Sujeito – Verbo – Objeto), que na linguagem de sua gramática seriam, respectivamente: o agente ou nominativo, correspondente à primeira parte; a ação ou verbo, correspondente à segunda parte; e o acionado ou paciente, correspondente à terceira parte. Embora não tenha aprofundado diretamente na questão da ordem das palavras no discurso, fica implícita a ideia da ordenação dos componentes da frase com a organização do pensamento para transmitir a desejada clareza na comunicação (GONÇALVES, 2006, p. 12).

A gramática de Bacelar apresenta uma ideia pedagógica que parte do mais complexo para o mais simples, ou seja, do sintagma para os paradigmas fonéticos, morfológicos e semânticos. Por outro lado, também parte do concreto experienciável (a frase), para o abstrato da conceptualização (Torres, 1994, p. 464). No segundo capítulo da primeira parte, onde apresenta as letras e sílabas do português, Bacelar considera os aspetos da pronúncia e da grafia, descrevendo detalhadamente a articulação dos sons, o que revela sua intenção em tornar concreta a expressão linguística do pensamento. Sua grande preocupação ao escrever a gramática era propor um novo método que pudesse solucionar o problema dos equívocos na comunicação, que deveria ter mais precisão e clareza, com pronúncia e escrita corretas, o que somente seria alcançável através do conhecimento, não só das leis e regras do idioma, mas também do entendimento de seus verdadeiros princípios.

Bacelar regula a sintaxe pelo grego e pelo latim e não só pelo latim, como fazia a maioria dos gramáticos daquele tempo. Segundo Torres (1994, p. 463), a didática utilizada para a exposição dos nomes e dos verbos lembra a das *Ianua linguarum*, obra dos jesuítas irlandeses publicada em Salamanca, no ano de 1611, que tinha por objetivo principal facilitar o estudo das línguas clássicas através de um método indutivo para a aquisição vocabular e o ensino-aprendizagem de qualquer idioma. De acordo com esse método, as regras gramaticais poderiam ser aprendidas através da análise de várias frases, sem a necessidade de uma gramática específica (FERNANDES, 2004, p. 170).

Bacelar procurava a etimologia de qualquer palavra portuguesa, invocando as raízes greco-latinas. Produziu também um dicionário, que infelizmente foi muito criticado e chegou a ser retirado de circulação, devido ao tipo de linguagem que utilizava na definição dos termos (SERRÃO, 1996). Na verdade, Bacelar queria inserir Portugal no mundo das Luzes,

enobrecendo a língua portuguesa como um veículo atuante, mas sua obra não foi bem aceita pelos intelectuais da época, o que talvez o tenha levado a mudar-se para a França.

4. Influências

De acordo com a definição de Bussmann (2006, p. 453), a gramática filosófica é “*the attempt to develop a general model of grammar, based on logical principles and from which the structures and regularities of all languages can be derived.*” A obra de Bernardo de Lima e Melo Bacelar foi a primeira gramática vernácula apresentada como filosófica em Portugal, denominação que equivalia a pautar a gramática pela razão. Em outras palavras, Bacelar pretendia articular língua e razão, estabelecendo os princípios gerais ou universais da linguagem, como diz em seu capítulo introdutório:

Como todos os homens nascêrão para a Sociedade, a todos os homens fez nascer o Sapiëntissimo Creador com os mais necessarios sons, signaes, ou accenos, para com elles se poderem comunicar reciprocamente, e viverem em companhia. He tão clara esta verdade, que ainda nos mesmos brutos se vê em parte verificada.

Começarão os homens a traficar, e comunicar-se mais, e mais; e para este fim inventárão cópia de sons. Destes, e dos innatos derivárão outros: e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*, cujo arrazoado, ou discursado regulamento, se chama *Grammatica Philosophica*. (BACELAR, 1783, p. 7-8, grifos do autor).

Assumindo que a língua é a expressão do pensamento e que o pensamento é regulado por leis universais, deduz-se que a língua reflete essas mesmas leis e que seria possível elaborar uma gramática geral, comum a todas as línguas. No seguimento das ideias racionalistas da Gramática de *Port-Royal*, a *Grammaire Générale et Raisonnée* (GGR, 1660), de Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (ca.1616-1695), Bacelar assume a existência de uma gramática universal, afirmando:

1. que os sons regulados são, o *objecto*, e *partes* da *Grammatica Philosophica*: 2. que o seu *fim* he a comunicação, que por estes sons se alcança: 3. que a sua *necessidade* he igual a da sociedade reciproca: 4. que a sua *antiguidade* he coeva a nossos primeiros pais. (BACELAR, 1783, p. 8, grifos do autor).

A GGR foi uma gramática de reflexão, que daria início a um “afastamento progressivo do modelo latino dos textos escritos com fim de aprendizagem linguística” (LUPETTI, 2015, p. 3), definindo o papel da proposição e priorizando o estudo do sentido e das relações lógicas sobre o estudo das formas. Estas ideias refletem-se na didática apresentada por Bacelar, que reafirma a importância da comunicação em todas as sociedades desde o início da humanidade, “nossos primeiros pais”.

Em sua tentativa de apresentar um modelo geral de gramática, Bacelar apresenta leis universais na definição de cada parte de sua obra, antes de apresentar as regras específicas da gramática portuguesa. Na definição de agente gramatical, por exemplo, diz que toda oração deve constar de um nominativo claro ou subentendido. Sugere, portanto, que esta seria uma lei universal, aplicável a qualquer língua, ao afirmar que toda proposição deve ter um agente, ou “qualquer coisa que de algum modo obrar ou servir de objeto à nossa contemplação” (BACELAR, 1783, p. 15).

Bacelar também acreditava que a primeira língua teria sido a Hebraica, que conforme a tradição bíblica se dividiu em várias outras na Torre de Babel. No capítulo introdutório, cita como precursores os gramáticos da língua grega: Diego Sigeo (?-post.1560), Aires Barbosa (ca.1460-1540) e André de Resende (1500-1573), e da língua portuguesa: João de Barros (1496-1570), Fernão de Oliveira (1507-1581), Nunes de Leão (ca.1530-1608), Amaro de Roboredo (ca.1580-post.1653), Madureira Feijó (1688-1741) e Contador de Argote (1676-1749).

Segundo Torres (1994, p. 464), Bacelar pode ter se baseado em Francisco Sanchez de Las Brozas (1523-1601), que em sua obra *Minerva* (1587), admite a oração ou proposição como a única coisa que o gramático pretende fazer, e que consta de três componentes essenciais. Entretanto, a nomenclatura utilizada para denominar esses três elementos não coincide com a de Las Brozas, que usa os termos *nome*, *verbo* e *partículas*, enquanto Bacelar prefere a nomenclatura dos termos da oração (*agente*, *ação* e *acionado*) e a nomenclatura casual (*nominativo*, *verbo* e *acusativo*). Além disso, apesar de ambos os autores terem optado por subdividir a gramática levando em conta os componentes da oração, nota-se que Las Brozas não levou em conta a função desses componentes na frase, como faria Bacelar, quase dois séculos mais tarde. Fernandes (2010, p. 178) demonstra que essa subdivisão de Las Brozas, baseada em princípios lógicos, considera “o nome como as entidades de tipo estático, o verbo as de tipo dinâmico, e as partículas, os laços de união entre as proposições”. Bacelar, por sua vez, considera a função do nome na oração (nominativo ou acusativo) e as partes restantes, a que Las Brozas denominara partículas, como adjuntos não essenciais:

Segue-se, que as outras 5, ou 6 partes, que os Grammaticos dão a oração, não são cousas essenciaes a ella; mas huns *Adjuntos*, que cada passo a acompanhão explicando algumas circunstancias. Se o artigo, prenome, preposição, adverbio, conjunção, e interjeição, não explicão melhor as circunstancias na oração Grammatical, que na preposição Logica, e os Logicos unicamente os põem na classe de adjuntos, ou syncategorémas; para que os hão de pôr os Grammaticos em o numero das partes essenciaes? (BACELAR, 1783, p. 14, grifo do autor).

Por fim, a definição de gramática dada por Bacelar aproxima-se da de Reis Lobato⁵ (1770), no que diz respeito à sua preocupação com a comunicação clara e precisa, “sem erros”, para que

5 “GRAMMATICA Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração portugueza. Desta deffinição se collige ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza.” (LOBATO, 1770, p. 1).

a língua e a gramática estivessem a serviço do poder público. Assim, só estariam capacitados a ocupar cargos administrativos aqueles que tivessem maior domínio das normas da língua, pois somente através desse domínio seria possível realizar uma comunicação realmente eficiente.

Conclusão

A *Grammatica Philosophica* de Bacelar tem sua importância como precursora do racionalismo e das gramáticas filosóficas e está na vanguarda do Iluminismo em Portugal. Possivelmente, seu público-alvo era a elite intelectual do país, inclusive professores de português. Não há conhecimento de que esta gramática tenha sido utilizada como manual didático nas escolas básicas, nem mesmo que era este o objetivo do autor. No entanto, nota-se a sua preocupação didática com a correção das estruturas linguísticas, não apenas apresentando regras, como também explicando o porquê dessas regras, baseando-se nas raízes greco-latinas do português e no conceito de língua como expressão do pensamento.

É notável seu elevado grau de erudição e sua preocupação em oferecer aos leitores um material que pudesse proporcionar maior conhecimento da língua portuguesa, pois acreditava que apenas através desse conhecimento, seria possível atingir precisão e clareza na comunicação. Entretanto, seu modelo de análise, apesar de inegável originalidade, pode causar confusões conceituais, uma vez que nem sempre as funções semânticas coincidem com as sintáticas. Uma observação metalinguística seria dizer que o próprio Bacelar parece não ter atingido seus propósitos de precisão e clareza na comunicação de sua obra, que acabou por ser mal interpretada, recebendo duras críticas por parte dos intelectuais da época.

Referências

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. **Grammaire générale et raisonnée**. Paris: Pierre le Petit, Imprimeur & Libraire ordinaire du Roy, 1660, 152 p. Reprodução fac-similada, versão digital.

ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo (Ed.). **Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza**: para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma (1783) de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. CTLF – *Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*. Lyon / Paris: École Normale Supérieure de Lyon / Université Denis Diderot (Paris 7), 2017. Disponível em: <http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=793>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. **Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza**: para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos d'este idioma. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. Reprodução fac-similada, versão digital.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo. **Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza**: reprodução fac-similada da edição de 1783, com introdução e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1996. 245 p.

BUSSMANN, Hadumod. **Routledge dictionary of language and linguistics**. Translated and edited by Gregory Trauth and Kerstin Kazzazi. London and New York: 2006. 1335 p.

FERNANDES, Gonçalo. A *Ianua Linguarum* dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Linguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623). **Boletim de Estudos Clássicos**. Coimbra: v. 42, p. 165-181, dez. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/31ieFgX>>. Acesso em: 15. nov. 2019.

_____. As duas primeiras edições da Minerva (Lyon 1562 e Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600). **Metamorfoses**: 25 anos do Departamento de Letras, Artes e Comunicação. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, p. 165-207, 2010.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. O conceito de República nos primeiros anos do Império: a semântica histórica como um campo de investigação das idéias políticas. **Anos 90**. Porto Alegre: v. 13, n. 23/24, p. 323-350, jan./dez. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6405>>. Acesso em: 01. fev. 2020.

GONÇALVES, Filomena. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. **Actas del VII Congrès de Lingüística General**, Barcelona, abr. 2006. Publicación electrónica. Internet. Disponível em: <<https://bit.ly/2EhwUdI>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LOBATO, António José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1770, 253 p. Reprodução fac-similada, versão digital.

LUPETTI, Monica. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN, Rogelio. **A gramática racionalista na Península Ibérica** (séculos XVI-XIX). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2015, p. 155-171. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15417.pdf>>. Acesso em: 31. jan. 2020.

MOURA, Teresa Maria Teixeira de; ASSUNÇÃO, Carlos. Classificação do nome na tradição gramatical portuguesa na segunda metade do século XVIII. **Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 92-107, jun. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/31hKFlk>> Acesso em: 01. jul. 2019.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Prefácio. **Gramática filosófica da língua portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar** (Reprodução fac-similada da edição de 1783). Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. XI-XVI, 1996.

TORRES, Amadeu. A Grammatica Philosophica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. **Revista Portuguesa de Filosofia**. Braga: v. 50, n. 1/3, p. 459-466, 1994.

_____. Ainda a Grammatica Philosophica de Melo Bacelar. **Gramática Filosófica da Língua Portuguesa de Bernardo de Lima e Melo Bacelar** (Reprodução fac-similada da edição de 1783). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1996, p. 15-24.

_____. O contributo conceptual das gramáticas filosóficas para a história da língua portuguesa. In: BRITO, Ana Maria; BARROS, Clara (Orgs.). **Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa**: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto: Universidade do Porto, p. 385-395, 2004.

Aspectos da Reanálise Sintático-Semântica de *Sem Que* na História do Português

Aspects of the Semantic-Syntactic Reanalysis of *Sem Que* in the History of Portuguese

Sanderléia Roberta Longhin*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar, no quadro teórico da gramaticalização (TRAUGOTT; DASHER, 2002; HEINE; KUTEVA, 2007; BYBEE, 2010, 2015) aspectos da constituição histórica da perífrase conjuncional *sem que*. A pesquisa é norteadas pelas seguintes questões: 1) que propriedades da preposição *sem* autorizam a regência da proposição em *que* e a posterior reinterpretação como perífrase conjuncional? 2) considerando que a preposição *sem* mostra um esquema cognitivo espacial particular, em termos de *concomitância negativa*, e considerando que *sem que* expressa, dentre outros significados, aquele de concessão, como justificar o trânsito entre os significados fonte e alvo? A investigação é conduzida em perspectiva diacrônica, fundada em um *corpus* de textos representativos de diferentes estados do português. Os resultados evidenciam que propriedades sintático-semânticas de *sem* tiveram relevância para a reanálise de *sem que* e que coexistiram expansões contextuais do núcleo semântico de *concomitância negativa* em direção aos domínios de modo, condição e concessão.

Palavras-Chave: Gramaticalização; Diacronia; Junção; Concessão

ABSTRACT

This study within the theoretical framework of grammaticalization (TRAUGOTT; DASHER, 2002; HEINE; KUTEVA, 2007; BYBEE, 2010, 2015) aims to investigate aspects of the historical constitution of the conjunctive periphrasis *sem que*. The research is guided by the following questions: 1) what properties of the preposition *sem* enable its prepositional government of *que* and its later reinterpretation as a conjunctive periphrasis? 2) keeping in mind that the preposition *sem* has a unique spatial cognitive schema related to *negative concomitance*, and considering that, among other meanings, *sem que* conveys concession, how could the transition between the source and target meanings be justified? This research is carried out on a diachronic perspective, based on a *corpus* of texts which represents different states of the Portuguese language. The results show that syntactic and semantic properties of *sem* have been relevant for the reanalysis of *sem que*, and that the semantic core of *negative concomitance* has concomitantly undergone a contextual expansion toward the domains of manner, condition and concession.

Keywords: Grammaticalization; Diachrony; Junction; Concession

Recebido em 21 de maio de 2020.

Aceito em 24 de junho de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.390

*Universidade Estadual Paulista /CNPq/Fapesp, sanderleia.longhin@unesp.br, orcid.org/0000-0002-8702-0033

Introdução

Neste trabalho, investigo as construções complexas articuladas com a perífrase conjuncional *sem que*, na perspectiva de sua constituição histórica, enquanto instância de gramaticalização. O propósito maior é alcançar uma explicação para os fatos da reanálise sintático-semântica que envolveram a combinação entre unidades já gramaticais, a preposição *sem* e a conjunção *que*, para a formação de uma unidade ainda mais gramatical, a perífrase *sem que*, que tem posição fixa na margem esquerda da oração e escopo oracional rígido. No português contemporâneo, as construções complexas com *sem que* se encontram em um cenário de polissemia, que inclui, pelo menos, as relações de *modo*, *condição* e *concessão*, conforme, respectivamente, (1) a (3)¹, dados extraídos do *corpus* desta pesquisa.

- (1) Cozam-se logo em vinho branco e caldo com salsa picada, **sem que** fervam para não endurecerem. (20CDC)
- (2) Os povos constataram ao longo da história que não pode haver segurança para os indivíduos **sem que** exista uma autoridade que garanta. (20RFD)
- (3) Circulou pelas ruas em cadeira de rodas, recebendo esmolas **sem que** pedisse (20FAV)

Condições contextuais específicas ainda são requeridas para a distinção entre a interpretação de (1) em termos de *modo*, noção bastante imprecisa que deverá ser refinada ao longo deste trabalho; de (2) como *condicional eventual negativa*, e de (3) como *concessiva*. A polissemia sincrônica é entendida aqui como um índice das trajetórias diacrônicas de desenvolvimento de *sem que* rumo a significados mais abstratos, subjetivos e procedurais. Estudos tipológicos no campo na junção, tais como Kortmann (1997), enfatizam a produtividade do trânsito de significados entre os domínios modal e o das relações denominadas CCCC, que abrangem causa, condição, contraste, concessão.

Nas tradições gramatical e linguística, inúmeras evidências sugerem que *sem que* não tem significação estável. Há gramáticos que reconhecem o valor modal (KURY, 1962), outros exploram (pelo menos alguns dos) valores condicional, concessivo e consecutivo (CUNHA; CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2006; BECHARA, 2009). Nos estudos linguísticos, o tratamento também é diverso. Neves (2000, p. 929) elenca *sem que* entre as modais e as condicionais; Romero (2009) admite os significados de condição e concessão; e Ramos e Silva (2016) exploram a polissemia modo, causa, condição, concessão e negação de consequência, a partir da derivação do significado de ausência e negação de *sem*.

1 As siglas, no final dos exemplos, indicam a procedência do dado: o número indica o século e as letras, as iniciais do texto. A relação completa dos textos com as respectivas siglas é apresentada na Seção 3.

A preposição *sem*, de origem latina, *sine* (*si + non*) seguida de ablativo, substituiu a preposição *sē ~ sēd*, atestada em textos antigos expressando *separação, afastamento, privação* (ERNOUT; MEILLET, 1951, p.1108). As preposições constituem uma classe que têm no Espaço seu domínio de significação primário, sendo os demais significados extensões polissêmicas motivadas por processos cognitivos básicos da mente humana (BYBEE, 2010; ILARI *et al.* 2015; KEWITZ *et al.* 2018). O Quadro 1 consiste em um recorte do Esquema Cognitivo de Espaço, que detalha a semântica das preposições (cf. Ilari *et al.* (2015)). Com as hachuras, destaco o eixo *longe e perto*, no qual repousam as preposições *sem* e *com*, respectivamente. Segundo Ilari *et al.* (2015), as preposições *com/sem* requerem que se trate a noção de espaço de forma mais sofisticada, em termos de presença/ausência em um espaço. Desse modo, a ausência no espaço (por exemplo, *apartamento sem sacada*) é a semântica primária de *sem* e o ponto de partida para constituição de significados novos.

Quadro 1. Esquema cognitivo de *sem* (adaptado de Ilari *et al.*, 2015)

Categoria cognitiva	Organização no espaço	Subcategorias	Papéis semânticos
ESPAÇO	Posição	eixo horizontal, vertical, transversal	origem/meta superior/inferior anterior/posterior
	Disposição	eixo continente/conteúdo	dentro/fora
	Proximidade	eixo longe/perto	proximal/distal
	Movimento	eixo real/fictício	dinâmico/estático

Embora a pesquisa sobre *sem que* seja mais extensa², como parte de um projeto que investiga concessivas em português, neste texto, proponho-me a examinar duas questões: 1) Que propriedades da preposição *sem* autorizam a regência da proposição iniciada por *que* e a posterior reinterpretação como perífrase conjuncional? 2) Considerando que a preposição *sem* mostra um esquema cognitivo espacial particular, em termos de *não presença* ou, em outras palavras, *concomitância negativa*, e considerando que a perífrase *sem que* é polissêmica entre modo, condição e concessão, como justificar o trânsito entre os significados fonte e alvo? Para responder às questões, investigo a trajetória evolutiva da preposição *sem* buscando, em suas propriedades sintático-semânticas, indícios acerca da predisposição à formação de perífrase e, em viés semasiológico, investigo nos vários contextos de uso pistas que poderiam ter favorecido a reanálise dos significados, sobretudo para expressão das relações concessivas, consideradas de maior teor subjetivo.

2 Este trabalho traz parte dos resultados de um projeto maior, intitulado *Junção e(m) mudança: a história das concessivas*, que é desenvolvido com apoio do CNPq/PQ (processo 305901/2017-6).

O texto está organizado em quatro seções, excetuando-se esta Introdução e as Considerações finais. Na seção 1, discorro sobre aspectos da história das concessivas, particularmente sobre o caráter derivado da relação concessiva e sobre as fontes mais produtivas nas línguas, sistematizando, ao final, fatos pertinentes à constituição de *sem que*. Na seção 2, apresento as bases do quadro teórico que norteia a pesquisa. Na seção 3, descrevo o material de pesquisa, explicito os critérios utilizados para composição do *corpus* diacrônico e esclareço os parâmetros metodológicos para análise dos dados. Na seção 4, apresento a análise dos dados, que se desdobra em duas subseções. Na primeira, examino as formas de conexão sintático-semântica da preposição *sem* e as implicações destas para a mudança; na segunda, exploro os padrões funcionais de *sem que*, com atenção à especificidade das relações concessivas instauradas por *sem que*, e ofereço uma explicação para o elo de significação entre as construções fonte e alvo. Nas Considerações finais, retomo as questões de pesquisa para ponderação dos resultados.

1. A história das concessivas e a constituição de *sem que*

Especialistas em história das línguas (MAURER, 1959; HERMAN, 1963; CAMARA, 1975; MONTERO CARTELLE, 2000; HERRERO-RUIZ, 2005; SOUTET, 2008; BERTOCCHI e MARALDI, 2009; KEWITZ *et al.* 2018) reconhecem dois fatos importantes na constituição dos sistemas conjuncionais nos romances latinos: de um lado, o desuso de grande parte do acervo das conjunções latinas e, em contrapartida, a expansão de estratégias de reposição de conjunções, já incipientes em latim tardio, que consistiam na reinterpretação de palavras de diferentes classes como conjunção, ou na combinação de palavras diversas com *que*, no esquema *x+que*, do qual resultaram inúmeras perífrases conjuncionais.

No sistema de concessão, foi grande a ruptura entre línguas românicas e latim. As concessivas latinas não permaneceram e as línguas filhas criaram mecanismos próprios para expressão de relações concessivas, por meio de períodos justapostos, frequentemente aliados ao subjuntivo, com ou sem reforço adverbial, e também por meio de preposições e conjunções. Desse modo, os jutores³ concessivos são criações vernáculas. Em português, as fontes para jutores concessivos são passíveis de apreensão, ao menos em parte, em aspectos de sua composicionalidade, caracteristicamente perifrástica de base em *que* (port. *ainda que, mesmo que, sem que, por mais que, se bem que, apesar de que*).

Evidências da natureza derivada das relações concessivas estão na emergência tardia de seus meios de expressão, verificável tanto de um ponto de vista *filogenético*, da história das línguas, como *ontogenético*, da evolução da linguagem infantil (KORTMANN, 1997). Na

3 O termo *jutor*, tal como utilizado neste trabalho, cobre vários mecanismos de conexão: conjunção, preposição, perífrase conjuncional, perífrase preposicional, expressão adverbial conjunta.

filogênese, pesquisas em perspectiva translinguística constataram que as fontes mais produtivas para a criação de jutores concessivos residem em expressões que sinalizam coexistência temporal, exclusão, disjunção, ênfase, volição, quantificação, condição, ou sentimentos humanos (KÖNIG, 1985; HARRIS, 1988; KORTMANN, 1997).

No universo dessas fontes, a perífrase *sem que* está relacionada à *exclusão*, significado inerente à preposição fonte *sem*. Contudo, a trajetória rumo a *concessão* e a mudança morfossintática de preposição à perífrase conjuncional não são óbvias. Para me aproximar de uma explicação, filio-me a um quadro teórico de base funcionalista, que admite que o sistema linguístico é afetado por determinações pragmáticas e cognitivo-perceptivas e que a mudança tem uma característica primordial que é a direcionalidade rumo a significados mais abstratos (HEINE e KUTEVA, 2007; BYBEE, 2010, 2015; TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, 2012, entre outros), conforme discuto na próxima seção.

2. O quadro teórico-metodológico

Em um modelo funcionalista de interação verbal, em que temos a centralidade dos sujeitos, a expressão linguística depende das informações pragmáticas dos usuários, dos propósitos de dizer, das avaliações, antecipações e conjecturas sobre a interpretação do outro. Assim, os significados são negociados e construídos na situação de comunicação. Nessa negociação é que a língua pode experimentar mudanças. Diferentes modelos diacrônicos para a mudança têm posições divergentes quanto ao tipo de entidade pragmática envolvido, quanto à preponderância dos papéis do locutor e do destinatário e quanto à natureza dos contextos motivadores. Com ênfase nas alterações de significado, os trabalhos desenvolvidos por Traugott nas últimas décadas forneceram os fundamentos para um novo paradigma, que foi sistematizado em Traugott e Dasher (2002). Muitos dos desenvolvimentos recentes em semântica e pragmática histórica consistem em tentativas de refinar esse modelo (HANSEN; VISCONTI, 2009).

A criação de *sem que*, na história do português, conforma-se a um fenômeno de gramaticalização, processo de mudança linguística em que palavras ou construções menos gramaticais adquirem novos usos, tornando-se mais gramaticais, em um percurso histórico lento e gradual, caracterizado por uma considerável variação de forma e de função e por um aumento na frequência de uso (HEINE; KUTEVA, 2007; BYBEE, 2010, 2015). Para ocorrer, a gramaticalização depende fundamentalmente de *contextos* que, em suas várias acepções – estrutural, discursivo, conhecimento e representações de mundo, situação comunicativa que envolve as relações entre os falantes, e tradições discursivas de dizer e escrever - têm protagonismo na explicação do gatilho das mudanças, das rotas percorridas e da gradiência na constituição de categorias e de significados emergentes.

Os processos de gramaticalização afetam vários níveis de análise, desencadeando reanálises⁴ na morfossintaxe e na semântica e, em alguns casos, perda de substância fonética. Dada a profusão de estudos recentes em torno de fatos de gramaticalização, aspectos da natureza e da dinâmica das línguas ganharam, com grande respaldo teórico e empírico, um conhecimento mais fino, dentre os quais ressalto: i) as possibilidades de ampliação no tempo das ditas *palavras de classe fechada*, ainda que o ritmo e o modo de condução dessa ampliação sejam muito diversos daqueles experimentados pelas *palavras de classe aberta* (ILARI *et al.* 2015, p.168); e, ii) a constante *(inter)subjetivização* dos significados como produto de uma tendência diacrônica de desenvolver significados cada vez mais fundados nas crenças, objetivos e perspectivas dos usuários da língua (TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, 2012).

A emergência de *sem que* constitui uma ampliação da subclasse das palavras gramaticais que fazem junção no âmbito das relações adverbiais, dentre elas a de *concessão*, altamente intersubjetiva, que põe em relação eventos que, de um modo a ser esclarecido neste trabalho, contradizem as expectativas normais dos sujeitos, tendo em vista as experiências e o conhecimento geral de mundo que eles têm. Dos inúmeros aspectos inerentes à gramaticalização de *sem que*, circunscrevo-me à abordagem de fatos relativos à reanálise categorial e à reanálise semântica:

i) *Reanálise categorial de preposição a conjunção complexa*. Envolve perda de traços morfossintáticos da forma fonte não mais pertinentes à categoria em constituição, ganho de traços do novo domínio categorial, além de possível preservação de traços da fonte (HEINE; KUTEVA, 2007; BYBEE, 2015). No caso do fenômeno investigado, para além de fatores sintáticos, já destacados, que são cruciais para a distinção entre as duas categorias como, por exemplo, a posição rígida e o escopo ampliado alcançados pela perífrase *sem que*, os quais já indicam ganho de gramaticalidade, interessa procurar por fatos linguísticos que ajudem a compreender a transição entre as categorias. Uma via está na análise da forma fonte.

Assumo que a perífrase *sem que* é mais um produto do esquema abstrato *x+que*. Para vários romanistas, à maneira de Herman (1963), esse esquema tem grande potencial preditivo: preposições, advérbios e nomes saturam a variável *x*, a qualquer momento, nas diferentes línguas. No entanto, como Barra Jover (2002) argumenta, fatos da história das línguas românicas permitem refutar a versão puramente analógica desse esquema, já que, no que se refere às preposições, por exemplo, nem todas se envolvem na formação *x+que* e, quando o fazem, mostram frequência e cronologia diferentes, se comparadas as várias línguas românicas. Se nem todas as preposições se envolvem no esquema *x+que*, então é necessário compreender fatos do funcionamento e da história de *sem que* que a tornaram disponível para o esquema abstrato que deu lugar à conjunção.

4 Como em Bybee (2015, p. 131), utilizo o termo *reanálise* para cobrir as múltiplas mudanças que ocorrem na gramaticalização.

Nessa perspectiva, aproximo-me de Barra Jover (2002), cuja proposta, aplicada ao espanhol, consiste em suprimir a aplicação mecânica de *x+que* em favor da investigação do funcionamento da preposição em todos os contextos. Para o autor, uma preposição pode reger uma proposição em *que*, criando um cenário propício à reanálise categorial como perífrase, se ela reúne certas condições. Uma das condições está na capacidade da preposição reger sintagmas nominais definidos do tipo [4D]⁵. A definitude do nome e sua propriedade de instituir coordenadas espaço-temporais estão associadas a preposições que têm potencial para seleção de uma proposição em *que*. A razão para isso está na similaridade existente entre a estrutura argumental de nomes [4D] e aquela de proposições com verbos flexionados (*a queda de Luís* ou *sua queda ~ Luís caiu*)⁶.

ii) *Reanálise dos significados rumo ao intersubjetivo e procedural*. As mudanças de significado, bem como aquelas que acompanham a gramaticalização, também envolvem perda, ganho e possível manutenção de traços (HEINE; KUTEVA, 2007; BYBEE, 2015). Ocorrem por meio de dois mecanismos de transferência conceitual amplamente reconhecidos, a *metaforização* e a *metonimização* (TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, 2012). O primeiro se refere a transições que operam entre domínios conceituais, orientadas ao aumento de abstração; o segundo se refere a inferências de vários tipos, que são ativadas em contextos específicos e que ao ganharem saliência podem ser convencionalizadas. Como resultado da atuação desses mecanismos, que muitas vezes se processam de maneira complementar, os significados resultantes são mais *abstratos*, *(inter)subjetivos* e *procedurais*.

Neste trabalho, analiso a relação entre os significados fonte e alvo, partindo do pressuposto da continuidade entre os significados, i.é., da *polissemia*. Estará em questão o princípio da *persistência*, postulado por Hopper (1991) e refinado em trabalhos mais recentes (HANSEN, 2011; WALTEREIT, 2012). Assumo que a semântica da fonte tem um papel importante, e não é só o da retenção de vestígios de significados anteriores. Trata-se de entender a fonte como norteadora e, sobretudo, como limitadora de caminhos de mudança que são possíveis e prováveis em uma direção, mas não em outra.

5 N[4D] designa um referente que se situa em três dimensões espaciais e uma dimensão temporal. Segundo Jover (2002, p.197), o traço [4D] tem alcance gramatical na medida em que incide nas propriedades de seleção das entradas lexicais. Relaciona-se à hipótese de que, na evolução das preposições, a aceitação de complementos [+4D] é mais tardia, independentemente de a preposição reger ou não uma proposição-*que*. A título de ilustração, em (1) e (2) abaixo, adaptados de Jover, *sob* tem traço [±4D] e *debaixo*, traço [-4D]:

- (1) a. Luís dormiu *sob* uma ponte [3D]
b. Luís dormiu *sob* o efeito de um sonífero [4D]
- (2) a. Luís dormiu *debaixo* de uma ponte [3D]
b. * Luís dormiu *debaixo* do efeito de um sonífero

6 Rudolph (1996, p.395) se refere a nomes com valor semântico de oração.

Sobre os caminhos prováveis, Kortmann (1997) reúne muita evidência empírica sobre padrões de polissemia nos principais canais de derivação histórica que levaram à formação de conectores adverbiais, em um conjunto considerável de línguas europeias. Concebendo quatro macrossistemas que comportam conjuntos de relações com elos de parentesco - *modo, lugar, tempo* e *CCCC* (*causa, condição, concessão, contraste*) - o autor constata que: i) as afinidades semânticas são mais fracas entre Lugar e Tempo, Tempo e Modo, Modo e CCCC, CCCC e Lugar; ii) as afinidades semânticas são virtualmente ausentes entre Lugar e Modo; iii) todas as relações dão lugar a CCCC, mas não vice-versa; iv) Lugar e Modo dão lugar a Tempo, mas não vice-versa; v) Tempo exibe as mais fortes afinidades semânticas com as relações CCCC; e, vi) Tempo é fonte para CCCC, mas é alvo para Lugar e Modo.

3. Material, recorte do *corpus* e metodologia de investigação

As construções com *sem que* são investigadas em textos escritos de diferentes gêneros, do português europeu e português brasileiro (PE e PB, daqui em diante), produzidos no período que compreende os séculos XIII ao XX. Os textos que compõem o *corpus* foram extraídos das plataformas⁷: *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*; *Corpus Informatizado do Português Medieval*; *Corpus de textos antigos (CLUL)*; *Projeto História do Português Brasileiro*, *Projeto História do Português Paulista* e *Acervo digital da Biblioteca Brasileira*. Para os períodos mais pretéritos, os textos são necessariamente do PE e, a partir do século XVIII, há mescla de textos do PE e PB⁸.

Além do critério temporal, a constituição do *corpus* foi baseada em outros dois critérios. O *textual qualitativo*, por meio do qual foram selecionados, para cada sincronia, textos que mostrassem sequências narrativas, argumentativas e prescritivas, na expectativa de que a variedade de tipologias textuais, em cada estado de língua, pudesse favorecer ocorrências dos vários padrões de *sem* e permitisse chegar a uma amostra balanceada o quanto possível, reduzindo o risco de resultados enviesados por assimetrias na seleção dos tipos textuais⁹. O *textual quantitativo*, por meio do qual foi definida, para cada sincronia, a seleção de sete textos,

7 www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/; <https://cipm.fcsh.unl.pt/>; <http://teitok.clul.ul.pt/cta/>; <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>; <http://phpp.fflch.usp.br/corpus/>; www.bbm.usp.br

8 Agradeço à bolsista Ana Maria Moraes, que trabalhou na constituição de parte desse *corpus* e na seleção e tabulação das ocorrências, tarefas previstas em seu projeto de iniciação científica, desenvolvido sob minha orientação (Fapesp, proc. 2017/25442-7).

9 Seguindo uma linha da romanística que elege os mecanismos de junção como índices fundamentais para reconhecimento de tradições textuais (KABATEK, 2006; PONS RODRÍGUEZ, 2009, dentre outros), assumo que a escolha dos mecanismos de junção, a frequência relativa de uso e a distribuição no texto estão fortemente relacionadas às tradições textuais, de modo que certas tradições podem favorecer e outras desfavorecer escolhas no âmbito da junção.

com controle do número de palavras, aproximadamente 400.000 para cada sincronia¹⁰. Utilizei a ferramenta computacional *Sketch Engine* para compilar o *corpus*, controlar o número de palavras e selecionar as ocorrências nos contextos de uso. Quadro 2, a seguir, traz a relação completa dos textos selecionados para cada estado de língua, com as respectivas siglas e o número de palavras:

Quadro 2. Relação dos textos que constituem o *corpus*

Período	Textos com as respectivas siglas	No palavras
XIII	Dos costumes de Santarém (13DCS); Testamentos D. Afonso II (13TDA); Chancelaria D. Afonso III (13CAF); Foro Real Afonso X (13FRA); Documentos Notariais (13DN); Cantigas de Escárnio e Maldizer (13CEM); Cantigas de Santa Maria (13CSM).	111.554
XIV	Crónica Geral de Espanha (14CGE); Dos Costumes de Santarém (14DCS); Livro de Montaria (14LM); Narrativas de Linhagens (14NL); Bíblia Medieval Portuguesa (14BMP); Livro dos Mártires (14LDM); Primeira Partida Alphonse X (14PP)	371.698
XV	Livro da Ensinança e Bem Cavalgar (15EBC); Crónica D. Afonso (15CDA); Orto do Esposo (15OE); Leal Conselheiro (15LC); Sacramental (15S); História de nobre Vespasiano (15HNV); Castelo Perigoso (15CP)	367.603
XVI	Corte na Aldeia (16CA); Cartas de D. João (16CDJ); História da Província de Santa Cruz (16PSC); Monarquia Lusitana (16ML); Peregrinação (16P); Cronica D. Afonso Henriques (16CDA); Poesia e Pintura (16PP); Teatro Antonio Ferreira (16TAF)	407.424
XVII	Vida do venerável padre Joseph de Anchieta (17VVP); Dialogos de varia historia (17DVH); Nova Lusitânia (17NL); Voz Sagrada (17VS); Gazeta (17G); Arte de furtrar (17AF); Cartas Padre Vieira (17CPV)	421.373
XVIII	Dizertação sobre as Capitánias de Santo Amaro e São Vicente (18CSA); O Fazendeiro do Brazil (18OFB); Caminhando mato dentro (18CMD); Reflexões sobre a vaidade dos homens (18RVH); Historia dos Lazaretos (18HL); Cartas oficiais e cartas particulares do PHPB (18COP); Por rumos na agulha (18PRA)	437.998
XIX	História e descrição da febre amarella (19HDF); Notícia para História e Geografia (19NHG); Physiologia das Paixões e afexões (19PP); Romances e Novelas (19REN); Cartas diversas do PHPB (19CD); O cavaleiro Teutonico (19CT); Sangue Limpo (19SL)	447.825
XX	Cartas de leitores e redatores de jornais (20CLR); O cozinheiro dos cozinheiros (20CDC); A sciencia no lar moderno (20CLM); O café na história, no folclore e nas belas-artes (20CHF); Cartas de administração privada (20CAP); Revista da Faculdade de Direito (20RFD); Feliz ano velho (20FAV)	440.929

10 O período referente ao século XIII tem quantidade menor, pelo fato de que alguns dos textos selecionados, que atendiam ao rigor filológico desejado e ao critério qualitativo, eram menos extensos. Contudo, possíveis efeitos negativos dessa diferença podem ser minimizados pela apuração da frequência relativa (cf. Tabela1).

Quanto às decisões metodológicas, a unidade de análise é sempre a construção complexa de que o juntor (preposição ou perífrase conjuncional) faz parte. A descrição e análise dos dados conjuga as abordagens qualitativa e quantitativa, com ênfase na qualitativa. Para dar conta do primeiro objetivo, sobre as propriedades sintático-semânticas da preposição *sem* que autorizam a regência da proposição iniciada por *que* e a posterior reinterpretação como perífrase conjuncional, adoto como parâmetro de análise, em perspectiva longitudinal, o modo como a preposição *sem* participa da conexão sintática e a variedade e tipos de significados, nos diferentes contextos de uso. Nessas análises, a apuração das frequências absoluta e relativa se mostrará importante tanto no reconhecimento de tendências, como na identificação de índices relativos à expansão de uso e à mudança. Para dar conta do segundo objetivo, sobre o do trânsito gradual entre os significados fonte e alvo, em viés qualitativo, invisto no refinamento do significado fonte e na descrição circunstanciada dos padrões semânticos derivados.

4. Diacronia de *sem (que)*

O mapeamento nos textos do *corpus* resultou em 2931 ocorrências de construções com *sem*, que se distribuem por três diferentes padrões gramaticais: um preposicional e dois conjuncionais. A Tabela 1 apresenta, em perspectiva longitudinal, as frequências desses três padrões. A preposição fonte *sem* é o padrão mais frequente em todos os estados de língua, equivalendo a 63% dos dados. A conjunção *sem*, 31% dos dados, também foi documentada já nos textos mais antigos, ainda que com frequência diminuta, e só a partir dos textos do século XVI é que se mostrou mais usual. Em contraste, a perífrase *sem que* é mais tardia. As primeiras instâncias datam do XVI¹¹ e, no quadro geral do material investigado, aparece sempre em frequência muito menor, 6% dos dados. O século XVI, aliás, parece ter sido um período crucial para a mudança, visto que a frequência geral de *sem* aumenta consideravelmente para 411 dados, frente aos 178 dados do período anterior. O aumento da frequência geral é reconhecidamente um fator importante no gatilho e na implementação das mudanças (BYBEE, 2010).

11 Esse resultado corrobora os achados diacrônicos de Romero (2009). Para o espanhol, Barra Jover (2002) verifica as primeiras ocorrências de *sem que* em textos do século XV; no francês, segundo Barra Jover (2013), *sans que* é implementado no século XVI.

Tabela 1. Frequências absoluta e relativa dos padrões funcionais de *sem* e *sem que*, em perspectiva longitudinal

	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
Prep <i>sem</i>	119 (98%)	121 (97%)	139 (78%)	250 (61%)	242 (55%)	339 (64%)	376 (56%)	258 (56%)	1844 (63%)
Conj <i>sem</i>	3 (2%)	3 (3%)	39 (22%)	157 (38%)	168 (38%)	151 (28%)	210 (31%)	168 (37%)	899 (31%)
Perif. <i>sem que</i>	0 -	0 -	0 -	4 (1%)	28 (7%)	42 (8%)	84 (13%)	30 (7%)	188 (6%)
Total	122 (100%)	124 (100%)	178 (100%)	411 (100%)	438 (100%)	532 (100%)	670 (100%)	456 (100%)	2931 (100%)

As ocorrências de (4) a (6) são exemplares desses padrões gramaticais. Em (4), a preposição introduz um nome (*engano*), e o sintagma *sen engano* juntamente com o advérbio em *-mente* (*compridamente*) são colocados em equivalência pela coordenação com *e*. Em (5) e (6), a conjunção *sem* e a perífrase *sem que* introduzem orações, realizadas com infinitivo e subjuntivo, respectivamente. Em todos esses dados, prevalece aceção modal.

- (4) (...) devemos a dar mais compridamente e **sen** engano (13FRA, 34)
- (5) Porende que pera o lançar das pernas, do firmar dos pees e endereçar do corpo, seguramente, **sen** apertar as pernas, se podem bem correger. (15EBC, 138)
- (6) Correo o tempo na mesma forma **sem que** sessacem as necessidades referidas, e em dia onze deste mez pertendeo o Gentio sobre amadrugada ao Sahir da Lua darnos hũ assalto dentro na Praça. (18CMD)

A noção de *modo*, na literatura linguística, cobre um largo número de relações. Para caracterização da nuance modal de *sem*, combino duas das relações propostas em Kortmann (1997), a saber, *modo* e *concomitância negativa*. Nas relações modais, segundo o autor, *p* e *q* se referem ao mesmo evento e *p* especifica como o evento é realizado. Respondem a perguntas ‘*como?*’, que aplicadas aos dados de (4) a (6) resultam em: *como devemos dar? Como firmar os pés e endereçar o corpo? Como correu o tempo?* Mas há um outro elemento na semântica básica de *sem*, a não presença ou a negação de uma concomitância, em que ‘*p* não acompanha *q*’. Da mescla dessas duas noções resulta a definição de ‘relação modal’, em (7), assumida neste trabalho:

- (7) *Relação modal*
- a) *p* e *q* se referem ao mesmo evento;
- b) o evento se realiza de modo que *p* não é concomitante a *q*.

Nas subseções que seguem, examino a conexidade da preposição *sem* (4.1) e o trânsito dos significados na constituição de *sem que* (4.2).

4.1 A conexidade da preposição *sem*

Os dados investigados mostram que o português arcaico conheceu a preposição *sem* ~ *sem* ~ *ssen*, apta à introdução de adjuntos e predicativos, mas não de complementos. Esse padrão de conexidade se mantém até hoje, conforme Ilari *et al.* (2015) afirmam sobre o português brasileiro culto falado. Em todos os estados de língua estudados, há contextos sintáticos em que *sem* faz adjunção a sintagmas verbais (SV), ou a sintagmas nominais (SN) ou a Orações (Or). O contexto mais frequente é aquele em que *sem* acrescenta ao núcleo verbal um adjunto modificador, conforme (8) a (15):

- (8) ir a Alcalá **sen** pavor e **sen** espanto (13CEM)
- (9) se ella morrer **sen** manda (13FRA)
- (10) compre **sem** portagem (14DCS)
- (11) Assy sse guarda **sem** outra citaçom (14DCS)
- (12) o dicto Apostollo nos manda orar contynuadamente e **sem** enterpoymento (15LC)
- (13) por serem parentes muito chegados, e casarem **sen** dispensação (15CDA)
- (14) cavalgar **sen** estrebeiras (15EBC)
- (15) eu hei de viver **sem** vós (15CDA)

Nos dados de (8) a (15), o adjunto *sem+nome* acrescenta ao predicado verbal a noção de *modo*, tal como definida em (7). Dadas as especificidades contextuais e a natureza do nome, a relação modal pode se efetivar como uma não concomitância no espaço, como em *cavalgar sem estrebeiras* (14); ou uma não concomitância no espaço e no tempo, como em *viver sem vós* (15), e até mesmo uma não concomitância com estados mentais, como em *ir sem pavor e sem espanto* (8). Isso evidencia um fato bastante importante que é a expansão semântica da preposição *sem*, em meio a um contínuo de domínios cognitivos que avança em complexidade, partindo de espaço, o mais elementar, em direção a tempo e estados mentais.

Em outro contexto sintático, *sem* faz adjunção a um SN, conforme (16) a (23). Alguns casos se pautam na não concomitância no espaço, (18), (19), (21) e (22), outros, na não concomitância com estados mentais. Diferentemente do contexto de SV, no contexto de SN, em que o sintagma *sem+nome* é modificador de nome, a noção de modo pode ser reinterpretada em termos de *qualidade*. Também no contexto de predicação nominal, conforme (24), *sem* introduz um predicativo do sujeito, com a expressão de qualidade procedente da negação no espaço.

- (16) omem **sen** memoria ou **sen** syso (13FRA)
- (17) moller **sen** bondade (13CSM)
- (18) peões **sem** lanças e com grandes sapatões (13CEM)
- (19) o rastro **sem** encostadura (14LM)

- (20) homem **sem** sabedoria (14BMP)
- (21) de lanças **sem** ferros (14DCS)
- (22) per hũa terra seca **sem** augua (15OE)
- (23) A sciencia **sem** uirtude (15OE)
- (24) este campo he **sen** herva (14LM)

Mas a preposição *sem* não está restrita à articulação de termos, também pode acrescentar um adjunto a uma oração completa, conforme (25)-(33). Nesse caso, a depender do contexto, a relação modal pode avançar para expressão de relações mais abstratas, condicionais e concessivas. Compare (25) e (26), em que prevalece a relação modal, com (27) a (30), em que *sem* introduz um termo que funciona como condição para a realização do conteúdo da oração prévia, que sempre traz uma negação explícita (às vezes, dupla negação). Nos exemplos, a presença de um rei é condição para existência de um povo (27); a autorização dos maridos é condição para a validade das ações de mulheres (28); o consentimento da fêmea é condição para emprenhar (29); a sabedoria é condição para bem aventurança (30). Por outro lado, nos dados de (31) a (33), temos contextos em que a concomitância negativa contraria expectativas ou, no mínimo, ela é considerada notável, o que habilita expressão contrastiva. Em (31), mesmo na ausência de vela, consegue ver as horas; em (32), mesmo sem vontade ou gosto, matou o filho da viúva; e, em (33), mesmo sem ter morrido, foi para o paraíso na companhia dos anjos.

- (25) O que a Santa Maria mais despraz ... E **sen** aquest', os judeus fezeran ãa cruz (13CSM)
- (26) ao outro dia cedo, **sen** mais tardar partiu o Infante com aqueles mil e quatrocentos de cavalo (15CDA)
- (27) nehuũ poboo non pode auer **sen** seu rey (13FRA)
- (28) costume he q nêhua molher q aja máá ffama nenhũa cousa que ffaça nõ deue a ualer **ssen** mandado de sseu marido (13DCS)
- (29) (...) dizem os naturaes que nenhũa animalia nem ave nunca emprenham **sen** consentimento da fêmea (14LM)
- (30) E diz Sancto Agostinho que nõ he nehuũ bem auêturado **sen** sabedoria (15OE)
- (31) vira estar sobre aquelle crucifixo hũa pedra qual nũa doutra tal ouvyra fallar, ca, pella noyte escura, dizia que veeriam ao lume della bem como se fosse dya e diziam ao lume della as horas **sen** nem hũa outra candeia (14CGE)
- (32) **sen** seu grado, matou huũ filho de hũa viuua, e ella queyxou-se ao enperador, (15OE)
- (33) passara do parayso terreal pera a conpanha dos angeos **sen** morte nehũa (15OE)

Em suma, *sem* faz adjunção e em diferentes esquemas sintáticos. Na adjunção a SN, o sintagma exerce as funções sintáticas de adjunto adnominal e de predicativo (sujeito e objeto); na adjunção a SVs, exerce a função de adjunto adverbial, com prevalência da acepção modal; e, na adjunção a Or, exerce também a função de adjunto adverbial, mas a semântica se espraia entre modo, condição e concessão.

Os usos preposicionais de *sem* descritos acima distinguem-se de um conjunto de ocorrências, que classifiquei como conjuncionais com *sem*, pelo fato de que a articulação se faz entre duas orações, portanto, no terreno das conjunções. São construções que se realizam com infinitivo, conforme (34) a (36), e apareceram desde os textos mais antigos (rever Tabela 1). De modo similar à preposição *sem*, a conjunção *sem* também está envolvida em rede polissêmica: em (34), a noção de modo repousa na negação da concomitância de pessoas no espaço (*cavalgou sem levar ninguém*); em (35), sobressai a condicionalidade negativa, estruturada na negação de ambos os conteúdos, em que o não cumprimento da condição implica o não cumprimento do condicionado (*nunca o filósofo chorava, se não fosse em público*); e, em (36), a não concomitância contraria expectativas, em um contexto em que o indivíduo não é castigado, apesar do crime cometido.

(34) (...) cavalgou secretamente um dia pela manhã cedo, **sem** levar ninguém consigo (15CDA)

(35) (...) nunca este Filósofo chorava **sem** ser em publico, buscando expectadores (17VZ)

(36) (...) e foi me dito por pessoas dignas de fê que vay colher esta camfora um homem, e enche dela hũa cabaça, e se outro homem ho vee primeiro com a cabaça chea, ho mata, e lhe toma a cabaça, **sem** por isso ser castigado (16CSD)

A descrição conduzida até aqui mostra que, já no português arcaico, *sem* se expandia semanticamente para o domínio das relações adverbiais e já selecionava orações, as reduzidas de infinitivo, transitando, portanto, em um nível de análise mais alto. Esses são alguns indícios do potencial de *sem* rumo ao estatuto conjuncional *sem que*. Visando a esmiuçar esse potencial, retomo nesse ponto a proposta de Barra Jover (2002), referida anteriormente (Seção 2).

Admitindo a singularidade da trajetória evolutiva própria de cada preposição, o autor postula que, em um dado estado de língua, uma preposição pode reunir condições para seleção de uma proposição em *que*. Uma dessas condições é justamente a natureza do nome regido, em que se uma preposição pode selecionar um nome [4D], então é muito provável que ela possa selecionar também uma proposição em *que*. Esse postulado pode ganhar sustentação diacrônica, quando se consegue aferir uma correlação cronológica entre os usos de uma preposição *x* e a emergência de perífrase *x+que*. Mais especificamente, se em um dado texto, em determinado período da língua, a preposição *x* aparece na construção *x+que*, então, nesse mesmo texto, devem aparecer ocorrências em que a preposição *x* satisfaça a condição principal sobre a natureza do nome.

Considerando que, no universo dos textos investigados, a perífrase *sem que* surge no século XVI, para sustentação diacrônica, a expectativa é que: 1) em período anterior, a preposição já pudesse selecionar nomes com dimensões espaço-temporais; e, 2) que nos textos em que verifiquei as primeiras ocorrências de *sem que* devem aparecer também ocorrências da preposição com nomes [4D].

O exame nos dados permite confirmar que a preposição *sem* selecionava já no período arcaico nomes dos tipos [3D], [4D] e [-D]¹². Para lidar metodologicamente com a classificação dos nomes, adotei as bases da classificação tripartida de Lyons (1977), que distingue entidades de primeira, de segunda e de terceira ordem. Os nomes [3D] foram equiparados às entidades de primeira ordem: pessoas, animais e objetos físicos que têm propriedades perceptivas e são localizáveis no espaço, conforme (37)-(39). Os nomes [4D] foram equiparados às entidades de segunda ordem: eventos (atividades, processos e estados) que ocorrem ou ocorreram no mundo e são localizáveis no tempo, conforme (40)-(42). Os nomes [-D] foram equiparados às entidades de terceira ordem: relações abstratas que ocorrem no mundo mental e que independem de espaço e tempo, conforme (43)-(45).

- (37) (N^{3D}) responder **sen** seu alcaide (13DCS)
- (38) (N^{3D}) morrer **sen** filhos (13FRA)
- (39) (N^{3D}) peões **sen** lanças (13CEM)

- (40) (N^{4D}) casar **sen** mandado (=ordem) (13DCS)
- (41) (N^{4D}) **sen** demora (13CSM)
- (42) (N^{4D}) voltar **sen** contenda (=luta) (14CGE)

- (43) (N^{-D}) **sen** nenhum receo (14LM)
- (44) (N^{-D}) Bispo **sen** piedade (13CSM)
- (45) (N^{-D}) ir **sen** pavor (13CEM)

Considerando que as primeiras ocorrências de *sem que* foram identificadas em quatro textos diferentes – *Peregrinação* (16P), *Crónica D. Afonso Henriques* (16CDA), *Corte na Aldeia* (16CA) e *Monarchia Lusitana* (16ML) - reexaminei todas as ocorrências da preposição *sem* de cada um dos quatro textos, para apurar a coexistência entre *sem que* e nomes [4D]. Tal como nos textos do português arcaico, também nos documentos do século XVI, são abundantes os exemplares envolvendo as entidades de nível mais alto:

- (46) (N^{4D}) **sen** interpolação algũa (16ML)
- (47) (N^{-D}) **sen** nenhũ temor (16ML)

- (48) (N^{4D}) **sen** combate (16CDA)
- (49) (N^{-D}) **sen** medo (16CDA)

12 Nomes abstratos.

- (50) (N^{4D}) **sen** mais detença (16P)
 (51) (N^D) **sen** amor (16P)
- (52) (N^{4D}) **sen** a diligência e engenho (16CA)
 (53) (N^D) **sen** vergonha do mundo (16CA)

4.2 Da concomitância negativa à condição e à concessão

As construções conjuncionais com *sem que* se conformam aos mesmos padrões semânticos verificados para a preposição *sem*: *modo*, *condição* e *concessão*. A Tabela 2, a seguir, ilustra a frequência dos padrões funcionais de *sem que*, em perspectiva longitudinal. Mostra que, nos dados investigados, os três padrões estão presentes em todos os estados de língua, a partir dos textos do século XVI, quando da identificação dos primeiros dados de perífrase. Do total de 188 ocorrências de *sem que*, o padrão concessivo é mais frequente que os demais (95/188, 50,5%).

Tabela 2. Padrões funcionais de *sem que*, em perspectiva longitudinal

	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
Modal	2 (50%)	7 (25%)	11 (26%)	31 (37%)	5 (16,5%)	56 (30%)
Condicional	1 (25%)	3 (11%)	15 (36%)	13 (15%)	5 (16,5%)	37 (19,5%)
Concessivo	1 (25%)	18 (64%)	16 (38%)	40 (48%)	20 (67%)	95 (50,5%)
Total	4 (100%)	28 (100%)	42 (100%)	84 (100%)	30 (100%)	188 (100%)

Apesar das especificidades de cada um, os três padrões de *sem que* se aproximam em termos morfossintáticos, no que se refere às opções de ordenação e ao emprego dos modos e tempos verbais; e em termos semânticos, no que se refere ao partilhamento de um núcleo nocional comum em torno da noção de *concomitância negativa*.

As construções *modais* com *sem que*, conforme descrição em (54), se realizam muito frequentemente com a posposição da oração-*sem que* (52/56, 93%) e selecionam invariavelmente modo subjuntivo, nos tempos presente ou imperfeito. Nesse padrão, *p* e *q* se referem ao mesmo evento, e *p* especifica algum aspecto do modo como *q* é realizado, tendo em vista o amplo domínio da concomitância negativa, que abriga noções de *negação*, *afastamento*, *privação* e *restrição*. De modo geral, conforme (55) a (59), *p* não acompanha *q* e, contextualmente, esse fato é percebido como notável.

- (54) *Sem que* modal
 [*q, sem que p, em que p não acompanha q e isso é considerado notável*]

- (55) (...) havendo grande abundância d'água corrente para perfeitamente limpar o Café, pôde poupar se a principal plataforma, pois então pôde o Café enxugar-se em alguma das plataformas de seccar **sem que** isto as arruine. (18OFB)
- (56) (...) e que aly se achavaõ officiaes, e soldados pagos; ahy os detiveraõ **sem que** conversacem huns com outros (18CMD)
- (57) Anselmo riu-se e calou-se; Manuel Luiz, percebendo que iam dansar, levantou-se, dirigiu-se a Margarida eoffereceu-lhe o braço, que ella aceitou sem pronunciar palavra, e **sem que** mesmo se dignasse de encara-l-o. (19REN)
- (58) Que o interrogatorio que lhe fez o *Senhor Doutor* juiz municipal da 4ª vara se effectuou na casa do mesmo juiz sem testemunhas, e **sem que** nos fosse permitido assistir. (19CD)
- (59) Alto, magro, usando um paletozinho xadrez de tergal e um boné tipo gatuno, ele traz um grande pacote retangular que apoia no batente da porta enquanto observa os dois **sem que** estes notem a sua presença. (20FAV)

As condicionais com *sem que*, conforme descrição em (60), se especializam na expressão de uma *eventualidade negativa*, o que se justifica em parte pela semântica da fonte *sem*. As orações introduzidas por *sem que* são preferencialmente pospostas (31/37, 84%) e se realizam sempre com subjuntivo. Nesse caso, *p* equivale a uma especificação *a posteriori* que estabelece as condições sob as quais *q* será realizado, como em (61) a (65). A oração núcleo (*q*), em todos os casos, é construída com uma negação explícita (*não, nunca, nenhum, jamais, prefixo in-, etc.*), como destacado pelos grifos. Em perspectiva translinguística, para línguas europeias, Kortmann (1997, p. 206) verifica que condição negativa é uma leitura frequente para marcadores de concomitância negativa, sobretudo em contextos de orações complexas. Mostra que *without*, do inglês¹³, *fără (ca)*, do romeno (port. *sem (que)*) e *ohne dass*¹⁴, do alemão (port. *sem (que)*), são juntores que podem assumir as duas leituras.

(60) *Sem que* condicional

[*não q, se não p*, em que a não realização de *q* é implicada pelo não cumprimento de *p*]

- (61) (...) n'esta Fórma Fica Sendo a ReCruta gêral e Relativa a todas as Villas d'esta ComárCa, e Conforme a ultima Ordem de Vossa ExCelenCia devo suspendela, e por estes póvos em socego, o que Com tudo não farei, **Sem que** Vossa ExCelenCia asim o ordene, depois d'este ReCebimento. (18COP)
- (62) *Roberto*, rei da Bretanha, na guerra contra os Syros, recebeo no braço um golpe com ferro envenenado, o qual não podia sarar, **sem que** alguém extrahisse com a boca o mal que se achava ali depositado. (19PP)

13 Compare as construções com *without*, do inglês (cf. KORTMANN, 1997, p. 206):

- (a) She left the room *without* giving me a hug (concomitância negativa)
(b) I couldn't go to sleep *without* her giving me a hug (condição negativa)

14 Baerentzen (1995, *apud* Rudolph, 1996) distinguiu para as construções com *ohne dass*, do alemão, diferentes subtipos semânticos entre causal, condicional, consecutivo, e mais recentemente, concessivo.

- (63) As mulheres não são communs, mas he licito a cada hum tomar quantas quer; e não tomarião mulher virgem **sem que** primeiro dormisse huma noute com o seu Senhor, o que reputão grande honra. (19NHG)
- (64) (...) e ordenei de combinação com o *mestre* das obras de não continuarem mais nesses reparos **sem que** as chaves da referida Casa fossem depositadas na Secretaria da *Mizericordia Segundo* o regulamento (19CD)
- (65) Advertimos pela ultima vez aos nossos Correspondentes, que nenhuma correspondencia publicaremos **sem que** venhão assignadas, e reconhecidas. (20CLR)

No padrão concessivo, conforme descrição em (66), *sem que* participa de uma relação de quebra de expectativas que, como argumentarei a seguir, apresenta pelo menos duas manifestações diferentes do pensamento concessivo. Também nesse padrão semântico, assim como naqueles discutidos anteriormente, a posposição da oração-*sem que* é quase categórica (93/95, 98%) e o modo é sempre subjuntivo, presente ou imperfeito.

- (66) *Sem que* concessivo
[*q, embora não p, em que p não acompanha q e isso quebra expectativas*]

Os dados indiciam que convivem pelo menos dois tipos de concessão com *sem que* e que ambos partilham a *suspensão de uma relação* como resultado de uma quebra de expectativas. O primeiro tipo, próximo à concessão canônica, é fundado na negação de um pressuposto de causalidade, em geral implícito; o segundo tipo, restritivo, é fundado em uma relação entre forças argumentativas, em que o conteúdo proposicional da oração principal tem sua validade retificada, restrita ou atenuada pelo conteúdo da oração modificadora. Nos termos de Moeschler e Spengler (1982), trata-se de duas formas de apresentação do discurso, uma pautada na prova, outra no argumento.

No primeiro caso, as construções se conformam ao esquema de implicação – padrão das concessivas - do tipo *normalmente se p, então não q* (cf. KÖNIG, 1985; RUDOLPH, 1996; LATOS, 2009; PANDER MAAT, 2015; GAST, 2019), em que a expressão *normalmente* se refere a pressupostos partilhados pelos sujeitos nas tantas experiências e vivências sociais. As ocorrências de (67) a (72) são representativas desse esquema. Em (67), a dureza dos indígenas é colocada explicitamente como causa da dificuldade ou do impedimento do trabalho dos religiosos. Mas essa relação causal é suspensa, já que os religiosos seguem ensinando e catequizando. Em (68) e (69), a relação de causalidade é uma pressuposição que precisa ser mobilizada a partir do conhecimento de mundo e, então negada em *p*, para a construção dos significados. Em (68), a pressuposição é a de que alguém que permaneça mais de meia hora submerso não consiga manter a consciência nem a própria vida; em (69), a pressuposição é a de que pessoas oriundas de áreas infectadas tenham grande potencial de transmissão. Ambas

são suspensas. Interpretações similares valem para as demais ocorrências. Em todos os casos, as pressuposições têm estatuto pragmático, são parte do conhecimento comum e, nas situações comunicativas, os falantes/escreventes tomam sua verdade como certa e supõem que os outros envolvidos suponham o mesmo (cf. STALNAKER, 1972).

- (67) (...) & mais acreditado com os índios, juntamente se occupaua na cultura delles; visitauã de ordinário sete, ou oito Aldeas á pé, distantes três, & quatro legoas, ensinando, cathequizãdo, batizãdo **sem que** a dureza, & ingratião dos corações índios fosse causa pera enfadarse delles. (17VVP)
- (68) (...) depois de auer estado por mais de meia hora no fundo das agoas **sem que** jamais perdesse o sentido, cuidadoso de tres couzas (como elle dizia) de Iesu, Maria & de nam beber agora. (17VVP)
- (69) (...) nós vemos vir pessoas infectadas do lugar aonde reina a peste, **sem que** por isso tragão o contagio (18HL)
- (70) (...) e foi ao meyo dia embarcando toda agente navegamos por tempo de quatro horas, e por que nos viesse huma grande tempestade de chuva, Trovoins, e Rayos nos vimos obrigados a embicar as Embarçaõens ao barranco do Rio **sem que** ninguem pudece saltar em terra; cujo barranco era bastantemente alto, e com gróssos matos. (18CMD)
- (71) Endo-se experimentado muitas vezes, e em diversos tempos do anno, semear trigo, parece que elle não pôde chegar aqui á sua perfeita maturação, e que não produz espiga chêa; cresce porém todo em herua, **sem que** se crie grão algum (19NHG)
- (72) (...) e certamente antes que vissemos o que hum elefante fazia em Cochim, não teríamos podido crer o que elles contaõ, isto he, que dous elefantes sem pessoa alguma mais, puxem pela terra huma não de quatrocentas ou quinhentas toneladas, ou a levem do estaleiro parta o mar **sem que** mais ninguém trabalhe n'isto (19HNG)

O esquema de representação da manobra argumentativa colocada em jogo por *sem que* é ilustrado pela Figura 1. Ao enunciar *q*, o locutor declara a verdade de *q* e, com base nas condições normais do mundo (pressuposição pragmática), implica *não-p*. Ao enunciar *sem que p*, suspende a relação de implicação, evidenciando uma contradição entre *p* e *não-p*. A prevalência da posposição da oração-*sem que*, frequentemente focal, está a serviço de reforçar *p* enquanto argumento decisivo. Nesses termos, as duas propriedades inscritas no padrão concessivo prototípico de *sem que* são: a existência de uma *contradição*¹⁵ entre o que é inferido e o que é afirmado, e a presença de uma hierarquia entre os pesos dos conteúdos das orações como argumentos para conclusões.

15 Assumo que duas proposições são contraditórias quando a verdade de uma delas implica a falsidade da outra, *i.é.*, elas não podem ser ambas verdadeiras ou ambas falsas (cf. CRUSE, 2006).

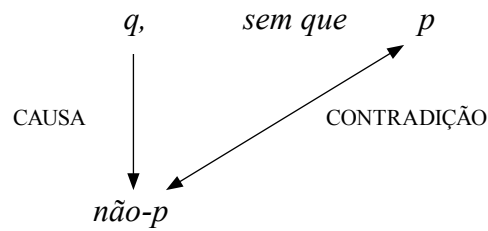
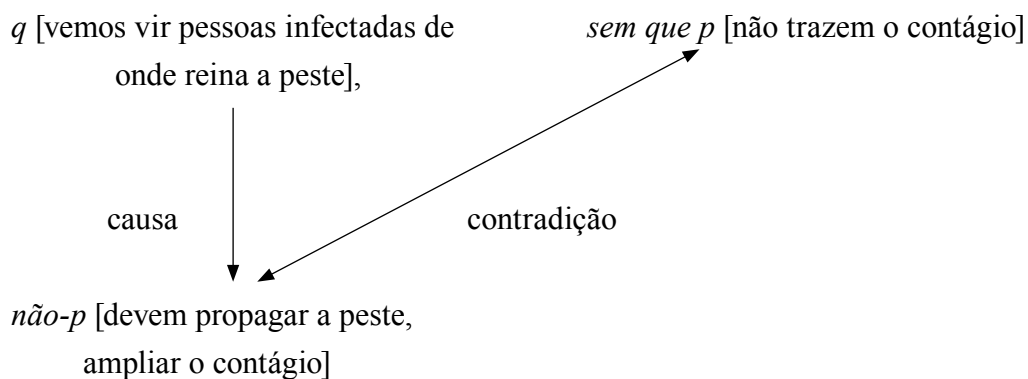


Figura 1. Esquema argumentativo de *sem que* concessivo

Aplicando o esquema às ocorrências, em que tomo (69) como exemplo, temos:



Em frequência muito menor nos dados, estão as instâncias de *sem que* que, diferentemente de (67) a (72), não se constroem em torno da suspensão de uma causalidade, mas há, como já referi, uma quebra de expectativas em decorrência da restrição, retificação ou atenuação do conteúdo da oração principal. A suspensão, nesse caso, é mais propriamente do número de suposições que poderiam ser obtidas com a enunciação de *q*. São ocorrências que se aproximam do que Latos (2009), Pander Maat (2015) e Gast (2019) chamam de *concessivas restritivas*. Para os autores, o contraste resultante repousa essencialmente na diferença de forças argumentativas. Em (73) a (77), o conteúdo de *sem que p* restringe o conjunto de inferências possíveis a partir de *q*.

- (73) Destes indios andaõ bastantes fogidos *que* vaõ notados nas listas os *de que* se lembraõ os *Padres Superiores* Nem podemos saber o lugar a onde andaõ pella extençaõ das minas geraes por onde ordinariamente morrem sem sacramentos **sem que** valha deligencia alguã noSsa *para* evitar tal perda. (18COP)
- (74) Esta Ilha foi descoberta por João Gonsalves Zarco, e Tristão Vaz, que tinham sido mandados pelo Infante para passar o Cabo Boja e quatro annos para cá, **sem que** até então tivesse sido habitada (19NHG)
- (75) (...) todos os nossos Historiadores quando tratão desta viagem, dizem que o dito Capitão partira do Tejo em o dia 6 de Abril daquelle anno, levando tres navios debaixo do seu commando, **sem que** nenhum falle em o quarto, nem em o Feitor João de Empoli (19NHG)

- (76) É o controle por manipulação que atua sobre as mentes, visando a induzir ou coibir atitudes, **sem que** seja necessário recorrer à lei e seu comando coercitivo. (20RDF)
- (77) Na verdade, daí em diante, várias vezes as autoridades, sobretudo militares, tomaram medidas só cabíveis decretado o estado de sítio, **sem que** este o fosse (20RFD)

Considerações finais

O estudo forneceu algumas respostas às questões elencadas previamente. O perfil da preposição *sem* é fundamental para compreender aspectos de sua trajetória evolutiva. Especializada na introdução de adjuntos e predicativos, a preposição *sem*, desde muito cedo, passou a intermediar orações, recobrando uma área que é típica das conjunções. Os usos conjuncionais de *sem* guardam resquícios dos usos preposicionais originais tanto no esquema de adjunção, quanto na expressão de uma rede polissêmica similar.

A reinterpretação como perífrase conjuncional *sem que*, mais tardia, teria sido favorecida por propriedades da preposição. A capacidade de selecionar nomes com dimensões espaço-temporais e nomes abstratos, e a capacidade de selecionar estruturas reduzidas de infinitivo, muito próximas às orações desenvolvidas, dada a presença de complementos e, em alguns casos, de sujeito explícito, aliadas à habilidade de expressar relações adverbiais, garantiram a *sem* condições para saturar o esquema abstrato $x+que$, o que parece ter ocorrido, segundo os dados, por volta do período quinhentista.

Do ponto de vista dos significados, as alterações deram lugar a uma perífrase multifuncional, apta à expressão de *modo*, *condição* e *concessão*. A compreensão da semântica original de *sem*, no domínio espacial, trouxe alguma luz sobre a constituição dos significados novos. A noção peculiar de não presença no espaço, reinterpretada aqui em termos de *concomitância negativa*, a princípio no espaço, depois no tempo e nas relações mentais, experimentou expansões contextuais, com deslizamentos rumo à expressão de um tipo de nuança modal (*p* não acompanha *q* e isso é notável); de um tipo de nuança condicional (uma eventualidade negativa: *não q, se não p*), e de pelo menos dois tipos de relações concessivas, um ancorado na suspensão de uma pressuposição causal, outro em restrições e/ou atenuações de possíveis suposições. A atuação de *sem que* no domínio da condicionalidade e, especialmente, no domínio da concessividade, é evidência da *(inter)subjetivização* dos significados (TRAUGOTT; DASHER, 2002; TRAUGOTT, 2012).

Referências

BARRA-JOVER, Mario. **Propiedades léxicas y evolución sintáctica**. El desarrollo de los mecanismos de subordinación en español. A Coruña: Toxoutos, 2002.

- BARRA-JOVER, Mario. Des contraintes générales romanes sur la construction préposition/ adverbe + *que* et les particularités évolutives du français. In: Jacob, Daniel & Ploog, Katjia (eds). **Autour de *que* – El entorno de *que***. Peter Lang, p. 19-46, 2013.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERTOCCHI, Alessandra & Maraldi, Mirk. Conditionals and concessives. In: Baldi, Philip & Cuzzolin, Pierluigi (Eds). **New perspectives on historical latin syntax: Complex Sentences, Grammaticalization, Typology**, Vol. IV. Berlin: De Gruyter Mouton, p.93-193, 2009.
- BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. **Linguistic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CAMARA, Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 1975.
- CRUSE, Alan. **A glossary of semantics and pragmatics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- CUNHA, Celso & Cintra, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ERNOUT, Alfred & Meillet, Antoine. **Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoires des mots**. Paris: Librairie Klincksieck, 1951.
- GAST, Volker. An exploratory, corpus-based study of concessive markers in English, German and Spanish. In: Loureda, Óscar *et al.* (eds) **Empirical studies of the construction of discourse**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2019, p. 151-191.
- HANSEN, Maj-Britt Mosegaard & Visconti, Jacqueline (Eds.). **Current trends in diachronic semantics and pragmatics**. Emerald Group Publishing Limited, 2009.
- HANSEN, Maj-Britt Mosegaard. A pragmatic approach to historical semantics, with special reference to markers of clausal negation in Medieval French. In: Allan, Kathryn & Robinson, Justyna (Eds). **Current Methods in Historical Semantics**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011, p. 233-257.
- HARRIS, Martin. Concessive clauses in English and Romance. In: Haiman, John & Thompson, Sandra (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, p.71-99, 1988.
- HEINE, Bernd & Kuteva, Tania. **The genesis of grammar: a reconstruction**. New York: Oxford University Press, 2007.
- HERMAN, József. **La formation du système roman des conjonctions de subordination**. Berlin: Akademie-Verlag, 1963.
- HERRERO-RUIZ, Javier. **Sintaxis histórica de la oración compuesta en español**. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: Traugott, Elizabeth Closs & Heine, Bernd (Eds). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p. 17-35, 1991.
- ILARI, Rodolfo *et al.* A preposição. In: Ilari, Rodolfo (org) **Palavras de classe fechada**. São Paulo: Contexto, p.163-310. 2015.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: Lobo, Tânia *et al.* (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: Editora da UFBA, p.505-527. 2006.
- KEWITZ, Verena *et al.* As preposições: aspectos históricos e usos atuais. In: Lopes, Célia Regina dos Santos (Org.) **História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra**. São Paulo: Contexto, p. 294-383. 2018.
- KÖNIG, Ekkehard. On the history of concessive connectives in English: diachronic and synchronic evidence. **Lingua**, 66: p.1-19. 1985.
- KORTMANN, Bernd. **Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- KURY, Adriano. **Português básico: Gramática, Antologia, Exercícios**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- LATOS, Agnieszka. Concession on different levels of linguistic connection: typology of negated causal links. **Newcastle working papers in linguistics**, 15: p. 32-103. 2009.
- LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MAURER, Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MOESCHLER, Jacques & Spengler, Nina. La concession ou la refutation interdite: approches argumentative et conversationnelle. **Cahiers de linguistique française**, 4: p. 7-36. 1982
- MONTERO CARTELLE, Emilio. La importancia del modo en la evolución de la expresión concesiva. **Actas del V congreso internacional de historia de la lengua española**. Gredos: Valencia, p. 795-801. 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- PANDER MAAT, Henk. Two kinds of concessives and their inferential complexities. In: In: Knott, Alistair *et al.* (eds.) **Levels of representation in discourse**. Edinburgh: Human Communication Centre, p. 45-54. 1999.
- PONS RODRÍGUEZ, Lola. Notas sobre os nexos concessivos en los romanceamientos bíblicos medievales. In: Enrique-Arias, Andrés (Ed.). **Diacronía de las lenguas iberorománicas: nuevas aportaciones desde la lingüística de corpus**. Madrid: Iberoamericana/Vervuert, p.305-324. 2009.
- RAMOS, Marta Anaísa Bezerra & Silva, Camilo Rosa. A função junctiva da preposição *sem*: especialização de uso em orações adverbiais reduzidas de infinitivo. **Gragoatá**, 40, p. 273-294. 2016.

- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- ROMERO, Nanci. Gramaticalização, lexicalização e semanticização de *com* e *sem*. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (Org.). **História do português paulista**. Campinas: Editora da Unicamp, p.519-557, 2009.
- RUDOLPH, Elisabeth. **Contrast**: adversative and concessive expressions on sentence and text level. Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 1996.
- SOUTET, Olivier. Des concessives extensionnelles aux concessives simples: contribution à l'étude de la genèse sémantique et historique des locutions conjonctives concessives du français, **LINX**, 59, p. 115-132. 2008.
- STALNAKER, Robert. Pragmatics. In: Davison, Donald & Harman, Gilbert (Eds.) **Semantics of natural languages**. Dordrecht: Reidel, p.380-397, 1972.
- TRAUGOTT, Elizabeth. Pragmatics and language change. In: Allan, Keith & Jaszczolt, Kasia (Eds) **The Cambridge handbook of pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, p.549-566, 2012.
- TRAUGOTT, Elizabeth & Dasher, Richard. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WALTEREIT, Richard. On the origins of grammaticalization and other types of language change in discourse strategies. In: Davidse, Kristin *et al.* **Grammaticalization and Language Change: New reflections**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, p.51-72, 2012.

Usos e Funções de *Praticamente*: de Advérbio de Modo a Angulador

Uses and Functions of *Praticamente*: from Adverb to Hedge

Jussara Abraçado*
Tainara Pinheiro de Castro**

RESUMO

Este estudo sobre usos e funções de *praticamente* baseia-se em dados contemporâneos do português brasileiro em uso, coletados em diversos *sites* da internet e no *Corpus do português*, e fundamenta-se nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, em especial, da teoria dos espaços mentais. Em análise quantitativa (em termos percentuais) e qualitativa dos dados, demonstra que *praticamente*: (i) constitui um recurso à disposição dos falantes, que tendem a utilizá-lo em situações em que expressam uma opinião; (ii) atribui algum grau de imprecisão aos significados e, assim sendo, afrouxa o comprometimento com o estatuto de verdade do que está sendo enunciado, atuando na preservação da face dos envolvidos no ato comunicativo; e (iii) tende a ocorrer estabelecendo relação entre entidades pertencentes a uma mesma categoria e inseridas em um mesmo *frame*.

Palavras-chave: *Praticamente*; advérbio de modo; angulador; linguística cognitiva; teoria dos espaços mentais.

ABSTRACT

This study about uses and functions of *praticamente* is based on contemporary data from Brazilian portuguese in use, collected from various websites and *Corpus do português*. It is based on the theoretical assumptions of cognitive linguistics and, particularly, the theory of mental spaces. In quantitative (in percentage terms) and qualitative analysis of the data, it shows that *praticamente*: (i) is available resource to speakers, who tend using it in situations where they express an opinion; (ii) attributes some degree of inaccuracy to the meanings and, thus, loosens the commitment to the true status of what is being enunciated, acting to preserve the face of those involved in the communicative act; and (iii) tends to occur by establishing a relationship between entities that belong to the same category and that are inserted in the same frame.

Keywords: *Praticamente*; adverb of mode; hedge; cognitive linguistics; theory of mental spaces.

Recebido em 28 de novembro de 2019

Aceito em 25 de abril de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.350

*Universidade Federal Fluminense, almeidajussara@globlo.com, orcid.org/0000-0002-1050-9500

**Universidade Federal Fluminense, narinha_castro@yahoo.com.br, orcid.org/0000-0002-6858-8360

Introdução

George Lakoff, ao investigar os diferentes graus de verdade em línguas naturais, inaugurou o estudo sobre anguladores. Lakoff (1972;1973) constatou que anguladores atribuem graus de incerteza às palavras ou sentenças por eles escopadas, ou seja, ao modificar categorias semântico-cognitivas, os anguladores impactam a precisão da assertividade em relação a algum ponto de vista ou a determinados aspectos do enunciado, como se observa no exemplo a seguir:

- 1) Ana é *praticamente* um bicho-preguiça.

De acordo com Lakoff, afirmação como essa é possível porque, sob a perspectiva do falante, apesar de pertencerem a categorias diferentes, “Ana” e “bicho-preguiça” compartilham algumas propriedades como, por exemplo, o fato de se locomoverem lentamente, dormirem por muitas horas etc. O angulador *praticamente*, como ilustrado no exemplo apresentado, flexibiliza os limites das categorias semântico-cognitivas que envolvem “Ana” e “bicho-preguiça”, licenciando então a afirmação em questão.

Embora tradicionalmente seja categorizado como advérbio, o emprego de *praticamente* como angulador tem se mostrado muito frequente, o que torna importante seu estudo e serviu de motivação para a realização desta pesquisa. E assim sendo, visto não haver ainda estudos sobre o uso de *praticamente* como angulador, buscamos primeiramente conhecer os contextos em que *praticamente* ocorre e as funções que desempenha. Para tanto, coletamos e analisamos ocorrências de *praticamente* em diversos sites da internet e ainda no *Corpus* do português, conforme procedimentos que explicitaremos mais adiante. Com base na análise dos dados coletados e nos pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, em especial da Teoria dos Espaços Mentais, propomo-nos a responder as seguintes questões:

- (i) Quais os usos e funções de *praticamente*?
- (ii) Quais são os contextos de ocorrência de *praticamente* como angulador?
- (iii) Quais as semelhanças e particularidades do angulador *praticamente* em relação a outros anguladores?

Para tanto, vamos discorrer sobre os anguladores de uma forma geral e depois vamos concentrar nossa atenção em *praticamente*, tomando como base análise de dados contemporâneos de língua em uso.

1. Os anguladores: características e usos

O rótulo *hedge* foi utilizado pela primeira vez por Lakoff (1973) em referência a unidades cuja função primeira é a de fazer com que os enunciados que os contêm fiquem mais ou menos

imprecisos. No Brasil, Almeida (1999) denomina *anguladores* tais unidades, definindo-as como recursos à disposição dos falantes, que tendem a utilizá-las em situações em que têm de expressar uma opinião. Neste trabalho, vamos adotar o termo cunhado por Almeida (1999) para o português e, assim sendo, excetuando-se os casos de citação, vamos substituir o termo *hedges* por *anguladores*.

Para Lakoff (1973), os anguladores modificam o pertencimento categorial de entidades referidas em um predicado ou sintagma nominal e apresentam a característica de tornar os significados mais ou menos imprecisos. Vejamos o exemplo a seguir sobre Usain Bolt, famoso corredor jamaicano, recordista olímpico dos 100m e ganhador de várias medalhas em mundiais de atletismo¹:

- 2) Bolt é um guepardo.
- 3) Bolt é *praticamente* um guepardo.

Na afirmação (2), temos uma sentença de natureza metafórica. Como não poderíamos afirmar que um ser humano é um guepardo, a sentença só é aceitável em função da compreensão do uso de uma metáfora. Já em (3), a aceitabilidade se dá graças ao uso do angulador *praticamente*, que aproxima entidades pertencentes a categorias diferentes, ou seja, o atleta Bolt e um guepardo, que compartilham a característica de serem velozes. Não podemos nos esquecer de que, tendo em vista o pressuposto da Linguística Cognitiva, de que o conhecimento de mundo e as experiências dos indivíduos fazem parte da construção do significado, é mister que o leitor/ouvinte tenha conhecimento sobre o atleta “Bolt” e o animal “guepardo” para compreender os enunciados em questão. É importante ainda ressaltar que, graças à imprecisão que causa, o angulador promove a proteção da face dos envolvidos na situação comunicativa, uma vez que que flexibiliza o estatuto de verdade da asserção.

O uso de anguladores, conforme descrito nos trabalhos de Lakoff, está associado a processos cognitivos e interativos, com grande valor comunicativo. Fornecem ricas contribuições nos planos discursivos e nos processos de construção de significados. Para Lakoff (1972), podem interagir com condições de felicidade para enunciações e ainda com regras de conversação.

Rosch (1978), por sua vez, afirma que os anguladores são mecanismos linguísticos que servem para “codificar” gradações de pertencimento categorial. Sob essa perspectiva, a formulação de conceitos na comunicação diária requer o emprego de anguladores, porque

1 A comparação entre Bolt e um guepardo, considerando-se a velocidade de ambos, foi matéria de vários jornais e revistas, entre os quais está a Gazeta do Povo (conferir em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2016/bolt-e-mais-rapido-do-que-um-guepardo-entenda-os-records-olimpicos-47twu61f46u885p00t5sdapgj/>).

conceitos evocam imagens prototípicas em nossas mentes, de sorte que é necessário marcar seus representantes menos prototípicos, ou seja, quando um angulador é usado, não é o modelo clássico que é marcado, mas um representante menos prototípico. No exemplo muito comum em estudos sobre anguladores, “A baleia é *um tipo de peixe*”, o angulador destacado faz referência ao termo “baleia”, um não membro de categoria “peixe”, mas com a qual mantém relação.

Brown e Levinson (1987), em uma abordagem de natureza pragmática, sugerem que os anguladores podem ser uma partícula, uma palavra, ou mesmo um sintagma que modifique o grau de associação de um predicado ou de um sintagma nominal em um conjunto, podendo ser tal associação parcial, verdadeira até certo ponto, ou ainda, mais verdadeira e completa do que seria previsto ou esperado.

A principal função dos anguladores na linguagem, a nosso ver, é a de dar conta do que Fauconnier (1997) afirma fazer parte da faculdade cognitiva humana: a capacidade de transferir e processar significados que ocorrem através de mapeamentos entre domínios. Para o autor, o “objetivo maior da linguística é especificar a construção de significado, suas operações, seus domínios, e como eles estão refletidos na linguagem” (FAUCONNIER, 1997, p.2).

Salomão (1999) chama a atenção para uma das características próprias dos anguladores:

um ponto interessante quanto aos *anguladores* é que o enquadre que eles introduzem é epistemológico: seja distinguindo entre as propriedades definidoras centrais ou periféricas de uma categoria, seja barganhando, interativamente, licença para falar segundo um certo ponto de vista (*tecnicamente amplamente, jocosamente, poeticamente*, etc). (SALOMÃO, 1999, P. 60. Grifos da autora).

Os anguladores, portanto, promovem a flexibilização dos limites categoriais das entidades a que se referem, permitindo uma nova significação ou transferência de domínios, funcionando no sentido de suspensão dos julgamentos de verdade. Entre os anguladores mais comuns, podemos citar: *em geral, um tipo de, praticamente, amplamente falando, grosso modo, uma forma de, um tipo de, de um modo geral, estritamente falando, de certa maneira, em certos aspectos*, entre outros.

Para Hyland (1998), embora os anguladores possam ser formados por elementos de diferentes classes lexicais, os advérbios ganham destaque devido a sua mobilidade na estrutura frasal. O autor afirma, por exemplo, que o uso do advérbio em posição inicial pode acentuar o valor do angulador, ao informar ao ouvinte/leitor que o que será dito deve ser interpretado como hipotético ou subjetivo.

Vejam os seguintes exemplos de contribuições de pesquisadores brasileiros para o estudo dos anguladores.

2. Contribuições de pesquisas brasileiras

Moraes de Castilho (1991), em sua pesquisa sobre advérbios delimitadores no português falado no Brasil, estudou o emprego de *historicamente, teoricamente, literalmente, uma espécie de, quase e praticamente*, descrevendo os seus aspectos semânticos e sintáticos. Tais advérbios, segundo o autor, modalizam a sentença inteira ou apenas um termo, apresentando interpretações semânticas a partir de dois princípios: o princípio da especificação e o princípio da aproximação.

Moraes de Castilho relacionou advérbios que especificam as condições sob as quais devem ser interpretadas suas classes-escopo por entender que, se havia uma delimitação por especificação, certamente haveria também uma delimitação mais frouxa, que produzisse o efeito oposto, contribuindo assim para estudos posteriores sobre os anguladores propriamente ditos, como é o caso dos estudos de Almeida (1998,1999,2004,2005) desenvolvidos sob a ótica da Linguística Cognitiva.

Para Almeida, os anguladores formam uma categoria funcional híbrida, realizada por elementos provenientes de diferentes classes lexicais (adjetivos, advérbios, locuções prepositivas e adverbais, verbos, orações reduzidas e desenvolvidas, expressões idiomatizadas em função adverbial), exercendo papel modalizador e intensificador. Ainda segundo a autora, os anguladores apresentam as seguintes características:

- 1- sinalizam, no discurso, o tipo de propriedades de um determinado referente que deve ser levado em conta naquela mensagem;
- 2- são construtores de novos Espaços Mentais;
- 3- são responsáveis pela perspectiva do discurso;
- 4- são introdutórios de imprecisão.

Almeida (1998) apresenta a seguinte tipologia para os anguladores, considerando a relação que mantêm com outras palavras, expressões ou sentenças a eles associados:

Quadro 1 (adaptado de Almeida, 1998). Tipologia para os anguladores do PB.

I. Classe	II. subclasse
Anguladores de classe e propriedades: relação com a categoria alvo:	número de propriedades insuficiente para inserção na categoria (<i>quase</i>); número de propriedades mínimas necessárias para inserção na categoria, com extensão categorial (<i>até</i>); número de propriedades necessárias para inserção na categoria, sem extensão categorial (<i>um pouco</i>); número mais que suficiente para inserção na categoria (<i> muito</i>).

continua

I. Classe	II. subclasse
Anguladores de qualidades e propriedades:	definicional (<i>tecnicamente</i>); de propriedades periféricas (<i>amplamente</i>); de propriedades essenciais (<i>estritamente</i>); de decomposição simples (<i>a maior parte</i>); análogicos (<i>um tipo de</i>).

Almeida (1999) chama a atenção para a importância dos anguladores por permitirem a abertura de Espaços Mentais e possibilitarem a construção de novos sentidos, através da projeção de um domínio sobre o outro. Ademais, destaca a autora, possibilitam a flexibilização de significados de acordo com o contexto e com a intenção discursiva. Ao investigar o funcionamento dos anguladores em português, Almeida (1999) observa que um aspecto comum em todos os anguladores é o fato de serem recursos utilizados pelo falante ao exprimir uma opinião.

Cumpramos ressaltar que uma palavra ou expressão linguística, quando exerce a função de um angulador, tende a apresentar sentido diferente de sua forma de origem e incorporar um sentido mais abstrato. Conforme explica Almeida (1999), isso ocorre porque a categoria de anguladores é resultado do processo de gramaticalização e, ainda, porque os anguladores também têm a função pragmática de permitir a flexibilização de significados, como ilustram os exemplos a seguir:

- 4) Ensinamos *praticamente* e você aprende a cozinhar.
- 5) Essa menina é *praticamente* uma modelo.

Em (4), *praticamente* foi empregado em sua função e sentido básicos, ou seja, como um advérbio de modo, correspondendo a “de modo prático”; na afirmativa (5), *praticamente* é usado com o sentido de “aproximação”, ou seja, exercendo a função de angulador. Considerando que, via ponto de vista do enunciador, os anguladores flexibilizam os limites expressivos das proposições, Almeida (1999, p.135) postula que a função pragmática desses elementos seria de enquadrar ou reconceptualização, uma vez que atuam na modificação (atenuando ou intensificando) a força ilocucionária de uma asserção, como é o caso de *praticamente*, que empresta imprecisão a asserções feitas e, portanto, tende a ser utilizado como recurso de salvamento de face.

3. O viés teórico

Elegemos para o estudo de *praticamente*, o viés teórico da Linguística Cognitiva. Para a Linguística Cognitiva, a estrutura da língua é maleável, buscando atender às reais necessidades

dos falantes e, assim sendo, o significado linguístico não é um produto das formas linguísticas isoladas; envolve construções mentais, conhecimento de mundo e experiências humanas. Mais do que isso, o significado é analisado como a forma de se interpretar o mundo. É dinâmico e flexível, podendo sofrer mudanças, uma vez que a língua está sempre em evolução, adequando-se aos propósitos comunicativos de seus usuários.

Sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, a relação entre linguagem e mundo é mediada pela cognição. O significado é entendido como uma construção cognitiva por intermédio da qual o mundo é apreendido e experienciado. As palavras, então, orientam a construção do sentido, mas não contêm significados, uma vez que o significado é uma espécie de “construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. É por tais motivos que a Linguística Cognitiva dá conta de explicar usos que envolvem metáforas, mesclas e anguladores (SILVA, 2015, p. 36).

Algumas noções são fundamentais para a compreensão da relação entre linguagem e cognição e para a análise dos significados que as construções linguísticas carregam. A seguir, apresentamos, brevemente, noções importantes para o estudo dos anguladores que, portanto, deverão alicerçar as explicações concernentes ao angulador *praticamente*.

3.1 A perspectiva *cognitiva* da gramática: processos e noções importantes para o estudo dos anguladores

Para definir a gramática sob a perspectiva cognitiva, tomamos emprestadas as palavras de Soares da Silva e Batoréo:

A gramática é entendida como um *sistema de estruturação conceptual*, que envolve capacidades cognitivas gerais, como a percepção, a atenção, a categorização, a memória; os conhecimentos que temos sobre o mundo, integrando assim uma semântica *enciclopédica*; e mecanismos *imaginativos*, como a metáfora, a metonímia, a mesclagem conceptual, a evocação de entidades *fictionais* (SOARES DA SILVA; BATORÉO, 2010, p. 230).

A nós interessa particularmente os processos de categorização e conceptualização, além das noções referentes a *Frames*, Espaços Mentais e Mesclagem Conceptual. Passamos, então, a falar sobre cada uma delas.

3.2. Categorização e conceptualização

Dornelas (2014) refere-se aos processos de categorização e conceptualização como “ferramentas cognitivas primordiais à compreensão do mundo simbólico que nos envolve, sendo

responsáveis pela emergência da linguagem (DORNELAS, 2014, p.18). Como explica Tomasello (2005), a conceptualização de referentes constitui etapa necessária para que a aquisição da linguagem tenha início, uma vez que, para adquirir uma língua, torna-se imprescindível que a conceptualização do mundo passe de uma condição direta a uma mais abstrata e flexível.

Tendo em vista que a conceptualização consiste em modos alternativos de experienciar cognitivamente objetos e situações, o significado linguístico é construído cognitivamente por meio da conceptualização de situações a partir de várias possibilidades de perspectiva:

Em Linguística Cognitiva, costuma designar-se pela expressão *perspectivação conceptual* (tradução que propomos para o termo inglês “construal”) o modo e os modos alternativos de conceptualizar determinada situação. Esses modos alternativos envolvem *operações de perspectivação conceptual* e estas operações correspondem a capacidades cognitivas gerais (SOARES DA SILVA; BATORÉO, 2010, p. 233. *Grifos dos autores*)

A conceptualização motiva os processos de categorização de objetos, de aspectos dinâmicos e relacionais daquilo que é vivenciado. Juntas, essas duas ferramentas cognitivas (conceptualização e categorização) promovem a organização da experiência em esquemas mentais e domínios básicos e complexos do conhecimento (DORNELAS, 2014). Concerne à segunda ferramenta, ou seja, ao processo de categorização, a capacidade de memória que permite ao ser humano agrupar diferentes elementos em diferentes categorias. Segundo Rosh (1978), para toda categoria há *protótipos*, ou seja, as categorias cognitivas linguísticas e não linguísticas apresentam fronteiras variáveis, possuem exemplos melhores (protótipos) e uma relação de interdependência com as experiências socioculturais. Assim, ao agruparmos cognitivamente objetos ou seres em uma mesma categoria, haverá aqueles que mais se assemelham ao núcleo prototípico de tal categoria, ou seja, aos seus “melhores exemplos”, enquanto outros, por não serem tão assemelhados aos “melhores exemplos”, tenderão a ocupar posição mais distante do núcleo prototípico em questão.

Tomando para efeito de ilustração a categoria PEIXE, ao compararmos os traços necessários entre dois seres marinhos para considerá-los pertencentes ou não a essa categoria, constataremos, por exemplo, que a “sardinha” está mais próxima do protótipo da categoria PEIXE do que a “baleia” que, na verdade, é um mamífero, respira pelos pulmões e não, por brânquias ou guelras, como os peixes em geral. No entanto, há recursos na língua que permitem que “baleia” seja considerada um exemplo de peixe. Em tais recursos inserem-se os anguladores, construções que, como já assinalamos, possibilitam a determinada entidade inserir-se ou aproximar-se de outra categoria, como ocorre em “A baleia é *um tipo* de peixe”.

3.3. *Frames*

Outra importante noção para a compreensão dos anguladores é a de *frame*, ferramenta cognitiva por meio da qual indivíduos organizam suas ideias e percepções de mundo. Informações recentes, por exemplo, só apresentam sentido se forem associadas, através dos contextos de uso, a *frames* já existentes e, dependendo do *frame* acionado, uma palavra ou expressão pode assumir significados diferentes.

Cabe a Charles Fillmore o mérito pelo desenvolvimento de muitos estudos acerca da Semântica de *frames*. Utilizando como exemplo a cena de uma transação comercial, Fillmore (1982) demonstra que a interpretação das palavras é subordinada a *frames*. Por conseguinte, é necessário que acessemos o *frame* de EVENTO COMERCIAL para interpretamos os verbos *comprar, vender, pagar, gastar, custar, cobrar*. Segundo o autor, dependendo de qual for o verbo utilizado em referência à cena, o foco poderá ser distinto. Podemos notar, no que diz respeito ao *frame* de EVENTO COMERCIAL, que

o verbo *comprar* focaliza as ações do Comprador em relação às Mercadorias, deixando em segundo plano o Vendedor e o Dinheiro; que o verbo *vender* focaliza as ações do Vendedor em relação às Mercadorias, colocando em segundo plano o Comprador e o Dinheiro; que o verbo *pagar* focaliza as ações do Comprador em relação ao Dinheiro bem como ao Vendedor, deixando em segundo plano as Mercadorias, e assim por diante, com verbos tais como *gastar, custar, cobrar* e um número de outros que são, de algum modo, mais periféricos que esses. (FILLMORE, 1982, p.378. Tradução nossa²).

Embora o uso de cada verbo apresente uma perspectiva acerca da cena apresentada, é importante salientar que eles se referem a uma mesma cena geral que, no caso em tela, corresponde ao *frame* de EVENTO COMERCIAL.

3.4. A Teoria dos Espaços Mentais

Uma das ferramentas mais importantes da Linguística Cognitiva para nós é a Teoria dos Espaços Mentais que, como demonstraremos, fundamenta nossas explicações acerca do angulador *praticamente*.

Para Fauconnier (1994), os Espaços Mentais representam estruturas construídas no nível cognitivo e a principal premissa relacionada aos Espaços Mentais é a de “que as mesmas

2 (...) the verb buy focuses on the actions of the Buyer with respect to the Goods, backgrounding the Seller and the Money; that the verb sell focuses on the actions of the Seller with respect to the Goods, backgrounding the Buyer and the Money; that the verb pay focuses on the actions of the Buyer with respect both to the Money and the Seller, backgrounding the Goods, and so on, with such verbs as spend, cost, charge, and a number of others somewhat more peripheral to these.

operações de correspondência entre domínios atuam na semântica elementar, na pragmática e no raciocínio abstrato. No âmbito da linguagem, essas operações são indicadas por estruturas linguísticas específicas” (FERRARI, 2016, p. 109).

A Teoria dos Espaços Mentais busca desvelar

os caminhos percorridos pela mente humana para produzir as analogias e integrações fundamentais para a compreensão da forma como entendemos e enxergamos o mundo para nos expressar. Para isso, lançamos mão dos espaços mentais, estruturas construídas ao longo do discurso para servir à compreensão e à ação momentânea (DORNELAS, 2014, p. 33-34).

Os Espaços Mentais (referidos por alguns autores simplesmente por EM) são domínios conceptuais que fazem referências a cenários imaginados acionados à medida que pensamos e falamos. Segundo Fauconnier (1984, 1997) e Fauconnier & Sweetser (1996), os Espaços Mentais são ativados por expressões linguísticas e resultam da interação entre determinadas conexões cognitivas, a riqueza e a variedade de expressões linguísticas das línguas naturais.

Os Espaços Mentais são abertos na medida em que são utilizados marcadores linguísticos. Por exemplo, na afirmativa “No Brasil, as pessoas são amáveis”, abre-se o Espaço Mental geográfico através do sintagma preposicional “No Brasil” que induz à interpretação de que no Brasil, particularmente, “as pessoas são amáveis”.

Os Espaços Mentais podem ser classificados em diferentes tipos, como espaços geográficos, temporais, condicionais, entre outros. São definidos, portanto, de acordo com o que se pretende exprimir, a partir de indicadores específicos.

A rede conceptual dos humanos é formada por analogias e metáforas, importantes elementos na construção de significados. Por conseguinte, quando dizemos ou ouvimos, por exemplo, uma palavra, automaticamente e de forma natural, relacionamos os possíveis significados desta com outra(s) palavra(s), considerando o contexto linguístico e situacional envolvidos, identificando possíveis características perceptuais e experienciais que servirão para construção do significado. Assim, na sentença: “A política é o câncer do Brasil”, a palavra “câncer”, que é relacionada à doença, a algo ruim, destrutivo, é atribuída à política. O Espaço Mental relativo à doença é ativado e o sentido da sentença, que caracteriza a política brasileira como algo doentio, ruim e destrutivo, é possível graças à interação entre processos cognitivos e o conhecimento enciclopédico. No caso dos anguladores, acontecem associações semânticas por eles promovidas, devido ao afrouxamento das fronteiras que permitem a emergência de novos sentidos.

3.5. Mesclagem Conceptual

A Mesclagem Conceptual é um dos processos mentais que tornam possível a criação de novos sentidos. Nesse processo, há projeção parcial, em geral, entre dois espaços (podendo haver mais), chamados de *input 1* e *input 2*, que permitem associações entre elementos comparáveis. Tal associação é licenciada pelo Espaço Genérico (*Generic Space*), que indica as propriedades comuns dos *inputs* acionados, isto é, a estrutura compartilhada por esses domínios. Por fim, há um outro espaço, chamado de espaço Mescla (*Blend Space*), que abarca uma estrutura emergente própria, que não consta nos espaços iniciais, e que permite a aproximação entre os elementos.

O processo de mesclagem possibilita aos seres humanos desenvolverem a arte, a ciência, a cultura, ferramentas etc. (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Está, portanto, presente na maioria das operações cognitivas responsáveis pelo conhecimento humano.

Frequentemente, diagramas são utilizados para melhor ilustrar os processos de mesclagem. A Figura 1 é uma representação do processo de Mesclagem Conceptual, nos moldes de Fauconnier e Turner (2002):

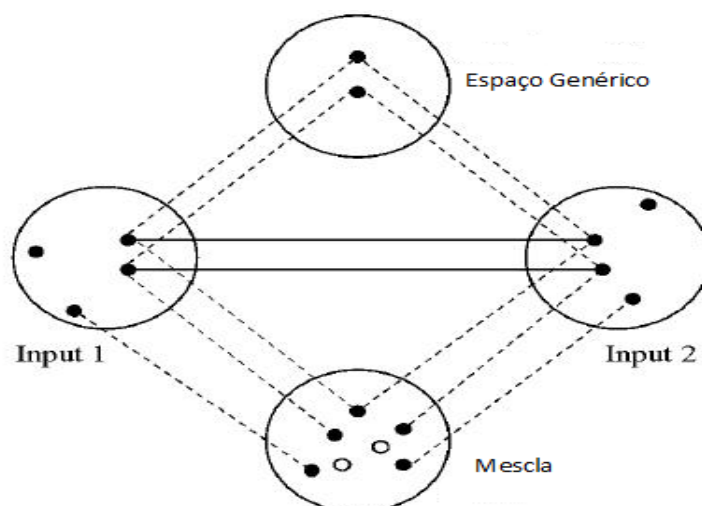


Figura 1. Representação do processo de mesclagem conceptual.

Os anguladores, segundo Fauconnier (1984), são indicadores de Espaços Mentais. No exemplo clássico: “A baleia é *um tipo de* peixe”, o angulador “um tipo de” conduz à realização do processo de mesclagem para que a sentença seja compreendida. Assim, no *input 1* tem-se a palavra “baleia” e suas características específicas, no *input 2*, tem-se a categoria PEIXE, com suas características próprias. No espaço genérico, estão as propriedades comuns dos *inputs* acionados referentes à “baleia” e à categoria PEIXE. Por último, no espaço mescla, a partir de estrutura única, são apresentadas características que aproximam o ser “baleia”, pertencente à

categoria MAMÍFERO, da categoria PEIXE, devido a propriedades compartilhadas. Assim, na realização do processo de mesclagem, são acionados Espaços Mentais para a criação de significados, e a mescla é resultante da capacidade humana de criar associações e novos sentidos.

4. O angulador *praticamente*

Os estudos sobre os anguladores, sob a perspectiva cognitiva, são bastante recentes, não havendo ainda estudo algum sobre o angulador *praticamente*. Para chegarmos à análise de *praticamente* como angulador, julgamos então necessário fazer um levantamento de seus usos e significados. Vejamos, inicialmente, os significados atribuídos a *praticamente* em algumas obras de referência:

- a) Agenor Costa (1967) - Dicionário de Sinônimos e Locuções Da Língua Portuguesa:
Pràticamente – com facilidade; de modo prático; experimentalmente; na prática; segundo a prática, a experiência.
- b) Aulete Caldas (1963) - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa:
Pràticamente – adv. de modo. Prático. // Segundo a prática// Com facilidade, de modo acessível ou proveitoso para todos.
- c) Villar Mauro de Salles; Antônio Houaiss (2009) - Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa:
Praticamente - \prà\ adv. (sxv) 1 de modo ou maneira prática <resolver p. um problema>2 perto de, aproximadamente <está p. na adolescência>3 na realidade, na prática <p., é ele quem manda aqui>4 pouco menos de; quase <juntou p. 500 ensaios sobre o assunto>5 quase; por um triz; por pouco <p. enlouqueceu com aquelas crianças>. ETIM *prático* + *-mente*.

Podemos observar nas obras em tela que *praticamente* apresenta a formação *prático* + *-mente* e os significados mais básicos “na prática” e “modo prático”. No entanto, na análise das ocorrências de *praticamente*, como detalharemos mais adiante, nenhuma ocorrência de *praticamente* com a acepção de “na prática” foi encontrada. Por outro lado, verificamos que seu emprego como angulador é bastante frequente.

Como mencionado anteriormente, os anguladores atribuem determinado grau de incerteza categorial às palavras ou sentenças por eles escopados. Esse grau de incerteza está relacionado a processos cognitivos de construção de sentido que envolvem o indivíduo e a forma como vivencia o mundo.

No que se refere ao angulador objeto deste estudo, considerando a classificação de Almeida (1998), apresentada no Quadro 1, *praticamente* caracteriza-se como um angulador de

propriedade periférica, pois é utilizado quando são ignoradas as propriedades primárias das palavras, expressões ou sentenças por ele escopadas, e levados em conta critérios secundários de pertencimento categorial. Vejamos como isso ocorre, retomando o exemplo (1) “Ana é *praticamente* um bicho preguiça”. Se atentarmos para a possibilidade de “Ana” apresentar movimentos lentos e dormir muito, constataremos uma aproximação entre “Ana” e um “bicho-preguiça”. Logo, essa afirmação tornar-se-á aceitável graças ao uso do angulador *praticamente* que promove tal aproximação. Entretanto, para que essa relação seja feita, temos de ignorar propriedades primárias que separaram “Ana” de um “bicho-preguiça” como, por exemplo, o fato de que “Ana” é um ser humano e o “bicho preguiça”, não. Logo, é importante que se observem as diferenças entre os critérios primários e secundários de pertencimento categorial na categorização dos anguladores. Lakoff (1973) diz ser preciso distinguir as propriedades capazes de conferir algum grau de pertencimento categorial de propriedades outras que são características dos membros de uma categoria, mas que não conferem nenhum grau de pertencimento a ela.

Obviamente, sabemos que, embora “Ana” possa dormir durante muitas horas e apresentar um comportamento lento em suas atividades diárias, tais características não fazem dela um bicho-preguiça, o que nos leva à constatação de que o angulador *praticamente* não confere nenhum grau de pertencimento categorial, apenas aproxima os critérios secundários das entidades envolvidas, evidenciando sua qualidade periférica e sua natureza aproximante. Cumpre destacar que, não obstante o exemplo apresentado para fins explicativos, em nossos dados, *praticamente* ocorre somente estabelecendo relação entre entidades pertencentes a uma mesma categoria e inseridas em um mesmo *frame*.

Definida sua natureza, passemos para a análise das ocorrências de *praticamente*.

5. Análise de ocorrências de *praticamente*

A análise baseia-se em dados coletados de setembro de 2017 a junho de 2018. Em um primeiro momento, houve a coleta para constituição do primeiro *corpus*, realizada com a utilização da ferramenta de busca Google, a partir da digitação pura e simples de *praticamente*. Contudo, na medida em que as primeiras ocorrências surgiram, passamos a considerar outras palavras que apareceram espontaneamente acompanhando o angulador. Numa segunda rodada, portanto, digitamos *praticamente* associado a adjetivos, verbos, numerais etc., como, por exemplo, “*praticamente* uma mãe”, “*praticamente* casado”, “*praticamente* pregam”, “*praticamente* 100%” etc. Dessa forma, outros usos de *praticamente* foram aparecendo e realimentando a busca por mais dados.

Foi constituído, assim, o *corpus* referente aos usos na Internet, sendo coletados dados provenientes das seguintes páginas da web, jornais e revistas online: Revista Quem, Jornal

Extra, Folha Patoense, Gshow (globo.com), Terra, Histórias com valor, Techtudo, Correio Braziliense, Século Diário, Gazeta das Caldas, Gauchazh, Gazeta do Povo, Uol notícias, ESPN, Jornal do Brasil, Brasil 247, Mais Goiás, Revista Capricho.

O segundo corpus, por seu turno, constituiu-se a partir de um banco de dados de língua portuguesa, o *Corpus* do Português, que se divide em duas partes: (i) uma mais antiga e menor e (ii) uma mais recente e maior (web/dialetos). Os dados que coletamos foram extraídos dessa segunda parte, que apresenta cerca de um bilhão de palavras de páginas da web e permite a análise de dados mais recentes do português, em nosso caso, do português brasileiro.

Em nossa busca, encontramos diversas ocorrências de *praticamente*, mas todas com o valor de angulador mais ou menos incorporado. Constatamos, então, já na coleta de dados, que *praticamente* com valor puramente adverbial é pouco ou não é mais utilizado. Constatamos também que a ocorrência de *praticamente*, antes ou depois dos termos sobre os quais incide, provoca alguma alteração de significado, como em (a) *Ele fez praticamente tudo* e (b) *Ele fez tudo praticamente*. Conforme mencionamos anteriormente, Hyland (1998) já havia assinalado, referindo-se à posição inicial de um enunciado, que a anterioridade pode acentuar o valor do angulador, por informar ao ouvinte/leitor que o que será dito deve ser interpretado como hipotético ou subjetivo. Tal alteração poderia ser alvo de nosso interesse, uma vez que tem relação com a fluidez do comportamento de *praticamente* como advérbio de modo e/ou como angulador, em função do processo de mudança a que está submetido. Contudo, observamos que, embora em (a) o valor de angulador (expressando aproximação) possa parecer mais saliente, ele não está ausente em (b). Da mesma forma, o valor adverbial (correspondente a ‘na prática’ ou ‘de modo prático’) que parece mais aguçado em (b), também não está ausente em (a). Em função do exposto, e levando em conta que a questão que envolve o pressuposto de que ‘diferenças na ordem de palavras acarreta diferenças no significado de um enunciado’ transcende o caso específico de *praticamente*, decidimos não considerar tal aspecto em nossa análise. Caracterizamos as ocorrências de *praticamente* em diferentes grupos, conforme explicaremos a seguir, e segundo a caracterização proposta, ambas as sentenças inserem-se no mesmo grupo.

Ao todo, foram catalogadas 60 ocorrências extraídas dos dois *corpora*, sendo 46 de sites da internet e 14 do *Corpus* do português. Realizamos a análise dos dados sob a ótica da Linguística Cognitiva, mais especificamente, sob o viés da Teoria dos Espaços Mentais, buscando identificar os usos e funções de *praticamente*. Neste trabalho, detalharemos a análise de três ocorrências representativas de diferentes usos de *praticamente*.

Os dados foram divididos em grupos, de acordo com a seguinte escala que propusemos para aferir e quantificar os empregos de *praticamente* relativamente aos dois extremos que dizem respeito, respectivamente, a usos e funções próprias de advérbio de modo e de angulador.

Quadro 2. *Praticamente*: de advérbio de modo a angulador.

PRATICAMENTE			
Advérbio de modo			Angulador
GRUPO 0 (- - -)	GRUPO 1 (- - +)	GRUPO 2 (- + +)	GRUPO 3 (+ + +)

Em um dos extremos da escala (Grupo 0), temos *praticamente* com valor estritamente adverbial, com a acepção de “na prática”. Contudo, como já mencionamos, não encontramos em nossos *corpora* nenhum caso de *praticamente* correspondendo a tal acepção. A nosso ver, isso se deve ao fato de a expressão “na prática” existir e ser usada para dar conta desse significado³.

No outro extremo da escala, temos *praticamente* como angulador pleno (Grupo 3), com o sentido de “aproximação”. Entre os dois extremos (Grupos 2 e 3), temos as ocorrências de *praticamente* em pontos intermediários, ou seja, com funções que entendemos já serem próprias de um angulador, mas ainda vinculadas a sua natureza adverbial.

Catalogadas e analisadas as 60 ocorrências de *praticamente*, observamos que, no Grupo 1, *praticamente* tem seu valor adverbial preservado, uma vez que, além de fazer referência a situações e eventos que ocorrem no mundo “real” (como em “*Praticamente* podemos chamar de Arte Contemporânea as manifestações artísticas que acontecem atualmente...”), a imprecisão que *praticamente* carrega incide sobre verbos e locuções verbais. Sendo assim, seu sentido e função aproximam-se a “de modo prático”, mas verifica-se também a atribuição de um caráter impreciso à asserção. No Grupo 2, *praticamente* ocorre em avaliações, apreciações, ou caracterizações de situações, entidades etc., incidindo sobre adjetivos, locuções adjetivas e construções com valor adjetivo (como em “...o local estava *praticamente* abandonado...”). Em função do grau de subjetividade maior que envolve tal emprego, observa-se nas ocorrências alocadas no Grupo 2 um distanciamento maior do Grupo 0 (e da acepção “de modo prático”). Inversamente, o sentido de aproximação se fortalece assim como a função de angulador. Por fim, no Grupo 3, *praticamente* funciona como um angulador pleno, tendo seu papel de promotor de aproximação e de imprecisão bem evidentes. Como tal, ocorre em situações em que: (a) promove aproximação entre entidades (como em “No trajeto de São Paulo a São José do rio Preto, os gastos *praticamente* se igualam. De avião fica em R\$ 119 e de automóvel R\$ 120,59...”), e (b) promove imprecisão, em termos numéricos ou de quantidade (como em “Agora passados *praticamente* 15 anos da promulgação da Lei Orgânica da Saúde...”; “Quando pinte a minha casa eu apliquei duas demãos de tintas *praticamente* em todas as paredes...”).

3 Não nos deixa mentir o velho ditado popular “*Na prática, a teoria é outra*”.

A tabela a seguir mostra a distribuição e o percentual das ocorrências de *praticamente* coletadas nos três grupos referidos.

Tabela 1. Ocorrências de *praticamente*

GRUPO 1 (- - +)		GRUPO 2 (- + +)		GRUPO 3 (+ + +)	
18	30%	28	46,6%	14	23,4%

Como se pode verificar, o maior número de ocorrências de *praticamente* se dá no Grupo 2, em que função e sentido estão menos vinculados a um advérbio de modo e mais próximos de um angulador pleno. O percentual de ocorrências do Grupo 1 (30%), entretanto, mostra que *praticamente* mantém fortes relações com seu passado adverbial.

Passemos agora para a análise qualitativa e explicativa dos usos correspondentes aos três grupos em questão, valendo-nos da Teoria dos Espaços Mentais e do processo de Mesclagem conceptual. Antes, contudo, cumpre lembrar que, no processo de Mesclagem Conceptual há projeção parcial entre espaços mentais, em geral dois, chamados de *input 1* e *input 2*, que permitem associações entre elementos comparáveis. Essa associação é licenciada pelo Espaço Genérico que abarca as propriedades comuns presentes nos *inputs*, havendo, ainda, um outro espaço, chamado de Espaço Mescla, que apresenta uma estrutura emergente própria, que propicia a aproximação entre os elementos.

Para melhor ilustrar esta fase da análise, vamos apresentar as ocorrências de *praticamente* em excertos textuais maiores, com informações contextuais mais abrangentes. Começemos por um emprego de *praticamente* enquadrado no Grupo 1:

6) Por que Woody Allen é o artista mais brilhante que já existiu

Antes de seguir adiante, vale dizer algumas poucas palavras acerca da discussão sobre ser o cinema uma forma de arte. Poucas, pois argumentar demais nesse terreno é jogar precioso latim fora. Afinal, quem diz não ser arte o cinema é um de dois tipos de pessoa. Ou não acredita de fato no que diz e só o faz pelo prazer da provocação. Ou realmente acredita, e aí será o caso de alguém que, por não gostar da cor azul, afirma que azul não é cor. Nas duas situações é inútil argumentar. Há, entretanto, uma ponderação pertinente que o inimigo faz. Merece resposta. Diz respeito à autoria. Filmes têm vários “autores”, quem seria o artista? O autor do livro que deu origem à adaptação? Do roteiro? O diretor? O editor? O fotógrafo? O autor da trilha sonora? A resposta fornecerá minha primeira peça de defesa quanto a ser

Woody o mais brilhante artista que já existiu. Pois ele é *praticamente* isso tudo. Seus filmes são todos originais, nenhum é adaptação.

<http://acervo.revistabula.com/posts/colunistas/por-que-woody-allen-e-o-artista-mais-brilhante-que-ja-existiu-parte-2> (*Corpus* do Português)

Podemos observar que em (6) *praticamente* ocorre com o sentido aproximado de “na prática” ou “de modo prático”, mas também atribuindo imprecisão à asserção feita, ou seja, tem seu valor adverbial preservado, mas atua também como um angulador. Vejamos como fica o diagrama referente à ocorrência de *praticamente* em “Pois ele é *praticamente* isso tudo”.

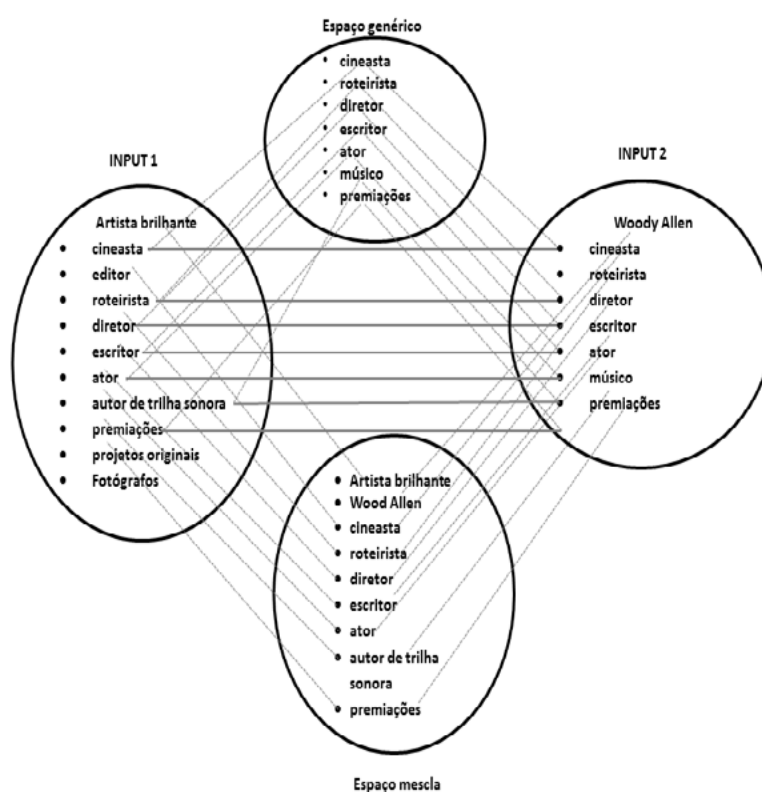


Figura 2 - Representação da Mesclagem Conceptual em “Pois ele é *praticamente* isso tudo”.

Em (6) o *frame* acionado é o de cinema. Espaços Mentais são abertos com as características de um artista brilhante (*input 1*), com as características de Woody Allen (*input 2*), com as propriedades comuns presentes nos dois *inputs* (espaço genérico), e com uma estrutura emergente própria, que permite a aproximação entre Wood Allen e um artista brilhante. Observa-se, portanto, uma aproximação de elementos que, embora não pertençam a categorias diferentes, precisam ser aproximados para fundamentar a opinião emitida. Além do

mais, *praticamente* afrouxa o comprometimento com o estatuto de verdade do que está sendo enunciado, adicionando certo grau de imprecisão à relação de aproximação feita.

Passemos para a análise de uma ocorrência de *praticamente* concernente ao Grupo 2:

7) Presos jogam fezes por janelas de delegacia, em Aparecida de Goiânia

Segundo sustentou Arthur Jacon, em vistoria realizada no local, foi constatado que o estado das celas é fétido e decrepito, onde mais de 25 presos estão amontoados, sem direito a banho de sol e visitas. Os detidos estão *praticamente* sem higiene pessoal. Além disso, as latrinas estão entupidas, obrigando os presos a urinarem e evacuar em sacos, que são jogados pelas janelas.

<https://www.emaisgoias.com.br/presos-jogam-fezes-por-janelas-de-delegacia-em-aparecida-de-goiania/>

Nesta ocorrência, o uso do angulador está associado a características apresentadas, indicando o nível de higiene em que se encontram os detidos em relação a um determinado padrão considerado, ou seja, trata-se de uma avaliação em que há estabelecimento de relação entre entidades de uma mesma natureza categorial. Vejamos o diagrama relativo a esta ocorrência:

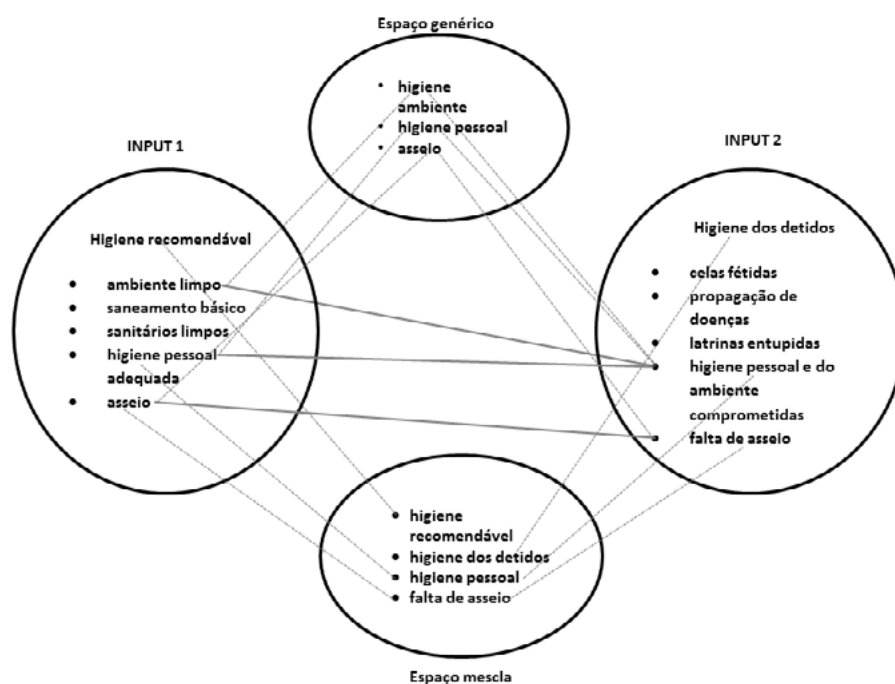


Figura 4. Representação da Mesclagem Conceptual em “Os detidos estão *praticamente* sem higiene pessoal”.

Em (7), o *frame* acionado é o de práticas de higiene. Ao ouvir/ler a construção “Os detidos estão *praticamente* sem higiene pessoal”, o ser humano é capaz de acionar e relacionar dois espaços, que funcionam em conjunto para que a compreensão do que está sendo enunciado aconteça. Dessa forma, há uma associação entre noções do que é considerado uma higiene necessária ou recomendável (*input* 1) e o que se observa no caso dos detidos, (*input* 2). No espaço genérico, encontram-se propriedades comuns dos dois *inputs*, que licenciam a aproximação e, no Espaço Mescla, há a estrutura emergente, resultante do processo de mesclagem incitado pelo emprego de *praticamente* que, como aproximante que é, aproxima da inexistência a higiene pessoal dos detidos.

No Grupo 3, vamos analisar uma ocorrência de *praticamente* que promove a aproximação entre duas entidades, além de invocar imprecisão de quantidade.

8) Os cuidados com as mãos: Como tratar, tirar manchas e rejuvenescê-las

Os Peelings são ácidos com propriedades de renovação da pele e retirar as manchas. *Praticamente* todos os peelings que são feitos no rosto podem ser feitos nas mãos. Um dos peelings mais usados é a pasta de ATA (ácido tricloroacético – que pode ser líquido ou em pasta) garante uma distribuição homogênea na região a ser tratada. O resultado é uma descamação da área, promovendo uma renovação celular e o clareamento da mão ressalta Dr Claudio Mutti. <http://bemzen.uol.com.br/noticias/ver/2011/03/22/2357-os-cuidados-com-as-maos> (*Corpus* do Português).

Neste caso, *praticamente* ocorre com a função de angulador pleno. Em “*Praticamente* todos os peelings...”, o angulador aproxima entidades pertencentes a uma mesma categoria (peelings para rostos e peelings para mãos), além de invocar imprecisão de quantidade.

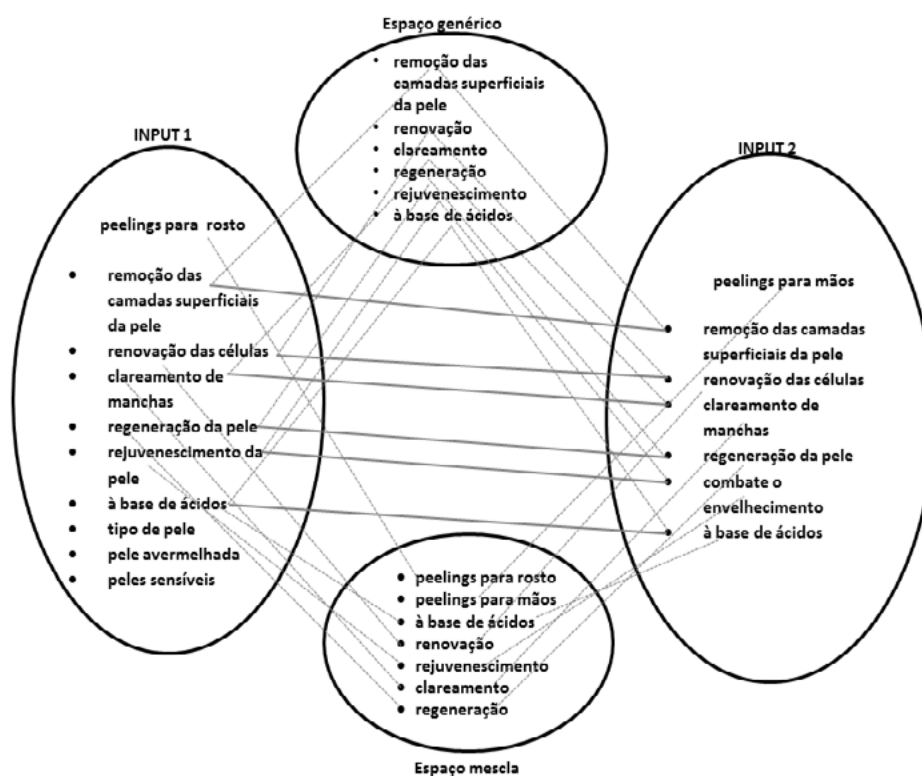


Figura 5. Representação da Mesclagem Conceptual em “*Praticamente* todos os peelings que são feitos no rosto podem ser feitos nas mãos”.

Em (8), o *frame* acionado é o de tratamento estético. São abertos os Espaços Mentais relativos a peelings para o rosto (*input 1*), mais comum e conhecidos, e a peelings para as mãos (*input 2*), menos conhecidos. Abrem-se também Espaços Mentais referentes às propriedades comuns aos dois *inputs* (o espaço genérico) e à estrutura emergente própria, que não aparece nos espaços iniciais (espaço mescla), que licencia a aproximação entre os dois tipos de peelings e a afirmação de que “*Praticamente* todos os peelings que são feitos no rosto podem ser feitos nas mãos”. O emprego de *praticamente*, neste caso, além de aproximar duas entidades, invoca imprecisão de quantidade: “*praticamente* todos” indica, ao mesmo tempo, a não totalidade e a aproximação do total considerado.

Como se pode verificar, nesta e nas duas outras ocorrências analisadas, o emprego de *praticamente* afrouxa o comprometimento com o estatuto de verdade do que está sendo enunciado, adicionando maior ou menor grau de imprecisão à asserção feita e, assim, preservando a face dos envolvidos no ato comunicativo.

Considerações finais

Terminada a análise, vamos retomar as perguntas que nos propusemos a responder neste artigo e sumariar as respostas a que chegamos:

- (i) Quais os usos e funções de *praticamente*?
- (ii) Quais são os contextos de ocorrência de *praticamente* como angulador?
- (iii) Quais as semelhanças e particularidades do angulador *praticamente* em relação a outros anguladores?

Em relação às duas primeiras perguntas, como vimos em nossos dados, *praticamente* ocorre fazendo referência a situações do mundo “real”, com o sentido próximo a “de modo prático”, ou seja, com valor adverbial preservado, mas imprimindo algum grau de imprecisão que incide sobre verbos e locuções verbais. *Praticamente* também é empregado atribuindo imprecisão a avaliações, apreciações, ou caracterização de situações, entidades etc., incidindo, sobre adjetivos, locuções adjetivas e construções com valor adjetivo. Neste caso, situa-se, em termos de função e de significado, mais próximo de um angulador pleno do que de um advérbio. Há ainda usos em que *praticamente* atua como angulador pleno e, como tal, ocorre em situações em que promove aproximação entre entidades e imprecisão, em termos numéricos ou de quantidade.

No que diz respeito a (iii), *praticamente*, a exemplo dos demais anguladores, constitui um recurso à disposição dos falantes, que tendem a utilizá-lo em situações em que expressam uma opinião, por *praticamente* atribuir algum grau de imprecisão aos significados e, assim, afrouxar o comprometimento com o estatuto de verdade do que está sendo enunciado, atuando na preservação da face dos envolvidos no ato comunicativo. Por outro lado, *praticamente* caracteriza-se como um angulador de propriedade periférica, pois é utilizado quando são ignoradas as propriedades primárias das palavras, expressões ou sentenças por ele escopadas, sendo levados em conta critérios secundários de pertencimento categorial. Em outras palavras, o angulador *praticamente* não confere nenhum grau de pertencimento categorial, apenas aproxima critérios secundários das entidades envolvidas, evidenciando seu caráter periférico e sua natureza aproximante. Outra característica importante do angulador, observada em nossos dados, é a de que *praticamente* tende a ocorrer estabelecendo relação entre entidades pertencentes a uma mesma categoria e inseridas em um mesmo *frame*.

Referências

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1963.

ALMEIDA, M. L. L. Viveré uma forma de enferrujar: estudo de anguladores em semântica cognitiva. In: VALENTE, A. (Org.). **Língua, linguística e literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 253-260, 1998..

_____. Processo de mesclagem em anguladores no português do Brasil. **Veredas**: Revista de Estudos Linguísticos. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 129-142, jan./jun. 1999.

_____. **Anguladores**: a categoria e sua relação com a modalidade. Projeto de Pós-doutorado, 2004. Mimeo.

_____. A linguística sociocognitiva e os anguladores: uma nova perspectiva para fenômenos tidos como marginais. In: HENRIQUES, C. C. & SIMÕES, D. (Org.). **Língua Portuguesa**: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: Ed Europa, p. 56-67, 2005.

BROWN, P. E LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DORNELAS, Aline Bisotti. **Construções de movimento fictivo em português do Brasil**: cognição e corpus. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

COSTA, Agenor. **Dicionário de sinônimos e locuções da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1967.

DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. **Linguística Cognitiva**: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal: EDUFRN, 2012.

FAUCONNIER, Gilles. **Espaces mentaux**: aspects de la construction du sens dans les langues naturelles. Paris: Les Editions de Minuit, 1984.

_____. **Mental spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **Mappings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____; SWEETSER, Eve. **Spaces, worlds and grammar**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

_____; TURNER, M. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, a Member of the Perseus Books Group, 2002.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2016.

FILLMORE, C. J. Frame Semantics. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Org.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982.

HYLAND, K. Persuasion and context: the pragmatics of academic metadiscourse. **Journal of curriculum studies**. vol. 30, p. 437-455, 1998.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

LAKOFF, George. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. **Papers from the Eighth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**, p. 183-228, 1972.

_____. Hedges: A Study In Meaning Criteria And The Logic Of Fuzzy Concepts. **Journal of philosophical Logic**, n. 2. p. 458-508, 1973.

_____. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

_____; TURNER, M. **More than cool reason**: a field guide to poetic metaphor. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

MORAES DE CASTILHO, C. M. **Os delimitadores no português falado no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 1991.

ROSCH, Eleanor. Principles of categorization. ROSCH, E.; LLOYD, B. (ed.). **Cognition and Categorization**. Hillsday / New Jersey: Erlbaum Ass, p. 27-48, 1978.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. **O processo cognitivo da mesclagem na análise linguística do discurso**. Rio de Janeiro/Juiz de Fora: Projeto Integrado de Pesquisa. 1999.

SILVA, Elaine Pereira da. **Internet tipo net**: um estudo da palavra tipo com ênfase na função anguladora. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2015.

SOARES DA SILVA, Augusto; BATORÉO, Hanna. Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitetura e aplicações. In: BRITO, A. M. (org.) **Gramática**: história, teorias, aplicações. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 229-251, 2010.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a language**: a usage-based theory of language acquisition. Massachusetts: Harvard University Press, 2005.

Configuração Genológica: uma Abordagem do Texto/Discurso Literário¹

Genres Configuration: an Approach Of Literary Text and Speech

Hugo Lenes Menezes*

RESUMO

Uma das mais fecundas relações dentro das Letras e da Linguística é a da pessoa humana com a linguagem, que tem a única dimensão de existência no texto/discurso e seus gêneros, uma vez que é por essa via que nos manifestamos diante dos outros e do mundo, sobretudo em nível de linguagem verbal, matéria-prima do ludismo do texto/discurso literário, cuja configuração genológica abordamos no presente artigo, em particular numa de suas formas, nomeadamente o romance-folhetim. Além de teóricos da questão da linguagem e do texto, aplicada à literatura, como o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, o semiólogo Roland Barthes, o pensador Lev Vygotsky, o psicólogo Karl Bühler, outros estudiosos, como os linguistas Eni Orlandi, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Villaça Koch e Marcos Bagno; os críticos estético-verbais Georg Friedrich Hegel, Antonio Candido, Alfredo Bosi, Marisa Lajolo, Adilson Citelli, Leyla Perrone-Moisés, Eduardo Prado Coelho, Marlyse Mayer e Massaud Moisés subsidiam nosso artigo.

Palavras-chave: Linguagem verbal, configuração genológica, texto/discurso literário, romance-folhetim.

Recebido em 17 de novembro de 2019.

Aceito em 10 de março de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.346

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, hugomenezes@ifpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-6234-267X

1 Nosso artigo, com inúmeros acréscimos, ou seja, totalmente reformulado, origina-se de uma comunicação oral que apresentamos na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em junho de 2018, quando do VI Colóquio sobre Gêneros & Textos (COGITE). Publicamos a primeira versão do texto da comunicação em Teresina (PI), no periódico intitulado Letras em Revista, órgão da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em seu volume 10, de julho de 2019.

ABSTRACT

One of the most fruitful relationships within the Letters and Linguistic is of the human person with the language, which has the single dimension of existence in the text/speech and its genres, since it is in this way that we express our selves in front of others and the world, especially in verbal language level, raw material of luddism of literary speech/text, whose genres configuration we cover in this article, in particular in one of its forms, the serial novel. In addition to theorists of the issue of language and text, applied to literature, such as philologist Aurélio Buarque de Holanda, semiologist Roland Barthes, thinker Lev Vygotsky, psychologist Karl Bühler, other scholars, such as linguists Eni Orlandi, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Villaça Koch and Marcos Bagno; the aesthetic-verbal critics Georg Friedrich Hegel, Antonio Candido, Alfredo Bosi, Marisa Lajolo, Adilson Citelli, Leyla Perrone-Moisés, Eduardo Prado Coelho, Marlyse Mayer and Massaud Moisés subsidize our article.

Keywords: Verbal language, genres configuration, literary text/speech, serial novel.

Considerações iniciais

Na condição de seres multissemióticos (NORRIS, 2012), entre outras faculdades, dispomos de linguagem, a qual corresponde a uma habilidade que abrange todas as formas de significação/comunicação: da linguagem das abelhas à verbal (nossa modalidade por excelência), com passagem pela mímica, musical, pictórica, cinética etc. Até porque todo signo está carregado de uma intenção de comunicar.

É ponto pacífico o reconhecimento da linguagem verbal e da comunicação enquanto fundamentos da condição humano-existencial, conforme estudiosos da estirpe do psicólogo e linguista alemão Karl Bühler (*apud* JAKOBSON, 1973, p.125), que, ao se dedicar ao estudo da *Gestalt*, encara figurativamente o intercâmbio pela palavra como um drama que envolve três caracteres: o primeiro representa o mundo, o segundo, o emissor e o terceiro, o receptor. Para o intelectual russo Lev Vygotsky, em *Pensamento e linguagem* (1987), tal domínio do conhecimento, entendido como fenômeno social e cultural, constitui sistema simbólico basilar na mediação do saber e, portanto, da formação da pessoa humana. Outro pensador alemão, Heidegger, já diz que “a linguagem é a casa do ser. É nessa morada que habita o homem” (*apud* REALE; ANTISERI, 1991, p. 591). E ao linguista brasileiro Marcos Bagno advém com frequência, segundo ele mesmo, a ideia de que somos intrinsecamente vinculados à linguagem (verbal). Vejamos:

Não existimos fora da linguagem, não conseguimos sequer imaginar o que é não ter linguagem – nosso acesso à realidade é mediado por ela de forma tão absoluta que podemos dizer que para nós a realidade não existe, o que existe é a tradução que dela nos faz a linguagem, implantada em nós de forma tão intrínseca e essencial quanto nossas células e nosso código genético. Ser humano é ser linguagem (BAGNO, 2010, p. 11-12).

Exclusivamente humana, a linguagem verbal configura um caso particular, qual seja, a linguagem articulada: faculdade natural de que dispomos para falar e compreender o idioma por meio de signos vocais, ou sinais produzidos quando oralizamos ou escrevemos uma mensagem.

E uma questão pertinente, tanto em Letras quanto em Linguística, é aquela referente à única forma pela qual a linguagem adquire existência: a dimensão do texto/discurso, cuja relevância provém da íntima relação que mantém conosco, uma vez que é mediante o texto/discurso e seus gêneros que nos manifestamos diante do universo externo e dos outros, ou seja, ao textualizar, significar o real, significamo-nos, embora “por alguma misteriosa razão, os estudos linguísticos durante quase dois milênios desprezaram esse caráter essencialmente textual da linguagem humana” (BAGNO, 2010, p. 12), que devemos estudar com base na *multimodalidade*, inclusive nas mídias digitais, e assim trazer avanços para o ensino e a investigação das práticas discursivas.

1. Noções de texto/discurso

É na Europa dos anos de 1960, após várias ocorrências intelectuais, como a semiologia de Roland Barthes; as releituras de Karl Marx por Louis Althusser e de Sigmund Freud por Jacques Lacan; a epistemologia histórica de Gaston Bachelard e a semântica materialista de Michel Pêcheux, que surgem dois importantes ramos da Ciência da Linguagem: um é a Linguística do Texto, o outro, a Análise do Discurso. E, no presente artigo, trabalhamos com a expressão texto/discurso, pois ambos os termos se complementam como objeto de estudo, em substituição à palavra e à frase. Mesmo porque o ser humano não pensa e, por consequência, não fala nem escreve através de vocábulos desconexos ou de um amontoado incoerente de enunciados, mas sim por meio do texto/discurso. Esse último revela o posicionamento do autor de um determinado texto e, como quer Marcuschi (2019, s.n.), “diz respeito à própria materialização do texto em seu aspecto enunciativo e é o texto em seu funcionamento sócio-histórico”. Conforme teóricos de áreas da Linguística Funcional, a exemplo da Linguística do Texto e da Análise do Discurso, tanto o intercurso verbal, quanto todas as manifestações de linguagem podem ser concebidos como textos/discursos.

Em outros termos, a expressão texto/discurso corresponde *lato sensu* “a qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos” (FÁVERO; KOCH, 1998, p. 25), como uma fotografia, uma melodia, um filme, um sonho, ou um poema; já *stricto sensu* texto/discurso equivale a “qualquer passagem falada ou escrita num todo significativo, independente da extensão” (FÁVERO; KOCH, 1998, p. 25). Assim, verificamos que, desde uma única palavra devidamente contextualizada, como *silêncio*, as enunciações de uma pessoa, até mesmo “todas as enunciações emitidas em uma determinada língua” (HYELMSLEV, 1985, p. 87), tudo isso interpretamos como texto/discurso.

2. Texto/discurso literário

A relação entre linguagem e literatura é uma das mais fecundas no domínio das Letras, o que é um fenômeno natural, porquanto a linguagem verbal é a matéria-prima da arte da palavra,

do ludismo literário², como reconhece Eni Orlandi em *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* (2006), livro no qual apresenta os seguintes textos/discursos: o autoritário, o polêmico e o lúdico. O texto/discurso autoritário é aquele fechado, dogmático, construído com signos monossêmicos, exclusivistas, que impedem uma leitura plural. Manifesto, transparente, persuasivo ao máximo, está voltado à dominação do receptor mediante a palavra. Semelhante texto/discurso localizamos:

[...] de forma mais ou menos mascarada, na família: o pai que manda, sob a máscara do conselho; na igreja: o padre que ameaça sob a guarda de Deus; no quartel: o grito que visa preservar a ordem e a hierarquia; na comunicação de massa: o chamado publicitário que tem por objetivo racionalizar o consumo; nos códigos jurídicos, dentre outros (CITELLI, 1989, p. 40).

O texto/discurso polêmico é o que se estrutura em função do processo comunicativo *eu-tu-eu*, como num embate/combate. Nele, acontece uma disputa de vozes, em que uma procura (com)vencer a outra. Mas, ainda que contenha um alto grau de convencimento, de persuasão, o texto/discurso polêmico difere do autoritário, pois nesse o processo comunicativo *eu-tu-eu* “praticamente desaparece, visto que o *tu* se transforma em mero receptor, sem qualquer possibilidade de interferir e modificar aquilo que está sendo dito” (CITELLI, 1989, p. 39), enquanto o texto/discurso polêmico, por conter certo grau de instigação, de desafio, oferece, embora sob controle, oportunidade de contestação. Sua manifestação é encontrável em situações variadas, tais como: uma discussão entre amigos, uma defesa de tese, um juízo sobre uma questão nacional, um editorial jornalístico ou uma aula.

Já o texto/discurso lúdico é aberto, democrático, construído a partir do jogo de signos plurissêmicos, o que deflagra o prazer estético no receptor, permite múltiplas interpretações e o menor grau de convencimento. E casos há em que a linguagem até escapa à persuasão, uma vez que a organização do código coloca os signos vocais em primeiro lugar, o que faz deles quase um fim em si mesmo, para além do ato de significar o real, livres de qualquer outra referência. A representação do texto/discurso lúdico reside no literário, cujo jogo estrutural ilustra a função primeira da arte da palavra e seus valores intrínsecos. Nesse sentido, Marc Augerot, especialista belga em Análise do Discurso, na publicação *Glossário da crítica contemporânea* (1984), identifica elementos da estruturação do texto em nível da Genologia, designada por ele como a teoria dos gêneros literários. Assim, abordamos aqui a configuração genológica literária enquanto categoria discursivo-textual lúdica.

2 Um teórico russo da literatura e do cinema, Viktor Chklovski, estuda a fundo o tema no clássico ensaio intitulado “A arte como procedimento”, escrito em 1916 e depois aproveitado por seu autor para a abertura de *Uma teoria da prosa* (1925).

3. Configuração genológica: uma abordagem do texto/discurso literário

No mundo de hoje, despersonalizado, automatizado e mecanizado ao extremo, além de desumanizado e até coisificado, muito contribui, como fator indispensável de humanização, o texto/discurso literário. Nesse, depois de um longo processo e com o surgimento da corrente romântica, consolida-se uma mudança. Trata-se da substituição da narrativa em verso, precisamente a epopeia, pelo relato em prosa, cujos gêneros já existentes – o conto e a novela – conhecem um renascimento, ao lado de uma nova criação genológica, o romance, que, com a decadência da epopeia dos antigos, termina por ser “a epopeia dos tempos modernos”, ou ainda como quer Hegel (1980, p.190), “a epopeia burguesa moderna”. Até porque o romance, por meio da estruturação simultânea de diferentes núcleos narrativos, torna possível abarcar, à semelhança de tal poema narrativo, uma visão totalizante das coisas, agora no novo mundo capitalista.

E assim, porquanto a realidade frequentemente suplanta a ficção, o romance-folhetim, essa “epopeia da complicação”, na feliz designação figurada de Antonio Candido (1993, p. 15), mostra-se “capaz de dar ao leitor o sentimento da vida e seus labirintos”. Aliás, Janete Clair, a mais famosa criadora de folhetins eletrônicos, denominação das novelas de televisão, gênero oriundo da prosa ficcional seriada, ao ser interrogada sobre a origem de sua inspiração, responde que ela chega da fonte a seguir:

Da vida, dos jornais, dos dramas que as pessoas contam. A história de Cristiano (protagonista da telenovela *Selva de pedra*, de 1972) tirei de uma notícia de um rapaz que tocava bumbo numa praça, no interior de Pernambuco. Ele foi ridicularizado por outro rapaz e de noite foi tomar satisfações e o matou. A história surgiu daí e só então é que notamos que a temática era semelhante à *Tragédia americana* (1925), do escritor Theodore Dreiser, apesar de a história da novela em si não ter nada a ver com o romance (CLAIR, 1973, s.n).

Não obstante a objetividade da resposta, posteriormente, ao ser indagada a respeito da acusação de algumas de suas tramas serem inverossímeis, a folhetinista brasileira arremata: “A vida real é um folhetim, e não o contrário. O meu trabalho é inventar” (CLAIR, 1973, s.n). Em outra maneira de dizer: seu trabalho é conferir tratamento novelesco aos dados da realidade. Como sublinha Eduardo Prado Coelho (1972, p. 143-144): “Sabemos como são indestrinçáveis o texto da vida e o texto da literatura, como se tecem sem fronteiras, presos à voragem que os une”. Tudo isso nos remete, ao recordarmos os vocábulos “tecer” e “fiar” como sinônimos, à herança mítica das Fiandeiras, a desenrolar o fio da existência: o nascimento e a morte, bem como nos remete aos *griots*, contadores de histórias encontrados em vários lugares da África ocidental, representativos de todos os narradores, cantadores de décimas, sábios, avós, mães e todas as demais personagens, cênicas ou não, que, em diversas sociedades e desde os mais remotos tempos, sempre são depositários de casos, de testemunhos ou de tradições.

Em tal esfera, a produção folhetinesca, especialmente a de ficção histórica, representa na verdade a retomada de uma antiga tradição que principia na Europa trezentista, quando da versão em prosa e da seriação das canções de gesta e de outros relatos em verso, a exemplo de *Tristão e Isolda* (séc. XII) e *O ciclo do Santo Graal* (séc. XII e XIII), lendas pátrias e espirituais. A retomada prosificada das gestas medievais dá-se através do aparecimento de narrativas nas quais protagonistas plenipotenciários, grandes atos heroicos, um sem-número de peripécias, multiplicam-se na forma das célebres novelas da Idade Média. Para Janete Clair (2018, s.n), “novela o próprio nome já define: um novelo, que vai se desenrolando aos poucos”. E está com toda a razão a *Maga das Oito*, como fica conhecida nossa folhetinista, graças a seus frequentes sucessos nas décadas de 1970 e 1980, às 20 horas, o então horário nobre da TV. A sua concepção de *novela* coincide com a semântica medieval da palavra, que permanece como a mais apropriada para definir tanto o folhetim impresso, quanto o televisivo.

No Medievo, o termo em questão é utilizado como substantivo sinônimo de “entrecho”, “enredo”, “narrativa trançada”. Emprega-se para as novelas de cavalaria, as quais merecem, com efeito, o derradeiro sentido a que nos referimos. E, especificamente, no tocante à novela de televisão, Marlyse Meyer classifica o gênero como uma criação que nunca deixa de alimentar:

A inextinguível sede romanesca da América Latina, já abeberada de histórias de Carlos Magno em seu nascimento, e, pouco antes do romance-folhetim, de góticas e aventurosas histórias, igualmente importadas. Elixir de hoje, depois da destronada radionovela, a telenovela foi (e ainda é) um grande tecido narrativo enredando o continente e nosso país-continente (MAYER, 1996, p. 8).

Assim também encaramos a estrutura literária do folhetim oitocentista e, para melhor entendimento do primeiro termo constituinte da expressão texto/discurso, bastante oportuno se afigura o conceito proposto por Roland Barthes, através do que o semiólogo francês, de forma profunda e lúdica, resgata o significado primeiro, ou original latino, do elemento verbal *texto*, qual seja, *tecido*. Vejamos, então, como se posiciona o autor de *O prazer do texto* (1973):

Texto quer dizer tecido; mas enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu acabado, por trás do qual se conserva, mais ou menos, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia generativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito desfaz-se, como uma aranha que se dissolve a si própria nas secreções construtivas de sua teia. Se gostássemos de neologismos poderíamos definir a teoria do texto como hifologia (*hiphos* é o tecido e a teia de aranha) (BARTHES, 1973, p. 112).

O pensamento barthesiano supracitado com referência a *texto* chama-nos a atenção por esse último ter sido visto como um entrelaçamento constante de fios (unidades do tecido, do

texto), ou de linhas discursivas que, ao se tratar particularmente do romance, equivalem a um discurso em linha reta, a prosa, o que não corresponde, necessariamente, à linearidade da história, mas sim à oposição ao verso, sinônimo de discurso em linha descontínua. Isso porque a sequencialidade do relato ficcional pode ser interrompida e depois retomada num verdadeiro entretecer de cortes e amarrações. E tal dado faz com que levantemos uma série de vocábulos que, do ponto de vista etimológico, nos remetem ao campo semântico do signo vocal *texto* e à organização narrativa folhetinesca, a saber:

- 1 Contexto = tecido conjuntamente.
Do latim: *contextu(m)*.
- 2 Textura = tessitura, ato ou efeito de tecer.
Do latim: *textura*.
- 3 Teia = rede, tecido.
Do latim: *tela*.
- 4 Fio = linha que se fia ou tece.
Do latim: *filu*.
- 5 Urdidura = ordenação dos fios a serem tecidos.
Do latim: *urdire*, por *ordire*.
- 6 Trama = fio que vai de través.
Do latim: *trama*.
- 7 Rede = tecido muitas vezes.
Do latim: *rete, retis*.
- 8 Enredo = tecido emaranhado como o de rede.
Deverbal de *enredar*.
- 9 Desfiar = desfazer em fios (um tecido); narrar minuciosamente.
Derivado de *fiar*, por prefixação.
- 10 Desenlace = ato ou efeito de desfazer o laço ou o nó da intriga;
arremate do tecido narrativo.
Deverbal de *desenlaçar*.

Semelhante universo lexical permite-nos justificar a retromencionada concepção de história folhetinesca como enredo caprichosamente enovelado, dividido em múltiplos capítulos e caracterizado pela invenção inesgotável de peripécias e reviravoltas, pelo desfiar quilométrico de sucessivos incidentes emaranhados, vazados numa dicção literária popular e carregada de sentimentalidade. Igualmente, pelo aludido conceito do semiótico gálico, podemos concluir que o texto/discurso literário não é a manifestação de um sentido preexistente, não é um produto, mas sim uma produção, ou “uma rajada forte de enunciação”, para utilizarmos palavras do próprio Roland Barthes (1973, p. 112), cujo trabalho consiste:

[...] em trançar e retrançar a trama da linguagem, livrando-a dos fios mortos do estereótipo, para que o texto possa aflorar com seu brilho renovado; e nele, um novo sujeito possa finalmente surgir, desembaraçado de suas ilusões representativas (PERRONE-MOISÉS, 1985, p. 80).

No entanto, o texto/discurso literário não é composto somente de fios, de linhas, mas também das entrelinhas, dos *inter-ditos*, de lacunas, digressões, ou suspensões do enunciado, e sobretudo, do ato de ler. A produtividade textual-discursiva da literatura é “sua capacidade de gerar sentidos renováveis. Ler não é, então, aplicar modelos prévios e, sim, criar formas únicas, que são formas virtuais do texto/discurso literário ativadas pela imaginação do leitor” (PERRONE-MOISÉS, 1985, p. 50). Em outra formulação: o leitor funciona como um coautor.

Embora não seja um produto, “um véu acabado”, na expressão de Roland Barthes (1973, p. 112), o texto/discurso literário possui qualidade de um véu (do latim: *velum*), de um véu translúcido, o qual, a um só tempo, vela e desvela sua mensagem, ao fazer com que o sentido último se esquive. Translúcida é mesmo essa composição: ela não é transparente como o texto/discurso autoritário, nem opaca, de impossível inteligibilidade, já que deixa passar a “luz”, sem oferecer, entretanto, uma absoluta visão dos fatos. Dada sua natureza lúdica, funciona como um jogo de claro/escuro, que ilumina e obscurece o universo diegético.

Por tais razões, o texto/discurso literário constitui, no domínio da linguagem, a prática mais revolucionária, a que “mais escapa ao visgo ideológico, aderente ao cientificismo, em que se dá uma ilusão de total objetividade” (PERRONE-MOISÉS, 1985, p. 73). Inclusive, muitas vezes, o texto/discurso literário preenche o vácuo deixado pela História, ao registrar, por meio de sua natureza ambígua, acontecimentos censurados pela arbitrariedade política, como demonstra a produção estético-verbal brasileira durante o regime militar.

Assim, o texto/discurso literário e o da História estão entrelaçados, visto que o primeiro resulta da leitura da humanidade e de seu percurso histórico pelo mundo. Todo texto/discurso literário é um cruzamento de outros de igual ou diferente gênero, “apenas um fragmento abstratamente destacado do fio da intertextualidade, múltiplo fio de que se tece o tecido verbal” (COELHO, 1972, p. 143). Em outra formulação: um texto/discurso literário “é sempre a transformação de outro, ou de outros” (*Ibidem*, p. 144), visto que, em verdade, a escrita completamente original não existe.

Contudo, no discernimento da área compreendida pela intertextualidade, temos que considerar o plágio, quando criminosa apropriação do texto-discurso alheio e “a mera influência ou reminiscência de leitura” (MOISÉS, 1982, p. 18), bem como a paródia (imitação paradoxalmente satírica e reverente); a alusão estrutural (utilização da estrutura de texto classificado em gênero diverso); o contraponto (construção simultânea de dois textos-discursos), entre outros processos intertextuais, os quais um Machado de Assis utiliza em sua produção literária, que “se dispersa em comparações históricas, citações bíblicas, paralelos mitológicos, alusões a outras obras e autores” (LAJOLO, 1980, p. 103).

Ao encarar o texto-discurso literário como um espaço/conexão dos fios da intertextualidade, o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) faz de toda sua obra um

eterno diálogo com a cultura universal e com ela mesma. Nesse particular e bem anteriormente, o romancista de *O filho do pescador* (1843), qual seja, Teixeira e Sousa, a quem cabe entre nós a prioridade cronológica de representar o gênero folhetinesco, apresenta como procedimento a ele caro: “O entrecruzamento das diferentes histórias, manipuladas como fios de uma trança que se vai desenvolvendo” (CANDIDO, 1993, p.114). E tudo isso acontece haja vista o fato de o gênero romance, durante o período estilístico da primeira metade dos Oitocentos, precisar de:

Movimento e peripécia, para satisfazer à voracidade parcelada do folhetim de revista e jornal. Daí a frutuosa aliança que atendia às necessidades de composição criadas pelas expectativas do autor, do editor e do leitor, todos os três interessados diretamente em que a história fosse a mais longa possível: o primeiro, pela remuneração, o segundo pela venda, o terceiro, pelo prolongamento da emoção. As tendências do Romantismo, sequioso de movimento, convergiam no caso com as condições econômicas da profissão literária e as necessidades psicológicas do novo público, interessado no sentimentalismo propiciador de emoções fortes (CANDIDO, 2000, p. 15-16)³.

Notadamente no caso de Teixeira e Sousa, cujas narrativas alcançam “por vezes as raias do grandioso pela fúria de urdir e complicar os acontecimentos” (CANDIDO, 2004, p. 37), reconhecemos, dentro de um *culto à peripécia*, para nos valermos de uma expressão do crítico citado, a soberania da narrativa de evento sobre a de figura ou a de espaço. Isso porque os acontecimentos não só oferecem, ao criador de *O filho do pescador*, a matéria romanesca, como também configuram o mundo de seus folhetins, nos quais:

[...] por uma inversão de perspectiva, a personagem é que serve ao acontecimento. Esse adquire consistência própria, impõe-se em bloco, incorpora a personagem e apela para o que há de mais elementar no leitor. No romance folhetinesco do Romantismo, a peripécia consiste numa hipertrofia do fato corriqueiro, anulando o quadro normal da vida em proveito do excepcional. Os fatos não ocorrem; acontecem, vêm prenhes de consequências. Daí uma diminuição na lógica da narrativa, pois a verossimilhança é dissolvida, pela elevação à potência do incomum e do improvável (CANDIDO, 1993, p. 113).

Mesmo assim, atribuímos a Teixeira e Sousa o mérito da precedência cronológica em termos de romance (não de prosa de ficção) no Brasil. *O filho do pescador*, cuja qualidade artística revela-se muito baixa, guarda para a posteridade um valor documental. Afora isso, cai no esquecimento. De trama frouxa e, em termos de universo semântico, bastante confusa, essa narrativa primária, que adota o modelo europeu dos folhetins de capa e espada, apresenta

3 Em meio às tramas literárias estampadas no canto baixo de periódicos, algumas chegam emolduradas por linhas pontilhadas, numa indução ao recorte, descarte, dobragem e encadernação como livro.

personagens esquemáticas, sem substância, fato sobre o qual assim se expressa Aurélio Buarque de Holanda (1952, p. 28-29) em seu texto dedicado à publicação em pauta:

Naturalmente eu não iria pedir a um romancista romântico – sobretudo um iniciador, e em nosso meio, e num romance de mistério – segurança de análise introspectiva, lógica estrita e rígida na composição dos caracteres, o que, de resto, ainda muito depois de *O filho do pescador* seria coisa inexistente ou, quando nada, raríssima, em nossas letras de ficção. Mas também não se pode admitir o excesso oposto. O livro é de um tom largado, uma despreocupação com a verossimilhança que às vezes raia pelo cômico. Os heróis são apresentados, em exaustiva descrição, como os seres mais belos, mais perfeitos do mundo; quase não há mulheres que não sejam deusas; o tipo corpulento será um gigante, como o delgado um espeto; no coração dos bons não passa uma sombra de vício, como a virtude não dá sinal de vida no coração dos maus. O autor não movimenta seres humanos; movimenta abstrações – a Beleza e a Fealdade, o Egoísmo e a Renúncia, a Virtude e o Vício.

Semelhante linha de produção do iniciador de nosso romance-folhetim, de servil imitação de Eugène Sue, Alexandre Dumas e Victor Hugo, entre outros, no ano seguinte ao lançamento de *O filho do pescador*, ou seja, em 1844, é abalada pelo aparecimento de uma obra de Joaquim Manuel de Macedo, intitulada *A moreninha*, que, para a maioria dos críticos, é o verdadeiro primeiro romance da literatura brasileira. Por sinal, sua protagonista, Carolina, vem substituir o tipo europeu feminino dos folhetins franceses, ainda encarnado na heroína loira e de olhos azuis de *O filho do pescador*. No entanto, registramos a persistência do trabalho de folhetinista, por parte de Teixeira e Sousa, até o decênio de 1860. Afinal, como bem sublinha Alfredo Bosi (1997, p.113): “Seja como for, foi com ele que o Romantismo caminhou para a narração, instrumento ideal para explorar a vida e o pensamento da nascente sociedade brasileira”.

Aqui, não obstante os defeitos típicos do folhetim, como a inverossimilhança, e haja vista a forte crítica social que o gênero muitas vezes mostra, não empreendemos uma leitura empobrecedora, depreciativa, desse gênero narrativo, como muitos críticos conservadores o fazem, a começar por Sainte-Beuve (1839, p. 29-43), que a tacha de “literatura industrial”, ao evidenciar uma mentalidade estreita, preconceituosa e ultrapassada para um verdadeiro intelectual e crítico, respeitoso também de gostos, estilos e artistas em geral. Devemos observar o quanto as expressões culturais populares e as eruditas sempre se interpenetram e se adaptam umas às outras. De nossa parte, não conseguimos separar do folhetim a grande arte romanesca oitocentista. Lembremos que Charles Dickens, Victor Hugo e o patrono do romance ocidental, Honoré de Balzac, são folhetinistas. E mesmo Dostoiévski, genial perscrutador do espírito e dos conflitos da humanidade em várias obras-primas universais, que renovam o gênero romance, é igualmente folhetinista, atento ao modelo de Eugène Sue, como o são os prosadores românticos brasileiros, todos dentro da configuração genológica do texto/discurso literário.

Considerações finais

No presente artigo, apresentamos a configuração genológica do texto/discurso, tanto no sentido lato quanto no restrito. No último, conhecemos os três tipos estabelecidos por Eni Orlandi: o autoritário, o polêmico e o lúdico. Concentramo-nos no terceiro, em sua mais característica representação, qual seja, o texto/discurso literário, na condição de um tecido de signos abertos e avessos à persuasão, tecido esse que permite diferentes interpretações e provoca respostas emotivas no público.

Constatamos, finalmente, que o texto/discurso literário, por sua plurissignificação, está em permanente construção e em relação com outros gêneros comunicativos, ao colocar em tensão o emissor e o receptor, o leitor e a realidade (lida), de forma que, entre tais polos, se firma uma conexão produtiva e dinâmica, a exemplo do ocorrido com o texto/discurso/obra literária que identificamos, em termos de Genologia, como romance-folhetim.

Referências

- AUGENOT, Marc. **Glossário da crítica contemporânea** Lisboa: Editorial Comunicação, 1984.
- BAGNO, Marcos. Sobre peixes e linguagem. In: ANTUNES, Irlandé. **Análise de textos**. São Paulo: Parábola Ed., 2010.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Lisboa: Edições 70, 1973.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- _____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- _____. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1989.
- CLAIR, Janete. **Entrevista**. **Revista Veja**. Disponível em: http://veja.abril.com.br/especiais/35_anos/ent_clair.html. Consulta em: 1 ago. 2019.
- _____. **Teledramaturgia**. In: <http://www.teledramaturgia.com.br>. Consulta em 16 de julho de 2019.
- COELHO, Eduardo Prado. **A palavra sobre a palavra**. Porto: Portucalense Ed., 1972.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1988.
- HEGEL, Friedrich. **Estética**. Lisboa: Guimarães Ed., 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O romance brasileiro de 1752 a 1930**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1952.

HYELMSLEV, Louis. **Résumé d'une théorie du langage**. Travaux du cercle linguistique de Copenhague XVI. Copenhague: Nordisk Sprog-og Kulturforlag. Traduction française partielle de Nouveaux Essais, Paris, P.U.F., p.87-130, 1985,.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LAJOLO, Marisa Philbert. **Literatura comentada: Machado de Assis**. Abril Educação, 1980.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão do suporte dos gêneros textuais. Disponível em:<http://www.periodicos.ufpb/ojs/index.php/dclv/article/view/7434/4503>. Acesso em: 1 ago. 2019.

MAYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. Alusão. In: _____. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Cultrix, 1982.

NORRIS, Sigrid. **Identity in (inter)action: introducing multimodal (inter)action analysis**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2011.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Roland Barthes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do Romantismo até nossos dias**. São Paulo: Paulus, 1991.

SAINTE-BEUVE, Charles-Augustin. De la littérature industrielle. **Revue des Deux Mondes**. Paris 01/09/1839, p.29-43.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Revista Expressão, da UFPI: o processo de institucionalização da linguística no Piauí

Journal Expressão, UFPI: the linguistics institutionalization process IN Piauí

Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos*
Maria de Jesus Medeiros Torres**
Raimunda da Conceição Silva***

RESUMO

Este artigo apresenta uma historicização da institucionalização e desenvolvimento da Linguística no Piauí a partir da análise de algumas pesquisas e depoimentos¹ de professores da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A análise dos dados baseou-se no princípio da Contextualização (KOERNER, 2014), nos Programas de Investigação (SWIGGERS, 2004), e na ideia de orientação de pesquisa (ALTMAN, 2016). As análises mostram que a revista Expressão exerceu importante papel para o desenvolvimento da pesquisa linguística no Piauí, e a existência de um ecletismo teórico.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; revista Expressão; institucionalização da Linguística no Piauí; UFPI.

Recebido em 29 de agosto de 2019.

Aceito em 23 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.325

*Universidade Federal do Piauí, marcelodosanjos@ufpi.edu.br, orcid.org/0000-0001-9151-2658

**Universidade Federal do Piauí, mjmt.mariah@gmail.com, orcid.org/0000-0003-1425-352X

***Universidade Federal do Piauí, rai_ufpi@outlook.com, orcid.org/0000-0002-3089-7942

1 Em *Historiografia Linguística*, os relatos de memórias e depoimentos constituem-se como fontes para a reconstrução do passado de um determinado objeto de estudo. Para Seixas (2001, p. 95), a memória se articula como uma possibilidade de se fazer “‘reviver’ o passado, fazê-lo ressurgir de um aparente ‘não lugar’ para assombrar ou fecundar o presente, de uma memória coletiva que possa, de alguma forma, resgatar o que não é mais imediato e socialmente articulado e representado”.

ABSTRACT

This article presents a history of institutionalization and development of Linguistics in Piauí from the analysis of some research and testimonials² of professors at the Federal University of Piauí. Data analysis was based on the Contextualization principle (KOERNER, 2014), the Research Programs (SWIGGERS, 2004) and the idea of research orientation (ALTMAN, 2016). The analysis shows that *Expressão* journal played an important role for the development of linguistic research in Piauí, and the existence of a theoretical eclecticism.

Keywords: Linguistic Historiography; journal *Expressão*; institutionalization of Linguistics in Piauí; UFPI.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo historiográfico acerca do processo de institucionalização e desenvolvimento da Linguística³ no Piauí, a partir da análise de algumas pesquisas e depoimentos de professores da UFPI. A investigação tem, como foco, a análise de (i) quatro volumes da revista *Expressão*, quais sejam: v. 1 (1994), v. 2, n. 2 (1995), v. 3 (1998) e v. 4 (2000); e de (ii) depoimentos⁴ de alguns professores da Instituição, cujo teor foi importante para a compreensão do contexto de produção e divulgação dos estudos linguísticos aqui analisados⁵.

Procurando situar as pesquisas linguísticas publicadas na revista *Expressão* como consequências de esforços de comunidades de pesquisadores, com formas de atuação específicas em seu tempo, foram utilizados, como categorias de análise da Historiografia Linguística (HL), o princípio da *Contextualização*⁶ (cf. KOERNER, 2014), o qual é inerente ao trabalho historiográfico e tido como um elemento norteador de qualquer investigação que se propõe a olhar para o conhecimento linguístico em épocas passadas, permitindo a observação do contexto de produção,

2 In Linguistic Historiography, the reports of memories and statements are resources for the reconstruction of the past of a particular object of study. According to Seixas (2001, p. 95), memory is articulated as a possibility of “reviving” the past, reviving it from an apparent “no place” to haunt or fertilize the present, from a collective memory that can somehow rescue what is no longer immediate and socially articulated and represented”.

3 O conhecimento da história e do desenvolvimento da Linguística é inerente à formação geral de linguistas, bem como de estudantes dos cursos de Letras (cf. KOERNER, 2014). Importa, também, se ter uma compreensão do processo de desenvolvimento desta disciplina nas universidades brasileiras, uma vez que a sua institucionalização não se deu de forma igual em todas essas instituições (ALTMAN, 1998).

4 Todos os depoimentos que constam neste artigo, a não ser os de domínio público, foram devidamente autorizados pelos depoentes, professores da UFPI, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE/CEP/UFPI). Certificado de apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.º 09959319.9.0000.5214. Os depoimentos colhidos para esta pesquisa estão indicados, em itálico e com recuo, no corpo do texto, como *Depoimento pessoal*.

5 Alguns dos docentes entrevistados, como os professores José Reis Pereira, Francisco Alves Filho e Maria Auxiliadora Ferreira Lima, participaram da elaboração da revista *Expressão*, contribuindo com trabalhos que foram publicados no periódico.

6 “1.º O primeiro princípio para a apresentação das teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos tem a ver com o estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em questão. As ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram” (KOERNER, 2014, p. 58).

de recepção e o desenvolvimento do conhecimento linguístico produzido em uma dada época e local; o conceito de *Programas de Investigação* (cf. SWIGGERS, 2004), que permitiu uma análise interna das pesquisas linguísticas publicadas na revista em análise, seguindo os três parâmetros de análise que circundam esses programas: *visão de língua, incidência de análise e técnica*; bem como a ideia de *orientação de pesquisa*⁷ (cf. ALTMAN, 2016), que possibilitou o estabelecimento das orientações de pesquisa que circundavam os trabalhos linguísticos compulsados.

Considerou-se, ainda, a ideia de *evolução*⁸, de Fleck⁹ (2010 [1935]), uma vez que a perspectiva epistemológica deste autor dialoga com os propósitos da HL, quando considera que o conhecimento é essencialmente um processo histórico-social, cuja análise deve ser pautada em um viés *evolutivo*.

A próxima seção apresenta um breve percurso histórico acerca do processo de institucionalização da Linguística no Piauí, de modo a trazer reflexões contextualizadas sobre os eventos que favoreceram o surgimento da disciplina no contexto da UFPI.

1. A criação do espaço institucional da Linguística no Piauí

Em 1971, foi criada a UFPI, que passou a integrar os cursos da antiga e extinta Faculdade de Filosofia do Piauí – FAFI¹⁰, além das Faculdades de Direito, Odontologia, Medicina e

7 Na esteira de Altman (2016), *orientação de pesquisa* é a área de estudos específica para a qual um pesquisador ou um grupo de pesquisadores em Linguística se dedica, de modo a conferir um tratamento especializado aos dados linguísticos. Segundo a autora, são orientações de pesquisa: *Gramatical (descritiva), Uso/Variação, Histórica, (Meta)teórica, Aplicada, Literária, (s/dados de língua)*.

8 A ideia de *evolução* sustentada neste artigo, assim como defende Fleck (2010 [1935]), não considera as descobertas do presente acerca do fato científico como sendo melhores do que as do passado. Nesse sentido, a ideia de evolução é importante e se articula com o fazer historiográfico em Linguística porque mostra que o conhecimento científico é um processo evolucionário, ou seja, o surgimento de novos fatos científicos resulta de um processo de mutação continuada, o qual acontece de forma gradual e lenta, considerando movimentos de avanços e retomadas. Corroborando essa mesma visão, Swiggers (2018, p. 23) afirma que a evolução deve ser considerada “como fluxo ou mudança, não (necessariamente) como progresso”.

9 Ludwik Fleck (1896-1961), autor da obra *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (1935).

10 “As antigas Faculdades de Filosofia, inspiradas no modelo adotado, na década de 1930, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, visavam à formação do pesquisador e à preparação de candidatos ao magistério secundário e superior” (cf. NUNES, 1991 *apud* REGO; MAGALHÃES, 1991). Em contraposição à informação anterior, fornecida pelo professor Manoel Paulo Nunes, é relevante salientar que a *Reforma Francisco Campos*, em seu decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931, definiu que o modelo de universidade a ser adotado pelas diversas faculdades brasileiras foi o da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ (cf. ROTHEN, 2007). A FAFI iniciou suas atividades no dia 7 (sete) de abril de 1958, com a oferta de três cursos de nível superior, quais sejam: Letras Neolatinas, Filosofia e Geografia/História (estes últimos funcionavam como cursos integrados à época). É importante ressaltar que, em 1931, foi implantada a Faculdade de Direito do Piauí (FADI), primeira faculdade do Estado, cujo foco era a formação da sociedade elitizada piauiense (SILVA, 2019).

Administração. A organização do Curso de Letras Neolatinas, conforme o regimento da FAFI, de 1962, (cf. RÊGO; MAGALHÃES, 1991), pode ser visualizada no quadro síntese abaixo:

Quadro 1. Organização do Curso de Letras Neolatinas por série. FONTE: Quadro organizado pelos autores desta pesquisa a partir de RÊGO; MAGALHÃES (1991).

SÉRIE	DISCIPLINAS
1ª série	Língua e literatura latina; Língua e literatura francesa; Língua e literatura italiana; Língua e literatura espanhola; Língua Portuguesa; Introdução à Filosofia; Introdução à Teologia.
2ª série	Língua e literatura latina; Língua e literatura italiana; Língua e literatura espanhola; Língua e literatura francesa; Literatura brasileira; Literatura portuguesa; Língua Portuguesa; Teologia dogmática.
3ª série	Literatura portuguesa; Língua Portuguesa; Literatura e língua francesa; Literatura brasileira; Literatura hispano-americana; Literatura e língua italiana; Filologia românica; Teologia moral.

Estas informações indicam o quanto era marcante a presença de disciplinas de línguas e literaturas de várias línguas românicas¹¹. Isso favorece a compreensão de que, na década de 1960, ainda era mais forte a presença do programa de investigação relativo à Filologia, o qual predominou, no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, sendo rivalizado pelo programa de investigação da Linguística, principalmente, a partir da década de 1970 (ALTMAN, 1998; COELHO, 2018)¹². Como visto no quadro acima, não há menção à disciplina Linguística. Isso pode estar associado ao fato de que a obrigatoriedade do ensino desta disciplina em todas as Faculdades de Letras do país passou a vigorar somente em 19 de outubro de 1962, o que pode sugerir que a elaboração da lista de disciplinas do Curso de Letras Neolatinas antecedeu o período em que passou a vigorar a obrigatoriedade do ensino da referida disciplina. A própria concomitância entre o regimento da FAFI e a obrigatoriedade do ensino da disciplina Linguística (ambos de 1962¹³) pode explicar a não inclusão da disciplina no regimento. Contudo, é possível afirmar que, mesmo não constando na lista apresentada pelas autoras, esta disciplina já era

11 *A orientação de estudo* (cf. ALTMAN, 2016) predominante no curso de Letras, à época, era mais voltada para a língua, no âmbito do ensino e com um viés mais tradicional, e para a literatura, haja vista a quantidade de disciplinas voltadas às diversas literaturas e línguas românicas (francesa, italiana, espanhola e portuguesa).

12 Conforme Coelho (2018, p. 60-61), o desinteresse da comunidade científica com relação ao programa da Filologia é mais evidente a partir da década de 1970, marcando uma ruptura institucional e com a orientação histórica no estudo da língua; bem como apresentando um importante fator de diversificação teórica e metodológica, e favorecendo uma maior coesão profissional entre um grupo emergente de *scholars*.

13 Rêgo e Magalhães (1991) não explicitam o mês em que o regimento da FAFI foi elaborado e, até o momento, não foi identificada qualquer fonte que possa ajudar nesse esclarecimento.

ministrada no Curso, no início de 1960. Isso pode ser constatado a partir do seguinte depoimento, fornecido pelo Pe. Raimundo José Airemoraes Soares (1933-), professor titular aposentado:

Havendo eu chegado à Teresina, após conclusão dos estudos em 1959, a partir de 1960, comecei a trabalhar na FAFI. Apesar de não credenciado oficialmente para o curso de Letras Neolatinas (meu credenciamento foi para o curso de Filosofia), por força das circunstâncias, lecionei no curso de Letras Neolatinas as disciplinas de História da Língua Portuguesa, Língua Francesa, Filologia Românica, *Linguística* e Doutrina Social da Igreja, disciplina esta integrante do então currículo da FAFI (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 40. Grifo nosso).

Esse depoimento revela que já circulavam, em 1960, e de modo pontual, as primeiras ideias acerca da Linguística em solo piauiense, embora esta disciplina ainda não fosse formalizada no regimento da FAFI. No Brasil, é bom lembrar, a implantação da Linguística, como uma área autônoma de ensino e pesquisa, ocorreu mediante o parecer 283/62, do Conselheiro Raimundo Valnir Cavalcante Chagas (1921-2006), do Conselho Federal de Educação – CFE, passando a vigorar em 19 de outubro de 1962. Esse marco legal introduziu um novo currículo para os cursos de Letras de todo o país, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da disciplina Linguística (FIORIN, 2006; ALTMAN, 2018). Levando em conta o momento dessa obrigatoriedade, é lícito supor que a propagação das primeiras ideias sobre a disciplina no Piauí pode ter muito mais a ver com o ecletismo e o autodidatismo da figura individual do Pe. Raimundo José.

É importante, pois, chamar a atenção para a realidade dos professores que lecionavam as disciplinas listadas no depoimento do clérigo, incluindo a Linguística, uma vez que a maioria deles era leiga na área, ou mesmo curiosa e interessada na área dos estudos sobre a linguagem. Isso é confirmado no depoimento, a seguir, de uma ex-aluna da FAFI, Maria Cecília da Costa A. Mendes, a qual, posteriormente, tornou-se professora do Curso de Letras na UFPI:

Os professores eram os mais renomados da cidade [...]. Trabalhavam por idealismo. A remuneração era baixa – como horistas – era simbólica e saía com meses de atraso. Nem por isso havia greves. Mas importava ser pioneiro na formação de professores graduados e servir ao ensino do Piauí, conduzido, então, na maior parte, por professores leigos (RÊGO; MAGALHÃES, 1991, p. 46).

A trajetória do professor José Reis Pereira ilustra a realidade dos docentes do Curso de Letras da UFPI, nos primeiros anos de vigência da disciplina Linguística, pois, como primeiro professor oficial da disciplina¹⁴, mostrou-se um grande curioso e interessado pelos estudos

14 Conforme depoimento pessoal (2019), o professor José Reis Pereira ingressou como docente no Curso de Letras da UFPI em 1971 e, em 1972, logo no primeiro semestre, ministrou a disciplina *Língua Portuguesa*.

sobre linguagem/língua. Em depoimento, ele corrobora o fato de o Pe. Raimundo José ter sido o pioneiro nas reflexões acerca da Linguística no Piauí:

Quem começou a ensinar Linguística, com esse nome, foi o padre Raimundo José Airemoraes. Não sei o ano exato em que ele começou. Entrei na Faculdade de Filosofia em 1965. Mais tarde, quando o padre Raimundo José assumiu as disciplinas de Língua Portuguesa, ele começou a lecionar linguística (entre 1967 e 1968). Em 1969, fui seu aluno na disciplina Linguística. Ele tinha formação em Filosofia e Teologia, mas era um curioso perspicaz e muito interessado em línguas. Não se falava em linguística antes disso. Falava-se em filologia românica e em história da língua portuguesa. A bibliografia¹⁵ que ele usava, no geral, resumia-se ao livro de Francisco Borba¹⁶ e aos “Princípios de Linguística Geral”¹⁷, de Mattoso Câmara¹⁸. No entanto, o professor apresentava ideias de Saussure¹⁹ (Depoimento pessoal de José Reis Pereira, 2019).

A presença de uma orientação filológica nesse recorte de tempo corrobora o fato de que essa orientação de estudos se fez presente nos primeiros anos do Curso de Letras Neolatinas e que as discussões, em particular, fossem mais voltadas para o ensino e para a literatura de algumas línguas românicas, no contexto da FAFI. Portanto, essas tantas disciplinas de línguas e literaturas românicas podem confirmar a tese de que o programa de investigação predominante era, de fato, o filológico.

Nesse sentido, ao comparar esses dados, no contexto piauiense, aos que Altman (2016) apresenta, em relação à orientação de estudo que norteia os artigos que foram publicados na *Revista Brasileira de Filologia* (RBF), no período de 1955 a 1961, vê-se uma *continuidade*, pois, de acordo com a pesquisa realizada pela autora, houve, nesse período, uma predominância na orientação de estudo histórica/filológica²⁰.

No mesmo ano de criação da UFPI, em 1971, José Reis Pereira passa a integrar o quadro de docentes desta Instituição, sendo o primeiro professor a ministrar a disciplina voltada para a Linguística, que, à época, era denominada de Introdução à Linguística:

15 Ao longo de alguns depoimentos, os professores entrevistados fizeram menção a vários autores da Linguística, os quais foram tomados como referência para as reflexões realizadas nas aulas da graduação. No entanto, apenas em alguns casos foram citados o nome das obras.

16 Francisco da Silva Borba (1932-).

17 A primeira edição é de 1941 (cf. Uchôa, 2004).

18 Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970).

19 Ferdinand de Saussure (1857-1913).

20 Importa, ainda, considerar que a predominância da orientação histórica/filológica, em algumas das universidades, pode ser justificada pela formação filológica recebida pelo idealizador da RBF, o filólogo e romanista Serafim da Silva Neto (ALTMAN, 2016).

Comecei a lecionar no curso superior em 1971²¹, inicialmente, no primeiro semestre, acredito, com uma disciplina de Língua Portuguesa. Deveria ser uma disciplina voltada para a gramática tradicional, formal e normativa. Mas eu tinha acabado de descobrir o Othon Moacir Garcia²² e comecei a utilizá-lo com os alunos, de forma que a disciplina, que se havia iniciado com gramática pura, transformou-se num curso de redação. Ao lado disto, comecei a estudar Linguística, porque sabia que iria assumir essa disciplina no ano seguinte. Li muito Saussure, Mattoso Câmara, Martinet²³, Ducrot²⁴ e os números da “Revista Vozes²⁵” que estivessem voltados para a linguística (Depoimento pessoal de José Reis Pereira, 2019).

As leituras que José Reis Pereira empreendia no início de sua trajetória como professor da área da Linguística sugerem que suas referências eram muito influenciadas pelo momento inicial dos estudos científicos acerca da linguagem. Isso é comprovado pela menção que o docente faz, várias vezes, em seus depoimentos, a linguistas como Saussure²⁶ e Câmara Júnior²⁷.

Ao relatar a sua experiência enquanto discente do Curso de Letras da UFPI, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa²⁸ ratifica as afirmações do professor José Reis Pereira:

Em 1972, fui aprovada no vestibular para o curso de Letras da UFPI. Fui aluna da primeira turma de Letras após a implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí. Eu cursei a disciplina “Introdução à Linguística” com o professor José Reis Pereira, no segundo semestre de 1972. Nessa época, tive notícia dessa disciplina (parece que com nome diferente) ministrada na FAFI pelo Pe. Raimundo José Airemorais Soares (Depoimento pessoal de Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa, 2019).

Quando passou a ministrar, em 1972, a disciplina Introdução à Linguística, José Reis Pereira relata que enfrentou dificuldades para articular os conhecimentos demandados pela nova disciplina, de modo que teve de fazer grande esforço para conseguir êxito em tal empreitada.

21 É importante lembrar que a UFPI foi implantada em 1971, mas o Curso de Letras passa a funcionar, de fato, em 1972, conforme Rêgo e Magalhães (1991).

22 Othon Moacir Garcia (1912-2002).

23 André Martinet (1908-1999).

24 Oswald Ducrot (1930-).

25 Foram realizadas algumas buscas em relação à *Revista Vozes*, mencionada pelo professor. No entanto, não foram encontrados nomes compatíveis com o fornecido pelo docente, mas outros que destoam um pouco. Tendo em vista essa imprecisão, optou-se por não trazer informações sobre o veículo.

26 Cujas ideias linguísticas, por meio do *Curso de Linguística Geral*, foram responsáveis por inserir o Brasil no fluxo de renovação das ciências humanas, nos anos 1960, por meio da disciplina *Linguística* (ALTMAN, 2018).

27 Fundador e mentor da pesquisa linguística no Brasil, institucionalizada e reconhecida como o programa de investigação da disciplina *Linguística* (ALTMAN, 2018).

28 Primeira professora doutora do Curso de Letras da UFPI. (cf. *Depoimento pessoal*, 2019).

Isso porque tinha, no currículo, apenas a graduação, pautada, sobretudo, em um viés mais gramatical, sem muito espaço para reflexões linguísticas. Sobre isso, afirma o professor:

Eu tinha apenas a graduação em licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e Literaturas Portuguesa e Brasileira), e era recém-formado. Tive que compensar as deficiências teóricas com muito estudo e contatos com professores de outros estados, principalmente São Paulo. Em 1973, por exemplo, fui a um congresso de linguística em São Paulo, e isto foi muito proveitoso (Depoimento pessoal de José Reis Pereira, 2019).

Sobre como empreendia as discussões linguísticas nos anos iniciais da disciplina na UFPI, o professor sobreleva o fato de que a Linguística, naquele contexto, apresentava uma forte carga teórica, de modo que trazia, dentre alguns poucos temas, os conceitos básicos de Saussure, levando a maioria dos alunos a admitir um alto grau de dificuldade de entendimento dos conceitos ministrados, em razão de sua complexidade teórica:

A disciplina tinha um início com forte característica teórica, com a concepção de linguagem, langue e parole de Saussure, discussão de funções da linguagem segundo Jakobson²⁹, e noções de semântica e de variação linguística. Levava os alunos a ler e discutir o livro de Saussure (cheguei a ser recriminado por colegas, de que estaria forçando muito com os alunos, num assunto difícil). Depois, na segunda parte da disciplina, analisava a Língua Portuguesa (fonologia e morfologia), com base nos livros de Mattoso Câmara³⁰. Isso tudo acontecia com muitas reações contrárias dos alunos e de alguns professores (Depoimento pessoal de José Reis Pereira, 2019).

Esses dois depoimentos reafirmam o que foi posto em relação às dificuldades encontradas após a implantação da Linguística nos cursos de Letras do país, sobretudo, devido à falta de profissionais capacitados para desenvolver a tarefa de ministrar uma nova disciplina. Um cenário dificultoso nos grandes centros que não poderia fugir à regra no Estado do Piauí, onde o ensino de nível superior ainda andava a passos lentos.

Esse cenário começou a mudar, mesmo que de forma tímida, pouco tempo depois que a disciplina foi oficializada na UFPI. Na ocasião, conforme depoimento³¹ pessoal da professora Catarina de Sena Siqueira Mendes da Costa (2019), em 1974, José Reis Pereira fez o curso de Mestrado em Letras, na área de Linguística, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Isso fez com que, segundo ela, fosse amadurecido o nível das discussões

29 Roman Jakobson (1896-1982).

30 O professor não mencionou o nome dos livros de Mattoso Câmara aos quais fez referência.

31 O meu professor de Introdução à Linguística, em 1972, foi o professor José Reis Pereira. Nessa época, era apenas graduado. Logo depois, em 1974, ele fez curso de Mestrado em Letras, na área de Linguística, na PUC do Rio de Janeiro (Depoimento pessoal de Catarina de Sena Siqueira Mendes Costa, 2019).

linguísticas que o docente empreendia com seus alunos. Em 1976, a professora Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa ingressou na UFPI como docente, ministrando as disciplinas “Português I” e “Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa”³². Pouco tempo depois, em 1979, a docente também defendia sua dissertação de Mestrado em Letras, na área da Linguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (cf. *Depoimento pessoal*, 2019). Sobre esse cenário de mudanças, já na década de 1980, afirma a professora:

Na década de 1980, alguns colegas nossos do Departamento de Letras concluíram o curso de Mestrado em Letras, na área de Linguística, como a professora Ismênia Reis, professora Helena Gina de Carvalho Reis, professora Maria do Socorro Borges Chaves e o professor Ubiraci de Carvalho. Todos eles ministraram, posteriormente, disciplinas da área da Linguística (Depoimento pessoal de Catarina de Sena Sirqueira Mendes Costa, 2019).

A situação dos estudos linguísticos no contexto da UFPI na década de 1980, conforme depoimento³³ pessoal da professora Maria Auxiliadora Ferreira Lima, docente do Curso de Letras da UFPI desde 1985, seguia um viés estruturalista, uma vez que, confirmando a fala da professora Catarina de Sena, afirma que a disciplina, à época,

era vinculada mais às discussões de Saussure, aos conceitos de língua, fala..., então, era uma introdução à Linguística calcada nos valores estruturalistas; e as questões teóricas foram se alargando com o tempo, quando esses professores voltavam do Mestrado ou Doutorado (Depoimento pessoal de Catarina de Sena Sirqueira Mendes Costa, 2019).

Para a referida professora, à época, prevalecia uma resistência à disciplina Linguística por parte dos docentes, o que era reforçado pelos alunos do Curso de Letras da UFPI. Isso porque:

na época, havia certa aversão à Linguística, questão muito forte, pois alguns professores achavam que a Linguística iria tomar o lugar da gramática, uma vez que muitos professores eram arraigados à gramática, assim como alunos, e achavam que a disciplina condenava a gramática. Então, essa disciplina, relativamente nova, era um choque para a maioria (Depoimento pessoal de Maria Auxiliadora Ferreira Lima, 2019).

32 (cf. Depoimento pessoal, 2019)

33 *Em 1985, a disciplina Linguística já existia. Nesse contexto, não comecei ainda a disciplina Introdução à Linguística, a qual só fui começar a ministrar por volta do primeiro semestre de 1987, quando o professor Ubiraci se afastou para se dedicar à política. A primeira disciplina ministrada por mim foi Português I, referente à leitura e produção de texto. A partir de 1987, passei a trabalhar com as disciplinas de Sintaxe, Morfologia, Introdução à linguística, Linguística II (Depoimento pessoal de Maria Auxiliadora Ferreira Lima, 2019).*

Conforme o professor José Reis Pereira, a partir do ano de 1984, o hoje extinto Departamento de Letras decidiu ampliar o leque de ofertas de disciplinas de Linguística, criando a disciplina Linguística II, que passou a integrar o quadro de disciplinas obrigatórias do Curso. Nessa época, a disciplina Linguística II era dedicada totalmente à sintaxe, motivo pelo qual ele se debruçou muito sobre as ideias linguísticas de Martinet. Outras disciplinas optativas (o docente não se recorda de nomes) foram criadas nessa mesma época, porém, algumas não foram oferecidas na prática.

Ao relatar sua experiência enquanto aluno do Curso de Letras da UFPI, a partir de 1985, o professor Francisco Alves Filho³⁴ atesta a afirmação de José Reis Pereira supramencionada, uma vez que afirma ter feito as disciplinas “Introdução à Linguística” e “Linguística II”, ambas obrigatórias:

Os professores que ministravam as disciplinas “Introdução à Linguística” e “Linguística II” já tinham mestrado na época, que eram os professores Ubiraci Carvalho, José Reis Pereira e Ismênia Reis. Os três, lembro, já tinham mestrado. Depois, eu cursei “Fonética e Fonologia” com a professora Catarina de Sena, que já tinha doutorado. Na verdade, na época, alguns poucos professores eram doutores, alguns professores não tinham mestrado, apenas graduação ou especialização. Então, formação em pós-graduação não era o que prevalecia na época (Depoimento pessoal de Francisco Alves Filho, 2019).

Sobre as referências que eram utilizadas pelos professores do Curso de Letras, relacionadas à Linguística, o professor Francisco Alves Filho comenta que, no geral, usavam-se os manuais de Linguística³⁵, como o de John Lyons (1932-), *Linguagem e linguística: uma introdução*, e o de Leonor Scliar-Cabral (1929-), *Introdução à Linguística*. Nessa época, por volta do ano de 1985, lembra o professor que se usavam também referências ligadas à Linguística francesa, como Martinet, sobretudo os docentes José Reis Pereira e Maria Ismênia Reis Pereira. Ademais, era usado o livro *Sintaxe estrutural* (2000), do próprio José Reis Pereira.

De posse dessas informações contextuais, vale considerar que o processo de institucionalização da Linguística no Piauí também não ocorreu de maneira fácil e uniforme, pois, nos primeiros anos do Curso de Letras Neolatinas, o componente curricular não se fazia presente como disciplina obrigatória no quadro das matérias ministradas; porém, já despertava o interesse de alguns curiosos, como o Pe. Raimundo José, que, mesmo não tendo a formação específica, instigou as primeiras reflexões a respeito das ideias linguísticas em solo piauiense.

34 Francisco Alves Filho ingressou na UFPI como docente do Curso de Letras em 1992, ocasião em que tinha, no currículo, apenas a graduação. No primeiro ano, ministrou “Leitura e Produção de Textos” e, logo depois, “Morfologia”, durante algum tempo. Além dessas disciplinas, ministrou, posteriormente, “Sintaxe” (cf. *Depoimento pessoal*).

35 O professor não soube informar os anos e as edições dos referidos livros.

Nesse processo, desde 1960, a Linguística, mesmo que timidamente, faz-se presente no Piauí e, no contexto da UFPI, já oficializada, desde 1972.

Posto isto, o próximo tópico apresenta uma breve contextualização da revista *Expressão*, bem como dos pesquisadores que publicaram nesse veículo, seguida das análises dos dados, com base nas categorias eleitas para esta investigação.

2. Revista *Expressão*: a pesquisa linguística no âmbito da UFPI

A revista *Expressão*, revista do antigo Departamento de Letras da UFPI e extinta em 2000³⁶, teve seu primeiro volume publicado em 1994 e se apresentava como uma coletânea de textos de professores do Curso de Letras e de professores convidados de outras instituições. Além dos trabalhos dos professores, também era dado espaço para alguns poucos alunos publicarem suas pesquisas ou outras produções, como poesias e contos³⁷. O objetivo primeiro da revista era sistematizar e sintetizar a pesquisa acadêmica que era produzida no âmbito da universidade, contemplando artigos, ensaios e outras produções das áreas da Linguística e Literatura.

É importante ressaltar que a revista *Expressão* contava com um Conselho Editorial, formado pelos seguintes professores: Airton Sampaio de Araújo, Lina Rosa Lira R. G. de Carvalho, Raimunda das Dores Santos, Sylvia Teresa Pereira da Silva Clarck, Maria Auxiliadora Ferreira Lima, Maria do Socorro Borges de Oliveira e Maria do Socorro Fernandes de Carvalho; e com uma Coordenação Editorial, composta pelos docentes Fabiano de Cristo Rios Nogueira e Mário Alfredo Oliveira Soares (RÊGO; MAGALHÃES, 1991). Essa Comissão Editorial, conforme a professora Helena Jina de Sousa Pereira, chefe do antigo Departamento de Letras à época, no prefácio³⁸ do primeiro volume da revista (1994), teve fundamental importância para o funcionamento da revista, visto que era responsável pela seleção e organização dos trabalhos veiculados.

36 A revista *Expressão* possuía uma periodicidade semestral, com a publicação de dois volumes por ano. Contudo, para esta pesquisa, teve-se acesso, somente, a quatro volumes, os quais foram publicados, respectivamente, em: 1994 (volume 1, nº 1), 1995 (volume 2, nº 2), 1998 (volume 3, sem número) e 2000 (volume 4, sem número).

37 Eram veiculados na revista artigos, ensaios, resenhas e momento literário (poemas, crônicas e contos). Algumas dessas publicações literárias foram premiadas no Concurso Literário “Assis Brasil”, promovido pelo extinto Departamento de Letras, durante a Conferência Clemente Fortes, em 1995.

38 “Ressalte-se o empenho imprescindível da Comissão Editorial, que, selecionando e organizando as diversas matérias, deu forma a nossa Revista, com a paciência e o carinho próprios daqueles que vivem o seu trabalho não só com profissionalismo, mas sobretudo com amor” (PEREIRA, In: Prefácio Revista *Expressão*, vol. 1, n. 1, 1994, p. 7).

2.1 O contexto de produção e recepção da revista *Expressão*

Conforme as palavras da professora Helena Jina de Sousa Pereira apresentadas no prefácio do primeiro volume da revista, em 1994, a ideia de lançar a revista *Expressão* foi algo planejado:

Da euforia da idéia primeira à satisfação do sonho concretizado houve um grande espaço de tempo – dois anos, aproximadamente – em que se foram selecionados os artigos, o que os distancia, por vezes, quanto à data de produção. Fato, aliás, que não deixa de ser interessante, se imaginarmos que a Revista EXPRESSÃO conta, de certa forma, a sua própria história (PEREIRA, In: Prefácio Revista *Expressão*, vol. 1, n. 1, 1994, p. 7).

Nesse sentido, é pertinente sobrelevar a importância dos estudos linguísticos publicados na revista *Expressão* para o processo de institucionalização da Linguística no Piauí, uma vez que foi o primeiro veículo a propagar pesquisas dessa natureza, no contexto da UFPI. Nos depoimentos subsequentes, os professores Francisco Alves Filho e Maria Auxiliadora Ferreira Lima relatam, respectivamente, o processo de implantação, manutenção e propósito da revista *Expressão*:

No final dos anos de 1980, o enfoque dado aos estudos era mais relacionado à Gramática Tradicional, sobretudo nas disciplinas de sintaxe e morfossintaxe. Já no início dos anos 1990, os estudos tinham uma orientação mais linguística, porque a professora Catarina de Sena tinha voltado do doutorado e propunha pesquisas de base linguística, em que os alunos tinham que ir ao campo. Na época da criação da revista Expressão, a motivação era mais voltada para a divulgação do que se estava produzindo na academia pelos professores e alunos faziam em termos de pesquisas, de maneira bem local e interna. Então, ela estava dentro de um contexto que ansiava pela publicação do que produzia, sem a preocupação de atender a critérios externos, visto que o Curso não tinha ainda o Programa de Pós-Graduação. A necessidade era puramente interna, incentivando as pessoas a escreverem, criando um canal de divulgação entre professores e alunos. A revista era aberta para publicações de linguística e literatura e não tinha a preocupação de ser uma revista disciplinar. Também não havia conselho editorial³⁹, revisão de pares, até porque a demanda não era tão grande (Depoimento pessoal de Francisco Alves Filho, 2019).

Eram aquelas práticas em que muitas vezes os professores vinham do mestrado, e queriam divulgar os seus trabalhos desenvolvidos em suas pesquisas, nas áreas dos estudos linguísticos e da literatura. Teve um professor do Rio de Janeiro que enviou um artigo para publicação. Não tinha uma organização temática nas revistas. Os professores queriam apenas divulgar seus trabalhos de áreas variadas. A proposta inicial era essa. Não se tinha, por exemplo, qualificação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Era um meio de divulgação mais interno, local, o que não atenderia a demanda de hoje, com os comandos da CAPES. Isso porque os professores precisam divulgar mais externamente (Depoimento pessoal de Maria Auxiliadora Ferreira Lima, 2019).

39 É importante chamar a atenção para essa divergência de informação apresentada pelo professor Francisco Alves Filho, uma vez que, como visto anteriormente, a revista *Expressão* contou, em todos os volumes aqui analisados, com Conselho Editorial, que era formado pelos próprios professores da Instituição.

Segundo informações disponibilizadas por Francisco Alves Filho, no contexto dos anos 1990, poucos professores trabalhavam com iniciação científica e, também, não havia pós-graduação, então, as práticas de pesquisas eram, ainda, muito incipientes.

Ainda com os supramencionados professores, o fluxo de publicação da revista foi interrompido nos anos 2000, por conta de motivos bastante comuns, quais sejam: falta de organização do grupo de pessoas e de incentivo, dificuldades de conseguir gráfica da UFPI para edição e impressão, dificuldades de pessoas para assumir os trabalhos relacionados à organização da revista e, ainda, dificuldades logísticas para a publicação.

2.2 Os pesquisadores e suas respectivas orientações para os estudos da língua

O desejo de inovar e expandir o fazer acadêmico da UFPI, através da publicação de artigos, resenhas, ensaios e outras produções de professores e alunos de graduação do Curso de Letras, fez da revista *Expressão* a primeira amostra do que se produzia em termos de estudos linguísticos e literários entre os anos de 1994 a 2000, embora o veículo tenha tido, efetivamente, apenas quatro volumes publicados.

No geral, somando-se os quatro volumes da revista, foram publicados um total de 61 trabalhos (35 artigos, 3 ensaios, 5 resenhas, 10 contos, 1 crônica e 7 poemas), além de uma entrevista com o professor doutor Benjamin Abdala Júnior⁴⁰. Os trabalhos que se concentram na área da Linguística somam um total de 17, divididos em 15 artigos, 1 ensaio e 1 resenha.

No que respeita aos estudos linguísticos, o nome dos pesquisadores que publicaram nos quatro volumes das revistas analisados, bem como a área de formação e a quantidade de trabalhos publicados, podem ser conferidos no quadro a seguir:

Quadro 2. Informações contextuais dos pesquisadores.

PROFESSORES PESQUISADORES DA UFPI	ÁREA DE FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	QUANT. DE PUBLICAÇÕES
Airton Sampaio de Araújo ⁴¹	Especialista em Língua Portuguesa pela UFPI (1989). Mestre em Educação pela UFPI (1997). Professor de Língua Portuguesa e Estilística do DL/UFPI (desde 1988).	3 artigos 1 resenha

continua

40 Professor titular da FFLCH da USP, nascido em 1943, com pesquisas centradas no Campo da Literatura Comparada, atuando no âmbito das literaturas de língua portuguesa (Informações disponíveis em: <https://globoeditora.com.br/atores/biografia/?id=786> Acesso em: 20 set. 2019).

41 Airton Sampaio de Araújo (1957-2016). Atuou como docente no Curso de Letras da UFPI de 1988 a 2016. (Informações disponíveis em: <http://amusaesquecida.blogspot.com/2013/10/airton-sampaio.html> e <https://www.escavador.com/sobre/2936789/airton-sampaio-de-araujo#profissional> Acesso em: 30 out. 2019)

PROFESSORES PESQUISADORES DA UFPI	ÁREA DE FORMAÇÃO E INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	QUANT. DE PUBLICAÇÕES
Francisco Alves Filho ⁴²	Mestre em Linguística pela UFPE (2000). Professor de Linguística do DL/UFPI (desde 1992).	2 artigos
Josenir Alcântara de Oliveira ⁴³	Mestre em Filologia Românica pela USP (1995). Professor de Latim do DL/UFPI (1989-2006).	2 artigos
Maria Auxiliadora Ferreira Lima ⁴⁴	Mestre em Linguística pela UFSC (1984). Doutora em Linguística Aplicada pela UNESP (1997). Professora de Linguística do DL/UFPI (desde 1985).	3 artigos
Maria Ester de Araújo ⁴⁵	Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-SP (1993). Professora de Linguística do DL/UFPI (1988 – 1996).	1 artigo
José Reis Pereira ⁴⁶	Mestre em Linguística pela PUC-RJ (1974). Professor de Linguística do DL/UFPI (1971 – 1993).	1 artigo 1 ensaio
Antônia Dilamar Araújo ⁴⁷	Mestre em Língua Inglesa e Literatura Correspondente pela UFSC (1983). Doutora em Linguística Aplicada também pela UFSC (1996). Professora de Linguística do DL/UFPI (1977 – 1996).	1 artigo
Cibele Brandão de Oliveira Borges ⁴⁸	Mestre em Linguística pela UnB (1995). Professora de Linguística do DL/UFPI (1992 – 1998).	2 artigos

42 (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/9363940/francisco-alves-filho> Acesso em: 30 out. 2019)

43 Atuou como docente no Curso de Letras da UFPI de 1989 a 2006, ocasião em que retornou, como docente, para a sua instituição de origem, a UFC. (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/3223353/josenir-alcantara-de-oliveira> Acesso em: 30 out. 2019).

44 (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/6244305/maria-auxiliadora-ferreira-lima> Acesso em: 30 out. 2019).

45 Atuou como docente no Curso de Letras da UFPI de 1988 a 1996. Depois, voltou como professora convidada, em 2011, para compor o PARFOR. (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/2453178/maria-ester-de-araujo> Acesso em: 30 out. 2019).

46 Informações obtidas através de depoimentos pessoais do próprio professor.

47 Atuou como docente no Curso de Letras da UFPI de 1978 a 1999. (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/1044755/antonia-dilamar-araujo> Acesso em: 30 out. 2019).

48 Atuou como docente no Curso de Letras da UFPI de 1992 a 1998. (Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/1130805/cibele-brandao-de-oliveira-borges> Acesso em: 30 out. 2019).

Fica nítida, com base nessas informações, que a formação dos professores variava em relação à instituição e à área, uma vez que havia professores com mestrado em Educação, Filologia Românica, Linguística Aplicada, Sociolinguística, Língua e Literatura Inglesa e Linguística (em maior número). No geral, no que diz respeito ao tratamento preferencial conferido aos dados linguísticos pelos pesquisadores da UFPI, a revista *Expressão* mostrava o que se estava produzindo em termos de descrição gramatical, ensino de Língua Portuguesa e questões relacionadas ao tratamento dado ao texto (em sala de aula). Consta, no quadro a seguir, um levantamento referente ao tipo de *orientação de pesquisa* (ALTMAN, 2016) que predominou naquele contexto.

Quadro 3. Orientações de pesquisa linguística presentes na revista *Expressão*.

PROFESSORES PESQUISADORES	TRABALHOS (ARTIGOS/ENSAIOS/RESENHAS)	ORIENTAÇÃO DE PESQUISA
Airton Sampaio de Araújo	<i>Análise do livro didático “Estudos de língua e literatura”, de Douglas Tufano (artigo/vol. 1)</i>	Aplicada (Análise de livro didático)
	<i>Sujeito gramatical: assimetria relativa dos planos sintático e semântico (artigo/vol. 2)</i>	Gramatical (descritivo/ pedagógico)
	<i>A descoberta pré-escolar da escrita e suas implicações pedagógicas (resenha/vol. 3)</i>	Aplicada (Escrita)
	<i>Finalização textual: um exercício prático (artigo/vol. 4)</i>	Aplicada (Produção de textos)
Francisco Alves Filho	<i>Texto e condições (muitas vezes desiguais) de produção (artigo/vol. 1)</i>	Aplicada (Texto)
	<i>Gêneros textuais no vestibular e suas implicações na formação do leitor universitário (artigo/vol. 4)</i>	Aplicada (Gêneros)
Josenir Alcântara de Oliveira	<i>O homem e a mulher à luz da etimologia (artigo/vol. 1)</i>	Histórica (Etimologia)
	<i>Os grandes temas do vocabulário gírio da cachaça (artigo/vol. 2)</i>	Histórica (Variação)
Maria Auxiliadora Ferreira Lima	<i>Uma análise dos usos dos advérbios em –mente (artigo/vol. 1)</i>	Gramatical (descritivo)
	<i>O artigo como marca das operações de determinação (artigo/vol. 3)</i>	Gramatical (descritivo)
	<i>Alguns aspectos teóricos das Operações Enunciativas de Antoine Culioli: alguns aspectos teóricos (artigo/v. 4)</i>	Meta(teórica)
Maria Ester de Araújo	<i>Formulação, reformulação e digressão num depoimento (artigo/vol. 1)</i>	Aplicada (Texto)

continua

PROFESSORES PESQUISADORES	TRABALHOS (ARTIGOS/ENSAIOS/RESENHAS)	ORIENTAÇÃO DE PESQUISA
José Reis Pereira	<i>“Uber sinn und bebutung”, de Gottlob Frege: um rico debate filosófico e linguístico de cem anos</i> (ensaio/vol.1)	Meta(teórica) ⁴⁹
	<i>Sobre a noção de sujeito indeterminado</i> (artigo/vol. 2)	Gramatical (descritivo-funcional)
Antônia Dilamar Araújo	<i>Genre analysis: an investigation of the whiting of book reviews</i> (artigo/vol. 2)	Aplicada (Gêneros)
Cibebe Brandão de Oliveira Borges	<i>A existência de sentido nos nomes próprios. Um estudo de caso: os topônimos</i> (artigo/vol. 2)	Semanticista (linguístico)
	<i>O papel da vogal temática na formação do gênero em português</i> (artigo/vol. 3)	Gramatical (descritivo)

O levantamento realizado nas pesquisas linguísticas aponta para o fato de que, entre 1994 e 2000, no âmbito da UFPI, houve um forte interesse por uma orientação sincrônica para o estudo do português, na medida em que se percebe um predomínio de estudos linguísticos pautados em um viés aplicado, de descrição gramatical e de uso. Na modalidade *aplicada*, tem-se a ocorrência de seis pesquisas cujas temáticas estão relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa, texto e gêneros. Já na orientação de estudo *gramatical*, de cunho descritivo do português, têm-se cinco pesquisas que contemplam análises e descrições de elementos linguísticos com base no estabelecimento de determinados contextos.

Os estudos que contemplassem o viés histórico do português não eram frequentes nesse recorte de tempo, no contexto da UFPI, aparecendo apenas duas vezes, com as pesquisas do professor Josenir Alcântara de Oliveira, com análises de natureza etimológica e no âmbito da variação. Isso pode estar relacionado à formação deste professor, em Letras Clássicas, o que permitia a atuação em temas como: raiz, etimologia, semântica, fonética, cultura e filologia.

Se os primeiros anos do Curso de Letras estavam, como visto, sob o domínio do programa de investigação da Filologia, os anos da década de 1990 deixam clara a consolidação do programa de investigação da Linguística, com um claro viés aplicado.

É importante destacar que, considerando o fato de que a revista *Expressão* foi pensada para publicação de pesquisas realizadas por professores da UFPI, era também interesse do veículo a divulgação de trabalhos de estudantes, ex-estudantes e pesquisadores renomados de

49 O ensaio do professor José Reis Pereira é de natureza (meta)teórica porque, nele, é apresentado um debate de ordem científica (filosófico e linguístico) sobre a concepção de sentido e significado de Frege, mostrando o seu posicionamento e reflexões a respeito das ideias do referido filósofo.

outras instituições⁵⁰. Isso pode, ainda, apontar para o fato de que a produção de pesquisas linguísticas apenas de professores da universidade não constituía um número satisfatório para a composição de um número da revista, sendo necessário o acréscimo de outros trabalhos para agregar valor ao veículo. Esse fato pode ser confirmado com as palavras do professor Francisco Alves Filho (2018): “*Como a demanda de trabalhos da casa não era tão grande, tínhamos que ficar pedindo para as pessoas enviarem os artigos. Era difícil, com isso, até compor a revista como um todo*”.

2.3 As pesquisas linguísticas publicadas na revista *Expressão: os Programas de Investigação*

Conforme defende Swiggers (2004), para analisar dado fato linguístico, é preciso dar um tratamento, a partir de princípios bem definidos, para a *metalinguagem* usada em outros recortes de tempo, uma vez que esta deve ser analisada para além de uma tradução do conhecimento linguístico. A partir disso, considera-se a *metalinguagem* como um componente essencial que aproxima o historiógrafo do seu objeto de análise, a língua.

O papel do historiógrafo da Linguística de descrever o conhecimento linguístico que foi produzido em certo tempo e espaço, tecendo explicações para os acontecimentos que envolvem a língua, motivou o uso dos *Programas de Investigação*⁵¹ nas análises do *corpus* desta pesquisa, uma vez que se considerou a natureza operatória e descritiva desse conceito. Para tanto, valeu-se dos três parâmetros que guiam esses programas, quais sejam: 1) *visão de língua* (ponto de vista sobre a língua para determinado autor/teoria); 2) *incidência* (contexto ou área de preferência para a análise linguística); e 3) *técnica* (princípios ou métodos usados para se analisar os dados linguísticos)⁵².

50 Dentre os trabalhos de relevância de pesquisadores de outras instituições, publicados na revista, destacam-se o ensaio de Carlos Alberto Faraco, importante linguista e professor aposentado de Linguística da UFPR, cuja temática dialogava com algumas das publicações realizadas por professores da UFPI, qual seja: *Algumas considerações críticas sobre o ensino de português*; e o artigo de Carlos Alexandre V. Gonçalves, professor de Linguística da UFRJ, intitulado *Formações x-eiro em português: um estudo sobre produtividade lexical*.

51 Um programa se constituiria por uma estrutura conceptual canalizadora de uma visão geral de língua e de aspectos relacionados. Os *Programas de Investigação* guiam para o cumprimento desse papel do historiógrafo, permitindo que o pesquisador faça articulações entre as teorias e/ou fatos linguísticos investigados. Swiggers (2004/1987), partindo do desenvolvimento da história da Linguística, propõe a existência de quatro programas/modos de tratamento da linguagem, quais sejam: i) *Programa de Correspondência*; ii) *Programa Descritivista*; iii) *Programa Sociocultural*; e iv) *Programa de Projeção* (SWIGGERS, 2004).

52 Vale ressaltar que, considerando o fato de que o conhecimento linguístico se dá, sobretudo, por *continuidades* e *descontinuidades* teóricas, essa categoria de análise permite, ainda, um entendimento desses movimentos a partir das análises dos documentos selecionados.

Com base, portanto, no conceito de *Programas de investigação*, mais especificamente, seguindo os três parâmetros de análise acima descritos, seguem-se, nas próximas linhas, as análises dos dezessete trabalhos produzidos por professores da UFPI e publicados na revista *Expressão*.

A fim de se ter uma ideia mais geral de como esses pesquisadores encaravam os estudos linguísticos, serão apresentados, no quadro a seguir, os *Programas de Investigação*⁵³ aos quais eles estavam vinculados, bem como um resumo da *visão de língua*, da *incidência de análise* e da *técnica* que cada grupo compartilhava. Na sequência, seguem descrições interpretativas acerca dos fatos linguísticos investigados no *corpus*.

Quadro 4. *Programas de Investigação e parâmetros de análise* compartilhados pelos professores/pesquisadores em seus trabalhos

PROGRAMAS DE INVESTIGAÇÃO	PROFESSORES/PESQUISADORES	PARÂMETROS DE ANÁLISE
Programa Descritivista	Airton Sampaio de Araújo José Reis Pereira Maria Ester de Araújo Maria Auxiliadora Ferreira Lima	Visão de Língua: a língua é vista como um conjunto de dados linguísticos (formais) passíveis de observação e descrição.
		Incidência de análise: ensino de português (com ênfase no livro didático); fenômenos linguísticos “sujeito indeterminado”, “advérbio e “artigo”; e “depoimento/fala” de um sujeito (conversaço).
		Técnica: métodos de análise quantitativo e qualitativo; apresentação dos dados em contextos específicos; classificações e interpretações sobre os fatos da língua; análise da conversaço (observaço da formulaço e reformulaço textual) e discussões teóricas e metodológicas sobre a Teoria das Operações Enunciativas, de Antoine Culioli.

continua

53 Importa destacar que a funcionalidade e versatilidade dos Programas de Investigação é de natureza não arbitrária, uma vez que um mesmo programa pode agrupar várias teorias, ou uma teoria pode ser relacionada, simultaneamente, a diferentes programas, a depender do aspecto da língua que está sob análise (ALTMAN, 1998).

PROGRAMAS DE INVESTIGAÇÃO	PROFESSORES/PESQUISADORES	PARÂMETROS DE ANÁLISE
Programa Sociocultural	Francisco Alves Filho Josemir Alcântara de Oliveira Antônia Dilamar Araújo	Visão de língua: a língua é vista como um fato social e cultural, sendo relacionada ao complexo sociocultural no qual está inserida.
		Incidência de análise: ensino de produção de textos; etimologia dos termos “homem” e “mulher”; gênero textual “resenha de livros em inglês”; e provas de língua portuguesa de vestibulares.
		Técnica: reflexões e interpretações críticas e históricas; análise de gêneros na perspectiva da sociorretórica; e análise dos tipos de gêneros presentes em provas de língua portuguesa em vestibulares.
Programa de Projeção	Cibele Brandão de Oliveira Borges José Reis Pereira	Visão de língua: a língua é vista como um conjunto de fragmentos lógico-formais, relacionando questões de lógica à descrição linguística dos dados.
		Incidência de análise: fenômeno da referência, denotação ou referente; e topônimos (nomes próprios).
		Técnica: discussões essencialmente teóricas, seguidas de interpretações dos fatos à luz das teorias enfocadas.

A *visão de língua* circunscrita nos trabalhos de Airton Sampaio de Araújo, José Reis Pereira, Maria Ester de Araújo e Maria Auxiliadora Ferreira Lima indica que esses pesquisadores prezam pela descrição da língua. As ideias propagadas nos textos desses autores são pautadas tanto em teorias que, no geral, incluem-se no *Programa Descritivista*⁵⁴, como a *Enunciação e Análise da conversação*, nos trabalhos de Lima (1994; 1995; 1998; 2000) e Araújo (1994; 1995; 1998; 2000), respectivamente; quanto em textos que não estão vinculados, explicitamente, a nenhuma teoria específica, mas que se utilizam de análises descritivas, com posicionamentos críticos, dos dados linguísticos contemplados, como os de Sampaio (*op. cit.*) e Pereira (1995). No geral, a *técnica* aplicada pelos pesquisadores que se inserem nesse grupo consiste em estabelecer contextos específicos, segmentar os dados linguísticos, estudar as relações entre os elementos e, em raras vezes, tentar relacionar as formas linguísticas a aspectos concernentes ao funcionamento da língua.

54 Sabendo-se que os estudos descritivos das línguas podem estar relacionados a perspectivas teóricas diversas, é possível que haja dentro do Programa Descritivista orientações de pesquisas que ora reverberam pelo viés *formalista* (que privilegia a descrição e estruturação das *formas*), ora pelo *funcionalista* (cujo objetivo vai além de descrever, ocupando-se em estabelecer relações entre a estruturação formal e as funções da língua) (ALTMAN, 1998).

Sampaio, em três de seus artigos publicados (1994; 1995; 2000), propõe uma abordagem funcional no tratamento dado aos aspectos linguísticos discutidos, defendendo a tese de que o mais adequado, na esfera da análise linguística, é partir sempre do contexto (linguístico ou situacional). A título de ilustração, em consequência de análises realizadas no seu artigo, Sampaio (1995) conclui que:

do exposto resta óbvio que os planos sintático e semântico são distintos e coexistem harmonicamente, não se devendo, na análise, tomar um pelo outro, sob pena de se gerar confusões de todos conhecidas. É preciso, portanto, ter claro e nítido cada plano, numa atitude metodológica capaz de aclarar os fatos da língua (SAMPAIO, 1995, p. 147).

Ao propor um estudo sobre a questão do *sujeito indeterminado*, Pereira (1995) apresenta os mesmos argumentos de Sampaio (1995), no que diz respeito a uma menção, não explícita, de um tratamento mais funcional para o fato linguístico, ao passo que condena a interpretação tradicional que a gramática escolar dá para os dados da língua. A fim de confirmar essa afirmação, extraiu-se o seguinte excerto do artigo do referido professor: “Muito se fala de uma tal ‘gramática funcional’, mas parece que sua maior lição não foi aprendida: lecionar-se funcionalmente a gramática consiste em deixar-se cada frase em seu contexto, em não se tirar o peixe para fora d’água” (PEREIRA, 1995, p. 238).

Pereira (1995), embora foque mais nas críticas ao tratamento que a gramática escolar dá para os fatos da língua, aponta, na conclusão, ‘soluções’ óbvias para o problema: “Cabe ao professor apresentar os fatos aos alunos de um modo vivo, tal como são efetivamente empregados pelos falantes. Cabe aos estudiosos do idioma fazer uma descrição satisfatória dos fatos da língua [...]” (PEREIRA, p. 242).

Os três trabalhos de Lima (1994; 1998; 2000) também estão voltados para um *Programa Descritivista*, pois eles apresentam uma descrição da estrutura das formas linguísticas nos moldes da Teoria das Operações Enunciativas, de Antoine Culioli (1924-2018). Em artigo publicado no volume 3 (1998, p. 45) da revista, a autora principia sua análise linguística a partir de dois pontos fundamentais: “a) a linguagem é uma atividade de construção e se manifesta por meio de operações que resultam na construção dos enunciados; b) os artigos indefinidos e definidos constituem marcas de operações de determinação em sintonia com outras marcas”. Neste excerto, fica evidente que a pesquisadora se pauta em uma *incidência de análise* que privilegia subsistemas gramaticais, como a questão da determinação e indeterminação nominal

(estudo dos artigos), o que é confirmado em outro trabalho⁵⁵ (1994), no qual ela analisa os advérbios (terminados em *–mente*).

Em síntese, os trabalhos dos pesquisadores inseridos no *Programa Descritivista* seguem, em maior ou menor medida, uma tendência mais *formalista* no que respeita às análises e ao tratamento dado aos fenômenos investigados; embora ensaiem, em alguns casos, a perspectiva funcional. Essas pesquisas estão relacionadas, sobretudo, a uma visão de língua como um conjunto de dados formais, ordenáveis de forma sistemática, sem considerar, com exceção de Pereira, informações extralinguísticas. Deste modo, fica nítido que há traços de *continuidade* no que tange à *visão de língua* desse grupo, no entanto, as *descontinuidades* evidenciam-se quando se observa a *incidência* e a *técnica de análise* que eles imprimem em seus trabalhos. Isso porque há variações nas escolhas dos fenômenos (*incidência de análise*): (ensino de português, com ênfase no livro didático; “sujeito indeterminado”, “advérbio” e “artigo”; e “depoimento/fala” de um sujeito – conversação), bem como na *técnica* aplicada, uma vez que variam quanto aos métodos de análise (quantitativo e qualitativo); outros optam por apresentar os dados em contextos específicos; ou por classificar e interpretar os fatos da língua; ou pela análise da conversação (observando a formulação e reformulação textual).

Como já dito, dependendo do enfoque dado aos fatos linguísticos, é normal que ocorra uma variação quanto ao programa de investigação no qual a pesquisa se insere. A exemplo, pode-se citar o ensaio publicado por Pereira (1994). Nele, o autor propõe um debate acerca das ideias filosóficas de Gottlob Frege (1848-1925) e Bertrand Russel (1872-1970), relacionadas à questão do sentido e da referência, evidenciando os momentos em que as discussões desses dois teóricos divergem. Dessa forma, o tratamento que o autor dá à discussão linguística no ensaio está mais voltado para o *Programa de Projeção*, uma vez que a língua é descrita a partir do modelo da Lógica, e que as análises incidem nos fenômenos linguísticos da referência, denotação ou referente. Outros trabalhos que se inserem no *Programa de Projeção* são os de Borges⁵⁶, nos quais a autora se utiliza de dados da Semântica Formal para tratar de conceitos como os de sentido e referência, com base nas ideias de autores como Frege e Lyons.

55 Em 2000, a professora continua suas pesquisas linguísticas com base na Teoria das Operações Enunciativas, de Culioli. Nele, a pesquisadora vai tratar de aspectos teóricos relacionados à teoria, continuando com a mesma concepção de linguagem supracitada.

56 No artigo publicado no volume 2, de 1995, a autora propõe um estudo que visa à comprovação da existência de sentido nos nomes próprios, focalizando os topônimos brasileiros. Portanto, a *visão de língua* compartilhada por Pereira e Borges, junto com a *técnica de análise* que parte de discussões essencialmente teóricas, seguidas de interpretações dos fatos à luz das teorias enfocadas, aponta para traços de continuidades dentro desse programa (embora deva-se considerar as divergências em alguns aspectos, como em relação à rede de referência, *corpus* etc.).

Os trabalhos de Francisco Alves Filho, Josenir Alcântara de Oliveira e os de Antônia Dilamar Araújo incluem-se no *Programa Sociocultural*, uma vez que manifestam uma preocupação com os aspectos extralinguísticos, cuja *visão de língua* fundamenta-se na relação da língua com fatores externos. A língua é vista como um fato social e cultural⁵⁷ em Alves Filho (1994), porque o autor avalia as desigualdades em relação às condições de produção de textos que são oferecidas no âmbito escolar e em outros contextos, na medida em que acentua críticas à forma como o texto é trabalhado em sala de aula, como algo que é dissociado da vida do aluno. Para tanto, afirma o autor: “para finalidades puramente burocráticas, o que explica as condições que lhe são oferecidas em sala de aula: totalmente diversas e antagônicas àquelas utilizadas de fato em situações reais de produção” (ALVES FILHO, 1994, p. 20)⁵⁸.

Oliveira (1995), por sua vez, vê a língua como um fato sociocultural porque situa a sua análise linguística na história externa do fenômeno da variação do termo “cachaça”, com vistas a entender, no seu percurso histórico, levando em conta o aspecto sociocultural, os vários temas que circundam as diferentes denominações deste termo. Da mesma forma, Oliveira (1994) se pauta na história externa dos termos “homem e mulher”, a partir de um estudo etimológico, cujo intuito foi entender como as sociedades humanas faziam a distinção entre homem e mulher. A *incidência e técnica de análise* circunscritas nesses dois trabalhos apontam para o objetivo do autor de mostrar a expressão de uma dada cultura por meio da língua ou, mais especificamente, pela inserção de fatos linguísticos.

Araújo (1995) concebe a língua como uma atividade social e interativa, pois considera a definição de gênero apontada por Miller (1984), para quem o estudo do gênero é visto como ação social (*a form of social action*). A autora ainda se ancora em Swales (1985), o qual defende que o conceito de gêneros deve ser compreendido como um conjunto de eventos comunicativos, que resultam da interação, dos propósitos e dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos em contextos sociais distintos.

Com relação aos trabalhos desses três últimos professores, a investigação dos parâmetros de análise indica que todos manifestam uma forte preocupação com os aspectos sociais da língua, cuja ‘visão’ fundamenta-se, essencialmente, na relação da língua com fatores externos, cultura, meio social, história dos sujeitos analisados; fato esse que marca traços de *continuidades* nas atitudes dos pesquisadores.

57 Essa noção de língua como um fato social é mantida por Alves Filho (2000), quando analisa a presença dos gêneros textuais nas provas de língua portuguesa de oito universidades nordestinas; pautando-se na visão bakhtiniana de gênero como reflexo da sociedade.

58 Acrescenta, ainda, a título de conclusão, que: “seria estimulante a uma instituição de ensino constatar que seus educandos estão descobrindo que podem exercer a sua existência cotidiana e cidadania via... textos” (*ibidem*, p. 21).

Considerações finais

Este estudo historiográfico possibilitou uma narrativa de reconstrução da história do processo de institucionalização dos estudos linguísticos no Piauí, no âmbito da UFPI, de modo que a investigação do contexto de produção e de divulgação das pesquisas veiculadas nos quatro volumes da revista *Expressão*, veículo que exerceu importante papel para o desenvolvimento da pesquisa linguística no contexto piauiense, permitiu algumas constatações.

O processo de institucionalização e desenvolvimento da disciplina Linguística no Piauí aconteceu de forma lenta e não uniforme, visto que, ainda no cenário da FAFI, na década de 1960, o que estava em evidência eram discussões de natureza filológica, corroborando a tese de que o programa de investigação predominante era, de fato, o filológico, o qual predominou, no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960 (cf. ALTMAN, 1998). No entanto, nos primeiros anos do Curso de Letras Neolatinas, embora a Linguística ainda não constasse como disciplina obrigatória no quadro das matérias ministradas, o Pe. Raimundo José já instigava as primeiras reflexões a respeito das ideias linguísticas no Piauí.

Esse cenário começa a mudar, mesmo que de forma tímida, em 1972, com a oficialização da disciplina Linguística na UFPI, a qual começa a ser ministrada com o nome de “Introdução à Linguística”. As referências bibliográficas usadas pelos professores, nesse contexto, eram, principalmente, aquelas voltadas para as discussões mais introdutórias, refletindo o momento inicial dos estudos linguísticos, pautadas, sobretudo, em Saussure e Mattoso Câmara, fato esse que acabou por conferir uma grande carga teórica à disciplina, além de dificultar, como visto, a atuação dos professores, haja vista a inexperiência de muitos docentes de Linguística, os quais estavam em início de carreira. O cenário de mudança segue ao longo da década de 1970, com a saída de alguns professores do Curso de Letras da UFPI para fora do Piauí, a fim de se especializarem, a nível de mestrado, em outras instituições, como a PUC-RS e UFSC. Isso conferiu, posteriormente, maior embasamento teórico e científico às reflexões linguísticas que seriam desenvolvidas na UFPI.

Na década de 1980, os estudos linguísticos ainda seguiam um viés estruturalista. Nesse contexto, prevalecia uma resistência à disciplina Linguística por parte de professores e de alunos, uma vez que consideravam que a nova disciplina tomaria o lugar da Gramática, como se pôde ver em alguns depoimentos. O certo é que, desde 1960, é importante reforçar, já circulavam, no Piauí, as primeiras reflexões sobre ideias linguísticas, instigadas, primeiramente, pela curiosidade de alguns, como o Pe. Raimundo José, e, posteriormente, a partir de 1972, de modo já oficializado, na UFPI.

Com base nas análises empreendidas nas pesquisas linguísticas veiculadas nos quatro volumes da revista *Expressão*, constatou-se que, entre 1994 e 2000, na UFPI, houve um forte interesse por uma orientação sincrônica para o estudo do português, uma vez que é nítido um

predomínio de estudos linguísticos pautados em um viés aplicado, de descrição gramatical e de uso. Além disso, diferentemente dos anos iniciais, em que havia a prevalência de uma orientação filológica, os anos da década de 1990 deixam clara a consolidação, no cenário piauiense, de um programa de investigação da Linguística, com um claro viés aplicado.

No que respeita às pesquisas inseridas no *Programa de Investigação Descritivista*, como visto, constatou-se movimentos de *continuidade* em relação à *visão de língua* defendida pelos pesquisadores, contudo, em relação à *técnica* e à *incidência de análise*, o que prevalece são movimentos de *descontinuidade*. O mesmo pode ser observado nos trabalhos linguísticos que se inserem nos *programas Sociocultural e de Projeção*.

Diante do exposto, conclui-se que, à época das publicações da revista *Expressão*, houve a presença forte de um ecletismo teórico, justificado pelas perspectivas teóricas que estavam em voga no recorte temporal deste estudo. Isso porque cada um dos professores tinha suas preferências teóricas, desenvolvendo trabalhos distintos no escopo da Linguística, destacando as áreas em que atuavam, como Gramática, Análise de Gênero, Enunciação, Ensino de Língua, Etimologia, Variação, Semântica etc., isto é, as pesquisas analisadas apresentaram temáticas bem distintas umas das outras (com poucas exceções), com enfoques bem diversificados. Isso pode ser resultado do contexto acadêmico da época⁵⁹, pois não havia ainda um programa de pós-graduação, e, muito menos, grupos de pesquisas que seguissem uma orientação mais direcionada⁶⁰.

Posto isto, reforça-se a relevância de uma abordagem historiográfica para o desenvolvimento de trabalhos desta natureza, uma vez que, para compreendermos o processo de institucionalização da Linguística no Piauí, no âmbito da UFPI, bem como para analisarmos os estudos linguísticos publicados na revista *Expressão*, em sua historicidade, foi preciso voltar o olhar para diferentes horizontes históricos, o que possibilitou o mapeamento de conhecimentos de uma forma contextualizada e, posteriormente, as análises e interpretações dos fatos (históricos e linguísticos) de forma consciente.

59 Contudo, essa fase foi necessária para que, a nível de pesquisas científicas no âmbito dos estudos linguísticos, a UFPI conseguisse alcançar o seu atual *status*, considerando que o desenvolvimento do conhecimento científico, conforme Fleck (2010 [1935]), dá-se a partir de um processo evolutivo. Isso porque “cada época tem concepções dominantes, restos das concepções passadas e predisposições de concepções futuras, em analogia com todas as formas sociais” (p. 70).

60 Esse cenário começa a mudar com a instalação dos programas de pós-graduação e com a criação de grupos de pesquisa por professores mais experientes, com o intuito de ampliar suas linhas de pesquisa e consolidar suas respectivas áreas dentro da UFPI.

Referências

- ALTMAN, Cristina. **A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- _____. Saussure e o (des) encontro de suas gerações acadêmicas no Brasil. In: **Dossier Sygno e Seña**, v. 30, 2016.
- _____. Filologia e linguística brasileiras, mais uma vez. In: **A historiografia lingüística no Brasil (1993-2018): Memórias, Estudos**. COELHO, Olga (org.). Campinas: Pontes Editores, 2018.
- COELHO, Olga (org.). Filologia, linguística e historiografia: linguística no Brasil. In: **A historiografia lingüística no Brasil (1993-2018): Memórias, Estudos**. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1962). **Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação**. Brasília: 4 ed.1981.
- EXPRESSÃO**: Revista do Departamento de Letras/UFPI. v. 1, n. 1. Teresina: EDUFPI, 1994.
- _____. v. 2, n. 2. Teresina: EDUFPI, 1995.
- _____. v. 3, s/n. Teresina: EDUFPI, 1998.
- _____. v. 4, s/n. Teresina: EDUFPI, 2000.
- FIORIN, José Luiz. A criação dos cursos de letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa linguística universitária. In: **Dossiê: um olhar na ciência lingüística**. v. 7, n. 12, 2006.
- FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Tradução: Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 [1935].
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. In: **Revista da Anpoll**. n. 2, p. 45-70, 2014.
- NUNES, Manoel Paulo. Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. In: **O Curso de Letras da UFPI: um fio de FAFI**. Teresina, EDUFPI, 1991.
- RÊGO, Maria do Perpétuo Socorro Neiva Nunes do; MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. **O Curso de Letras da UFPI: um fio da FAFI**. Teresina, EDUPI, 1991.
- ROTHEN, José Carlos. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931**. Uberlândia 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/111551/mod_resource/content/4/aula%2015.pdf Acesso em: 31 out. 2019.
- SEIXAS, Jacy Alves. Halbwegs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. **História**. São Paulo: EdUNESP, v. 20, 2001.
- SILVA, R. C. **Os estudos lingüísticos no Piauí (2004-2014): um olhar historiográfico sobre o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPI**. Dissertação (Metrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, 2019.

SWIGGERS, Pierre. 2004. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Lingüística. In: **Nuevas aportaciones a la hiistoriografia lingüística**, La Laguna. Actas de La Laguna: Arco libros, S. L., v.4, p. 113-145. 2003, Disponível em: <http://grupodestiempos.com/PILARMAYNEZ/modelosmetodos.pdf>
Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. Entre Lovaina e São Paulo, através dos cinco sentidos da história. In: **A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): Memórias, Estudos**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. In: **Delta**. São Paulo: v. 20., 2004.

Apêndices

APÊNDICE A

CORPO DOCENTE DO CURSO DE LETRAS NEOLATINAS DA FAFI (1958 – 1970)

PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Clemente Honório Parentes Fortes (1914-1974) ⁶¹ .	Advogado. Professor catedrático de Português do Liceu Piauiense. Professor de Direito da FAFI.	Língua Portuguesa
José Arimathéa Tito Filho (1924-1992) ⁶² .	Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Professor de Sociologia e de Língua e Literaturas Portuguesas.	
Celso Barros Coelho (1922- ?) ⁶³	Jurista, intelectual, professor, advogado e político brasileiro. Foi um dos fundadores da FAFI. Presidente da APL.	Língua e Literatura Latina
José Gomes Campos (?-2007) ⁶⁴	Professor, ator, diretor, poeta e dramaturgo.	
Wilson de Andrade Brandão (1922-2001) ⁶⁵	Advogado. Professor universitário, escritor e político brasileiro.	Língua e Literatura Francesa
Helena Rocha ⁶⁶	-	
Pe. Raimundo Nonato Melo (1925-1985) ⁶⁷	Professor de latim e literatura universal na UFPI e em escolas públicas e privadas de Teresina e do interior do Estado.	Língua e Literatura Italiana
Teresinha Pinheiro Leal Nunes	-	Língua e Literatura Espanhola
Pe. Raimundo José Airemoraes Soares (1933-) ⁶⁸	Sacerdote e professor emérito. Diplomado em Filosofia pela Academia Romana de Santo Tomás em Roma, Itália.	Filologia Românica

continua

61 Informações disponíveis em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=pessoa>. Acesso em: 30 out. 2019.

62 Informações disponíveis em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300126262_ARQUIVO_TextoparaANPUH2011.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

63 Informações disponíveis em: <https://www.academiapiaiuensedeletras.org.br/academicos/>. Acesso em: 30 out. 2019.

64 Informações disponíveis em: <https://www.portalentretextos.com.br/materia/o-adeus-a-gomes-campos,12480>. Acesso em: 30 out. 2019.

65 Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wilson_de_Andrade_Brandão. Acesso em: 30 out. 2019.

66 Após buscas realizadas, não foram encontradas informações sobre esse professor. De agora em diante, todas as ocorrências em que, no lugar da titulação, tiver apenas o traço (-), entende-se que não foi possível localizar informações, até o momento, sobre os professores em questão.

67 Informações disponíveis em: <https://www.ufpi.br/livraria-edufpi>. Acesso em: 30 out. 2019.

68 Idem nota 63.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Manoel Paulo Nunes (1925-?) ⁶⁹	Professor, escritor, crítico literário e jornalista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí (FADI).	Literatura Portuguesa
Raimundo Nonato Monteiro de Santana (1926-2018) ⁷⁰	Político, professor e escritor. Ex-professor catedrático de Economia da UFPI.	Literatura Brasileira
Pe. Luciano Ciman ⁷¹	-	Introdução à Filosofia.
Pe. Hermínio Davis ⁷²	O primeiro capelão da Capelania Militar de São Sebastião da Polícia Militar do Piauí, criada pela lei estadual nº 937, de 16 de Fevereiro de 1954.	
Pe. Adriano Pigheti	-	Teologia
Lineu da Costa Araújo (1909-?) ⁷³	Médico	Psicologia educacional
Luzia Sá de Lira	-	Administração escolar
Carlos Bresciani	-	Didática

69 Idem nota 63.

70 Idem nota 63.

71 Idem nota 66.

72 Informações disponíveis em: <http://www.pm.pi.gov.br/capelania.php>. Acesso em: 30 out. 2019.

73 Informações disponíveis em: <https://www.geni.com/people/Lineu-da-Costa-Araújo>. Acesso em: 30 out. 2019.

APÊNDICE B

CORPO DOCENTE DO CURSO DE LETRAS DA UFPI (1972-2000)⁷⁴.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Teresinha Pinheiro Leal Nunes	-	Língua Portuguesa e Linguística
José Reis Pereira ⁷⁵	Mestre em Linguística pela PUC-RJ (1974). Professor de Linguística da UFPI (1971 – 1993).	
Maria do Socorro Borges C. e Castro	-	
Luiz Ubiraci de Carvalho (1943-2014) ⁷⁶	Bacharel em Direito pela UFPI. Mestre em Linguística pela PUC-RS. Professor do Curso de Letras da UFPI até 1985.	
Helena Jina de Sousa Pereira	-	
Catarina de Sena Sirqueira Costa ⁷⁷	Mestre em Linguística pela UFSC (1979). Doutora em Linguística pela UNICAMP (1989).	
Maria Ismênia Reis Pereira ⁷⁸	Mestre em Letras. Professora aposentada do curso de Letras da UFPI.	
Zélia Maria José Fernandes dos Reis	-	
Wagner da Rocha Sena	-	
Maria Auxiliadora Ferreira Lima ⁷⁹	Mestre em Linguística pela UFSC (1984); Doutora em Linguística Aplicada pela UNESP (1997); Professora de Linguística da UFPI (desde 1985).	Língua Portuguesa e Linguística
Maria da Conceição Machado	-	
Maria Anecy Calland Marques Serra (-2018) ⁸⁰	Especialista em Língua Portuguesa pela PUC/MG (1986). Mestre em Educação pela UFPI (1997).	
Maria Ester Araújo ⁸¹	Mestre em Linguística Aplicada pela PUC-SP (1993). Professora de Linguística da UFPI (1988 – 1996).	

continua

74 Após pesquisas realizadas pelos autores deste artigo, não foram encontrados dados referentes à formação acadêmica de todos os professores. No entanto, de acordo com Rêgo e Magalhães (1991, p. 31), à época, “dentre os professores relacionados constam: dois doutores, dezoito mestres e dezessete especialistas”.

75 Informações obtidas através de depoimentos pessoais do próprio professor.

76 Informações disponíveis em: <https://www.meionorte.com/pi/cidades/simplicio-mendes/faleceu-em-the-o-deputado-estadual-ubiraci-carvalho-292239>. Acesso em: 30 out. 2019.

77 Informações obtidas através de depoimentos pessoais da própria professora.

78 Informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/mariaismenia.reispereira>. Acesso em: 30 out. 2019.

79 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/6244305/maria-auxiliadora-ferreira-lima>. Acesso em: 30 out. 2019. Acesso em: 30 out. 2019.

80 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/1457856/maria-anecy-calland-marques-serra>. Acesso em: 30 out. 2019. Acesso em: 30 out. 2019.

81 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/2453178/maria-ester-de-araujo> Acesso em: 30 out. 2019.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Airton Sampaio de Araújo (1957-2016) ⁸²	Especialista em Língua Portuguesa pela UFPI (1989). Mestre em Educação pela UFPI (1997). Professor de Língua Portuguesa e Estilística da UFPI (1988 – 2016).	Língua Portuguesa e Linguística
Maria Dolores Teles	-	
Carlos Evandro Martins Eulálio ⁸³	Especialista em Linguística Descritiva pela UFPI (1978) e em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (1998). Mestre em Educação pela UFPI (1999).	Latim
Josenir Alcântara de Oliveira ⁸⁴	Mestre em Filologia Românica pela USP (1995). Professor de Latim da UFPI (1989 – 2006).	
Cazimiro Távora Ramos	-	Teoria Literária
Maria do Socorro Rios Magalhães (1954-) ⁸⁵	Mestre em Linguística e Letras pela PUC-RS (1980). Doutora em Linguística e Letras pela PUC-RS (1997).	
Maria Gomes Figueiredo dos Reis	-	Literatura Brasileira
Lina Celso Pinheiro Ribeiro	-	
Maria Solange Almeida de Deus Leopoldino	-	
Mário Alfredo Oliveira Soares	-	
Fabiano de Cristo Rios Nogueira ⁸⁶	Especialista em Administração Universitária (1997). Mestre em Letras (Literatura Brasileira) pela UFPB (1979).	
Josias Soares Batista	-	Literatura Portuguesa
Manoel Paulo Nunes (1925-)	Professor, escritor, crítico literário e jornalista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí (FADI).	
Raimunda das Dores dos Santos	-	
Maria do Perpétuo Socorro Neiva do Rêgo	-	

continua

82 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/2936789/airton-sampaio-de-araujo#profissional> Acesso em: 30 out. 2019.

83 Informações disponíveis em: <https://www.portalentretextos.com.br/coluna/199/ensaio-critica>. Acesso em: 30 out. 2019.

84 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/3223353/josenir-alcantara-de-oliveira> Acesso em: 30 out. 2019.

85 Informações disponíveis em: <https://www.academiapiaiuiensedeletras.org.br/academicos/>. Acesso em: 30 out. 2019.

86 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/2201406/fabiano-de-cristo-rios-nogueira>. Acesso em: 30 out. 2019.

PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS MINISTRADAS
Sarah Maria Mourão Benício	-	Língua Inglesa
Patrícia Anne Vaughan	-	
Maria José de Sousa Lopes	-	
Teresa Maria Ferreira	-	
Maria do Perpétuo Socorro Rêgo Reis ⁸⁷	Mestre em Literatura – University of Notre Dame (1989). Mestre em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela UFSC (1981). Doutora em Letras (Inglês e Literatura Correspondente) pela UFSC (1998).	
Noeme C. Pereira	-	
Antônia Dilamar Araújo ⁸⁸	Mestre em Língua Inglesa e Literatura Correspondente pela UFSC (1983). Doutora em Linguística Aplicada pela UFSC (1996). Professora de Linguística da UFPI (1977 – 1996).	
Isabel Maria Gadelha Diógenes	-	
Clarissa Neiva Nunes de Sousa	-	
Maria do Socorro Neiva Evaristo C. de Sousa	-	
Lina Rosa Ribeiro G. de Carvalho	-	Língua Francesa
Maria de Lourdes Leal N. de Andrade Brandão (-2001)	-	
Helena Conde Medeiros	-	
Ana Maria de Brito Mello	-	
Celina Martins Soares	-	
Irene Maria Cordeiro	-	
Sylvia Teresa Pereira Clarck ⁸⁹	Mestre em Teoria da Literatura pela PUC/RS (2000).	

87 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/8872699/maria-do-perpetuo-socorro-rego-reis-cosme>. Acesso em: 30 out. 2019.

88 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/1044755/antonia-dilamar-araujo> Acesso em: 30 out. 2019.

89 Informações disponíveis em: <https://www.escavador.com/sobre/2149439/sylvia-teresa-pereira-clark>. Acesso em: 30 out. 2019.

Um Estudo Variacionista sobre os Existenciais *Ter* e *Haver* com Base em Dados do ALiB de Alagoas, Ceará e Piauí

A Variacionist Study on The Existentials *Ter* and *Haver* Based on Alib Data of Alagoas, Ceará and Piauí

Aluiza Alves de Araújo*
Rakel Beserra de Macedo Viana**
Cassio Murílio Alves de Lavor***

RESUMO

Neste trabalho, estudamos o uso variável dos verbos *ter* e *haver* em dados retirados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (MOTA; CARDOSO, 2009; CARDOSO; MOTA, 2012) de Alagoas, Ceará e Piauí, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, [1972] 2008; WEINREICH et al., [1968] 2006). Para isso, analisamos a fala de 84 informantes, distribuídos em 21 municípios dos três estados já mencionados. Foram controladas as variáveis sexo, faixa etária, localidade, tipo de questionário e forma verbal. Os dados foram submetidos ao programa Goldvarb X e encontramos os seguintes resultados: o verbo *ter* obteve ocorrências totais superiores a 96%, sendo seus aliados a faixa etária I e o tempo presente, enquanto, para o verbo *haver*, a faixa etária II e o tempo pretérito foram seus aliados, apresentando tendência de mudança em progresso de *ter* sobre *haver*.

Palavras chave: Sociolinguística variacionista; verbos existenciais; ALiB.

ABSTRACT

This paper deals with the variable use of the verbs *ter* and *haver* regarding the data taken from the Linguistic Atlas of Brazil – ALiB, including Alagoas, Ceará and Piauí (MOTA; CARDOSO, 2009; CARDOSO; MOTA, 2012). Its conclusions are based on theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, [1972] 2008; WEINREICH et al., [1968] 2006). In this purpose, the authors analyze the speech of 84 informants, distributed into 21 municipalities of the three States mentioned above. The variables gender, age, location, type of questionnaire and verbal form were controlled. The data were submitted to the Goldvarb X program with the following results: the verb *ter* obtained total occurrences higher than 96%, allied to the age group I and the present tense, whereas for *haver* the age group II and the past tense were the protagonists, presenting a tendency for a changing process from *ter* to *haver*.

Keywords: Variationist sociolinguistics; existential verbs; ALiB.

Recebido em 9 de janeiro de 2020.

Aceito em 10 de março de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.362

*Universidade Estadual do Ceará, aluizazinha@hotmail.com, orcid.org/0000-0003-2166-0852

**Universidade Estadual do Ceará, rakelbeserra@gmail.com, orcid.org/0000-0001-6565-7730

***Universidade Estadual do Ceará, murilolavor_rh@hotmail.com, orcid.org/0000-0002-5228-6042

Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP pelas bolsas concedidas nos períodos de mestrado e doutorado que viabilizaram essa pesquisa.

Introdução

A variação dos verbos *ter*, *existir* e *haver* em sentido existencial constitui um dos fenômenos linguísticos no português brasileiro (doravante PB) que vem chamando a atenção de muitos pesquisadores por se apresentar, em vários estudos, como um caso de mudança linguística em progresso (BATISTA, 2012; CALLOU; AVELAR, 2000; DUTRA, 2004; MARTINS; CALLOU, 2003; OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO et al., 2013; SILVA, 2001, 1999; SOUZA, 2015; VIANA, 2018; VITÓRIO, 2011, 2012, 2013). É conhecida, desde tempos remotos, a batalha entre estes três verbos no português de Portugal, pois, no português arcaico, *ter* e *haver* se realizavam, indistintamente, em estruturas de posse, mas, no entanto, a partir do século XV, vê-se a expansão de *ter* nas estruturas de posse em lugar de *haver*, assim o uso de *haver* possessivo acaba se extinguindo com o passar dos anos (SILVA, 2001).

Dessa forma, as orações existenciais, que, em latim, se exprimiam com o verbo *esse*, passaram, no próprio latim, a construir-se com *habere*. Eram, dessa forma, *habere* e *tenere* que possibilitavam o uso alternado no sentido de “possuir”, e passam a diferenciarem-se a partir da especificação de *habere* para orações existenciais, constituindo, assim, uma relação de divergência de sentido entre estes dois verbos.

As orações existenciais no PB, onde originariamente eram da competência de *haver*, passam a ser constituídas com o verbo *ter*. Com o passar dos séculos, *ter* caminha na direção de *haver*, expandido o seu campo semântico com a noção de existência. Dessa forma, mais uma vez, o verbo *ter* toma campo para o verbo *haver*: primeiramente, o sentido de posse e agora o sentido de existência.

Este trabalho está inserido nos limites que se relacionam entre Geolinguística-Dialetologia e a Sociolinguística Variacionista, já que ambas enfocam a língua em seu espaço geográfico/espacial, no tocante à primeira, e, em seu contexto social, no que diz respeito à segunda. Nesta interseção de pilares teóricos, analisamos o uso dos verbos *ter* e *haver* com sentido existencial, a partir de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (doravante ALiB).

Nosso objetivo é, portanto, verificar o comportamento dos verbos *ter* e *haver* em dados de três estados nordestinos, a saber, Alagoas, Ceará e Piauí. Para isso, analisamos dados da fala de 84 informantes de 21 municípios dos estados citados e controlamos as variáveis *sexo*, *faixa etária*, *localidade*, *tipo de questionário* e *forma verbal*.

Apresentamos os estudos de Ramos e Santos (2012) e os de Cardoso (2008, 2007) por tratarem de pesquisas que analisam o fenômeno sobre os verbos existenciais com dados extraídos de atlas brasileiros. O primeiro traz dados do Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, adotando uma perspectiva variacionista, e os outros dois utilizam dados de capitais do ALiB, numa perspectiva dialetológica, como veremos nas seções seguintes. Nossas hipóteses, para essa análise, são as seguintes: i) os dados de *ter* são superiores aos dados de *haver*; ii) o *sexo masculino* favorece o verbo *ter*, enquanto o *sexo feminino* beneficia *haver*; iii) a *faixa etária II* (de 50 a 65 anos) privilegia o verbo *haver* e iv) a *forma verbal pretérito* favorece o verbo *haver*.

Além desta breve introdução, nosso trabalho apresenta mais quatro seções, a saber: uma seção onde abordamos três pesquisas sobre os verbos existenciais com dados baseados em *corpora* de Atlas brasileiros; a seguir, apresentamos a seção de procedimentos metodológicos, onde esclarecemos os procedimentos de coleta, assim como o desenho de nossa amostra; seguidamente, trazemos, ao leitor, a análise de nossos resultados e, por fim, algumas considerações finais sobre o fenômeno em questão.

1. Estudos sobre os existenciais em Atlas linguísticos brasileiros

Há, sobre os verbos existenciais, diversas pesquisas realizadas Brasil afora, como as de Batista (2012), Callou e Avelar (2000), Dutra (2004), Martins e Callou (2003), Oliveira (2014), Ribeiro et al. (2013), Silva (2001, 1999), Souza (2015) e Vitorio (2011, 2012, 2013). Além destas, trazemos aqui três estudos sobre os verbos existenciais que analisam dados provenientes de Atlas linguísticos brasileiros, como o Atlas Linguístico do Brasil - ALiB (CARDOSO, 2007, 2008) e o Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA (RAMOS; SANTOS, 2012). Esta escolha se deve ao fato de, em nossa pesquisa, estarmos lidando apenas com dados extraídos do ALiB.

Os estudos de Cardoso (2008, 2007) utilizam dados de capitais do ALiB com o contraponto entre as escolaridades fundamental e superior numa perspectiva da Dialetologia, ao passo que o estudo de Ramos e Santos (2012) analisa dados do ALiMA, com base apenas em duas questões do questionário morfossintático e das perguntas metalinguísticas, numa perspectiva variacionista. Vejamos, a seguir, por ordem cronológica crescente, os principais achados destes estudos.

Em Cardoso (2007), as capitais analisadas foram Aracaju, Maceió e Recife. A autora encontrou um total de 1285 ocorrências: 1227 para *ter* (96%) e 30 para *haver* (2%). Em seu estudo, são apresentadas apenas as tabelas com as ocorrências e percentuais para as variáveis *localidade*; *faixa etária*; *gênero*¹ e *escolaridade*, ou seja, são analisadas as variações de natureza

1 Utilizaremos, nesta seção, os termos utilizados pelos autores, lembrando que, em todos os estudos, a nomenclatura utilizada refere-se somente ao sexo biológico, como estratificado nos bancos de dados utilizados.

diatópica, diageracional e diagenérica. Para a variável *localidade*, os percentuais de *ter* superam os 90%, enquanto que *haver* não chega até 8%, sendo que, para Maceió, não há ocorrências para esse verbo. Quanto a *escolaridade*, podemos ver que, embora ocorra a supremacia de *ter*, o verbo *haver* obtém 27 ocorrências com falantes universitários, contra 03 ocorrências para falantes com nível fundamental.

Quanto à variável *faixa etária*, os dados de *ter*, também, se apresentam superiores a 90%, sendo que, para *haver*, foi registrada 01 ocorrência na *faixa 1* e 31 ocorrências para a *faixa 2*. Assim, os mais velhos apresentaram mais realizações de *haver* que os mais jovens. Por fim, em relação à variável *gênero*, esta, por sua vez, segue a mesma tendência das variáveis anteriores: índices de *ter* superiores a 90%, sendo que as *mulheres* usam mais *haver* (3,2%). A autora finaliza sua pesquisa, afirmando que há uma “tendência/preferência pelo uso de *ter* existencial em detrimento de *haver*, pois os dados evidenciam uma mudança em curso que se vem operando no português brasileiro.” (CARDOSO, 2007, p. 6).

Já o trabalho de Cardoso (2008) utiliza dados ampliados do estudo de Cardoso (2007). Em Cardoso (2008), estudo de cunho dialetológico, sobre os verbos existenciais, em que foram controladas, assim como no estudo anterior, as seguintes variáveis: *localidade, faixa etária, sexo e escolaridade*. A pesquisa obteve dados referentes a cinco capitais, a saber: Aracaju, João Pessoa, Maceió, Recife e Salvador, onde foram encontradas 1812 ocorrências, sendo 1712 dados para *ter* (95,5%) e 48 para *haver* (2,6%). Na análise, novamente, encontramos apenas os percentuais e o número de ocorrências para os fatores controlados. Na variável *localidade*, vemos a preferência dos informantes pelo uso de *ter*, que atinge, no geral, a casa dos 90%, à exceção de Salvador que apresenta um índice de 88%, enquanto que *haver* alcança 8% em Recife. Para a variável *faixa etária*, jovens e idosos utilizam mais o verbo *ter* com um percentual que ultrapassa, para ambas as faixas, a casa dos 90%.

Vale notar que, para o verbo *haver*, do total de ocorrências, o maior índice é o da faixa etária II, o que corrobora com a literatura da área. Para a variável *sexo*, homens e mulheres usam mais o verbo *ter*, com percentuais muito próximos, 94% e 95%, respectivamente. Para *haver*, os usos entre os dois gêneros não são muito diferentes, pois vão de 2 a 4 ocorrências. Por fim, a variável *escolaridade* nos indica que os falantes universitários alcançaram o índice percentual de 5% no uso de *haver*, cabendo aos falantes com nível fundamental um percentual de 1%. Dessa forma, a autora conclui que os dados evidenciam “uma mudança em curso que se vem operando no português brasileiro, atribuindo-lhe, assim, no que diz respeito a esse aspecto, um *status* diferenciado do português europeu.” (CARDOSO, 2008, p. 07, destaque da autora).

Na pesquisa de Ramos e Santos (2012), as autoras se utilizaram do *corpus* do Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA e dos fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista. As autoras encontraram um total de 330 dados: 322 ocorrências (97,5%) de *ter* e

08 ocorrências (2,4%) de *haver*. Os resultados são apresentados apenas em percentuais para cada variável. As variáveis testadas por Ramos e Santos (2012) foram *animacidade do argumento interno*, *tempo verbal*, *localidade*, *faixa etária* e *sexo/gênero*.

Os resultados para a variável *localidade* são: o fator *São Luís* apresenta o maior número de ocorrências dos dois verbos (03 para *haver*, 4,2% e 68 para *ter*, 95,8%), já as cidades de *Balsas*, *Brejo*, *Imperatriz*, *Tuntum* e *Turialva* foram categóricas no sentido de empregarem o verbo *ter*. Para a variável *faixa etária*, embora ocorra uma baixíssima quantidade de ocorrências do verbo *haver*, os *idosos* usaram mais a variante *haver* (06 ocorrências) que os *jovens* (02 ocorrências). Com relação ao *sexo/gênero*, também, com pouquíssimas realizações, as *mulheres* empregaram mais o verbo *haver* (05) que os *homens* (03), como já era esperado. As variáveis linguísticas, *animacidade do argumento interno* e *tempo verbal*, apresentaram os seguintes resultados: para a *animacidade*, o fator *traço menos animado* obteve mais ocorrências com o verbo *haver* (05) e, por fim, o tempo *presente* trouxe mais ocorrências para o verbo *haver* (05) que o *passado* com 03 ocorrências, fato esse não esperado em virtude das tendências existentes para esse fenômeno.

Os dados apresentados anteriormente nos três estudos refletem uma mudança em curso de *ter* se sobrepondo a *haver*. Além disso, ainda nestes estudos, os fatores favorecedores do verbo *haver* foram o *sexo feminino*, o *tempo pretérito*, a *faixa etária* mais idosa e a *escolaridade* mais *alta*. Por fim, para o verbo *ter*, os fatores mais relevantes foram o *sexo masculino*, a *faixa etária* mais *jovem*, o *tempo presente*, a *escolaridade* mais *alta* e o *traço menos animado*.

Quadro 1. Resumo do estado da arte acerca dos estudos variacionistas em *corpora* de Atlas linguísticos brasileiros

Cardoso (2007) – corpus do ALiB (1996-2014); 1285 ocorrências totais; Dialectologia		
Variáveis testadas	Frequência geral	Variáveis relevantes
(4) localidade; faixa etária; sexo; escolaridade.	Ter – 96% Haver – 2%	Apresenta os percentuais. Localidade - os percentuais de <i>ter</i> superam os 90%; <i>haver</i> chega até 8%, sendo que, para Maceió, não há ocorrências para <i>haver</i> ; Escolaridade - o verbo <i>haver</i> obteve 27 ocorrências de falantes <i>universitários</i> contra 03 para falantes com nível <i>fundamental</i> . Faixa etária - dados de <i>ter</i> também superiores a 90%, para <i>haver</i> houve 01 ocorrência na <i>faixa 1</i> e 31 ocorrências para a <i>faixa 2</i> . Sexo - índices de <i>ter</i> superiores a 90% e as <i>mulheres</i> empregam mais <i>haver</i> : 25 (3,2%).

continua

Cardoso (2008) – corpus do ALiB (1996-2014); 1812 ocorrências totais; Dialectologia		
Variáveis testadas	Frequência geral	Variáveis relevantes
(4) localidade; faixa etária; sexo; escolaridade.	Ter – 94,5% Haver – 2,6%	Apresenta os percentuais. Localidade - <i>ter</i> , que atinge, no geral, a casa dos 90%, Salvador apresenta um índice de 88%, enquanto que <i>haver</i> alcança 8%. Faixa etária - jovens e idosos preferem <i>ter</i> e com um percentual que ultrapassa 90%. Para <i>haver</i> , o maior índice é o da <i>faixa etária II</i> . Sexo - homens e mulheres usam mais o verbo <i>ter</i> : 94% e 95%, respectivamente. Para <i>haver</i> os dados são de 2 ocorrências. Escolaridade - os falantes universitários apresentam 5% no uso de <i>haver</i> , já falantes com nível fundamental revelam apenas 1% de <i>haver</i> .
Ramos e Santos (2012) – corpus do ALiMA (2000); 330 ocorrências totais; Sociolinguística Variacionista e Dialectologia		
Variáveis testadas	Frequência geral	Variáveis relevantes
(5) animacidade do argumento interno; tempo verbal; localidade, faixa etária e sexo.	Ter – 97,5% Haver – 2,4%	Apresenta somente os percentuais. Localidade – São Luís apresenta o maior número de ocorrências dos dois verbos; as cidades de Balsas, Brejo, Imperatriz, Tuntum e Turiaçu foram categóricas no uso de <i>ter</i> ; Faixa etária – os idosos apresentam mais ocorrências de <i>haver</i> que os jovens, embora haja pouquíssimas ocorrências para <i>haver</i> : 08. Sexo – também com pouquíssimas ocorrências, as mulheres usaram mais <i>haver</i> que os homens; Animacidade – o verbo <i>haver</i> ocorreu mais com o traço menos animado; Tempo verbal – <i>haver</i> ocorreu mais com o tempo <i>presente</i> ;

2. Metodologia

2.1 O corpus

O *corpus* de nosso trabalho é constituído a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Iniciado em 1996, o ALiB concretiza o sonho de constituição de um atlas nacional, aspiração de dialetólogos brasileiros já no século XX.

O objetivo do Projeto ALiB é a descrição e mapeamento do Português Brasileiro (doravante PB), procurando recobrir as diferentes áreas e as variadas situações dos usos da linguagem. A rede de pontos do ALiB é constituída por 250 localidades distribuídas por todo o território nacional, o que corresponde a uma área de 8.511.000 km². A seleção desses pontos geográficos objetivou abarcar as distintas situações culturais, as áreas de limites internos e internacionais, levando em consideração a densidade demográfica das regiões brasileiras (CARDOSO; MOTA, 2012).

Os informantes fazem um total de 1.100 indivíduos, estratificados em duas faixas etárias (faixa I de 18 a 30 anos e faixa II de 50 a 65 anos), dois níveis de escolaridade (ensino fundamental e ensino superior completo), distribuídos pelos dois sexos (masculino e feminino) (CARDOSO *et al*, 2013). Ainda segundo Cardoso e Mota (2012), o Projeto ALiB teve como objetivo maior, mapear o PB sob a perspectiva diatópica, diageracional, diagenérica e diastrática, oferecendo o controle de variáveis sociais, o que permite uma visão geo-sociolinguística da nossa língua falada, com resultados geolinguísticos focados em uma perspectiva pluridimensional.

O Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, segundo Cardoso e Mota (2012), “constitui-se na primeira tentativa, em nível nacional, de descrição do português brasileiro com base em dados coletados, *in loco*, nas diversas regiões geográficas, a partir da investigação em uma rede de pontos que se estende do Oiapoque (ponto 001) ao Chuí (ponto 250)” (2012, p. 855). Trata-se, portanto, de um projeto que nasceu na seara da variação linguística, da Dialectologia com base na metodologia da Geolinguística (CARDOSO, 2010), que objetiva descrever, com base em dados cartográficos, o português falado no Brasil.

2.2 Nossa amostra

Para nossa pesquisa, selecionamos uma amostra constituída por dados oriundos de 21 pontos de inquérito, distribuídos assim: 04 de Alagoas: União dos Palmares, Santana de Ipanema, Arapiraca e Maceió; 12 do Ceará: Camocim, Canindé, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Ipu, Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Russas, Sobral e Tauá; e 05 do Piauí: Teresina, Piripiri, Picos, Canto do Buriti e Corrente, que fazem parte do ALiB.

Ao todo, foram ouvidos 84 informantes estratificados segundo as variáveis sociais: sexo² (masculino e feminino), faixa etária (faixa 1 – 18 a 30 anos, e faixa 2 – 50 a 65 anos) e localidade (municípios supracitados).

No ALiB, a escolaridade é estratificada entre os informantes da seguinte forma: todos os 04 informantes do interior de cada Estado apresentam apenas o 8º ano do ensino fundamental, enquanto que, nas capitais, os 04 primeiros informantes concluíram até o 8º ano do nível fundamental e os informantes 05 a 08 têm nível superior completo. Para nossa amostra, utilizamos os dados dos informantes apenas com nível fundamental de escolarização. Dessa forma, para as localidades de Maceió, Fortaleza e Teresina, selecionamos somente os 04 falantes com nível fundamental incompleto de escolaridade, com o intuito de homogeneizar nossa amostra.

2 Aderimos, em nossa pesquisa, à nomenclatura *sexo* devido à estratificação de nosso *corpus* de pesquisa *ter* se baseado, exclusivamente, na divisão biológica entre os indivíduos.

Nesta análise, testamos, além das variáveis de natureza extralinguística (*sexo, faixa etária, localidade e tipo de questionário*), as variáveis linguísticas *vogal temática da palavra e extensão do vocábulo*. As variáveis sociais foram selecionadas a partir da estratificação original dos informantes do *corpus*.

Realizamos a audição, na íntegra, dos Questionários que compõem as entrevistas do ALiB: o Questionário Fonético-Fonológico - QFF, Discursos semidirigidos, Questionário Semântico-Lexical – QSL, Questões de prosódia e do Questionário Morfossintático – QMS. Concomitante à audição, transcrevemos e codificamos os dados coletados que, posteriormente, foram submetidos à análise estatística do programa Goldvarb X (SANKOF *et al.*, 2005). De posse destes dados estatísticos, realizamos a interpretação destes dados, que vem a seguir.

3. Análise dos resultados

A baixa quantidade de dados para o verbo *haver* já tinha sido observada nos estudos de Ramos e Santos (2012) e Cardoso (2007, 2008) em *corpora* de Atlas linguísticos, o que também ocorreu na nossa amostra analisada. Em virtude disso, apresentaremos, inicialmente, todas as frequências obtidas para cada uma das variantes existenciais e, posteriormente, uma análise sociolinguística mais detalhada entre os verbos *haver* e *ter*.

Dessa forma, na análise *haver vs. ter*, o Goldvarb X selecionou duas variáveis relevantes, por isso só analisaremos os resultados desta rodada. A seguir, é possível visualizar no Gráfico 1 as frequências obtidas para as variantes em questão.

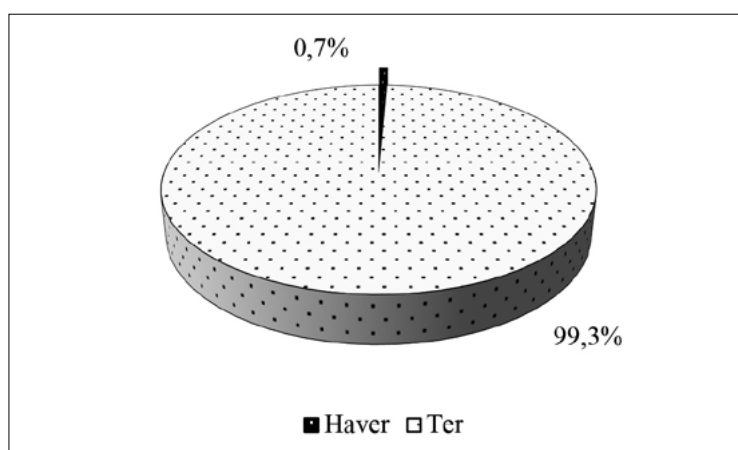


Gráfico 1. Frequência de uso dos verbos *haver* e *ter* na amostra

Na amostra de fala analisada por nós, pudemos verificar que o percentual de uso das variantes assinala para a existência de uma regra *semicategórica*. Em Labov (2003), sabemos que há as já mencionadas regras *categóricas*, para as quais atribui-se 100% de frequência para

uma das variantes linguísticas, nesses casos, podemos inferir que não há variação. Além das regras categóricas, temos também as regras *variáveis*, que são aquelas que estão entre 5% e 95% de frequência total de dados, em que duas ou mais variantes linguísticas coocorrem, e, por último, há ainda, as chamadas regras *semicatóricas* que são aquelas em que uma das variantes ocorrem entre 95-99% dos dados.

Nas regras semicatóricas, uma das variantes em concorrência surge com uma quantidade de dados muito reduzida em relação a sua forma opositora que prevalece em grande quantidade. Assim, Labov (2003, p. 242, tradução nossa) explica que, “é comum encontrá-las no início ou no final de uma mudança linguística em progresso, em que a forma é muito rara para ser notada onde quer que ocorra”³.

Na análise de *haver* vs. *ter*, chegamos à conclusão de estarmos lidando com uma regra semicatórica na amostra analisada. Mesmo assim, prosseguimos com a análise proposta para verificarmos quais fatores ainda fazem com que o verbo *haver* ainda surja na amostra.

O programa Goldvarb X selecionou como relevante para o verbo *haver* as variáveis *faixa etária* e *tempo verbal*, nessa ordem de relevância. Vejamos, portanto, os resultados para a variável *faixa etária*.

Tabela 1. Atuação da variável *faixa etária* para o verbo *haver*

Fator	Aplic./total	Frequência	Peso Relativo
Faixa etária I	1/650	0,2%	0,238
Faixa etária II	10/1047	1,1%	0,674

Input 0.004, Significance = 0.020

Os dados apresentados na Tabela 1 corroboram com a literatura especializada sobre os verbos existenciais (BATISTA, 2012; CALLOU; AVELAR, 2000; DUTRA, 2004; MARTINS; CALLOU, 2003; OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO *et al.*, 2013; SILVA, 2001, 1999; SOUZA, 2015; VIANA, 2018), onde a *faixa etária II* beneficia *haver* (0,665), enquanto a *Faixa etária I* é desfavorecedora de *haver* (0,249) e aliada de *ter* (0,751). No entanto, é importante lembrarmos que esse peso relativo foi obtido a partir de pouquíssimas ocorrências.

Os dados a que chegamos, nessa análise, apresentam a tendência trazida por Labov (2008) na qual os jovens são mais abertos às variantes inovadoras, enquanto os mais velhos, também por já estarem no mercado de trabalho e precisarem manter *status* entre os seus, favorecem as variantes de prestígio. Portanto, os mais velhos privilegiam a variante padrão *haver*, enquanto

3 No original, “It is common to find rules at the beginning or at the end of a linguistic-change in progress, where the form is rare enough to be noticed whenever it occurs”.

que os mais jovens beneficiam *ter*, a variante não-padrão. Dessa maneira, somos levados a crer que estamos diante de uma mudança em progresso.

Para essa afirmação, apresentamos o Gráfico 2 que apresenta, segundo Chambers e Trudgill (1980), uma tendência de *mudança em progresso*. Embora este gráfico nos traga essa tendência de mudança, não podemos afirmar, de forma categórica, que tenhamos uma mudança, pois trouxemos aqui só os dados oriundos de atlas que apresentam amostras insuficientes para uma categorização, mas tais dados já nos apontam o rumo da tendência da língua quanto à variação dos verbos existenciais.

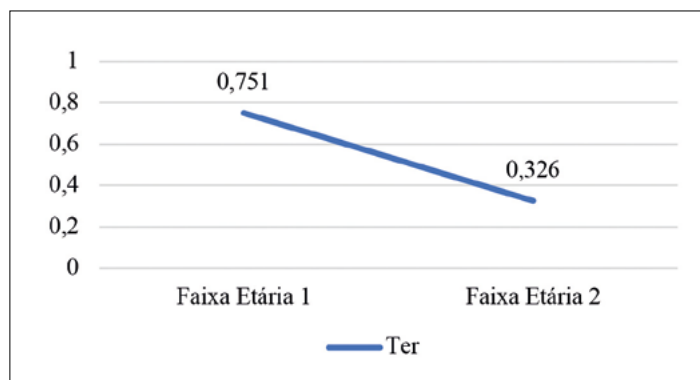


Gráfico 2. Pesos relativos da variante inovadora *ter* na amostra

Ressaltamos, também, que, na variação em tela, não temos uma variante estigmatizada (LABOV, 2008), ou seja, embora o verbo *ter* em sentido existencial seja considerado não-padrão, ele é usado por todas as camadas de falantes (VITÓRIO, 2011, 2012, 2013) de forma que o verbo *haver*, existencial padrão, assim como *existir*, são mais usados na escrita (VITÓRIO, 2015).

A Tabela 2, a seguir, nos apresenta a atuação da variável *tempo verbal* para o verbo *haver* em nossa rodada.

Tabela 2. Atuação da variável *tempo verbal* para o verbo *haver*

Fator	Aplic./total	Frequência	Peso Relativo
Presente	7/1482	0,5%	0,453
Pretérito	5/178	2,8%	0,829

Input 0.004, Significance = 0.020

Vejamos a seguir, os excertos (1) a (6) que apresentam as ocorrências em nossa amostra. A partir deles, podemos ver, além da pouquíssima quantidade de dados para *haver*, os contextos de ocorrência, assim como o tempo verbal, localidade do informante, sexo e faixa etária.

- (1) **Entrevistador:** E tem um ditado antigo que diz assim: “onde há força...”?
Informante: onde *há* a força... *há*... *há* o... - Santana do Ipanema-AL, sexo feminino, faixa etária II.
- (2) **Entrevistador:** o senhor acha que tem vida em outros planetas? Já lhe passou isso pela cabeça? Fora da Terra... será que tem vida?
Informante: eu acredito: fora da Terra *há* a vida... pela nossa religião acreditamos que *há* a vida fora da Terra...
[...]
Informante: ... tinha um local chamado [...] e um belo dia... esse grupo de meninos andava juntos... se desentenderam... *houve* um desentendimento entre nossos irmãos e primos... – União dos Palmares-AL, sexo masculino, faixa etária II.
- (3) **Entrevistador:** por que a senhora gosta mais do Gugu?
Informante: ... porque o Gugu ele fala sobre tudo... ela fala de... se *houve* uma violência ele fala se tem alguém... uma criança precisando de ajuda ele ajuda... - Maceió-AL, sexo feminino, faixa etária II.
- (4) **Entrevistador:** O senhor já viajou de avião?
Informante: Não... não *houve* oportunidade ainda – Fortaleza-CE, sexo masculino, faixa etária II.
- (5) **Entrevistador:** Como era essa cidade antigamente em termos de festa?
Informante: Em termo de festa? Era... era... *existia*... mas era bem diferente... porque agora a coisa mudou... é outra...
Entrevistador: Que é que aconteceu?
Informante: Acontecia assim... umas festas religiosas... as coisas que era típica né... mas aí *houve* uma evolução duns elementos... uma evolução das coisas... – Quixeramobim-CE, sexo masculino, faixa etária II.
- (6) **Entrevistador:** Como era essa cidade antigamente em termos de festa? Antigamente... aqui... como era em termos de festa?
Informante: *Havia* muita festa boa. – Piripiri-PI, sexo feminino, faixa etária I.

Vimos aqui que o verbo *haver* é maior aliado do *tempo verbal pretérito* (0,829), enquanto que o *presente* é seu antagonista (0,453), sendo levemente favorecedor de *ter* (0,547). Esses dados corroboram nossa literatura sobre *haver vs. ter*, posto que os tempos verbais no *passado* são quase categoricamente favorecedores de *haver* (BATISTA, 2012; CALLOU; AVELAR, 2000; MARTINS; CALLOU, 2003; SILVA, 2001, 1999; SOUZA, 2015, VIANA, 2018), já o presente privilegia *ter*.

Os estudos como os trazidos em nossa literatura apresentam esta tendência do verbo *haver* existencial de ser beneficiado pelos tempos do passado, como apresentados nos excertos acima, os verbos *houve* e *havia*, mesmo que em menores quantidades que o presente *há*. Como apresentado na Tabela 2, a análise estatística apresenta as tendências de probabilidade, mesmo apresentando poucos dados, ou uma amostra de dados menos harmônica, nos permitindo, portanto, realizar inferências sobre a mudança em progresso.

Considerações finais

Os resultados a que chegamos nesta pesquisa é que testemunhamos a existência de uma regra semicategórica, em que se delineia uma mudança em progresso no sentido do verbo *ter* sobrepujar o verbo *haver*, ratificando os estudos sobre *ter* e *haver* existenciais em Atlas linguísticos desenvolvidos no território brasileiro, como os trabalhos de Cardoso (2007, 2008) e Ramos e Santos (2012).

As hipóteses, com as quais trabalhamos nesta pesquisa, foram as seguintes: i) os dados de *ter* são superiores aos dados de *haver* - hipótese confirmada por nós; ii) o *sexo masculino* favorece o verbo *ter*, enquanto o *sexo feminino* beneficia *haver* – esta hipótese não pôde ser confirmada, pois a variável *sexo* não foi selecionada como relevante pelo programa computacional; a hipótese iii) a *faixa etária II* (de 50 a 65 anos) é aliada do verbo *haver*, corroborada no estudo; iv) a hipótese sobre a *localidade* não foi confirmada nem refutada, pois a variável também não se apresentou relevante; e a última hipótese: v) a *forma verbal pretérito* favorece o verbo *haver* foi confirmada.

Por fim, apresentamos em nosso estudo, uma tendência de mudança em progresso do verbo *ter* sobre o verbo *haver*, segundo as tendências de outras pesquisas sobre o mesmo tema.

Referências

BATISTA, Priscila G. **Ter e haver existenciais na fala culta de Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre**: do social ao linguístico. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/BatistaPG.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito O. de. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. **Revista Gragoatá**, n. 9, p. 85-100, 2000. Disponível em: http://www.academia.edu/15828109/Sobre_TER_e_HAVER_em_constru%C3%A7%C3%B5es_existenciais_varia%C3%A7%C3%A3o_e_mudan%C3%A7a_no_Portugu%C3%AAs_do_Brasil. Acesso em: 07 fev. 2018.

CARDOSO, Susana A. M. da S. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARDOSO, Susana A. M. da S. Um traço do português do Brasil: *ter* com sentido existencial. In: XV Congresso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, 2008, Montevideo. *Anais...* XV Congresso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina. Montevideú: ALFAL, 2008. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKewj25oHs3pTTAhVBFJAKHakXBGoQFggjMAA&url=http%3A%2F%2Falfal.easyplanners.info%2Fprograma%2Fbajando_tl.php%3Fid%3D0613_Marcelino_Cardoso_Suzana_Alice.doc&usg=AFQjCNEjIly2J26OQ4WVv2ZAvdM3lvrlsg&sig2=B20021ATPHSdh0TnM1Pkrq. Acesso em: 08.04.2017.

- CARDOSO, Susana A. M. da S. A expressão do sentido existencial no português do Brasil: TER, *haver* e EXISTIR. In: XXV Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, 2007, Innsbruck, Áustria. XXV CILPR 2007. **Communications: Résumés**. Innsbruck, Áustria: Innsbruck University Press, p. 185-186, 2007.
- CARDOSO, Susana A. M. da S.; MOTA, Jacira A. Projeto Atlas Linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. **Alfa**, São Paulo, 56, 855-870, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a06v56n3.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- CARDOSO, Susana A. M. da S.; MOTA, Jacira A.; PAIM, Marcela M. T.; RIBEIRO, Silvana S. C. (Org.). **Documentos 4**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Vento Leste, 2013.
- CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- DUTRA, Cristina de S. *Ter* e *haver*: o uso variável na língua falada em Salvador. In: Jornada do GELNE, 20., 2004, João Pessoa-PB. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Cristiane%20de%20Sousa%20Dutra.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana M. S. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, William. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics**: the essential readings. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.
- MARTINS, Luciene; CALLOU, Dinah. Mudança em tempo aparente e em tempo real: construções ter/haver existenciais. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 5., 2003, Curitiba-PR. **Anais Eletrônicos...** Curitiba: Mídia Curitibana, 2003. p. 820-825. Disponível em: <http://celsul.org.br/Encontros/05/pdf/114.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- MOTA, Jacira A.; CARDOSO, Susana A. A construção de um Atlas Linguístico do Brasil: o percurso do ALiB. **Signum**: Est. Ling., Londrina, v. 12, n. 1, p. 237-256, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/4243/4603>. Acesso em: 14 jul. 2017.
- OLIVEIRA, Carolina S. de O. **A variação entre ter e haver em construções existenciais na fala e na escrita da variedade rio-pretense**. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122109>. Acesso em: 10 jun. 2017.
- RAMOS, Conceição de M. de A.; SANTOS, Wendel S. dos. Estruturas existenciais: a variação ter/haver no corpus constituído para ALiMA. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 19, n. especial, jul. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1069/757>. Acesso em: 22 maio 2014.

- RIBEIRO, Patrícia R. O.; SOARES, Mariana S.; LACERDA, Patrícia F. A. da C. A realização da noção de existência no “mineirês”: um estudo da variação dos verbos *ter*, *haver* e *existir*. **Revista Signótica**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 535-561, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/19192/15795>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X** – a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 10 jun. 2017.
- SILVA, Rosângela N. A. da. **Variação ter/haver na fala pessoense**. 2001. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.
- SILVA, Rosângela N. A. da. Aspectos da variação ter/haver na fala pessoense. In: MOURA, Denilda. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p. 523-526.
- SOUZA, Francisco F. de. *Tem chance de haver ainda existir no falar popular?: a variação dos verbos existenciais em amostra do NORPOFOR*. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Francisco%20F.%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- VIANA, R. B. de M. *Tem mais existir que haver no falar dos fortalezenses: o papel dos fatores sociais na variação dos verbos existenciais*. In: ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Rakel Beserra de Macêdo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. **Fotografias sociolinguísticas do falar de Fortaleza-CE**. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 95-125.
- VITÓRIO, Elyne. G. de S. L. A. (Des) Uso do verbo *haver* existencial. **Web-Revista Sociodialeto**. v. 6, n. 17, nov. 2015. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/22/03062016072234.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.
- VITÓRIO, Elyne. G. de S. L. A. **Construções existenciais com os verbos ter e haver na fala e na escrita: uma análise comparativa**. 2013. 29 f. Relatório de Pós-Doutorado. (Pós-doutorado Júnior em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Mimeo.
- VITÓRIO, Elyne. G. de S. L. A. **Ter/haver existenciais na fala alagoana: variação estável ou mudança em progresso?** 2012. 152 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, 2012.
- VITÓRIO, Elyne. G. de S. L. A. A alternância ter/haver existenciais na fala maceioense. **Revista Interdisciplinar**, ano VI, v. 14, jul./dez. 2011, p. 77-85. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1067/905>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

Aspectos Socioculturais Expressos no Léxico da Língua: uma Análise dos Lexemas *Quilombo* e *Quilombola*

Sociocultural Aspects Expressed in the Language Lexicon: an Analysis of the Lexemes *Quilombo* and *Quilombola*

Ruberval Rodrigues de Sousa*
Ana Claudia Castiglioni**
Karylleila dos Santos Andrade Klinger***

RESUMO

No léxico estão registrados os elementos culturais e sociais de um grupo, e sendo tais elementos dinâmicos, acompanham o processo de transformação social ao longo dos tempos. O objetivo deste estudo é apresentar uma análise a respeito dos significados atribuídos aos lexemas *quilombo* e *quilombola*, observando as definições quando figuram como palavra-entrada e quando são encontrados nos enunciados lexicográficos de outras unidades léxicas, em relação à situação dos negros ao longo da história brasileira. A análise foi feita a partir de consulta aos dicionários Bluteau (1728), Moraes e Silva (1789), Silva Pinto (1832), Ferreira (1975, 1986, 2004, 2010) e Houaiss (2001) e às obras de Senna (1938), Souza (1939), Ramos (1953), Carneiro (1947). Tomamos como fundamentos teórico-metodológicos estudos em Lexicologia e Lexicografia, bem como pesquisas voltadas para o entendimento dos aspectos socioculturais da comunidade negra. O resultado desta investigação evidencia o fato de que a produção lexicográfica existe em uma espécie de simbiose com a questão sociocultural do momento vivido para ser contextualizada e entendida. As questões culturais e sociais interferem diretamente na formação e na utilização do léxico pelos usuários. As várias acepções analisadas, à exceção das definições contidas no Houaiss (2001), que são ressaltadas pela marcação temporal com verbo no tempo passado e o advérbio temporal “outrora”, que remetem e limitam as conceituações a um momento do passado, fornecem ao consulente informações enraizadas em um passado discriminatório e excludente da história, refletidas no léxico brasileiro do português.

Palavras-Chave: Léxico; Lexicografia; Quilombola.

Recebido em 3 de outubro de 2019.

Aceito em 23 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.336

*Universidade Federal do Tocantins, rubervalrs@gmail.com, orcid.org/0000-0001-5082-3249

**Universidade Federal do Tocantins, anacastiglioni@hotmail.com, orcid.org/0000-0003-4322-2191

***Universidade Federal do Tocantins, karylleila@gmail.com, orcid.org/0000-0001-6920-9206

ABSTRACT

The lexicon registers the cultural and social elements of a group, and these elements, being dynamic, follow the process of social transformation over time. The aim of this paper is to present an analysis regarding the meanings of *quilombo* and *quilombola* lexemes, not only when they appear as word-entry but also when they are found in lexicographic statements, regarding the social conditions situation of black people throughout the Brazilian history. The analysis was based on the dictionaries Bluteau (1728), Moraes e Silva (1789), Silva Pinto (1832), Ferreira (1975, 1986, 2004, 2010) and Houaiss (2001), besides the works of Senna (1938), Souza (1939), Ramos (1953), Carneiro (1947). We considered as theoretical-methodological foundations several studies in Lexicology and Lexicography, as well as researches that aim at understanding the socio-cultural aspects of the black community. The result of this investigation evidences the fact that lexicographic production exists in a kind of symbiosis with the sociocultural issue of the moment lived to be contextualized and understood. The cultural and social issues directly interfere in the formation and utilization of the lexicon by the users. The various meanings analyzed, except for the definitions contained in the Houaiss (2001), which are saved by the temporal marking with a verb in the past tense and the temporal adverbial "formerly", which refer to and limit the conceptualizations to a moment of the past, provide the consultant information rooted in a discriminatory and excludent past of history, reflected in the Brazilian lexicon of Portuguese language.

Keywords: Lexicon; Lexicography; Quilombola.

Introdução

Assim como a sociedade está em constante evolução, as vivências que formam a cultura do seu povo também não são estáticas e demonstram a existência de uma interação entre a cultura e o momento social, interação essa que, unindo o passado e o presente, segue um percurso carregado de significados que acompanham a evolução da sociedade. O léxico, conjunto dos vocábulos de uma língua, reflete essas interações entre língua, cultura e sociedade.

No léxico, estão registrados os elementos culturais e sociais de um grupo, sendo tais elementos dinâmicos, que acompanham o processo de transformação social ao longo dos tempos. Essas transformações são temas de pesquisas que ressaltam, dentre outros aspectos, os reflexos desse fato no léxico da língua. Como defende Isquierdo (1996, p. 91), para se estudar uma língua, é condição *sine qua non* estudar também sua cultura, pois é, nas entranhas da cultura onde residem fatos e informações importantes para a ciência entender e explicar elementos que influenciam no processo de formação da língua portuguesa e seus múltiplos empregos nas diferentes regiões do Brasil.

Neste trabalho, apresentamos o recorte de uma pesquisa que estudou em diversos aspectos as interrelações entre as escolas e a comunidade quilombola (SOUSA, 2017)¹. O objetivo deste artigo é apresentar a investigação desenvolvida a respeito dos significados que envolvem o lexema “quilombo”, suas variações, seus registros, acepções e usos no âmbito de algumas

1 Pesquisa que resultou na tese intitulada “Tradição e cultura - saberes formais e informais: um estudo das interrelações entre as escolas de Muricilândia e a comunidade remanescente de quilombo Dona Juscelina”, desenvolvida por Ruberval Rodrigues de Sousa.

obras. Foram analisadas a ocorrência e as definições dos lexemas quilombo e quilombola nos principais dicionários de língua portuguesa, a começar pela primeira obra lexicográfica da língua, o *Diccionario de Lingua Portugueza* de Raphael Bluteau (1728), de António de Moraes e Silva (1789), seguida das demais obras tão importantes quanto, a de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) até os contemporâneos Ferreira (1975, 1986, 2004, 2010) e Houaiss (2001) e nas obras de Senna (1938), Souza (1939), Ramos (1953) e Carneiro (1947).

Para se chegar à análise dos lexemas quilombo e quilombola nos dicionários de língua portuguesa, faz-se necessária uma incursão pelos estudos da Lexicologia e da Lexicografia, de onde virão os fundamentos para um maior entendimento do que é o léxico da língua, da história dos dicionários, da forma como são constituídos, até chegar aos lexemas que serão analisados.

1. O dicionário e suas interações

Os dicionários carregam a dinâmica cultural e social de um povo e, no caso brasileiro, indubitavelmente, desde o período colonial, a cultura brasileira sofreu fortes influências europeias e, apesar disso, no que se refere à Lexicografia, a história dos dicionários em nosso país data do século XVIII e tem o seu marco inicial com a publicação do *Diccionario da Lingua Portugueza*, do primeiro dicionarista brasileiro, António de Moraes Silva, em 1789, o qual contava com aproximadamente 180.000 palavras, fruto de retomadas, revisões e ampliações da obra *Vocabulário Portuguez e Latino*, do padre Raphael Bluteau (1712-1728), conforme Verdelho (2003, p. 4).

É fato que a língua evolui e sofre alterações ao longo do seu processo de formação. Com o tempo, vão surgindo novos vocábulos, significados e sentidos. Outros se perdem e, o prefácio à 5.^a edição do *Dicionário Aurélio* (2010, p. XI), em alusão à importância dos dicionários e suas interações com a cultura e com o momento vivido, interações essas que influenciam na formação do léxico, define: “Uma das principais funções do dicionário, se não a principal, é acompanhar a evolução da língua numa dada época, e registrar-lhe a renovação por meio das palavras e locuções (lexias) ou das formas adotadas pelo uso.” (FERREIRA, 2010, p. XI). Isso reforça o papel da produção lexicográfica no processo de documentação, transformação e evolução da sociedade.

Dentre as muitas acepções para o lexema dicionário usadas por teóricos em pesquisas correlatas, apresentamos a significação usada por Biderman (2006, p. 17-18), a qual afirma que o dicionário “faz uma descrição do vocabulário de uma língua buscando registrar e definir os signos lexicais que referem os conceitos elaborados e cristalizados na cultura.” Biderman (2006) ressalta o elo existente entre as vivências de um povo e que refletem na formação do seu léxico, cabendo ao dicionário fazer o registro desse léxico. A autora destaca

o dicionário como sendo uma “das mais relevantes instituições da civilização moderna, um produto cultural.” (BIDERMAN, 2006, p. 17).

A língua é um elemento essencial na interação cultural e social do homem com o meio, portanto, é viva, e que não poderia ser considerada como mero acessório no processo comunicacional ou reflexivo. Essa afirmação retoma a hipótese Sapir-Whorf (1949), em que a língua seria uma espécie de mediador da forma como o indivíduo percebe o mundo. A comunidade é o espaço onde esse indivíduo imprime suas vivências, simbologias e significâncias, ou seja, os saberes sensíveis, em torno dos quais cria-se um modo peculiar de vida, chamado por Janotti Júnior (2003, p. 2 *apud* SILVA, 2013) de comunidades sensíveis, nas quais:

[...] os sujeitos partilham interesses comuns, vivenciam determinados valores, gostos e afetos, privilegiam determinadas práticas de consumo, [...], manifestam-se obedecendo a determinadas produções de sentido em espaços desterritorializados, através de processos midiáticos que se utilizam de referências globais da cultura atual. É a vivência desses sentidos, através do consumo de determinados objetos culturais, que permite a um indivíduo reconhecer seus pares, [...]; independentemente do território em que esses sentidos se manifestam. (JANOTTI JÚNIOR, 2003, p. 2 *apud* SILVA, 2013, p. 66)

É nesse sentido que os consulentes, ao acessar o dicionário de sua língua, ou até mesmo os dicionários de usos específicos, terão a possibilidade de perceber elementos que fazem parte de sua cultura retratados no léxico, e de poder escolher, dentre muitas acepções, a que melhor se encaixe no contexto do seu discurso, justificando, desta forma, a utilização do dicionário como um instrumento de aprendizado para além da simples conceituação de lexemas, uma vez que se configura como repositório linguístico da comunidade.

Segundo Nunes (2006, p. 43), o dicionário é um instrumento voltado para “compreender o saber linguístico produzido não apenas pela Linguística Moderna, mas por qualquer saber produzido sobre a linguagem humana.” A língua, assim como os dicionários e suas variadas acepções, sintetiza uma compilação histórica de elementos linguísticos que retratam o viés cultural e social dos usuários, reforçando a ideia de que ambos, língua e dicionários, são frutos de interações discursivas entre os seus utentes.

Os dicionários são instrumentos vivos do registro da língua e cultura da sociedade. São instrumentos no estudo das linguagens e principalmente um espaço para o registro sob o viés linguístico da história brasileira.

Em relação ao léxico de uma língua, não há como investiga-lo sem levar em consideração a existência de um elo entre o homem e o universo, o qual produz interações com a realidade vivida, que são retratadas a partir da atribuição de nomes aos seres e objetos que fazem parte de suas vivências, conforme defende Biderman (2001, p. 13): “Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de

conhecimento do universo.” Dessa forma, podemos ver a participação da dinâmica da sociedade na construção do léxico.

Ao discorrer sobre a tríade *língua-sujeito-história*, Nunes (2006, p. 15), sob a égide da Análise do Discurso, argumenta que “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo e historicamente [...] os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência.” Tal argumentação reforça o papel dos dicionários, cujas definições refletem a interação da língua com a cultura e a sociedade. Essa defesa do autor confirma o fato de haver, na elaboração dos dicionários, a retomada de definições anteriores, as quais retratam o momento cultural e social de sua época, bem como a ressemantização e a entrada nos dicionários brasileiros de lexemas “novos” coletados por viajantes em suas incursões pelo interior do país, registrando a fauna, a flora, e os diversos povos e vivências, como os registros feitos pelo brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, sobre a geografia e a cultura brasileiras de então.

Ao descrever a importância do léxico para a apreensão de mundo, o que se justifica pela nomeação da realidade pelo homem, Biderman (1981) define que:

O léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma determinada língua. Ele inclui a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural criado por todas as culturas humanas atuais e do passado. (BIDERMAN, 1981, p. 138)

Com base na definição de Biderman, pode-se inferir que o tempo e o momento social são fatores predominantes na organização do léxico, vez que os usos e as acepções dos lexemas produzem conceitos e retratam experiências vividas, tornam-se cultura singular ou comum de um povo, sendo esse o caminho que as permitirá entrar no dicionário e fazer parte da língua formal.

Ao discorrer sobre o assunto, Martinet (1976, p. 191) defende que o léxico é composto por “unidades de primeira articulação ou monemas. Poder-se-ia denominar lexicais todos os monemas que figuram nos dicionários correntes a título de artigo particular, [...] aquilo que vulgarmente chamamos palavras”. É necessário que os consulentes entendam que a definição contida nos dicionários é proveniente de um longo processo de pesquisa acerca dos usos de determinados lexemas, suas diferentes acepções, inclusive sociais, culturais, regionais até que venham a figurar no dicionário da língua, conforme mencionam Xatara *et al.* (2011, p. 110). Nesse sentido, Isquierdo (1996) pondera:

[...] partindo-se do princípio de que investigar uma língua é investigar também uma cultura, considerando-se que o sistema linguístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo de um léxico

regional pode fornecer ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. (ISQUERDO, 1996, p. 91)

Apoiando-se nessa exposição, sobre o que o estudo do léxico representa historicamente, que a Lexicologia e da Lexicografia serviram como pano de fundo para a realização de uma análise diacrônica de algumas unidades léxicas que constituem o campo lexical dos lexemas quilombo e quilombola desde as suas entradas no dicionário.

2. Quilombo e quilombola: os significados legitimados

Como já explicitado anteriormente é próprio da língua a interação com a cultura e a sociedade. Ressaltou-se que a visão de mundo das pessoas sobre a realidade depende do sistema linguístico no qual esteja inserida (SAPIR, 1949; BIDERMAN, 2001). Deste modo, fica evidenciado que o léxico retrata e reproduz a cultura do seu povo em um tempo determinado.

Considerando que as conceituações trazidas pelos dicionários tendem a refletir o que se passa na cultura e na sociedade dos usuários do léxico em dado momento, o que se espera com essa análise diacrônica é compreender as definições atribuídas à algumas unidades léxicas do campo lexical de quilombo nos dicionários de língua portuguesa ao longo dos séculos, a partir das obras lexicográficas do Padre Raphael Bluteau (1712-1728), passando por António de Moraes Silva (1789), Luiz Maria da Silva Pinto (1832) até os contemporâneos Aurélio (1975, 1986, 2004, 2010) e Houaiss (2001).

Para o recorte feito neste trabalho, entendemos como campo lexical “conjuntos de palavras (ou sintagmas, ou lexias) que se agrupam para significar uma determinada experiência: criação de uma técnica, designação de uma atividade prática ou racional.” (GENOUVRIER; PEYTARD, 1973, p. 326). Comungando da mesma opinião de Coseriu (1977, p. 146), Vilela (1994, p. 33) defende que o campo lexical é o “paradigma constituído pela repartição de um contínuo de conteúdo (lexical) por diferentes unidades da língua – os lexemas -, unidades que se opõem entre si por traços mínimos de conteúdo – os semas.”

A colocação de Biderman (1981) a seguir já serve como demonstração prática de que as interações existentes entre as palavras estabelecem o seu campo lexical ou semântico na estruturação dos discursos:

[...] a memória registra, de maneira ordenada, o sistema lexical. A experiência cotidiana comprova a existência de processos mnemônicos, estruturalmente ordenados, de tal forma que quando queremos lembrar de um vocabulário, desencadeia-se um processo que nos fornece, normalmente em série, várias palavras que integram um mesmo subsistema léxico ou então, um determinado campo semântico. (BIDERMAN, 1981, p. 144)

As acepções dicionarizadas para os lexemas em questão neste trabalho, desde o período colonial brasileiro, reforçam a interação da realidade vivida na estruturação do léxico e se materializa no discurso dos usuários, conforme defendido por teóricos como Sapir (1949), Isquierdo (1996) e Biderman (2001). Assim, a realidade vivida no Brasil sempre foi permeada pela participação negra, mas muitos elementos de sua cultura não apareçam na cultura e na língua portuguesa do Brasil.

Antes de se analisar a representação dos lexemas quilombo e quilombola já inseridos na língua portuguesa, torna-se necessário observá-los em sua origem, uma vez que os elementos culturais permaneceram vivos nos escravizados que continuam associados e reproduzindo a sua cultura de origem mesmo em terras estrangeiras.

A língua é um dos principais veículos da cultura de um indivíduo, e seus discursos carregam as marcas de suas vivências. Kabengele Munanga (1995), natural do Congo e falante nativo de idioma, de origem banto, fala sobre a origem da lexia quilombo na obra *Origem e histórico do quilombo na África*. O autor ratifica o que dizem alguns teóricos acerca da interação entre língua e cultura. Ele explica que, na África, a lexia quilombo tem a noção de associação de homens, onde os membros, sem qualquer distinção de filiação ou linhagem, eram submetidos a rituais dramáticos de iniciação, os quais eram confinados em locais de acessos restritos, para prepará-los e inseri-los na vida adulta, e sendo desvinculados de suas linhagens originais, eram transformados em fortes guerreiros (MUNANGA, 1995).

Munanga (1995) ensina que a lexia *kilombo* (na forma aportuguesada *quilombo*) tem origem nos povos de língua da família banto (*bantus*), termo esse que, em muitas línguas, significa “homens”, originária do tronco *protobanto* falado três a quatro mil anos, e refere-se aos rituais de iniciação de jovens na vida adulta. Eles eram transformados em corajosos guerreiros e aptos para o casamento. Antes desse ritual, os jovens eram considerados assexuados e viviam sob a égide de suas linhagens (MUNANGA, 1995; BLEEK, 1862).

Munanga (1995) e Bleek (1862) relatam ainda a existência de evidências linguísticas do povo mundombe de língua umbundu,² do século XIX, que defendem que quilombo refere-se ao local onde era realizado o ritual de iniciação dos jovens. Já na língua umbundu moderna, a raiz – *lombo*, de origem ovimbundu, dá sustentação às palavras *ocilombo*, que refere-se ao fluxo de sangue de um pênis recém-circuncidado, *eulombo*, que denomina um remédio preparado com o sangue e o prepúcio dos iniciados em ritos que não são descritos.

A viagem desses lexemas da África para o Brasil é fruto dessa miscigenação forçada através da diáspora africana. Vale ressaltar aqui a mistura de culturas dos povos africanos

2 Segundo o Dicionário Aurélio (2010, p. 2112): [Do umb] S. 2g. 1. *Etnon*. Indivíduo dos umbundus, um dos povos bantos do centro de Angola. S. m. 2. Gloss. A língua falada pelos umbundus, pertencente ao grupo banto: 3. Vocábulo dessa língua. Adj. 2g. 4 Pertencente ou relativo aos umbundus, ou à sua língua.

de diversas regiões e culturas, como o povo *lunda*, *imbangala*, *mbundu*, *kongo*, *ovimbundu* etc., retirados de maneira forçada de duas regiões da África subsaariana, a região banto e a região oeste-africana ou “sudanesa”. Tais regiões reúnem cerca de 300 línguas com origens e características comuns ou próximas espalhadas por 21 países. Esses povos, trazidos para as américas, a maior parte para o Brasil, e passaram a influenciar a formação do léxico brasileiro com suas línguas nativas (CASTRO, 1997; QUEIROZ, 2002).

Outro ponto destacado por Castro (1997, p. 3) é a variedade de línguas que são aparentadas e todas originárias de uma mesma família, a Niger-Congo, que se referem as de origem banto; e as da família *kwa*, em referência às línguas oeste-africana ou “sudanesas”. Desta forma, a autora reforça as influências africanas na língua portuguesa do Brasil. Ainda, de acordo com Castro (1997, p. 4), a questão linguística é um reforço “da participação do negro-africano como personagem falante no desenrolar dos acontecimentos e procurar entender os fatos relevantes de ordem socioeconômica [...]”. Isso ratifica a ideia da influência dos negros e dos seus descendentes na formação da língua e da cultura brasileiras.

Seria impossível que a mistura de culturas e os modos de vida tão diferentes não influenciassem a formação do léxico brasileiro, uma vez que a língua é fruto de vivências e, mesmo que os africanos tenham sido extirpados dos seus lugares de origem, trouxeram consigo as suas raízes, língua e conhecimento, que passaram a interagir com as características locais, dando início a vários dialetos pelo Brasil, sendo um processo de ressignificações do léxico e da cultura brasileiros (CASTRO, 1976).

Feita a ambientação dos lexemas quilombo e quilombola na cultura africana, passa-se a análise em relação na língua portuguesa. Como ponto de partida para essa análise, toma-se como referência a definição contida no *Diccionario de lingua portugueza*, de Bluteau (1712-1728). No prólogo da sua primeira edição o padre Raphael Bluteau (1712-1728) defende as vertentes europeia e latina da língua. Entretanto, justifica não se aprofundar muito nas particularidades da versão latina do léxico, deixando-as a cargo de pesquisadores latinos, sinalizando que versão latina da língua portuguesa – o português falado no Brasil, poderia vir a afetar a pureza da língua do colonizador, privilegiando a vertente vernácula da língua. Talvez, em razão disto, os lexemas quilombo ou outra lexia do seu campo lexical não figurem nesta edição do dicionário.

Entretanto, o brasileiro António de Moraes Silva (1789), responsável por dar continuidade à obra lexicográfica de Bluteau, reformá-la e acrescentá-la, imprimindo-lhe características e percepções da cultura brasileira, na sua ampliação da obra, fez com que elementos da cultura brasileira figurassem oficialmente no seu léxico. Essa edição com publicações complementares do dicionário, trazia, na identificação da obra, a autoria principal como sendo de Bluteau e com colaborações de António de Moraes Silva.

Apesar da contribuição brasileira, o lexema *quilombo* ainda não consta como palavra-entrada na macroestrutura, mas aparece nos enunciados definitórios dos verbetes *calhambola*, *mocama'os* e *mocambos*.

CALHAMBOLA: s. c. o escravo, ou escrava que fugio, e anda amontado, vivendo em quilombos: he termo usado no Brasil. Ord. Colecc. Ao L. 4. T. 47. N. I^o. (*Sic*).

MOCAMA'OS: s. m. pl. negros fugidos no Brasil, que vivem pelos matos em quilombos, aliás, calhambolas.

MOCAMBOS: s. m pl. quilombos ou habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil. Manuscrito da razão do Estado do Brasil por D. Diogo de Menezes em 1612. (BLUTEAU, 1789, p. 88 – tomo segundo)

Como observa-se nas três vezes em que a lexia *quilombo* ocorre no dicionário, não aparece como palavra-entrada, mas compoendo a definição. Nessa edição, há a referência à pessoa escravizada que fugira e/ou refere-se ao local de habitação/esconderijo para esses fugitivos, reforçando a ideia de que o lexema tem acepções negativas ao padrão dominante e somente se aplica na língua portuguesa do Brasil. Sobre as lexias em questão, Castro (2001) registra seus significados:

MOCAMBO (banto) (°BR) –s.m. (arcaico) esconderijo de escravos na floresta, equivalente a quilombo; choça, palhoça, casebre; cerrado de mato ou moita onde se esconde o gado Var. mucambo. Kik. mukambo, refúgio, esconderijo; topônimo muito comum no Brasil.

QUILOMBE(I)RO (FB) (°BR) –s.m. habitante de quilombo + Port. –eiro.

QUILOMBO (banto) 1.(°BR) –s.m. povoação de escravos fugidos; o mais famoso foi Palmares, construído em Alagoas, no séc. XVII., sob a chefia de Ganga Zumba e Zumbi. Kik./Kimb. kilombo, aldeamento. 2. (°BR) –s.m. auto popular figurando escravos fugidos que lutam pela posse da rainha, mas terminam derrotados e vencidos como escravos.

QUILOMBOLA (banto) (°BR) -s.m. escravo refugiado. Kik./Kimb. Kilomboli. (CASTRO, 2001, p. 285 e 324)

Como outros autores, Castro (2001) também traz acepções voltadas a esconderijo, moradia, e conceitua ato popular, que representa uma luta onde escravos fugidos terminam vencidos e novamente escravizados. Além disso, ele amplia a definição de quilombo como povoação de escravos fugitivos e complementa a significação do lexema dando ideia de refúgio.

Na segunda edição ampliada do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, em 1813, cujo único autor é Moraes, a lexia *quilombo* que, na edição passada, contara com três ocorrências, nesta, além de figurar na definição do lexema *mocambo*, consta como palavra-entrada do dicionário, colocando o lexema oficialmente à disposição dos falantes da língua, relacionando-o, desta forma, com o período social e histórico do país naquele momento.

Cabe destacar aqui que as versões anteriores do mencionado dicionário, mesmo após a morte de Bluteau, continuavam limitadas às ideias do seu idealizador, ou seja, priorizavam a vertente europeia da língua portuguesa. A edição de 1813, de António de Moraes Silva, deixou de lado não apenas o nome de Bluteau como autor da obra, mas também implantou a versão latina da língua, mais especificamente, a língua portuguesa brasileira como celeiro para novas entradas no dicionário, inserindo a cultura afro-brasileira no registro oficial do léxico. A partir de então, o consulente, ao pesquisar no dicionário de Língua Portuguesa, encontrará para o lexema quilombo a seguinte definição: “Quilómbo: s.m (usado no Brasil) a casa feita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos. Ord. Collecção ao L. 4 T. 47n. I.” (SILVA, 1813, p. 217). Essa definição remete o usuário, indubitavelmente, a uma relação com lugar, morada.

A outra ocorrência que envolve o lexema em questão é a conceituação de *mocambo*, que é apresentado como sinônimo de quilombo e foi ampliada em relação à publicação anterior:

“Mocambo: s. m. Quilombo, ou habitação feita nos matos pelos escravos pretos fugidos no Brasil. Manuscrito da Razão do Estado do Brasil, por D. Diogo de Menezes, em 1612. § Qualquer choça, ou palhoçzinha no Brasil, para habitação, ou se recolherem os que vigião lavouras.” (Sic) (MORAES, 1813, p. 307).

Como é possível observar o lexema *mocambo* ganhou mais uma acepção, trazendo um conceito atribuído à moradia quando faz uso do recurso da definição sinonímica para elucidar o significado: “choça ou palhocinha”, duas unidades léxicas cujos conceitos apresentados estão associados à habitação pobre ou miserável. Apesar de não estar diretamente ligada a questão negra, esse tipo de definição leva o consulente a estabelecer uma relação entre a população negra e desfavoráveis condições socioeconômicas.

O lexicógrafo Luiz Maria da Silva Pinto, originário da Província de Goyaz, autor do *Diccionario da lingua brasileira*, publicado em 1832, trouxe a seguinte definição para *quilombo*: “s. m. No Brasil, he a pousada, ou aposento onde se recolhem em sociedade no mato os pretos fugitivos, a que chamão calhambolas” (Pinto, 1832, p. 879). Comparando com as definições de *quilombo* nos dicionários do século XVIII, essa é bem reduzido, uma vez que, em todas as alterações e publicações do *Diccionario da lingua portugeza*, de Bluteau (1728) e de Moraes (1789), feitas neste século, o lexema em questão aparece apenas como complemento de significado em entradas de outras unidades léxicas. Somente passou compor a nomenclatura na atualização da obra feita por Moraes e publicada no ano de 1813, onde o lexema aparece duas vezes, uma na definição de *mocambo* e outra como verbete principal, como já descrito anteriormente.

Pinto (1832, p. 186) define *calhambola* como: “adj. Pen. 1. No Brasil se diz do preto escravo fugido que anda pelo mato em quilombos ou quadrilhas” atribuindo a

acepção sinonímica de quadrilha para também definir quilombo, sem que ocorra ainda o aportuguesamento do lexema como se tem hoje.

Já Mendonça (1972, p. 164) descreve *quilombo* como sendo “Povoação fortificada dos negros fugidos ao cativo”. Apesar de não estar figurando em um dicionário, essa significação destoa da grande maioria das publicações existentes sobre o tema, sendo uma conceituação que contraria a hegemonia europeia presente na maioria das definições de lexemas de origem africana de obras lexicográficas do Brasil, onde a referência a escravo fugido não tem carga semântica negativa, uma vez que o verbo da oração expressa fuga como sendo um passo para a liberdade da vida de escravizado.

Era comum que os lexicógrafos, após analisarem as recentes publicações dos dicionários, publicarem complementos acerca de lexemas de uso corrente, mas que não foram dicionarizados. Assim, em 1853, Braz da Costa Rubim, do Rio de Janeiro, responsável pelo Vocabulário Brasileiro – para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa, traz a lexia “quilombola, negro fugido no mato” (RUBIM, 1853, p. 65). A defesa feita por Rubim (1853) quanto ao uso da unidade léxica *quilombola* nos discursos correntes da época encontra sustentação quando se recorre aos registros da expedição etnográfica pelo Brasil, entre 1821 e 1828, do acadêmico russo Langsdorff, organizada por Guenrikh Guenrikhovitch Manizer.³ Verifica-se a ocorrência da lexia *quilombola* ao que o etnógrafo descreveu: “trata-se de negros escravos que se escondiam na mata e construíam suas colônias independentes, chamadas quilombos” (MANIZER, Fl. I, p. 375).

A unidade lexical *calhambola*, forma adjetivada do lexema em estudo, seria fruto de distorções linguísticas provenientes das interações linguísticas dos diversos grupos étnicos que compunham os falantes da língua. Segundo Senna (1926 *apud* SOUZA, 1939, p. 335), “como os escravos pretos fugiam para o quilombo, veio a se formar o hibridismo áfrico-tupi quilombola, fusão do termo africano quilombo e do sufixo tupi – porá ou borá (alterado para bola), que significa morador.” Eis as razões de se encontrar os lexemas *caiambola*, *caiambora*, *calhambola* ou *carambola*, mas permanecera o hibridismo quilombola, em uso até os dias atuais.

A oitava edição do *Dicionário Moraes* (1889, p. 217), traz, nas descrições dos verbetes “Aquilombádo, adj. (t. do Brazil) Que vivia em quilombo; que estava refugiado em quilombo”; “Aquilombar, V. trans. (t. do Brazil) Reunir em quilombo escravos fugidos”; e a forma verbal “Aquilombar-se, V. ref. (t. do Brazil) Refugiar-se, ocultar-se o escravo em quilombo.” Em função da abolição da escravatura, ressalta “Não havendo já escravos no Brazil esta palavra

3 Guenrikh Guenrikhovitch Manizer trata da expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1828, obra com tradução de Osvaldo Peralva, lançada pela Editora Nacional em 1948. (Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/117/A-expedicao-do-academico-G-I-Langsdorff-ao-Brasil-1821-1828>>).

e as duas anteriores só podem hoje ter uma aplicação retrospectiva, romantica ou histórica” (sic), como se ali estivesse o marco final da necessidade de associação ao significado de “fuga”, característica comum a todas as definições dicionarizadas para lexia *quilombo*.

No *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Cunha (2012, p. 541), preservando acepções de outros autores, descreve a lexia *quilombo* como sendo: “SM, valhacouto de escravos fugidos’ XVI. Do quimb. *Ki’lomo* ‘povoação’ ||quilombola SM. ‘designação comum aos escravos refugiados em quilombos’ 1855. Parece tratar-se de cruzamento de *quilombo* com *CANHEMBORA*.” Nesse caso, o diferencial está na definição *povoação*, uma lexia mais próxima da significação atribuída atualmente pela comunidade negra.

No *Dicionário Houaiss* (2001) ocorrem três entradas para a lexia *quilombo*, trazendo as acepções de casa, refúgio no mato de escravos fugidos, de cidade situada no estado de Santa Catarina e de uma serra no Estado de Minas Gerais, as duas últimas se referindo ao topônimo Quilombo. Sobre a lexia *quilombola*: “S. m. e f. Bras. Escravo ou escrava, outrora refugiado em quilombos.” Houaiss difere-se dos demais lexicógrafos pelo emprego do advérbio *outrora*, levando o consulente a entender que a definição não se aplica aos dias atuais como queria a ressalva no dicionário de Moraes, publicada em 1889, logo após o período escravagista, quando tais lexias deveriam ser empregadas apenas como referência a um período que havia terminado, o da escravidão no Brasil.

O *Dicionário Aurélio*, vem rebuscando o texto de suas definições em alguns pontos das lexias *quilombo* e *quilombola*, porém, vem mantendo o significado retratado ainda no século XVIII, quando a realidade vivida era completamente diferente. Segundo o *Dicionário Aurélio* (2010), *quilombo* significa:

Do quimbundo, quicongo e umbundo *lumbu*, ‘muro’, ‘paliçada’, donde *kilumbu*, ‘recinto murado’, ‘campo de guerra’, ‘povoação’, ou do umbundo *kilombo*, ‘associação guerreira’.] S. m. 1. Bras. Angol. Esconderijo, aldeia, cidade ou conjunto de povoações em que abrigavam escravos fugidos: “A palavra ‘*quilombo*’ teria o destino de ser usada em várias acepções, a mais famosa delas a de habitação de escravos fugidos, em Angola, e a desses refúgios e dos estados que deles surgiram no Brasil.” (Alberto da Costa e Silva, *A Enxada e a Lança*, p. 507.) [Cf. *mocambo* (1).] 2. Bras. Estado de tipo africano formado, nos sertões brasileiros por escravos fugidos. 3. Bras. Folcl. Folguedo, usado no interior de AL durante o Natal, em que dois grupos numerosos, figurando negros fugidos e índios, vestidos a caráter e armados de compridas espadas e terçados, lutam pela posse da rainha índia, acabando a função pela derrota dos negros vendidos aos espectadores como escravos; toré, torém. Quilombo dos Palmares. Quilombo (1) construído de negros fugidos, os quais, no séc. XVII, se estabeleceram no interior de AL, formando um estado. [Tb. Se diz apenas *Palmares*. (FERREIRA, 2010, p. 1758)

Para *quilombola*, o *Dicionário Aurélio* (2010, p. 1758) traz a seguinte definição: “S. m. Bras. Designação comum aos escravos refugiados em quilombos; calhambola, calhambora,

nanhambora, canhembora. [CF. *mocamau*.] ” Nesse caso, a definição se dá com a ausência da marcação do tempo passado no enunciado lexicográfico, o que apontaria ao consulente que essa significação não se aplica atualmente. Há também a complementação de sentido provocada pela remissiva. Ao observar o conceito atribuído à lexia *mocamau*, na mesma obra, nota-se a referência a escravo fugido, mas, nesse caso é apontado com o verbo no tempo passado “vivia”: “Escravo fugido, que vivia em mocambos; mocambeiro, macamã. [Cf. *quilombola*.]”. Da forma como é constituído, o verbete reproduz e preserva as acepções antigas, que refletiam a prevalência da conceituação exógena dos lexemas carregadas de semantismo negativo, apresentando uma visão do quilombo como refúgio do escravo subversivo.

O registro das lexias *quilombo* e *quilombola*, nas obras lexicográficas atuais, remetem os consulentes a uma realidade ligada ao período escravagista, como se este não tivesse terminado, ou como se os lexemas em questão não precisassem acompanhar as mudanças da cultura vigente. O término da escravidão oficial no Brasil não deveria apagar os vocábulos que criou e que foram inseridos no léxico do país, como se eles fossem algo cristalizado. Contudo, há que se destacar a diacronia da língua que exige a ressemantização de algumas terminologias para as adequarem ao contexto atual, evitando que o seu emprego, na forma não ressemantizada, cause equívocos de significado.

Consultando a legislação brasileira, art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) as unidades lexicais *quilombo* e *quilombola*, no que tange à definição, é limitadora, pois requerem especificidades que não se aplicariam à maioria das comunidades negras rurais ou terras de pretos espalhadas pelo país (ARRUTI, 2006, p. 65). Essas divergências impostas pelas definições atemporais dos lexemas em questão causam, como consequência, dificuldades no reconhecimento dos seus direitos como remanescente de quilombos ou como quilombolas, evidenciando a importância do registro, da renovação e da adequação do léxico através do tempo.

A argumentação do autor, comparada com a terminologia empregada no artigo 68 do ADCT, impõe-se como um dificultador dos processos de identificação das comunidades remanescentes de quilombos pelo país, além de reforçar o caráter dinâmico da língua e a sua necessidade de renovação, de ampliação do campo semântico de alguns vocábulos, de uma (re)contextualização das significações, para que façam sentido sem causar imbrólios no entendimento em contextos temporais diversos. A atualização dessas definições está relacionada ao fato de os africanos e/ou os seus descendentes sempre foram quase a metade da população brasileira no período colonial. Em 1798, o Brasil tinha 3.250.000 habitantes, sendo que 1.361.000 eram escravos trazidos da costa da África. Em 1818, o número de habitantes era de 3.817.000, e dessas, 1.729 eram escravos africanos, segundo Souza (1939).

É natural e esperado que tenham ocorrido muitos hibridismos na formação do léxico brasileiro, já que quase metade da população trazia uma carga linguística e cultural africana. A presença de marcas dessa mistura no português do Brasil deveria ser ainda maior, o que não se deu devido à população negra ser colocada à parte na sociedade, sem muito espaço de manifestação (HOUAISS, 1985).

Objetivando conhecer o percurso da lexia *quilombo* face às evoluções culturais e sociais que influenciaram o léxico brasileiro, para investigar a entrada na produção lexicográfica brasileira desde o século XVIII, tornou-se necessário adentrar na parte europeia da língua portuguesa que, durante alguns anos, influenciou sobremaneira a linguística brasileira. As lexias *quilombo* e *quilombola* são as representações das vivências de uma época no Brasil, onde pessoas escravizadas foram coisificadas e obrigadas a construir a história do país, sem que isso significasse ter direito a figurar como parte dela.

Considerações finais

A partir de Bluteau (1712-1728), Moraes (1789), Pinto (1932), Senna (1938), Souza (1939), Ramos (1953), Carneiro (1947), Aurélio (1975, 1986, 1999, 2004, 2010) e Houaiss (2001), por meio dos registros da produção lexicográfica da língua portuguesa, embora por um tempo, apesar do uso corrente dos discursos de falantes do português no Brasil, os negros, em função de sua posição social no país, do período colonial até à república, foram invisibilizados ou simplesmente tiveram negado o acesso à vida social e, essa condição pode ser observada ao se constatar que vocábulos que retratavam esse grupo social (os africanos e seus descendentes), naqueles períodos, não figuraram como verbetes nos dicionários da língua portuguesa da época até Moraes (1813) os inserir como palavra-entrada em sua obra, ou, quando figuravam, tinham o conceito ligado à escravidão.

Cabe reforçar que, até os dias atuais, os afrodescendentes encontram resistências para a sua inserção social, e isso fica evidenciado quando se analisa a história brasileira de um modo geral. A participação do negro parece ficar relegada às margens da sociedade, que reforça as desigualdades entre negros e brancos no Brasil, como denunciam Munanga e Gomes (2006, p. 172):

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular os negros.

Munanga e Gomes (2006) ressaltam as diferenças que caracterizam o negro e o não negro na sociedade atual, e defendem que essas diferenças são construções sociais, culturais e

políticas. Assim sendo, os conceitos atribuídos pelos dicionários acabam legitimando um lugar inferior ao negro na sociedade atual, uma vez que estas obras são construídas conscientemente em um contexto histórico, social e político, contribuindo, assim, para instituir a segregação entre negros e brancos na sociedade.

O resultado desta investigação evidencia o fato de que a produção lexicográfica existe em uma espécie de simbiose com a questão sociocultural do momento vivido para ser contextualizada e entendida. As questões culturais e sociais interferem diretamente na formação e na utilização do léxico pelos usuários. As várias acepções das lexias *quilombo* e *quilombola*, à exceção das definições contidas no Dicionário Houaiss, que são ressalvadas pela marcação temporal com verbo no tempo passado e o advérbio temporal “outrora”, que remetem e limitam as conceituações a um momento do passado, fornecem ao consulente informações enraizadas em um passado discriminatório e excludente.

Apesar da evolução da cultura da sociedade, que fornece base para a formação da língua a partir dos discursos dos usuários, desde a sua entrada no léxico, as definições dos lexemas *quilombo* e *quilombola* sofreram poucas variações e se perpetuaram ao longo dos séculos com significados quase que estritamente voltados para a ideia de fuga, de subversão e, em consequência disso, de inferioridade da raça negra escravizada.

Reforçados pelos movimentos sociais negros e pelos debates, desde a abolição da escravidão, o povo negro e os seus descendentes alcançaram algumas vitórias. Os significados relacionados às lexias *quilombo* e *quilombola*, empregadas nos dicionários e dispositivos legais parecem dificultar o cumprimento dos direitos das comunidades tradicionais, dando início a uma luta pela ressemantização das lexias mencionadas para *remanescente de quilombos* na tentativa de evitar que estas pessoas tenham mais direitos cerceados do que já tiveram ao longo da história brasileira.

Referências bibliográficas

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BIDERMAN, M. T. C. **Dicionário didático de português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. **Ciência e Cultura**, v. 58, p. 35-37, 2006.

_____. A estrutura mental do léxico. **Estudos de Filologia e Linguística**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1981, p. 131-145.

_____. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001.

_____. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

_____. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLEEK, W. H. I. A. **Comparative grammar of South African languages**. Cape Town: Juta/ London: Trübner, 1862-1869.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino**. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v., 2 supl.

CARNEIRO, É. **O Quilombo dos Palmares, 1630-1695**. São Paulo: Brasiliense, 1947.

CASTRO, Y. P. Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros. **Afro-Ásia** 12. Salvador: UFBA, 1976.

_____. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

_____. Línguas africanas com objeto de estudo e ensino no Brasil. **Lusorama**, Berlin: p. 52 - 60, 1997.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1977.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **Novo dicionário AURÉLIO da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____. **Novo dicionário AURÉLIO da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

_____. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. **Linguística e Ensino do Português**. Tradução de Rodolfo Ilari. Coimbra: Livraria Almedina, 1973.

MARQUES, C. E.; GOMES L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28, n. 81, p. 137-153, 2013.

HOUAISS, A. VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

_____. **O português do Brasil**: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

- ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 409 f. Tese (Doutorado em Letras). UNESP, Araraquara-SP, 1996.
- JANOTTI JUNIOR, J. S. Mídia, cultura juvenil e rock and roll: comunidades, tribos e grupamentos urbanos. **Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belo Horizonte, 2003.
- MANIZER, G. G. **A expedição do acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)**. Tradução de Osvaldo Peralva. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1948.
- MARTINET, A. **Conceitos fundamentais da Linguística**. São Paulo: Martins Fontes. 1976.
- MENDONÇA, R. **A influência africana no português do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MUNANGA, K. GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 2016.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, v. 28, p. 56-64, 1995.
- NUNES, J. H. **Dicionários do Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes, 2006.
- PINTO, L. M. da S. **Dicionário da Língua Brasileira (1832)**. Edição Facsimilada. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura; Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central: Centro de Cultura Goiana, 1996.
- QUEIROZ, S. Remanescentes culturais africanos no Brasil. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**. Alteridades em Questão. UFMG. v. 9, p. 48-60, 2002.
- RAMOS, A. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1953.
- RUBIM, B. da C. **Vocabulário brasileiro** (para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa). Rio de Janeiro: Empresa Typographica Dous de Dezembro, de Paula Brito, 1853.
- SAPIR, E. **Language: an introduction to the study of speech**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1949.
- SENNA, N de. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, p. 157-176, 1938.
- SENNA, N. de. Nótulas sobre a toponímia geográfica brasílico-indígena em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v.20, 1926.
- SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa** composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2v.
- SILVA, A. de M. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, A. de M. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 1889.

SOUSA, R. R. de. **Tradição e cultura - saberes formais e informais: um estudo das interrelações entre as escolas de Muricilândia e a comunidade remanescente de quilombo Dona Juscelina**. Tese (Doutorado em Ensino de Línguas e Literatura) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2017, 196 f.

SILVA, V. C. **E-jovens, e-músicas, e-educações: fronteiras dilatadas e diálogos cruzados na era das conexões**. (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2013, 156 f.

SOUZA, B. J. de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. 4. ed. da “Onomástica Geral da Geografia Brasileira”. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

VERDELHO, T. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. **História da Língua e História da Gramática** - actas do encontro. Braga: Universidade do Minho, ILCH, 2003, p. 473-490.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

XATARA C.; BEVILACQUA, C. R. e HUMBLÉ, P. R. M. **Dicionário na teoria e na prática: como e para quem são feitos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

O Sujeito (In)completo e o Tempo (En)capsulado: a Falha como Constitutiva do Sujeito e da Sociedade

The (In)complete Subject and the Time (In)capsule: Failure as Constitutive of The Subject and Society

Silvane Aparecida de Freitas*
Celso Ricardo Ribeiro de Aguiar**

RESUMO

Partimos do pressuposto teórico de que o ato de significar depende das posições dos sujeitos no discurso, junto ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Neste artigo objetivou-se problematizar as noções de incompletude da linguagem como constitutiva do sujeito e da sociedade. Para isso, utilizou-se dos pressupostos da Análise de Discurso de orientação francesa, visando a analisar a materialidade discursiva de um enunciado inscrito em uma placa de bronze fixada numa laje de concreto, no chão da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. Após análise do excerto selecionado, concluiu-se que como o sujeito se constitui na e pela linguagem, a incompletude, a falha, vem à tona.

Palavras-Chave: Sujeito; saber discursivo; incompletude; enunciado.

ABSTRACT

By starting from the theoretical assumption that the meaning is determined by the positions occupied by the subjects within the discourse, besides regarding the sociohistorical context and the memory (the discursive knowledge, the already-said). This paper aims to bring to analyse the notions of incompleteness of the language as constitutive of the subject and the society. In order to do it, the assumptions from the French Discourse Analysis were taken into consideration. The analysis focused on the materiality of discourse of a statement inscribed on a silver plate in a concrete flagstone, on the floor at the entrance of the National Museum, located in Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro city. After the analysis of the selected excerpt, the conclusion disclosed that, based on the constitution of the subject within the language and by the language, the incompleteness, the failure, comes out.

Keywords: Subject; discursive knowledge; incompleteness, statement.

Recebido em 30 de setembro de 2019.

Aceito em 23 de janeiro de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.332

*Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, silvaneafreitas@hotmail.com, orcid.org/0000-0002-0619-1499

**Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, celso2raguiar@gmail.com, orcid.org/0000-0002-1254-684X

[...] *A mãe reparou que o menino falava mais do vazio do que do cheio. Falava que os vazios são maiores e até infinitos.*
Manoel de Barros (2011)

Introdução

A epígrafe acima nos provoca alguns questionamentos norteadores de nosso artigo: O falante de uma língua pré-determina os sentidos do que seja *vazio/cheio*? Os sentidos de *vazio/cheio* são (ou estão?) construídos para todos os falantes de uma língua?

A área de conhecimento da Análise de Discurso de orientação francesa surge para problematizar estas questões com a proposta de analisar os sentidos produzidos pela linguagem, em suas variadas expressões linguísticas. Portanto, nosso objetivo, neste artigo, será o de problematizar as noções de incompletude da linguagem como constitutiva do sujeito e da sociedade. Para tanto, analisaremos como materialidade discursiva um enunciado inscrito em uma placa de bronze fixada numa laje de concreto, no chão da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. O monumento, intitulado “Cápsula do Tempo na Quinta da Boa Vista”, autor desconhecido e de propriedade pública, apresenta os dizeres: “1972. Todos que por aqui passem, protejam esta laje, pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração e um marco na história de um povo que soube construir seu próprio futuro. 2022.”

1. Constituição da linguagem: fios teóricos

Orlandi (2015a) resume o quadro epistemológico da Análise de Discurso de orientação francesa na articulação de três regiões do conhecimento científico: 1. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 2. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações e 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. A Linguística, ciência proeminente, face às ciências humanas e, assim, nomeada ciência piloto, apresentou-se pertinente para a gênese de um projeto intitulado Análise de Discurso (AD), que, concebida como instrumento político na década de 60, ambicionava estar no entremeio das disciplinas: linguística, marxismo e psicanálise e, para tal intento, a Linguística foi uma das bases para operacionalizar seus pressupostos.

Na sua construção epistemológica, a AD se depara com uma concepção de língua, segundo a teoria estruturalista, centrada na ideia de língua como um intermediário entre o sujeito e o mundo; a língua daria acesso ao mundo, permitiria que nele agíssemos. Conseqüentemente, a realidade é concebida como algo externo ao sujeito, independente dele. A língua representaria esse mundo para nós, ao mesmo tempo em que nos permitiria acesso a ele.

Desde os primórdios de sua concepção, a AD sinaliza a desconstrução dessa noção de linguagem ao defender que as contradições, as irregularidades, as falhas, os equívocos não são considerados desvios da língua, mas constitutivos de seu processo analítico, noções de incompletude que compartilha com a própria linguagem e que se materializa nos sentidos, ponto de interesse fulcral no (des)envolver da análise de discurso.

Orlandi (1996) nos esclarece que para a AD não serve a concepção de linguagem como comunicação, nem como mediação no processo de interação entre interlocutores, rotulando-a como instrumento. Para a pesquisadora, o campo de trabalho da AD prioriza a linguagem em sua função transformadora em conjunto com o conceito de social e histórico em que a linguagem e a sociedade não estão apartadas, mas em um processo de constituição mútua em que “[...] no discurso constatamos o modo social de produção de linguagem. Ou seja, o discurso é um objeto histórico-social, cuja especialidade está sem sua materialidade, que é linguística”. (ORLANDI, 1996, p.17).

1.1 Concepção de sujeito para a AD

Antes de situar a noção de sujeito para a AD de orientação francesa, trazemos, a priori, a conceituação de sujeito de Hall (1997, p.11) em três eixos: iluminista, sociológico e pós-moderno. O sujeito iluminista se caracteriza por ser individualista e com sua identidade formada desde o nascimento. Segundo o autor, enquanto esse sujeito é “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consiste num núcleo interior” (HALL, 1997, p.11), o sujeito sociológico se caracteriza pela identificação formada pela interação entre o “eu” e a sociedade.

Já o sujeito pós-moderno, diferentemente das representações anteriores, é construído historicamente, a identidade é fragmentada, multifacetada, “uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1997, p. 13). O sujeito pós-moderno é descentrado bem como as culturas nacionais não são unificadas, portanto, tanto o sujeito como as culturas são híbridas em sua constituição. Assim, as identidades assumidas pelo sujeito não são unificadas ao redor de um “eu” coerente, cartesiano, mas cindido, clivado, interpelado na e pela linguagem, surgindo imbricadas à representação de língua defendida na contemporaneidade.

Essa noção de sujeito pós-moderno vai ao encontro da noção de sujeito que a AD propõe em suas análises. O sujeito da AD é um sujeito do inconsciente, ou seja, interpelado segundo uma ideologia concebida como um processo, cujo propósito não pode naturalizar os sentidos como evidentes, transparentes, cristalizados. Na concepção ilusória de naturalização de sentidos, o sujeito ignora a ideologia que o perpassa, crendo-se a única fonte de seu dizer.

Pêcheux (1975) postula o sujeito descentrado, cindido “torna-se uma posição-sujeito entre outras que decompõem a forma-sujeito, o sujeito histórico que organiza o saber de uma Formação Discursiva, fazendo soar em seu discurso o já-dito em outro lugar”. (PÊCHEUX, 1975, p.99).

Reforçando o papel transformador que a linguagem exerce, Orlandi (1996) propõe que o sujeito se aproprie da linguagem de uma forma social e, por conseguinte, descentraliza a função referencial, a qual prioriza a comunicação e, ao deslocar esta função, dá margem para aceitar a linguagem como trabalho. Na perspectiva da análise do discurso, admite-se que “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de *identidades*, etc.” (ORLANDI, 1996, p.17) (grifo nosso). O apropriar-se da palavra reflete sua interpelação pela ideologia, sem se esquecer de conceber o sujeito como cindido e clivado em sua subjetividade, e, assim, não senhor do *dizer* que pensa que é fonte, bem como incapaz de (con)ter os efeitos deste dizer sempre incompletos, não-mensuráveis, materializados na língua, construídos e reconstruídos no universo do social-histórico.

1.2 Enunciados em movimento: as relações de sentidos

Pêcheux (1975) e Foucault (2012), de acordo com um posicionamento teórico próprio, trazem suas contribuições ao campo da AD acerca da noção de formação discursiva.

Foucault (2012), em sua fase arqueológica, busca descrever as condições de possibilidades de enunciados na formação das ciências empíricas bem como as condições de existência desses enunciados. Ao renunciar à origem e tratar o discurso no momento de sua instância, Foucault (2012) defende que é possível descrever os enunciados de “atos discursivos sérios, opostos aos enunciados do cotidiano”, que manifestam incessante vontade da verdade.

De acordo com o autor, esses enunciados “sérios” se relacionam entre si, sejam os mesmos ou de outros tipos, e são condicionados em um conjunto de regulações internas que constituem um sistema relativamente autônomo nomeado como “formação discursiva”. Esse sistema define regularidades que validam os seus enunciados constituídos, sendo que essas regularidades instauram objetos sobre o que eles falam; legitimam os sujeitos para falarem sobre esses objetos; definem os conceitos com os quais operarão as diferentes estratégias.

Ao trazer para a AD o conceito de formação discursiva, Pêcheux (1975) busca no paradigma marxista os conceitos de “formação social” e “formação ideológica” cuja base conceitual advém do materialismo histórico e, conseqüentemente, a noção de ideologia. Para Pêcheux (1975), sustentado pelo marxismo e por Althusser, formação discursiva é aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada na conjuntura social e não há sentido imóvel e estável de palavras, expressões e preposições que se significam no interior de determinadas formações discursivas.

No processo de significação de sujeitos e sentidos, as formações discursivas são atravessadas pela memória discursiva, que, diferentemente da noção de memória como lembrança ou recordação de algo, desloca-se para a ideia de “constituição dos sujeitos e dos discursos: uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo”. (CORACINI & GUIRALDELO, 2011). Essas pesquisadoras fazem questão de diferenciar a concepção de memória institucional (instituição religiosa, jurídica, escolar etc.), voltada a resgatar valores, eventos dos escaninhos da lembrança, primordial nessa abordagem, como diferente da memória discursiva, que é constituída de esquecimentos.

Embora a memória institucional clame pela manutenção de estabilidade, em reter o mesmo, o inalterável, por meio da ênfase na lembrança, essa ilusão não faz parte da memória discursiva que prefere assumir uma postura de aceitar ser atravessada por gestos de interpretação e, para tanto, aceita o esquecimento como constitutivo dos dizeres do sujeito. Como síntese, podemos afirmar que “a memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, já que o sentido é sempre construído na historicidade, que marca a relação do homem com a linguagem”. (CORACINI & GUIRALDELO, 2011, p.33).

Quando enuncia, o sujeito reatualiza inconscientemente uma herança de experiências vivenciadas que não está no nível individual de experiência de vida, mas no nível do interdiscurso. A noção de interdiscurso remete à noção de intradiscurso, o fio do dizer, sendo que o interdiscurso se manifesta na superfície linguística, deixando marcas desta memória discursiva, sob a forma de heterogeneidade, noção que Authier-Revuz (1982 e 1990) postula com o intuito de abordar a presença do outro no discurso, e a classifica entre a heterogeneidade constitutiva (que não aparece marcada linguisticamente no fio do discurso) e a heterogeneidade aparente ou mostrada (a presença de outros discursos indicados na superfície do texto), a qual se subdivide em formas marcadas (discurso direto, citação, aspas, uso de itálicos) das formas não marcadas (ironia, pastiche, discurso indireto livre, metáforas).

Sobre as condições de produção do discurso, segundo Orlandi (2015a), parte-se da noção de dois sentidos: o sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato, e o sentido amplo, o contexto sócio-histórico-ideológico. O que o *corpus* de análise pode revelar no momento atual para o analista é como o social, o histórico e o ideológico são constitutivos desse discurso. Para explicitar esta noção, atrela-se a outra, que detalha a relação do discurso entre o já-dito e o que se está dizendo. Nesse sentido,

Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – que estamos chamando de interdiscurso, representada como um eixo vertical onde teríamos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal, o intradiscurso, que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2015a, p.30-31).

Assim, a pesquisadora frisa que todo dizer advém da convergência de dois eixos: o da memória discursiva/interdiscurso (constituição) e o da atualidade/intradiscurso (formulação) e os sentidos são provenientes desse jogo.

Orlandi (2015a) versa sobre os mecanismos que colocam em marcha o funcionamento das condições de produção. Em primeiro lugar, define-se por relações de sentido, quando se postula a não existência do discurso que não se relacione com outros, e, portanto, não há começo absoluto, nem ponto final para o discurso. De fato, quando dizemos algo, nos filiamos a uma rede de sentidos e os discursos não são fechados em si mesmos, já que o sujeito acredita que detém o seu dizer e os sentidos advindos desse dizer, sem, no entanto, ter realmente esse controle.

Verificamos que a formação discursiva (FD) é o lugar onde se articulam discurso e ideologia e, nesse sentido, a FD é governada por uma formação ideológica (FI). Como uma FI coloca em relação, necessariamente, mais de uma força ideológica, uma FD colocará em jogo mais de um discurso. Conforme Mussalim (2011), o interdiscurso é mais valorizado que o discurso, pois é o espaço de trocas de vários discursos, considerando que uma FD não é fechada, mas heterogênea, permeada pela presença do Outro na sua constituição.

Em segundo lugar, o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar do interlocutor como uma “antecipação” do seu dizer. Por fim, a relação de forças é a noção de que o lugar (não a situação empírica, mas sim a posição do sujeito no discurso) é constitutivo do que ele diz. Estes mecanismos (relações de sentido, antecipação e relações de força) são denominados formações imaginárias. Lembrando que Pêcheux (2014) postula que os processos discursivos “não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo eles se realizam necessariamente neste mesmo sujeito. Essa aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito que chamamos de assujeitamento”. (PÊCHEUX, 2014, p. 169).

O autor frisa que o sujeito acredita ser a origem do seu discurso em seu processo de enunciação, e, ainda que seja ilusório, não deixa de ser uma necessidade a descrição e articulação dessa estrutura que o autor denomina de “esquecimento nº1”. Quanto à ilusão do sujeito de que o que diz tem uma univocidade de sentidos ao selecionar o “dito” e descartar o “não dito”, Pêcheux (2014) denomina de “esquecimento nº2”, que para o autor “é um efeito de ocultação parcial e se identifica à fonte de impressão de realidade do pensamento para o sujeito (“eu sei o que eu digo”, “eu sei o que eu falo”) (PÊCHEUX, 2014, p. 175).

Reforçando sobre a importância das imagens na determinação das condições de produção de um discurso, Orlandi (2015a) afirma que “são as projeções que permitem passar das situações empíricas (lugares dos sujeitos) para as *posições* dos sujeitos no discurso. O que *significa* no discurso são as *posições*” (grifos nossos). Para a pesquisadora, sabendo que o imaginário faz necessariamente parte da linguagem, ele não “brota do nada”: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como

a nossa, por relações de poder (ORLANDI, 2015a). Daí a importância de significar as posições dos sujeitos no discurso junto ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). Em suma, para a pesquisadora, as condições de produção implicam o que é material (língua sujeita ao equívoco, à historicidade); o institucional (a formação social) e o mecanismo do imaginário (o jogo de imagens).

2. Pinçando fios discursivos

2.1 Arquivo: Documento e Monumento

O pesquisador Giovani Forgiarini Aiub nos traz uma discussão sobre a noção de arquivo na AD em Pêcheux (2010) e em Foucault (2012):

Pêcheux fala em arquivo como um grupo de documentos sobre dada questão, ou seja, o arquivo tem, nesta perspectiva, uma certa organização, pois já precede de uma primeira leitura que aloca o que faz parte de seu interior, como também (in)define o seu exterior, o que não lhe cabe. Já Foucault diz que o arquivo é o sistema capaz de reger o aparecimento de enunciados como acontecimentos singulares. (AIUB, 2012, p.71).

Em qualquer uma das definições Aiub (2012) faz questão de frisar que o arquivo não é nunca plenamente acessível, ou seja, não se consegue interpretá-lo na sua totalidade. Isso condiz com o caráter não totalizante da análise discursiva, pois “[...] a AD se propõe a trabalhar para verificar os processos de construção dos possíveis sentidos, aqueles que o analista, em conjunto com o dispositivo teórico-metodológico, é capaz de identificar”. (AIUB, 2012, p.72). Quando se afirma que a AD identifica sentidos possíveis, não se está afirmando que se propõe a “desvendar sentidos verdadeiros”, mas sentidos possíveis.

As pesquisadoras Andrade e Almozara (2016) no artigo “A construção da memória do sujeito contemporâneo a partir de arquivos monumentos” trazem a conceituação de arquivo de Foucault (2012) sob uma perspectiva arqueológica: o arquivo-documento e o arquivo-monumento. Enquanto o arquivo-documento constitui como imutável, seguidor de uma instituição, ou seja, “morto”, o arquivo-monumento estaria ligado a uma concepção de arquivo sempre em construção, em que podemos fazer entradas diferentes, e, portanto, realizar incursões e interpretações sob pontos de vista também diversos, marcados pela historicidade. (ANDRADE & ALMOZARA, 2016), o que é fundamental para a análise dos fios discursivos deste artigo.

Para problematizar esse conceito, as pesquisadoras trazem para reflexão o seguinte fato: descrevem a fala de Vint Cerf, vice-presidente do Google, em entrevista feita por um correspondente de Ciências da BBC, publicada no site da BBC, em 03 de fevereiro de 2015. Vint Cerf declara que as informações (imagens, dados, palavras) armazenadas nos arquivos digitais podem se perder na

medida em que hardware e software se tornem obsoletos para “ler” informações contidas naqueles documentos. As pesquisadoras pontuam que a “memória” arquivada em computadores e redes, em uma quantidade infinita e sem um sistema de organização que marque sua historicidade, caracteriza o que Orlandi (2010, p.9) denomina de “memória metálica”. Essa memória é marcada pela repetição, pelo acúmulo de informações que, segundo Orlandi (2010), gera um efeito de simulacro de memória, já que parece constituir uma “rede de filiação”, mas, na verdade, é uma justaposição de fragmentos que se juntam “aqui e ali”. (ANDRADE & ALMOZARA, p.46). Segundo as autoras, Cerf recomenda que as pessoas passem a imprimir suas fotos e informações mais importantes, até que se desenvolva uma tecnologia capaz de preservar cada fragmento de software ou de hardware existente, nos moldes do que ocorre num museu, mas digitalmente. As autoras discorrem sobre a correlação entre memória metálica, interdiscurso e intradiscurso:

Assim, sem o saber, o empresário da web parece entender a inutilidade da memória metálica, o que carece do princípio organizador da memória discursiva, em que se produz um “efeito de memória” na relação entre interdiscurso (a memória que se “esquece”) e o intradiscurso (a forma que o interdiscurso se concretiza na instância da formulação). (ANDRADE & ALMOZARA, 2016, p.47).

Com base na análise discursiva arqueológica foucaultiana, ponderamos sobre um alinhavo da conceituação de arquivo em Pêcheux (2015) e Foucault (2012) junto à declaração do empresário da internet. Na era da tecnologia digital amontoar papeis, documentos importantes e sigilosos em um cofre, é aproximar-se da definição de arquivo de Pêcheux (2015) sob a organização e de Foucault (2012) do arquivo-documento, sob o ponto de vista de ser “imutável” para o sujeito, pois teoricamente esse arquivo deve ser mantido intacto, protegido da ação destruidora do tempo, como se esta memória não fosse visitada pelo esquecimento para ser resgatada. O sujeito enunciativo, ainda que seja um profissional da área de tecnologia, emite um discurso próprio de uma formação discursiva do sujeito do século XX, para quem o “que importa mesmo é a assinatura no papel”, ou seja, a materialidade impressa ainda se sobrepõe à materialidade virtual. Como alguém que prefere pagar suas contas com boleto e não pelo aplicativo do celular. Esses dizeres são contraditórios, contudo, próprios do sujeito cindido em sua subjetividade.

2.2 Arquivo: o tempo cativado

No intuito de propor outra análise e refletirmos um pouco mais sobre a produção de sentidos e a incompletude da linguagem, trazemos à baila o seguinte enunciado:

“1972. Todos que por aqui passem, protejam esta laje, pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração e um marco na história de um povo que soube construir seu próprio futuro. 2022.”

Sobre o enunciado em questão, consideramos importante fornecer alguns dados a respeito, importantes para situarmos as condições de produção do referido excerto: está inscrito em uma placa em bronze fixada numa laje de concreto, no chão, diante da entrada do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro. Foi instalada durante as festividades do sesquicentenário da Independência no ano de 1972. O monumento foi intitulado “Cápsula do Tempo na Quinta da Boa Vista”, autor desconhecido e de propriedade pública. Segue abaixo uma foto do monumento e junto a historiadora Regina Dantas, do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista. A foto foi retirada de uma reportagem intitulada: “Rio tem centenas de cápsulas do tempo enterradas” no site <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>. A data da publicação é 15 de julho de 2018, ou seja, antes do incêndio do Museu Nacional que ocorreu no dia 02 de setembro de 2018.



Foto: Geraldo Ribeiro. Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>.

A reportagem relata que, ainda hoje, mesmo quando a tecnologia pode revelar tudo numa tela, o fato de esconder parte do presente para mostrar às futuras gerações, ainda desperta fascínio. Esse fascínio é ilustrado pela fala da historiadora: “As cápsulas do tempo ainda fazem sentido por serem o registro de uma geração que a gente pode ter nas mãos.” O texto frisa que a historiadora não esconde a curiosidade sobre o que guarda a cápsula do tempo enterrada no jardim em frente ao museu, em 1972, quando ela tinha apenas 10 anos de idade.

Sob uma análise discursiva dos dizeres do sujeito historiador, interpretamos que, para esse sujeito, a cápsula remete a um resgate nostálgico do passado, uma passagem, um acesso ao já vivido pelo sujeito. Esse sentido emerge quando o sujeito menciona a data de inauguração do monumento e a data de sua idade na época, bem como a sua curiosidade demonstrada abertamente.

Andrade & Almozara (2016), baseando-se em Derrida (2011), discorrem que os primeiros guardiões dos documentos oficiais eram chamados *arcontes*, nome este que vem de origem grega *arkheion*, que, posteriormente, tornou-se “arquivo”. As pesquisadoras complementam que “[...] a ideia de arquivo como um sistema de organização dos documentos,[...] implica também um grupo de indivíduos responsável por guardar, permitir (ou não) o acesso a documentos e, mais ainda, ‘interpretá-los’” (ANDRADE & ALMOZARA, p.48-49). O discurso do sujeito historiador, no caso, legitima-se no contexto sócio-histórico por ser o guardião e deter o poder de interpretar os documentos históricos.

O sujeito historiador em questão, perpassado ideologicamente, defende a supremacia da materialidade escrita, segundo suas palavras, é o “[...] registro de uma geração que a gente pode ter nas mãos.” em detrimento da materialidade virtual. Segundo a historiadora, esse interesse se justifica pelo fascínio, pela sedução por descobrir o mistério, como se a cápsula fosse um diário proibido a ser violado. Nos dias atuais o acesso livre à tecnologia promete tudo a todos para um sujeito pós-moderno sempre insaciável na sua busca quimérica pela completude. A imprevisibilidade do conteúdo da cápsula e a obrigação por esperar que esta seja revelada fomentam um gozo ilusório, sempre adiado, para o sujeito cindido em sua subjetividade.

A seguir, consideremos para análise, a frase inscrita na cápsula do tempo. O uso do imperativo (protejam) dá margem para o sentido de “dever”, não apenas de alguns (os arcontes, hoje em dia, as “autoridades responsáveis”, no caso da reportagem temos a historiadora representada como uma arconte), mas sim daqueles que “passem”, (re)conheçam, como se o preço por conhecer o museu é, a partir daquele instante, ser responsável pela sua manutenção e segurança.

Sobre isso, Orlandi (2015) argumenta que o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Assim, na explanação da pesquisadora temos os seguintes dizeres:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. [...] Na polissemia o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015a, p.34).

Ao dizer que “todos que por aqui passem, protejam esta laje”, pinçamos o sentido de “todos os que conheçam este lugar são responsáveis por ele”, sentido este que desliza para

um resgate da memória discursiva de “Tu te tornas eternamente responsável pelo aquilo que cativas”, frase da obra “O pequeno príncipe” de Antoine de Saint Exupéry. Portanto, o sentido de “cativar” pode variar de “seduzir” a “prender”.

Assim, com base na definição de paráfrase e polissemia, arriscamos afirmar que se estabelece um jogo com o equívoco, um deslocamento de sentidos, pois se considerarmos que a cápsula é “quem cativa” a todos aqueles que a conheçam, esta deveria ser responsável por todos os visitantes do local que fossem seduzidos pelo seu mistério. Além disso, esses dizeres nos remetem a outro deslocamento de sentidos ao propor que “aqueles que foram cativados, seduzidos”, ou seja, os visitantes do museu, sejam responsáveis pela segurança da cápsula. Esse deslocamento se alinha parafrasticamente a uma citação bíblica: “Porque a todo aquele, a quem muito foi dado, muito será pedido, e ao que muito confiaram, mais contas lhe tomarão.” (Lucas, XII: 47-48), na medida em que reforça a ideia de que a “revelação”, a retirada do véu da ignorância, do desconhecimento, pressupõe um pacto, um contrato a ser cumprido, como um ligação eterna.

Na sequência do excerto, “[...] pois ela guarda um documento que revela a cultura de uma geração”, temos os sentidos de clausura, aprisionamento que são reforçados pelo verbo “guarda”, termo que, contraditoriamente, nos remete a “revelar”, direcionando-nos ao sentido de liberdade, soltura. Além disso, as palavras “geração” e “todos” apresentam a regularidade arqueológica com efeito de sentido contraditório de “algo que está protegido de muitos, mas ao mesmo tempo, pertence a muitos”.

O efeito de sentido de “quantidade” atrelada à “importância, valor” se apresenta em: “[...] um marco na história de um povo”. Na última parte da frase, “[...] soube construir seu próprio futuro”, temos a presença de um verbo no pretérito (soube) e a palavra “futuro”. Outro efeito de sentido: “um povo que sabe construir seu próprio futuro” advém do sujeito enunciador da frase, um sujeito perpassado ideologicamente pela formação discursiva nacionalista.

A repetição do artigo indefinido “um/uma” em: “um documento”; “uma geração”; “um marco”; “um povo” produz uma discursividade segundo um sujeito enunciador que emite sentidos atrelados ao caráter único, singular, merecedor de relevância sobre outros documentos, gerações, marcos ou povos existentes. Já o uso do artigo definido “a” em “a cultura” faz emergir o sentido não-dito que “cultura” seja um conceito não plural, unívoco, o que condiz com a ilusão de abrangência da totalidade que perpassa o sujeito.

Nossa análise constitui-se também das condições de produção do enunciado em um contexto sócio-histórico-ideológico do ano de 1972, época em que problematizações sobre cultura foram/eram distintas das de hoje/da atualidade. Lembrando que estamos no século XXI, período em que se relaciona o conceito de globalização ao de multiculturalismo.

Considerações finais

Com vistas à abordar a incompletude da linguagem, suas falhas e equívocos, jogamos os dados da linguagem, e ascultamos dos sentidos da mitologia grega com o enunciado “Deciframe ou te devoro”. Esse era o desafio da Esfinge de Tebas na Grécia. De acordo com a mitologia grega, um demônio de destruição e má sorte, ela eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder a um enigma, um quebra-cabeça: “Que criatura tem quatro pés de manhã, dois ao meio-dia e três à tarde?”. Todos os que ensaiaram a resposta haviam sido estrangulados. Édipo acertou: “É o ser humano! Engatinha quando bebê, anda sobre dois pés quando adulto e recorre a uma bengala na velhice”. Furiosa com a solução de seu enigma, a esfinge comete suicídio, atirando-se de um precipício. Seria a esfinge um *arconte*?

Édipo leu/interpretou o texto do enigma da esfinge quando optou por decidir, tomar uma (de)cisão. Nesse sentido, Coracini (2015) afirma que a ideia de (de)cisão como corte é extraída de Derrida que fala justamente que decidir é fazer um corte, é cortar, é escolher. No caso, Édipo decidiu/escolheu entre viver ou morrer. Contudo, sob o viés de análise que decidimos/cortamos, a opacidade da língua se evidencia sob nosso ponto de vista/olhar de analista quando a esfinge simboliza o “(de)cifrar”, “(de)codificar” como se fosse a “chave” do portal que dá acesso a uma memória idílica, gloriosa.

Neste artigo, procuramos ascultar algumas discursividades sobre o suporte de noções sobre arquivo, documento, monumento junto a enunciados que, a partir das análises realizadas, produzem sentidos de insatisfação dos sujeitos perante o século tecnológico contemporâneo, de armazenamento digital, de quantidades inimagináveis de dados. Os sentidos que emergem são de uma maior confiança dos sujeitos não na materialidade virtual como recurso de armazenamento permanente, mas em documentos físicos e “palpáveis”. Os dados em que os sujeitos analisados (o empresário do Google, Vint Cerf e a historiadora Regina Dantas) não são “nativos” digitais, mas “migrantes” digitais são relevantes para afirmar a premência, hoje em dia, do letramento digital constante e infundável. Considerando que esses sujeitos são oriundos do século XX, anterior ao nascimento da era tecnológica, seus conflitos (in)conscientes não são suficientes para que os sujeitos analisados se “libertem” do que eles considerem como pertencimento para si – fotos, documentos impressos e documentos protegidos em uma cápsula do tempo. Será que estes últimos podem realmente ser protegidos da ação do tempo, sendo que, afinal, almejam manter o “tempo encarcerado”?

Como o sujeito se constitui na e pela linguagem, a incompletude, a falha, vem à tona quando o(s) sentido(s) se materializa(m) na língua. Contudo, não há razões para se precipitar, ainda temos os esquecimentos peuceuxianos que nos “protegem” de perder o rumo da vida, ainda que sujeitos falhos linguística/socialmente, aceitemos a falha como constitutiva do

sujeito e da sociedade, bem como a volatilidade das discursividades. Afinal, a esfinge e Édipo nos ensinam a sempre rever as verdades incontestáveis. Se a esfinge fosse um *arconte*... seria Édipo o tempo ou... o fogo?

Referências

- AIUB, Giovani Forgiarini. Arquivo em Análise do Discurso: uma breve discussão sobre a trajetória teóricometodológica do analista. **Revista Leitura**, v. 2, n. 50, 2012.
- ANDRADE, Eliane Righi; ALMOZARA, Paula Cristina Somenzari. A construção da memória do sujeito contemporâneo a partir de arquivos-monumentos. **RUA**, v. 22, n. 1, p. 45-64, 2016.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV. Revue de Linguistique Paris**, n. 26, p. 91-151, 1982.
- BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.
- CORACINI, Maria José. Leitura ou interpretação: gesto de violência. In: **II SEDISC – Seminário Discurso, Cultura e Mídia**. UNISUL- Florianópolis, 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=WZbMLxfQGWM>> Acesso em: 15.agosto. 2016.
- CORACINI, Maria José.; GHIRALDELO, Claudete Moreno. (Orgs.). **Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade**. Pontes Editores, 2011.
- DERRIDA, Jacques; FREUD, Sigmund. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015a.
- ORLANDI, Eni Puccinelli et al. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia-discurso eletrônico, escola, cidade. **Rua**, 2015b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: **Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso**. Campinas, Editora RG, p. 11-42, 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Vozes, 1996

- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. trad. Eni P. Orlandi, v. 4, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Sampaio Correa Mariani. et. al., Campinas: Editora da UNICAMP, p. 159-249, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças LM do Amaral. **Gestos de leitura na história do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- RIBEIRO, Geraldo. **Rio tem centenas de cápsulas do tempo enterradas**. Disponível em<<https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-tem-centenas-de-capsulas-do-tempo-enterradas-22887060.html>> Acesso em: 10. outubro.2018.
- SAGRADA, BÍBLIA. Evangelho de Lucas.A **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

Patuá, Hespanhol e Guarany: da Fronteira da Língua ao Limiar do Discurso

Patuá, Hespanhol and Guarany: From the Language Border to the Threshold of Discourse

Marilene Aparecida Lemos*
Matheus França Ragievicz**

RESUMO

No presente trabalho, buscamos compreender a produção do imaginário de língua em condições de produção de fronteira. Ancorando nossa reflexão na Análise de Discurso (AD), de linha francesa, materialista e pecheuxtiana, analisamos descrições de um viajante que esteve presente na região de Foz do Iguaçu, em 1903. Importou-nos compreender o modo como a *língua de fronteira* é imaginariamente instituída no discurso do viajante. A relação entre espaço, sujeito e discurso foi determinante no funcionamento de tal imaginário, já que se constitui na medida em que se inscreve nas relações de poder dos Aparelhos de Estados (AEs).

Palavras-chave: Fronteira. Discurso. Imaginário de Língua. Produção de fronteira.

ABSTRACT

This paper intends to evaluate the production of the imaginary of language in frontier production conditions. Based on the materialist and pecheuxtian French branch of Discourse Analysis (AD), it analyzes a traveler's descriptions who has been to the region of Foz do Iguaçu in 1903. The paper intends to understand how the language of the border is imaginatively instituted in the traveler's discourse. The relationship between space, subject and discourse is decisive to the constitution of this language imaginary, since it is constituted to the extent that it is part of the power relationship that characterizes the State Apparatuses.

Keywords: Border. Discourse. Imaginary of Language. Frontier production.

Recebido em 29 de novembro de 2019.

Aceito em 10 de março de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.354

*Universidade Federal da Fronteira Sul, marilene.lemos@uffs.edu.br, orcid.org/0000-0001-8390-9823

**Universidade Federal do Paraná, matheus.ragievicz@uffs.edu.br, orcid.org/0000-0002-1417-455X

1. Por uma fronteira sem limite...

A discursividade que atravessa a fronteira é objeto de inúmeras disciplinas: do humanismo jurídico-político, da geografia territorial, da administração do direito e, inclusive, de teorias linguísticas que *fazem* o saber linguístico circular no imaginário social. A discursividade da fronteira, atrelada a diferentes instâncias, se esparze em microssistemas que, ao buscarem mantê-la regulada, normatizada, disciplinada, acabam reduzindo-a ao efeito ensurdecador da *homogeneidade*. É do funcionamento da homogeneidade, que recobre a discursividade da *fronteira da língua*, que tomamos como objeto de análise duas sequências discursivas recortadas do livro *Pela fronteira* (1903), cuja autoria é de Domingos Nascimento¹. Os recortes tematizam a relação da superestrutura com a injunção político-jurídica que perfaz o processo de constituição da *fronteira* de Foz do Iguaçu.

Assim, inscritos na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, materialista e pecheuxtiana, refletimos como o imaginário de língua é produzido no processo de constituição da fronteira, sublinhando, sobretudo, a produção do efeito de homogeneidade da formação do imaginário linguístico sobre línguas em contato.

2. Restituindo os fios do discurso: as condições de produção do relato *Pela Fronteira*

A obra *Pela fronteira*, escrita em 1903, trata das descrições de uma expedição militar realizada por Domingos Nascimento e sua comitiva. Iniciava-se em Curitiba e alcançava as cidades de Ponta Grossa e Guarapuava, via estrada de ferro, de onde partiam rumo ao Oeste, passando por algumas picadas construídas por extratores de erva-mate, cujo objetivo era averiguar a situação da colônia militar estabelecida em Foz do Iguaçu. Conforme o próprio Nascimento (ibid.), foram 103 dias “de longa e penosa viagem através de sertões”. Segundo ele, esse livro, que foi produzido em 25 dias, “não pode ser nem um livro de arte, nem um complexo de conhecimentos úteis sobre a zona da fronteira. É antes um roteiro” (ibid., p. III). Cabe acrescentar que essa obra resulta de uma série de anotações do viajante durante seu trajeto. Ele a apresentou em um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, durante a Exposição Paranaense de 1903, e recebeu o prêmio de melhor trabalho monográfico (LORENZETTI, 2010, p. 46).

1 O presente trabalho se insere na tese de doutorado intitulada “Entre espaços, sujeitos e línguas: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens” defendida em agosto/2019, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

De acordo com Myskiw (2011, p. 50), Domingos Nascimento “não era apenas mais um militar, jornalista e literato na capital paranaense”. Para além disso, ele “tinha prestígio e fama entre seus pares pelos livros que havia escrito e, em grande parte, por ser considerado um jornalista polêmico e independente”. Para esse historiador, na obra *Pela fronteira*, Domingos Nascimento “procurou fazer uma espécie de radiografia do Paraná, de suas riquezas e mazelas”, priorizando as extensas e detalhadas descrições sobre “os lados de oeste de nossa terra” (ibid., p. 51).

Ademais, Myskiw (ibid., p. 54) faz menção aos “cenários contraditórios” que se revelam àqueles que tiveram acesso ao livro de Domingos Nascimento e a sua leitura atenta e minuciosa. Em suas palavras:

[...] as paisagens, planaltos, vales, rios, saltos e quedas d'águas, descritas com intuito de destacar a “grandiosidade das nossas riquezas”, [...] contrastavam com o desinteresse dos órgãos governamentais brasileiros em relação à Fronteira explorada por empresários argentinos e paraguaios.

Para melhor situar a obra *Pela fronteira*, em uma conjuntura sócio-histórica e política, vejamos em que se constitui o “Paraíso do Assombro”, tal como Domingos Nascimento define a fronteira, a partir das ponderações de Myskiw (ibid., p. 55):

[...] as precárias vias de comunicação com o restante do Paraná e do Brasil dificultavam a migração de pessoas rumo à fronteira, aberta oficialmente com a instalação das Colônias Militares. Por outro lado, isolava os brasileiros que haviam migrado sertão adentro e os punha em contato direto com o estrangeiro que marcava presença e estava a explorar erva-mate e a madeira, transportadas em barcos-vapores rio Paraná abaixo e por cargueiros com tração animal via estradas aos portos e cidades argentinas.

Ainda com respeito à obra *Pela fronteira*, a partir das pesquisas de Myskiw (ibid.),

Domingos Nascimento alude que o progresso dar-se-ia com a ocupação das terras na fronteira por brasileiros, seguido da exploração das matas e da formação de áreas destinadas à agricultura. Entendia que os “capitalistas estrangeiros” constituíam-se num entrave ao desenvolvimento e o progresso do Paraná e da fronteira Oeste do Paraná.

A ideia de progresso reinante nesse contexto contribuía para reforçar o entendimento de que “as populações autóctones ou do ‘sertão’, por serem consideradas inferiores, estavam fadadas ao desaparecimento” (RADIN, 2016, p. 148), devido ao avanço da colonização. Deste modo, “a expropriação ou a redução das áreas de terras daqueles grupos foi vista com certa naturalidade ou normalidade” (ibid.). Nas palavras de Radin:

[...] vários intelectuais e governantes difundiam e defendiam o “branqueamento” da população, pois se sentiam incomodados pela marcante presença de povos indígenas, caboclos e pela grande quantidade de negros na base da sociedade brasileira. Em geral havia pessimismo em relação à ideia de que a partir desses povos se criasse a base para uma nação civilizada e desenvolvida (ibid.).

Nesse entendimento, a ideia de progresso do Brasil também estava relacionada à necessidade de repensar a base social e cultural brasileira.

3. Patuá, hespanhol e guarany: a homogeneidade no imaginário de língua

Pêcheux (1990, p. 31) ao discutir a evidência como matéria que sustenta espaços discursivos, afirma que:

[...] todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços [logicamente estabilizados] reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços)

Partindo das afirmações de Pêcheux podemos, de antemão, destacar que o discurso sobre a língua se faz num imaginário institucionalizado pelo saber da língua, isto é, sob as condições de produção da *gramaticalização* (AUROUX, 1992). O sujeito que enuncia toma o discurso sobre a língua como já possuído por características naturalizadas e, fazendo do saber institucionalizado *força* do seu dizer, reverbera o imaginário de língua. Dessa forma, o relato do viajante, na SD1, atrela à *língua de fronteira* um espaço discursivo logicamente estabilizado:

SD1 - Façamos agora ligeiro parenthesis e familiarizemo-nos com o pessoal da colonia. A nossa entrada pela bella avenida, uma avenida natural rasgada na floresta, veiu ao nosso encontro o director interino tenente Antonio Rodrigues Portugal, meu velho camarada desde os tempos academicos e intimo amigo. Vinham em sua companhia os alferes Plinio de Almeida, commandante do destacamento federal e Moura do destacamento de policia. Pouco depois compareceram os nossos conterraneos Jorge Schimmelpfeng e Walfrido de Abreu, este ajudante e aquelle chefe da agencia fiscal do Paraná. *Depois de alguns dias de sacrificio em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras*, observando costumes e physionomias extranhos aos nossos, ouvir de repente a nossa lingua falada por patricios intelligentes e instruidos, os contemplar com os nossos habitos e o nosso vestir, - não mais o chiripá, o cinto e o gorro vermelho – foi para nós um momento de calorosas expansões de alegria, alem de que abraçavamos velhos amigos de muitos annos, que mais de um anno se haviam abalado para o interior, no cumprimento dos deveres de seus encargos (NASCIMENTO, 1903, p. 117, grifos nossos).

O relato advoga em sua descrição a constituição de uma paisagem que, composta na superestrutura (ALTHUSSER, 1999), assegura o funcionamento do Estado e do Direito num espaço rural, isto é, institui em “pleno sertão” a ordem do jurídico na povoação e a redenção do espaço às tecnologias dos AEs (Aparelhos de Estado). Num primeiro momento, destacamos a força dos lugares institucionalizados no espaço. São esses lugares que, também, asseveram o imaginário de língua presente no relato.

A familiarização com a colônia, descrita pelo viajante, destaca a incidência do espaço natural em contraste com a figura do colonizador. A colônia, palavra que retoma pela memória discursiva a colonização (e, também, a *neocolonização*) da América, produz o efeito da divisão. Isso porque colônia se estabelece como lugar que é *invadido, gerido e administrado* por uma ordem com poder jurídico-militar. As figuras que aparecem adiante no relato, consideradas autoridades do espaço (“director interino”, “tenente”, “commandante do destacamento federal”, “commandante do destacamento de policia”, “ajudante e chefe da agencia fiscal do Paraná”) tornam o território, *colônia* do Estado, em todas as instâncias: federal, estadual e municipal. O que há de aterrador na *fronteira* que invoca a presença maciça de toda estrutura do Estado?

Retomando a divisão natural/colônia, não se trata mais da injunção dos sujeitos e do espaço à ordem feudal (ideológico-religiosa), predominante na constituição dos Estados colonizados americanos, mas da instituição jurídica que faz valer a força da superestrutura contemporânea. Nessa direção, os elementos presentes no relato vão se reencontrando. É mister a relação entre avenida (espaço urbano) e floresta (espaço rural) apresentada pelo viajante. No enunciado “uma avenida natural rasgada na floresta” metaforiza o encontro do colonizador (desbravador) com o desbravado (natureza – que adiante no relato também desliza para cultura). Essa relação se faz possível pela incidência da palavra avenida, conceito da geografia administrativo-espacial, que pertence à ordem do saber urbano (ORLANDI, 2004). A avenida funciona em oposição à floresta, desdobrando no fio do relato a passagem do natural (sem governo) para a administração (governável). Passando pela “avenida natural”, “rasgada”, o Estado desfila com seus anfitriões: militares, gerais, fiscais, policiais. Nesse sentido, passa-se ao apagamento da formação social indígena, inicialmente presente no território, evidenciando a luta de classes como o motor que ao impor, de um lado, a ideologia dominante (do Estado), não deixa espaço para o natural (evidência de um processo histórico anterior, indígena). Rasga-se, à força, a floresta para a prevalência do Estado e da ideologia dominante.

Levando-se em conta o papel dos militares na defesa do território, observamos que a sequência discursiva acima registra um encontro “amistoso” entre a comitiva do Estado que participava da expedição e os militares e demais representantes do Estado brasileiro na região. Ou seja, não há um conflito evidente entre as diferentes forças jurídicas do Estado, confluindo para a “amistosidade” de *gerenciamento* da fronteira. Além de se fazer alusões aos “heróis”

militares, o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a superioridade de uma língua e de uma cultura. Na passagem “*Depois de alguns dias de sacrifício em pleno sertão, ouvindo a toda hora o patuá castelhano, misto de hespanhol e guarany, em terras brasileiras*” a distinção entre colônia (Estado) e sertão (instância da presença do Outro) passa desenhar o pré-construído que reveste o imaginário daquela *língua de fronteira*. Antes de avançarmos na questão, chamamos atenção à relação do sertão com o *patuá castelhano*. O relato demarca o sacrifício de passar um período temporal no sertão, porém, que sentidos se produzem sob as condições do sertão? Em um primeiro momento, a questão geográfica poderia responder à questão, evocando as condições climáticas como arredias aos homens de Estado, pela temperatura, pelo ambiente e pela natureza. No entanto, os elementos presentes na sequência não deixam de se relacionar também ao sacrifício de estar em “pleno sertão”; o sacrifício narrado se relaciona com outro elemento também pertencente ao espaço de fronteira. Trata-se da presença da discursividade do Outro. Um dos efeitos de sentidos de sertão, partindo do relato, é também de espaço árido por abrigar o que *não* é brasileiro. Nessa direção, a associação do que é natural (floresta, sertão) também passa contemplar o Outro e sua cultura, o *estrangeiro*, o não brasileiro. O incômodo no relato delata essa relação, posto que o viajante “ouve” o “patuá castelhano” em terras brasileiras, isto é, em terras do Estado, que não podem ser tomadas por uma discursividade outra, uma vez que é um espaço administrativamente delimitado e possui uma língua oficial, a língua portuguesa.

Nesse momento do relato é possível apreender o funcionamento do imaginário de língua na homogeneização da discursividade da fronteira. Conforme Agustini (2003, p. 102), “[...] a ‘autoridade’ da gramática ensina a ‘alguém’ mesmo que este não pergunte ou não queira. Trata-se de uma imposição; da instituição de um imaginário de língua correta que funciona no social independente de seu conhecimento ou não”. Ouvir o misto de “hespanhol” e “guarany” provoca a repulsa ao sujeito viajante, que rechaça o “patuá castelhano” como língua e, mais do que isso, como produção possível em território brasileiro. Mais adiante, no relato, o funcionamento do imaginário de língua citado por Agustini passa a ser visualizado de forma contundente: “ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruídos”. Língua é associada ao conhecimento, à distinção dos sujeitos que, no corpo social à época do relato, possuíam *alguma* escolarização, dado que à esmagadora maioria da população não lhe era permitido o direito à educação. Esse era um direito reservado à elite econômica e político-militar da época. Portanto, bordando no imaginário uma língua falada por “patricios inteligentes e instruídos”, encontramos o funcionamento da homogeneidade linguística, assegurada pela completude, pela ausência e recusa de misturas (à diferença do patuá castelhano), marcando uma divisão relacionada à “mistura” (de sujeitos e de línguas) e ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”.

É preciso destacar que, por um lado, a institucionalização dos AEs na fronteira também é um processo de institucionalização da língua realizado pela força da ordem jurídico-militar, uma vez que são os sujeitos que *instituem* o Estado e que possuem legitimidade para mandar e, também, falar. Por outro lado, homogeneizando a língua (que também é tomada como institucionalização do Estado), há o apagamento da diferença, da heterogeneidade e do Outro. O patuá castelhano, língua predominantemente oral, é segregada no imaginário linguístico da homogeneidade como manifestação estranha, que não compete às terras brasileiras. O estranho é significado, nessa direção, como o marginal, que está na borda do aceitável. Da língua à cultura, a própria figura dos fronteiriços é posta em relevo: “observando costumes e *physionomias* estranhos aos nossos”. A descrição do estranho se dá na diferença entre os costumes e fisiologia dos brasileiros (possivelmente brancos de descendência europeia) e os habitantes da fronteira (sujeitos miscigenados na língua e na fisiologia pela cultura indígena). O relato, então, recorre ao etnocentrismo para produzir sentidos sobre a fronteira. Ainda que haja encontro (patuá castelhano), o funcionamento dos AEs faz que haja a delimitação entre nós (Estado) e eles (marginais). Nessa direção, podemos também observar o funcionamento de “familiar”.

O processo discursivo posto em movimento pelo pronome possessivo na primeira pessoa do plural “nós” abarca o grupo de sujeitos do Estado e faz com que a divisão familiar/estranho se estabeleça num universo logicamente estabilizado. Frisamos que “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Na contraposição com a qualificação do sujeito local como “estranho”, “familiar” é significado, retomando o relato e considerando os seguintes enunciados: “façamos agora ligeiro parenthesis e *familiarizemo-nos* com o pessoal da colônia”; “*meu velho camarada* desde os tempos academicos e *intimo amigo*”; “os *nossos conterraneos*”; “abraçavamos *velhos amigos* de muitos annos”. Nesses enunciados podemos observar, em outra perspectiva, a inserção com regularidade de termos relativos à qualificação de familiaridade atribuída aos patrícios, ou seja, o sujeito patrício é qualificado como “familiar”, de maneira que se produz uma relação entre sujeito local (estranho/*estrangeiro*) versus sujeito patrício (*familiar*), e ainda: “patrícios inteligentes e instruídos” (nós) versus “estranhos/*estrangeiros*” (eles).

Entre “familiar” e “estranho”, poderíamos considerar a língua e o imaginário que é constituído a respeito dela no relato. Para tanto, a noção de “língua familiar” elaborada por Payer (2006), permite refletir sobre a língua materna para além da dicotomia eu/ele instaurada no discurso etnocêntrico. A autora reinscreve o conceito de língua materna tomando como norte a memória da língua.

Enquanto uma materialidade linguística distinta do português padrão, o “familiar”, [...] vai se apresentar como algo mais complexo do que um registro ou forma “tensa” ou “distensa” pela qual o sujeito se coloca na/pela linguagem: o familiar constitui-se como um lugar possível de alojamento da memória da língua que foi apagada na instância pública (memória social) (PAYER, 2006, p. 128).

Diante de tais elaborações teóricas, afirmamos que a familiaridade também é atribuída à língua falada pelos patricios, tendo como exemplo um enunciado observado na mesma SD1: “*a nossa língua* falada por patricios inteligentes e instruídos”, na contraposição com a língua falada pelos sujeitos locais: “patuá castelhano, misto de espanhol e guarany”, quando se estabelece a relação: língua local (*estranha/estrangeira*) versus língua *familiar*.

Nessa *relação constitutiva entre sujeitos, sentidos e espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011), a cada espaço corresponde uma língua e um sujeito, quando temos “colônia” versus “sertão”, em outras palavras, os efeitos de sentido de “colônia” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”: “Depois de alguns dias de sacrifício em pleno *sertão*, ouvindo a toda hora o *patuá castelhano* [...], observando costumes e *physionomias extranhos aos nossos*”. E isso vai indicar a “necessidade” de que “sejam civilizados” pelo Estado, pela instauração de uma ordem jurídico-política, isto é, a constituição da instância do urbano na *floresta*. Portanto, podemos interpretar que a defesa do território brasileiro funciona como sinônimo da defesa do Estado nacional, frente à cultura local: sua língua, seus costumes, fisionomias e seus trajes típicos; ou melhor, frente à língua e à cultura do habitante local, e não daqueles que foram aí enviados “no cumprimento dos deveres de seus encargos”.

Façamos um aparte para expor, de forma breve, reflexões sobre a “língua de mistura”. Temos em vista os trabalhos de Sturza (2006, 2010) sobre o tema *línguas de fronteira* indicando que:

[...] a prática linguística misturada [...] é uma prática usada pelos sujeitos fronteiriços ao se comunicarem entre si, em decorrência dos seus modos de vida, de necessidades que são próprias da vida na fronteira [...]. É assim que *falar apaisanado*, (ALVAREZ, 2009) tal como diz um falante fronteiriço no lado brasileiro da fronteira, ao referir-se ao modo de entrar em contato com vizinho uruguaio, é um estado de ‘estar nessas fronteiras’, é de ‘estar entre-línguas’ (STURZA, 2010, p. 345, grifos da autora).

Ademais, Camblong (2009, p. 126) abordando sobre a temática *fronteiras políticas*, a partir da região de Misiones (Argentina), trata do paradoxo que é habitar a fronteira. Segundo ela, se o dilema clássico interroga e oscila entre “ser ou não ser”, suas questões se detêm na disjunção “estar ou não estar”. Para entendermos essa disjunção “estar ou não estar”, a autora expõe:

Los expulsados históricos están y no-están en nuestra memoria, en nuestro cotidiano y en nuestros rasgos idiosincrásicos. Están y no están en nuestra manera de concebir la zona, de apropiarnos de los trayectos y movernos en un espacio vecinal compartido con extensiones de equívocos confines (CAMBLONG, 2009, p. 128-129).

Outro aspecto que a autora aponta nessa disjunção é a cartografia da região que inclui a mobilidade contínua dos sujeitos e das línguas.

Tanto estamos y no estamos con el vecino que habla guarani *yopará* – variante paraguaya –, cuanto estamos y no estamos con el vecino brasileiro que habla portugués – estándar del Brasil – o portuñol – dialecto de la frontera –, y nos entendemos y ejercemos bilingüismos varios, entremezclados a mansalva, estamos y no estamos hablando esta o aquella lengua (ibid., p. 129, grifo da autora).

Ainda que a “mistura” caracterize o espaço de fronteira, temos no relato um processo discursivo que reafirma a unidade, superioridade e homogeneidade de uma cultura. Produz-se no discurso um não pertencimento dos sujeitos locais a essa cultura e sua qualificação como estrangeiros, que na base linguística aparece no emprego dos pronomes possessivos *nosso(a)/nossos*, como apontamos anteriormente: *nossa* língua, *nossos* hábitos e *nosso* vestir. Quer dizer, os sujeitos locais são significados enquanto ausentes dessa língua, desses hábitos, desse vestir; ou seja, são significados enquanto aqueles que não tem uma inscrição, nem entrada possível nessa cultura. Como aponta Pêcheux (2010, p. 57): “na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua [...] a questão do sentido surge do interior da sintaxe”. Sob esse ângulo, vemos como o relato, tomado como um *discurso sobre*, vai produzindo processos de significação, e quanto essas formulações são relevantes para compreendermos como ele vai significando a língua, os sujeitos e o espaço.

Nessa esteira, trazemos uma sequência discursiva sobre os sujeitos locais e sua língua, retirada do mesmo relato, *Pela fronteira*:

SD2 - *O hospitaleiro paranaense, na sua linguagem rustica mas muito pittoresca*, só se considera feliz quando á sua porta bate um viajante, afim de ter ensejo de dar-lhe franca e comoda hospitalidade e poder ter com elle uma noite de palestra (NASCIMENTO, 1903, p. 80, grifos nossos).

É importante complementar que Rodríguez-Alcalá (2018, p. 10-11) ao refletir sobre cultura e civilização, aborda as palavras latinas *urbānus* e *rūsticus*:

[...] os sentidos de *urbānus*, que qualifica ‘o que é da cidade’ e, ‘metaforicamente’, o que é ‘polido, fino, espiritual’, por oposição a *rūsticus* (de *rūs*, *rūris*, campo), no sentido de ‘rude, grosseiro’ (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 10-11 apud ERNAUT e MEILLET, 2001 [1932]; REY, 2000, grifos da autora).

Observamos que na sequência discursiva acima, o enunciado “[...] sua linguagem rustica mas muito pittoresca” atualiza esse imaginário urbano, embora conceda algum lugar a essa linguagem, seja pela oposição “rustica mas muito pittoresca”, seja pela própria qualificação “pittoresca”.

Voltando à discussão anterior, poderíamos dizer que se produz o efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruídos” (SD1), e tais sentidos vão se ancorando no discurso de defesa do Estado nacional. A afirmação da inferioridade e exterioridade (exclusão) dos sujeitos locais (sua fisionomia) e de sua língua (misturada) significa também, numa posição-sujeito identificada ao discurso do Estado, fazer com que esses sujeitos permaneçam subordinados, ao serem considerados inferiores (rústicos), restando-lhes somente exercer a “hospitalidade”. Devemos acrescentar que

[...] é pelo estabelecimento dos AIE [Aparelhos Ideológicos de Estado], onde essa ideologia (a ideologia da classe dominante) é realizada e se realiza, que ela se torna dominante (PÊCHEUX, 2014, p. 4).

De outra forma, observando mais atentamente as sequências discursivas apresentadas, temos o modo como as línguas locais são mencionadas: “patuá castelhano” e “misto de hespanhol e guarany” na SD1 e “linguagem rustica” na SD2. Isso posto, não podemos deixar de notar sua representação no imaginário de língua que é produzido no espaço de fronteira. Imaginário que é posto a serviço do Estado, na demarcação da fronteira linguística, cultural e social entre os sujeitos da *fronteira* e os homens do Estado.

Como pudemos constatar, de acordo com o relato, o Estado apaga a diversidade linguístico-cultural das sociedades sobre as quais vai legitimando seu poder, mas mesmo assim, essa diversidade resiste - um “ponto onde um ritual ideológico vem se quebrar no lapso” (PÊCHEUX, 2014, p. 15). E sobre isso Pêcheux ressalta: “tomar até o final a interpelação ideológica como um ritual, supõe reconhecer que não é um ritual sem falha, falta e rachadura” (ibid.). Como salientam Baldini e Zoppi-Fontana (2014, p. 7), retomando Pêcheux, “a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição [...]” e “estas múltiplas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas”. Para Pêcheux, “só é possível compreender o funcionamento ideológico em termos de contradição” (ibid.). No caso específico da produção do espaço e dos sujeitos da fronteira Brasil/Argentina, as formas de resistência comparecem nos sentidos moventes, sujeitos que circulam entre territórios nacionais, culturas e línguas. Nesse sentido, o “patuá castelhano”; “misto de hespanhol e guarany” (SD1) e “linguagem rustica” (SD2) não só significam o espaço, mas também os sujeitos locais e sua língua, na tensão entre unidade e diversidade do Estado tal como mobilizada especificamente na fronteira.

Ainda nessa abordagem, e considerando o imaginário linguístico como unidade homogênea da língua e, por consequência, do sujeito que enuncia, notamos, ao analisarmos o enunciado “ouvir de repente a nossa língua falada por patricios inteligentes e instruídos” (SD1), que os sentidos que se constituem para a língua portuguesa remetem não apenas à língua estudada no espaço formal da escola, mas também no gesto de construção de uma unidade e homogeneidade de língua se produzem sentidos para o português como uma língua civilizada e racional, por oposição à “mistura” de espanhol e guarani (irracional, estranha). Nessa perspectiva, os sentidos que se constroem para os sujeitos não apenas vão na direção da “instrução”, da educação formal, mas de uma “cognição admirável”.

E por esse efeito imaginário de língua naturalizada no discurso, funcionam também efeitos de sentidos distintos, tal como se revelam em: “patuá castelhano”, “misto de hespanhol e guarany” (SD1) e “linguagem rustica” do paranaense (SD2). Para pensarmos essas relações, fazemos alusão às discussões feitas por Rodríguez-Alcalá (2000, p. 45-46) sobre os sentidos de *primitivismo/irracionalismo* atribuídos ao guarani frente à *evolução* do espanhol nos discursos nacionalistas sobre as línguas no Paraguai. Tais discursos, mostra a autora, apresentam-se como uma crítica ao discurso colonialista e à visão evolucionista que o sustenta, mas acabam reproduzindo-o de diferentes maneiras na apologia que se faz do guarani. Nesse sentido, a autora destaca a principal característica atribuída ao guarani apontada por todos seus apologistas:

[...] a de ser um *veículo singularmente apropriado para a expressão dos afetos*, que leva à mais difundida definição do guarani como a *língua do coração*, em contraposição com o espanhol, a *língua da razão* (ibid., p. 45, grifos da autora).

Em conformidade com a perspectiva evolucionista e racionalista que caracteriza o discurso colonialista (ibid., p. 45-46), essa definição “não faz senão reafirmar claramente o *primitivismo – irracionalismo –* do guarani frente à *evolução* de uma língua europeia – *racional –* como o espanhol” (grifos da autora). Rodríguez-Alcalá (ibid., p. 46) associa essa primeira característica às afirmações de que o guarani seria, também, “uma *expressão mais próxima da natureza*, sendo, por isso, uma língua *extraordinariamente bela, expressiva, doce, poética*, etc.” (grifos da autora). Pontua, ainda, que a expressividade que aparece em afirmações nesse sentido também remete ao *primitivismo* do guarani:

[...] o guarani conservaria as *boas características* de uma língua em *estado natural – i.e. primitivo –*, que não teria ainda *se separado da natureza – não teria evoluído –*, podendo, por isso, *exprimi-la mais fielmente* (ibid., grifos da autora).

Diante do exposto, em relação ao guarani no Paraguai, flagramos na textualidade das SD1 e SD2 que as menções às línguas locais (o patuá, a mistura) aparecem associadas

ao *primitivismo*, face à *evolução* do português. À vista disso, as análises indicam que esses dizeres se sustentam no já-dito do interdiscurso, a saber, na oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico, *agreste*, *floresta* (de *rūs*, *rūris*, campo)².

4. No limite do dizível: a língua e a fronteira

No nó que constituiu ao mesmo passo sujeitos, sentidos e espaço, o texto nos permitiu compreender como o imaginário de língua é produzido em condições de encontro de línguas. Longe de representar apenas uma questão concernente ao sistema linguístico, o imaginário de língua se *rasga* em meio à ordem jurídico-militar do Estado em processo de *colonização* do espaço. Esse é o processo de espacialização da fronteira Brasil/Argentina, fundado profundamente na contradição. Tal processo contraditório é apreendido na análise, sobretudo, no desenho de discursos aparentemente antagônicos: língua/cultura, sujeito local (estranho/*estrangeiro*) *versus* sujeito patricio (*familiar*), sendo este relacionado ao imaginário de um sujeito “brasileiro autêntico”, língua local (estranha/*estrangeira*) *versus* língua *familiar*, esta, por sua vez, relacionada ao imaginário do português como uma língua homogênea, civilizada, racional contra a ideia de “mistura” de português e guarani. A contradição arrematada no relato, para além de constituir uma relação antagônica entre ideologia dominante (Estado) e ideologias dominadas, nos demonstra que para *haver* dominação do Estado, é preciso da subordinação do território, do outro; este outro, estranho, paradoxalmente, encontra formas de *(re)existir* à margem do discurso do Estado. É numa relação de confronto entre duas forças que permite a ambas existirem, daí advém sua co-dependência.

No que tange ao espaço, pudemos estabelecer a relação “colônia” *versus* “sertão”, em que os efeitos de sentido de “colônia” são apresentados em oposição direta ao “patuá” e “aos costumes e fisionomias estranhas” que caracterizariam o “sertão”; cujas análises, inclusive, nos levaram a refletir sobre a oposição entre o *primitivo* e o *evoluído*, remetida ao *civilizado*, à cidade, por oposição ao rústico (de *rūs*, *rūris*, campo).

Por fim, a partir das sequências discursivas analisadas, concluímos que o sujeito de discurso enuncia na direção de reafirmar, no contexto fronteiriço, a unidade, superioridade e homogeneidade de uma língua e de uma cultura, o que produz no discurso sentidos de um não pertencimento dos sujeitos locais a essa língua e a essa cultura e sua qualificação como

2 Como aponta Mignolo (2015, p. 213) “además de la letra, el intelectual se define por el *intelecto*, y como los indígenas, según los diseños globales triunfantes, no tenían letras, por lo tanto, su intelecto debía *desarrollarse* mediante la civilización” (grifos do autor).

estrangeiros. E pelo efeito de evidência e de transparência da língua falada por “patricios inteligentes e instruídos” (SD1), tais sentidos vão se ancorando no discurso militar, de defesa do Estado nacional, cujos sentidos fundam a demarcação de uma fronteira linguística e cultural entre os sujeitos locais e o Estado.

Referências

- AGUSTINI, C. L. H. **A enunciação do transbordamento das regras**: a estilística no discurso da gramática. 2003. 204 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- BALDINI, L. J. S.; ZOPPI FONTANA, M. G. A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/22>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- CAMBLONG, A. M. Habitar la frontera. In: VELÁZQUEZ, T. (Org.). **Fronteras - deSignis** 13. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 125-133.
- LORENZETTI, F. L. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, Irati, v.1, nº1, p. 45-59, jan./jul. 2010.
- MYSKIW, A. M. **A fronteira como destino de viagem**: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011.
- NASCIMENTO, D. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.
- ORLANDI, E. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- PAYER, M. O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982].
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. et al. (Orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.
- _____. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, Iss. 4, p. 1-22, 2014. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>. Acesso em: 8 jun. 2019.
- RADIN, J. C. Um olhar sobre a colonização da fronteira sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 146-166.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. **Língua, nação e nacionalismo**. Um estudo sobre o guarani no Paraguai. 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, E. A. et al. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011. p. 243-258.

_____. Nota sobre a noção de *cultura* e sua relação com a de *civilização*: o ocidente como observatório das formas de vida social. Campinas, 2018, mimeo.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas**. Uma história das ideias linguísticas. 2006. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. No tempo e no espaço: Mapeando as línguas de fronteira. In: Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL, 1, 2010, Foz do Iguaçu. **Anais do I CIPLOM**, Foz do Iguaçu: Unioeste, nº 1, p. 340-346, 2010.

VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, p. 146-166, 2016.

Crononímia e a Identidade do Tempo

Chrononyms and Time Identity

Reginaldo Nascimento Neto*

RESUMO

Este trabalho pretende discutir que os cronônimos - a denominação das divisões do tempo - têm sido apenas descritivos ou designativos, pois o tempo ainda está longe de ser entendido. Dessa forma, este estudo de Crononímia detém-se no exame dos nomes de fenômenos temporais, e tem como meta, descortinar a motivação inicial de determinado cronônimo bem como o momento e as circunstâncias em que se rompeu sua camada semântica primeva, redirecionando uma nova fluência de sentido para novas ramificações de significados, isto é, o esvaziamento semântico. Supõe-se que a crononímia, ou forma de nomear o tempo, empregada pelas civilizações, revela motivações cinético-astrais, espaço-ambientais, religiosas e, ou metafóricas. Dessa forma, então, os cronônimos envelopariam descrições desses fenômenos sob a ótica dos paradigmas de cada época, que ao serem descortinados, resgatam a referência científica e antropológica basilar da identidade do tempo eclipsada pelo contínuo esvaziamento semântico. Busca-se âncora teórica em autores como Bakhtin (1990), Dick (1990), Dick (1998), Piettre (1997), entre outros, e analisam-se etimologia e fluência histórico-semântica para os termos de tempo como segundo, minuto, hora, dia, semana, mês, ano, século, Era e suas subdivisões crononímicas, com o propósito de identificar as motivações do nomeador.

Palavras-chave: Crononímia; identidade; etimologia.

ABSTRACT

This paper intends to argue that Chrononymy – the denomination of time divisions – have been only descriptive or designative, because time is still far from being understood. So, this study of Chrononymy focuses on the examination of the names of temporal phenomena, and its goal is to discover the initial motivation of a given chrononym as well as the moment and circumstances in which the primitive semantic layer was broken, redirecting a new fluid of meaning through new ramifications of meanings, or its semantic emptying. It is assumed that the Chrononymy, or way of naming the time, used by civilizations, reveals kinetic-astral, space environmental, religious and, metaphorical motivations. In this way, Chrononymy would envelop descriptions of these phenomena from the perspective of the paradigms of each epoch, which, when uncovered, rescues the basic scientific and anthropological reference of temporal identity eclipsed by continuous semantic emptying. It is sought a theoretical anchor in authors as Bakhtin (1990), Dick (1990, 1998), Piettre (1997), among others, and analyze etymology and historical-semantic flow for terms like second, minute, week, month, year, century, age, and its chrononimic subdivisions, with the purpose of identifying the nominee's motivations.

Keywords: Chrononymy; identity; etymology.

Recebido em 3 de abril de 2020.

Aceito em 5 de agosto de 2020.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.381

*Instituto Federal do Maranhão, nadynhu@ifma.edu.br, orcid.org/0000-0001-6480-8357

Bendito quem inventou o belo truque do calendário, pois o bom da segunda-feira, do dia 1º do mês e de cada ano novo é que nos dão a impressão de que a vida não continua, mas apenas recomeça...
(Anônimo)

Introdução

Pode ser *princípio*, *beginning*, *archē* (ἀρχή) ou *rē'siyt* (רַעֲיַת), mas o tempo é um mistério. Nomeá-lo tem sido apenas descrevê-lo ou medi-lo porque ainda está longe de ser entendido.

Ao provar sua Teoria da Relatividade, Albert Einstein (1879-1955) disse que o tempo e o espaço têm interdependência. Para a física, o tempo e o lugar tiveram origem ou passaram a existir (cf. Hawking, 1988). Influenciado por esses postulados, Bakhtin (1990), ao referir-se sobre a narrativa, diz que *o tempo se concretiza e se encarna e se torna artisticamente visível* (BAKHTIN, 1990, p. 84). O universo é fascinante, o tempo também o é.

Ao se considerar que o tempo é um fenômeno físico, que pode ser medido e nomeado, urge perguntar que influências subjacentes motivaram o nomeador na nomeação do tempo manifesta nos cronônimos?

Segundo Michaelis (2015), um cronônimo é a denominação das divisões do tempo:

- Denominação das divisões do tempo em anos, estações, eras, meses, dias, manhã, tarde, noite etc.
- Denominação de eras e épocas históricas.
- Fato histórico de grande importância que marca o início de um tempo ou de uma era.
- Calendário.

Para Fiorin, “a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada” (2006, p. 55), e para Dick (1998), o ato de nomear perpassa conceitos, valores e propósitos, intenções e códigos, não apenas convenções arbitrárias impertinentes. Oito anos antes, Dick (1990) já postulava que nomear é uma atividade bastante significativa do homem:

Para se tornar nome, a palavra passa por experimento seletivo e interpretativo, que pressupõe a articulação pelo nomeador (ou enunciador/emissor) de conceitos, valores, intenções, códigos e usos convencionais (DICK, 1998, p. 101).

Nomeação como atividade humana inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do **perfeito entendimento da realidade** circundante. (DICK, 1990, p. 29). (destaquemeu).

Nessa âncora, levando-se em conta que não é possível adentrar o mundo do sentido sem passar pelos portões do tempo e do espaço, permite-se supor que a crononímia, ou forma

de nomear o tempo, empregada pelas civilizações, revela motivações cinético-astrais, espaço-ambientais, religiosas e, ou metafóricas.

Dessa forma, então, os cronônimos envelopam descrições desses fenômenos astrais, sensoriais, místicos ou científicos, que ao serem descortinados, resgatam conhecimento e modos de ver científicos e antropológicos.

Uma das relevâncias que se pode atribuir à crononímia decorre também do fato apreendido da citação de Michel Holquist, *apud* Bemong (2015) defendendo a amalgamação entre tempo e acontecimentos:

A cronologia não pode ser separada dos acontecimentos e vice-versa: um acontecimento é sempre uma unidade dialógica, tanto quanto uma correlação: algo só acontece quando outra coisa com a qual ele pode ser comparado revela uma mudança no tempo e no espaço (BEMONG, 2015, p. 19).

A linguagem é fortemente permeada por aspectos crononímicos. Ainda que implícitos, os enunciados de tempo e *aspecto*¹ dos verbos nos atos da fala fazem inferir as dimensões do hoje, ontem ou amanhã, cristalizando um *kairos*² dentro do *cronos discursivo*, isto é, demarcam um momento único no tempo em que esse enunciado ocorreu. Goethe via essa temporalidade como uma *entidade real dotada de significado histórico concreto*.

Dessa forma, este estudo de crononímia detém-se no exame dos nomes designativos e descritivos de fenômenos temporais, e tem como meta, descortinar a motivação inicial de determinado cronônimo bem como o momento e as circunstâncias em que se rompeu a camada semântica primeva, redirecionando uma nova matriz de sentido com novas ramificações de significados, ou seu esvaziamento semântico como chamado por Carvalhinhos (2007). Isto é, em que ponto ou faixa fronteira ocorre a mudança de nome descritivo para apenas designativo e, por que os cronônimos têm o nome que têm?

Quando o significado primário do nome que descreve um fenômeno temporal torna-se um cronônimo fossilizado, ele assume um novo sentido que, de certa forma, soterra, oblitera, ou até mesmo falseia elementos descritivos envelopados em sua etimologia.

-
- 1 Aspecto de um verbo está ligado à duração do processo verbal. Por exemplo, os verbos sacudir, quicar, rodopiar, girar, vibrar entre outros são verbos de atividade, pois têm uma dinâmica interna, descrevem eventos que se desenvolvem no tempo, sem ter um determinado ponto de conclusão e denotam ações idiossincráticas oscilatória, segmentada, de alternância, ou intermitente.
 - 2 *Cronos* (*Κρόνος*) é o tempo cronológico, ou sequencial passível de ser medido que é associado ao movimento linear das coisas terrenas. *Kairos kaipo* (*καιρός*) é um tempo fugaz em que uma oportunidade se apresenta e deve ser encarada com força e destreza para que o sucesso seja alcançado (WHITE, 1987, p. 13).

Se a compreensão de um léxico crononímico acomoda-se a uma esfera puramente sincrônica³, não discernindo os atributos incrustados nesse nome desde sua etimologia e percurso semântico, minimiza-se sua esfera semasiológica e referencial. Isto é, reduz-se drasticamente o material pontífice que pavimenta o vão entre o signo e o referente.

Por exemplo, do léxico crononímico *ano*, pode-se atinar mecanicamente apenas para um número (2018, por exemplo), sem, contudo, resgatar o conhecimento enciclopédico, filosófico e científico que envolve esse termo.

1. O tempo e suas digitais

O homem marca o tempo, agrupa-o cronologicamente e denomina-o. Narra sempre suas histórias atreladas às variantes do *era uma vez*. Faz com ele analogias associadas a um caminho. Por esse motivo, *presente* (do lat. *praesens e praesense* – à mão, imediato, logo à frente), *passado* (do lat. *passus, praeteritus* – deixar para trás ou já percorrido) e *futuro* (lat. *futurus* – tudo que ainda está à frente) significam uma demarcação metaforicamente espacial. Todavia, o tempo também narra sua versão dos fatos, e impõe sua presença, assinalando uma marca indelével sobre cuja base repetitiva, inventam-se relógios e medidores de seus ciclos.

Embora os ciclos repetitivos tenham sido relevantes para a funcionalidade dos relógios, não são seu único método operacional. A lei da entropia revela que os processos contínuos em direção a estados de gradativa desorganização e perda de energia são o vetor inexorável de todas as coisas, inclusive do tempo.

Aristóteles certamente deriva sua concepção sobre tempo, como sendo uma *realidade uniforme dotada de movimento*, a partir do postulado platônico que considera o tempo a “*imagem móvel da eternidade*” (BRAGUE, 1982, p. 15), quando diz:

Então, pensou em construir uma imagem *móvel* da eternidade, e, quando ordenou o céu, construiu, a partir da eternidade que permanece uma unidade, uma imagem eterna que *avança* de acordo com o número; é aquilo a que chamamos tempo (LOPES, 2013, p. 109).

Fazendo inferir uma anuência ao postulado de Reis (1996, p. 143) de que “só há tempo onde e quando houver movimento porque antes e depois já o pressupõe”, Puente apresenta a ideia da impossibilidade de tautocronia de instantes tanto quanto à de pontos no tracejado de uma linha reta:

3 O conceito de Sincronia do lingüista Ferdinand Saussure (1857 - 1913) refere-se ao estudo da língua sob a perspectiva de um momento específico. Ele postulava que a única realidade lingüística do falante era a língua em atual funcionamento. Isso em oposição ao conceito de Diacronia, comum em seus dias, que abordava o estudo da língua considerando o transcurso do tempo, sua etimologia e evolução semântica.

Com efeito, se ele (o agora) é a cada vez diverso e de modo algum partes distintas entre si podem ser simultâneas no tempo [...] então, tampouco os agoras serão simultâneos entre si. [...] é impossível que os agoras sejam contíguos uns em relação aos outros, como também é impossível que um ponto o seja em relação ao outro ponto (PUENTE, 2014, p. 24, 25).

Decorre daí que, como a roda de um carro gira ciclicamente ao redor de seu eixo enquanto locomove o veículo em um deslocamento espacial, também a cíclica do tempo é retilínea.

Muitos são os aspectos que associam o movimento ao tempo. Por exemplo, quando se vê a lua cheia brilhando no céu, observa-se de fato, o que ela fora há 1,2 segundos. Isso se dá porque existe um tempo decorrido no percurso desde que a luz foi emitida até ser observada. Isto implica em que se o sol, que se encontra a 149.600.000 de quilômetros da Terra, supostamente apagasse neste instante, seu brilho continuaria a ser visto por mais oito minutos. Dado às distâncias astronômicas, ao se observar Alpha Centauri agora, vê-se seu passado, isto é, o que esse sistema estelar foi há 4.367 anos.

De igual forma, a leitura da quantidade remanescente do Carbono-14 e as 9.192.631.770 oscilações radioativas do átomo de Césio-133 pulsantes em um segundo podem ser descritos como relógios.

Também, um balde, que contendo seis litros de água, tenha sido colocado vazio sob uma torneira que vazava 60 gotas de 0,05 ml a cada minuto, assinala que, se não houve alteração de fluxo ou volume nesse gotejamento, um período de três horas decorreu desde o primeiro momento em que o balde ali fora colocado.

As cãs e rugas no envelhecimento são apontamentos cíclicos da retilineidade do tempo. A quantidade de círculos e anéis que haja no tronco de uma árvore datam sua idade, medições de perda de energia e os assinalamentos radioativos únicos deixados na natureza, como os rádio-halos produzidos pela fugaz decomposição do Polônio-218 são vestígios da passagem do tempo.

Postula-se aqui que os cronônimos sejam também um assinalamento identitário, ou mesmo monumentos erigidos no tempo, que evidenciam as motivações onomasiológicas de cada etimologia, adendo, alteração ou neologismo semântico levadas a efeito na circunscrição de diversos paradigmas diacrônicos da sociedade, da cultura, da política, do poder ou da física, durante o processo de fossilização nômica de cada grandeza temporal, que se percebe como realidade. Dessa forma, os cronônimos também deixam marcas contínuas como impressões digitais, que permitem inferir a identidade basilar referencial de cada medida cronológica nomeada.

Para tanto, em consonância com Virgílio, na *Georgica* II p. 2.490, que diz ser “feliz aquele que chega a conhecer as causas das coisas” - *Felix qui potuit rerum cognoscere causas* – apresentar-se-ão doravante etimologias de cronônimos, com o propósito de garimpar segredos da língua soterrados pelo tempo, porque, conforme Pereira (2018, p. 01), “uma palavra, cavada até seus registros fósseis, pode se desdobrar em imagens magníficas para a compreensão da

história do pensamento e das artes”. Para o *Online Etymology Dictionary*, “etimologias não são definições; elas são explanações do que as nossas palavras significavam há 600 ou 2000 anos”⁴. No entanto, as etimologias aqui apresentadas não serão um fator limitante. Em algumas análises, abordar-se-ão referências semânticas, história, astronomia, e discussões de paradigmas e imaginários sociais pertinentes aos cronônimos.

2. Calendário: Rastreamento Astral

O calendário, segundo Ferreira (2001), é o sistema de medida que, baseando-se em fenômenos astronômicos ou num conjunto de regras específicas, divide o tempo em dias, semanas, meses e anos.

A palavra *calendário* vem do latim *calendarium*, e referia-se aos livros contábeis dos romanos. *Calendarium* advém de *calendas*, que referia o primeiro dia do mês romano, quando os débitos eram cobrados. A raiz PIE⁵ (protoindo-europeia) **kel-4*, fossilizada nas palavras *clamar*, *declarar*, *proclamar*, entre outras, compõe a palavra *calare*, cognata de *calendas* e significa *gritar*, *anunciar*, pois assim agiam os que vinham cobrar as contas.

Conforme a Encyclopaedia Britannica (1911), em Roma, o colegiado dos sacerdotes era responsável pela promulgação do calendário, estabelecendo feriados, datas de eleição, etc. Isto lhes conferia um poder que logo se tornou abusivo no sentido de servir a propósitos políticos, como o prolongamento de gestão de um magistrado, ou postergação da eleição anual.

Para dar um fim a esta farra sacerdotal, César convocou a assistência do astrônomo Sosígenes de Alexandria, que fixou a contagem da extensão do ano em 365 $\frac{1}{4}$ dias e o quarto ano com 366 dias.

Durante a República, o começo do ano coincidia com a posse de cargo de novos magistrados e nomeava-se o ano em decurso com o nome do cônsul eleito. Os Romanos contavam os anos a partir da fundação de Roma, por exemplo, 1 ad. U.C. (1 ab – Urbe Condita – 1 ano depois da fundação de Roma) isto é, 753 a.C., e o mês, a partir da lua nova.

O primeiro mês do ano era Março, como percebido pelos nomes Setembro (7) Outubro (8), novembro (9), Dezembro (10). Mas na instauração do calendário Juliano, em 46 a.C, ou 708 ad. U.C., começou com 1º de Janeiro, quando o equinócio caía em 25 de Março.

4 Etymologies are not definitions; they're explanations of what our words meant 600 or 2,000 years ago. Disponível em: https://www.etymonline.com/columns/post/abbr?ref=etymonline_footer Acesso em 23 jul. 2018.

5 PIE - Protoindo-europeia. PIE é hipoteticamente a língua ancestral comum das línguas indo-europeias. Como Albanês, Anatólio, Armênio, Báltico, Céltico, Dácio, Germânico, Grego, Ilírico, Indo-iraniano, itálico, Frígio, Eslavo, Trácio, Tocariano. O termo foi cunhado por Thomas Young, um médico e egiptólogo britânico em 1813. A gramática comparativa de Franz Bopp tornou esses estudos uma disciplina acadêmica. (AUROUX, 2000).

Nesse calendário, a regulamentação da intercalação a cada quatro anos de um dia a mais em Fevereiro foi desentendida pelos sacerdotes, intercalando-o a cada três anos, *i/o* quatro.

Augusto, após ser informado sobre o equívoco, tentou repará-lo, no entanto, a extensão astronômica do ano não tinha sido bem determinada. Os 11 minutos e 14 segundos não computados de cada ano levaram o equinócio do ano de 1582, para o dia 11 de Março, portanto, uma discrepância de um dia em cada 128 anos.

A fim de trazer o equinócio ao seu lugar primeiro, o Papa Gregório XIII mandou que se subtraíssem 10 dias do cômputo, em Outubro de 1582. A partir daí, instaurou-se o calendário chamado Gregoriano, que tinha um novo sistema de intercalação.

Diferente do solar, o calendário hebreu é datado a partir da criação como sendo 3760 anos e 3 meses a.C. Trata-se de um ano lunissolar e consiste de 12 ou 13 meses lunares⁶ com 29 ou 30 dias, o que resulta um ano ordinário de 354 dias e um ano embolístico⁷ de 384 dias, ocorrendo em cada ciclo de 19 anos.

Já o calendário muçulmano é datado do 1º dia do mês precedente à fuga de Maomé de Meca para Medina, isto é, 15 de julho de 622 a.D., os anos de Hégira são lunares e têm 12 meses lunares e começam com a lua nova.

Com relação ao cômputo de datas e contagem do tempo na história antiga, os eruditos modernos se utilizam de fontes como o Cânon de Ptolomeu, tabletas babilônicas e papiros egípcios. Observa-se que impressionantemente, os métodos de registro do tempo empregados por esses povos primevos quase não continham erros.

Na Assíria (cf. Packer, 1995), por exemplo, usava-se o *Limmu* ou *epônimo* que era a outorga do nome do oficial no cargo para o ano de sua regência. Produziram-se listas com a sequência desses nomes, onde também se registravam os acontecimentos ocorridos durante aquela vigência. Assim, com a informação de que no dia 15 de junho de 763 a.C., ocorreu um eclipse do sol que está registrado no epônimo de Bur-Sagale,⁸ foi possível correlacionar datas com nosso calendário moderno desde 911 a.C. a 648 a.C.

Também, listas com nomes de reis, bem como a sincronização dos relatos de eventos de outros povos com quem se relacionaram, lançam luz sobre a história Assíria desde 2000 anos a.C. (cf. Silva, 2008).

6 Pressupõe-se a luação com um período de 29 dias, 12 horas, 44 minutos e 3 ^{1/2} segundos.

7 Que foi acrescido de dias para coincidir com o calendário solar.

8 A frase usada - *shamash* ("o sol") *akallu* ("obscurecido") - foi interpretado como uma referência a um eclipse solar desde a primeira decifração do cuneiforme em meados do século XIX. O nome Bur-Sagale (também traduzido como Bur-Saggile, Pur-Sagale ou Par-Sagale) é o nome do funcionário *limmu* no ano epônimo. Cf. https://en.wikipedia.org/wiki/Assyrian_eclipse e https://books.google.com.br/books?id=L5dTAAAcAAJ&pg=PA660&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true.

No segundo século a.C., os egípcios reconheceram o período de 24 horas, cada uma com 60 minutos como a duração de um dia, mas, foram os Babilônios que, muito tempo antes, ao observarem com acurácia os movimentos dos astros, desenvolveram um calendário muito preciso com um ano de 360 dias divididos em 12 meses de 30 dias cada. Conforme Piettre (1997):

Esta divisão, tendo o número 12 como base, teve sua origem na Babilônia. Os Babilônios entendiam o ano sendo composto de 360 dias, contados em 12 meses de 30 dias e, a cada 6 anos, eles acrescentavam um mês para retomar o percurso do sol (PIETTRE, 1997, p. 18).

3. Cronônimos e a identidade do tempo

No processo onomasiológico da crononímia, ou forma de nomear o tempo, revela-se a intenção de descrever a concepção cinético-astral, espaço-ambiental, religiosa e, ou metafórica do nomeador, em sua busca de outorgar-lhe uma identidade, segundo suas concepções e usos do poder, e pode ser descortinada pelo estudo dos termos denominadores do tempo como se pretende constatar a seguir.

Dadas as limitações deste artigo, apresentar-se-á uma análise sucinta de cronônimos relativos aos tempos mais breves, que se subdividem na esfera do segundo, minuto, hora, dia, mês e ano (1 – 7).

3.1 Segundo

A palavra *segundo* advém do latim *secundus-a-um*, e é um particípio arcaico de *sequor* e *sequi*, que significava *seguir*. Quando um minuto era redividido em 60 partes, dava-se a cada uma dessas partes o nome de *pars minuta secunda*, isto é, a segunda parte diminuída, pois esta se seguia à primeira. Em latim, quem segue é o menor.

3.2 Minuto

A palavra *minuto* vem do latim *minutus* que é o particípio perfeito do verbo *minuere* composto com a raiz PIE **mei-2* (*pequeno*) e significava reduzido, diminuído, pequeno, insignificante, encolhido, muito breve. Como visto anteriormente, na divisão da hora por 60 partes, cada uma dessas partes era chamada de *pars minuta prima*, ou seja, a primeira parte diminuta. Em ambos os casos, há uma descrição dimensional do tempo resultante de uma divisão efetuada no segundo século a.C., pelos egípcios quando reconheceram o período de 24 horas, cada uma com 60 minutos, como sendo a duração de um dia.

Outro aspecto que se desembrulha nesse cronônimo é o aspecto místico do sexagenal na religiosidade babilônica. Sessenta era o número de Anu ou Marduque, sua divindade altíssima no transcorrer de sua história.

3.3 Hora

Os babilônios usavam como visto anteriormente, um sistema numérico duodecimal (12) e sexagenal (60). Dada sua necessidade de frações menores do dia, empregaram a trajetória da sombra de uma estaca produzida pelo sol e a fragmentaram-na em 12 partes, reproduzindo-as também para a noite. Assim eles dividiram o dia em 24 partes (12x2), e cada parte em 60.



Figura. Relógio de Sol

Fonte: <https://www.quora.com/Where-does-the-word-hour-come-from>

A palavra *hora* encontra-se no grego sob a forma de ὥραι – *horai*, e era usada para designar qualquer limitação de tempo dentro de um ano, como as estações. É descendente da PIE **yor-a*, que em inglês, compôs a palavra *year* (ano). Santo Isidoro (560-636) apresenta um trocadilho de palavras envolvendo a semelhança sonora entre ὥρα no grego e *ora* em latim. Embora, ambas procedam de raízes PIE distintas, são a ilustração de um aspecto comum na referência de hora, como segue:

Hora é um nome grego, todavia parece latino. *Hora* é de fato, um limite de tempo, assim como *orla* é um limite do mar, do rio e das vestes.⁹

Supostamente, os astrônomos gregos apropriaram-se do conceito de divisão do dia em 12 partes dos babilônios e denominaram-na como um pedaço limitante do tempo.

3.4 Dia

Dia deriva da palavra latina *dies* que emprega a raiz PIE **dei* significando *brilhar*, e **dyeu*, *quando há luz*. Em Sânscrito *dyāuh* significa *céu luminoso*. Na realidade, só a etimologia desse termo já faz alusão óbvia ao período claro em determinado hemisfério do planeta, entretanto, *dia* pode ser aplicado para significar o que é transitório, como se infere da palavra grega *hemera*

⁹ *Hora graecum est nomen, et tamen latinum sonat. Hora enim finis est temporis, sicut et orae sunt fines maris, fluuiorum, et vestimentorum. Opera Omnia, tomus III- Etymologiarium - livro 10 prioris, vol. 3 capítulo 29 - De momentis, et horis. p. 218. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=S8skJ9Z46mEC&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PR3*

(*ἡμέρα*) que, em português, deu origem à *efêmero* (*ephēmeros* - *ἐφήμερα*, isto é, *επι* - para, e *μερα* dia) ou aquilo que dura apenas um dia.

Esta palavra é empregada para denominar os insetos conhecidos como *efeméridas* da ordem *Ephemeroptera*¹⁰, (*ephemero* – que dura um dia, e *pterón* – pena ou asa), como a *mosca de dia*, *dayfly* em inglês, pois esses insetos adultos vivem somente um dia. Com o propósito de se evitar ambigüidade do termo, há o emprego de *nychthemeron* *νυχθμερον* – no sentido de 24 horas.

Outras línguas também empregam palavras distintas para dia, como parte clara, ou como período de 24 horas, dentre elas, Polonês, Russo, Hebraico, Sueco, Holandês.

O dia é mensurado pela rotação da Terra, que gira ao redor de seu próprio eixo imaginário, fazendo que qualquer ponto do planeta seja conduzido ao leste, da luz do sol para a escuridão, com um revezamento dos hemisférios na recepção de claridade e trevas.

Alguns povos antigos como os babilônios e os hebreus começavam a contagem do dia a partir do ocaso do sol. No que se refere a este aspecto semântico da palavra dia, O *Online etymology dictionary* diz que:

O significado original, em inglês, de *as horas da luz do dia* expandiu-se para significar o período de 24 horas na fenescência Anglo-Saxônica. Antigamente o dia começava ao por do sol, por isso em inglês arcaico *Wodnesniht* era o que chamaríamos de *terça-feira à noite*.¹¹ (Tradução do autor).

Outros povos como os egípcios, contavam-no a partir do amanhecer. Já o costume de considerar a meia-noite como divisa entre o dia e a noite procede dos romanos.

Nessa perspectiva, *hoje*, *hodie* do latim, vem de *hoc die*, isto é, este dia.

3.5 Madrugada

Ferreira (2001) denomina *madrugada* como o período entre zero horas e o amanhecer. Essa palavra é sinônima de amanhecer - (*prima lux*) - e, provavelmente seja oriunda do verbo latino *maturare*, que, além de ter um sentido de apressar, significa também *amadurecer*, ou *tornar-se maduro*¹²(*maturus*), formando também a palavra *matutino*. Decorre daí o estabelecimento de uma ideia metafórica na denominação de madrugada como sendo a etapa em que ocorre o *amadurecimento* do dia.

10 (HYATT & ARMS, 1891).

11 Meaning originally, in English, "the daylight hours;" expanded to mean "the 24-hour period" in late Anglo-Saxon times. The day formerly began at sunset, hence Old English *Wodnesniht* was what we would call "Tuesday night." Disponível em <https://www.etymonline.com/word/day> acesso em 23 jul. 2018.

12 <https://pt.wiktionary.org/wiki/amadurar>.

3.6 Alvorada

Alvorada advém da palavra latina *albor*, que significa alvura, e *albus* branco, e designa, conforme Ferreira (2001) o crepúsculo matutino, isto é, o período em que ocorre uma penumbra, meia-luz ou luminosidade indecisa precedente ao nascer do sol.

A palavra inglesa *Dawn* (*alvorada*) procede de *dagung* no inglês arcaico e do PIE **agh* – um dia e também traz o sentido de *luz crescente ou tornar-se dia*.

3.7 Manhã

Manhã, a hora inicial do dia, vem de *Maneana*, *Mane*, *manus* (bom), *maturus* (maduro) e *Matuta* (deusa da manhã), palavras latinas derivadas do PIE **meh-*₂, cuja raiz está relacionada com a ideia de amadurecer, cintilar, ou brilhar, e deu origem também à palavra anglo-saxônica *Morgan*, que virou *morning* em inglês. Dessa forma, é possível entender *manhã* como o período do dia quando o brilho cintilante está maduro.

Já a palavra *amanhã* procede da construção latina *ad maneana*, como a hora inicial do dia, naturalmente, significando do dia seguinte.

3.8 Tarde/vésper

A palavra tarde deriva de sua homógrafa em latim (*tarde*), que, por sua vez vem de *tardus* para designar o que é lento, demorado. Daí o verbo *tardar* (*tardus lento*) para se referir ao que acontece em momento posterior, ideia inerente em *retardar*, *tardiamente*, *tardio*, etc.

A razão para *vespertino* (*lat. Vespertinus*) ser o adjetivo relativo à locução *da tarde* se dá porque, na mitologia grega Hésperos (Ἑσπερος) era uma divindade personificada pelo planeta Vênus, visível também no entardecer e por isso chamada de estrela vésper. Como já mencionado nas considerações sobre *dia*, alguns povos entendiam ser o por do sol que assinalava o início do novo dia, considerando-se assim, as primeiras horas após o ocaso, ou ao cerrar da noite, já como sendo o dia seguinte. Semelhantemente, *véspera*, ou o dia antecedente ao que se espera, também está associada com *anoitecer* advindo da PIE *wesperos*¹³.

3.9 Noite

Em oposição ao dia (parte clara), a noite é o período em que um hemisfério da Terra, devido a seu movimento de rotação, encontra-se sem a reflexão da luz solar. *Noctem* do latim, tem sua origem no grego *nux*, (νύξ), *nuktos* (νυκτος) e significa noite/escuridão. A raiz PIE

13 Calvert Watkins. The American Heritage dictionary of indo-european roots. 3ª. ed. 2011.

nek-t- (negro, de cor preta, escuro, sombrio) está presente em palavras como, nictofobia (medo da noite ou da escuridão), equinócio (*Aequus* – igual e *nox, noctis* – noite) para designar o fenômeno de terem o dia e a noite a mesma duração, e na palavra *night* em inglês.

Nesse contexto, *ontem* é o resultante da expressão latina *ad noctem*, ou seja, na noite passada.

3.10 Semana

A semana (*lat. septimana*) computada em um ciclo de sete dias é um legado do povo hebreu desde muito antes da semana planetária ser convencionada. A Enciclopédia Britânica diz:

A semana é um período de sete dias, não possuindo nenhuma relação com os movimentos celestes - uma circunstância à qual ela deva sua inalterável uniformidade[...] foi ela empregada desde tempos imemoráveis em quase todos os países do oriente, e como não faz ela parte integrante do ano, nem do mês lunar, aqueles que rejeitam a narrativa mosaica se sentirão embaraçados ao atribuir-lhe uma origem que tem muita semelhança com probabilidade¹⁴.
<https://archive.org/details/encyclopaediabri04chisrich>

Para os babilônicos e gregos, a astronomia passara a ser um foco de interesse desde seus primórdios. Ao observarem detidamente o firmamento, em uma época em que as luzes das grandes cidades não ofuscavam o espetáculo noturno sideral, efetuaram cálculos que, a partir da perspectiva na Terra, os levaram à ilação da distância aparente entre os sete astros visíveis na tela cósmica, convencionando a sequência *Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio e Lua*.

A influência mitológica babilônica, que via planetas como divindades, e os avanços da matemática e astronomia gregas formam o paradigma sob o qual se criaram condições favoráveis para designarem os nomes desses sete corpos celestes, um para cada dia do ciclo semanal.

Com a divisão do dia em 24 horas, o Egito consagrava cada hora a um determinado astro e o dia passou a receber o nome daquele que se referia à sua primeira hora. Ao ter sido completado o ciclo, o oitavo dia deveria ser novamente o de Saturno, pois, para eles, era quando supostamente a semana começaria diferentemente dos hebreus, que nominavam os dias da semana com numerais ordinais e, o sábado era o último dia.

Há em várias línguas do mundo, como se pode atestar abaixo, evidências vestigiais da influência dessas duas formas com as quais, os dias da semana foram nominados, ou seja, a numérica e a planetária. Em ambas, razões religiosas estão envolvidas.

14 Week. The week is a period of seven days, having no reference whatever to the celestial motions, a circumstance to which it owes its unalterable uniformity. Although it did not enter into the calendar of the Greeks, and was not introduced at Rome till after the reign of Theodosius, it has been employed from time immemorial in almost all eastern countries; and as it forms neither an aliquot part of the year nor of the lunar month, those who reject the Mosaic recital will be at a loss, as Delambre remarks, to assign it to an origin having much semblance of probability.

Dias da Semana em outras línguas

Português	Hebraico	Latim	Inglês	Alemão	Espanhol	Saxão
Domingo	Yom rishon (1°)	Solis Dies	Sunday	Sonntag	Domingo	Sun's Day
Segunda-feira	Yom sheni (2°)	Lunae Dies	Monday	Montag	Lunis	Moon's Day
Terça-feira	Yom shlishi (3°)	Martis Dies	Tuesday	Dienstag	Martes	Twi's Day
Quarta-feira	Yom revi'i (4°)	Mercurii Dies	Wednesday	Mittwoch	Miércoles	Wonden's Day
Quinta-feira	Yom hamishi (5°)	Jovis Dies	Thursday	Donnerstag	Jueves	Thor' Day
Sexta-feira	Yom shishi (6°)	Veneris Dies	Friday	Freytag	Viernes	Friga's day
Sábado	Shabbat	Saturni Dies	Saturday	Samstag	Sábado	Saterne's Day

No que concerne à planetária, o panteísmo Greco-romano associava o Sol, a Lua, Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus e Saturno às suas divindades, pois, pensava-se que as deidades regiam os planetas. Ocorria também uma paridade dos deuses nos processos de transculturação. Por exemplo, em saxão, Tiw, Woden, Thor, e Friga eram respectivamente equivalentes a Marte, Mercúrio, Júpiter, e Vênus.

Outro aspecto observável é a integridade do ciclo semanal. Segundo Smith (1875), em suas escavações arqueológicas, o mesmo ciclo semanal foi registrado pelos assírios:

No ano de 1869, eu descobri entre outras coisas um curioso calendário religioso dos assírios, em que cada mês está dividido em quatro semanas, e os sétimos dias, ou 'sábados', estão marcados como dias em que nenhum trabalho deve ser empreendido. Durante 1870, eu estava envolvido preparando a publicação de meu extenso trabalho sobre a história de Assurbanipal, no qual entreguei os textos cuneiformes, transcrições e traduções dos documentos históricos deste importante reinado (SMITH, 1875, p. 12-13).

Outra fonte que evidencia a ininterrupta regularidade do ciclo semanal é a revista *Nature* ao publicar que:

A regularidade ininterrupta da sequência das semanas, que têm decorrido sem uma quebra por mais de três mil anos, excita o antagonismo de uma série de pessoas. [...] Alguns destes (judeus, além de muitos cristãos) aceitam a semana como uma instituição divina, que é ilícito alterar; outros, sem estes escrúpulos, ainda percebem que ela é útil para manter a unidade de tempo que, ao contrário de todas as outras, procede de forma absolutamente invariável desde o alvorecer da História. Esta visão encontrou apoio na reunião da União Astronômica Internacional em Roma, em 1922 (NATURE, 1931, V. 127, p. 869).

Conforme Odom (1965), ao falar sobre a semana planetária, o importante astrólogo helenista da Antioquia chamado Vettius Valens (120 – c. 175) apresenta em sua obra *Anthologia*

de dez volumes *um capítulo onde conta como encontrar o dia da semana em que uma determinada data de nascimento tinha caído:*

E quanto à semana e [o] dia sabático [a fórmula é] assim: Tomando [o número de anos completos e o [número de] intercalações desde [o começo da Era de] Augusto, acrescentando também o [número de] dias a partir de [o primeiro dia de] Thor até a data de nascimento, e subtrair de [o total] estes [números] sete quantas vezes for possível, e [contar] o restante (dias) do [do sol]. Desta maneira você pode calcular a estrela [planetária] à qual o dia pertence e a ordem das estrelas [planetárias] em relação aos dias [da semana], mantém assim: Sol, Lua, Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus, [e] Saturno, mas o arranjo de suas órbitas [ao redor da terra é] assim: Júpiter, Marte, Sol, Vênus, Mercúrio, [e] Lua. (ODOM, 1965, p. 113).

Sabe-se que a semana hebdômada tem sido ininterrupta por quase dois milênios mesmo a despeito das mudanças gregoriana, Juliana e alexandrina no calendário. Segundo Neugebauer (2017), a data do domingo de páscoa pode ser rastreada através das muitas tabelas de cálculos até a primitiva tabela alexandrina, começando com a páscoa de 311 d.C.

Pelo que se pode depreender, o ciclo semanal tem se mantido ininterrupto, no entanto, algumas tentativas de alteração já ocorreram na história. Por exemplo, na União Soviética em 1929, Lênin decretou uma semana de cinco dias excluindo sábados e domingos, sendo seis semanas para cada um dos doze meses do ano, acrescentando cinco dias como feriados nacionais para completar os 365 dias do ano. Em 1932, mudou-se novamente o calendário para 60 semanas de seis dias, e em 1940, voltou-se ao calendário Gregoriano.

3.10.1 Domingo

O significado original do primeiro dia da semana designando o *dia do sol* é preservado em várias línguas como bem se pode perceber na tabela acima. Mas, o interesse eclesiástico pelo sincretismo litúrgico, a necessidade de adequação política por parte de Constantino (*Flavius Valerius Constantinus* – 272 – 337 d.C.) e também o sentimento de anti-semitismo promoveram a mudança do nome para *dies dominicus* ou dia do Senhor.

Como atesta Flávio Josefo em sua obra *Contra Ápion*, o princípio de descansar no sétimo dia havia sido levado pelos judeus a toda parte: *porque não há cidade dos gregos, nem dos bárbaros, nem de nenhuma nação, para onde o nosso costume de descansar no sétimo dia não tenha chegado* (WHISTON, 1895, p. 280)¹⁵, mas o édito de Constantino promulgado em 07 de

15 “For there is not any city of the Grecians, nor any of the barbarians, nor any nation whatsoever, whither our custom of resting on the seventh day hath not come”. Flavius Josephus. *The Works of Flavius Josephus*. Translated by. William Whiston, A.M. Auburn and Buffalo. John E. Beardsley, 1895. PÔR NAS REFERÊNCIAS

Março de 321 d.C. ordenou que todos deveriam descansar no venerável *dia do sol*.¹⁶ Gibbon (1776, p. 331) diz que Constantino averbou de “*dies solis*” (dia do sol) o “dia do senhor” um nome que não podia ofender os ouvidos de seus súditos pagãos.¹⁷

O concílio de Laodiceia (363-364 d.C.), motivado pelo decreto de Constantino, decidiu no Cânon 29, estabelecer a sacralidadedo domingo e execrar o feriado sábado como segue:

Os cristãos não devem judaizar e descansar no sábado, mas sim trabalhar nesse dia; devem honrar o dia do senhor e descansar, se for possível, como cristãos. Se, entretanto forem encontrados judaizando, sejam excomungados por Cristo (HEFELE, 1875, p. 316)¹⁸.

3.10.2 Segunda-feira

O termo *feira* acoplado nos dias da semana em português deriva de *feria* do latim - singular de *feriae* - de onde se formaram as palavras *férias* e *feriado*, e se referia, a princípio, aos dias de descanso, antecedentes ao domingo de páscoa, promulgados pelo bispo Martinho de Braga. No entanto, em 563, esse episcopal, presidindo um concílio da igreja católica nessa cidade portuguesa, obteve a decisão de mudar definitivamente para ordinais os cinco dos sete dias da semana, argumentando que eles faziam homenagem a divindades pagãs.

Já, *segunda-feira* em inglês – *Monday*, vem do arcaico *mōnandæg* – dia da lua, uma tradução de *dies Lunae*. Segundo Hall, 1985, a lua na mitologia sumeriana era a divindade Inanna e simbolizava a personificação da sabedoria. O santuário principal de Nanna em Ur era chamado de *E-gish-shir-gal*, ou seja, a casa da grande luz.

Foi em Ur que, segundo esse autor, o papel da sacerdotisa (*En*) se desenvolveu. Era um papel extremamente poderoso desempenhado pela princesa *Enheduanna*, filhada rei Sargão da Acádia, isto é, ela era responsável pelo culto de Nanna - a deusa-lua.

Innana era equivante à Ishtar dos Acádios, Astarote dos Filisteus, Isis dos Egípcios, e Astarte dos Fenícios¹⁹.

16 Que todos os juízes, e todos os habitantes da cidade, e todos os mercadores e artífices descansem no venerável dia do Sol. Não obstante, atendam os lavradores com plena liberdade ao cultivo dos campos; visto acontecer amiúde que nenhum outro dia é tão adequado à sementeira do grão ou ao plantio da vinha; daí o não se dever deixar passar o tempo favorável concedido pelo céu. Codex Justinianus, lib. 13, it. 12, par. 2. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89dito_de_Constantino#cite_ref-1

17 *Constantine styles the Lord's day dies solis, a name which could not offend the ears of his pagan subjects.* Disponível em <http://www.limpidsoft.com/galaxy8/declinefall2.pdf> p. 331

18 *Christians shall not judaize and be idle on Saturday, but shall work on that day; but the Lord's Day they shall especially honour, and, as being Christians, shall, if possible, do no work on that day. If however, they are found judaizing, they shall be shut out from Christ.* Disponível em <https://archive.org/stream/ahistoryofthecou02hefeuft#page/n331>

19 *Dicionário das mitologias européias e orientais.* [S.l.]: Cultrix. 1973. p. 126-127; 141

3.10.3 Terça-feira

O planeta *Marte* é conhecido como o planeta vermelho, e de fato ele assim é por causa de seu solo ser coberto por regolito - uma poeira rica em Óxido de ferro - e a oxidação da magnetita. Essa característica pigmentar perceptível aos escrutínios dos observadores evocava a metáfora de sangue e guerra, que era atribuída à divindade do combate e heroísmo na mitologia nórdica e no politeísmo germânico. O dia atribuído a essa divindade se faz notar no cronônimo *Tuesday* em inglês derivado do inglês arcaico *tiwesdaeg* e significa *dia* de *Tyr*, ou *dia de Marte*, o deus romano da guerra - *dies Martis* em latim.

3.10.4 Quarta-feira

No sistema onomasiológico da semana planetária, este quarto dia é uma homenagem ao deus da mitologia nórdica chamado *Woden*, ou *Odin*, cujo nome significava em norueguês arcaico fúria e excitação. Trata-se de uma deidade equivalente a Mercúrio do panteon greco-romano e Lupus do celta.

Decorre daí o cronônimo *Wednesday* em inglês que deriva de *wodnesdaeg*, ou o mesmo que *dies Mercurii* em latim, isto é, o *dia de Mercúrio*, ou *Onsdag* em sueco – dia de Odin. Entretanto, o nome para esse quarto dia é referido como *Mittwoch* – *meio da semana*, em alemão, e *keskiviikko* (*keski* – *meio*, *viikko* – *semana*) em finlandês.

3.10.5 Quinta-feira

O planeta júpiter era o planeta representante de *Thor*, o deus do trovão, e que foi empregado para designar o quinto dia da semana. Essa homenagem se verifica no nome *dies jovis* – dia de júpiter, e em inglês *Thursday* – dia de Thor.

3.10.6 Sexta-feira

No politeísmo antigo, o nome da deusa do amor e da beleza Frigga pode variar em Freya, Freija, Frejya, Freyia, Fröja, Frøya, Frøjya, Freia, Freja, Frua e Freiya e significa *senhora*, e era esposa de Odin. O sexto dia da semana foi nomeado como *Frīgedæg* ou dia de Frigga, como perceptível em no inglês *Friday*, e no latim *dies veneris* – dia de Vênus.

3.10.7 Sábado

O primitivo lexical que deu origem à palavra *sábado* é *shabat* (שַׁבָּת), do hebraico, uma substantivação do verbo *shavat* (שָׁבַת) – descansar, cessar o trabalho – sendo *sabbatonem* grego (Σάββατον) e *sabatum* no latim, manteve um nome distinto paralelo ao da semana planetária

sustentando ainda seu significado etimológico de descanso em muitas línguas modernas como abaixo demonstrado:

Sábado em outras línguas

Idioma	Termo	Idioma	Termo
Português	Sábado	Inglês	Sabbath/Saturday
Espanhol	Sábado	Romeno	Sâmb ^ã t ^ã
Italiano	Sabato	Sueco	Lördag – dia do banho
Francês	Samedi	Dinamarquês	Lørdag – dia do banho
Alemão	Samstag	Finlandês	Lauantai – dia do banho

Ao se atentar para a história, a política e os aspectos sociais e civis envolvidos com esse cronônimo, nota-se um litígio de aspecto ideológico-religioso que se tem travado periodicamente que é possível inferir a partir nos trechos extraídos de *Comentário sobre Salmos de Eusébio* bem como em Hefele respectivamente:

Todas as coisas que era dever fazer no sábado, estas nós as transferimos para o dia do Senhor, como o mais apropriado para isso, este é o principal na semana, é mais honroso que o sábado judaico.²⁰

Os cristãos não devem judaizar e descansar no sábado, mas sim trabalhar nesse dia; devem honrar o dia do senhor e descansar, se for possível, como cristãos. Se, entretanto forem encontrados judaizando, sejam excomungados por Cristo (HEFELE, 1875, p. 316).²¹

Estas imposições sucederam o costume relatado pelo historiador Sócrates, o eclesiástico (379-440):

Conquanto quase todas as igrejas do mundo celebrassem os sacramentos aos sábados, cada semana, os cristãos de Alexandria e de Roma, por causa de alguma tradição, deixavam de fazer isso (Sócrates, 439, p. 132).²²

20 Eusebius' Commentary on the Psalms (Psalm 92, a Psalm or Song for the Sabbath-Day). In: Migne's Patrologia Graeca, vol. XXIII, col. 1171-1172.

21 HEFELE, Karl Joseph Von . CLARK William R. A History of the Councils of the Church: From the Original Documents; Volume 2 Creative Media Partners, LLC, Edinburgo: 2018. Disponível em <<https://archive.org/stream/ahistoryofthecou02hefeuoft#page/n331>>

22 Ecclesiastical History, livro v, cap. 22 in Nicene and Post-Nicene Fathers, 2a. série, vol II, pág. 132. Disponível em: <[https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0380-0440,_Socrates_Scholasticus,_Historia_ecclesiastica_\[Schaff\],_EN.pdf](https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0380-0440,_Socrates_Scholasticus,_Historia_ecclesiastica_[Schaff],_EN.pdf)> Acesso em 15 jun 2018

Longe de ser uma questão puramente histórico-religiosa, ainda hoje, mesmo em um mundo ocidental plural moderno e de liberdade, vez por vez ocorrem ainda investidas políticas e comerciais para que haja deliberações no sentido de unificarem-se os dias de *feria* em que o comércio, a indústria e os sindicatos possam ou não funcionar, e com penalidades para os divergentes ou minorias discordantes.

3.11 Mês

Ao se calcular a média aritmética entre os 27.3 dias do ciclo lunar orbital e os 29.5 dias do fásico, obtém-se 28.4 dias como sendo o período para a translação da lua ao redor da Terra.

Decorre daí que o cômputo lunar para o mês empregado por povos antigos como os hebreus, é consideravelmente prático. A palavra hebraica para mês *chódesh* significa *lua nova*, e contém o radical Chadash (חֲדָשׁ) que significa *nova*, fazendo assim referência óbvia a essa fase da lua, e é o que determina seu primeiro dia - *Rosh chódesh*.

Essa é a única fase da lua que pode ser determinada com precisão pela simples observação nua, pois em sua plenitude, a lua desaparece totalmente, e no dia seguinte, logo após o pôr-do-sol, faz-se presente uma listra esbranquiçada no horizonte.

Também, as palavras *mensis* do latim e *mene* μηνε do grego têm a mesma raiz PIE *men/mon* (*mē-2*) – *lua* (cf. Watkins), de onde deriva *mês* em português. Isto é, mês implica em um ciclo lunar. Esta raiz está incrustada nas palavras *month* (mês) em inglês, *masah* (lua/mês) em sânscrito, *mond* (lua) em alemão, *maan* (lua) em holandês e *Mah* (lua) em persa.

A divindade grega da lua - Selene (selas – luz) também é chamada de *Mene* cf. Smith (1873)²³.

Como bem indicam os nomes numerais dos meses *Quintilis* (5º), *Sextilis* (6º), *September* (7), *October* (8), *November* (9) e *December* (10), o ano em Roma antiga começava no mês de Março, ou *Mars* – o nome dado em homenagem ao deus *Martius* da guerra e das marchas bélicas, representado pelo planeta Marte.

No ano de 44 a.C., o nome *Quintilis* referente ao 5º mês do ano foi substituído por *Iulius* para homenagear o imperador Júlio César, e no ano 8 a.C. o mesmo aconteceu com *Sextilis* para prestigiar Augusto César, passando o mês a se chamar *Augustus*.

Até 153 a.C., o ano começava em 15 de Março, época em que começavam também as atividades agrícolas do ano. O período de inverno naquela região, atualmente os meses de janeiro e fevereiro, era ignorado até sua inclusão no séc. VII a.C., feita supostamente por Numa Pompílio, rei romano que sucedeu a Rômulo.

23 SMITH, William. Dictionary of greek and Roman biography and mythology. John Murray. Spottiswoode and co. London: 1873. E <https://pantheon.org/articles/s/selene.html> acesso em 05/08/2018.

Morris (1976) e O'Neil (1975) apresentam as origens dos nomes dos meses do ano ocidental resgatando que *Janeiro* foi dedicado a homenagear *Jano* – deidade esculpida com duas faces opostas para representar entradas e saídas. Já *Fevereiro* como advindo de *februália*, um festival necrolátra de Roma. Sendo *Abril* estação primaveril no hemisfério norte, tem-se que essa palavra seja procedente do latim *aperire* – *abrir*, referindo ao tempo em que se abrem as flores. *Mai* seria uma homenagem à deusa *Maia*, divindade romana supostamente responsável pelo crescimento das plantas, enquanto que *Junho* se nomeia com pertinência à *Juno*, protetora das mulheres casadas. Os demais meses mantiveram o nome da descrição ordinal: Setembro – sete, Outubro – oito, Novembro – nove, e Dezembro – dez.

Já os nomes dos meses judaicos eram todos ordinais, no entanto, com o exílio em Babilônia, os nomes procedentes do acadiano foram adotados e descrevem eventos e características da natureza naquela estação como se pode verificar a seguir.

Tisri - תִּשְׁרִי – significa *início* e é seu primeiro mês no calendário civil. Antes do exílio, seu nome era *Etanim* – perseverança. O mês de **Cheshvan** – חֶשְׁׁוֹן – faz referência a dilúvio ou chuva, enquanto que **Kislev** – כִּסְלֵו – vem de uma raiz hebraica כָּסַל que significa *esperança*. A palavra **Tevet** – טֵבֵת – implica em *afundamento provavelmente referindo-se à lama deixada pela chuva*, e **Shevat** – שֵׁבֵט – quer dizer *árvore nova*. **Adar** - אֲדָר – é força e **Abib/Nissan** - אֲבִיב – significa primavera, primeiros frutos, brotos, rebentos, é o início da primavera no hemisfério norte. O mês de **Yar** – אֲיָר – faz referência ao desabrochar, florescer, e é também conhecido como Ziv – luz. **Sivan** - סִיּוֹן – quer dizer estação ou tempo, enquanto que **Tamuz** - תַּמּוּז – é conectar, Av – אָב – pai e Elul – אֱלּוּל – busca e colheita, isto é, uma época de colheita ou ceifa.

O calendário Islâmico, por sua vez, tem como marco inicial a Hégira (c.622 d.C.) e foi introduzido em c. 638 d.C. Seus meses são lunares e começam ao por do sol de seu primeiro dia. Seu significado é histórico e religioso como cita Ilyas (1984):

Todos os eventos da história islâmica, principalmente aqueles que aconteceram durante a vida do Santo Profeta e posteriores, são mencionados com base no calendário da Hégira (ILYAS, 1984).

Destarte, os nomes de seus meses têm os seguintes significados: **Muharram** – seu primeiro mês, significa *proibido ou sagrado*, e **Saphar**, vazio. **Rabia I** e **Rabia II** referem-se respectivamente à primeira e segunda *primavera*, enquanto que **Jumada I** e **Jumada II**, à primeira e segunda *seca ou geadas*. **Rajb** significa *abstinência* e **Shaaban** *germinação*. O mês de **Ramadan** faz alusão ao *calor e estio*, é o mês em que se realiza jejum. **Xauul** é a época do *acasalamento* dos animais; **Dulcaada** significa *descanso* e **Dulrija**, *peregrinação*.

Durante a revolução Francesa (1789-1799), Charles Gilbert Romme (1750-1795) e Fabre d'Eglantine (1755-1794) instigaram a elaboração de um calendário de base decimal, que, tendo

os nomes dos meses mudados, fosse uma estratégia anárquica e descristianizante. André Thouin (1747-1824), um jardineiro do Museu Nacional de História Natural, ajudou ao poeta d'Eglantine a redenominar esses cronônimos fazendo com que cada mês aludisse a aspectos do clima francês. Assim, esse calendário vigorou de 1792 a 1806 tendo os seguintes nomes para os meses:

Alteração Crononímica da Revolução Francesa

CRONÔNIMO	PERÍODO	LATIM	SIGNIFICADO
Vendémiaire	22/09 a 21/10	Vindemia	Colheita das Uvas
Brumaire	22/10 a 20/11	Bruma	Nebuloso
Frimaire	21/11 a 20/12	Frimas	Nevoeiro /Geadas
Nivôse	21/12 a 19/01	Nivosus	Com Neve
Pluviôse	20/01 a 18/02	Pluviosus	Chuvoso
Ventôse	19/02 a 20/03	Ventosus	Que Venta
Germinal	21/03 a 19/04	Germinalis	Germinar
Floreal	20/04 a 19/05	Florus	Florido
Prairial	20/05 – 18/06	Pratum	Campina
Messidor	19/06 a 18/07	Messis	Colheita
Thermidor	19/07 a 17/08	Thermos	Calor
Fructidor	18/08 a 16/09	Fructus	Fruta

3.12 Ano

A terra circunda o sol em 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 46 segundos (BOCZKO, 1984). Para esse tempo gasto na translação, dá-se o nome de ano. Termo derivado do latim *anus* e significa anel, círculo, que por sua vez, pode ser oriundo da raiz PIE **h-enkos*, que significa *curva*, transmitida para a palavra *ánkós* (ἄγκος) do grego arcaico.

A palavra *ano* compõe *aniversário*, que segundo Cunha (2010) advém do latim *anniversarius*, - (*annus* - ano e *vertere* – que volta ou regressa) – significando assim *aquilo que volta todos os anos*. Essa palavra se relaciona com o costume na Grécia antiga de homenagear a deusa Artemis com velas sobre um bolo de mel em forma de lua (LINTON; LINTON, 1952).

Nesse ciclo translacional ocorrem os solstícios (lat. *solstitium* – da PIE **sawel* – sol, e a raiz *sistere* – ficar, impor-se), os equinócios (lat. *equinoxium* composta de *aequus* – igual, e *nox, noctis* – noite, isto é, dia e noite com igual duração), e as estações quentes e frias, cujas particularidades, tais como: *o tamanho da sombra ao meio-dia no relógio de sol era muito maior na época fria que na quente*; a diferença na variedade de estrelas visíveis na estação fria

e na quente; e a relação das cheias ou secas dos rios com as estações, segundo BOCZKO (1984, p. 6), logo foram percebidas pelos antigos.

Essas estações (*latim satio* – de *serere*, *plantar*, *semear*) são chamadas de Primavera – do *latim primo vere* – princípio da boa estação, verão – *veranum tempus* – tempo da frutificação, Outono – de obscura ascendência etimológica, mas que pode derivar da raiz PIE **h₃ewǵ-* para frio, e Inverno – *tempus hibernus* – tempo de dormir.

No sistema de ideogramas utilizado pelos japoneses denominado de *Kanji*, segundo Papinot (1989), os pictogramas que representam as quatro estações, *Haru* – primavera (春), *Natsu* – verão (夏), *Aki* – outono (秋), e *Fuyu* – inverno (冬) descrevem respectivamente a semente germinada em meio à plantas e brotos robustos sob o sol, um corpo nu em busca de refrigério; arroz já colhido e fogo para seu preparo, e água congelada.

Como se pode perceber, os cronônimos revelam a leitura das realidades vivenciadas pelo nomeador.

Considerações finais

Ao se elencar o prosaico de abordagens acima declinados, entende-se que os movimentos da Terra, transportando a humanidade a 107.000 km/h pelo percurso cíclico chamado tempo, em meio a um sincrônico trânsito cósmico, têm sempre fascinado a curiosidade de todas as gerações. Essa relação do homem com o tempo possivelmente decorre da constatação de que o tempo é uma cadeia inexorável de grillhões inquebrantáveis diante da finitude de todas as coisas.

O reconhecimento da importância do nome para retratar/destratar, reforçar/neutralizar, estabelecer e/ou aniquilar ideologias, costumes sociais, cosmovisão, formas de pensar, admirar, reputar e julgar, individuais e/ou coletivos, resulta na constante luta pela supremacia em denominar para perpetuar.

As incrustações e fossilizações de elementos entrópicos dessemantizantes podem acarretar um novo sentido aos cronônimos afetados, de certa forma, soterrando, obliterando, ou até mesmo falseando suas propriedades descritivas originais, por vezes, envelopadas em sua etimologia, e pode interferir na identidade, cultura, ou consciência de grupos sociais.

Pode-se observar nas entrelinhas da história que o estabelecimento de feriados, e a manipulação do tempo por meio de seus cronônimos são uma ação de poder ou de pretensão ao poder, de forma que, se emprega a força ideológica embutida no tempo para validar esse exercício, demarcando, na dimensão temporal, um território destinado ao erguimento de monumentos que prestigiem ao poder.

No entanto, as incrustações e alterações ideológicas dos cronônimos são passíveis de trazer incompatibilidades, como visto, no cômputo dos ciclos agrícolas, econômicos, sociais e mentais.

Lipp (2001) associa a doença do estresse com a saúde mental.

Segundo Tanure, Neto, Santos & Patrus (2014, p. 1), uma percepção equivocada do tempo causa “*estresse, uma doença do tempo*, que destrói a qualidade de vida do indivíduo, retirando dele o tempo adequado para realizar suas responsabilidades e desenvolver suas relações afetivas”.

Essas desordens psíquicas parecem decorrer do efeito *Oddball*, que reporta uma diferente percepção da passagem do tempo, conforme a circunstância de prazer ou dor em que se veja submetido um indivíduo. Isto é, três dias de estadia em um luxuoso *resort* de uma paradisíaca praia tropical passam mais rapidamente que meia hora em um doloroso procedimento médico.

Alterações crononímicas mudam a percepção da realidade espacial e temporal. Conceitos diferentes, oriundos de olhares diferentes, fazem as coisas diferentes. Embora marcas vestigiais fossilizadas do significado primevo se façam presentes em muitos cronônimos, a redenominação do tempo muda a leitura do espaço, do lugar e do próprio tempo.

A crononímia, ou forma de nomear o tempo, parece revelar a concepção cinético-astral, espaço-ambiental, metafórica, e também religiosa do nomeador, em sua busca de outorgar ao tempo uma identidade, que reflita sua cosmovisão. No entanto, sob uma visão crítica, deve-se levar em consideração o caráter instilador de ideologias como aspiração do nomeador em perpetuá-la no futuro, além de ser um dos instrumentos socialmente engendrados para o estabelecimento, sanção, reforço e perpetuação da prática do poder, pois no estabelecimento de feriados, deliberações sobre quando se trabalha, quando se descansa, quando se comercializa e o que se comercializa de tempos em tempos é uma pressuposição da ação do poder.

Evidencia-se que o estudo da crononímia pode não apenas descortinar os vestígios remanescentes das intenções e pretensões do denominador nas mudanças nômicas do tempo levadas a efeito durante a história, mas também apontar que os codificadores temporais da sociedade têm sido associados às técnicas desenvolvidas para controle e gerenciamento social de que fala Foucault (1979/2008), pois o “comportamento humano é uma ação simbólica”, e a “importância da cultura, centra-se também no que está sendo transmitido com sua ocorrência (GEERTZ, 1989, p. 20).

É curioso notar que, em 31 de dezembro de 2019, foi descoberto um novo agente do vírus Corona que provoca uma doença chamada COVID-19, e é caracterizada por infecções respiratórias.

Essa nova mutação do vírus Corona, e seu principal foco epidêmico ocorreram na cidade de Wuhan - China.

Mas, devido à sua rápida transmissão, não mais só de animal para humano, mas já, de humano para humano, o mundo todo registrou avassalador número de casos e, em detrimento dessa situação, a OMS - Organização Mundial da Saúde - considerou-o uma pandemia mundial, que tem trazido caos aos serviços de saúde de todos os países.

Na tentativa de conter o alastramento da pandemia, governos decretaram o confinamento de seus cidadãos.

Em países mais seriamente afetados pela doença, como é o caso da Itália e Estados Unidos, tornou-se crime sair de casa. Foi promulgada uma quarentena ou feriado sem data para terminar. Pontos turísticos, rodovias, museus, casas de shows, shopping, e outros locais de atividades comerciais, se tornaram desertos.

Em apenas 15 dias decorridos desse confinamento, a despeito do surto ainda ter sido contido, alguns dados de melhoria ambiental se tornam evidentes. Por exemplo, os níveis de poluição do ar e das águas em grandes cidades caíram drasticamente.

Seria possível surgir daí o pensamento de que, por uma boa causa, ainda que a liberdade seja suprimida, os fins justificariam os meios?

Dessa forma, uma deliberação quanto ao estabelecimento de um novo modelo de jornada de trabalho ou de pausas prefixadas poderiam doravante começar a esculpir nos discursos e impregnações ideológicas, uma imagem do poder no tempo?

Recrudescer o controle do que se pode ou não se pode fazer em determinado tempo, com força de lei, sem considerar diferentes modos de vê-lo e vivê-lo viria a ser uma ditadura que execraria as minorias.

Referências

AUROUX Sylvain, “L’histoire de la linguistique”, em Auroux, Sylvain e Chevalier, JeanClaude dir., *Histoire de la linguistique française, Langue française*, 48, 1980, p. 7- 15.

AUROUX, Sylvain. *History of the Language Sciences*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2000.

BAKHTIN, M.M. *Forms of time and of the chronotope in the novel: notes toward a historical poetics*. HOLQUIST, M. (Org.). *the dialogica imagination : four essays*. Trad.: C. Emerson; M. Holquist. Austin: University of Texas Press. USA, 1990.

BEMONG, Nele. *Bakhtin e o cronotopo: Reflexões, Aplicações, Perspectivas/ Nele Bemong et. al.; tradução Oziris Borges Filho, et. al. – 1ª. ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.*

BOCZKO, R. *Conceitos de Astronomia*. São Paulo, Edgard Blucher, 1984.

BRAGUE, Remi. *O tempo em Platão e Aristóteles*. Ed, Loyola, 1982.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. *As Origens dos Nomes de Pessoas*. In: *Domínios de Linguagem Revista Eletrônica de Linguística*. Ano 1, nº1. 2007. Disponível em www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/download/11401/6686

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

DE VAAN, Michiel. *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages* (Leiden Indo-European Etymological Dictionary Series; 7), , Leiden, Boston: Brill, 2008.

Dicionário Aurélio online, disponível em : <https://www.dicio.com.br/calendario/>

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os Nomes como Marcadores Ideológicos. In *Acta Semiótica et lingvistica*. v.7, n.1, 1998. pp. 97 – 122 disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/16907/9631> acesso em 10/05/2018.

Ecclesiastical History, livro V, cap. 22 in *Nicene and Post-Nicene Fathers*, 2a. série, vol II, pág. 132. WACE, Henry (editor). Hendrickson Pub.1996.

Eusebius' Commentary on the Psalms (Psalm 92, a Psalm or Song for the Sabbath-Day). In: *Migne's Patrologia Graeca*, vol. XXIII, col. 1171-1172.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio século XXI escolar : Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira ; coordenação e edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira ; lexicografia Margarida dos Anjos... [et al.] 4. ed., rev. e ampl. / do minidicionário Aurélio* Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2001.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística I. Objetos Teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.

GIBBON Edward. *The History of The Decline and Fall of the Roman Empire* Volume 2.

HALL, M.D. A study of Sumerian moon god Nanna/Suen. Ph.d. thesis. University of Pensilvania, 1985, p. 227.

HAWKING. S.W. *Uma Breve História do Tempo*. Rio de Janeiro, 1988.

HEFELE, Josef Karl von. *A History of the Councils of the Church: From the Original Documents; Volume 2*. Edinburgh: Creative Media Partners, LLC, 2018. Disponível em <https://archive.org/stream/ahistoryofthecou02hefeuft#page/n331>.

HYATT, A.; ARMS, J.M. *Ephemeroptera*. in *Guides for Science-Teaching*. No. VIII. Insecta. Boston Society of Natural History. Boston. 1891.

ILYAS, Mohammad. "A Modern Guide to Astronomical Calculations of Islamic Calendar, Times & Qibla", Berita Publishing, 1984.

ISIDORI. Hispalensis Episcopi Opera Omnia. - TOMVS III. Etymologiarvm Libri X. priores. Vol. 3, cap. 29 – De momentis, et horis. p. 218. 1748. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=S8skJ9Z46mEC&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PR9>.

ISIDRO PEREIRA, S. J. Dicionário grego-português e português-grego. 8ª ed., Braga: Livraria A.I., 1998.

JOSEPHUS, Flavius. The Works of Flavius Josephus. Translated by. William Whiston, A.M. Auburn and Buffalo. John E. Beardsley. 1895.

LINTON, Adelin; LINTON, Ralph. The Lore of Birthdays. Illustrated by Bunji Tagawa. H. [S.I.]: Schuman, 1952.

LIPP, M.E.N. (org.). Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco, Campinas: Papirus, 2001.

LOPES, Rodolfo (Tradução do Grego, introdução e notas). Platão. Timeu-Critias. 3ª Edição. Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MICHAELLIS. Dicionário brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=3ZLo>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MORRIS, William. Ed., *The American Heritage Dictionary of the English Language*, New College Edition, Houghton Mifflin Company, Boston, 1976

NEGEBAUER, Otto. Ethyopic Astronomy and Computus. The Red Sea Press, Inc. U.S.A. (January 31, 2017) 272 pgs

ODOM, Robert L. Vettius Valens and the Planetary Week. *Andrews University Seminary Studies (AUSS)* 3.2 (1965): 110-137. Disponível em: <https://digitalcommons.andrews.edu/auss/vol3/iss2/3>

O'NEIL, William Matthew, *Time and the Calendars*, Sydney University Press, 1975.

Our Astronomical Column. In: *Nature*, 127 (6 June 1931), n. 3214, p. 869.

PACKER, J.I.; TENNEY, M. C.; WHITE, William. *Nelson's Illustrated Encyclopedia of Bible Facts*. Thomas Nelson Publishers. USA : 1995.

PAPINOT, E. **Historical and geographical dictionary of Japan**. Tokyo: Charles e Tuttle, 1989.

PEREIRA. Gilberto G. Por que a etimologia é fascinante? Em *Jornal Opção*, , Goiânia - GO – 23 jul. 2018. Opção Cultural, edição 2227. Disponível em <http://www.jornalopcao-cultural/por-que-a-etimologia-e-fascinante-119645/> acesso em 23/07/2018 16:02.

PIETTRE, Bernard. *Filosofia e Ciência do tempo*. Ed. Edusc. 1997.

PUENTE, Fernando Rey; BARACAT, José Júnior (Organizadores). *Tratados sobre o tempo, Aristóteles, Plotino e Agostinho*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2014.

REIS, José. *Revista Filosófica de Coimbra* nº. 9. 1996.

SILVA, Rodrigo P. Escavando a Verdade. 2ª. Ed. CPB. Tatuí, SP: 2008.

SMITH, G. (1875). Assyrian Discoveries: an account of explorations and discoveries on the site of Nineveh, during 1873 e 1874, New York: Scribner, Armstrong & Co., chap. II, p. 12.

SMITH, William. Dictionary of greek and Roman biography and mythology. John Murray. Spottiswoode and co. London: 1873.

SPALDING. Tassilo Orpheu. Dicionário das Mitologias Européias e Orientais.[S.I.]: São Paulo: Cultrix, 1973. p. 126-127;141.

TANURE, Betania. NETO, Antonio Carvalho. SANTOS, Carolina Maria Mota. PATRUS, Roberto. Estresse, Doença do Tempo: um estudo sobre o uso do tempo pelos executivos brasileiros. In:Estud. Pesqui. Psicol. vol.14 no.1 Rio de Janeiro abr. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100005>.

THE ENCYCLOPAEDIA Britannica: calendar. 11. ed. v. 4, p. 988. Encyclopædia Britannica, Inc.Cambridge: 1911.

The online Etymology Dictionary. Disponível em: <<https://www.etymonline.com/word/day>> acesso em 23 jul. 2018, 19:31.

VALENS, Vettius. Anthologiarum libri, V. 10. 10-33. The Greek text is given according to the edition of G. Kroll: Berlin, 1908, p. 26.

WATKINS, Calvert. The American Heritage Dictionary of Indo-European Roots. 3rd. ed. Houghton Mifflin Harcourt: USA, 2011.

Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language, Portland House, New York, 1989.

WHITE, E.C. Kaironomia: On the Will to Invent. Cornell University Press, Ithaca and London: 1987.

WHITE, Eric Chrales. Kaironomia: On the Will-To-Invent. Cornell Univ Pr; F First Edition. 1987.

Origem e Desenvolvimento da Linguagem Articulada¹

Júlio Ribeiro

DOI: 10.18364/rc.v1i59.480

Se a ciência pelos trabalhos de um Hæckel² pode afirmar positivamente que o homem descende dos macacos catarrinos; se pode descrever a figura do avô da humanidade, do *homo primigenius* dolicocefalo, prógnato, de longos e robustos braços, de pernas finas e sem panturrilhas, de pele baça e velosa, de guedelha encarapitada; se pode quase determinar a época de seu aparecimento na cena do mundo; se pode até delimitar o seu *habitato*; outro tanto não pode fazer relativamente à origem da linguagem articulada.

Historicamente nunca se há de saber quando e como o grito instintivo subordinou-se a regras para converter-se em palavra, quando e como o antropoide se fez homem. Ignorar-se-á sempre se a linguagem primitiva foi monofilética³, como o querem Bleek⁴ e Grieger⁵, ou se foi polifilética⁶, como o pretendem Schleicher⁷ e F. Müller⁸.

Entretanto a investigação fundando-se em dados positivos, em analogias indiscutíveis, pode levar um raio de luz a tão tenebroso dédalo.

Os animais raciocinam sem linguagem articulada. Os cães, por exemplo, não falam e, todavia, têm longos e acidentados sonhos, donde se pode concluir que uma grande sucessão de ideias vivas, e que se prendem umas às outras, podem afetar um cérebro independentemente do uso da palavra.

1 Publicado em RIBEIRO, Julio. **Traços geraes de linguística**. São Paulo: Livraria Popular de Abílio A. S. Marques Editor, Biblioteca Util, v. III, p. 31-38, 1880.

2 Nota do editor: Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834- 1919) biólogo, filósofo, médico e professor alemão, um dos grandes nomes do cientificismo positivista e seguidor das teses darwinianas.

3 Nota do editor: no original, “monophylitica”, por erro óbvio.

4 Nota do editor: Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827- 1875), linguista comparativista alemão que se tornou especialista em línguas sul-africanas, conhecido como “Pai da Filologia Bantu”.

5 Nota do editor: Wilhelm Ludwig Geiger (1856-1943), orientalista alemão, especialista em línguas indo-iranianas.

6 Nota do editor: no original, “polyphylitica”, por erro óbvio.

7 Nota do editor: August Schleicher (1821-1868), linguista alemão cuja obra dá impulso à linguística evolucionista e à metodologia do paradigma histórico-comparativo.

8 Friedrich Müller (1834-1898), linguista e etnólogo austríaco, especialista em línguas afro-asiáticas.

Mas também é verdade que o cão late em quatro ou cinco tons; que um macaco do gênero *gibbon*⁹ usa largamente de sua voz para emitir verdadeiras cadências musicais; que o *cebus azaræ*¹⁰ do Paraguai faz ouvir, quando excitado, cinco ou seis sons distintos que despertam em seus congêneres emoções semelhantes.

Isto posto, concebe-se o antropeide avô da humanidade, como dotado de um cérebro impressionabilíssimo e relativamente perfeito. A terceira circunvolução frontal desse órgão, desenvolvida pela lei da evolução, habilitava-o a incumbir o seu bem-conformado aparelho fônico de traduzir por gritos vários as suas diferentes impressões.

Traduziu-as e, refletindo sobre essa conquista da expressão vocal, reteve-a, ampliou-a, deu-lhe variedade, criou a linguagem articulada.

Pelo exercício diuturno da voz reforçou-se e aperfeiçoou-se o aparelho fônico, e a faculdade adquirida foi-se transmitindo de geração em geração pela hereditariedade, polindo-se cada vez mais.

Com o correr do tempo as concepções homologaram-se com os seus instrumentos, as ideias hispostatizaram-se com as palavras, e o pensamento e a linguagem articulada começaram a marchar para par, auxiliando-se mutuamente, sem mais se poderem separar.

Historie-se agora a série de fases ou períodos por que passou a linguagem articulada desde o grito rude e primitivo do antropeide até as construções flexíveis e eufônicas dos Vedas, do Avesta, da *Iliada*, da *Eneida*, dos *Lusíadas*, da *Henriada*.

O antropeide antecessor da humanidade topando com uma pedra, magoando-se deu um grito, voz simples ou reforçada por uma aspiração, como as nossas interjeições *ah! ih! oh!* Ao deparar-se-lhe uma árvore carregada de frutos já conhecidos, a alegria irrompeu-lhe do laringe em forma de exclamação de júbilo.

Depois, ao entristecer-se ou alegrar-se ele sem causa física visível, pela reação interna do sistema nervoso sobre o cérebro, moralmente enfim, as mesmas manifestações fônicas reproduziram-se, fundadas na analogia das impressões morais com as físicas.

Foi este o período *interjetivo* da linguagem articulada.

Mais tarde o antropeide já homem (porque homem foi desde que guardou na memória a relação que estabelecera entre a ideia adquirida e o som com que a exprimira), levado pelo viver social a ser útil aos seus congêneres, indicou-lhes por gestos acompanhados de gritos, definitivamente articulados e significativos, o que a experiência lhe ensinara ser útil ou danoso. *Isto, isso, aquilo, aqui, ali, lá*, disse ele em seu tosco mas já acentuado meio de comunicação.

A este período da linguagem articulada pode-se dar o nome de *demonstrativo*.

9 Nota do editor: o macaco gibão é um pequeno antropeide que vive nas florestas tropicais do Sudeste da Ásia.

10 Nota do editor: Espécie de macaco que tem íntima relação orgânica com o homem.

Afinal o cérebro humano robustecido pelo exercício do pensamento começou a fazer abstrações: da pedra que o ferira, da água que o desalterara, da tarde sombria que o tornara melancólico separou o homem as qualidades que o tinham afetado, e atribuiu-as pela generalização a todos os objetos ou fenômenos semelhantes. O duro! O fresco! O triste! exclamou ele ao ver uma pedra em seu caminho, ao ouvir o murmúrio de um regato, ao atentar no pôr do sol.

A este período da linguagem articulada convém o nome de *atributivo*.

De ora em diante são mais seguros nossos passos no caminho da investigação: guia-nos o facho da história e da filologia comparada.

As palavras interjetivas, demonstrativas e atributivas substantivaram-se, converteram-se em verbos, prestaram-se a exprimir todas as principais gradações do pensamento: o homem pode¹¹ externar tudo o que sentia. Mas nessa linguagem, já relativamente perfeita, não parece ainda traço de flexão; nada de indicação de gênero, de número, de pessoa; nada de determinação de tempo ou de modo; nada de elementos de relação; nada de preposições; nada de conjunções: cada palavra-raiz, ou antes cada raiz-palavra designa uma ideia cujo valor, cujo sentido preciso é determinado pela sua posição na frase.

É o período *monossilábico* da linguagem articulada, representado ainda hoje por sete idiomas vivos: o chinês, o anamita¹², o siamês, o birman¹³, o tibetano, o pegu¹⁴ e o kassia.

A esta *cruda forma* da manifestação do pensamento no ciclo histórico da linguagem articulada, sucedeu um modo de expressão mais sintético, mais racional, mas cômodo: a um radical sempre invariável que exprimia a ideias principal juntaram-se, para modificá-la, afixos apenas alterados, cuja significação própria só relativamente se conservou.

É o período *aglutinativo* ou *turânio*, cujos representantes vvos são ainda numerosíssimos.

A este período de invariabilidade rígida da palavra-raiz¹⁵ seguiu-se a *flexão* ou possibilidade de modificação da própria forma dessa palavra-raiz para exprimir as suas relações com outras. Operou-se uma fusão íntima de radicais atributivos com raízes demonstrativas atrofiadas em desinências. Entrevê-se ainda em cada palavra deste período linguístico o sentido dos elementos que a compõem; esses elementos são, porém, inseparáveis, formam um todo indivisível cujas partes concorrem todas para acentuar-lhe a significação própria.

Este período, a que se pode dar o nome de *amalgamante*, é representado por dous grandes grupos de línguas: o ariano ou indo-europeu (sânscrito, zend, persa, grego, latim, idiomas germânicos, eslavos, célticos, etc.) e o semítico (hebraico, fenício, árabe etc.).

11 Nota do editor: manteve-se a forma preferida do autor.

12 Nota do editor: língua falada em Aname, região central do Vietname.

13 Nota do editor: língua falada na Birmânia, atual Miamar.

14 Nota do editor: antiga denominação da língua mon, falada no Sudoeste de Miamar e em regiões da Tailândia.

15 Nota do editor: no original 'da palavras-raiz', por erro óbvio.

Mas não para na flexão o progredir da linguagem.

As sílabas breves que precediam ou seguiam o acento tônico nas palavras flexionais atrofiaram-se ou desapareceram; as desinências causais obscureceram-se, tornaram-se indistintas, e as gradações do pensamento que elas exprimiam foram traduzidas por preposições.

É o período atual do mundo civilizado, é o período *contrativo*.

Neste período, que dura há dous¹⁶ mil anos, os idiomas germânicos modificaram-se profundamente, o latim converteu-se nas línguas românicas: o grego antigo produziu o romaico.

O ciclo da linguagem articulada conta, pois, sete grandes períodos, três *pré-históricos* e quatro *históricos*: períodos pré-históricos – 1) *o interjetivo*; 2) *o demonstrativo*; 3) *o atributivo*; períodos históricos – 1) *o monossilábico*; 2) *o aglutinativo*; 3) *o amalgamante*; d) *o contrativo*.

Note-se, todavia, que estes períodos são mais de ordem racional do que de ordem cronológica; que os pré-históricos são hipotéticos; que os históricos, não estando circunscritos em limites fixos, endosmosam-se¹⁷ uns nos outros, e continuam-se simultaneamente.

16 Nota do editor: manteve-se a forma preferida do autor.

17 Nota do editor: trata-se de um neologismo de Júlio Ribeiro, a partir de *endosmose*.

RESENHA

Garrido, Carlos. **Dicionário de zoologia e sistemática dos invertebrados:** português, espanhol, inglês, alemão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019, 592 pp.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.371

Maria do Carmo Henríquez Salido
Universidade de Vigo, mcsalido@uvigo.es

Uma das mais importantes e prestigiosas Universidades da Ibero-América publicou em dezembro de 2019 este volumoso dicionário terminográfico. O autor é o professor e investigador galego Carlos GARRIDO, Doutor em Biologia pela Universidade de Santiago de Compostela (Galiza), Licenciado em Tradução pela Universidade de Vigo e Professor Titular da cadeira de Tradução Técnico-Científica nesta universidade. Está dedicado “*Ao Scórpio, o acúleo de cujo cálamo instilou em nós enérgica peçonha: e cabal epifania da língua*”, em referência ao Professor Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela Ricardo Carvalho Calero, um dos maiores investigadores, eminentes humanistas e lingüistas da Galiza do século XX, defensor da reintegração do galego no tronco comum galego-português, presente na tradição galeguista e nacionalista, ideia pela qual foi condenado na sua Terra, nos últimos quinze anos da sua vida, ao silêncio e ao ostracismo pelos *lobbies* da cultura oficial (e, em certa medida, também pelo poder autonômico). Este dicionário constitui, assim, uma das homenagens científicas mais dignas e nobres que podem ser-lhe prestadas no ano em que se lhe dedica na Galiza o ‘Día das Letras Galegas’, um rito anual que se vem realizando desde o ano 1953.

O autor já tinha publicado com anterioridade alguns repositórios terminográficos e um amplo conjunto de livros e artigos de investigação nos campos da lexicologia, da lexicografia e da tradução técnico-científicas. De fato, na sua condição de professor de tradução científica, Carlos Garrido tem sido reconhecido pelas traduções do inglês e do alemão para o galego-português, entre outros, de textos de Ernst Mayr, Peter Ax, Walter Sudhaus e Klaus Rehfeld e Ulrich Kutschera.

A macroestrutura da obra aqui focalizada inclui o ‘*Prefácio*’ (p. 9-10), que se inicia com este axioma comprovável empiricamente, quando se consulta ou lê este volume: A Zoologia é a ciência dos nomes. Com efeito, não só ela compreende um imenso elenco de denominações,

científicas, paracientíficas e vernáculas, de grupos de organismos — descreveu-se cerca de um milhão de espécies de animais, a cujos nomes devem somar-se ainda aqueles que, aos milhares, denotam táxons supraespecíficos— mas também, como disciplina basicamente descritiva, transborda de termos referentes a estruturas, fenômenos ou processos presentes e decorrentes na exuberante diversidade da vida. Esse profuso acervo de vozes referenciais [...] não podia permanecer alheio, nem pelo seu volume nem pela sua importância intrínseca como veículo de transmissão de ideias científicas [...] apesar de nos últimos decênios terem aparecido meritorias obras de carácter terminográfico, unilingues ou plurilingues, [...] de entre as comunidades lingüísticas mundiais é provavelmente a portuguesa a que em maior medida se vê afectada por essa lacuna terminográfica (p. 9).

A seguir, aparece o ‘*Conteúdo, Metodologia e Bibliografia*’ (p. 11-16), onde se salienta que este dicionário “oferece informações terminológicas (em português, espanhol, inglês e alemão, com cerca de 60 mil termos e informações conceituais (em português ou mediante denominações científicas de táxon, com cerca de 6.850 definições) sobre noções que dizem respeito à morfologia, embriologia, fisiologia, ecologia, filogênese, diversidade, sistemática e nomenclatura dos protozoários e dos animais invertebrados” (p.11).

A obra “baseia-se na exploração terminológica de uma série extensa de manuais universitários, monografias faunísticas, guias de campo, repositórios lexicográficos e artigos de investigação” e menciona as fontes principais e autores (p. 11). Menção diferenciada merece o capítulo da zoonímia, por estar “disponíveis nas diferentes comunidades lingüísticas três tipos de denominações concorrentes”: a) *denominação científica*, de feição latina ou latinizada; b) *denominação paracientífica*, que surge nas línguas que utilizam alfabeto latino, através de uma ligeira adaptação do nome científico às peculiaridades do correspondente idioma vernáculo; e c) *denominação vernácula*, muito variável entre as diversas línguas. Este fato explica o enorme caudal de termos e definições conceituais.

Seguem as ‘*Normas de Utilização*’ (p. 17-18); as ‘*Abreviaturas e Símbolos Utilizados no Dicionário*’ (em português, espanhol, inglês e alemão) (p.19-22), onde se explicam as CONVENÇÕES ADICIONAIS DE ESCRITA:

C) NEMATODA /Nematoda Os verbetes encabeçados por denominações científicas de táxon escritas em maiúsculas consignam os nomes de táxon vernáculos e paracientíficos equivalentes disponíveis nas diferentes línguas; os verbetes encabeçados por denominações científicas de táxon escritas em minúsculas resenham os nomes vernáculos ou paracientíficos dos animais integrantes do respetivo grupo (p. 19).

Por último, aparece a ‘*Seção Principal*’, organizada pela ordem alfabética dos termos portugueses e dos nomes científicos dos grupos taxonômicos. Os verbetes e entradas remissivas surgem em três colunas em letra de corpo 10 (p. 23-589); a obra oferece uma visão

integradora da lusofonia, prestando também atenção às variantes da Galiza, país lusófono pequeno mas muito significativo, por constituir a “matriz do mundo lusobrasileiro”, em palavras de Sílvia ELIA (1986: 194).

Se repararmos nas denominações vernáculas em português, espanhol, inglês e alemão dos grupos (espécies, gêneros, famílias, etc.) dos animais invertebrados, achamos conjuntos numerosos, e as próprias do Brasil, de Portugal e da Galiza distinguem-se mediante uma letra maiúscula ([B], [P] e [G]). A seguir, apenas citamos alguns exemplos (as cifras são aproximativas): abelha (50) (abelha-assassina, abelha caseira); abelhão (14); ácaro (94); alforreca [P] (22) (= água-viva [B] / água-má [G]); amêijoa (18) (amêijoa-babosa [G], amêijoa-branca [P+G], amêijoa-fina [G], amêijoa-ruiva [G]); anémona/anêmona (24); aranha (90); avelainha (210); berberecho (4) [G]; besouro (250) [P+G] / escaravelho [G]; borboleta (diurna) (300); anisakis (3); berberecho [G] (berberecho-de-bicos, berberecho-de-espinhos, berberecho vulgar); besouro (128) ([P+B]/escaravelho [P+G]); carabela portuguesa (1); caracol (120); caranguejo (50); carraça (45) [P+G]/carrapato [B] (45); cavalinho-do-demo / cavalinho-do-diabo (20); cigala (3); cigarra (40); cigarrinha (21); centola [G]; cigarra (40); cigarrinha (21); estrela-do-mar (19); formiga (120); gafanhoto (78) [P+B]/saltão [G]; gorgulho (40) (gorgulho-das-castanhas, gorgulho-da-videira); grilo (29) (grilo-caseiro [B], grilo-das-casas [P+B]); joaninha (18) (joaninha-de-dois-pontos, joaninha-de-vinte-e-dois-pontos); lacrão (3); lagosta (10); lagostim (11); lesma (32); libelinha (29); mariposa (280); mexilhão (20); mosca (140); mosquinha (5); mosquitinha (1) [B]; mosquitinho (1) [B]; mosquito (27); navalha (4); navalheira (7) [P]/siri [B]/nécora [G]; ostra (16) (ostragaiteira [B]); percevejo (190); piolho (38); polvo (8); pulga (24); pulgão (60); sanguessuga (19); santiaguinho (2); térmite (16) [P+G]/cupim [B]; traça (58); vaca-loira (5); vaga-lume (8); verme (50); vespa (100); vespão (100), etc.

A publicação deste dicionário terminográfico representa um triunfo da estratégia reintegracionista, aquela que aspira a conseguir para o galego “uma substancial reintegração no tronco comum, a que pertence por história e tradição”. Além disso, a obra, na melhor tradição autonomista do reintegracionismo, integra as particularidades lexicais galegas, bem marcadas, em pé de igualdade com as soluções lusitanas e brasileiras. Por conseguinte, a edição no Brasil desta obra lexicográfica concebida na Galiza, e em galego, bem pode considerar-se condigna homenagem a três personalidades emblemáticas da nossa língua comum, “três vultos que [...] podem considerar-se como mestres por antonomásia dos estudos filológicos nos três territórios mais característicos em que vive o idioma português” (MONTERO, 1991: 32): Manuel RODRIGUES LAPA (Anadia, 22 de abril de 1897 – 27 de março de 1989), Celso FERREIRA DA CUNHA (cidade de Teófilo Otôni, Minas Gerais 1917- Rio de Janeiro 1989) e Ricardo CARVALHO CALERO (Ferrol, 1910 – Santiago de Compostela, 1990).

Para findarmos esta resenha, queremos dar os nossos parabéns ao Reitor da Universidade de São Paulo, o Professor Doutor Vahan Agopyan, e à Comissão Editorial da Edusp, por terem promovido e editado esta magna obra, de enorme interesse para um público diverso, integrado, para já, por pesquisadores, docentes e estudantes universitários de Biologia, mas também, com grande proveito, por tradutores científicos, lexicógrafos, lexicólogos e, nomeadamente, morfólogos, os quais aqui poderão verificar que uma das características da terminologia científica é a elevada frequência dos compostos sintagmáticos (grilo-caseiro, grilo-das-casas; vaca-loira; vaga-lume;) e também de unidades formadas por derivação sufixal (cigarra, cigarrinha; mosca, mosquinha, mosquitinha; mosquitinho) ou por derivação e composição (joaninha-de-dois-pontos, joaninha-de-vinte-e-dois-pontos).

Referências

- CARVALHO CALERO, Ricardo. **Problemas da língua galega**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luis Filipe. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ELIA, Sílvio: O galego-português matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro. In: **Actas do I Congresso Internacional da língua Galego-Portuguesa na Galiza**. Corunha: Associação Galega da Língua, p. 185-196, 1986.
- MONTERO SANTALHA, José Martinho. Carvalho Calero e a língua portuguesa na Galiza. In: **Ricardo Carvalho Calero; a razón da esperanza**. Vigo: Promocións Culturais Galegas, p. 33-40, 1991.
- RODRIGUES LAPA, Manuel. **Estudos galego-portugueses; por uma Galiza renovada**. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

RESENHA

TRASK, R.L. **Entendendo linguística**. Ilustrações de Bill Mayblin. Tradução de Ana Maria Gasonato. São Paulo: Leya, Col. Entendendo, 2013, 176 p.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.468

Marcelo Módolo

Universidade de São Paulo, modolo@usp.br

orcid.org/0000-0001-5808-9368

Robert Lawrence Trask foi professor de linguística na Universidade de Sussex, no Reino Unido. Especialista em linguística histórica e na língua basca, foi também autor de inúmeras outras obras sobre temas gramaticais do inglês e terminologia técnica da linguística.

A obra aqui resenhada faz parte da coleção *Entendendo* (*Introducing*, no original inglês), composta por livros ilustrados que abordam diversos campos de estudo, tais como a filosofia, psicologia, política, religião, estudos culturais e linguística. Cada livro é escrito por um reconhecido especialista do assunto e ilustrado por um artista plástico. A coleção oferece informações úteis e objetivas para leitores que tanto buscam um primeiro contato com o assunto, como desejam adquirir um conhecimento conciso sobre esse tema.

Mais propriamente sobre o arcabouço estrutural do volume, tanto no original em inglês, como na tradução brasileira, não há sumário dos assuntos tratados. Os assuntos vão se justapondo abruptamente em um crescer temporal que vai de Aristóteles a Noam Chomsky, fornecendo uma revisão dos avanços mais recentes e marcantes em alguns campos do saber, tais como: a criação da primeira língua por crianças, a linguagem do cérebro, línguas de sinais, mudança de linguagem e pré-história linguística, sexismo na linguagem, a engenharia da linguagem e as propriedades universais das línguas. A falta de um sumário é compensada com um *Índice remissivo* de duas páginas (pp. 174-175), ao final do volume, também presente no original em inglês, no qual o consulente pode vislumbrar o conteúdo do livro.

Ponto a se destacar, ainda nos aspectos formais, são as *Leituras complementares* (pp. 172-173), igualmente presentes no original em inglês, nas quais o autor comenta brevemente quatorze obras para as pessoas que queiram se iniciar na linguística como ciência. As sugestões vão de manuais simples até obras de caráter mais enciclopédico, aquelas que se têm de manter em cima da mesa de trabalho.

A tradução em língua portuguesa esforça-se para captar o tom informal da escrita de Trask conjugada às ilustrações do designer londrino Bill Mayblin. No entanto, cai em inúmeras impropriedades técnicas e de língua portuguesa. Há, igualmente, cortes de trechos do original inglês que dificultam a compreensão de passagens subsequentes da tradução. Não sendo exaustivos, listamos uma dúzia desses exemplos coletados:

- 1) Aristóteles tornou-se “escolástico” na tradução de “The great Greek scholar Aristotle (384-322 BC) took the first step.” para “O grande **escolástico** grego Aristóteles (384-322 a.C.) deu o primeiro passo.” p. 6, o substantivo deveria ser traduzido por “estudioso”;
- 2) A localização temporal de Prisciano fica prejudicada ao se traduzir “The Graeco-Latin tradition was ultimately synthesized in the work of the most influential Roman grammarian, Priscian, who wrote in the 6th century AD” para “A tradição Greco-latina foi sintetizada no trabalho do mais influente gramático, romano, (sic) Prisciano, no século **VI a.C.** p. 8, sendo que o correto deveria ser VI d.C.;
- 3) O trecho “Moscow Linguistic Circle had links with the semiotic ‘formalists’ of OPOJAZ (Petrograd Society for the Study of Poetic Languages, 1916-30) p. 27 teve a infeliz tradução para “O Círculo Linguístico de Moscou tinha ligações com **os ‘formalistas’ semióticos** do OPOJAZ (**Sociedade de Estudos da Pós-Graduação** da Poética das Línguas 1916-1930), sendo o correto algo como “O Círculo Linguístico de Moscou tinha ligações com os semioticistas ‘formalistas’ da OPOJAZ (Sociedade de Petrogrado para o Estudo de Línguas Poéticas, 1916-30)”;
- 4) Há falta de conhecimento do idioma de origem na tradução da frase “He attacked the common prejudice that race, culture and language are part and parcel.”, na qual a expressão idiomática do inglês “part and parcel” foi traduzida ao pé da letra para “Ele combateu o preconceito comum de que raça, cultura e língua são **parte e parcela**” p.28. A expressão deveria ser traduzida como “um todo interdependente”;
- 5) Há supressão de todo o trecho “Though trained as a specialist in the Germanic languages of Europe, Leonard Bloomfield (1887-1949) first made his name by demonstrating that the techniques of historical linguistics, already applied so successfully to European and Asian languages (...)”. que deveria estar na p. 34, tornando o balão que o segue incompreensível, além da própria tradução desse balão conter impropriedades;
- 6) Hilário é ainda ler o livro clássico de Leonard Bloomfield sendo traduzido como um livro didático em “But Bloomfield became best known for his 1933 textbook, also called Language, (...)”, além do erro na grafia do ilustre linguista norte-americano: “Mas **Bloomsfield** (sic) tornou-se mais conhecido por seu **livro didático** de 1933, também chamado de *Linguagem*, (...) p. 35

- 7) Igualmente hilária e uma aberração é a tradução do trecho “Impatient with what they saw as the armchair theorizing of European linguists, (...)” que acabou por se tornar algo incompreensível com a tradução da p. 36: “A geração seguinte de linguistas norte-americanos tirou muito de sua inspiração em **Bloomsfield** (sic). Impacientes com a visão que tiveram de uma **poltrona teorizante** de linguistas europeus (...)” o correto seria “‘teoria de poltrona’ de linguistas europeus”;
- 8) “Nicaraguan Sign Language” foi traduzido como “Língua **dos** sinais nicaraguense”, ao invés de “Língua de sinais nicaraguense”, título da p. 76, mantido de forma errada também na p. 124;
- 9) “usuários” de uma língua foi substituído pelo horripilante português “utilizadores” de uma língua, na mesma página, p. 76: “These children became the first ever native users of Nicaraguan Sign Language (...)” aparece como “Essas crianças tornaram-se os primeiros **utilizadores** nativos da Língua Nicaraguense de Sinais (...)”;
- 10) Há outra supressão de toda a frase “And one day in the future, everybody will say was.” na tradução da p.101, tornando o conceito de variação linguística debatido – na sequência– pouco compreendido;
- 11) Nessa mesma p. 101, uma impropriedade histórica tremenda ao traduzir Norman Conquest of England por “Conquista **Viking** da Inglaterra”. Desde o ano 1000, os vikings normandos já não eram mais pagãos e sim cristãos, falantes do francês. Portanto, já estavam totalmente aculturados ao novo território em 1066, quando os normandos vencem a Batalha de Hastings, e com isso conquistam o trono inglês. Dessa forma, não podemos considerá-los mais como vikings. A tradução correta seria “Conquista **Normanda** da Inglaterra”.
- 12) “relative clauses” foram traduzidas impensadamente como “orações subordinadas”, igualmente “tense-markings” foram traduzidos como “tempos verbais” na p. 123, assim a compreensão do trecho “We introduce all sorts of grammatical elaborations, such as relative clauses and tense-markings, which the pidgin we learned did not have” ficou muito prejudicada ao ser traduzida por “Introduzimos todo tipo de elaboração gramatical, tais como orações subordinadas e tempos verbais que o pidgin que aprendemos não tinha.” ao invés de “Introduzimos todo tipo de elaboração gramatical, tais como orações relativas e marcadores temporais que o *pidgin* que aprendemos não tinha.”

Em relação ao conteúdo, há assuntos conhecidos da historiografia e de discussões linguísticas em geral e outros menos, mas instigantes, como, por exemplo, o tratamento dado ao gênero dos substantivos pelo dyirbal nas pp. 51 e 52. O dyirbal é uma língua de aborígenes da Austrália que faz parte do grupo de linguagens Pama-Nyungan. A característica mais notável

e particular do idioma dyirbal é seu sistema de gêneros gramaticais. Assim como em Luganda (10 gêneros), Pirahã e Polonês (5 gêneros), Zande, Tcheco e Tagalo (4 gêneros), há mais do que os tradicionais 2 e 3 gêneros dos demais idiomas.

Segundo Lakoff (1987), apoiado em dados do linguista britânico Robert Malcolm Ward Dixon, o dyirbal tem quatro gêneros e o gênero de um substantivo seria previsível a partir de seu significado. Por exemplo, uma das quatro classes de gênero, chamada de classe de gênero II classificada por Dixon, inclui todos os substantivos pertencentes a mulheres, todos aqueles pertencentes a fogo e todos aqueles que denotam coisas que são perigosas, como cobras.

Outro assunto que poderíamos destacar é o surgimento de uma nova língua, a *Língua de sinais nicaraguense*, nas pp. 74-76, que se mostra um relato muito interessante cientificamente.

A Língua de Sinais Nicaraguense, também conhecida como ISN (Idioma de Sinais de Nicaragua ou Idioma de Signos Nicaraguense) é uma língua de sinais que surgiu espontaneamente entre as pessoas surdas do oeste da Nicarágua, com início nos anos 70. Ela é de particular interesse aos linguistas pela oportunidade de se poder estudar o nascimento de uma nova língua.

A ISN surgiu com a criação de uma escola para surdos em Manágua em 1977. Nessa escola, o currículo dava grande ênfase ao ensino do espanhol e da leitura labial, com o ensino de linguagem de sinais restrito a gestos para representar letras (usados geralmente apenas para representar palavras que precisavam ser soletradas, como nomes próprios). Esse método levou a problemas de aprendizado por grande parte dos alunos, que não conseguia entender o conceito de palavra.

No entanto, os alunos acabaram por se comunicar livremente fora de sala de aula sem usar o sistema imposto pelos professores, e complementavam os gestos aprendidos por gestos próprios ou aprendidos de outras fontes, levando ao surgimento de uma língua própria.

Quando se descobriu o que estava ocorrendo, o fato foi divulgado em várias revistas científicas mundo afora e se tornou alvo de pesquisa. Alguns desses linguistas fizeram críticas ao incentivo dado à Língua de Sinais Nicaraguense, afirmando que seria antiético isolar as crianças surdas nicaraguenses limitando-as ao uso da ISN, (desestimulando o uso de línguas mais conhecidas como a American Sign Language) numa tentativa de estimular seu crescimento. Mesmo assim, tem-se visto um crescimento estrondoso no uso da ISN. Assim, a ISN é considerada uma prova de que a capacidade de se comunicar é inata ao cérebro humano, e não algo aprendido apenas por intermédio da convivência.

É de se lamentar que trabalho tão interessante para a vulgarização da linguística, feito por um linguista de renome, tenha uma edição tão mal cuidada em português. Há trechos muito prejudicados pelas falhas de tradução que, a nosso ver, não se enquadram apenas em uma deficiência técnica, mas em uma falta de conhecimento do idioma de origem. Revisões fazem-se necessárias para uma possível próxima edição. Não recomendamos a leitura da edição brasileira,

dada a quantidade e qualidade dos erros de tradução. Melhor os principiantes lerem esse texto saboroso no original escrito em inglês. Infelizmente, parece que nesse título imperou com todo o vigor a máxima italiana *traduttore traditore* e muito descaso da casa editorial que o publica.

Referências

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press: 1987.

TRASK, R.L. **Introducing linguistics**. Illustrations by Bill Mayblin. Icon Books, UK & Totem Books, US, 2000.

RESENHA

ABREU, Antônio Suárez. **Gramática integral da língua portuguesa: uma visão prática e funcional**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018, 604 pp.

DOI: 10.18364/rc.v1i59.367

Alexandre José Silva

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, alegramatica@gmail.com

orcid.org/0000-0001-9247-5887

Não seria uma afirmação vazia ou de pouca argumentação, dizermos que no último vintênio temos presenciado uma grande quantidade de (re)publicações de livros denominados gramática. Um rápido levantamento da quantidade de (re)edições dessas obras e corroboraríamos o fato de estarmos vivenciando uma gramatização massiva. Segundo Auroux (1992) dois *instrumentos linguísticos*¹ são fundamentais para que conheçamos a *ideia linguística*² de um povo: o dicionário e a gramática. Esses instrumentos revelam o pensamento linguístico de seus autores e a preocupação deles quanto ao que consideram nevrálgico acerca de um idioma.

No caso da gramática, Auroux afirma que esse instrumento linguístico “*torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las*” (1992, p. 43) e que um livro com essa denominação apresenta uma estrutura recorrente, sendo, por isso, considerada como tal. A saber: um sumário, uma introdução, uma divisão e uma referência a outros autores. Diz, também, que essas gramáticas têm função consultiva ou de prática de ensino da estrutura da língua.

Assim, é muito importante que saibamos que um desses *instrumentos linguísticos* – a gramática – faz parte da história e, amiúde, da nossa história idiomática. Além disso, debruçar-se acerca desses instrumentos ajuda a compreender, sobremaneira, o que hoje entendemos por gramática.

1 No processo de descrição e instrumentalização de uma língua, a gramática e o dicionário são considerados artefatos tecnológicos (=instrumentos) basilares para a própria constituição. A expressão está presente na obra *a revolução tecnológica da gramatização*, de Sylvain Auroux. Obra canônica e fundamental para todos aqueles que se debruçam sobre as questões acerca da gramatização das línguas, saber linguístico, instrumentos tecnológicos e os postulados que regem e orientam os interessados na História das Ideias Linguísticas.

2 Uma ideia linguística é todo saber construído em torno de uma língua, seja como produto de uma reflexão metalinguística seja como atividade metalinguística explícita ou implícita.

Destarte, veio à baila, publicada pela Editora Ateliê, no ano de 2018, a *Gramática integral da língua portuguesa* (doravante, GILP) do autor (e professor) Antônio Suárez Abreu. Podemos, indubitavelmente, afirmar a importância desse mais novo *instrumento linguístico* àqueles que buscam uma consulta rápida a fim de dirimir alguma dúvida pontual ou para aqueles que se debruçam nos estudos do idioma.

Gramática de leitura prazerosa, dinâmica e “*escrita em estilo simples, quase jornalístico, procura levar luz até mesmo a temas tradicionalmente controversos da língua*”, a obra nos faz lembrar de outra gramática do professor Antônio S. Abreu – *Gramática mínima para o domínio da língua padrão* -, uma vez que a GILP é a ampliação dela.

A GILP, segundo o autor, põe “*ênfase na chamada língua padrão do português do Brasil, entendida como o uso idiomático dos grandes escritores do país, com ênfase nos mais modernos e ainda no uso da mídia veicular de prestígio, que engloba os jornais e revistas de maior expressão e obras nas áreas das Ciências, Filosofia, História etc*” (p. 24), o que pode explicar, então, o tom de conversa criado pelo autor na relação que estabelece com o leitor da GILP, fato que se evidencia no exemplo a seguir:

A Crase de que vamos tratar, entretanto, não acontece dentro de uma palavra, mas entre uma palavra e outra dentro de uma frase, quando duas vogais *as* encontram em circunstâncias especiais. Imaginemos, inicialmente, uma frase como:

Fátima deu um presente a o namorado.

À primeira vista, você pode pensar que houve um erro de digitação, deixando a preposição *a* separada do artigo *o* e sugeriria que isso fosse consertado da seguinte maneira:

Fátima deu um grande presente ao namorado.

De fato, você tem razão!

A GILP coaduna aspectos normativos³ da língua à “*descrição gramatical de modo sistêmico, descrevendo os fenômenos gramaticais em contexto de uso, pondo foco tanto na sua funcionalidade quanto na sua motivação cognitiva e cultural*” (p. 23).

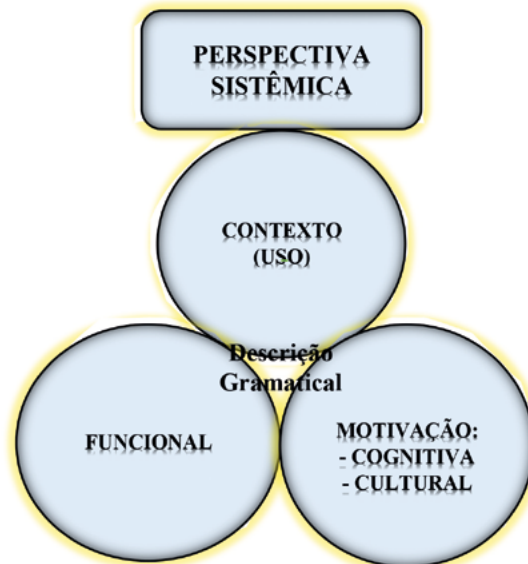
A obra

As 604 páginas estão divididas em oito partes. Na Introdução, o autor aprofunda a explicação de que a descrição gramatical está alinhada aos preceitos da perspectiva sistêmica,

3 O que nos faz retomar as palavras de Amini Boainain Hauy (*Gramática da língua portuguesa padrão*), pois segundo a autora, a normatividade deve ser entendida como “principal fator de unificação linguística e explicitada pela gramática normativa (...) deve ser adotada sobretudo nos códigos escritos, nos documentos oficiais, na linguagem científica, artística e jornalística, enfim, nos mais diversos meios culturais da sociedade” (p. 60)

ou seja, em contexto de representação, comunicação e interação social e, assim, deve ser a abordagem das categorias e subcategorias gramaticais.

O esquema a seguir exemplifica a perspectiva do autor:



Na parte dois – desmembrada em mais três subpartes – encontraremos os estudos a respeito da Fonética e Fonologia, da Ortografia (para o autor, Escrita) e da Crase.

Na sequência, as partes cinco e seis tratam de Morfologia (classes de palavras) e Sintaxe (estudo da oração simples e das orações complexas, ou período composto, na categorização utilizada pelo autor). Por fim, as partes sete e oito indicam as referências bibliográficas e o índice remissivo, respectivamente.

Dentro do modelo Tradição-Inovação, a obra segue a partição estabelecida pela NGB, no entanto, apresenta relevantes e significativos desvendamentos⁴ das propriedades e categorias gramaticais, caracterizando, portanto, construção de conhecimentos novos no campo a que se dispôs estruturar sua obra, no caso, a comunicação, alicerçada nos princípios da linguística funcionalista-cognitivista, uma vez que nesse modelo as funções de representação, comunicação e interação social são fundamentais. Nas palavras do autor,

4 Caso, por exemplo, do subcapítulo dedicado à funcionalidade argumentativa dos numerais. No subcapítulo em questão, o professor Tom faz relação a princípios retóricos (antigos e modernos) que “permitem fundamentar valores e estabelecer hierarquias em um processo argumentativo” (GILP, p. 271). A esses recursos, a denominação usual é *lugares de argumentação*.

em ambas as gramáticas⁵, uso bastante o termo *coesão* para tratar, do ponto de vista funcional, de pronomes e de substantivos abstratos. Na Gramática Integral, *aparecem* conceitos como o de corporificação da linguagem e esquemas de imagem, entre outros. (Questionário⁶ – grifo nosso)

Quanto à questão da tradição – inovação, assevera

Obedeço à sequência dos níveis de análise: fonética / fonologia, morfologia e sintaxe. Poderia ter começado, falando de textualidade e discurso, mas isso deixaria um leitor acostumado à essa sequência tradicional bastante confuso.

[...]

A tradição funciona na medida em que tem utilidade. Um exemplo é a divisão das classes de palavras que nunca mudou. Na Gramática Mínima, utilizei muita coisa não tradicional, como o conceito de iconicidade, por exemplo. (Questionário)

Conceituando gramática

Na conceituação de gramática, veremos *ad amussim*, a filiação do autor à visão defendida ao longo da obra em si, ou seja, fazer com que a tradição gramatical baseada numa perspectiva analítica de análise da língua, seja, agora, superada. Para isso, a GILP propõe trabalhar “*a descrição gramatical de modo sistêmico, descrevendo os fenômenos gramaticais em contexto de uso, pondo foco tanto na sua funcionalidade quanto na sua motivação cognitiva e cultural*” (pp. 23, 24). Isso não invalida o fato de que a inovação promulgada pelo autor renegue a força da tradição, afinal, o exemplário, por exemplo, segue estrutura comum às gramáticas que fizeram e fazem parte da nossa história idiomática. Nas palavras do autor, ratifica-se o valor da tradição:

Nessa tarefa, procurei pôr ênfase na chamada língua padrão do português do Brasil, entendida como o uso idiomático dos grandes escritores do país, com ênfase nos mais modernos e ainda no uso da mídia veicular de prestígio, que engloba os jornais e revistas de maior expressão e obras atuais nas áreas das Ciências, Filosofia, História etc (p. 24)

A definição de gramática deixa entrever, então, que as conceituações das categorias e subcategorias gramaticais farão jus à atitude científica de análise, o que é um outro ponto positivo da obra, já que notamos a uniformização de conceitos numa atitude, efetivamente, científica.

5 O autor faz referência à **Gramática Mínima para o Domínio da Língua Padrão** – obra por ele elaborada e vinda a público no ano de 2003 pela Ateliê Editorial. Vale ressaltar que a **GILP** é versão ampliada da Gramática Mínima.

6 Em conversa pessoal, realizada em meados de junho de 2016, na residência do professor Antônio Suárez Abreu (ou, como gosta e é conhecido, professor TOM), obtive respostas a um questionário elaborado por mim acerca da obra gramatical por ele publicada e denominada **Gramática Mínima para o Domínio da Língua Padrão** e, à época, a respeito da Gramática Integral.

A tríade gramatical

Adentrando na famosa tríade gramatical – Fonética, Morfologia e Sintaxe –, encontraremos no capítulo dedicado à *Fonética/Fonologia* os estudos vinculados àquilo que se tornou recorrente nas gramáticas publicadas na esteira da tradição, considerando a palavra sob o aspecto sonoro, ou seja, a descrição dos sons na observação dos seguintes itens: produção, classificação e agrupamento dos fonemas; pronúncia (ortoépia ou ortoepia) e a acentuação (prosódia).

Para além disso, os estudos ligados à ortografia – capítulo intitulado “A Escrita” – recebem, antes da tradicional perspectiva do uso/emprego das letras, palavras e do hífen, um sucinto e interessante preâmbulo acerca da história da escrita e da ortografia, comentando, inclusive, as questões envolvendo os Acordos Ortográficos pelos quais o idioma passou.

Novamente, vale ressaltar a preocupação do autor em textualizar tais informações num estilo simples e objetivo – “*O primeiro passo para dominar a ortografia de uma língua é a alfabetização (...) Mas, somente isso não basta. O exercício constante da leitura e da escrita levará o aprendiz a fixar, ‘pelo olho’, a grafia das palavras mais frequentes. Quem lê e escreve bastante acaba educando-se ortograficamente*” (p. 73) - sem abandonar, entretanto, a metalinguagem técnica – “*uma orientação prática a ser seguida é o usuário procurar familiarizar-se com o conjunto de palavras mais frequentes no exercício de sua atividade, chamado de léxico de situação*” (p. 73).

Quanto à *Morfologia*, as quase 310 páginas perpassam a estrutura e a formação das palavras e englobam as tradicionais classes gramaticais estipuladas pela NGB. Todavia, no estudo realizado pelo autor acerca das classes gramaticais, muitas são as novidades relacionadas à perspectiva sistêmica adotada para a elaboração da gramática, visto que a preocupação do autor é trabalhar a obra gramatical dentro de uma linha funcionalista, procurando, na descrição de fenômenos gramaticais, pôr foco no campo da comunicação;

Assim, metatermos como *coesão* (p. 155) – quando trata, do ponto de vista funcional, de substantivos abstratos e pronomes, por exemplo – *iconicidade* (p. 158); além de conceitos como o de *corporificação da linguagem e esquemas de imagem* são recorrentes.

No geral, o estudo das classes empreendido pelo autor é de grande valia não apenas para especialistas, mas, principalmente, para o leitor comum, que ganha cientificidade por meio de explicações claras, simples e muito ricas, afinal, são muitas questões gramaticais elucidadas de maneira fácil (casos, por exemplo, da pluralização das categorias nominais, da relação de concordância envolvendo os numerais, dos advérbios na constituição da oração, entre outros). Destaque, sempre, para as listas existentes, os exemplários e os comentários que subjazem todas as classes, revelando muito esmero do autor em relação ao leitor de sua GILP.

Em relação à *Sintaxe*, nas 182 páginas do capítulo, teremos um estudo acurado a respeito dos aspectos da sintaxe, a começar pela forma de abordagem do assunto, uma vez que a perspectiva

funcional-cognitiva é a tônica do capítulo. Assim, as análises das categorias (oração simples e complexa) e subcategorias serão feitas de maneira com que o leitor entenda e compreenda que a *“análise sintática é um método utilizado para descrever as funções que as palavras desempenham dentro das orações e o significado que elas assumem quando exercem essas funções. Envolve, portanto, dois tipos de operação: a) detectar relações e b) interpretar sentidos”* (p. 421).

Ao longo do capítulo, os itens a e b, citados acima, serão o alicerce de análise das estruturas envolvendo a sintaxe. Todavia, dada a inovação teórica que sedimenta a **GILP**, alguns conceitos, talvez, causem certo estranhamento (e, conseqüentemente, dificuldade) ao leitor não especializado, caso, por exemplo, das análises oracionais na base das *“operações de topicalização e clivagem”* (p. 462).

De qualquer modo, (neo)metalinguagem não é sinônimo de empecilho. Ao contrário, a forma simples com que o autor trata os assuntos e o didatismo com que os explica fazem da **GILP** uma obra de fácil leitura. Ainda em relação à oração, encontraremos, coadunada à terminologia usada pela Linguística, metalinguagem há muito usada pelas gramáticas (até mesmo em gramáticas que discursam a favor de uma metalinguagem nova): Sujeito e seus tipos; Predicação e seus tipos; Adjuntos; Complementos; Aposto; Vocativo; Agente da passiva.

Um fato curioso nesse ponto da obra e nesse assunto em questão é a quantidade grande de exemplos muito bem apresentados para cada tópico gramatical explorado. Quanto ao estudo do período (simples e composto), encontraremos as tradicionais divisões: período composto por coordenação e/ou por subordinação e suas categorias. Há um aprofundamento no estudo da Subordinação em comparação ao da Coordenação, o que é esperado, já que há um número maior de categorias: Subordinação Substantiva; Subordinação Adjetiva; Subordinação Adverbial.

Um outro ponto também curioso, diz respeito às orações subordinadas adverbiais. Isso pelo fato de, nesse ponto, o autor se distanciar das categorias elencadas pela NGB.

Vejamos:

GILP	NGB
Subordinada adverbial causal	Subordinada adverbial causal
Subordinada adverbial comparativa	Subordinada adverbial comparativa
Subordinada adverbial concessiva	Subordinada adverbial concessiva
Subordinada adverbial condicional	Subordinada adverbial condicional
Subordinada adverbial conformativa	Subordinada adverbial conformativa
Subordinada adverbial consecutiva	Subordinada adverbial consecutiva
Subordinada adverbial final	Subordinada adverbial final
Subordinada adverbial proporcional	Subordinada adverbial proporcional
Subordinada adverbial temporal	Subordinada adverbial temporal
Subordinada adverbial locativa	
Subordinada adverbial modal	

Poderíamos, a partir do quadro anterior, dizer que simplificação ficou com a tão criticada NGB, afinal, na GILP, as subcategorizações a respeito da categoria subordinativa adverbial não trazem somente a tradição em seu cerne.

Ao indicar a existência de categorias subordinativas adverbiais não presentes no documento oficial e não comum em outras gramáticas, o autor ratifica a relação tradição-inovação na produção do *instrumento linguístico*.

Destarte, as explicações e o exemplário objetivam confirmar a teoria sistêmica utilizada na construção discursiva da obra, tendo como escopo a contribuição da linguística cognitiva na explanação que faz das onze subcategorias ligadas à oração de base adverbial.

Em relação à categoria das subordinadas adjetivas, temos as explicações já conhecidas sobre estruturas restritivas e explicativas. Fato interessante é a atenção que o autor dá para o que ela denomina de **Orações adjetivas complexas**, ou seja, “*aquelas que contêm outra oração dentro delas*” (p. 480). Exemplos:

- As frutas [que [eu disse que] você deveria comprar] baixaram de preço;
- O governo tomou as medidas [que [já se sabia que] seriam inúteis].

Vale destacar, ainda, o fato de que a inovação na elaboração de um *instrumento linguístico* implica novidade na estrutura e na disposição dos assuntos e, por isso, quanto à apresentação das orações reduzidas, a **GILP** desenvolve o assunto em conjunto ao estudo das categorias oracionais.

Logo, diferentemente de outras obras gramaticais que trazem o assunto *Orações Reduzidas* como um capítulo independente e posterior ao estudo das orações coordenadas e/ou subordinadas, o autor age de maneira totalmente oposta. Parabéns ao autor, já que, para o consulente, a visão de conjunto dos assuntos passa a ser um facilitador.

A GILP, do professor Antônio Suárez Abreu Abreu (professor Tom), passa a ser obra fundamental e de referência para todos aqueles que buscam dirimir dúvidas gramaticais pontuais ou aprofundar seus estudos em língua portuguesa padrão. Figurará, certamente, entre outras grandes obras gramaticais e o autor passará a fazer parte do cabedal de grandes autores gramaticais do país. Reiterando: obra basilar para a nossa história gramatical.

Referências

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. 2. ed. Campinas: 1992.
- HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão: com comentários e exemplários**, redigida conforme o Novo Acordo Ortográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Alexandre J. **Resenha:** Gramática da língua portuguesa padrão: com comentários e exemplários, redigida conforme o Novo Acordo Ortográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, 1344 pp. Revista Confluência, n. 54, pp. 311 - 320, 2018.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALEXANDRE JOSÉ SILVA é bacharel em Letras pela Universidade de São Paulo, especialista, mestre e doutorando em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (área de concentração: História e Descrição da Língua Portuguesa; História das Ideias Linguísticas). Atua como professor de Língua Portuguesa na rede particular de ensino da Cidade de São Paulo e na Faculdade Integrada Potencial (FIP/Cotia).

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é mestre e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora adjunta K da graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) do Centro de Humanidades (CH) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordena o Projeto Variação lexical e morfossintática no falar de Fortaleza-CE, o Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará – LAPESCE, e o Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas de Fortaleza-CE (SOCIOFOR), vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq.

ANA CLAUDIA CASTIGLIONI é professora do Curso de Graduação em Letras, do Curso de Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Línguas e Literatura da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína, onde desenvolve pesquisas relacionadas aos estudos do léxico, com foco em lexicografia, lexicografia pedagógica, léxico e ensino e toponímia.

ANTONIO ACKEL é doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Mestrado pelo mesmo programa com estágio na Rijksuniversiteit Groningen (2019) e bolsa Erasmus+ ICM, CNPq e CAPES (2018-2019). Tem pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). Foi pesquisador visitante na Katholieke Universiteit Leuven (2016). Atua nas áreas de Filologia, Paleografia e História da Língua Portuguesa.

CASSIO MURILIO ALVES DE LAVOR é mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE e graduação em LETRAS LICENCIATURA pela mesma universidade (2014). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística.

CELSO RICARDO RIBEIRO DE AGUIAR é mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Paranaíba/MS. É professor de língua portuguesa, língua inglesa e língua espanhola na rede privada e pública do Estado de São Paulo. Atua como tradutor juramentado na área de língua Espanhola na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CLAUDIO CEZAR HENRIQUES é Pós-Doutor em Letras Vernáculas pela USP desde 2005. É Professor Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Membro eleito da Academia Brasileira de Filologia. Possui 54 livros publicados, entre os quais os 6 títulos da coleção "Português na Prática" e "Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois". Recebeu 2 prêmios literários e a Medalha Isidoro de Sevilha (CIFEFIL 2010). Em seu currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: língua portuguesa, ensino, morfologia, sintaxe, lexicologia, estilística, produção textual, semântica, análise do discurso e literatura.

EDILA VIANNA DA SILVA é doutora em Letras pela UFRJ e professora associada de Língua Portuguesa da UFF, onde atua nos cursos de Pós-Graduação. É membro da Academia Brasileira de Filologia, da ABRALIN e do GT de Sociolinguística da ANPOLL. É coautora de *Dúvidas em Português nunca mais* (Lexikon, 4. ed. no prelo), *Nova gramática para concursos* (Lexikon, 2016); *Nova gramática para o Ensino Médio* (Lexikon, 2017). Desenvolve pesquisas na área de Sociolinguística Educacional sobre temas concernentes à variação linguística e práticas pedagógicas.

HUGO LENES MENEZES é doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e aperfeiçoamento pelo Centre d'Approches Vivantes des Langues et des Médias de Vichy, França. É professor titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

JUSSARA ABRAÇADO é professora titular de Linguística da Universidade Federal Fluminense. É mestre em linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cumpriu estágios de pós-doutoramento em linguística cognitiva na Universidade Católica de Braga e na Universidade Federal de Juiz de Fora. É pesquisadora do CNPq e membro do Grupo de Investigação Linguagem, Cognição e Sociedade, cadastrado na Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal. Desenvolve estudos na área de linguística, com ênfase na interface teórica entre a sociolinguística e a linguística cognitiva.

KARINA DA SILVA CORRÊA é doutoranda em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense e mestre em Estudos de Linguagem pela mesma universidade. É especialista em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e graduada em Letras (Português/Inglês), licenciatura plena, pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

KAROLINE SILVA ANGELICI é mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Linguística pela Universidade do Porto e graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é docente na Educação Básica do Rio de Janeiro.

KARYLLEILA DOS SANTOS Andrade Klinger é professora do Curso de Teatro (Palmas), do Curso de Mestrado Profissional em Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Línguas e Literatura da Universidade Federal do Tocantins (Araguaína) e do Programa de Pós-graduação em Letras (Porto Nacional), onde desenvolve pesquisas com ênfase nos estudos do léxico, com foco em onomástica/toponímia, etnolinguística e temáticas do léxico voltadas ao ensino.

LEONOR SCLiar-CABRAL é doutora em Linguística pela USP, professora emérita e titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Cumpru estágio de pós-doutorado na Universidade de Montréal. Fundou o ISAPL em 1982. É Sócia Honorária da Alfal e foi presidente da Abralín no período de 1997 a 1999. É membro de várias instituições científicas na área de sua especialidade. Entre seus livros publicados, citem-se: *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil* (2003), *Guia prático de alfabetização* (2003), *O sol caía no Guaíba* (2006), *Sagração do alfabeto* (2009, finalista Poesia, Jabuti); *Sistema Scliar de Alfabetização Fundamentos* (2013), *Aventuras de Vivi* (2014), *José* (2016, Prêmio Elisabete Anderle, literatura, FCC, 2015), *Sistema Scliar de Alfabetização Roteiros para o professor* (2018), *Aventuras de Vivi no mundo da Escrita* (2020) e *Sistema Scliar de Alfabetização Caderno de Atividades Módulo 1 Ensino Fundamental* (2020).

LÍVIA DE MELO é doutoranda em Ciências da Linguagem, área de Historiografia Linguística, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real, Portugal. Mestre em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (2017), na linha de pesquisa em variação e mudança linguística. Bacharel em Letras - Português pela UFMG (2013) e bacharel / licenciada em Ciências Biológicas pela PUC Minas (2005). Tem experiência acadêmica nas áreas de divulgação científica, linguística histórica, filologia românica e gramaticografia.

MARCELO ALESSADRO LIMEIRA DOS ANJOS é formado em Letras-Português pela UFPI (2003), mestre em Letras (2006), pela mesma instituição, e doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG (2012). Sob a supervisão de Carlos Alberto Faraco, fez pesquisa de pós-doutoramento na UFPR (2018). Atualmente é professor Associado pela UFPI. Tem atuado, principalmente, com objetos e temas variados no escopo da Historiografia Linguística.

MARCELO MÓDOLO é professor doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6). Seus interesses de pesquisa são a morfossintaxe do português de uma perspectiva cognitivo-funcionalista, filologia de manuscritos modernos e divulgação científica.

MARCOS LUIZ WIEDEMER é doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (Rio Preto), com bolsa-sanduíche na Erfurt Universität (Erfurt-Alemanha) sob orientação do Prof. Dr. Christian Lehmann. É professor adjunto da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi coordenador geral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (*Stricto Sensu*) e chefe do Departamento de Letras (2015-2016) da mesma instituição. É membro do Grupo de Estudos Discurso & Gramática (UFF). Procientista (UERJ/Faperj).

MARIA CARLOTA ROSA é doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ (1994), em regime de doutorado-sanduíche na Universidade Clássica de Lisboa e Biblioteca Nacional de Portugal, havendo recebido em 1993 Menção Honrosa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC. Atua desde 1995 no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, com pesquisa nas áreas de Historiografia da Linguística, Morfologia e Leitura. É professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARIA DE JESUS MEDEIROS TORRES é formada em Letras-Português pela UFPI (2015) e mestre em Letras (2020), pela mesma instituição. É membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português (NuPEP/UFPI), por meio do qual desenvolve pesquisas, de modo mais efetivo, no grupo de pesquisa Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas.

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 140 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de

livros e volumes coletivos) sobre Linguística e Filologia galego-portuguesa. Nos últimos vinte e cinco anos desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência. Foi advisor do Centro de Estudos em Letras da UTAD.

MARILENE APARECIDA LEMOS é doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras (Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana) pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Braz Cubas. Atuou como professora de língua espanhola na educação básica e superior (escolas e universidades públicas e privadas). É membro do Grupo de Pesquisa: O cotidiano na História das Ideias Linguísticas do Brasil - CoLHIBri (UNICAMP). Desenvolve pesquisas na área de Linguística (Análise de Discurso, Saber Urbano e Linguagem e História das Ideias Linguísticas). Temas: espaços, sujeitos e línguas. Coordena o Grupo de Estudos em Teorias do Discurso (UFFS). Professora adjunta na área de Língua Espanhola do Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol - Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Realeza.

MATHEUS FRANÇA RAGIEVICZ é graduado e licenciado em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza. É mestre e doutorando em Letras, na área de concentração de Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. É membro do grupo interinstitucional de pesquisas Estudos do Texto e do Discurso: Entrelaçamentos Teóricos e Analíticos (UFPR-Unicentro). Atualmente atua como professor substituto de língua espanhola na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza.

MYLLENA PAIVA PINTO DE OLIVEIRA é doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre pelo mesmo programa, com especialização em língua portuguesa pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). É formada em Letras (Português-Literaturas) pela UFF, onde foi bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na área de Linguística.

NILZA BARROZO DIAS é professora associada da Universidade Federal Fluminense, mestre em Letras pela UFF e doutora em Linguística pela UNICAMP/ USB. Desenvolve estudos em Língua Portuguesa/ Linguística, atuando, principalmente, a partir de modelos baseados no uso, nos temas: conexão de orações, mudança linguística, polissemia e gramaticalização. É uma das organizadoras do livro *Estudos de português em uso*, Editora Pangeia.2020.

RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO SILVA é formada em Letras-Português pela UFPI (2017) e mestre em Letras (2020), pela mesma instituição. É membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português

(NuPEP/UFPI), por meio do qual desenvolve pesquisas, de modo mais efetivo, no grupo de pesquisa Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas.

RAKEL BESERRA DE MACÊDO VIANA é doutoranda e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Gestão Educacional (2009) e em Ensino de Língua Inglesa (2012). Tem experiência no Ensino Básico com desenvolvimento de Projetos de Leitura e Escrita e no Ensino Superior em Educação à Distância.

REGINALDO NASCIMENTO NETO é licenciado em Letras e Ciências pela Universidade do Centro de Ensino do Maranhão, mestre em Linguística, Linguagem e Sociedade e doutor em Linguística pela Universidade do Paraná. Seus interesses de pesquisa incluem a origem dos alfabetos, a influência de inferências no comportamento social e a toponímia. É autor de dois projetos aprovados e de um livro sobre o aprimoramento do ensino de inglês no estado do Maranhão. Atualmente é professor de inglês e português no Instituto Federal do Maranhão e tem sido convidado como palestrante em congressos e seminários de Educação.

RUBERVAL RODRIGUES DE SOUSA é professor de Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e servidor efetivo como secretário executivo na Universidade Federal do Tocantins. É doutor em Letras, área de Ensino de Língua e Literatura, e estuda principalmente temas relacionados a linguagens, comunidades tradicionais, cultura, identidade, desenvolvimento local, cor, raça e preconceito.

SANDERLÉIA ROBERTA LONGHIN é doutora em Linguística pela Universidade de Campinas, com pós-doutorado em Linguística na Eberhard Karls Universität Tübingen e na Università di Genova. É docente na Universidade Estadual Paulista, campus de São José do Rio Preto, e bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq. Desenvolve trabalhos na linha Variação e Mudança Linguística sobre os temas: funcionalismo, gramaticalização e junção.

SILVANE APARECIDA DE FREITAS cumpriu estágio de pós-doutorado em Linguística Aplicada na Universidade de Campinas. É doutora em Linguística pela Universidade Estadual Paulista e docente sênior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vinculada ao Programa de Mestrado em Educação.

TAINARA PINHEIRO DE CASTRO é mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense e especialista em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes. Atualmente, é professora de Ensino Fundamental da Prefeitura do Rio de Janeiro. É membro do grupo Português em Uso (PORUS - UFF) e tem experiência nas áreas de alfabetização, ensino de língua portuguesa e ensino de língua espanhola.

